
Lewis Sperry
CHAFER

TEOLOGIA SISTEMÁTICA

VOLUMES SETE E OITO



HAGNOS

TEOLOGIA SISTEMÁTICA

Lewis Sperry Chafer

volumes sete e oito



Copyright © 1948, 1976 por Dallas Theological Seminary
Originalmente publicado por Kregel Publications
Título Original
Systematic Theology

Projeto gráfico
Atis Produção Editorial
Tradução
Heber Carlos de Campos
Revisão
Edna Batista Guimarães

Coordenador de produção
Mauro W. Terengui

1ª edição - Março 2003
Impressão e acabamento
Imprensa da Fé

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Chafer, Lewis Sperry
Teologia Sistemática / Lewis Sperry Chafer ; (tradução Heber Carlos de Campos).
-- São Paulo: Hagnos, 2003.

Título original: Systematic theology

1. Teologia - Estudo e ensino I. Título.

03-0105

CDD-230

Índices para catálogo sistemático:
1. Teologia sistemática: Cristianismo 230

ISBN 85-89320-06-5

Conteúdo da obra:
LIVRO 1: VOL. 1 Prologômenos, Bibliologia, Teontologia
VOL. 2 Angelologia, Antropologia
LIVRO 2: VOL. 3 Soteriologia, Ecclesiologia
VOL. 4 Escatologia
LIVRO 3: VOL. 5 Cristologia
VOL. 6 Pneumatologia
LIVRO 4: VOL. 7 Sumário Doutrinário
VOL. 8 Índices Biográficos

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA HAGNOS

Rua Belarmino Cardoso de Andrade, 108
São Paulo - SP - 04809-270 Tel/Fax: (xx11) 5666-1969
e-mail: hagnos@hagnos.com.br www.hagnos.com.br

Dedicatória

Esta obra de Teologia Sistemática é dedicada com profunda afeição ao corpo discente de todas as épocas do Seminário Teológico em Dallas.

ÍNDICE**CHAPEL 7**

SUMÁRIO DOCTRINÁRIO	15
Adão	15
Adoção	17
Advogado	19
Alma e Espírito	20
Amor	21
Anjos	23
Anticristo	25
Antropologia	26
Apostasia	27
Arrependimento	29
Ascensão	30
Autoridade	31
Babilônia	32
Batismo Real	35
Batismo Ritual	36
Bibliologia	44
Blasfêmia	47
Carnalidade	49
Carne	51
Casamento	53
Castigo	54
Cegueira	56
Ceia do Senhor	59
Céu	59
Chamamento	61
Chifre	63
Confissão	64
Consciência	66
Conversão	67
Convicção	68
Coração	71
Corpo	71
Credos	73
Criação(veja Evolução)	74
Cristão	76
Cristianismo	78
Cristologia	80
Crítica	85

Cruz	86
Culpa	88
Cura	89
Demonologia	91
Depravação	94
Deus	95
Dia do Senhor	97
Dias	97
Discípulos	100
Dispensações	101
Dispersões de Israel	103
Dizimar(veja Mordomia)	106
Eclesiologia	107
Eleição	110
Encarnação	115
Era(veja Dispensações)	116
Escatologia	116
Esperança	119
Espírito Santo	119
Espiritualidade	120
Estado Intermediário	120
Eternidade	121
Evangelho	123
Evangelização	124
Evolução	127
Expição	128
Fé	130
Filiação	132
Genealogia	133
Gentios	134
Glória	136
Governo	137
Graça	138
Hades	139
Herança	141
Homem do Pecado	142
Homem Natural	142
Humildade	143
Igreja(veja Eclesiologia)	143
Imortalidade	143
Imputação	144
Infinidade	147
Inocência	147
Inspiração	147

Intercessão	148
Interpretação	149
Israel	151
Jeová	152
Jerusalém	153
Jesus	155
Judaísmo	155
Julgamento	158
Justiça	160
Justificação	161
Justo	165
Lei	165
Línguas	166
Logos	167
Louvor	168
Mandamentos	168
Mediação	171
Messias	172
Milagres	172
Milênio(veja Reino)	172
Ministério	174
Misericórdia	174
Mistério	174
Mordomia	175
Morte	177
Mulher	179
Mundo	180
Noiva	181
Nome	183
Números	183
Obediência	184
Onipotência	184
Onipresença	185
Onisciência	185
Oração	186
Ordenança	187
Ordenar	188
Pactos	188
Pão	190
Paracleto	193
Paraíso	193
Parousia	194
Paternidade de Deus	194
Paz	196

Pecado	197
Pedra	198
Perdão	199
Perfeição	203
Permanência	204
Poder	206
Posição da Cabeça	207
Posição e Estado	208
Predestinação	208
Pregação	209
Preordenação	210
Presbíteros	210
Presciência	212
Primícias	214
Profecia	216
Propiciação	216
Propiciatório	218
Providência	219
Punição	219
Purificação	220
Queda	222
Recompensa	223
Reconciliação	224
Redenção	225
Regeneração	226
Rei	227
Reino	227
Ressurreição	229
Retidão	230
Revelação	230
Sábado	231
Sacerdócio	232
Sacrifício	233
Salvação	234
Salvação Infantil	235
Sangue	238
Santidade	241
Santificação	242
Santo	251
Satanás	251
Segurança	252
Segurança Eterna	255
Separação	256
Sepultado	257

São	258
Sofrimento	259
Substituição	261
Tabernáculo e Templo	262
Tempos Gentílicos	263
Tentação	265
Teologia Paulina	266
Tipos	267
Transfiguração	268
Trevas	268
Tribulação	270
Trindade	271
Trono	271
Unigênito	272
Vida	272
Vontade	273

CHAPEL 8

AGRADECIMENTOS	277
ÍNDICE GERAL DA OBRA	281
ÍNDICE DE AUTORES	309
CATECISMOS, CREDOS, DICIONÁRIOS E ENCICLOPÉDIAS	319
ÍNDICE REMISSIVO	323
NOTAS	373

TEOLOGIA SISTEMÁTICA

Lewis Sperry Chafer

Volume 7

Sumário Doutrinário

Lewis Sperry Chafer

D.D., Litt.D., Th.D.

Ex-presidente e professor de Teologia Sistemática no
Seminário Teológico em Dallas.

SUMÁRIO DOCTRINÁRIO

SUMÁRIO DOCTRINÁRIO

Adão

DEUS VÊ APENAS DOIS representantes e toda humanidade está incluída, seja num ou noutro. Ele contempla o primeiro Adão com uma raça caída e perdida nele, e Ele observa o Último Adão com uma nova criação redimida e exaltada nEle. São observáveis distinções vitais entre os dois cabeças e seus representados. A verdade revelada a respeito de Adão pode ser dividida nas coisas que encontramos no Antigo e no Novo Testamento.

1. DE ACORDO COM O ANTIGO TESTAMENTO. A contribuição do Antigo Testamento para esta doutrina da qual importantes fatos e aspectos podem ser retirados, é quase totalmente histórica. Adão aparece como alguém diretamente criado por Deus e como o progenitor da raça humana. É feito registro de seu estado como criado, de seu relacionamento com Deus, de sua tentação, e de sua queda. Assim, ele é apresentado como uma pessoa viva e capacitada com as mesmas habilidades como todos os outros homens que aparecem no Texto Sagrado. Não somente Gênesis registra o estado e a origem de Adão, mas toda a Escritura subsequente constrói o seu ensino sobre a realidade e veracidade da narrativa de Gênesis. Nisto a Bíblia é consistente consigo mesma. Por ter declarado a origem da raça conforme a maneira apresentada em Gênesis, ela considera esses registros como verdadeiros.

Não há sombra alguma de suspeição de que qualquer outra teoria relativa à origem do homem existe. Assim, aquele que rejeita a narrativa de Gênesis rejeita a totalidade da Bíblia na medida em que ela trata da origem, desenvolvimento, história, redenção e destino da raça humana. No esquema doutrinário da Bíblia, Adão e Cristo estão tão entrelaçados e interdependentes que deve ser concluído que se a narrativa de Gênesis a respeito de Adão é errônea – nessa teoria ele foi um personagem que nunca existiu – o registro a respeito de Cristo também está sujeito a questionamento.

Está evidente que Adão foi criado um homem já adulto com a capacidade que pertence à maturidade. É dito que ele deu nome a todas as criaturas que estavam diante dele. Ele andava e falava com Deus, e dele Deus poderia dizer que Sua criação era muito boa. Haveria muito pouco significado para a tentação e queda de Adão como o cabeça da raça se, como tem sido afirmado, ele era imaturo em sua mente e personalidade.

2. DE ACORDO COM O NOVO TESTAMENTO. O ensino do Novo Testamento a respeito de Adão e Cristo é equivalente ao do tipo e do antítipo; mas em cada aspecto, exceto um, ou seja, que cada um é o cabeça de uma criação de seres, a tipologia é de contraste. Duas passagens importantes devem ser estudadas e também outras passagens secundárias.

A. ROMANOS 5.12-21. Ao observar apenas dois representantes, Deus vê igualmente apenas duas obras – uma de desobediência e outra de obediência – e dois resultados – um de morte e o outro de vida. A raça está assim dividida em duas classificações principais: os que estão em Adão, perdidos e arruinados, e os que em Cristo estão salvos e seguros para sempre. Esta passagem muito importante que trata da relação entre Adão e Cristo – teológica em alto grau – esboça as distinções que existem entre Adão e Cristo.

Exatamente como foi advertido por Deus, Adão morreu tanto espiritual (que aconteceu imediatamente) quanto fisicamente (que ocorreu eventualmente) como um resultado de seu primeiro pecado, e a raça que estava incluída nele compartilhou no mesmo duplo julgamento da morte. Duas linhas de efeito são resultantes do primeiro pecado de Adão, e que atingem igualmente a vida de cada membro da raça de Adão. Um é o da natureza pecaminosa, que resulta na morte espiritual e é transmitido *mediatamente* de pai para filho; o outro é o pecado imputado com sua penalidade de morte física, que é transmitido *imediatamente* de Adão a cada membro individual da sua raça. Uma pessoa morre fisicamente não porque Adão somente pecou, nem por causa dos pecados pessoais, e não por causa da natureza pecaminosa; ele morreu porque compartilha – no sentido seminal – do pecado original que retardou o julgamento da morte.

Por ser cabeça natural na criação, Adão é visto como representante da totalidade da raça. Nessa posição de cabeça, ele incluía a raça e sua queda, ou pecado, e à raça, que é a sua posteridade, recebe a imputação da morte física como uma *real* imputação; por causa do que é antecedentemente o próprio pecado deles, então, a morte física como um julgamento cai sobre todos igualmente, mesmo sobre aqueles, como os infantes, que não pecaram – à semelhança de Adão – intencionalmente (Rm 5.14). Este princípio divino de colocar uma pesada responsabilidade sobre a posteridade ainda não nascida é vista novamente em Hebreus 7.9, 10 onde Levi, o bisneto de Abraão, é declarado ter pago dizimos a Melquisedeque, por estar ele ainda nos lombos de seu bisavô Abraão (cf. Gn 14.20). Romanos 5.12 declara que toda sua raça pecou em Adão, quando este pecou. Nenhuma outra interpretação além desta consegue resolver as dificuldades dos versículos restantes deste contexto.

B. 1 CORÍNTIOS 15.22. Este texto diz: “Pois como em Adão todos morrem, do mesmo modo em Cristo todos serão vivificados”. Esta é uma declaração muito importante. Não há dificuldade alguma com relação à primeira cláusula de que “em Adão todos morrem”; mas quanto ao restante do versículo, os inclusos no mesmo numérico todos – πάντες – que sofrem a penalidade da morte não estão necessariamente em Cristo, embora todos – πάντες – serão tornados vivos; como Cristo disse, porque “vem a hora em que todos os que estão nos sepulcros ouvirão a sua voz e sairão: os que tiverem feito o bem, para a ressurreição da vida, e os que tiverem praticado o mal, para a ressurreição do juízo” (Jo 5.28, 29). Está mais plenamente de acordo com o contexto que se segue (1 Co 15.23, 24) se a passagem é entendida com o propósito de que todos os homens morrem por causa de Adão e todos os homens – o mesmo numérico todos – serão ressuscitados por Cristo ou por causa dele.

Porque o contexto afirma que todo homem será ressuscitado em sua própria classificação; todo homem será ressuscitado – essa revelação evita uma restrição do contexto àqueles somente que estão em Cristo por posição. Tal tipo limitado de ressurreição, não obstante, é mais tarde declarado pelas palavras “os que são de Cristo na sua vinda” (v. 23). O assunto em vista é claramente a morte universal através de Adão e a ressurreição universal através de Cristo. Romanos 5.18 apresenta um caso similar com um duplo uso de πάντες.

C. PASSAGENS SECUNDÁRIAS. Em 1 Coríntios 15.45 está asseverado, em contraste novamente, que Adão foi feito alma vivente enquanto que Cristo é espírito vivificante. De igual modo (v. 47), Adão era “da terra, terreno”; o segundo Adão não é outro senão o Senhor do céu. Embora o crente tenha portado a imagem da terra, ele é apontado como aquele que porta a imagem do que é celestial. Ele será “conformado à imagem” de Cristo (Rm 8.29). Novamente em 1 Timóteo 2.13,14 é dito que Adão, totalmente em contraste com Eva, não foi enganado em sua transgressão. Adão pecou consciente e propositalmente. Em Romanos 5.14 é feita referência àqueles que, por causa da imaturidade e incompetência, não pecaram “à semelhança da transgressão de Adão” (isto é, consciente e propositalmente).

Assim também em Judas 14 Enoque é declarado ser “o sétimo depois de Adão”, como por toda a Bíblia Adão é reconhecido como um homem vivo, o começo da raça humana. Na genealogia de Cristo fornecida por Lucas, Cristo remonta a Adão que era conhecido como o *filho de Deus* (Lc 3.38). O próprio Cristo dá suporte ao registro de Gênesis a respeito de Adão e Eva (cf. Mt 19.4-6; Mc 10.6-8).

Adoção

1. O SIGNIFICADO USUAL. A Bíblia reconhece o significado usual da palavra adoção, que é a colocação legítima de uma pessoa que não possui o sangue na posição de um filho legal (não um filho natural) na família. Embora não conhecida a princípio entre os judeus, a adoção foi praticada pelos egípcios. Êxodo 2.10 registra a adoção de Moisés pela filha de Faraó (cf. 1 Rs 11.20). A adoção de Ester (cf. Et 2.7,15) demonstra que o costume era praticado pelos judeus na Babilônia. Grécia e Roma foram evidentemente inclusas entre aqueles que seguiram este costume. O apóstolo Paulo, na verdade, usa este termo somente quando escreve aos gentios. Ele escreve sobre a colocação nacional de Israel acima de outros povos – “a quem pertence a adoção” (Rm 9.4,5) – como uma adoção, mas este caso trata intimamente do uso espiritual que o Novo Testamento faz da palavra.

Contudo, está evidente de Êxodo 4.22, Deuteronômio 32.6, Isaías 64.8, Jeremias 31.9 e Oséias 11.1 que Israel, embora chamado filho de Jeová, é um filho somente em virtude do decreto ou da colocação soberana e não em virtude de laços naturais ou espirituais na relação deles com Jeová como um filho.

2. O SIGNIFICADO DO NOVO TESTAMENTO. O uso espiritual da palavra adoção significa a colocação de uma criança recém-nascida – com referência à maturidade – na posição de privilégio e responsabilidade dada a um filho adulto. Uma distinção importante aparece aqui entre duas palavras gregas, *τεκνίον* – usada para denotar crianças pequenas que estão sob a autoridade dos pais, tutores e governadores (cf. Jo 13.33) – e *υἱός* – usada para denotar um filho adulto. Cristo adequadamente falou de Si mesmo como *Filho do homem*, e ao empregar esta última palavra quis dizer que Ele é um filho plenamente maduro. Pode surgir uma espécie de perplexidade sobre por que uma criança nascida, portanto natural, deveria ser adotada; porque a adoção, como normalmente é concebido, nada poderia acrescentar aos direitos que são ganhos pelo nascimento natural. Contudo, é assim que o verdadeiro significado espiritual de adoção aparece.

A criança naturalmente nascida é por adoção desenvolvida posicionalmente para sua maioridade e é dada imediatamente a ela a posição de um filho adulto. Visto que a adoção espiritual ocorre na hora em que a pessoa é salva e, assim, se torna um filho de Deus, não há um período de infância reconhecido na experiência cristã. A referência em 1 Coríntios 3.1 a “crianças em Cristo” não tem relação alguma com uma imaturidade que é devida à curta experiência com a vida cristã; é uma referência às limitações que pertencem a um estado carnal ou não-espiritual. O crente que é carnal pode ter sido salvo por muitos anos.

Em sua importância distintiva, a adoção espiritual significa que assim colocada recebe imediatamente todo privilégio – que é o da independência de tutores e governadores – e a liberdade de um homem adulto. O cristão é ordenado a “permanecer firme” na liberdade pela qual Cristo o tornou livre e não se “dobrar novamente a um jugo de escravidão”, que é evidentemente uma referência ao sistema legal ou sistema de mérito (Gl 5.1). A adoção espiritual também impõe as responsabilidades pertencentes à plena maturidade. Isto está claro do fato de que, onde quer que Deus se dirija a qualquer crente, Ele se dirige a todos os que crêem. Nenhuma porção exortativa das Escrituras pretendida para os cristãos é restrita aos iniciantes na vida cristã. O mesmo andar santo e o exercício dos dons é esperado de todos os filhos de Deus igualmente.

Visto que a vida cristã deve ser vivida no poder do Espírito Santo que neles habita, esta exigência é razoável; pois o poder capacitador do Espírito está tão disponível para um quanto para o outro. Praticamente, longos anos de experiência na vida cristã, sem dúvida, tenderão a uma adaptação experimentada para essa nova maneira de vida; mas aqueles anos não acrescentam mais recursos do que os dados pelo Espírito desde o começo para aqueles que são salvos. O campo total da responsabilidade cristã está muito relacionado a esta doutrina da adoção.

A adoção supõe um significado prático como o apresentado nas cartas aos Gálatas e Romanos. Na primeira, ela se torna uma libertação da escravidão, dos guardiões e da menoridade; na última, ela significa uma libertação da carne (cf. Rm 8.14-17). Tudo isto é diretamente devido à completa e nova

responsabilidade que a plena maturidade impõe e ao plano divino de que a vida do crente deve ser vivida desde o princípio no poder do Espírito Santo.

A colocação final como filhos maduros exaltados aguarda a redenção do corpo, que ocorrerá no retorno de Cristo (Rm 8.23). Isto também está relacionado à “liberdade gloriosa dos filhos [não, filhinhos] de Deus (Rm 8.21).

O Dr. C. I. Scofield apresenta esta mesma definição de adoção nas notas de sua *Scofield Reference Bible*: “Adoção (*huiothesia*, ‘colocação como um filho’) não é tanto uma palavra de relacionamento quanto o é de posição. A relação do crente com Deus como um filho resulta do novo nascimento (Jo 1.12,13), enquanto que a adoção é um ato de Deus pelo qual alguém já é filho, através da redenção da lei, colocado na posição de um filho adulto (Gl 4.1-5). A habitação do Espírito dá a percepção disto na presente experiência do crente (Gl 4.6); mas a plena manifestação da filiação do crente aguarda a ressurreição, mudança e transformação dos santos, que é chamada de ‘a redenção do corpo’ (Rm 8.23; Ef 1.14; 1 Ts 4.14-17; 1 Jo 3.2)”.¹

Advogado

Em seu significado usual ou geral, um advogado é aquele que empreende na causa de outra pessoa. A palavra original usada no Novo Testamento é παράκλητος e sua tradição em João 14.16, 26; 15.26; 16.7 – *confortador* – é insatisfatória. Sem dúvida é obra do Espírito Santo trazer conforto àqueles a quem Ele ministra, mas Sua obra como Advogado em favor deles é muito mais extensa, e inclui toda a obra do Espírito no crente e através dele. Em seu significado bíblico e espiritual, a advocacia representa uma capacitação divina. Duas Pessoas da Trindade são reconhecidas como advogadas.

1. CRISTO. Em Seu ministério terreno de três anos, Cristo foi o Advogado dos Seus no mundo, e antes de deixar o mundo Ele prometeu outro advogado para continuar este serviço. Pelo uso da palavra *outro*, Cristo sugere que o Seu próprio ministério foi o de um advogado (Jo 14.16).

Como um representante legal na corte do céu, Cristo agora funciona como o advogado ou defensor do cristão (1 Jo 2.1), mas nunca Ele assume a tarefa de promotor. Acusações são proferidas no céu contra o crente e perante o Pai que está no trono e isto está certificado em Apocalipse 12.10, que diz: “...porque já foi lançado fora o acusador de nossos irmãos, o qual diante do nosso Deus os acusava dia e noite”. O ministério celestial de advocacia é duplo, ou seja, advocacia e intercessão. No último serviço Ele está preocupado com a fraqueza, ignorância e imaturidade do cristão, enquanto que no primeiro serviço Ele empreende em favor do cristão que pecou. A declaração é: “Se alguém pecar, temos um Advogado para com o Pai, Jesus Cristo, o justo” (1 Jo 2.1). Em 1 João 1, o efeito do pecado do crente sobre si mesmo é apresentado; mas

1 João 2 começa com uma contemplação de um problema muito mais sério do efeito do pecado do cristão sobre Deus.

Quando reconhece este problema do mal, o arminiano supõe que não há cura específica por meio da obra advocatícia de Cristo para o pecado do cristão e que o salvo que pecou deve ser dispensado do seu estado de salvo por causa do delito. Na verdade, isso seria necessário não pela presente obra advocatícia de Cristo em que Ele apela para o valor de Sua morte pelo próprio pecado que está em questão. Como Advogado no céu, Cristo apela para o fato de que Ele suportou esse pecado. A base justa de Sua morte pelo pecado assegura a libertação do crente – na medida em que diz respeito à condenação divina. Deus aceita sempre a morte de Seu Filho como a base de Sua libertação daqueles que pecaram. A obra advocatícia de Cristo no céu a respeito do pecado do crente é tão completa e perfeita que por ela Ele recebe um título que não ganha em nenhum outro lugar, ou seja, *Jesus Cristo o justo*.

A presente obra advocatícia de Cristo no céu é autodesignada. Ela está inclusa em Sua obra como Salvador. Ela é operada em favor de cada crente em todos os tempos sem levar em conta o próprio entendimento que o crente tem dela ou qualquer suposta cooperação com ela. Portanto, não é um assunto de petição; é, antes, um assunto de louvor e de ação de graças.

2. **O ESPÍRITO SANTO.** Quando estava para deixar o mundo, Cristo prometeu outro advogado (Jo 14.16), e assim apontou para o Espírito Santo com instruções claras a respeito da obra que o Espírito empreenderia. A obra advocatícia do Espírito é também uma questão de intercessão e de favorecimento direto. É feita referência a Sua intercessão em Romanos 8.26, 27. Está declarado que “ele faz intercessão pelos santos de acordo com a vontade de Deus”. Em Seu ministério capacitador, o Espírito capacita para toda boa obra e para vencer todo inimigo. Mui grandes são as provisões para o filho de Deus nesta presente era!

O Espírito não é um mero substituto de Cristo ou sucessor dele; Ele tem o seu próprio ministério incomparável, que é peculiar e específico. Ele é Aquele todo-suficiente que foi enviado ao mundo, tanto pelo Pai quanto pelo Filho.

3. **TRÊS USOS GERAIS DA PALAVRA ADVOGADO.** Do que foi dito antes será visto que três são os significados gerais para a palavra *advogado* – um advogado legal, que Cristo é agora no céu; um intercessor, que Cristo e o Espírito Santo são agora; e um ajudador geral, que Cristo enquanto na terra foi e que o Espírito Santo é durante toda esta era.

Alma e Espírito

A verdade a respeito da parte imaterial do homem tem a ver com alma e espírito.

1. **ORIGEM.** Três teorias podem ser consideradas aqui:

A. **PREEXISTENCIALISMO.** Transmigração de almas está na base desta teoria.

B. CRIAÇIONISMO. Alma e espírito do homem são criados no nascimento de acordo com esta teoria.

C. TRADUCIANISMO. Alma e espírito são gerados com o corpo, é o que mantém esta teoria.

2. **DISTINÇÕES.** A *alma* conota a parte imaterial do homem que está relacionada à vida, ação e emoção. O *Espírito* é aquela parte interior relacionada à adoração, comunhão e influência divina.

A. Frequentemente intercambiáveis, como no caso de σῶμα e σὰρξ, também πνεῦμα e ψυχὴ podem ser usados assim.

(1) A mesma função pode ser atribuída a qualquer uma delas (cf. Mc 8.12; Jo 11.33 e 13.21 com Mt 26.38 e Jo 12.27; 1 Co 16.18 e 2 Co 7.13 com Mt 11.29; 2 Co 7.1 com 1 Pe 2.11; 1 Ts 5.23 com Hb 10.39; Tg 5.20 com 1 Co 5.5 e 1 Pe 4.5).

(2) Os que partiram são algumas vezes mencionados como *alma* e algumas vezes como espírito (Gn 35.18; 1 Rs 17.21; Jo 10.17; At 2.27, 31; 20.10; Ap 6.9; Ap 20.4 com Mt 27.50; Jo 19.30; At 5.5, 10; Hb 12.23; 1 Pe 3.18).

(3) Deus é dito ser alma (Is 42.1; Jr 9.9; Am 6.8; Mt 12.18; Hb 10.38) e espírito (Jo 4.24).

B. *Alma* e *espírito* como termos sinônimos não são sempre intercambiáveis. A alma é dita estar perdida, por exemplo, mas não o espírito. "O Espírito testifica com o nosso espírito", não a "alma". Observe igualmente *psuichikos* em 1 Coríntios 2.14, e *pneumatikos* em 1 Coríntios 2.15 (cf. 15.44; também Jd 19 onde "sensual" é ψυχικός, definido como "não tendo o Espírito" ou πνεῦμα).

C. Quando nenhuma distinção técnica está em vista a Bíblia é dicotômica, mas de outra forma ela é tricotômica (cf. Mt 10.28; At 2.31; Rm 8.10; 1 Co 5.3; 6.20; 7.34; Ef 4.4; Tg 2.26; 1 Pe 2.11).

Amor

O amor deve ser o que o Dr. Henry Drummond resolveu chamar de "a maior coisa no mundo" (o título de suas palestras sobre 1 Coríntios 13). O amor de Deus é infinito. Perceber esse amor de Deus pessoal e imutável, é a experiência suprema.

Há em toda parte um amor humano muito real; mas todo amor cristão, de acordo com as Escrituras, é distintamente uma manifestação do amor divino que opera através do coração humano. Uma afirmação da diferença é encontrada em Romanos 5.5: "Porquanto o amor de Deus está derramado em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado". Esta atividade, então, não é a operação da afeição humana; é antes a manifestação direta do "amor de Deus" que passa pelo coração do crente procedente do Espírito Santo. É a concretização da última petição da oração sacerdotal de Cristo: "...para que haja neles aquele amor com que me amaste, e também eu neles esteja" (Jo 17.26). É simplesmente o amor de Deus que opera interiormente e por meio do crente.

Tal sentimento não poderia ser humanamente produzido ou mesmo imitado com sucesso, porque ele, necessariamente, vai para os objetos da afeição e graça divinas antes do que para os objetos do desejo humano. Um coração humano não pode *produzir* o amor divino, mas pode *experimentá-lo*. Ter um coração que sente a compaixão de Deus é beber do vinho do céu. Ao considerar este amor comunicado de Deus, deveria ser observado:

1. O amor de Deus, ao ser comunicado, não é experimentado pelos não-salvos: “mas bem vos conheço, que não tendes em vós o amor de Deus” (Jo 5.42).

2. O amor de Deus atinge o mundo todo: “Porque Deus amou ao mundo...” (Jo 3.16); “...para que, pela graça de Deus, provasse a morte por todos” (Hb 2.9); “E ele é a propiciação pelos nossos pecados, e não somente pelos nossos, mas também pelos de todo o mundo” (1 Jo 2.2). Este é um amor divino pelo mundo dos homens perdidos. Ele indica como a afeição de Deus não conhece limites. O que é algumas vezes chamado de “espírito missionário” nada é além da compaixão que trouxe o Filho de Deus do céu e inundou e fluíu do coração humano. O interesse nos homens perdidos não é assegurado por qualquer tentativa de desenvolvimento das afeições humanas; contudo, ele será imediatamente realizado no coração do cristão quando há um relacionamento correto com o Espírito de Deus. Um desejo de salvação de outros se torna o primeiro pensamento de muitos após eles terem nascido de novo.

3. O amor de Deus aborrece o presente sistema do mundo: “Não ameis o mundo, nem o que há no mundo. Se alguém ama o mundo, o amor do Pai não está nele. Porque tudo o que há no mundo, a concupiscência dos olhos e a soberba da vida, não vem do Pai, mas sim do mundo” (1 Jo 2.15,16). Tal sentimento purificado será a experiência daquele a quem o amor de Deus é comunicado.

4. O amor de Deus é dirigido especialmente aos filhos nascidos do Espírito: “Logo muito mais, sendo agora justificados pelo seu sangue, seremos por ele salvos da ira. Porque se nós, quando éramos inimigos, fomos reconciliados com Deus pela morte de seu Filho, muito mais, estando já reconciliados, seremos salvos pela sua vida” (Rm 5.9,10); “...Cristo amou a igreja, e deu-se a si mesmo por ela” (Ef 5.25). Ele ama os Seus ainda que estejam afastados, porque isto está revelado no retorno do “filho pródigo” (Lc 15.11-32). Além do mais, “se nos amamos uns aos outros, Deus permanece em nós, e o seu amor é em nós aperfeiçoado” (1 Jo 4.12). Pela compaixão divina, então, o cristão prova sua realidade perante o mundo. Como está escrito em outro lugar: “Um novo mandamento vos dou: que vos ameis uns aos outros; assim como eu vos amei a vós, que também vós vos ameis uns aos outros. Nisto conhecerão todos que sois meus discípulos, se tiverdes amor uns aos outros” (Jo 13.34,35).

Esse amor divino é também o teste de nossa irmandade em Cristo: “Nisto conhecemos o amor: que Cristo deu sua vida por nós; e nós devemos dar a vida pelos irmãos. Quem, pois, tiver bens do mundo, e, vendo o seu irmão necessitado, lhe fechar o seu coração, como permanece nele o amor de Deus?”

(1 Jo 3.16,17); “Nós sabemos que já passamos da morte para a vida, porque amamos os irmãos. Quem não ama permanece na morte” (1 Jo 3.14).

5. O amor de Deus continua até o fim: “...tendo amado os seus que estavam no mundo, amou-os até o fim” (daí, eternamente, Jo 13.1). Do amor de Deus operativo no crente é dito que ele “tudo sofre” e então que ele é “benigno” (1 Co 13.4).

6. O amor de Deus é exercido para com Israel: “...pois que com amor eterno te amei” (Jr 31.3). Assim o crente cheio do Espírito aprenderá a se regozijar nas grandes profecias e nos propósitos de Deus com esse povo com quem Ele tem pactos eternos e por quem tem correspondentemente um amor eterno.

7. O amor de Deus é sacrificial: “...pois conheceis a graça de nosso Senhor Jesus Cristo, que, sendo rico, por amor de vós se fez pobre, para que pela sua pobreza fôsseis enriquecidos” (2 Co 8.9). Essa atitude da parte do Filho de Deus para com as riquezas eternas, se reproduzidas no cristão, deve basicamente afetar sua atitude para com a riqueza da terra.

Não somente o amor de Deus é sacrificial a respeito de todas as riquezas; ele é sacrificial a respeito da vida em si mesma: “Nisto conhecemos o amor: que Cristo deu a sua vida por nós”. Segue-se, portanto, que “nós devemos dar a vida pelos irmãos” (1 Jo 3.16,17). O apóstolo Paulo testificou: “Digo a verdade em Cristo, não minto, dando testemunho comigo a minha consciência no Espírito Santo, que tenho grande tristeza e incessante dor no meu coração. Porque eu mesmo desejaria ser separado de Cristo, por amor de meus irmãos, que são meus parentes segundo a carne” (Rm 9.1-3). O apóstolo sabia muito bem que não havia oportunidade alguma para ele ser amaldiçoado, visto que o Senhor havia sido feito maldição por todos; mas o fato permanece de que ele estava *disposto* a ser maldito.

Esta espécie de experiência é a realização direta na vida humana do amor divino que deu Jesus para morrer sob a maldição ou julgamento de todo o pecado do mundo. Quando esta compaixão divina pelos homens perdidos é reproduzida no crente, isto se torna a verdadeira e suficiente obra dinâmica de salvar almas.

Assim, o poderoso coração de Deus pode ser manifesto numa vida humana, e a única palavra, “amor”, com as outras oito palavras que indicam o fruto do Espírito, é a representação do verdadeiro caráter cristão (Gl 5.22,23). As outras oito palavras, quando analisadas nas Escrituras, também provarão ser as graças divinas que podem ser percebidas no coração humano somente quando elas são *comunicadas*; por exemplo: “...para que minha alegria permaneça em vós”, “...a minha paz vos dou” (Jo 15.11; 14.27). Estas graças divinas não são produzidas no coração de todo cristão. Elas serão realizadas somente dentro daqueles que estão “andando pelo Espírito” (cf. Gl 5.16).

Anjos

De acordo com Colossenses 1.16, a criação incluiu “coisas” invisíveis, assim como coisas visíveis e os anjos estão entre as coisas que são invisíveis.

Eles abrangem um grande exército de seres espirituais a respeito de quem as Escrituras dão um testemunho abundante, mas cuja existência e ministrações têm sido estranhamente negligenciadas nas obras de teologia. Os anjos são mencionados cerca de 108 vezes no Antigo Testamento. Da palavra grega para esses seres, ἄγγελος, é derivado o termo *anjo* em nossa língua. Em qualquer caso, a palavra significa simplesmente *mensageiro* e em raros exemplos é usado a respeito de homens (cf. Lc 7.24; Tg 2.25; Ap 1.20). Cristo usou o tempo quando se referiu a espíritos humanos que partiram (Mt 18.10; cf. At 12.15). A posição que os anjos ocupam na criação é superior a dos homens (Sl 8.4,5; Hb 2.6, 7; 2 Pe 2.11). O registro da origem dos anjos na criação é dado no Salmo 148.2-5 e em Colossenses 1.16.

Os anjos são classificados da seguinte maneira:

(1) o Anjo de Jeová, cuja terminologia se refere ao aparecimento pré-encarnado do Filho de Deus e, portanto, não é legitimamente classificado como referência a um anjo; todavia, o termo é usado a respeito dEle. Seus aparecimentos nesta forma são registrados como dez teofanias. Como o Revelador de Deus e Aquele a quem Jeová envia, Ele é um verdadeiro Mensageiro (Êx 23.20; cf. 32.34; 33.2).

(2) Gabriel, que significa “o poderoso” (Dn 8.16; 9.21; Lc 1.19, 26-38).

(3) Miguel, o arcanjo, um nome que significa “quem é igual a Deus?” e ele é o cabeça dos exércitos do céu (1 Ts 4.16; Jd 9; Ap 12.7), e o príncipe de Israel (Dn 10.21; 12.1).

(4) Querubins, os defensores da santidade de Deus (Gn 3.22-24; Êx 25.17-22; Is 37.16; Ez 1.5; 28.14).

(5) Serafins (Is 6.2).

(6) Principados e Potestades – algumas vezes são termos usados a respeito de anjos bons e outras vezes de anjos maus (Rm 8.38; Ef 1.21; 3.10; 6.12; Cl 1.16; cf. Lc 21.26; Cl 2.10, 15; Tt 3.1; 1 Pe 3.22).

(7) “Anjos eleitos” (1 Tm 5.21).

(8) Anjos conhecidos por seus ministérios – anjo das águas (Ap 16.5), anjo do abismo (Ap 9.1), anjo com poder sobre o fogo (Ap 14.18), sete anjos com trombetas (Ap 8.2), “os vigias” (Dn 4.13, 17, 23).

(9) Satanás e os demônios.

(10) Jeremiel ou Uriel, Rafael etc., mencionados somente nos escritos apócrifos.

Os fatos gerais a respeito dos anjos são:

(1) Eles são legião (Sl 68.17; Dn 7.10; Mt 26.53; Hb 12.22; Ap 5.11); eles formam as hostes do céu (Lc 2.13. Observe a expressão *Senhor dos Exércitos*). Numericamente, os anjos não crescem nem diminuem.

(2) Se eles possuem qualquer espécie de corpo, não pode ser determinado. Eles aparecem como homens quando exigido (Mt 28.3; Ap 15.6; 18.1). É dito que eles voam (Is 6.2; Ez 1.6; Dn 9.21; Ap 4.8; 14.6).

(3) A habitação deles é evidentemente no céu; mas a referência feita é a do segundo céu, os espaços estelares (Mt 24.29). Cristo passou pela esfera angelical, quando veio para a terra ou saiu dela (Ef 1.21; Hb 2.7; 4.14).

(4) Os ministérios dos anjos são variados e estão todos descritos no Texto Sagrado (Sl 34.7; 91.11; 103.20; 104.4; Dn 4.13,17, 23; 6.22; Mt 4.11; Lc 16.22; At 5.19; 8.26; 10.3; 12.7; 27.23; 1 Co 11.10; Cl 2.18; Ap 22.8, 9).

(5) Os grandes impérios dos anjos são, sem dúvida, ocupados com muitas empreitadas e com a execução dos seus domínios. Eles observam as coisas da terra (Lc 12.8, 9; 15.10; 1 Co 11.10; 1 Tm 3.16; Ap 14.10).

(6) A presença deles é registrada na criação (Jó 38.7), quando a lei foi dada (At 7.53; Gl 3.19; Hb 2.2; cf. Ap 22.16), no nascimento de Cristo (Lc 2.13), na cena da tentação de Cristo (Mt 4.11; cf. Lc 22.43), na ressurreição (Mt 28.2), na ascensão (At 1.10), e da mesma forma eles estarão na segunda vinda (Mt 13.37-39; 24.31; 25.31; 2 Ts 1.7).

Os anjos são geralmente classificados como não-caídos ou anjos santos (Mc 8.38) e caídos (Mt 25.41). Todavia, haverá guerra no céu entre as duas classes de anjos (Ap 12.7-10). Os anjos caídos são livres (cf. os demônios) ou presos (2 Pe 2.4; Jd 6).

Anticristo

Se a doutrina do anticristo for construída sobre a etimologia da palavra, o campo será na verdade ampliado, pois tudo o que se opõe a Cristo é anticristo. Assim, quando João diz: "já muitos anticristos se têm levantado" no mundo (1 Jo 2.18) – e esta referência inclui o espírito do anticristo (1 Jo 4.3) – a fim de aludir a qualquer espírito ou pessoa que se opõe a Cristo.

De outro lado, se a doutrina for limitada a uma pessoa futura, há ocasião para alguma discussão a respeito de quem essa pessoa é e do que as Escrituras dizem a respeito dela. Se a pessoa predita é identificada por sua pretensão ambiciosa de ser Cristo, ela é corretamente chamada de *anticristo* e é facilmente representada pela primeira besta de Apocalipse (13.1-10). Se ele é identificado como aquele que se declara ser Deus, como em Ezequiel 28.1-10, ele é imediatamente assemelhado ao homem do pecado sobre quem Paulo escreve em 2 Tessalonicenses 2.3-10. Igualmente, Daniel vê um pequeno chifre ou rei que conquista outros reis e assume um lugar de autoridade sobre os outros reinos.

Embora os títulos difiram, a besta de Apocalipse 13.1-10, o homem do pecado de 2 Tessalonicenses 2, o pequeno chifre de Daniel 7 e o príncipe iníquo de Daniel 9 parecem ser unicamente aquele que pactuará os reinos, mas que será destruído na vinda de Cristo. Seu trajeto evidentemente está sendo preparado por aqueles que ensinam a doutrina anticristã e negam o fato da encarnação do Verbo. Provavelmente estes agora se preparam para a vinda

do anticristo. Cristo referiu-se àquele que viria em seu próprio nome (Jo 5.43) a quem os judeus receberiam. Sua nacionalidade é crida ser judaica visto que Ezequiel prediz dele que ele “morrerá a morte dos incircuncisos” (Ez 28.10). Um verdadeiro filho de Deus é justificado em observar a direção dos eventos que acontecem no cumprimento da profecia.

Antropologia

Como na Angelologia, a Antropologia é uma das grandes divisões da Teologia Sistemática e tem tido o seu verdadeiro tratamento desde as porções mais anteriores desta obra (Vol. II). Como uma revisão de alguns aspectos salientes do assunto, certas verdades podem ser reafirmadas.

1. COMO UMA CIÊNCIA MODERNA na educação secular, a Antropologia é tratada totalmente à parte da revelação bíblica, tendo em vista somente o desenvolvimento e as realizações do homem. Qualquer coisa que seja dita a respeito da origem do homem, é a partir de um ponto de vista evolucionista e nada está incluído a respeito dos valores espirituais ou do destino do homem. A Antropologia bíblica entra num campo muito mais amplo, e leva em conta importantes considerações.

2. A ORIGEM DO HOMEM, de acordo com a posição assumida pela Antropologia intrabíblica, é aceita como afirmada em Gênesis e como incorporada nas demais Escrituras, ou seja, que o homem é uma criação direta de Deus. Negar a narrativa do Gênesis não é somente uma negação daquela porção da revelação de Deus, mas torna-se um fomento e a manutenção da incredulidade a respeito de toda palavra que Deus falou.

3. O HOMEM FEITO À IMAGEM E SEMELHANÇA DE DEUS. Esta é uma declaração absoluta da Bíblia. Portanto, segue-se que Deus pode ser conhecido de alguma forma com respeito ao caráter de Seu Ser pelo que o homem é, à parte daquilo no homem que a queda gerou. As comparações assim feitas devem ser restritas às características divinas e espirituais antes que as supostamente físicas.

4. A PARTE MATERIAL DO HOMEM foi uma criação direta de substâncias já existentes.

5. A PARTE IMATERIAL DO HOMEM foi soprada nele como o próprio sopro de Deus e, assim, ele se tornou alma vivente.

6. A QUEDA DO HOMEM foi realizada por intermédio do desígnio e influência de Satanás. O pecado que causou a queda do homem não foi somente sugerida por Satanás, mas foi a forma idêntica daquela que Satanás tinha seguido para si mesmo e pela qual ele caiu do estado elevado em que foi colocado na criação, ou seja, agiu independentemente de Deus pela desobediência e, assim, repudiou todo o direito e autoridade divinos sobre si mesmo (cf. Gn 3.5; Is 14.12-14).

7. A QUEDA E SUA PENALIDADE vieram para a totalidade da raça humana. Essa penalidade da morte espiritual é transmitida *mediatamente* dos pais aos

filhos, enquanto que a penalidade da morte física é imputada *imediatamente* a partir de Adão a cada membro individual de sua raça, por ser a avaliação divina que cada membro da raça estava seminalmente em Adão quando o primeiro homem pecou e, portanto, cada membro da raça compartilhou daquele pecado. Esta avaliação do pecado de Adão para sua raça é uma imputação *real*, antes do que uma imputação *judicial*. Este princípio divino de considerar as coisas está claramente indicado em Hebreus 7,9,10, onde Levi, que como um sacerdote foi sustentado pelos dizimos do povo, não obstante, pagou dizimos quando Abraão pagou dizimos a Mequisedeque, visto que ele era um bisneto nos lombos do pai Abraão.

8. DEUS HAVIA SE MOVIDO em direção de uma cura para o estado de perdido do homem. Os termos sobre os quais esta cura pode ser recebida são tão definidos quanto qualquer um pode ser. Aquele que no princípio desobedeceu a Deus e pecou, é chamado para obedecer ao Evangelho da graça de Deus. Na presente era, a salvação que Deus oferece é para um lugar na mais alta glória e de modo algum deve ser comparado com aquele estado de inocência do qual Adão caiu.

Apostasia

Duas palavras de significado totalmente diferentes são freqüentemente confundidas, ou seja, *apostasia* e *heresia*. A primeira descreve aquele que primeiro abraçou algum credo ou doutrina e, posteriormente, a abandonou. A apostasia é bem descrita como “o abandono total da fé ou da religião de uma pessoa; abandono do credo e renúncia das obrigações religiosas”.² De outro lado, heresia se refere a uma crença que é sustentada em variação a outros padrões ou aspectos aceitos da doutrina. O termo *herético* não implica ter abraçado uma doutrina da qual alguém finalmente se apartou. Aquilo que é estigmatizado como herético pode ter sido uma afirmação ou argumentação inalterada. A história da Igreja em seu tratamento dos heréticos é deplorável.

Desta história o mesmo dicionário registra: “Heresia foi anteriormente um crime na maioria dos países europeus, e como tal, punível por lei. Ela consistia geralmente numa recusa em aceitar um artigo de fé prescrito, embora a lei canônica enumere 82 variedades diferentes. A punição por heresia era comum nos tempos medievais por parte de todas as seitas religiosas dominantes e foi praticada pelos primeiros colonizadores nos Estados Unidos. O escrito ‘*de heretico comburendo*’, pelo qual os hereges podiam ser queimados, foi elaborado originalmente contra os lolardos em 1401, e foi repellido por Charles II, na Inglaterra, e diversos atos de tolerância impediram punições civis por heresia. As penalidades eclesiásticas estão ainda em vigor contra os membros heréticos tanto entre igrejas protestantes quanto a católica”.

Nada poderia ser mais estranho do que a perseguição baseada numa suposição de que a crença a respeito da doutrina é alguma coisa sujeita ao controle da vontade do indivíduo. Uma mente esclarecida pode mudar a atitude de algum herege, mas nada mais poderia ser lucrativo. Esse fato chega muito longe no campo do esforço prático, em favor dos salvos de que eles podem ser mais espirituais, e dos não-salvos de que podem vir a um conhecimento salvador de Cristo. Mestres de doutrina e evangelistas fariam bem em analisar os seus métodos e apelos para que estes possam ser feitos em conformidade com o fato inalterável a respeito da capacidade ou incapacidade da mente humana. Que cada verdade da Escritura é uma revelação de Deus significa mais do que o fato de que Deus tornou cada uma delas registrada como Escritura; ela alcança o indivíduo, a quem ela deve vir como uma descoberta pessoal para a mente pelo poder do Espírito Santo.

Deve ser uma intuição profunda a respeito da verdade dada, à qual a mente sem auxílio – por causa das limitações inerentes – não pode alcançar. Com relação ao progresso que os salvos podem fazer no conhecimento da verdade de Deus, seria bom dar atenção a duas passagens importantes – João 16.12-15 e 1 Coríntios 2.9-3.3.

A experiência da apostasia, é para a mente humana um dos grandes mistérios. Na verdade, por que deveria o mal ser sempre encontrado no Seu universo, que no princípio foi tão livre quanto seu criador? Sem hesitação, a Escritura registra várias apostasias. Estas são:

1. **A DOS ANJOS.** Dos anjos caídos é dito que eles “não guardaram o seu estado original” (Jd 6), e de Satanás é dito que “ele não permanece na verdade” (Jo 8.44) e que nele “foi achada iniquidade” (Is 14.13,14; Ez 28.15). Para a apostasia dos anjos não há remédio; ao contrário, está predito em palavras que não podem ser revogadas que todos os anjos caídos vão viver eternamente no lago de fogo (Mt 25.41), que é a resposta de Deus à apostasia dos anjos.

2. **A DE ADÃO.** Deste aspecto da verdade muita coisa foi escrita anteriormente; mas deveria ser observado que Adão se tornou um apóstata por seu único pecado e que como ele caiu, poderia propagar e propagaria somente segundo a sua natureza caída. O primeiro a ser nascido no mundo pelo nascimento natural provou ser um assassino.

3. **A DE ISRAEL.** A apostasia com algum grau de restauração foi a experiência constante da nação de Israel, e tudo foi predito, predição essa que revela o fato de que o pecado nunca é uma surpresa para Deus. Ele pode sempre prevê-lo, como ele o fez. Israel está agora em sua última apostasia. Não haverá outra depois de ser restaurado do presente estado de separação das bênçãos do pacto (cf. Dt 28.15-68; 30.1-8; Is 1.5,6; 5.5-7).

4. **A DA CRISTANDADE.** A Igreja de Roma representa o grau de apostasia a que todos os homens podem ir, se levar em conta o fato de que ela foi totalmente pura e escriturística no seu começo. O abandono final está predito para os dias da tribulação (2 Ts 2.3) e o período dos “últimos dias” da Igreja na terra é marcado por apostasia (cf. 1 Tm 4.1-3; 2 Tm 3.1-5).

Alguns têm declarado que não há esperança para um apóstata. Tal declaração não leva em conta o poder e a graça de Deus. Alguns apóstatas, como os que são mencionados no Novo Testamento e os que viveram em todas as gerações, nunca serão restaurados; mas isto não quer dizer que eles não possam ter sido restaurados. Um herege que tem sustentado idéias heréticas desde o começo de sua vida madura pode ser instruído e assim ser conduzido à verdade. Aqueles em erro estão sempre sujeitos à correção em amor. Assim, a incredulidade pode ser vencida por uma revelação da verdade.

Arrependimento

Totalmente contrária à impressão que a teologia comum tem espalhado é a definição correta de arrependimento; a idéia usual é a de que ela significa tristeza ou agonia do coração a respeito do pecado e do erro. O verdadeiro significado da palavra mostra que ela é uma mudança de mente; e embora não possa haver algo para evitar que essa mudança seja acompanhada de tristeza, todavia, a tristeza em si não é arrependimento. Ao contrário, ela é a reversão da mente.

Outro erro sério arminiano a respeito desta doutrina ocorre quando o arrependimento é acrescentado à fé como uma condição de salvação. É verdade que o arrependimento pode muito bem ser exigido como uma condição de salvação, mas quando somente por causa da mudança de mente que esteve envolvida, quando se voltou de outra confiança para uma confiança necessária em Cristo. Tal volta, naturalmente, não pode ser realizada sem uma mudança de mente. Esta novidade vital de mente é uma parte da fé, afinal de contas, e, portanto, pode ser e é usada como um sinônimo de *crer*, às vezes (cf. At 17.30; 20.21; 26.20; Rm 2.4; 2 Tm 2.25; 2 Pe 3.9). Contudo, o arrependimento não pode ser acrescentado à fé como uma condição de salvação, porque mais de 150 passagens da Escritura condicionam a salvação à fé somente (cf. Jo 3.16; At 16.31).

Semelhantemente, o Evangelho de João, que foi escrito para que os homens pudessem crer e pudessem ter vida através do nome de Cristo (Jo 20.31), não usa uma só vez a palavra *arrependimento*. De igual modo, a epístola aos Romanos, escrita para formular a afirmação completa da salvação pela graça somente, não usa o termo arrependimento em relação à salvação.

Além disso, a confusão sobre esta doutrina surge quando não é tornado claro que o povo do pacto como Israel ou os cristãos podem se arrepender como um ato separado. Através de todo o tempo, quando o Evangelho do reino era pregado por João Batista, Cristo, e os discípulos do Senhor, fizeram uma chamada ao arrependimento que era unicamente ao arrependimento predito para toda nação judaica, que Mateus 3.2 indicou: "Arrependei-vos porque o reino dos céus está próximo". Esta não é uma chamada do evangelho, mas visa a restauração do povo do pacto ao seu relacionamento correto e original com

Deus (cf. Mt 4.12-17). De igual modo, um cristão, ao pecar, pode arrepender-se como um ato separado, que é alguma coisa muito distante de ser salvo novamente (cf. 2 Co 7.8-11).

O arrependimento em si é um ato somente e não dois. Esta observação é bem ilustrada por 1 Tessalonicenses 1.9-10, "...vos convertestes dos ídolos".

Ascensão

Muita coisa está envolvida dentro do campo da tipologia neste aspecto específico da Cristologia, que há ocasião para uma consideração doutrinária individual de seu caráter. Conquanto possa ser verdadeiro que durante os quarenta dias de seu ministério pós-ressurreição Cristo viveu entre o céu e a terra, indo e voltando várias vezes, é de importância doutrinária e dentro dos limites daquilo que está escrito reconhecer duas ascensões – uma diretamente seguindo a ressurreição e a outra quando Ele visivelmente subiu entre nuvens no final dos quarenta dias. Embora nenhum texto descreva diretamente a primeira ascensão, ela está implícita no registro do que Cristo disse a Maria na madrugada na tumba: "Não me toques; porque ainda não subi para meu Pai, e vosso Pai; meu Deus, e vosso Deus" (Jo 20.17). Que Ele ascendeu no mesmo dia subsequente ao da ressurreição está evidente, pois Ele disse aos Seus discípulos na noite daquele dia: "Olhai minhas mãos e os meus pés, que sou eu mesmo: apalpai-me e vede" (Lc 24.39).

Nesta primeira ascensão que aconteceu diretamente após sua ressurreição, dois tipos importantes são cumpridos. Não teria sido razoável para este duplo cumprimento ter sido retardado até o final dos quarenta dias sobre a terra – especialmente com relação a um dos tipos, o do "molho que se move", que representa Cristo na ressurreição. De todos os molhos de grãos sobre as colinas da Palestina, apenas um de cada domicílio era movido cerimonialmente perante Jeová, e isso no dia seguinte ao sábado (cf. Lv 23.11) e como uma representação de todos os molhos da colheita. Assim Cristo, quando saiu da tumba apareceu como um penhor da colheita poderosa de almas a quem Ele havia redimido, que saíram com Ele da tumba e que compartilham de Sua vida de ressurreição e glória. Ele foi assim as "primícias dos que dormem", uma representação daquela ressurreição de crentes que ainda vai acontecer. (cf. 1 Co 15.20-23).

O outro tipo que Cristo cumpriu em conexão com Sua primeira ascensão foi a do sumo sacerdote apresentando o sangue no lugar santíssimo no dia da Expição. Assim Cristo, o verdadeiro sumo sacerdote, apresentou o seu próprio sangue e a aceitação desse sacrifício por pecadores satisfaz toda necessidade do pecador para sempre. A importância da apresentação no céu do emblema de sua obra terminada na redenção, reconciliação e propiciação não pode ser avaliada nem deveria ser desprezada.

Na sua segunda ascensão, que ocorreu no final de seu ministério de quarenta dias pós-ressurreição, Cristo foi visto retornando ao céu em nuvens. Ele então empreendeu Sua presente intercessão à direita do Pai, e com ela os ministérios mais abrangentes com continuação por toda esta era e que proporciona toda segurança para aqueles que são salvos. Foi então que Ele se tornou “cabeça sobre todas as coisas para a igreja” (Ef 1.21, 22), o Doador dos dons (Ef 4.7-11). Ele assumiu o duplo ministério sacerdotal de intercessão (Rm 8.34; Hb 7.25) e de advocacia (Rm 8.34; Hb 9.24; 1 Jo 2.1).

Autoridade

Embora reconheça Deus como supremo, o tema geral da *autoridade* pode ser estendido desde esse ponto em diante a pontos ilimitados. Todo material está sujeito a uma divisão dupla, ou seja, (1) autoridade que é externa ao homem, e (2) que é interna.

1. **EXTERNA.** Esta concepção inclui a autoridade de Deus, das pessoas separadas da Trindade, dos anjos, dos governos humanos, dos apóstolos, da Bíblia e da Igreja. O assunto inclui toda situação onde uma ou mais inteligências determinam as ações de outros. É próprio aqui um comentário sobre cada uma dessas diversas divisões.

A. O DEUS TRIÚNO. Por direito de criação – a mais absoluta de todas as prerrogativas – vem a base da autoridade divina. Ser o Originador, o Projetista e o Executor de tudo que existe torna-se imediatamente a base para a sua autoridade transcendente, inigualável e incomparável. Quaisquer autoridades menores que possa haver devem ser predados das mencionadas acima, e estas autoridades menores são somente relativas e, como tal, permitidas por Aquele que é autoridade suprema. O fato e a extensão de outras autoridades além da de Deus não deveriam ser estudadas à parte do reconhecimento da autoridade suprema de Deus. A autoridade nas mãos daqueles que são indignos dela é algo muito perigoso, e assim a causa de ação de graças é o fato de Deus ser o que é; de Deus são a fidedignidade perfeita, a sabedoria perfeita, o propósito perfeito, poder infinito e o amor infinito.

B. O PAI. No presente relacionamento que existe dentro da Trindade, o Pai é revelado como quem concede autoridade ao Filho e dirige o Espírito Santo. Aprouve ao Pai que Cristo sempre se voltasse em oração e expectativa, e que o crente fosse direcionado a orar ao Pai (Jo 16.23) com o mesmo reconhecimento de Sua autoridade suprema e poder.

C. O FILHO. Embora Cristo pudesse dizer: “...todo poder me é dado no céu e na terra” (Mt 28.18; cf. 1 Co 15.25-28), não obstante, Ele reconhece que o poder lhe é concedido pelo Pai. Ele disse adequadamente: “Pois assim como o Pai tem vida em si mesmo, assim também deu ao Filho ter vida em si mesmo; e deu-lhe autoridade para julgar, porque é o Filho do homem” (Jo 5.26,27). Muita coisa está implícita quando Ele reivindicou “toda autoridade” e “julgamento”. Estas são prerrogativas de Deus. Não há sugestão alguma aqui de que em Sua adorável

Pessoa o Filho seja inferior ao Pai. Na realização da criação e da redenção, contudo, agradou as Pessoas da Trindade serem relacionadas entre si como elas realmente estão. Cristo, como consequência, fez as Suas obras poderosas por meio do poder e autoridade do Espírito Santo. Toda apresentação do Filho é melhor entendida quando nos lembramos de que Cristo vivia na esfera humana e se adaptava àquela limitação. A respeito da autoridade de Cristo, observe Mateus 7.29; 9.6, 8; 21.23-27; Marcos 1.22, 27; 11.28, 29, 33; João 5.27.

D. O ESPÍRITO SANTO. O Espírito Santo é enviado tanto pelo Pai quanto pelo Filho, fato que indica que Ele recebe autoridade daqueles que O enviam; Ele de fato exerce grande autoridade no mundo. Ele é quem restringe o mal, que convence o mundo, e que orienta e capacita o crente (cf. At 13.2).

E. OS ANJOS. Quando a criação angelical é descrita em Colossenses 1.16, há menção de “tronos, domínios, principados” e “potestades”. Por meio desses termos é feita referência à autoridade que os anjos exercem dentro de sua própria ordem e esfera. É verdade, como no caso de Satanás, que alguma autoridade é concedida a eles em suas relações designadas com os homens (cf. Lc 4.6; 12.5; 22.53; At 26.18; Ef 2.2; Cl 1.13; Ap 6.8; 9.3,10,19; 13.4,5,7,12; 20.6).

F. GOVERNANTES CIVIS. A Palavra de Deus não somente exige sujeição à autoridade terrena, mas declara que os governantes são designados por Deus. Na verdade, esta é a autoridade de Deus sobre todas as outras coisas, mesmo os governos (cf. Pv 24.21; Rm 13.1-7; 1 Pe 2.13-17).

G. OS APÓSTOLOS. Uma autoridade muito especial foi estendida aos apóstolos e por ela Paulo argumentava em todo o seu ministério; não por autodesenvolvimento, naturalmente, mas que seu direito concedido por Deus pudesse ser exercido de pleno acordo com o plano e vontade de Deus (Lc 9.1; 2 Co 10.8).

H. A BÍBLIA. Refletindo a suprema autoridade de Deus como realmente Sua vontade revelada, a Palavra da Verdade deve ser obedecida por todos que estão debaixo do governo divino.

I. A IGREJA. Esta espécie de governo pode ser pervertida, como no caso de Roma, mas a Palavra de Deus orienta para que essa sujeição seja prestada por todos dentro da Igreja aos que foram colocados em autoridade. O desenvolvimento prático da autoridade eclesiástica tem sido a causa de luta sem fim por toda a história da Igreja.

2. INTERNA. Sem talvez o mesmo grau de exatidão, deve ser reconhecida a autoridade que surge através do apelo espiritual e moral, através da consciência, dos costumes e do sentimento. Tudo isto é semelhante a isso pode dominar a mente e o coração a ponto de tornar-se uma influência motivadora.

Babilônia

O Antigo Testamento traça a origem, história e destino da antiga capital do Sinar (Gn 10.10; 14.1). Não está dentro do escopo deste esboço de estudo traçar a história e desenvolvimento da antiga cidade em si. *The International Standard*

Bible Encyclopaedia apresenta esta história total e plenamente e ainda do ponto de vista bíblico. O nome *babilônia* significa 'confusão', e está ligado a desordem desde o dia da confusão da linguagem humana, registrada em Gênesis até o final da grande Babilônia, mencionado no Apocalipse. Da teoria de que a antiga cidade será ainda reconstruída para ela ser destruída como cumprimento da predição, pouca coisa pode ser dita em seu favor. Ao contrário, tal realização contradiz diretamente as Escrituras (cf. Is 13.19-22; Jr 51.61-64); contudo, confusão ou babel continua até que a ordem seja restaurada na terra por Cristo, na sua volta.

Nenhuma afirmação mais exata ou completa a respeito do local e do significado mais amplo de Babilônia foi encontrada além daquela preparada pelo Dr. C. I. Scofield, nas notas de sua *Reference Bible*, no estudo de Isaías 13.1 e 19:

A cidade, Babilônia, não está em vista aqui, como o contexto imediato mostra. É importante observar a importância do nome quando usado simbolicamente. "Babilônia" é a forma grega; invariavelmente no hebraico do Antigo Testamento a palavra é simplesmente Babel, o significado de que é *confusão*, e neste sentido a palavra é usada simbolicamente. (1) Nos profetas, quando a real cidade não está em vista, a referência é à "confusão" em que toda a ordem social do mundo caiu sob a dominação mundial dos gentios... Isaías 13.4 dá a visão divina da confusão dos poderes gentílicos antagônicos. A ordem divina é dada em Isaías 11. Israel em sua própria terra, o centro do governo divino do mundo e o canal da bênção divina; e os gentios abençoados em associação com Israel. Qualquer outra coisa é politicamente mera "Babel". (2) Em Apocalipse 14.8-11; 16.19 o sistema mundial gentílico está em vista em conexão com o Armagedom (Ap 16.14; 19.21), enquanto que em Apocalipse 17 é feita referência ao cristianismo apóstata, destruído pelas nações (At 17.16) lideradas pela Besta (Dn 7.8; Ap 19.20) e pelo Falso Profeta. Em Isaías a Babilônia política está em vista, literalmente, como a cidade existente então, e simbolicamente com relação aos tempos dos gentios. Em Apocalipse, tanto a Babilônia simbólica e política quanto a Babilônia simbólica e religiosa estão em vista, pois ali ambas estão igualmente sob a tirania da Besta. A Babilônia religiosa é destruída pela Babilônia política (Ap 17.16); a Babilônia política é destruída no aparecimento do Senhor (Ap 19.19-21). Que Babilônia, a *cidade*, não será reconstruída, está claro de Isaías 13.19-22; Jeremias 51.24-26, 62-64. A Babilônia política significa o sistema mundial gentílico... Pode ser acrescentado que, no simbolismo da Escritura, o Egito significa o mundo como tal; a Babilônia significa o mundo do poder corrupto e da religião corrompida; Nínive significa o orgulho, a glória arrogante do mundo.

Os versículos 12-16 olham em direção aos julgamentos apocalípticos (Ap 6-13). Os versículos 17-22 têm uma perspectiva próxima e remota. Eles predizem a destruição da Babilônia literal então existente; com a

afirmação posterior que, uma vez destruída, Babilônia nunca mais seria reconstruída (cf. Jr 51.61-64). Tudo isto tem sido literalmente cumprido. Mas o lugar desta predição num grande esforço profético que aguarda com interesse a destruição tanto da Babilônia política quanto da Babilônia eclesiástica no tempo da Besta mostra que a destruição da atual Babilônia tipifica a destruição maior ainda a vir sobre as babilônias místicas.³

O final da Babilônia simbólica ou confusão está descrito em Apocalipse sob três aspectos – o eclesiástico, o comercial e o político. O capítulo 17 registra a destruição final do eclesiasticismo. Esta destruição é a do grande sistema conhecido como Roma. A identificação é tão exata que a Igreja de Roma reconhece-a em alguma medida. Ela incorpora todos os mistérios da antiga Babilônia com os de sua própria formação. Centrada na cidade de Roma, ela se assenta sobre sete colinas (Ap 17.9); atinge sua ambição duradoura de governar os reis da terra (Ap 17.18); estava ali no dia em que João escreveu sobre o centro do comércio mundial (Ap 18.3, 11-13); é a corruptora das nações (Ap 17.2; 18.3; 19.2); e é a perseguidora dos santos (Ap 17.6).

Após a remoção da verdadeira Igreja da terra, esta Igreja apóstata ajuntará em seu rebanho tudo o que resta de uma cristandade professante (protestantismo) e a ela será permitido realizar sua ambição impura de governar a terra, quando cavalgará sobre a besta pintada de vermelho.

Desse lugar de autoridade, ela é atirada para baixo e destruída pela Babilônia política encabeçada pela Besta. Essa Igreja apóstata é por inspiração chamada “A MÃE DAS PROSTITUTAS”. No capítulo 18, o comercialismo com sua confusão é trazido à destruição. Ele cai sob a mão de Deus num julgamento que os reis executam como Deus quer (cf. Ap 17.17, 20). A destruição do comercialismo registrada por João está dividida em três partes – (a) o fato da destruição (Ap 18.1-8); (b) o ponto de vista humano dela (vv. 9-19); e (c) o ponto de vista angelical (vv. 20-24). Um sistema mundial que é construído sobre ganância e desejo de riquezas pode não ter nenhum entendimento de um estado futuro da sociedade onde esse elemento estará totalmente ausente.

Em nome do lucro, nações virão a guerras devastadoras e destruirão as vidas de seus jovens e desperdiçarão os seus recursos. Um mundo descontrolado pela ganância está em prospecto, mas muito além da imaginação humana. Finalmente, a estrutura toda do governo humano, a autoridade gentílica em sua última forma sob o governo da Besta e tudo que pertence a esta vasta estrutura política, cede lugar ao poder esmagador do Rei dos reis que retorna (Ap 19.11-21). Assim, o caminho fica limpo para “o Deus do céu” “estabelecer um reino que nunca será destruído” (Dn 2.44, 45; cf. Sl 2.7-9; Is 63.1-6; 2 Ts 2.8-12).

A confusão deverá reinar em cada parte da existência humana sobre a terra quando a ordem e a harmonia divinas forem perturbadas, coisas que providenciam para Israel, que é o centro de todas as realidades terrestres, a fim de que esteja em sua terra em bênção sob o governo do Messias com as nações que compartilham dessa bênção. Esse é o futuro glorioso predito, mas não pode ser realizado à parte da destruição de toda forma de babel que agora infesta a terra.

Batismo Real

Os escritores primitivos que escreveram sobre o tema geral do batismo distinguiram entre o batismo *real*, que é operado pelo Espírito Santo, e o batismo ritual, que é administrado com água. Estes termos servem bem para distinguir entre as duas formas de batismo que são tão claramente identificadas no Novo Testamento. Grande importância deveria ser dada ao fato de que o mesmo termo, βαπτίζω, seja usado na definição de cada um desses batismos, e segue-se que qualquer definição desta grande palavra do Novo Testamento, se verdadeira, deve ser tão aplicável a uma forma de batismo assim quanto à outra. A raiz, βάπτω, que é usada apenas três vezes pelo Novo Testamento – cf. Lucas 16.24; João 13.26; Apocalipse 19.13 – ocorre nas primeiras duas passagens com seu significado primário, que é *mergulhar*, enquanto que o uso da palavra na terceira passagem – Apocalipse 19.13 – ilustra o seu significado secundário, que é *tingir* ou *manchar* (cf. Is 63.1-6).

Esta evolução da palavra desde o seu significado primário ao significado secundário é razoável. Aquilo que é tingido ou manchado pelo mergulho – βάπτω – persiste como βάπτω quando tingido ou manchado por qualquer outro método. De igual modo, a palavra βαπτίζω em sua importância primária significa *imersão* ou *submergir*; mas em seu significado secundário, que é um desenvolvimento da importância primária, se refere a uma influência que uma coisa pode exercer sobre outra, ou como o Dr. J. W. Dale a define: “Trazer a uma sujeição completa a uma influência ou imbuir com virtudes”. Como uma imersão serve para trazer a coisa imersa sob a influência do elemento na qual ela está submersa, assim na evolução da presente palavra uma coisa se torna batizada por outra quando, mesmo sem qualquer intusposição física ou envolvimento, uma coisa exerce uma influência positiva sobre outra.

A parte do reconhecimento desta distinção, pouco entendimento de muitos usos para esta palavra serão obtidos. Um batismo completo é reconhecido no Novo Testamento, por exemplo, quando sem uma intusposição ou envolvimento físico um indivíduo é batizado para remissão de pecados, para arrependimento, em nome do Pai, e do Filho e do Espírito Santo, batizado pelo beber do cálice do sofrimento, ou como Israel foi batizado em Moisés na nuvem e no mar, ou quando alguém é trazido sob o poder do Espírito Santo, ou quando pelo Espírito todos os crentes são batizados no corpo de Cristo. O termo *secundário* relacionado ao sentido último ou ao uso de βαπτίζω não implica em inferioridade; é secundário somente na medida em que um significado é derivado de outro. A importância secundária desta palavra é empregada em todas as passagens que se referem ao batismo real (o do Espírito) e a importância relativa deste batismo sobre o outro é imensurável.

Nada menos que a autoridade do Dr. J. W. Dale, que com grande erudição e sinceridade utilizou muito de seu tempo devido no preparo de quatro grandes volumes sobre o assunto do batismo, tem afirmado que, em sua opinião, βαπτίζω é usado somente em seu significado secundário no Novo Testamento.

Uma negligência perniciosa da doutrina do batismo do Espírito é refletida nos dicionários e nas obras teológicas sobre o batismo. Definições são dadas e afirmações são feitas que parecem não reconhecer o uso especial de βαπτίζω em relação ao Espírito Santo ou o Corpo de Cristo. Homens podem diferir, como o fazem, sobre o significado desta palavra no batismo ritual, mas não há lugar para uma diferença de opinião sobre o uso da palavra ou seu significado e implicações quando empregada para indicar o batismo que o Espírito Santo realiza. Alguns escritores, na verdade, têm suposto discutir essa palavra sem referência ao seu uso em relação ao batismo real.

Muita coisa foi escrita anteriormente nesta obra (Vol. VI mais especificamente) sobre o batismo real ou aquele batismo que o Espírito Santo realiza, e foi assinalado que, de acordo com a definição atribuída ao significado secundário desta palavra, o dom do Espírito por Cristo é um batismo (cf. Mt 3.11; Mc 1.8; Lc 3.16; João 1.33; At 1.4, 5), e visto que o Espírito Santo é recebido por todo crente no momento em que é salvo, ele é assim batizado pelo Espírito, por ter sido trazido sob a influência do Espírito. Contudo, tão verdadeira quanto esta interpretação seja, ela deveria ser distinguida do ensino errôneo que argumenta que o Espírito é recebido como uma segunda obra da graça, cujo ensino confunde o enchimento do Espírito – aquele que é para uma vida capacitada – com o batismo do Espírito no corpo de Cristo, que é uma posição perante Deus.

O que é chamado de *o batismo pelo Espírito* – não, *no* ou *para o Espírito* – é o Seu poderoso empreendimento pelo qual Ele une o crente individualmente ao Corpo de Cristo e, assim, ao próprio Cristo como o Cabeça do Corpo. Por causa desta grande realização da parte do Espírito, o crente a partir daquele momento está em Cristo e, assim, é trazido sob a influência de seu Senhorio. Nenhuma influência poderia ser mais transformadora, mais purificadora em relação à posição, ou mais vital em seu desenvolvimento do que a que é gerada por uma remoção do senhorio caído de Adão para o Senhorio exaltado de Cristo. Nenhuma outra transformação é comparável a esta. Embora não haja uma intusposição física quando uma pessoa é trazida sob a influência que o dom do Espírito proporciona e embora não haja uma intusposição física quando uma pessoa é trazida pelo Espírito para o Senhorio do Cristo ressurrecto, o Novo Testamento designa estas influências como batismos e as apresenta como vitais e reais acima de todos os outros batismos.

A união com Cristo é especialmente vista como distintiva nas suas transformações de grandes conseqüências. Ele é assim propriamente designado de batismo real. Este vasto tema recebeu sua devida consideração no estudo de Pneumatologia (Vol. VI).

Batismo Ritual

Na abordagem do tema do batismo ritual, é reconhecido que sobre este assunto as divisões mais amargas surgiram na Igreja – divisões e exclusões que

são difíceis de ser contadas à luz de dois fatos: (1) a grande maioria daqueles que são afeitos a separações confessa que não há um valor salvador na ordenança e (2) todos que olham para ela com isenção de preconceito reconhecem que cristãos frutíferos e espirituais estão em ambos os lados da controvérsia. Numa obra de Teologia Sistemática que se propõe a ser fiel na declaração de todos os aspectos da doutrina bíblica, a consideração do batismo ritual não pode ser eliminada, embora se fizesse assim seria mais fácil e evitaria contrariar bons homens, o que seria muito desejável.

Se a história da controvérsia, como esta que tem sido empreendida nas poucas gerações passadas, é uma base justa pela qual podemos avaliar a era presente e a futura, uma obra extensa sobre teologia em si – a despeito do modo que ela atinge em todos os vastos campos de temas inexauríveis – iguais as amizades, unidade cristã e comunhão, pode ser desacreditada e evitada por nenhuma outra razão além desta ordenança, que é apresentada de um modo que seja contrário às idéias que outro sustenta.

No assunto do modo batismo ritual e o que ele representa, não é possível uma concordância com todos os bons homens, quando alguns deles estão em cada lado da controvérsia. É razoável, contudo, que aqueles que estão totalmente livres para publicar suas próprias convicções deveriam concordar com a mesma liberdade para aqueles que discordam. Certamente não é o objetivo da discussão a seguir assegurar aos convertidos de uma idéia. Aquilo que é sinceramente crido de cada lado da controvérsia deve ser afirmado como o melhor que se pode fazer à parte de preconceito pessoal. O valor de tal afirmação para o estudante pode não ser questionado, porque, independentemente de suas próprias convicções e, não obstante, elas foram formadas, ele deveria conhecer exatamente o que outros crêem em suas diferentes posições.

Do contrário, como ele estaria assegurado de que ele é justificado na posição que defende? Um homem está numa base instável quando ele fala veemente e dogmaticamente a respeito de sua própria crença e, todavia, não conhece ou não entende, em termos exatos, o que o seu oponente crê. Esse indivíduo após muitos anos de investigação deveria chegar ao ponto de ter convicções pessoais sobre tal tema decisivo ao ponto de não precisar de qualquer apologia.

Esta infeliz discussão tem normalmente se centrado sobre a questão do modo pelo qual o batismo ritual deveria ser administrado. O imersionista (esta designação embora inexata, como será demonstrado posteriormente, é usada aqui como acomodação) é aquele que exige uma intusposição do corpo todo na água. O efusionista é aquele que derrama ou asperge a água batismal. Com respeito à proporção de filiação, a primeira classe de cristãos pode reivindicar talvez um terço e esta última dois terços da Igreja protestante. Contudo, a questão não é do modo de expressar uma idéia ou ensino; ela diz respeito à real idéia a ser expressa. No caso do imersionista, o objeto crido como se estivesse por detrás da ordenança, é ordenação da co-morte, do co-sepultamento e da co-ressurreição com Cristo, e com isto em vista, o modo que ele emprega é apropriado para ele.

No caso do efusionista, o objeto por detrás da ordenança é representar a vinda do Espírito Santo na vida do crente com todos os valores variados dessa presença. Com isto em vista, o modo que ele emprega é apropriado para ele. O imerscionista rejeita todas as formas de efusão simplesmente porque não expressam o seu entendimento do significado da ordenança. A discordância, quando centrada sobre o modo sem referência ao significado, tem sido conduzida para um resultado incerto e sem esperança. Uma determinação humana menos agressiva a respeito do modo e uma consideração mais humilde e graciosa sobre o significado do batismo ritual devem ser grandemente almejadas.

O efusionista instruído reconhece muita importância nos fatos que as maiores operações do Espírito Santo estão nos chamados batismos do Novo Testamento – a mesma palavra é usada quando se refere ao batismo ritual – e que o apóstolo escreve a respeito de “um só batismo” (Ef 4.5), não um modo de batismo. Para o efusionista esta referência a “um batismo” é explicada com base naquele batismo ritual que é o sinal externo ou símbolo de uma realidade interna, cuja realidade é operada pelo Espírito Santo, e que o batismo real e o batismo ritual são combinados para formar *um batismo* como substância e sombra correspondente (cf. 1 Co 12.13; Gl 3.27). O efusionista também crê que, como há uma ordenança inquestionável – a Ceia do Senhor – que representa a morte de Cristo, é razoável esperar que haja, não uma segunda ordenança que represente essa morte, mas uma ordenança que represente a obra do Espírito Santo.

Quando o batismo ritual é crido ser uma purificação da impureza (cf. At 22.16), o imerscionista argumenta que, na medida em que é uma purificação, a água simboliza o sangue purificador de Cristo e que a água, quando aplicada, deve cobrir o corpo todo. Por outro lado, o efusionista, ciente que é o sangue de Cristo que purifica de todo pecado e que Seu sangue deve ser aplicado pelo Espírito Santo, entende que o batismo ritual é relacionado assim à obra do Espírito Santo. O efusionista observa que todas as purificações cerimoniais prescritas no Antigo Testamento foram realizadas por aspersão, derramamento, ou lavagem, mas não por intusposição.

O imerscionista relaciona o batismo ritual à morte, sepultamento e ressurreição e, com base no fato de que o crente é dito ter sido batizado na morte, sepultamento e ressurreição, de acordo com Romanos 6.1-10 e Colossenses 2.11-13. É crido pelo imerscionista que, na força destas passagens, o candidato para o batismo ritual deveria representar a morte, sepultamento e ressurreição de Cristo como um reconhecimento da relação que estas coisas têm com a salvação, perdão e justificação, enquanto que o efusionista crê que estes textos citados acima estão relacionados à base da santificação, a respeito da qual nenhuma ordenança foi prescrita.

O efusionista, se instruído na verdade, crê que a co-morte, o co-sepultamento e a co-ressurreição referidas nestas duas passagens têm somente a ver com o julgamento da natureza pecaminosa, e que nenhuma instrução é dada para ordenar o que Cristo fez, mas antes, o crente é ordenado a “considerar” aquilo a ser concluído o que Cristo operou e a ser encorajado a crer que a libertação do

poder do pecado é, dessa forma, tornada possível, e o Santo Espírito ser livre para agir pelos filhos de Deus.

A reivindicação do efusionista é que, embora a imersão possa ter sido praticada desde os tempos antigos, não foi até os últimos três ou quatro séculos que ao batismo ritual foi dado outro significado além do relacionado à obra do Espírito Santo no crente. Com base nisto, é crido que através da interpretação errônea de ambos, Romanos 6.1-10 e Colossenses 2.11-13, o batismo ritual veio a ser considerado por aqueles que praticam a imersão, um batismo independente, não-relacionado e suficiente em si mesmo, propondo dois batismos distintos. Os efusionistas, pode ser dito, são freqüentemente mal-entendidos porque eles não enfatizam o modo do batismo ritual. Eles crêem que o batismo ritual não consiste no *modo* que é feito, mas na *coisa* que é feita.

Assim, também, aqueles dentre os imersionistas que praticam a imersão tríplice exigem que o candidato seja mergulhado com a face para baixo (visto que Cristo inclinou sua cabeça na morte) três vezes, uma vez em nome do Pai, uma vez em nome do Filho, e uma vez em nome do Espírito Santo. A maioria dos imersionistas rejeita a tríplice imersão como não possuindo uma autorização direta do Novo Testamento, e porque eles vêem nela uma promulgação de três vezes daquilo que Cristo fez apenas uma vez.

Visto ser verdadeiro que o significado do batismo ritual é expresso em alguma medida pelo modo de sua administração, é importante observar aquilo que pode ser sugerido nas Escrituras a respeito do modo. A grande maioria dos aderentes da Igreja supõe que o modo praticado por sua denominação, e ao que eles se acostumaram desde a infância, seja o modo único e o correto. Alguns, contudo, lendo a Authorized Version, que reflete as convicções pessoais de alguns de seus tradutores, crêem que o modo está ali indicado no texto e isto sem um entendimento do que o original declara. Embora isto esteja além do campo de investigação da parte daqueles que consideram somente o texto no vernáculo, a verdade aqui, como em toda questão doutrinária, é determinada pelo texto original.

Neste contexto, é de interesse observar que, conquanto em cada geração da história recente tem havido homens eruditos que creram e praticaram a imersão, têm havido, como assinalado pelo Dr. A. T. Robertson, o erudito em grego da Igreja Batista do Sul dos Estados Unidos, apenas dezoito respeitáveis lexicógrafos do Novo Testamento e cada um deles, ministros ordenados, praticaram a efusão em seus ministérios.

O Dr. Robertson também declara que nenhum imersionista jamais escreveu um léxico do Novo Testamento; mas ele deixa de dar uma razão pela qual estes dezoito homens, em seus léxicos, mencionam a *imersão* como o significado primário de βαπτίζω, tendo eles praticado a efusão como ele assevera que fizeram. Ao se procurar uma resposta, antes do que presumir que estes bons homens foram inverossímeis em suas convicções, seria bom olhar mais cuidadosamente no texto grego que eles interpretam e dão espaço, como estes homens evidentemente fizeram, ao significado mais vital e secundário da palavra βαπτίζω. Esta linha de investigação deveria considerar (1) o significado

da palavra, (2) os textos envolvidos, (3) as preposições empregadas e (4) os incidentes de batismos registrados.

1. O SIGNIFICADO DA PALAVRA. Continuando a discussão, como começamos, sob o batismo real, a respeito dos significados primário e secundário das duas palavras βάπτω e βαπτίζω, deve ser enfatizado agora que o significado secundário de βαπτίζω se obtém em todos os casos onde há um batismo à parte de uma intusposição ou envolvimento físico. Para ilustrar isto, Cristo chamou os seus sofrimentos antecipados de um batismo (Mt 20.22, 23). Isto não poderia se referir a um batismo com o Espírito em que Ele como Filho não poderia ter parte. Esta passagem significa nada menos que o sofrimento em si mesmo seja um batismo verdadeiro. Conseqüentemente, o efusionista em sua crença crê que mesmo o batismo ritual, que para ele representa a obra do Espírito Santo, não exige um envoltório físico.

Além disso, a mesma distinção técnica no significado se obtém entre as duas palavras gregas βάπτω e βαπτίζω em seu sentido primário, como é visto entre *mergulhar* e *imersão*, que são os equivalentes em nossa língua. Um mergulho envolve duas ações – *introduzir* e *retirar*, enquanto que *imersão* envolve apenas uma ação – *introduzir* e no caso do batismo em Cristo com suas vantagens ilimitadas (cf. 1 Co 12.13; Gl 3.27) ser retirado é uma coisa não desejada. À luz disto fica claro que dizer, como comumente tem sido dito, que “βαπτίζω significa *imersão* e somente *imersão* em toda literatura grega” é errôneo e um engano, quando a palavra não significa *imersão* em nenhuma literatura grega. Tudo isto indica a inexactidão no uso da palavra *imersão* para representar um batismo ritual por mergulhar.

Neste mesmo contexto, é tanto sugestivo quanto instrutivo considerar o uso de βαπτίζω na Septuaginta, uma versão grega do Antigo Testamento, que se crê ter sido feita por setenta eruditos dois séculos antes de Cristo. O significado aceito desta palavra é revelado ali. Será visto que βαπτίζω traduz cinco palavras hebraicas – *assustar* (uma vez), *vir* (uma vez), *perfurar* (uma vez), *tingir* (três vezes) e *purificar* (dezesseis vezes). Algumas dessas ações não poderiam incluir uma intusposição e nenhuma delas requer isso. A verdade, então, deve ser estabelecida por mais do que afirmações humanas errôneas, dogmáticas e insignificantes. O efusionista alega que não pode ser provado que o modo do batismo ritual esteja indicado no significado da palavra βαπτίζω.

2. OS TEXTOS ENVOLVIDOS. Três textos desenvolvem a importância doutrinária da morte, sepultamento e ressurreição de Cristo como a única realização de Sua parte e como uma substituição por outros, ou seja, Romanos 6.1-10; 1 Coríntios 15.3,4; e Colossenses 2.11-13. 1 Coríntios 15.3,4 claramente declara a morte, sepultamento e ressurreição de Cristo como uma substituição de pecadores para que possam ser salvos; é para o perdão e justificação deles. Contudo, nas outras passagens – Romanos 6.1-10 e Colossenses 2.11-13 – a morte, sepultamento e ressurreição de Cristo são referidos (em Colossenses Sua morte é chamada de circuncisão) como um julgamento da velha natureza.

Por não apreenderem a estupenda importância e o significado da morte de Cristo pela natureza pecaminosa do crente e não perceberem que esta realização de Cristo não exige o restabelecimento de uma ordenança, alguns, por ficarem impressionados com as palavras significativas nestes textos (batismo, sepultamento e ressurreição), têm concluído que o modo do batismo ritual seja indicado por estas duas passagens.

Em oposição a isto os efusionistas, se cômicos da verdade, argumentam que estes textos, semelhantemente ao de 1 Coríntios 15.3, 4, ensinam aquilo que Cristo fez – uma coisa a ser crida – não uma coisa a ser feita. A co-crucificação, co-morte e co-ressurreição, por serem operadas e realizadas em favor do crente, se tornam um batismo, uma influência dominante sobre o crente, que é tão imensurável em sua extensão e valor quanto a infinidade em si mesma. Quando se considera ademais o texto envolvido, pode ser observado que muita coisa tem sido feita da afirmação em João 3.23, que diz: “Ora, João também estava batizando em Enom, perto de Salim, porque havia ali muitas águas; e o povo ia e se batizava”.

Quando as impressionantes palavras *muitas águas* são devidamente entendidas como *muitas nascentes* – tal como seria exigido para as necessidades físicas das multidões de pessoas e seus animais – a passagem nada contribui em relação a um modo ideal para o batismo ritual. Enom deve ser identificado como uma ladeira de onde escorria água das nascentes, mas não um grande volume de água disponível.

Assim, além disso, o efusionista argumenta que não pode ser provado a partir de textos importantes da Escritura envolvidos que o batismo ritual seja designado como imersão.

3. AS PREPOSIÇÕES EMPREGADAS. A impressão usual com respeito ao modo do batismo ritual que uma pessoa poderia obter, quando lê somente o texto do Novo Testamento no vernáculo, é moldada mais pelas preposições que são usadas no vernáculo do que por qualquer outro fator no caso. Quatro preposições surgem imediatamente para serem consideradas. O ponto a ser desenvolvido que preocupa todos de mente séria é que a tradução particular dessas preposições encontradas no vernáculo não é o único significado que o mesmo texto no vernáculo atribui a estas palavras em outras ocasiões semelhantes. Todos os que estão familiarizados com o texto grego reconhecem que uma grande amplitude de significados é dada às preposições, e que usualmente o sentido correto será determinado pelo significado mais ou menos óbvio pertencente ao texto no qual a palavra é encontrada. Dificilmente seria necessário afirmar, porque em determinada tradução aparece no texto do vernáculo, que seja a melhor tradução. As preposições a serem consideradas são:

A) 'Εν, que tem 36 significados possíveis e que em Mateus 3.6 tem sido traduzida como “no Jordão” é também traduzida nas bíblias vernáculas pelas palavras *em*, *sobre* e *com* 330 vezes, e poderia ser assim traduzida no texto citado. O sentido é um tanto mudado quando é traduzida “junto ao Jordão”, ao invés de “no Jordão”.

b) 'Από tem vinte significados, e é usada assim em Mateus 3.16: "Batizado que foi Jesus, saiu logo da água". Esta preposição, aqui traduzida como "saiu [fora] da água", é traduzida pela palavra *de* [idéia de procedência] 374 vezes no Novo Testamento e poderia propriamente ser assim traduzida em Mateus 3.16, caso em que a declaração seria que Jesus saía da água.

c) Εἰς tem 26 significados e é usada em Atos 8.38 pois a declaração de que "desceram ambos à água, tanto Filipe como o eunuco, e Filipe o batizou". Esta preposição é traduzida no Novo Testamento 538 vezes pela palavra *para* e e poderia ser exatamente como está em nossa versão portuguesa. Será observado que descer à água ou descer para dentro da água não constitui o batismo, pois Filipe também desceu à água com o eunuco.

d) 'Εκ tem 24 significados e é traduzida em Atos 8.39 assim: "Quando saíram da água, o Espírito do Senhor...". Esta mesma palavra é traduzida como *de* [indicando procedência] 168 vezes no Novo Testamento e poderia corretamente ter sido traduzida assim aqui, como acontece em nossa versão. Assim, o texto deveria dizer que Filipe e o eunuco desceram à água e saíram da água.

Embora o imersionista dependa muito do modo como estas preposições são traduzidas, a fim de estabelecer o modo do batismo ritual, o efusionista argumenta que o modo de batismo não pode ser determinado pelas preposições usadas.

4. OS INCIDENTES REGISTRADOS. Primeiro, nesta espécie de lista, seria o batismo de Cristo, evento que foi tratado extensivamente na divisão de Cristologia (Vol. V) e não precisa ser reafirmado aqui. É freqüentemente declarado por aqueles que praticam a imersão que o crente deve "seguir a Cristo no batismo", e presume que Cristo foi batizado por imersão; mas, qualquer que tenha sido o modo empregado, o crente deve seguir a Cristo nas questões morais somente – não em Seus atos oficiais – e Seu batismo, por ser totalmente singular e totalmente sem relação com qualquer aspecto do ritual cristão, é oficial e, portanto, nunca apresentado no Novo Testamento como um exemplo. Cristo foi batizado pelas mãos de João, mas não pelo batismo de João como tal, que era um batismo para arrependimento e remissão de pecados.

Semelhantemente, o que é chamado de *o batismo de João*, visto que não foi aceito pelo apóstolo Paulo – ele batizou doze homens que tinham se submetido ao batismo de João (cf. At 19.1-7) – não constitui o batismo cristão.

É assinalado pelo efusionista que o batismo de todos os três mil convertidos do dia de Pentecostes por imersão é uma impossibilidade devido ao despreparo da vasta multidão e daqueles que oficiaram, e devido também à falta de condições adequadas para um empreendimento tão estupendo. Mas o caso dos três mil serem batizados poderia facilmente ser uma referência ao batismo do Espírito. Assim, também, é observado pelos efusionistas que o apóstolo Paulo permaneceu onde estava na chegada de Ananias (At 9.18) e foi batizado. O caso de Filipe batizar o eunuco, como já foi indicado, é muito variado pela interpretação dada às preposições que são usadas.

O efusionista alega que nenhum modo de batismo ritual está diretamente ensinado no Novo Testamento, mas que a aspersão, o derramamento e a lavagem

foram prescritas no Antigo Testamento para a consagração e purificação e como os judeus do tempo de Cristo estavam acostumados somente a tais modos, é mais provável que estes modos fossem introduzidos na nova ordem. Tivesse havido uma mudança da exigência do Antigo Testamento para um novo modo para a Igreja, isso teria sido indicado claramente. Pode ser concluído, então, que o modo do batismo ritual não é determinado pelo significado da palavra βαπτίζω ou pelos textos envolvidos, as preposições ou os incidentes registrados. Se esses fatos óbvios tivessem sido reconhecidos, muita coisa da presente contenda inútil e separação poderia ter sido evitada.

PEDOBATISMO. Qualquer consideração do tema geral do batismo ritual não é completa a menos que alguma atenção seja dada ao batismo infantil ou pedobatismo. Aqui novamente há diferença de opinião e prática, mas a mesma demarcação que determina sobre o modo de batismo não é encontrada neste ponto. Embora a grande maioria dos efusionistas pratique o pedobatismo, alguns o praticam e têm os seus infantes batizados por mergulho em água. O problema do pedobatismo não é muito a respeito do modo, mas o de batizar infantes. Aqueles que rejeitam o batismo infantil o fazem com ênfase sobre a idéia de que o batismo ritual deve ser restrito a crentes, portanto, não pode ser aplicado a crianças. O mesmo grupo declara que eles não possuem garantia no Novo Testamento para essa prática. De outro lado, uma proporção muito grande da Igreja professante realmente batiza crianças e por várias razões.

(1) É suposto por alguns que praticam o pedobatismo que há mérito salvador no batismo ritual, aspecto esse da doutrina que é rejeitado pela grande maioria dos protestantes que administram o batismo infantil.

(2) É crido por uma grande porcentagem que há alguma conexão entre o rito da circuncisão exigido da criança judaica, de acordo com o Antigo Testamento e o batismo de crianças, de acordo com o Novo Testamento. Na tentativa de estabelecer e de magnificar sua idéia de um só pacto, a teologia do pacto tem argumentado por este suposto relacionamento entre as duas dispensações. Os israelitas, entretanto, não foram participantes de seus pactos com base na circuncisão; eles foram nascidos num relacionamento de pacto com Deus. Portanto, não está demonstrado que os filhos pelo batismo se tornaram "filhos do pacto". Para serem consistentes, aqueles que batizam os infantes por causa de um suposto relacionamento de pacto deveriam batizar somente os meninos e somente no oitavo dia.

(3) Outros crêem que visto que a família estava incluída em cinco dos sete batismos mencionados em Atos, que os infantes estavam incluídos. Aqueles que se opõem ao pedobatismo alegam que não pode ser demonstrado que havia infantes ou filhos pequenos nessas famílias mencionadas. Mas os defensores do pedobatismo crêem que é altamente provável que algumas crianças estivessem incluídas e que o termo *família* não é pretendido para representar lares sem crianças, mas a família normal com crianças.

(4) Pais instruídos em apresentar seus filhos para o batismo magnificam as promessas à família apresentadas no Novo Testamento (cf. 1 Co 7.12-14), cientes

que as promessas de bênção, embora não de salvação, se estende às famílias dos filhos de Deus. É argumentado que é direito dos pais cristãos asseverar a fé deles a respeito da salvação futura de seus filhos pelo batismo dessas crianças. A energia com que o pedobatismo é rejeitado freqüentemente apenas sugere que aquele que assim resiste talvez pense inconscientemente que o batismo ritual é uma ordenança salvadora. Tenha ou não sido incluído nos registros apresentados em Atos, o batismo de famílias era ordenado e praticado.

Na conclusão desta discussão sobre o batismo ritual, pode ser afirmado que todos que alegam o direito de julgamento privado em assunto do modo de seu batismo, deveria acordar o mesmo direito a outros. Deveria haver amplitude suficiente em qualquer assembléia de crentes para estas variações. O pecado – se é que o há – de administrar esta ordenança de um modo não-escriturístico nunca poderia se comparar com o pecado maior da exclusão, separação e o rompimento das manifestações exteriores da unidade do Espírito. Que os crentes permanecem nos laços inquebrantáveis da comunhão e da afeição, de acordo com o Novo Testamento, é muito mais importante do que é o modo do batismo ritual. O mundo deve ficar impressionado com o amor dos cristãos entre si (cf. Jo 13.34,35; 17.21-23). Não é necessário assinalar que as separações e convenções sobre um modo de batismo tenham pouco valor aos olhos dos não-salvos.

Bibliologia

Por ter sido considerada detalhadamente no volume I desta obra, esta, a divisão principal de Teologia Sistemática, não precisa ser apresentada muito mais do que uma breve reafirmação aqui. Nada poderia ser mais fundamental na esfera do conhecimento humano do que aquilo que Deus fez com Sua Palavra, para que fosse escrita numa forma que o homem pudesse compreender e preservou essa Palavra através das eras da história humana, para o benefício de todos os homens. A extensão do campo de conhecimento, assim, acrescentou à própria observação restrita do homem que está além do cômputo humano. Visto que este grande desvendamento da verdade acrescida veio aos homens e foi posse deles por mais de três milênios e que foram todas incorporadas naquilo que o homem agora entende, torna-se não mais do que uma especulação falar daquilo que o homem poderia ter conhecido, se tivesse sido entregue a si mesmo, ou a ponderar sobre o que, em seu efeito de longo alcance, lhe foi revelado através das eras.

O homem começou debaixo da tutela direta de Deus no Jardim do Éden e sempre foi devedor a Deus pelas muitas e variadas revelações. Por excluir Deus de toda consideração e assim ignorar a fonte de praticamente tudo que eles sabem, os homens incrédulos se enchem de vanglória em relação ao que supostamente sejam obtenções do próprio homem. Alguns fatos são descobertos a respeito das estrelas e da harmonia sistemática que elas têm; todavia, com

pouca disposição ou mesmo sem qualquer disposição de reconhecer Aquele que criou as estrelas e que sustenta todas as coisas. Assim na Astronomia, como em outros ramos da ciência, a incapacidade dos homens caídos de ver além do alcance dos seus próprios poderes limitados, é evidente.

Nenhum sentido de apreciação parece existir de que ao homem caído foi dado olho para ver ou braço para realizar. Tudo isto é muitíssimo natural, como igualmente é a rejeição da revelação de Deus, que fala de uma humanidade caída sob a dominação do grande inimigo de Deus.

Por outro lado, para a mente que pela graça salvadora foi resgatada da insanidade do pecado e é iluminada pelo Espírito de Deus, a Bíblia se torna o que ela realmente é, a própria Palavra de Deus ao homem e que comunica tesouros de conhecimento tão maravilhosos quanto as esferas da luz de onde procedem. Nenhuma declaração é mais reveladora nem poderia haver uma análise mais exata da quantia de seres humanos não-regenerados em sua atitude para com as Escrituras do que aquela que afirma: "Ora, o homem natural não aceita as coisas do Espírito de Deus, porque para ele são loucura; e não pode entendê-las, porque elas se discernem espiritualmente" (1 Co 2.14). E como a esfera das limitações humanas é revelada por Cristo quando Ele disse: "Se alguém não nascer de novo, não pode ver o reino de Deus" (Jo 3.3)! Assim, também, está declarado, "pela fé entendemos" (Hb 11.3).

Como a ciência nada cria, mas, antes, procura descobrir o caráter das realidades que Deus fez existir, assim o teólogo luta para compreender, analisar e sistematizar aquilo que Deus revelou. O teólogo nada cria; sua esfera de empenho, estritamente falando, não é nem mesmo a de demonstrar que os materiais que ele manuseia são reais ou dignos de confiança. Se por ele a Palavra de Deus é mantida em dúvida, ele está muito desqualificado até para entrar na investigação do campo do teólogo. Ao aceitar tudo o que a Bíblia alega de si mesma, contudo, o teólogo se preocupa com a mensagem da Bíblia.

A evidência de que a Bíblia é a Palavra de Deus escrita aparece numa forma tanto *externa* quanto *interna*. Aquilo que é externo repousa no campo da história singular da Bíblia, seu caráter essencial e seus efeitos. Aquilo que é interno diz respeito às suas próprias alegações em favor de si mesma, reivindicações essas que são plenamente sustentadas.

Várias divisões principais da estrutura da Bíblia e a consideração de sua mensagem doutrinária já foram apresentadas e ampliadas por toda esta obra. Os fatos mais vitais a respeito do caráter da Bíblia são:

1. UMA REVELAÇÃO DE DEUS. Por esta declaração, é asseverado que a Bíblia apresenta material e fatos que não poderiam de outra forma ser conhecidos pelo homem. Tornar-se cômico destas verdades e mencioná-las pode ocupar o estudante pelo período de sua vida. Embora haja muitos assuntos apresentados na Bíblia a respeito daquilo que os homens naturalmente teriam alguma informação à parte da revelação, está claro

que nas esferas maiores da verdade ele está totalmente restrito ao que Deus revelou, e o verdadeiro valor daquilo que ele poderia conhecer naturalmente, é completamente qualificado quando visto em sua relação ao que está revelado.

2. INSPIRADA POR DEUS. Isto significa que toda Escritura procede de Deus como o Seu próprio sopro (cf. 2 Tm 3.16). Porções da verdade revelada podem ter algum reconhecimento da parte de homens, à parte da revelação. Sua declaração no Texto Sagrado da elocução divina, não obstante, ser dita por Deus e do próprio modo de Deus, é, portanto, infinitamente correta. Tal afirmação se refere somente aos escritos originais e não às traduções da Escritura, embora sem dúvida Deus tenha exercido direção competente e proteção nas traduções; certamente não há afirmação alguma direta de Deus de que as traduções seriam feitas sem erro. A respeito do texto original, é dito que homens santos “da parte de Deus falaram movidos pelo Espírito Santo” (2 Pe 1.21).

3. ENTENDIDA SOMENTE PELA ILUMINAÇÃO DIVINA. Mesmo as coisas da Escritura que de outra maneira são lugar-comum são conhecidas em seu verdadeiro valor somente pela iluminação do Espírito. Três atitudes humanas para com a Bíblia estão declaradas em 1 Coríntios 2.14–3.1. O não-salvo ou “homem natural” não pode “receber” a verdade revelada; o homem espiritual “discerne todas as coisas”; e o cristão carnal pode receber somente o leite e não o alimento sólido da Palavra de Deus. Cristo prometeu que o Espírito Santo guiaria a toda verdade (Jo 16.13–15), e o apóstolo afirma que o Espírito é dado para o crente, para que ele possa conhecer as coisas de Deus (1 Co 2.12).

4. DEVE SER CORRETAMENTE INTERPRETADA. O campo total da hermenêutica, que é uma disciplina teológica em si, é introduzido aqui. Sem dúvida, a chave para o entendimento da Bíblia é o reconhecimento do propósito específico de Deus em cada uma das eras em sucessão da história humana. As distinções das dispensações têm sempre gerado verdadeira pregação expositiva, enquanto que a teologia do pacto tem tendido em direção ao fechamento e ao desprezo da Palavra de Deus.

5. UMA MENSAGEM VIVIFICADORA. A Palavra de Deus é ativa e dinâmica. Isaías declara que ela “cumprirá” todos os propósitos para ela realizar (Is 55.11); Jeremias assemelha a Palavra de Deus ao fogo e a um martelo que parte a rocha em pedaços (Jr 23.29), e em Hebreus 4.12 está dito que ela é “viva e eficaz” – a saber, viva e ativa. Feliz é aquele que pelo conhecimento das Escrituras é capaz de manejar este poder vivo.

6. SUA CANONICIDADE É DETERMINADA POR DEUS. Isto quer dizer que a escolha de toda literatura existente de livros que estavam para formar os dois Testamentos esteve debaixo do cuidado de Deus. Por ter dotado certos documentos a serem escritos com uma visão de seus lugares no Volume Sagrado, é certo que Ele os faria tomar o lugar que Ele havia designado para eles. É verdade que homens agiram na formação do cânon, e incluíram nele os livros que tinham a estampa de Deus sobre eles; mas ainda Deus os guiava na seleção, exatamente como Ele guiou os homens que escreveram o texto em si.

7. FALA COM A AUTORIDADE DE DEUS. O caráter primário da Bíblia é o de emprestar a ela autoridade. Ela fala como a voz de Deus que criou todas as coisas e a quem todas as coisas pertencem. Para aqueles que crêem na Bíblia e prestam atenção aos seus preceitos, ela se torna a lâmpada inerrante para os pés e a luz para o caminho (Sl 119.105). A Palavra de Deus não falha.

Blasfêmia

Nenhum pecado do homem é mais obviamente um repúdio de Deus e um insulto à Sua santa Pessoa do que o da blasfêmia, que em sua forma usual consiste em tomar um nome da Trindade nos lábios de uma maneira vazia, em vão e frívola. Há esse pecado como o de nos dirigirmos ao próprio Deus com blasfêmia. No dia da sua vinda a Besta, ou o homem do pecado, atacará Deus e o Seu nome (Ap 13.6), e assim na hora dos juízos de Deus sobre os homens, estes blasfemarão contra Deus e amaldiçoarão Seu nome (Ap 16.9, 11, 21). Entretanto, a blasfêmia em geral não é dirigida a Deus e consiste num uso mais ou menos irreverente do Seu nome em juramentos e maldições dirigidas a outras pessoas ou coisas. Em oposição a isto pode ser citada reverência formal da parte de Israel quando por séculos eles, com consideração mais ou menos real, recusaram pronunciar o nome de Jeová, por considerarem esse nome particular sagrado demais para a elocução humana.

1. A DOCTRINA NO ANTIGO TESTAMENTO. Esta doutrina é apresentada nos seguintes textos: Êxodo 20.7; Levítico 24.10-16; 1 Reis 21.10-23; 2 Reis 19.6, 22; Isaías 37.6, 23; 65.7. A punição pela blasfêmia, era o apedrejamento até a morte. Está afirmado que o pecado de Davi fez os inimigos de Jeová blasfemarem (cf. 2 Sm 12.14).

2. A DOCTRINA NO NOVO TESTAMENTO. Um raio muito mais amplo de possibilidades do mal através da blasfêmia é apresentado no Novo Testamento. Uma quintupla divisão pode ser sugerida.

A. BLASFÊMIA DOS JUDEUS CONTRA CRISTO. Esta ocorreu de acordo com Atos 13.45 e 18.6: "Mas os judeus, vendo as multidões, encheram-se de inveja e, blasfemando, contradiziam o que Paulo falava"; "Como estes, porém, se opusessem e proferissem injúrias, sacudiu ele as vestes e disse-lhes: O vosso sangue seja sobre a vossa cabeça; eu estou limpo, e desde agora vou para os gentios". A luz da penalidade pelo apedrejamento a que eles se arriscaram, fica evidente que o ódio pela verdade e a resistência a ela, por parte dos judeus em relação a Cristo, eram tão violentos quanto poderiam ser. A forma exata da blasfêmia deles não é revelada. Provavelmente era uma maldição direta de Cristo, a quem o apóstolo proclamava como Deus manifesto em carne.

B. BLASFÊMIA CONTRA OS ÍDOLOS. Em Atos 19.37 é dada sugestão de que era um tanto comum para os homens antipáticos a um ídolo blasfemar aquele objeto venerado.

C. BLASFÊMIA CONTRA A PESSOA DE DEUS. Isto é muito sério por sua própria natureza. A referência aqui não é a de tomar o nome de Deus em vão; é antes a blasfêmia diretamente dirigida a Deus e contra Ele próprio. As passagens, já citadas acima, são Apocalipse 13.6 e 16.9,11, 21.

D. CRISTO ACUSADO DE BLASFÊMIA. Foi alegado pelos judeus em sua incredulidade em Cristo que Ele blasfemou quando disse que tinha poder sobre a terra para perdoar pecados e quando realmente perdoou o pecado. Eles disseram: "Por que fala assim este homem? Ele blasfema. Quem pode perdoar pecados senão um só, que é Deus?" (Mc 2.7; cf. Mt 9.3; Lc 5.21).

E. BLASFÊMIA EM RELAÇÃO AO ESPÍRITO SANTO. Esta forma especial de ataque tem sido chamada de *o pecado imperdoável*. Essa blasfêmia contra o Espírito Santo numa certa forma dela foi mencionado por Cristo como imperdoável, e isto é certo. Após os judeus terem atribuído a Satanás as obras que Cristo operou pelo Espírito Santo, está escrito que Cristo disse a eles: "Portanto vos digo: Todo pecado e blasfêmia se perdoará aos homens; mas a blasfêmia contra o Espírito Santo não será perdoada. Se alguém disser alguma palavra contra o Filho do homem, isso lhe será perdoado; mas se alguém falar contra o Espírito Santo, não lhe será perdoado, nem neste mundo, nem no vindouro" (Mt 12.31, 32); "Em verdade vos digo: todos os pecados serão perdoados aos filhos dos homens, bem como todas as blasfêmias que proferirem; mas aquele que blasfemar contra o Espírito Santo, nunca mais terá perdão, mas será réu de pecado eterno. Porque eles diziam: Está possesso de um espírito imundo" (Mc 3.28-30).

Por falta de atenção para com tudo que está envolvido nestes e em outros textos relacionados, tem havido a aplicação mais injuriosa da parte de pregadores, especialmente evangelistas, destes textos à era presente. Primeiramente, deveria ser observado que este pecado contra o Espírito Santo consistia em asseverar que as obras de Cristo, que foram operadas pelo Espírito Santo, foram realizadas de modo contrário, por Satanás. Tal descrição não poderia ser encontrada agora, visto que Cristo não está mais neste mundo como estava então, nem Ele empreende no mesmo modo para fazer as obras pelo Espírito Santo. Portanto, é impossível para este pecado específico ser cometido hoje. Dizer que atribuir obras que homens possam fazer no poder do Espírito a Satanás é a mesma ofensa que ir totalmente além do que está escrito. A possibilidade deste pecado específico cometido cessou com a remoção de Cristo na terra.

Porém, mesmo mais enfaticamente deve ser declarado que o chamado pecado imperdoável não pode estar presente onde há uma chamada do Evangelho para "quem quiser vir", a menos que deva ser feita reserva no sentido de que no convite para "quem quiser vir" deva se excetuar àqueles que cometeram o pecado imperdoável. As promessas e convites seriam então dirigidos àqueles somente que não cometeram esse pecado. Deve ser argumentado que essa condição jamais é imposta a qualquer relacionamento da graça da presente necessidade. Na tentativa de projetar um pecado imperdoável nesta era, os homens têm se aproveitado de quase qualquer mal sério como o pecado imperdoável, mas sempre sem suporte bíblico. Frequentemente

Hebreus 6.4-9; 10.26-29 e 1 João 5.16 têm sido mencionados como textos que ensinam sobre um pecado supostamente imperdoável.

Esses textos, contudo, embora profundamente sérios em sua importância, não possuem relação alguma com o pecado imperdoável. Quando se considera o assunto da blasfêmia contra o Espírito Santo, pode bem ser observado que, totalmente além da explicação humana, os homens não juram em nome da Terceira Pessoa da Trindade. Deste fato pode ser concluído que há agora e sempre houve uma santidade peculiar ao Espírito Santo. Seu próprio nome e título sugerem isso.

3. BLASFÊMIA EM GERAL. O tomar o nome de Deus em vão, proibido por Êxodo 20.7, consiste no uso de um nome da Trindade com um juramento, seja isso feito conscientemente ou sem qualquer cuidado. Usualmente, os pensamentos de uma pessoa que profana o nome não são dirigidos a Deus em sentido algum.

Carnalidade

Com duas outras doutrinas – a do *homem natural* e a do *homem espiritual* – a doutrina do homem carnal completa a tríplice divisão da família humana em relação com a Palavra de Deus ou em sua atitude para com ela. As designações no texto original são: ψυχικός, que indica o homem não-mudado, não-regenerado; πνευματικός, que designa o homem espiritual ou aquele que é caracterizado pela presença e poder manifesto do Espírito Santo; e σαρκικός, que denota a carnalidade no crente (cf. 1 Co 2.14-3.4).

A carnalidade é causada não por coisas não-espirituais que alguém possa fazer, mas fundamentalmente pela ausência da rendição à mente e vontade de Deus. O cristão carnal faz coisas não-espirituais porque ele é carnal. A passagem que declara diretamente que são carnis é encontrada em 1 Coríntios 3.1-4: “E eu, irmãos, não vos pude falar como a espirituais, mas como a carnis, como a criancinhas em Cristo. Leite vos dei por alimento, e não comida sólida, porque não a podíeis suportar; nem ainda agora podeis; porquanto ainda sois carnis; pois, havendo entre vós inveja e contendas, não sois porventura carnis, e não estais andando segundo os homens? Porque, dizendo um: Eu sou de Paulo; e outro: Eu de Apolo; não sois apenas homens?”

Neste contexto está revelado que a pessoa carnal é um verdadeiro crente e, portanto, salvo. Esses são chamados de *irmãos* – uma saudação que nunca inclui pessoas não-regeneradas, e são chamadas também de *crianças em Cristo*.

Enquanto, por causa de sua carnalidade, são chamados de *crianças em Cristo*, nada pode dar maior certeza de sua segurança no tempo e na eternidade do que o fato deles estarem “em Cristo”. Esta passagem reveladora não somente indica as limitações do crente carnal, mas revela o estado de coisas que, no caso dos Coríntios, surgiu por sua carnalidade. Por não serem frutíferos em a Deus, eles não poderiam receber a “comida sólida” da Palavra de Deus; eles poderiam

receber somente o “leite”. As suas muitas limitações espirituais são reveladas. A carnalidade deles era manifesta nas divisões entre eles, com a tendência de seguir líderes humanos. Tal conduta significava uma desconsideração violenta à unidade do Espírito – o único Corpo de crentes – uma unidade que o apóstolo declara que deveria ser preservada (Ef 4.3).

Visto que este pecado de divisões sectárias é o primeiro na lista de males pelos quais o apóstolo condena os crentes de Corinto – há até menção desse pecado antes dele assinalar as imoralidades deles – sua muitíssima pecaminosidade à vista de Deus se torna clara; todavia, divisões similares estão evidentes onde quer que a lealdade do sectarismo e da denominação seja enfatizada acima da doutrina de um só Corpo de crentes.

O termo *carnal* é uma tradução da palavra σαρκικός, termo esse que significa que uma pessoa é influenciada pela σάρξ – agora não uma referência ao corpo físico, mas à natureza caída que todo crente retém enquanto está neste corpo sem redenção. A carne é sempre oposta ao Espírito de Deus (Gl 5.17) e nunca é removida nesta vida, mas pode ser mantida em sujeição pelo Espírito quando e à medida que o crente depende dEle e se rende a Ele. O apóstolo testifica que “em mim (isto é, na minha carne) não habita bem nenhum” (Rm 7.18), e que quando exercia a sua própria força, ele nada experimentava além de fracasso em seu conflito com a carne. Foi pelo poder do Espírito de vida em Cristo Jesus que ele se tornou livre do poder do pecado e da morte – essa morte espiritual que se manifesta através da carne (Rm 8.2).

Ele também não se esquece de indicar que sua vitória pelo Espírito depende, do lado divino, daquele aspecto da morte de Cristo em que Ele trouxe a julgamento a natureza pecaminosa (Rm 8.3). O resultado é tal que o crente pode experimentar toda a vontade de Deus operada nele e através dele – mas isto nunca será operado por ele (Rm 8.4). A responsabilidade do cristão é “andar segundo o Espírito”. Isto não sugere viver conforme algum código ou regra de vida, mas, antes, uma sujeição à orientação e propósito do Espírito que nele habita. Quando assim rendido, torna-se tarefa do Espírito “operar no” crente “tanto o querer como o realizar” segundo a boa vontade de Deus (Fp 2.13).

Embora muita coisa seja revelada pelo apóstolo a respeito da carnalidade e a carne, o seu ensino mais importante sobre o assunto é encontrado em 1 Coríntios 3.1-4, já considerado, Gálatas 5.16-21 e Romanos, capítulos 7 e 8. Por Ter declarado em Romanos 8.4 que a responsabilidade do crente é andar por meio do Espírito, o apóstolo escreve livremente sobre a distinção entre estar na carne, que é o estado da pessoa não-regenerada, e ter a carne dentro de si, que é a condição que caracteriza todos que são salvos. Aqueles crentes que são dominados pela carne respondem à carne e aqueles que são dominados pelo Espírito respondem ao Espírito (Rm 8.5). De qualquer modo a mente carnal funciona na esfera da morte espiritual e a mente espiritual na esfera da vida e paz (Rm 8.6). A razão para a mente carnal enfrentar o caminho da morte espiritual é que ela significa inimizade contra Deus, por não ser sujeita à vontade de Deus, nem pode ser (Rm 8.7; cf. Gl 5.17).

O não-salvo, por estar na carne, não pode agradar a Deus (Rm 8.8). Contudo, o crente não está na carne como seu estado embora a carne esteja nele. Se alguém é regenerado, ele dará evidência da presença do Espírito que nele habita (Rm 8.9). Muita ênfase dificilmente pode ser dada ao fato de que o cristão pode funcionar em sua vida tanto dentro da esfera da morte espiritual – separação de Deus – quanto na esfera das coisas relacionadas ao Espírito Santo, Aquele que é o Originador e Diretor da vida espiritual. Portanto, o apóstolo declara: “...porque, se viverdes segundo a carne, haveis de morrer; [no reino da morte espiritual – separação de Deus]; mas, se pelo Espírito mortificardes as obras do corpo, vivereis. Pois todos os que são guiados pelo Espírito de Deus, esses são filhos de Deus” (Rm 8.13, 14). A carnalidade significa, então, uma manifestação da carne que, por sua vez, é uma demonstração daquilo que pertence à morte espiritual.

Não há sugestão alguma nesta extensa declaração a respeito da carne e da carnalidade para a qual o crente pode se voltar e se tornar uma pessoa não-salva. Esta apresentação pelo apóstolo, contudo, está totalmente dentro da esfera do andar do crente como aquele que pode ser tanto energizado pela carne como pelo Espírito. O cristão está salvo e seguro em Cristo, todavia, em sua maneira de vida ele pode provar a σαρκικός ou a πνευματικός.

Carne

Tem sido geralmente reconhecido que o cristão está num conflito incessante com três inimigos principais, ou seja, o mundo, a carne e o diabo. Os combates contra o mundo e o diabo são travados numa esfera exterior, mas a luta em oposição à carne é interna. Um estudo mais extenso da doutrina da carne é apresentado no volume VI. Pode ser reafirmado, contudo, que a palavra grega σὰρξ com suas várias formas aparece no Novo Testamento com dois significados gerais. Ela, igual ao seu sinônimo σῶμα, pode se referir a não mais do que o corpo físico. Cristo adequadamente declarou “que todo aquele que é nascido da carne é carne”, e este nascimento Ele mencionou em distinção daquele que é operado pelo Espírito (Jo 3.6; cf. 6.51; 1 Co 15.39; Ef 5.31). O segundo e mais vital significado deste termo carrega consigo um significado ético. Quando assim usada, a palavra pode incluir tudo – espírito, alma e corpo – ou aquilo que é a totalidade do ser do homem não-regenerado.

Ele inclui por meio disso a natureza adâmica caída. O apóstolo escreveu a respeito da natureza pecaminosa que é encontrada na carne (Rm 8.3). As Escrituras são muitíssimo claras no ensino de que a carne com sua natureza pecaminosa é ainda uma parte viva e vital de todo crente e que ele continuará em posse dessa carne e de sua natureza pecaminosa, até que o corpo seja redimido na vinda de Cristo ou até que ele deixe esta estrutura terrestre para trás, na morte. Noções são nutridas de que a natureza pecaminosa que está na carne pode ser erradicada agora por alguma suposta realização divina. Mas a

verdade obviamente permanece de que o mundo, a carne e o diabo nunca são removidos; eles são vencidos somente pelo poder superior do Espírito Santo em resposta a uma atitude de fé.

Assim, pode ser visto que mesmo que a natureza pecaminosa fosse erradicada dos três maiores conflitos que permanecem no crente, é não somente revelação, mas a razão que o método divino de vencê-los deve ser aquele que tem sucesso no trato com a natureza pecaminosa – que é uma parte integral da carne; portanto, esta natureza, ao invés de ser erradicada, ela é governada pelo poder de Deus.

O caráter maligno e essencial da carne é visto pelas afirmações diretas do Novo Testamento de que é “inimizade contra Deus” (Rm 8.7-8), que é “contrário” ao Espírito (Gl 5.17); dele o apóstolo testificou: “Em mim, isto é, na minha carne, não habita bem nenhum” (Rm 7.18). Deus fielmente declara que este poderoso fato de oposição está presente em todo crente, e que Ele não retirou a revelação de que ela pode ser mantida em sujeição pelo poder do Espírito Santo, que habita no crente até o final. Esta natureza má que é chamada de “pecado na carne” (Rm 8.3) e “pecado que habita em mim” (cf. Rm 7.17, 20, 21, 23) já foi julgada por Cristo em Sua morte. O julgamento é apresentado em Romanos 6.1-10, cujo contexto não trata do grande fato da salvação da penalidade do pecado ou da justificação do crente perante Deus (cf. Cl 2.11, 12). Neste contexto o apóstolo declara: “E aqueles que são de Cristo crucificaram a carne com suas paixões e concupiscências” (Gl 5.24).

A afirmação assim apresentada não é somente verdadeira, mas se torna fundamental para qualquer entendimento correto deste grande tema. O julgamento da carne com suas paixões foi realizado perfeitamente por Cristo em Sua morte para a natureza pecaminosa. Este julgamento está mencionado em Romanos 8.3, onde o apóstolo diz que Cristo “condenou [ou, julgou] o pecado na carne”. Paulo não sugere que a carne e suas paixões tornaram-se inativas ou destruídas, como a tradução de Romanos 6.6 da Authorized Version sugere. Ao contrário, um julgamento é feito contra a carne e suas paixões por Cristo e assim o poder “do velho homem” pode ser anulado pelo Espírito por certo tempo enquanto que a vitória é reivindicada por meio do Espírito. O objetivo é que o pecado (a natureza) não deva ser alimentado. Este julgamento particular torna absolutamente possível para o Espírito colocar em xeque a natureza pecaminosa.

Se não fosse por esse julgamento da cruz, o Espírito não poderia tratar com essa natureza, e é igualmente evidente que Ele não poderia habitar onde uma natureza pecaminosa não julgada reina. A libertação da carne e suas paixões, então, é feita pelo Espírito com base na morte de Cristo. Esta libertação é assegurada no cumprimento das três condições dependentes dos verbos: (1) “considerar”, que significa contar com o plano e com as provisões de Deus para ser suficiente, conseqüentemente (Rm 6.11) (2) “não deixe”, que ordena apontar para um conflito e sugere que o poder da carne será anulado se este inimigo é combatido no modo e com os recursos que Deus providenciou (Rm 6.12), e (3) “apresentai-vos”, cuja palavra dirige a vontade em como andar no caminho dos

modos santos de Deus (Rm 6.13). Fosse verdadeira a teoria da erradicação da natureza pecaminosa, todos esses textos com sua extensa análise da vida sob o poder capacitador do Espírito seriam considerados sem propósito ou inúteis.

A palavra grega σαρκικός (ou σάρκινος) usada onze vezes no Novo Testamento é uma referência àquilo que pode ser caracterizado pela carne, usualmente com uma significação descortês. O apóstolo declara-se um σαρκικός (Rm 7.14). Aqui o caráter maligno da carne que reside interiormente é visto, como também em 1 Coríntios 3.1-4, em cujo contexto esta palavra foi usada quatro vezes. Coisas podem ser carnis (1 Co 9.11), *sabedoria* (2 Co 1.12), *armas* do cristão (2 Co 10.4), *mandamentos* (Hb 7.16) e *concupiscências* também (1 Pe 2.11).

A palavra σάρκινος, estritamente falando, indica algo de que é feito uma coisa. Em 2 Coríntios 3.3 é feita uma referência adequada às “tábuas de carne do coração”.

Psychē e *psuchikos* são mantidos distintos de σαρκικός. A primeira se refere à pessoa natural não-regenerada como tal ou ao que é não-físico em sua natureza. O presente corpo, em contraste com o futuro “corpo espiritual”, é uma entidade natural ou *psuchikos* (1 Co 15.44,46). Suas limitações, tanto naturais quanto espirituais, estão indicadas (cf. 1 Co 2.14; Tg 3.15; Jd 19).

Pneuma e *pneumatikos* completam a tríade das palavras relacionadas à espiritualidade no Novo Testamento. Sob estes termos especiais está em vista a vida cheia do Espírito. É feita referência por meio disto a uma vida dominada e dirigida pelo Espírito Santo.

Na triplice divisão que o apóstolo faz da humanidade com respeito a atitude dela para com a Palavra de Deus – “o homem natural”, “o que é espiritual”, e o “carnal” – as pessoas não-regeneradas são *naturais* no sentido em que não foram mudadas espiritualmente (1 Co 2.14), os salvos que andam no Espírito e são por isso chamados de *espirituais* (1 Co 2.15), enquanto que os crentes, que são influenciados pela carne e suas concupiscências, são considerados *carnais* (1 Co 3.1-4).

Portanto, dois modos diferentes de “andar” são possíveis para o crente: um “segundo a carne” e o outro “segundo o Espírito”. A pessoa salva nunca é considerada como não estando dentro da esfera da carne, embora ela possa ser carnal na conduta (Rm 8.9).

Casamento

O casamento é uma das mais antigas instituições no mundo. Ele foi estabelecido por Deus no Jardim do Éden (Gn 2.21-25), foi abençoado pela presença de Cristo nas bodas de Caná da Galiléia (Jo 2.1-11), e é declarado pelo apóstolo que deve ser honrado por todos os homens (Hb 13.4).

Os registros do Antigo Testamento falam de casamentos com mais de uma pessoa, e mesmo com os mais proeminentes dos santos. Contudo, de acordo

com o registro no primitivo Jardim do Éden, foi sem dúvida intenção de Deus que um homem tivesse uma esposa e que uma esposa tivesse apenas um marido. Foi claramente ensinado no Novo Testamento que, por causa de um desenvolvimento no relacionamento entre Deus e Seus santos, deveria haver o mais cuidadoso reconhecimento do mais alto ideal de uma esposa e de um marido (Ef 5.22-33).

De acordo com o Novo Testamento, então, o marido deve ser o cabeça da esposa, amá-la e cuidar dela como Cristo amou sua Igreja. Assim, também, a esposa deve reverenciar seu marido e ser obediente a ele. Haverá pouca dificuldade para a esposa ajustar-se ao seu próprio marido, se o mesmo obedece às instruções para ele de amor por ela como Cristo amou a Igreja.

Certas questões surgem e que não são facilmente respondidas. É o casamento um rito que abrange as pessoas não-regeneradas? Podem as pessoas divorciadas se casar novamente? Se assim, então sob quais condições? Assim, também, há um problema que aparece nos campos missionários: Deveria qualquer homem que é o marido de várias mulheres abandonar todas elas exceto uma se ele se tornasse um cristão? É esta exigência totalmente necessária? Uma coisa é certa: um crente nunca deveria se casar com uma pessoa não-crente. Todas essas práticas deveriam ser desencorajadas. A razão, também, é óbvia: Deus não pode abençoar uma pessoa numa família sem abençoar todas as outras, mas a bênção que Ele designa para um crente não pode legitimamente ser estendida a um incrédulo. Se uma pessoa salva se propõe a se casar com uma pessoa não-salva, deixe-as primeiro considerar se elas se agradam em viver em tais bênçãos limitadas que Deus poderia estender à pessoa não salva do casal.

Castigo

O castigo e o açoite – aqui devem ser distinguidos do tema mais amplo do sofrimento – porque são a correção que o Pai aplica à sua descendência (Hb 12.6), são em caráter muito diferentes da condenação. Está escrito que “agora nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus” (Rm 8.1) e “quem nele crê não será condenado” (Jo 3.18), e daquele que crê é dito que ele “não entra em juízo” (Jo 5.24). Aquele que tem imputado o mérito de Cristo sobre si, como é o caso de toda pessoa salva, não pode sofrer condenação; não obstante, por causa do pecado no qual o cristão deliberadamente persiste, deve haver castigo do Pai, que é em Si mesmo um perfeito disciplinador.

O curso a ser seguido sempre por um filho de Deus que tem pecado, e quando ele peca, esse curso está esboçado em 1 Coríntios 11.31, 32, que diz: “Mas, se nós nos julgássemos a nós mesmos, não seríamos julgados; quando, porém, somos julgados pelo Senhor, somos corrigidos, para não sermos condenados com o mundo”.

Esta ordem está clara. Primeiro, o crente que pecou pode e deve fazer uma plena confissão a Deus, que é um autojulgamento e é uma expressão exterior de um

arrependimento interior do coração. Se o autojulgamento é realizado, aquele perdão divino que restaura o crente à comunhão com Deus é concedido e as relações corretas com Deus são restauradas novamente. Por outro lado, se o crente, por ter pecado, se recusa a confessar seu pecado em arrependimento genuíno ou começa a justificar seu pecado, ele deve no tempo e no modo de Deus ser trazido à correção do Pai. Este julgamento ou correção pelo Pai assume a forma de castigo com a finalidade de que o filho de Deus não precise ser condenado com o mundo.

O tema total do sofrimento – um tema ainda a ser considerado – se estende muito além, mas ainda inclui a doutrina do castigo dos crentes. Ela abarca aquilo que Cristo sofreu do Pai de que ninguém pode compartilhar, aquilo que Cristo sofreu dos homens de que os crentes podem compartilhar, aquilo que o crente sofre como um castigo de Deus, o Pai, de que Cristo não compartilha, aquilo que os crentes sofrem dos homens de que Cristo também compartilha, e aquilo que constitui o fardo do cristão por um mundo perdido, de que todos os cristãos podem compartilhar.

O castigo, ou disciplina, pode ser estudado sob quatro divisões gerais, ou seja:

1. PREVENTIVO. Um único exemplo do castigo preventivo foi registrado no Texto Sagrado, mas ele não poderia ser facilmente a experiência de qualquer filho de Deus, se as circunstâncias exigissem. Por ter sido arrebatado até o terceiro céu, o apóstolo Paulo foi ordenado que não dissesse aqui na terra o que havia visto e ouvido, e conseqüentemente, para que ele não transgredisse, um espinho lhe foi dado na carne. Embora três vezes ele tenha suplicado ao Senhor para a remoção do espinho, a situação não foi aliviada (2 Co 12.7-9). Assim, este foi um castigo preventivo.

2. CORRETIVO. O castigo que tem como motivo a correção foi esboçado no começo desta discussão. É a correção que o Pai aplica ao filho que peca. Ambos, o castigo e o açoite, são indicados em Hebreus 12.6: “Pois o Senhor corrige ao que ama, e açoita a todo o que recebe por filho”. A universalidade de ambos, o castigo e o açoite, pode ser explicada com base na indisposição do Pai de permitir quaisquer exceções entre aqueles que merecem ser disciplinados. É certo que o Pai não castiga ou açoita crentes, se eles exigem ou não. Tal interpretação não somente contradiz 1 Coríntios 11.31, que declara que “se nós nos julgássemos a nós mesmos, não seríamos julgados”, mas causa a subversão de todo propósito da disciplina. Uma diferença deve evidentemente ser encontrada entre o castigo e o açoite.

O primeiro é aquela maneira de correção que pode ser repetida; a segunda representa a quebra da vontade humana que, uma vez conseguida, dificilmente precisa ser quebrada novamente. Nenhuma anarquia ou rebelião pode ser tolerada na família do Pai. A rendição da vida a Deus é tanto razoável como exigida (Rm 12.1,2). A entrega a Deus pode ser realizada facilmente, se toda a resistência é evitada, ou pode ser tornada difícil e dolorosa, quando um longo conflito é mantido.

3. PRODUTOR DE FRUTOS. O objetivo do castigo é dito ser “para a santidade”. Assim, também, o “fruto de justiça” se torna a porção daqueles que são exercitados por ele. A palavra de Cristo registrada em João 15.2 indica

quanto a disciplina pode ser aplicada por Deus com o fim de que o crente pode ser mais frutífero. Ele declara de Deus: “Toda vara em mim que não dá fruto, ele a corta; e toda vara que dá fruto, ele a limpa, para que dê mais fruto”. Isto não sugere a correção do mal deliberado; é tudo feito para que mais fruto possa ser gerado para a glória de Deus. É assim designado para que um bom homem se torne um homem melhor.

4. VINDICATIVO. Novamente, apenas uma ilustração é encontrada na Bíblia desta forma específica de castigo. A Jó foi permitido demonstrar contra o desafio de Satanás que ele amava Deus à parte de todos os benefícios pessoais ou vantagens que Ele tinha concedido. Nenhum mal havia sido registrado contra Jó até então. Na verdade, Jeová três vezes descreve Jó como “homem íntegro e reto, que temia a Deus e se desviava do mal” (Jó 1.1, 8; 2.3). Mas Satanás em conversa com Jeová declarou que Jó servia Jeová somente por motivos egoístas e que Jeová não era realmente amado por Sua própria dignidade. Embora Jó nada conhecesse da questão que havia sido levantada no céu sobre ele próprio, ele não obstante vindicou Jeová em três testes sucessivos. O primeiro foi na perda da propriedade e da família. Sua réplica debaixo deste teste foi dita nestas palavras: “Nu saí do ventre de minha mãe, e nu tornarei para lá. O Senhor deu, e o Senhor tirou; bendito seja o nome do Senhor. Em tudo isso Jó não pecou, nem atribuiu a Deus falta alguma” (Jó 1.21, 22).

O segundo teste envolveu a perda da saúde e o conforto da esposa. A esta altura ele disse: “Como fala qualquer doida, assim falas tu; receberemos de Deus o bem, e não receberemos o mal? Em tudo isso não pecou Jó com os seus lábios” (2.10). Semelhantemente, Jó prevaleceu no terceiro teste que envolveu a fé quando, e assim se registra, ele asseverou a respeito de Deus: “Eis que ele me matará; não tenho esperança; contudo defenderei os meus caminhos diante dele” (13.15).

Cegueira

Em geral, a verdade a respeito da cegueira é apresentada pela Escritura com referência ao que é físico, ao que é judicial, e ao que é espiritual. O tema é extenso e vital. Estes três aspectos da cegueira, embora de alguma forma relacionados, deveriam ser considerados separadamente.

1. CEGUEIRA FÍSICA. No tempo em que a cegueira física devido à doença que não tinha controle, ser cego fisicamente era uma experiência muito comum, sem dúvida, que Cristo em Seu tempo curou muitos deles que eram cegos, deve ser explicado pelo fato de que a cegueira física e sua cura são simbólicas da cegueira judicial como da cegueira espiritual e a cura delas. A cura da cegueira física era em si mesma uma realidade espantosa; não poderia haver dúvida alguma a respeito de sua real realização por Cristo. Mas o que deve ser sempre guardado na mente é a verdade de que

Aquele operou tais maravilhas na cura dos fisicamente cegos era capaz de curar outras formas de cegueira também. Esse foi o testemunho de um que Ele curou: “Eu era cego, e agora vejo” (Jo 9.25). A partir deste incidente, uma longa discussão surgiu entre Cristo e os fariseus. A cura do homem cego resultou em sua própria salvação, porque mais tarde ele disse: “Senhor, eu creio”.

É neste contexto que Cristo conectou a incapacidade física com a cegueira judicial de Israel. Por um momento ao menos, também, os fariseus pareciam perceber a possibilidade deles próprios serem cegos. Esta passagem diz: “Prosseguiu então Jesus: Eu vim a este mundo para juízo, a fim de que os que não vêem vejam, e os que vêem se tornem cegos. Alguns fariseus que ali estavam com ele, ouvindo isso, perguntaram-lhe: Porventura somos nós também cegos? Respondeu-lhes Jesus: Se fósseis cegos, não teríeis pecado; mas como agora dizeis: Nós vemos, permanece o vosso pecado” (Jo 9.39-41). Aqui é deixado claro que a cegueira física e sua cura simbolizam a cegueira judicial e sua cura. Mesmo os fariseus cegos eram capazes de ver este relacionamento.

2. CEGUEIRA JUDICIAL. Somente os judeus são vistos nesta fase da doutrina da cegueira, e um problema difícil surge quando é lembrado que esta falha de visão lhes vêm como um juízo de Deus. A responsabilidade racial está em vista aqui, e de outra forma nenhuma responsabilidade pode ser dada a eles pelo fato de que as últimas gerações devem sofrer pelos pecados de seus pais. Tal situação seria mais difícil de entender se não fosse pelo propósito revelado de Jeová de trazer eventualmente esse povo à bênção eterna. O princípio do pecado racial e do sofrimento assim como a justiça racial e a bênção são anunciadas no segundo mandamento, que declara: “...porque eu, o Senhor teu Deus, sou Deus zeloso, que visito a iniquidade dos pais nos filhos até a terceira e quarta geração daqueles que me odeiam, e uso de misericórdia com milhares dos que me amam e guardam os meus mandamentos” (Êx 20.5, 6).

Os judeus desta dispensação sofrem, em parte, pelos pecados de seus pais muitos séculos atrás. Ainda, o pecado deles em seu caráter nacional eventualmente não mais será lembrado. Esta esperança está declarada na Escritura com grande segurança. Está escrito: “Assim diz o Senhor, que dá o sol para a luz do dia, e a ordem estabelecida da lua e das estrelas para luz da noite, que agita o mar, de modo que bramem as suas ondas; o Senhor dos exércitos é o seu nome; Se esta ordem estabelecida falhar diante de mim, diz o Senhor, deixará também a linhagem de Israel de ser uma nação diante de mim para sempre. Assim diz o Senhor: Se puderem ser medidos os céus lá em cima, e sondados os fundamentos da terra cá em baixo, também eu rejeitarei toda a linhagem de Israel, por tudo quanto eles têm feito, diz o Senhor” (Jr 31.35-37).

Isaías predisse a cegueira que viria sobre Israel, quando escreveu a mensagem: “Disse, pois, ele: Vai, e dize a este povo: Ouvis, de fato, e não entendeis, e vedes, em verdade, mas não percebeis. Engorda o coração deste povo, e endurece-lhe os ouvidos, e fecha-lhe os olhos; para que ele não veja com os olhos, e ouça com os ouvidos, e entenda com o coração, e se converta, e seja sarado” (Is 6.9, 10).

Esta predição assume uma importância vital quando é observado que várias passagens do Novo Testamento o citam e o relacionam à presente e imprevista era. Isaías saiu a dizer que um remanescente de Israel que ele descreveu como “a décima parte” (Is 6.13) será iluminada. Esta mesma cegueira o apóstolo declara ser “em parte” (Rm 11.25), para assim permitir novamente que um remanescente de Israel venha a ser salvo nesta era. O próprio Cristo toma a predição de Isaías registrada em Mateus 13.14,15: “E neles se cumpre a profecia de Isaías, que diz: Ouvindo, ouvireis, e de maneira alguma entenderéis; e, vendo, vereis, e de maneira alguma perceberéis. Porque o coração deste povo se endureceu, e com os ouvidos ouviram tardiamente, e fecharam os olhos, para que não vejam com os olhos, nem ouçam com os ouvidos, nem entendam com o coração, nem se convertam, e eu os cure” (cf. Mc 4.12; Lc 8.10; At 28.26, 27).

A rejeição de Cristo, na verdade, foi totalmente dentro dos conselhos de Deus. Quando os judeus falharam em crer, o apóstolo João afirma: “E embora tivesse operado tantos sinais diante deles, não criam nele; para que se cumprisse a palavra do profeta Isaías: Senhor, quem creu em nossa pregação? E a quem foi revelado o braço do Senhor? Por isso não podiam crer, porque, como disse ainda Isaías: cegou-lhes os olhos e endureceu-lhes o coração, para que não vejam com os olhos e entendam com o coração, e se convertam, e eu os cure. Estas coisas disse Isaías, porque viu a sua glória, e dele falou” (Jo 12.37-41). Os ramos naturais tinham de ser cortados por um tempo, com o fim de que um dia de graça do gentio e do chamamento da Igreja pudesse ser realizado (cf. Rm 11.17-27).

Igualmente, o apóstolo afirma que um véu está sobre os corações de Israel na presente era. Ele declara: “...mas o entendimento lhes ficou endurecido. Pois até o dia de hoje, à leitura do velho pacto, permanece o mesmo véu, não lhes sendo revelado que em Cristo é ele abolido; sim, até o dia de hoje, sempre que Moisés é lido, um véu está posto sobre o coração deles. Contudo, convertendo-se um deles ao Senhor, é-lhe tirado o véu” (2 Co 3.14-16).

Não importa quão difícil o problema possa parecer em si mesmo, as Escrituras asseveram que por causa dos seus próprios pecados nacionais Israel está nacionalmente cego, mas nem todos os israelitas, e ainda somente pelo período do chamamento da Igreja. Deste ângulo está escrito: “Porque não quero, irmãos, que ignoreis este mistério (para que não presumais de vós mesmos): que o endurecimento veio em parte sobre Israel, até que a plenitude dos gentios haja entrado; e assim todo o Israel será salvo, como está escrito: Virá de Sião o Libertador, e desviará de Jacó as impiedades; e este será o meu pacto com eles, quando eu tirar os seus pecados” (Rm 11.25-27).

3. CEGUEIRA ESPIRITUAL. O tema da cegueira espiritual tem duas divisões gerais, ou seja, a dos não-salvos e a do cristão carnal.

A. Seguindo diretamente para a referência à cegueira judicial de Israel declarada em 2 Coríntios 3.14-16, está a revelação a respeito da cegueira que Satanás causa nas mentes dos não-salvos relativa ao Evangelho pelo qual eles podem ser salvos. Está escrito: “Mas, se ainda o nosso evangelho está encoberto, é naqueles que se perdem que está encoberto, nos quais o deus deste século cegou os entendimentos

dos incrédulos, para que lhes não resplandeça a luz do evangelho da glória de Cristo, o qual é a imagem de Deus" (2 Co 4.3, 4). Adicionados a esta importante declaração estão outros textos que apresentam a verdade a respeito do fato que os não-salvos estão debaixo do poderoso domínio de Satanás (cf. Jo 8.44; Ef 2.1-2; Cl 1.13; 1 Jo 5.19). Qualquer esforço que alcance os não-salvos, se é para libertá-los, deve ser suficiente para retirar esse véu que Satanás impôs (cf. Jo 16.7-11).

B. A cegueira e a limitação do cristão carnal quando tentam entender as Escrituras estão descritas em 1 Coríntios 3.1: "E eu, irmãos, não vos pude falar como a espirituais, mas como a carnis, como a criancinhas em Cristo". A cura, como tem sido visto, para a cegueira do não-salvo é a iluminação que vem por meio da salvação, enquanto que a cura para a cegueira do crente carnal é uma entrega mais completa ao Espírito que nele habita.

Ceia do Senhor

A ordenança da Ceia do Senhor é um testemunho divinamente designado do coração do crente a Deus a respeito de sua confiança na morte eficaz de Cristo. Como tal, entretanto, ele tem sido grandemente pervertido, pois a Igreja de Roma desenvolveu a infundada doutrina da transubstanciação. A doutrina luterana é no sentido de que Cristo deve estar presente pelo poder onipotente nos elementos – uma bênção aos crentes e uma condenação para os outros.

As palavras, "todas as vezes que comerdes deste pão e beberdes do cálice" (1 Co 11.26), indicam a liberdade sob a graça em todos os tempos e estações, isto é, relativo à frequência na participação da Ceia do Senhor. Aqui, então, está o testemunho do coração para Deus pelo qual a morte do Senhor é apresentada, e para que assim continue "até que ele venha" novamente (1 Co 11.26), como o altar judeu apresentava a morte de Cristo até que Ele viesse pela primeira vez.

Como a ressurreição é celebrada por adaptar a observância do dia do Senhor a cada semana, assim parece provável que é bom celebrar a morte de Cristo de modo freqüente (como alguns cristãos o praticam freqüentemente hoje).

Céu

As Escrituras parecem indicar que há três céus. O primeiro e o segundo não são especificamente mencionados como tais, mas "o terceiro céu" é declarado como existente (2 Co 12.2). Fica evidente que não pode ser falado de um terceiro céu, sem o primeiro e o segundo.

A. O primeiro céu deve ser a atmosfera que circunda a terra. Certamente uma referência é feita às aves dos céus (Os 2.18) e às nuvens do céu (Dn 7.13). Ali é a habitação nativa dos seres humanos e de toda a vida criada sobre a terra.

B. O segundo céu pode ser os espaços estelares (cf. Gn 1.14-18 para as estrelas do céu) e assim é o lugar de moradia de todas as criaturas angelicais.

C. O terceiro céu (sua localidade contudo totalmente não-revelada) é a moradia de Deus – o Pai, o Filho e o Espírito Santo, e este nunca foi penetrado por um ser humano. O propósito divino presente é povoar o terceiro céu. Ele é chamado *glória* (Hb 2.10) e representa antes um lugar do que um estado de mente ou de existência (Jo 14.1-3). Aqueles que entrarem lá tornar-se-ão “idôneos” (Cl 1.12). Mais especificamente, eles se tornarão efetivos filhos de Deus (Jo 1.12; 3.3). Eles serão aperfeiçoados para sempre (Hb 10.14), justificados (Rm 5.1) e tornar-se-ão participantes do πλήρωμα de Cristo (Jo 1.16), que é toda sua plenitude (Cl 1.19), a própria natureza da divindade corporalmente (Cl 2.9).

Semelhantemente, as Escrituras empregam a palavra *céu* num uso tríplice:

A. O *reino do céu* é uma frase peculiar do evangelho de Mateus (3.2 etc.) e indica o reino messiânico terreno de Cristo. Qualquer governo de Deus sobre a terra é uma forma de reino do céu (cf. Dn 2.44).

B. *Regiões celestes*, uma frase peculiar à epístola aos Efésios (1.3 etc.), é uma referência à esfera da presente associação entre os crentes e Cristo, uma co-parceria em vários aspectos. Ela significa, portanto, que não algum lugar favorecido sobre a terra, mas qualquer lugar que esta comunhão com Cristo possa existir.

C. *Céu* pode representar a habitação da Trindade e do redimido para sempre.

Como em muitos casos, o conhecimento a respeito deste lugar é totalmente uma questão do testemunho da Bíblia inspirada. Tem sido dito que os homens realmente nada conhecem do céu como uma experiência, visto que ninguém veio de lá para nos instruir. Há, contudo, três testemunhos de experiências:

A. Cristo. O céu foi Sua habitação desde toda eternidade. Ele revela mais a respeito dele do que qualquer outra pessoa na Escritura.

B. O apóstolo Paulo, provavelmente, ao ser apedrejado e levado à morte em Listra, foi levado ao terceiro céu (At 14.19-22; 2 Co 12.1-9). Ele foi proibido, contudo, de revelar o que viu e ouviu. Um espinho na carne lhe foi dado para se lembrar de guardar esse poderoso segredo.

C. João, o apóstolo, que foi chamado ao céu (Ap 4.1), e então recebeu instrução para escrever um livro (Ap 1.11), registra tudo o que viu e ouviu. Se for perguntado por que Paulo não pôde relatar, mas a João foi dito para dar o relato, pode ser observado que a experiência de Paulo foi típica de um crente na presente partida pela morte enquanto que a experiência de João foi mais igual ao que será comum a todos os crentes no arrebatamento ainda futuro. Após sua experiência e a despeito da proibição, o apóstolo Paulo escreveu: “Mas de ambos os lados estou em aperto, tendo o desejo de partir e estar com Cristo, porque isto é ainda muito melhor” (Fp 1.23).

Alguém disse: “O céu é um lugar preparado para um povo preparado”. Uma preparação muito definida é exigida daqueles que vão entrar nessa esfera celestial (cf. Cl 1.12). Eles devem ser iguais a Cristo tanto na posição quanto no estado (Rm 8.29; 1 Jo 3.2).

Resta observar que o céu é um lugar de beleza (Ap 21.1–22.7) com habitantes variados (Hb 12.22–24), de vida (1 Tm 4.8), de santidade (Ap 21.27), de serviço (Ap 22.3), de adoração (Ap 19.1–3), de comunhão com Deus (2 Tm 4.8), de glória (2 Co 4.17; cf. Ap 21.4, 5).

Chamamento

Em seu significado doutrinário principal, a palavra *chamado* sugere um convite de Deus ao homem. Este significado é estendido para formar uma base sobre a qual os convidados sejam designados como *chamados*. A chamada eficaz de Deus é equivalente à Sua escolha soberana. Visto que há dois grupos de eleitos agora no mundo – Israel e a Igreja – estes são igualmente vistos como chamados de Deus. Contudo, a chamada de Israel é nacional enquanto que a da Igreja é individualmente com relação aos seus membros. A certeza da chamada de Israel é declarada nas palavras: “...porque os dons e a vocação de Deus são irrevogáveis” (Rm 11.29). Assim, a bênção de Israel, que alcança a eternidade vindoura, é garantida. A palavra *chamar* está intimamente relacionada em significado à palavra *atrair*. Cristo disse: “Ninguém pode vir a mim, se o Pai que me enviou não o trouxer; e eu o ressuscitarei no último dia” (Jo 6.44).

A declaração que esta passagem traz é decisiva. Não somente está afirmado que ninguém pode vir a Deus à parte desta atração, mas que tudo o que é atraído certamente responderá, porque Cristo disse: “...e eu o ressuscitarei no último dia”. As palavras *atrair* e *chamar* indicam o método divino de escolha, embora esta última possa ser usada com referência específica ao estado daqueles assim abençoados. Eles, portanto, são *os chamados*. A esta altura pode ser observado que o nome *crente* está em contraste com o termo *chamados*. O primeiro indica a responsabilidade humana, enquanto que o último indica uma responsabilidade divina.

Como há uma atração que é geral, por meio da pregação do Evangelho, assim há uma chamada geral. Cristo certa vez disse: “E eu, quando for levantado da terra, todos atrairei a mim” (Jo 12.32). Igualmente, como há uma atração divina que não é resistida (cf. Jo 6.44), assim há uma chamada pelo Espírito que não é resistida e é legitimamente chamada de *vocação eficaz*. Está totalmente dentro dos limites deste tipo de chamamento que os crentes são denominados de *os chamados*, ou *vocacionados*. Eles são assim diferenciados da massa que, embora sujeitos a um chamamento geral e uma atração geral, não são eficazmente chamados. Uma verdade a ser observada é a de que Deus indica e separa Seus eleitos que compõem a Igreja, não por qualquer esforço geral, tal como a morte de Cristo pelo mundo todo ou a proclamação do Evangelho através do que essa morte é apresentada como uma base de salvação para aqueles que estão perdidos, mas Ele os seleciona antes por uma influência poderosa sobre cada pessoa eleita, cuja influência assegura a recepção de Cristo como Salvador.

Tão definida e certa, a chamada prova que ela é equivalente à realização da própria eleição divina. O apóstolo devidamente escreve a respeito da “operação eficaz” do poder de Deus que determinava o seu ministério (Ef 3.7). Era um chamamento em direção ao alto (Fp 3.14); é uma vocação celestial (Hb 3.1). Ela exige um andar santo (Ef 4.1; 2 Ts 1.11); ela gera esperança (Ef 4.4); e por uma demonstração exterior, o crente é designado para certificar, dar prova dela pelo modo como ele vive (2 Pe 1.10).

Há um uso peculiar da palavra *chamamento* quando por ela é feita referência ao estado daqueles que são chamados e no tempo em que eles são chamados. A isto o apóstolo testifica quando escreve: “Somente ande cada um como o Senhor lhe repartiu, cada um como Deus o chamou. E é isso o que ordeno em todas as igrejas. Foi chamado alguém, estando circuncidado? Permaneça assim. Foi alguém chamado na incircuncisão? Não se circuncide. A circuncisão nada é, e também a incircuncisão nada é, mas sim a observância dos mandamentos de Deus. Cada um fique no estado em que foi chamado. Foste chamado sendo escravo? Não te dê cuidado; mas se ainda podes tornar-te livre, aproveita a oportunidade. Pois aquele que foi chamado no Senhor, mesmo sendo escravo, é um liberto do Senhor; e assim também o que foi chamado sendo livre, escravo é de Cristo. Por preço fostes comprados; não vos façais escravos de homens. Irmãos, cada um fique diante de Deus no estado em que foi chamado” (1 Co 7.17-24).

A vocação divina e eficaz é aquela de cinco obras poderosas de Deus em favor de toda pessoa eleita debaixo da graça. Por ter se referido a elas como “os chamados segundo o seu propósito”, o apóstolo a partir de Romanos 8.28 em diante declara que “aqueles a quem Deus conheceu de antemão, Ele predestinou; e aos que predestinou, Ele chamou; e aos que chamou, Ele justificou; e aos que justificou, glorificou” (Rm 8.29,30). Neste contexto, a palavra *conhecer de antemão* (ou pré-conhecer) não significa uma mera presciência ou conhecimento do que estava para acontecer; aqui, indica o exercício ativo do amor eterno pelos indivíduos que compõem o grupo dos eleitos de Deus nesta era. Porque o destino deles ele também predestinou. Observe o funcionamento da predestinação. Ela inclui exatamente o mesmo grupo numericamente e até o último indivíduo a quem Ele chama com uma vocação eficaz, é o mesmo grupo de eleitos que, sem perda de um só deles, Ele tanto justifica quanto glorifica.

Nesta seqüência de cinco realizações divinas, quatro representam a ação soberana de Deus. É o *chamamento* somente que incorpora alguma responsabilidade humana em sua realização, e, todavia, sem a mais leve violação daquela certeza infinita de que todos os que são chamados serão justificados e glorificados. Uma chamada sugere alguma cooperação na forma de uma resposta humana à chamada. Neste aspecto, a chamada divina é totalmente diferente dos outros quatro empreendimentos soberanos – pré-conhecimento, predestinação, justificação e glorificação – que não admitem a ação humana ou qualquer outra responsabilidade. A questão que surge imediatamente é se, quando um elo nesta corrente é restrito ao ponto em que depende tudo da

cooperação humana, a totalidade do grande empreendimento descrito por estas cinco palavras não é prejudicada com relação à sua certeza de realização.

Caso Deus coagisse a vontade do indivíduo, o caráter essencial de uma chamada seria totalmente obliterado, e a ação da escolha humana, que é tão evidente na declaração bíblica do modo da salvação, seria invalidada. Assim, a questão diz respeito sobre se Deus é capaz de persuadir, de induzir, de prevalecer sobre o entendimento e a vontade humanos, ao respeitar a escolha de Cristo como Salvador e tudo o que a escolha assegura de que o chamado, sem uma possível exceção, responderá com o exercício da fé salvadora em Cristo – ao ser a própria fé comunicada (cf. Ef 2.8). A segurança é de que Deus pode e realmente influencia os homens pela iluminação que o Espírito concede para que eles, com uma certeza que não permite a possibilidade de que haja falha na resposta ao chamado divino, cada um será justificado e redimido em resposta à fé salvadora e pessoal em Cristo, isto é o que constitui uma chamada eficaz.

De grande importância neste programa total de salvação é o fato que, quando o chamado é iluminado e persuadido pelo Espírito, antes que coagido, sua própria vontade age numa volição desimpedida e intacta. Permanece verdadeira a máxima “quem quiser pode vir”. Contudo, nos conselhos de Deus, que propriamente podem ser revelados somente para aqueles que são salvos, mas que não constitui uma mensagem para o não-salvo, também permanece verdadeiro que nenhuma vontade humana age na aceitação de Cristo pela fé que não tenha sido trazida ao entendimento aquilo que as mentes cegas por Satanás nunca entendem, ou seja, que toda graça divina é a porção deles e a bênção infinita em Cristo Jesus a serem recebidas sobre a base da fé.

Então, a vocação é aquela escolha da parte de Deus de um indivíduo por meio de uma obra eficaz na mente e no coração pelo Espírito Santo, com o fim de que a vontade de uma pessoa que é chamada possa ser movida por sua própria visão e determinação no exercício da fé salvadora. Duas grandes necessidades são preservadas e igualmente satisfeitas, ou seja, somente aqueles que são chamados a quem Deus predeterminou para serem justificados e glorificados, e aqueles que são assim eleitos por seus próprios corações e mentes iluminadas para receber Cristo como Salvador.

Chifre

O termo chifre é um símbolo de poder e de autoridade. É feita referência a ele na Escritura nos seguintes textos:

1. “O chifre de Davi” (Sl 132.17 [força de Davi]; cf. 92.10).
2. “O chifre da casa de Israel” (Ez 29.21).
3. “Um pequeno chifre” – o homem do pecado ainda por aparecer com todos os seus sinais e maravilhas (Dn 7.8, 11, 20, 21; 8.5, 8, 9, 21; Mq 4.13; Zc 1.21; 2 Ts 2.9).

Confissão

A confissão é uma expressão exterior de uma convicção interior. Ela assume três formas distintas na Bíblia.

1. DE CRISTO. A confissão individual que se faz de Cristo deve ser vista em dois particulares:

A. COMO SALVADOR. Desta confissão particular de Cristo, as Escrituras declaram: “Porque, se com a tua boca confessares a Jesus como Senhor, e em teu coração creres que Deus o ressuscitou dentre os mortos, serás salvo; pois é com o coração que se crê para a justiça, e com a boca se faz confissão para a salvação” (Rm 10.9,10); “Nisto conheceis o Espírito de Deus; todo espírito que confessa que Jesus Cristo veio em carne é de Deus; e todo espírito que não confessa a Jesus não é de Deus; mas é o espírito do anticristo, a respeito do qual tendes ouvido que havia de vir; e agora já está no mundo... Qualquer que confessar que Jesus é o Filho de Deus, Deus permanece nele, e ele em Deus” (1 Jo 4.2,3,15); “Porque já muitos enganadores saíram pelo mundo, os quais não confessam que Jesus Cristo veio em carne. Tal é o enganador e o anticristo” (2 Jo 1.7). Muito freqüentemente destes textos – especialmente Romanos 10.9,10 – se pensa que se referem a uma confissão de Cristo que um indivíduo podia fazer em público.

Homens sinceros têm tomado este texto dando a entender que um indivíduo deve fazer uma confissão pública de Cristo como um pré-requisito para a salvação, reconhecendo pouco o fato de que a maioria daqueles que são crentes foi salva sob circunstâncias em que nenhuma confissão pública era possível. A confissão aqui ordenada é dirigida a Deus e não aos homens. Ela é a resposta do coração a Deus pela qual a aceitação de Cristo como Salvador é selada. Quando confrontado com a promessa de Jeová a respeito de um filho, Abraão creu – literalmente, concordou – com Deus (Gn 15.6). Assim toda alma nascida de Deus volta para Ele com um reconhecimento sincero de Cristo como Salvador. É a resposta da alma e do espírito dizendo no ser mais interior: “Abba, Pai”.

Deveria ser observado que, visto que em mais de 150 textos do Novo Testamento a salvação é condicionada à fé, e à fé somente, não pode ser verdade que qualquer outra exigência seja colocada sobre o não-salvo para a salvação, ou estas muitas e centrais passagens são incompletas e num certo grau estão enganadas. Todos os que ouvem a chamada de Deus respondem em seus corações a essa chamada, se são salvos.

B. NO REINO. De acordo com Mateus 10.32,33, a confissão de Cristo feita pelos Seus no reino futuro dependerá da confissão dEle feita por eles aqui na terra. Evidentemente esta será a consideração mais vital na era do reino. O texto declara: “Portanto, todo aquele que me confessar diante dos homens, também eu o confessarei diante de meu Pai, que está nos céus. Mas qualquer que me negar diante dos homens, também eu o negarei diante de meu Pai, que está nos céus”.

2. DO PECADO. O segundo aspecto desta doutrina divide-se, igualmente, em duas divisões principais, que são:

A. A EXIGÊNCIA DO ANTIGO TESTAMENTO. Visto que qualquer pessoa do pacto (ou pessoas) pode ser restaurada às bênçãos experienciais de sua relação com Deus pela confissão – embora em nenhum caso é um pacto incondicional em si mesmo ou a posição perante Deus que ela assegura em perigo de ser sacrificada – as pessoas de Israel eram assim restauradas, e esta provisão se tornou um aspecto vital da doutrina do Antigo Testamento (cf. Lv 5.5; 16.21; 26.40; Nm 5.7; 1 Rs 8.33, 35; 2 Cr 6.24, 26; 30.22; Ed 10.11; Ne 1.6; Sl 32.5; 51.1-19; Pv 28.13; Dn 9.4). Como no caso do cristão na presente era e como afirmado, a posição pactual e a posição de Israel não poderiam ser perdidas, mas a comunhão com Deus se perdida por causa do pecado poderia ser restaurada pela confissão. Dois exemplos específicos de confissão individual dentro da velha ordem deveriam ser observados com atenção.

O pecado notável de Davi, mesmo que envolvesse um mal imensurável, e o sacrifício de suas bênçãos pessoais, não destruíram a sua salvação, porque ele disse: “Restitui-me a alegria da tua salvação”. Ele também reconheceu que o seu pecado, embora um dano para muitos, foi primariamente contra Deus. Isto ele deixou claro com estas palavras: “Contra ti, contra ti somente, pequei, e fiz o que é mau diante dos teus olhos” (Sl 51.4). Igualmente o filho pródigo de Lucas 15.11-21, que também pertencia à velha ordem, não sacrificou sua filiação em razão do pecado, mas foi restaurado à comunhão com seu pai através da confissão, em cuja confissão ele disse: “Pai, pequei contra o céu, e diante de ti, não sou mais digno de ser chamado teu filho” (Lc 15.21). Deve ser observado como essas duas confissões reconhecem que o pecado é primariamente contra Deus. Visto que há aqui como em toda parte um progresso da doutrina, o tema geral da confissão será mais claramente apresentado em conexão com os relacionamentos que são conseguidos deste lado da morte de Cristo.

B. A EXIGÊNCIA DO NOVO TESTAMENTO. A confissão, por ser a expressão exterior de uma convicção interior, está intimamente relacionada ao arrependimento. O problema diante do crente que pecou não é a restauração para o estado de salvo, estado esse que depende totalmente da pessoa imutável de Cristo e de seu mérito e, portanto, continua o que é, enquanto a base permanece sobre a qual ela repousa; torna-se antes um assunto de comunhão com o Pai e o Filho. Duas pessoas não podem andar juntas, exceto se houver entre elas acordo e Deus não pode ter comunhão com o mal; contudo, quando o cristão pecador se volta para Deus em reconhecimento total do pecado, e aceita a avaliação que Deus faz dele, a concordância está estabelecida novamente e a restauração à comunhão é imediatamente experimentada. Do lado divino, há tanto a purificação quanto o perdão requeridos e também proporcionados, e estes são operados pela fidelidade de Deus à Sua promessa e propósito, e em justiça, visto que Cristo suportou o pecado em questão (1 Jo 1.9).

Naturalmente, tais provisões são pretendidas somente para aqueles que são realmente filhos de Deus e, assim, entram em união com Deus que não pode ser quebrada. A confissão deveria sempre ser a Deus e a ninguém mais, a menos que, porventura, alguma outra pessoa tenha sido prejudicada pelo pecado.

Deveria ser reconhecido também que a verdadeira confissão é uma admissão completa do mal praticado. Pedir que Deus perdoe está totalmente fora de questão. Ele disse que perdoará e purificará o salvo que *confessa* seu pecado. Esta promessa deveria ser tomada exatamente como foi dada, e a fé deveria considerar que quando uma confissão sincera foi feita, a promessa é mantida, independentemente das emoções a respeito do pecado que pode continuar.

Dois textos importantes tratam da confissão do pecado pelo cristão: “Mas, se nós nos julgássemos a nós mesmos, não seríamos julgados; quando, porém, somos julgados pelo Senhor, somos corrigidos, para não sermos condenados com o mundo” (1 Co 11.31,32); “Mas, se andarmos na luz, como ele na luz está, temos comunhão uns com os outros e o sangue de Jesus seu Filho nos purifica de todo pecado. Se dissermos que não temos pecado nenhum, enganamo-nos a nós mesmos, e a verdade não está em nós. Se confessarmos os nossos pecados, ele é fiel e justo para nos perdoar os pecados e nos purificar de toda injustiça” (1 Jo 1.7-9; cf. Tg 5.16).

3. DE HOMENS. Como foi observado, é um aspecto importante dos relacionamentos do reino futuro que Cristo vai confessar diante do Pai e dos anjos aqueles que O confessam diante dos homens. Este texto diz: “Portanto, todo aquele que me confessar diante dos homens, também eu o confessarei diante de meu Pai, que está nos céus. Mas qualquer que me negar diante dos homens, também eu o negarei diante de meu Pai, que está nos céus” (Mt 10.32, 33). Este texto está totalmente dentro da revelação do reino e, portanto, não poderia se aplicar ao cristão na presente era. Um aspecto similar para a Igreja é visto, contudo, em Apocalipse 3.5.

Consciência

Como uma faculdade nativa de cada ser humano, a consciência é a de mais difícil entendimento e tem sido frequentemente negligenciada em obras de Antropologia e Psicologia. Quando Emanuel Kant apresentou o que veio a ser a honorável tríplice divisão da parte imaterial do homem como intelecto, sensibilidade e vontade, ele falhou em incluir a consciência, o aspecto vital da existência humana que ela é. O assunto, na melhor das hipóteses, está envolto em mistério. A personalidade parece expressar o seu pleno escopo e a sua abrangência quando ela deseja e executa o seu propósito guiada pelo intelecto e pelas sensibilidades; não obstante, acima desta manifestação da personalidade, a consciência assenta-se para julgar se a ação é boa ou má. A pretensão da consciência quando não tem parte naquilo que, de outra forma, compromete o ser total e ainda intuitivamente cônica de cada ação ao grau de estabelecer juízo sobre o ato, sugere o caráter peculiar e enganoso dessa faculdade.

Uma ampla esfera de opinião existe a respeito da consciência. Num extremo está a argumentação de que a consciência é uma atitude de mente adquirida,

um mero hábito formado pela disciplina de treinamento desde a infância, treinamento esse que acentuou os valores do bem e do mal. O teste final desta opinião é algo trazido à luz por povos não-civilizados que não tiveram quaisquer ideais morais sustentados, perante eles. Visto que a consciência é capaz de ser enfraquecida e cauterizada, pode ser esperado que, qualquer que possa ter sido sua força nativa na primeira infância dos povos pagãos, ela seria inteiramente destruída à medida que avançam os anos. No outro extremo está uma convicção de que a consciência é a voz de Deus que fala diretamente na alma humana. Um teste para esta teoria ser vencida seria o fato evidente de que a consciência é capaz de ser enfraquecida e totalmente derrotada – tendências que não são facilmente associadas com a real voz de Deus.

A Bíblia assume a presença da consciência no homem como um fator nativo de seu ser e atribui tais limitações dela ao torná-la uma característica humana falível. Embora sujeita ao enfraquecimento através do mau uso, a consciência é apresentada nas Escrituras como um monitor das ações humanas. Parece ser algo inerente e universal, antes do que uma faculdade adquirida, e parece ser uma voz de origem humana, antes que a voz de Deus. Quando for estabelecida uma indução de todos os textos que tratam da consciência, os fatos confiáveis que apresentam esta capacidade humana serão revelados. A palavra ocorre trinta vezes no Novo Testamento.

As seguintes divisões gerais do assunto são sugeridas: (1) A consciência age judicialmente, acusando ou desculpando (Rm 2.15). (2) A consciência age punitivamente, infligindo remorso e autopunição. (3) A consciência antecipa os julgamentos futuros e então age por meio de predição. (4) A consciência age socialmente no julgamento de outros (Rm 14.4; 1 Co 8.13).

A verdade a respeito da consciência humana é mesmo mais complexa no caso de um crente. Por ser habitado pelo Espírito Santo e, portanto, sujeito à mente e à voz do Espírito, a questão pode ser levantada sobre se um cristão realmente vive pelas impressões restritas que uma consciência desamparada gera. O Espírito Santo se torna o novo Monitor, e o filho de Deus entristece ou não entristece o Espírito Santo. Está, portanto, escrito: "E não entristeçais o Espírito de Deus no qual fostes selados para o dia da redenção" (Ef 4.30). É possível que o Espírito Santo opere na consciência humana e através dela quando registra Suas reações ao pensamento e à conduta do crente. O apóstolo Paulo assim testificou de si mesmo: "Digo a verdade em Cristo, não minto, dando testemunho comigo a minha consciência no Espírito Santo" (Rm 9.1).

Conversão

A conversão, que aparece quarenta vezes no original (ἐπιστρέφω), significa não mais do que um retorno, mudança de rumo, e exige um tratamento duplo, a saber:

1. **IMPLICAÇÕES FÍSICAS.** Neste primeiro uso da terminologia *converter* ou *conversão*, o significado a ser comunicado não é mais do que um retorno de um corpo físico. Várias vezes está declarado de Cristo que Ele “voltou-se”, “fez um retorno” (cf. Mt 16.23, στρέφω), que sugere simplesmente que Ele virou o seu corpo. Ele, assim, foi “convertido”. Cristo advertiu os discípulos contra lançar pérolas aos porcos, para que os porcos, ao se *voltarem* (“ao se converterem”), não os despedaçassem (Mt 7.6, στρέφω).

2. **IMPLICAÇÕES ESPIRITUAIS.** Como um ato moral ou espiritual também, o indivíduo pode se voltar. O apóstolo Paulo escreve: “Porque eles mesmos anunciam de nós qual a entrada que tivemos entre vós, e como vos convertestes dos ídolos a Deus, para servirdes ao Deus vivo e verdadeiro, esperardes dos céus a seu Filho, a quem ele ressuscitou dentre os mortos, a saber, Jesus, que nos livra da ira vindoura” (1 Ts 1.9-10). Contudo, por ser somente a ação humana da mente e vontade, a conversão no sentido moral ou espiritual não é equivalente à salvação, que em todas as suas transformações poderosas é sempre e unicamente uma obra de Deus para o indivíduo que exerce fé salvadora em Cristo. Este, o segundo e mais importante aspecto do termo *conversão*, pode indicar não mais do que uma reforma. É a falsificação mais proeminente da verdadeira salvação.

Quando se faz a obra de um evangelista, é possível assegurar conversões que são auto-operadas, mudanças morais totalmente à parte da genuína salvação com seu perdão, novo nascimento, e a justiça imputada. O estudante faria bem em evitar o uso da palavra *conversão* quando a salvação está em vista. Os homens não são salvos, exceto que sejam espiritualmente convertidos. Eles então se voltarão da confiança em outras coisas a respeito da salvação para a confiança em Cristo somente (cf. 1 Ts 1.9). De Israel também poderia ser dito que se converte (cf. Sl 19.7; Is 6.10; Mt 13.15; 18.3; Mc 4.12; Lc 22.32; Jo 12.40; At 3.19; 15.3; 28.27; Tg 5.19).

Convicção

A palavra grega original ἐλέγχω que pode ser traduzida como *convencer* – usada dezessete vezes no Novo Testamento – apresenta em geral o processo pelo qual uma pessoa chega a certas conclusões ou impressões em sua mente. Muito freqüentemente é suposto que esta abordagem é através de emoções que a convicção consiste de uma depressão espiritual e tristeza pelo pecado. Deve antes ser observado que a emoção, que pode surgir no coração, é em si mesma devida à convicção, um estado de convencimento da mente, e não o estado convencido da própria mente. Freqüentemente esse equívoco é suposto que uma tristeza suficiente pelo pecado amaciara o coração de Deus, para que Ele possa perdoar, ou que a tristeza pelo pecado resultará num completo

abandono da prática do pecado. Em nenhuma dessas suposições a verdade vai ser encontrada.

A atitude de Deus para com o pecado do indivíduo foi totalmente mudada e isto por causa do fato de que Cristo suportou o seu pecado. Por intermédio da morte de Cristo pelo pecado, Deus é agora propício. Não resta ocasião alguma para Ele ser aplacado ou propiciado pelas lágrimas humanas ou pela tristeza. Igualmente, chegar a um ponto de convicção onde algumas reformas são asseguradas é muitíssimo diferente da salvação do indivíduo. Se pela da iluminação que a convicção comunica, contudo, o indivíduo é conduzido a se lançar completamente sobre Deus para Sua graça salvadora, o resultado desejado de uma transformação espiritual será obtido.

Com este significado mais específico de *convicção* em mente, pode ser dada atenção à passagem central que trata sobre este tema, a saber, João 16.7-11, que diz: "Todavia, digo-vos a verdade, convém-vos que eu vá; pois se eu não for, o Ajudador não virá a vós; mas, se eu for, vo-lo enviarei. E quando ele vier, convencerá o mundo do pecado, da justiça e do juízo; do pecado, porque não crêem em mim; da justiça, porque vou para meu Pai, e não me vereis mais, e do juízo, porque o príncipe deste mundo já está julgado". Este tríplice ministério do Espírito para os não-salvos pelo qual eles são iluminados ou convencidos, cuja iluminação evidentemente vence a cegueira que Satanás impôs com relação ao Evangelho, é muito essencial se qualquer aceitação inteligente de Cristo deve ser conseguida.

Esta cegueira satânica é descrita pelo apóstolo: "Mas, se ainda o nosso evangelho está encoberto, é naqueles que se perdem que está encoberto, nos quais o deus deste século cegou os entendimentos dos incrédulos, para que lhes não resplandeça a luz do evangelho da glória de Cristo, o qual é a imagem de Deus" (2 Co 4.3, 4).

Ninguém além do Espírito Santo pode levantar esse véu. O Espírito faz isso, quando leva o indivíduo a compreender três verdades cardeais e indivisíveis. Elas são cardeais visto que abrangem a própria estrutura do Evangelho da graça de Deus. Elas são indivisíveis visto que nenhuma porção delas jamais é operada à parte do todo. Como os três temas são tomados separadamente, é de grande importância reconhecer que estes assuntos são mencionados no texto como constituintes da substância da revelação do Espírito aos não-salvos. A mesma revelação completa destas verdades é tão definitivamente exigida em todo não-regenerado como a universalidade da cegueira deles exige. De si mesmo e à parte da cegueira produzida por Satanás, o Evangelho não é difícil de ser entendido e ele parece mais atraente para aqueles a quem ele vem por meio da iluminação do Espírito.

À parte de um entendimento do Evangelho e disposição gerada pelo Espírito para recebê-lo, ninguém é salvo. Hebreus 6.4-9 sugere que muita iluminação pode vir para os não-salvos que eles têm poder para resistir e que, enquanto eles continuam a resistir a graça de Deus, a única esperança para a salvação deles é colocada de lado por eles próprios. A passagem, contudo, não ensina que os

cristãos podem se perder. O versículo 9 determina o fato de que os não-salvos são referidos naquilo que foi dito nos versículos 4-8. Voltemos agora para a passagem central:

1. CONVICÇÃO DO PECADO. A referência aqui é a um pecado: deles “não crerem em mim”. Muito freqüentemente é suposto que é obra do Espírito tornar as pessoas cômicas do pecado e tristes por causa dele; ao contrário, Ele revela ao não-salvo simplesmente o único pecado de rejeitar Cristo. Esta ênfase do Espírito é razoável à luz da verdade de que Cristo suportou todo pecado em Sua morte. Permanece apenas uma questão – a de crer ou receber o que Cristo fez e a Ele próprio como o Salvador glorificado.

2. CONVICÇÃO DA JUSTIÇA. Assim, novamente, o Espírito revela o que é impossível para o não-iluminado, impossível para a pessoa não-regenerada compreender, a saber, que no Cristo invisível agora à destra de Deus foi proporcionado todo mérito e qualidade que alguém poderia precisar no tempo ou na eternidade. Embora os não-salvos não possam entrar profundamente na doutrina complexa da justiça imputada, é essencial que eles conheçam como a salvação depende do abandono deles da confiança em si mesmos ou em qualquer outra esperança e da colocação da esperança deles totalmente e somente em Cristo. Isto certamente prova um importante aspecto da obra do Espírito, se uma aceitação inteligente de Cristo como Salvador pessoal venha a ser assegurada.

3. CONVICÇÃO DO JUÍZO. No uso da palavra *juízo* a esta altura é feita uma alusão à cruz de Cristo pela qual Satanás, “o príncipe deste mundo”, foi julgado (cf. Cl 2.14,15). O fato total tem a ver com a forte influência de Satanás sobre a humanidade com base de que os homens são contrários a Deus através do pecado. Por levar o pecado do mundo eficazmente (Jo 1.29), o Filho de Deus impôs um julgamento sobre Satanás que deveria ser reconhecido como o maior de todos os julgamentos. Dos não-salvos se espera que eles reconheçam, como criminosos, que foram presos, trazidos a juízo, achados culpados, e levados para a execução, somente para ter outra pessoa, por Sua própria escolha, que intervém e sofre a execução no lugar do pecador. Assim, acontece que o pecador é colocado como um criminoso julgado, que não recebe a sua própria execução. Certamente, esta não é uma coisa a ser empreendida pelo pecador, mas é algo para ele *crer*.

Quando o campo total da verdade que o Espírito revela aos não-salvos, por qualquer agência que Ele possa escolher, é revelado, torna-se evidente que a questão diante dos não-salvos como Deus a apresenta é a de crer naquilo que agora foi cumprido por Deus e de descansar confiadamente na capacidade salvadora de Cristo. Está claro que aquele que tenta pregar a mensagem divina deveria fazer assim com toda esta verdade em mente. Em outras palavras, o Evangelho que o Espírito Santo pode exprimir é o que foi apresentado pelas três frases: convicção “do pecado, da justiça, e do juízo”.

Coração

Igual a *alma* e *espírito*, o *coração* é um termo bíblico que pode representar o indivíduo (Gn 18.5; Lv 19.17; Sl 104.15; cf. Mt 13.15 com 1 Co 2.10).

O significado do termo nunca foi plenamente definido. Isto pode ser feito somente por uma indução completa de todos os textos que tratam do assunto.

Ao se referir ao coração como um órgão do corpo físico, deve ser dada atenção às emoções humanas – coragem, ira, temor, alegria, tristeza, devoção e ódio (Dt 19.6; 1 Sm 25.37; Sl 4.7; 12.2; 27.14). Um homem pode amar a Deus com todo seu coração.

Corpo

A verdade bíblica geral a respeito do corpo permite uma tríplice divisão, ou seja: (1) o organismo humano, (2) o organismo físico de Cristo e (3) o Corpo místico de Cristo.

1. O ORGANISMO HUMANO. No Novo Testamento uma distinção marcante deve ser feita entre σῶμα e σὰρξ. A primeira palavra é geralmente usada para indicar a carne física, enquanto que a última é mais ampla em sua importância, e refere-se algumas vezes ao corpo físico (cf. Hb 5.7) e em outras vezes incorpora aquilo que é imaterial e ético em seu significado, com referência específica à natureza caída do homem. O apóstolo Paulo escreveu: “Porque eu sei que em mim, isto é, na minha carne, não habita bem algum”, e no mesmo contexto também disse: “...o pecado que habita em mim”, “o pecado que está nos meus membros”, e “quem me livrará do corpo desta morte?” (Rm 7.15-25). Estas declarações demonstram a verdade de que o apóstolo incluiu na palavra *carne* tudo o que constitui o homem não-regenerado. O presente corpo não é redimido ainda que a redenção tenha sido aplicada à alma e ao espírito.

Esta verdade essencial a respeito do corpo do crente – que permanece sem redenção – está declarada em Romanos 8.23, onde é mencionado que o salvo espera a redenção do corpo, redenção essa que ocorrerá no retorno de Cristo. Com relação ao futuro do corpo do crente, é dito que ele vai se tornar, quando redimido e mudado, igual ao corpo glorioso de Cristo (Fp 3.21), e será conformado ao Seu corpo instantaneamente no arrebatamento (cf. 1 Co 15.42-44, 51, 52). Visto que o corpo humano é o meio de expressão para a parte imaterial do homem, a carne é também concebida como a expressão do “velho homem”, ou o pecado que está nos membros do corpo. Neste contexto, o apóstolo se refere ao “corpo do pecado” (Rm 6.6). De igual modo, ele compara a carne com a sua natureza pecaminosa a um corpo de morte (Rm 7.24), ou a um corpo morto que ele carrega consigo para onde ele vai.

Este, além disso, é o mesmo “corpo dos pecados da carne” que Cristo julgou quando ele morreu para a natureza pecaminosa do crente (Rm 8.3;

Gl 5.24; Cl 2.11). Ao distinguir entre o corpo e a vida espiritual que há nele que Deus concede com base na fé, o apóstolo sugere que a vida que vem dEle é um “tesouro” que está em vaso de barro (2 Co 4.7). Este corpo que em seu presente estado de vivo é mortal – sujeito à morte – se a morte não acontece, se revestirá de imortalidade; se a morte acontecer, o corpo que por causa da morte entra em corrupção, na ressurreição dos salvos, ele será revestido de incorrupção.

O corpo que deve ser do crente para sempre em glória é adaptado ao espírito do homem, enquanto que o mesmo corpo em seu presente estado é adaptado à alma do homem (1 Co 15.44-46); e se o cristão passa pela morte e ressurreição e, assim, através da corrupção e incorrupção ou pela transformação em imortalidade, por ser instantaneamente mudado do mortal para o imortal, o fim é uma realidade padronizada. Será um corpo igual ao corpo glorioso de Cristo (Fp 3.21). Há tanta promessa para o futuro do corpo do crente quanto há para o futuro de sua alma e de seu espírito.

Parece evidente para alguns, a partir de 2 Coríntios 5.1-8, que um corpo intermediário está preparado no céu para os crentes que, pela morte, são separados do presente organismo, que experimenta corrupção até o tempo da ressurreição. O corpo intermediário seria ocupado até a vinda de Cristo e o presente corpo seria vindicado em toda sua glória de ressurreição. O corpo mencionado em 2 Coríntios 5.1-8 é dito ser “nossa casa que está no céu”, um corpo que em natureza pertence à esfera das coisas eternas e serve para evitar mesmo um momento sequer de desincorporação do crente.

2. O ORGANISMO FÍSICO DE CRISTO. Aquilo que é essencial para uma verdadeira humanidade e exigido, se um sacrifício suficiente e com derramamento de sangue fosse exigido, ou seja, um corpo humano, foi adquirido por Cristo pelo Seu nascimento físico. Por esse corpo Ele deu graças quando estava para vir ao mundo, e tudo isso por causa da incapacidade dos sacrifícios de animais para tratar de um modo definitivo com o problema do pecado (Hb 10.4-7). É importante que tenha sido feito um registro da avaliação de Cristo de Seu corpo físico e que o Seu pensamento fundamental tenha sido para um sacrifício que satisfizesse. Com referência à Sua realeza e igualmente à morte de um Rei rejeitado, Ele disse: “Por esta causa vim ao mundo” (Jo 18.37). Em vão os artistas tentam descrever os retratos imaginários de Cristo em Sua humilhação. Aquela aparência se foi para sempre (cf. 2 Co 5.16).

Assim, também, o corpo humano de Cristo serviu como um véu para esconder a Sua glória essencial. Somente uma vez Sua glória penetrou esse véu (2 Pe 1.16-18). É provável que Sua glória estivesse ainda um tanto escondida durante o Seu ministério de quarenta dias após a ressurreição e até a Sua ascensão final. João, que viu Cristo em toda sua glória, quando Ele apareceu na ilha de Patmos, caiu a Seus pés como morto (Ap 1.17). Nesse corpo em que Ele viveu e morreu, Cristo ressuscitou, e nesse mesmo corpo, Ele está glorificado. Assim glorificado, em breve voltará.

3. O CORPO MÍSTICO DE CRISTO. A figura mais empregada para representar o relacionamento que existe entre Cristo e a Igreja é a do corpo humano com seus muitos membros e sua cabeça. A realidade imensurável dada ao crente

quando ele entra nessa nova posição em Cristo pelo batismo do Espírito, é ilustrada pela idéia da junção de um membro a um corpo humano; e, como as funções dos membros em tal corpo diferem, assim o serviço dos crentes varia de acordo com a vontade da Cabeça viva. A união vital com Cristo é a verdade gloriosa que a figura apresenta. Nenhum relacionamento como esse é obtido na ordem do Antigo Testamento, nem mesmo aparecerá no reino vindouro.

Credos

Primariamente, o conhecimento da doutrina bíblica é uma realização individual. Neste campo, portanto, grandes obras de teologia foram escritas; mas, para a unificação geral, os homens têm formulado credos e neles têm tentado encontrar um comum acordo. Os credos estão intimamente ligados em seu caráter às obras de Teologia Sistemática. Ambos igualmente, contudo, e pela mesma razão, são rejeitados pelos líderes religiosos modernos. Visto que o Novo Testamento apresenta muito mais doutrina do que o Antigo Testamento, os credos usualmente são baseados na revelação do Novo Testamento. Sem dúvida, Deuteronômio 6.4 é a passagem mais teológica no Antigo Testamento. Os credos possuem um valor especial como refletores da teologia de seus tempos. Nenhum deles é inspirado, naturalmente, e nenhum deles é infalível. Vastas esferas da verdade essencial foram desenvolvidas pelos expositores e teólogos, na verdade, desde que a grande maioria dos credos foi formada.

Um grave perigo existe na falha em reconhecer o campo mais amplo de verdade quando e onde esses credos são adotados e defendidos como uma expressão suficiente daquilo que a Palavra de Deus apresenta. Semelhantemente, uma subscrição pessoal de alguns credos pode ser um meio pelo qual uma pessoa pode ser classificada como ortodoxa, e ainda essa pessoa pode ser destituída de um estudo direto das Escrituras. Qualquer instrumento que permite aos homens passar como ministros treinados, mas que tende a tornar os árduos e contínuos estudos do Texto Sagrado como não-essenciais, deveria ser exposto e fielmente evitado. No presente momento, muitas afirmações doutrinárias muito restritas são redigidas por um número sempre crescente de formas independentes de trabalho cristão que, por não terem relação alguma com grandes denominações nem possuírem qualquer padrão doutrinário conseqüentemente sobre que repousar, por causa disso, devem declarar a sua crença ao público.

Os principais credos do passado se classificam em dois grupos gerais: (1) os formulados antes da Reforma e (2) os formulados após a Reforma.

1. CREDOS DA PRÉ-REFORMA.

A. O Credo dos Apóstolos. Este é algumas vezes chamado de *Credo Romano*, e é melhor conhecido e mais geralmente usado do que os outros. Por ser altamente condensado, é apropriado para a recitação pública. Como

acontece com todos os credos, o alvo dos escritores era declarar o que eles criam ser a verdade cardeal; mas este credo, igual aos outros, é caracterizado pelo que ele tem omitido, assim como pelo que ele tem apresentado. Poucas pessoas, contudo, estão sempre conscientes daquilo que está omitido nos credos ou nos escritos teológicos.

B. Credo Niceno, ou credo dos 318 – é assim chamado por causa do número de bispos que colaboraram em sua formação – foi adotado em Nicéia, 325 d.C., e foi reafirmado em Constantinopla em 381 d.C. Seu alvo principal era contradizer o arianismo, em sua própria defesa do trinitarianismo.

C. Credo Atanasiano, foi a afirmação de Atanásio, bispo de Alexandria, o principal combatente de Ário.

2. CREDOS DA PÓS-REFORMA.

A. ARTIGOS DE SCHWABACH, DATADOS DE 1529.

B. CONFISSÃO DE AUGSBURGO, 1530.

C. ARTIGOS DE SCHMALKALD, 1537.

D. FÓRMULA DE CONCÓRDIA, 1577.

E. CONSENSO DE GENEBRA, 1551, COM 26 ARTIGOS.

F. CATECISMO DE HEIDELBERG, 1562.

G. CÂNONES DO SÍNODO DE DORT, 1618-1619.

H. TRINTA E NOVE ARTIGOS DA IGREJA DA INGLATERRA, 1563.

I. CONFISSÃO DE FÉ DE WESTMINSTER, FORMADA PELOS LÍDERES DA IGREJA REFORMADA, 1648.

Criação (veja Evolução)

O poder da razão que pertence em algum grau a todo ser humano assevera por inquirir a respeito da origem de todas as coisas. A consciência do eu e de todo o ambiente identifica realidades que geram a dupla convicção de que, independentemente do distanciamento do tempo, o que parece ter tido um começo e – visto que toda criação é tão maravilhosamente desenhada e harmonizada – que deve haver uma mente de competência infinita e cheia de onipotência para criar ou fazer vir à existência todas as coisas que existem. Meramente conduzir a idéia da origem de volta para o esquecimento, como faz o evolucionista, serve somente para confundir a mente e aumentar a esfera das incertezas; porque o problema central permanecerá – o problema de uma primeira causa não é a solução mais próxima.

Independentemente de um suposto processo de desenvolvimento, o gérmen do qual poderia ser alegado que a criação com seus aspectos sobrenaturais incontáveis têm desenvolvido, de acordo com os métodos naturais ou acidentais, há ainda a exigência de uma explicação da necessidade espantosa que o dito gérmen envolvia o universo em si mesmo.

Aí surgiram, portanto, apenas duas idéias básicas a respeito da origem: (1) a do desenvolvimento natural e (2) a da criação divina. Ao repousar entre estas proposições totalmente irreconciliáveis estão várias tonalidades de evolucionismo teísta – uma tentativa da parte de homens para explicar a forma não-desenvolvida da vida e da matéria com que o Universo supostamente começou, ao atribuir ambas as coisas à divindade. A incredulidade e a rejeição crassas de Deus, revelado em Sua Palavra, as quais na realidade caracterizam toda forma de evolucionismo, não são aliviadas por digressões nas esferas da ficção como o evolucionismo teísta traz Deus em cena, porque ele não somente rejeita a revelação divina em sua forma literal, mas minimiza em todo aspecto os elementos divinos que podem se tornar incorporados em seu esquema de interpretação. A doutrina geral da criação pode, então, ser dividida (1) entre o que aceita a revelação divina e (2) o que rejeita a revelação.

1. **A ACEITAÇÃO DA REVELAÇÃO.** A criação de um universo que veio do nada é uma realização que vai além da esfera do entendimento humano que ela pode ser recebida como verdade somente através de uma confiança suficiente nAquele que cria e no reconhecimento dEle. Está escrito: “Pela fé entendemos que os mundos foram criados pela palavra de Deus; de modo que o visível não foi feito daquilo que se vê” (Hb 11.3). A fé é a exigência básica; mas para o não-regenerado o Deus Todo-Poderoso não é suficientemente real para servir como uma causa para nada. O apóstolo declara: “Ora, o homem natural não aceita as coisas do Espírito de Deus, porque para ele são loucura; e não pode entendê-las, porque elas se discernem espiritualmente” (1 Co 2.14). Portanto, dizer para o não-salvo o que Deus fez, está fazendo ou fará qualquer coisa não causará explicação alguma satisfatória para a maneira em que é feito.

Sem um reconhecimento suficiente de Deus, que somente pessoas regeneradas podem possuir, os não-regenerados estão trancados nas forças naturais quando tentam descobrir a origem da vida e da matéria. Os cientistas ímpios, naturalmente, se jactam de nada aceitarem que não seja demonstrável por fatos provados; mas quando abordam o problema das origens, eles caminham em direção ao que não pode ser provado, ao grotesco e às especulações absurdas ou se retiram para um estranho silêncio para o qual os homens razoáveis mergulham quando percebem que eles não podem conhecer. A ciência pode asseverar que o cristão não sabe como a criação foi realizada, e isto é verdade ao grau em que ele não conhece o método de Deus; mas ele conhece Deus como seu Criador. A satisfação do cristão a respeito da origem de todas as coisas não é devida à credulidade ignorante e fantástica; ao contrário, ele encontrou Aquele que pode fazer tudo o que Ele diz que Ele fez ou que mesmo fará, e assim termina sua busca de uma Causa suficiente.

Deveria ser observado a esta altura novamente que os não-salvos não podem reconhecer Deus. Eles são igualmente incapazes de entender a base da fé sobre a qual a pessoa iluminada e regenerada permanece. O argumento não serve

para nada. As duas escolas de pensamento sobre o assunto não são somente separadas no ponto de vista, mas permanecem irremediavelmente separadas até que os regenerados venham a conhecer Deus. A revelação da criação divina não argumenta, como falsamente a acusam, a qual nada produziu. Esta afirmação feita pelos espiritualmente ignorantes somente demonstra novamente a incapacidade que eles têm de reconhecer Deus. Para eles, Deus, em razão de ser nada no conceito deles, só poderia produzir nada.

Por outro lado, dizer que Deus, o Infinito, produziu alguma coisa do nada, pode desafiar a compreensão humana, mas não exaure os recursos da infinidade. A revelação a respeito da criação divina, incidentalmente, não é restrita aos primeiros capítulos de Gênesis, no começo da Escritura. A Bíblia toda está construída sobre a verdade da criação divina. O Texto Sagrado não somente assevera a criação divina desde o princípio, mas a sustenta e procede no seu firme fundamento em cada passo sucessivo onde há revelação dessa verdade.

2. A REJEIÇÃO DA REVELAÇÃO. Acusações muitíssimo danosas devem ser feitas contra toda forma de crença evolucionista. Ela contradiz o que Deus diz. O efeito deste pecado é muitíssimo abrangente. Na medida em que pode ser cometido pelo homem, esse pecado dispensa Deus do universo. Pela harmonia divina, a presença imediata de Deus é a norma assim como a razão o é para todo padrão moral no universo. Um homem que não reconhece Deus, à parte dos fracos ideais sociais que refletem algum conhecimento de Deus, se torna lei para si mesmo; o naufrágio moral no mundo da educação remonta diretamente às teorias “científicas” abraçadas pelos líderes educacionais que repudiam Deus. Há apenas uma cura para o fracasso total da raça, e esta é que o indivíduo seja nascido espiritualmente de cima, para vir a conhecer Deus, conhecer o Seu poder, Seu caráter e a Sua fidelidade.

Cristão

Como um título que pertence àqueles que são salvos, embora seja agora mais empregado do que qualquer outro, o termo *cristão* aparece no Texto Sagrado apenas três vezes: “...e em Antioquia os discípulos pela primeira vez foram chamados cristãos” (At 11.26); “Disse Agripa a Paulo: Por pouco me persuades a fazer-me cristão” (At 26.28); “...mas, se padece como cristão, não se envergonhe, antes glorifique a Deus neste nome” (1 Pe 4.16). O termo *cristão* é evidentemente uma designação gentílica para os crentes, visto que a palavra *Cristo* sobre a qual este título foi construído sugere reconhecimento do Messias ungido e nenhum judeu incrédulo estava preparado para reconhecer as reivindicações messiânicas de Cristo. Este reconhecimento, na verdade, se tornou a verdadeira cruz do problema da relação de um judeu com a nova fé. É significativo que Saulo de Tarso, quando salvo, “logo nas sinagogas pregava a Jesus, que este era o filho de Deus” (At 9.20).

O messianismo foi sempre o tema daqueles que pregavam aos judeus que Jesus é o Cristo. Todos poderiam ser capazes de identificar a pessoa que tinha sido conhecida como *Jesus de Nazaré*, mas o teste determinante era Ele ser reconhecido como o Cristo ou o Messias, e assim o Filho de Deus. Os judeus falavam dos crentes como *nazarenos*. Isto não tinha uma implicação lisonjeira. Muito cedo, nos dias do ministério de Cristo sobre a terra, contudo, sobre Natanael expressou a idéia aceita quando ele perguntou: “Pode alguma coisa boa vir de Nazaré?” Também, o orador Tértulo, quando argumentando perante Félix, pensou bem em rotular Paulo como “o chefe da seita dos nazarenos” (At 24.5). Assim, será observado que os crentes não atribuíram a si mesmos o nome *cristão*, embora Pedro o tenha empregado em referência ao que tinha se tornado uma prática reconhecida (1 Pe 4.16).

Parece provável que este costume de designar crentes não era a expressão de uma convicção de que Jesus é o Messias; ele foi antes baseado no nome familiar de Cristo como um líder religioso. As designações *irmãos*, usada cerca de 200 vezes no Novo Testamento; *santos*, usada cerca de 60 vezes; *discípulos* (começa com o seu aparecimento nos Atos dos Apóstolos) usada cerca de 30 vezes, e *crentes*, que significa aqueles que crêem, usada cerca de 80 vezes, assim mantêm uma preferência de acordo com Atos e as epístolas do Novo Testamento.

Além do problema do que pode ser um título apropriado, está o fato em si de ser identificado de um modo ou de outro. O que, de acordo com o Novo Testamento e assim sobre a autoridade de Deus, faz com que alguém seja um crente ou um cristão? Respostas a esta pergunta são variadas, algumas vezes tão esvaziadas que o título *cristão* é considerado de alguém que meramente porta uma cidadania num país chamado cristão. Em oposição a isto, a realidade que o salvo representa atinge muito além de toda compreensão humana. Sob o estudo de Soteriologia (Vol. III) 33 empreendimentos e transformações divinos, simultâneos e instantâneos, que juntos constituem a salvação de uma alma foram listados. Todos estes são operados no momento em que a fé salvadora em Cristo é exercida. Três dessas grandes realidades somente podem ser citadas aqui, ou seja:

1. UMA NOVA PURIFICAÇÃO. Esse perdão divino que foi alcançado como uma parte da salvação é completo e se estende a todos os pecados – passados, presentes e futuros – na medida em que diz respeito à condenação. Romanos 8.1, entretanto, declara: “Portanto, agora, nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus”. Ainda permanece verdadeiro que o pecado do crente pode, como foi visto em outro lugar, conduzir ao castigo. O perdão, entretanto, é para a purificação e é operado através do sangue de Cristo. Isto prova de maneira completa que nenhuma sombra ou mácula será vista sobre o salvo – mesmo pelos olhos da santidade infinita – por toda a eternidade.

O perdão divino não está baseado na leniência de Deus, mas, antes, no fato de que o poder condenatório de todo pecado exauriu-se sobre o Substituto divinamente providenciado. O perdão de Deus é um reconhecimento legal da verdade de que Outro suportou o julgamento por aquele que é perdoado. A purificação é, assim, tão completa e perfeita como a base sobre a qual ela é operada.

2. **UMA NOVA CRIAÇÃO.** Uma relação de filiação real e totalmente legítima para com Deus é divinamente gerada quando uma alma é salva. Aquele que é salvo se torna a descendência de Deus. Ele se torna, portanto, um *herdeiro de Deus* e um *co-herdeiro* com Cristo. O apóstolo João testifica de Cristo que “a todos quantos o receberam, deu-lhes o poder” de se tornarem filhos (Jo 1.12) – não uma mera opção ou escolha na direção da regeneração, porque Ele os faz tornar-se no mais absoluto sentido filhos de Deus. Como tal eles são adaptados e destinados a tomar o lugar de honra na família do Pai no céu. Deus está agora “trazendo muitos filhos à glória” (Hb 2.10).

3. **UMA NOVA POSIÇÃO.** Por causa da identidade perfeita e da união do crente com Cristo, que é criada pelo Espírito Santo, pode ser dito do salvo que ele se tornou “aceito” (Ef 1.6). Esta posição não é uma ficção ou fantasia, mas por ela o crente se torna imediatamente não somente vestido com a justiça de Deus, mas ele próprio se torna a própria justiça de Deus. Esta realidade imensurável depende totalmente do fato que o filho de Deus, por ser abençoado, está em Cristo. Tal posição sem limites perante Deus torna-se legalmente possível através do suave cheiro da morte de Cristo quando como Substituto Ele “ofereceu-se a si mesmo sem mancha a Deus” (Hb 9.14), para liberar assim tudo que Ele é em Si mesmo, a fim de ser a porção daqueles a quem Ele salva. Esta provisão por meio de Sua morte é realizada e selada para a realidade eterna por uma união vital com Cristo.

Um cristão, então, não é aquele que faz certas coisas para Deus, mas, ao contrário, é alguém por quem Deus fez certas coisas; ele não é tanto aquele que se conforma a certa maneira de vida quanto é aquele que recebeu o dom da vida eterna; ele não é aquele que depende desesperadamente do estado imperfeito, mas, antes, aquele que alcançou uma posição perfeita perante Deus, por estar em Cristo.

Cristianismo

Esse conjunto de verdade, que é agora conhecido como *cristianismo*, foi identificado pela Igreja Primitiva como a *Fé* e o *Caminho* (At 9.2). De acordo com Atos 6.7, um grande grupo de sacerdotes “obedeceu a fé” e Judas (v. 3) argumentou em favor “da fé que uma vez por todas foi entregue aos santos”. Foi somente no tempo de Inácio de Antioquia († 107?) é que o termo *cristianismo* foi introduzido. Igual à palavra cristão, ela tem aparecido num uso geral hoje como uma representação daquilo que os apóstolos revelaram no Novo Testamento, e foi trazido à existência por virtude da morte, ressurreição e do presente ministério de Cristo no céu, assim como pelo advento do Espírito Santo ao mundo. De todos os sistemas religiosos que foram cultivados no mundo, apenas dois têm a distinção de serem designados, originados e (eventualmente, mas não ainda) consumados de acordo com o propósito específico de Deus.

Estes são o judaísmo e o cristianismo. Embora a teologia do pacto, com a sua extensa influência doutrinária, tenha confundido e ignorado as distinções que se deve ter entre os dois sistemas divinamente cultivados, um reconhecimento da diferença entre eles é o fundamento essencial de qualquer início ou progresso no entendimento correto das Escrituras. Para demonstrar a veracidade desta afirmação, deveria ser acrescentado que, enquanto ambos os sistemas incorporam instruções para a vida diária aqui na terra, pode ser averiguado por causa da evidência de que qualquer pessoa sem preconceito pode verificar que esse judaísmo é um sistema pertencente a uma nação – Israel, que é terrestre em seu escopo, propósito, e o destino que ela proporciona, enquanto que o cristianismo é celestial em seu escopo, propósito, e o destino que ele proporciona.

Será visto, também, embora inclua muita coisa que é comum a ambas as religiões, que elas são igualmente a realização de princípios opostos, e que elas não são nem poderiam estar em vigor ao mesmo tempo. O judaísmo sozinho estava em ação desde o chamamento de Abraão até a morte e ressurreição de Jesus Cristo e novamente voltará a ser a realização do propósito divino na terra após o arrebatamento da Igreja, mas o cristianismo é o único objetivo divino na presente era, era que é limitada pelos dois adventos de Cristo. Muito freqüentemente é suposto que o judaísmo terminou ou se amalgamou no cristianismo. Uma expressão favorita desta noção é no sentido de que o judaísmo foi o botão e o cristianismo a flor desabrochada. Em oposição a este engano está a verdade de que ambos, o judaísmo e o cristianismo, seguem os seus cursos prescritos intactos e sem mistura desde o começo de ambos e assim pela eternidade vindoura.

De longe, a maior porção da profecia bíblica diz respeito a Israel com sua terra, isto é, a nação, o trono davídico, o Messias-rei e Seu reino. Isto e muito mais formam a escatologia do judaísmo. Aqui pode ser visto novamente que é muitíssimo impróprio falar da Teologia Sistemática como teologia cristã, visto que a primeira incorpora os vastos horizontes da verdade que são totalmente estranhos em sua aplicação principal àquela que pertence ao cristianismo. Porque muito ensino teológico é confuso nestes campos da verdade, é essencial que uma ênfase especial seja acrescentada aqui.

Embora tenha sido dado ao apóstolo formular e registrar as realidades que juntamente constituem o cristianismo, ele mesmo não fez o seu anúncio inicial. Cristo, no discurso do Cenáculo (Jo 13.1–17.26), declarou os aspectos novos e vitais do cristianismo. Isto ocorreu bem no fim de Seu ministério terreno e foi apresentado como uma antecipação do que estava para ser inaugurado. O ministério terreno de Cristo estava restrito, na maior parte, a Israel e continuou totalmente dentro do escopo de seus pactos com promessa. No discurso do Cenáculo são encontrados os fatores importantes de relacionamento com o Pai, o Filho e o Espírito Santo que são peculiares ao cristianismo. Contudo, como foi divinamente planejado, o grande apóstolo foi levantado para receber e formular o novo sistema, baseado como é sobre a morte e ressurreição de Cristo e sobre os valores obtidos no Pentecostes.

A esta altura certos termos com referência às nuances de significado podem ser introduzidos:

1. TEOLOGIA DO NOVO TESTAMENTO. Esta abarca aquilo que é distintivamente cristão no Novo Testamento. Novos capítulos são acrescentados ao judaísmo em conexão com o desvendamento daquilo que constitui o cristianismo.

2. TEOLOGIA PAULINA. É a doutrina restrita aos escritos de Paulo, mas que revela muita coisa com respeito ao judaísmo, especialmente em seu contraste com o cristianismo (cf. a porção maior da epístola aos Hebreus).

3. MEU EVANGELHO (Rm 2.16). Esta designação é usada pelo apóstolo quando se refere a toda revelação que lhe foi dada, ou seja, o Evangelho da graça salvadora que lhe foi revelado na Arábia (cf. Gl 1.11,12) e também a revelação a respeito da Igreja como um Corpo de Cristo composto, como é, de crentes judeus e gentios. A tudo isto deveria ser acrescentado o alcance da verdade que demonstra a responsabilidade peculiar do cristão na vida diária, com provisões novas e incomparáveis para uma vida santa através do poder do Espírito que habita nos crentes. A designação que o apóstolo usa, “meu evangelho”, é equivalente ao cristianismo quando um estudo direto, construtivo e sem relação com o judaísmo, está em vista.

Como um sumário, pode ser reafirmado que o cristianismo incorpora o Evangelho da graça divina que está baseado na morte e ressurreição de Cristo, o fato de um Corpo com todos os seus relacionamentos e destino, e o novo e vital modo de vida através da capacitação do Espírito Santo.

Cristologia

Ao reconhecer que um volume inteiro desta obra foi designado para o estudo de Cristologia (Vol. V), o assunto pode ser novamente abordado naquilo que pretende ser uma recapitulação altamente condensada. O tema (tem sido e) é bem dividido em sete posições em que Cristo foi apresentado pela Bíblia, ou seja:

1. O FILHO DE DEUS PRÉ-ENCARNADO. O fato de Sua existência pré-encarnada é estabelecido não somente por afirmações diretas da Escritura, mas por conclusão. Algumas dessas linhas de prova são:

A. CRISTO É DEUS. Segue-se que se Cristo é Deus, então Ele existe desde toda eternidade. A evidência de que Ele é Deus pode ser vista em Seus títulos – Logos, Unigênito, Imagem Exata, Primogênito, Elohim e Jeová; em Seus atributos divinos – eternidade (Mq 5.2), imutabilidade (Hb 1.11,12; 13.8), onipotência (1 Co 15.28; Fp 3.21), onisciência, e onipresença; em Suas obras poderosas – criação, preservação, perdão de pecado, levantar mortos e execução de todo julgamento.

B. CRISTO COMO CRIADOR. Neste aspecto, as Escrituras são explícitas (Rm 11.36; Cl 1.15-19; Hb 1.2-12). Se Ele é Criador, Ele existe desde antes da criação.

G. CRISTO É CONSIDERADO COMO IGUAL AOS OUTROS NA TRINDADE. Em todas as referências às pessoas da Trindade, Cristo, o Filho, compartilha igualmente. Em todos os propósitos de Deus, conquanto revelados, Ele assume aquelas partes que somente Deus pode assumir. Ele é, assim, antes de todas as coisas.

D. O MESSIAS DO ANTIGO TESTAMENTO É DEUS. Visto que Cristo é o Messias do Antigo Testamento, Ele é necessariamente Deus e isto desde toda a eternidade.

E. O ANJO DE JEová É CRISTO. Isto está claramente provado em páginas anteriores desta presente obra teológica e, na verdade, é uma evidência infalível da preexistência de Cristo.

F. AFIRMAÇÕES BÍBLICAS DIRETAS SUGEREM A PREEXISTÊNCIA DE CRISTO. Tais afirmações são numerosas e conclusivas.

G. O TESTEMUNHO DIRETO DA ESCRITURA É QUE CRISTO EXISTE DESDE SEMPRE (cf. Jo 1.1-2; Fp 2.5-11; Hb 1.1-3).

2. O FILHO DE DEUS ENCARNADO. O tema a respeito do Verbo encarnado ocupa cerca de dois quintos do Novo Testamento. O esboço geral deste aspecto da Cristologia pode ser afirmado sob sete divisões:

A. PREDIÇÕES DO ANTIGO TESTAMENTO. Estas são típicas e proféticas em sua natureza.

B. NASCIMENTO E INFANCIA. Muita coisa que é fundamental em doutrina está devidamente baseada no nascimento de Cristo. Aqui devem ser introduzidas as Suas várias filiações – o título Filho de Deus sugere a filiação divina; Filho do homem, a racial; Filho de Maria, a humana; Filho de Davi, a messiânica e judaica; Filho de Abraão, a redentora. Aqui também será revelado o tema total da união hipostática das Suas duas naturezas; o aspecto mediatorial da Pessoa de Cristo e Sua morte; Seu ministério terrestre a Israel como Messias, Emanuel e Rei; Seu ministério à Igreja como Cabeça, Senhor e Noivo. Aqui também se vê o objeto duplo de Seu ministério terreno, primeiro para Israel a respeito de seu reino de pacto e mais tarde aos judeus e gentios a respeito da Igreja que é Seu Corpo. Além disso, ainda de importância maior a ser vista, são os três ofícios de Cristo; o de Profeta, que incorpora todo o Seu ministério de ensino; o de Sacerdote, que incorpora o sacrifício de Si mesmo pelo mundo; o de Rei, que incorpora o pacto davídico total com as predições e seu cumprimento em Seu reinado futuro.

C. BATISMO. O batismo de Cristo foi o principal evento em Sua vida terrena e o de importância maior visto que pelo batismo Ele foi consagrado ao ofício de Sacerdote, cujo ofício, igual ao de Rei, dura para sempre.

D. TENTAÇÃO. Julgando a partir da descrição extensa dada a este fato, a tentação é de grande importância. Ela se tornou o ataque crucial de Satanás contra a humanidade de Cristo, a questão sobre se Ele permaneceria ou não na perfeita vontade de Seu Pai. De que Ele permaneceria, era assegurado por Sua própria natureza como Deus e foi determinado desde toda a eternidade; todavia, o teste foi permitido para que as mentes finitas pudessem ficar satisfeitas sobre a impecabilidade do Salvador.

E. TRANSFIGURAÇÃO. A transfiguração, assim se declara, foi a demonstração do poder e da vinda de Cristo em Seu reino (Mt 16.28; Mc 9.1; Lc 9.27), isto é, o evento descreve a glória do reino vindouro. Quando transfigurado, Cristo estava para voltar-se do ministério do reino que tinha envolvido João, os discípulos, e Ele próprio para o novo propósito celestial que dizia respeito a um povo qualificado para a glória por meio de Sua morte e ressurreição. Portanto, era essencial que o reino não somente fosse prometido, mas mostrado, para que seu futuro certamente não fosse perdido de vista com o esmagador desapontamento que Sua morte, como o rei rejeitado, gerou.

F. ENSINO. Provavelmente, nenhuma evidência mais clara a respeito do escopo e do propósito do primeiro advento de Cristo pode ser descoberta além do que está indicado em Seu ensino, especialmente o dos dois principais discursos. Os Seus ministérios a Israel e à Igreja são nesse sentido completamente distintos – para aqueles que não estão cegos pelo preconceito teológico.

G. OBRAS PODEROSAS. Quando Cristo disse: “Se eu entre eles não tivesse feito tais obras, quais nenhum outro fez, não teriam pecado; mas agora, não somente viram, mas também odiaram tanto a mim como a meu Pai” (Jo 15.24). Ele revelou em algum grau a razão pela qual operou milagres. Suas obras poderosas atestaram Sua alegação de ser o Messias e assim Sua rejeição foi sem desculpa por causa dessa evidência.

3. OS SOFRIMENTOS EFICAZES, MORTE E SEPULTAMENTO DO FILHO DE DEUS. Consideremos estes três eventos separadamente:

A. SEUS SOFRIMENTOS. A evidência apresentada em João 19.28 sugere que as cargas reais dos julgamentos do pecado caíram sobre Cristo nas horas de Seu sofrimento que culminaram na morte. Foi exatamente antes que Ele disse “Está consumado” que João declara dele, “sabendo Jesus que todas as coisas já estavam consumadas, para que se cumprisse a Escritura, disse: Tenho sede”. O que foi realmente experimentado por Cristo naquelas seis horas sobre a cruz não pode ser conhecido neste mundo por homem algum; todavia, o valor disso é recebido por aqueles que crêem.

B. SUA MORTE. Era exigido de qualquer sacrifício eficaz que fosse liberado para a morte e com derramamento de sangue. A morte de Cristo é o antítipo de todo sacrifício típico e determinou a natureza daquele tipo específico. As mortes sacrificiais típicas pelo derramamento de sangue foram assim como Deus exigiu por causa da verdade de que Cristo seria sacrificado dessa maneira. A extensão do testemunho bíblico a respeito da morte de Cristo pode ser examinada em sete divisões, a saber: (1) tipos, (2) profecias, (3) declarações históricas dos evangelhos sinóticos, (4) declarações do apóstolo João em Seu Evangelho, epístolas e no Apocalipse, (5) declarações do apóstolo Paulo, (6) do apóstolo Pedro e (7) a carta aos Hebreus.

Se é perguntado, como acontece freqüentemente: “Quem fez Cristo morrer?” pode ser assinalado que Ele foi oferecido pelo Pai (Sl 22.15; Jo 3.16; Rm 3.25), por Sua própria vontade (Jo 10.17; Hb 7.27; 9.14; 10.12), pelo Espírito (Hb 9.14), e por homens – Herodes, Pilatos, os gentios e o povo de Israel

(At 2.23; 4.27). A isto pode ser acrescentado que em parte Sua morte foi uma contribuição de Satanás (cf. Gn 3.15).

A morte de Cristo alcançou um grande número de objetivos. Ao menos quinze deles estão indicados nesta obra no estudo da Soteriologia (Vol. III).

C. SEU SEPULTAMENTO. Como o tipo do bode expiatório predisse, Cristo levou o fardo do pecado para o esquecimento. Ele foi para a sepultura como um portador do pecado e saiu dela como o Senhor da glória.

4. A RESSURREIÇÃO DO FILHO DE DEUS. Novamente, o testemunho do Antigo Testamento no que diz respeito a Cristo é visto em tipos e profecias. No Novo Testamento este tema está declarado (1) pelas predições de Cristo e (2) pelo fato histórico de que Ele ressurgiu dos mortos – um evento mais plenamente provado do que talvez qualquer outro da história. Cristo foi ressuscitado pelo Pai (Sl 16.10; At 2.27, 31, 32; Rm 6.4; Ef 1.19, 20), pelo próprio Filho (Jo 2.19; 10.17, 18), e pelo Espírito (1 Pe 3.18).

Na revelação dos fatores que compõem o cristianismo, o apóstolo a quem esta revelação foi dada coloca a ressurreição de Cristo numa posição central e muito importante. A morte de Cristo provê, mas a ressurreição constrói. Pela morte de Cristo, o demérito é cancelado e o mérito de Cristo é tornado disponível, mas pela ressurreição de Cristo o novo Senhorio sobre uma nova criação aperfeiçoada é estabelecido para sempre. A importância de Sua ressurreição pode ser vista a partir dos seguintes fatos que, por sua vez, declaram as razões para a ressurreição.

Cristo ressurgiu (a) por causa daquilo que Ele é (At 2.24). Ou seja, é impossível que Ele, o Filho de Deus, fosse mantido no lugar de morte. (b) Ele ressuscitou por causa de quem Ele é (Rm 1.3, 4). A ressurreição serviu para provar Sua posição como “Filho de Deus com poder, de acordo com o espírito de santidade”. (c) Ele ressuscitou para ser o Cabeça sobre todas as coisas, à Igreja (Ef 1.22, 23). (d) Ele ressuscitou para conceder a vida da ressurreição sobre todos os que crêem (Jo 12.24). (e) Ele ressuscitou para ser a fonte do poder da ressurreição nas vidas dos Seus que estão no mundo (Mt 28.18; Rm 6.4; Ef 1.19, 20). (f) Ele ressuscitou porque Sua obra que proporcionou a base para a justificação foi completada (Rm 4.25). (g) Ele ressuscitou como o padrão ou as primícias de todos que são salvos (1 Co 15.20-23; Fp 3.20-21; 1 Tm 6.16). (h) Ele ressuscitou, para assentar-se no trono de Davi e, assim, cumprir todas as promessas de pacto a Israel (At 2.30).

À vista diante da avaliação de Deus, a ressurreição de Cristo é de importância suficiente para ser celebrada uma vez por semana e, assim, o primeiro dia da semana sobre o qual ele é celebrado suplanta, na presente era, o sábado da velha ordem.

5. A ASCENSÃO E INTERCESSÃO DO FILHO DE DEUS.

A. SUA ASCENSÃO. A partida de Cristo para o céu já foi considerada no estudo da doutrina da ascensão neste volume. Ela é mencionada novamente aqui somente para completar a estrutura da doutrina que pertence à Cristologia.

Duas ascensões foram indicadas – uma imediatamente após a ressurreição, quando o retorno de Cristo ao céu como as Primícias e como Sacerdote que apresentou o Seu sangue ocorreu. A segunda ascensão foi a Sua partida final da terra, quando Ele levou o Seu presente ministério para o céu.

B. SUA INTERCESSÃO. A totalidade do presente ministério de Cristo no céu tem sido praticamente ignorada pelos teólogos e especialmente pelos arminianos, para quem este ministério é repulsivo, visto que Ele garante a segurança eterna de todos os que são salvos. Sete aspectos de Seu presente ministério devem ser reconhecidos, ou seja: (1) o exercício da autoridade universal. Ele disse de Si próprio: “Todo poder me é dado no céu e na terra” (Mt 28.18); (2) Senhorio sobre todas as coisas à Igreja (Ef 1.22, 23); (3) concessão e direção do exercício dos dons (Rm 12.3-8; 1 Co 12.4-31; Ef 4.7-11); (4) intercessão, em cujo ministério Cristo contempla a fraqueza e imaturidade dos Seus que estão no mundo (Sl 23.1; Rm 8.34; Hb 7.25); (5) advocacia, ministério pelo qual Ele aparece em defesa dos Seus diante do trono do Pai, quando eles pecam (Rm 8.34; Hb 9.24; 1 Jo 2.1); (6) preparação do lugar que Ele foi ornamentar (Jo 14.1-3); e (7) “aguardando” ou esperando até o momento quando, pelo decreto do Pai, os reinos deste mundo se tornarão do Messias – não por agências humanas, mas pelo poder esmagador e irresistível do Rei que vai retornar (Hb 10.13).

6. A SEGUNDA VINDA E REINO DO FILHO DE DEUS.

A. A SEGUNDA VINDA. O evento estupendo da segunda vinda de Cristo com todos os seus resultados transformadores deve ser distinguido de Sua vinda nos ares, para juntar a Igreja consigo tanto pela ressurreição quanto pela transformação. O Seu segundo advento diz respeito aos judeus, gentios e hostes angelicais, inclusive Satanás e seus anjos, e está relacionado à Igreja somente quando ela é vista em Seu retorno, para reinar com Ele.

B. O REINO. Embora o reino davídico e terrestre de Cristo, que foi prometido desde há muito, foi oferecido a Israel em Seu primeiro advento, e foi imediatamente rejeitado e posposto nos conselhos de Deus, até que Ele venha novamente. Um dos erros teológicos básicos é a tentativa de relacionar o reino de Cristo sobre a terra simplesmente a Seu primeiro advento. Visto que nenhum reino terreno ficou visível então, é alegado pelos teólogos que Seu reino deve ser espiritual e que toda expectativa baseada nos pactos e promessas do Antigo Testamento foi entendida erroneamente pelos apóstolos e profetas na medida em que isso tenha sido interpretado literalmente. Não obstante, de acordo com cada palavra da Escritura, um escopo que se estende à maior de todas as expectativas proféticas, o Messias virá novamente e fará literalmente o que foi predito que Ele deveria fazer para o reino.

7. A CONCLUSÃO DA MEDIAÇÃO E DO REINO ETERNO DO FILHO DE DEUS. Seguindo a conclusão do reino milenar, que é em si mesma a última forma da mediação de Cristo, certos eventos imensuráveis ocorrem com todos os seus resultados transformadores, a saber: (a) Satanás será solto do abismo (Ap 20.3); (b) os exércitos serão formados e uma revolta contra Deus ocorrerá novamente (Ap 20.7-9); (c) o passamento do velho céu e da velha terra (Ap 20.11); (d) o

juízo do grande trono branco (Ap 20.12-15); (e) a criação do novo céu e da nova terra (2 Pe 3.10-14; Ap 21.1); (f) a descida do céu da cidade-noiva (Ap 3.12; 21.2, 9, 10); (g) o abandono real da mediação, mas não do trono davídico. Da leitura de 1 Coríntios 15.25-28, uma crença tem sido gerada de que Cristo entrega Seu reino no final da era do reino. Por ter declarado que Cristo recebe o reino e sua autoridade do Pai (1 Co 15.27), contudo, a passagem realmente continua a dizer que, após o reino mediatorial de mil anos, Cristo continuará a reinar para sempre com a mesma autoridade do Pai. É o testemunho do pacto davídico que Ele reinará no trono de Davi para sempre (2 Sm 7.16; Sl 89.20-37; Is 9.6,7; Lc 1.31-33; Ap 11.15).

Crítica

De acordo com o seu uso amplo, a palavra *crítica* indica mais do que um ataque insensível sobre o que está escrito nas Escrituras; ela almeja incorporar a análise e a evidência em geral, e prova ser vantajosa no estabelecimento do que é verdade como o faz quando detecta erros onde a falha humana existe. Desatenção às vezes se vê no uso dos termos que classificam a crítica. O estudante é ordenado a prestar atenção às definições corretas e a se conformar às distinções apresentadas.

O Dr. James Orr escreveu de modo muito esclarecedor sobre este tema na *International Standard Bible Encyclopaedia*. A citação a seguir é de sua afirmação:

Tanto tem sido dito e escrito nos últimos anos sobre “crítica” que é desejável que o leitor tenha uma idéia exata do que é a crítica, dos métodos que ela emprega, e dos resultados a que ela chega, ou crê ter alcançado, em sua aplicação à Escritura. Tal panorama mostrará a legitimidade e o caráter indispensável de uma crítica verdadeiramente científica, ao mesmo tempo em que ela adverte contra a aceitação precipitada de construções especulativas e hipotéticas. A crítica é mais do que uma descrição dos fenômenos; ela sugere um processo de análise cuidadosa, de testes, de prova, algumas vezes com o resultado de estabelecer, frequentemente com algo que modifica ou reverte, as opiniões tradicionais. A crítica erra quando usada temerariamente, ou debaixo da influência de alguma teoria ou pré-posseção dominante. Uma causa principal de erro em sua aplicação ao registro de uma revelação sobrenatural, é a suposição de que nada de sobrenatural pode acontecer. Este é o elemento quanto como do Novo Testamento.

A crítica da Escritura (“crítica bíblica”) é usualmente dividida naquilo que é conhecido como “baixa crítica” e “alta crítica” – esta última adquire associações confusas. A “baixa crítica” trata estritamente do *texto* da Escritura, esforça-se em apurar qual era o texto real de cada livro quando

ele veio das mãos de seu autor; a “alta crítica” diz respeito ao problema resultante da era, autoria, fontes, caráter simples ou composto, valor histórico, relação ao período de origem etc. A primeira – “a crítica textual” – tem um campo bem definido no qual é possível aplicar cânones exatos de julgamento; a última – “alta crítica” – conquanto inestimável como uma ajuda no domínio da introdução bíblica (data, autoria, genuinidade, conteúdo, destino etc.), claramente tende a ampliar-se ilimitadamente a regiões onde a ciência exata não pode segui-la, onde, freqüentemente, a imaginação do crítico é sua única lei.

Foi somente gradualmente que estes dois ramos da crítica se tornaram diferenciados. “A crítica textual” por longo tempo tornou a liderança, associada à forma moderada da “introdução” bíblica. As relações agora tendem a ser reversas. A “alta crítica”, por ter basicamente absorvido para si mesma a “introdução”, estende suas operações ao campo textual, esforça-se por ficar por detrás do texto das fontes existentes, e mostra como este “cresceu” dos começos mais simples para o que é agora. Aqui, também, há uma grande abertura para a arbitrariedade. Seria errado, contudo, negar o lugar legítimo da “alta crítica”, ou depreciar os grandes serviços que ela é capaz de prestar, por causa dos abusos aos quais ela freqüentemente está sujeita.⁴

A ser acrescentada a esta consideração está a terminologia *crítica destrutiva*, que se refere ao esforço feito por homens insensíveis que objetivam uma ruptura do testemunho do Texto Sagrado. Muito freqüentemente toda “crítica” bíblica é crida ser deste tipo, antes destrutiva do que construtiva. Contudo, ela pode ser uma ou outra.

Cruz

Em seu uso mais importante no Novo Testamento, o termo *cruz* se refere à estrutura de madeira sobre a qual Cristo foi crucificado. Ela se torna imediatamente não somente num símbolo de Sua morte por crucificação, mas também como um sinônimo das palavras *sacrifício*, *sofrimento* e *morte*. A maneira singular em que a maneira inanimada sobre a qual Cristo foi crucificado está ligada à própria pessoa do crucificado, que é vista em Gálatas 6.14, onde a terminologia *cruz* se torna, pelo uso das palavras “pela qual”, identificada com o que Cristo se tornou em Sua morte. A passagem diz: “Mas longe esteja de mim gloriar-me, a não ser na cruz de nosso Senhor Jesus Cristo, pela qual o mundo está crucificado para mim e eu para o mundo”.

Em sua importância doutrinária, a palavra *cruz* está sujeita a um uso duplo, ou seja, (1) aquilo que relaciona os sofrimentos e morte de Cristo e (2) aquilo que relaciona ao sofrimento e sacrifício do crente.

1. OS SOFRIMENTOS E MORTE DE CRISTO. Uma passagem pode ser citada sobre este cabeçalho, a saber, 1 Coríntios 1.18, que diz: "Porque a palavra da cruz é deveras loucura para os que perecem; mas para nós, que somos salvos, é o poder de Deus". Aqui o valor total dos sofrimentos e morte de Cristo está em vista. Para os não-salvos, à parte da iluminação do Espírito, a mensagem da redenção é "loucura". Assim, o apóstolo declara em 1 Coríntios 2.14 também: "O homem natural não aceita as coisas do Espírito de Deus, porque para ele são loucura; e não pode entendê-las, porque elas se discernem espiritualmente". Igualmente, ele afirma: "Nós pregamos a Cristo crucificado, que é escândalo para os judeus, e loucura para os gregos, mas para os que são chamados, tanto judeus como gregos, Cristo, poder de Deus, e sabedoria de Deus" (1 Co 1.23, 24).

Nesta revelação da Escritura, a atitude dos não-salvos, aqui chamada de *loucura*, não deve ser considerada uma insinuação de que eles fazem pouco da cruz pela zombaria dela; ao contrário, isso é a melhor explicação da morte de Cristo que eles são capazes de conceber, e ela está muito abaixo da verdade que mostra ser loucura, isto é, teria sido loucura para Cristo morrer, se impulsionado somente pelos objetivos que essas pessoas não-regeneradas atribuem à Sua morte.

O fato histórico da morte de Cristo, evento singular que foi (o único santo homem que já pisou nesta terra foi abandonado de Deus e crucificado como um malfeitor), exige uma explicação da parte de toda pessoa ponderada. Reivindicar, como alguns têm feito, que a morte de Cristo foi com a finalidade de que a simpatia divina pudesse ser mostrada por aqueles que estão perdidos, é uma injustiça completa com a verdade. Embora Ele possa mostrar a simpatia de Deus, em assim fazendo não haveria alívio algum provido para aquele por quem Cristo sofreu, seja com respeito à causa de sua aflição ou com respeito à própria aflição.

Declarar que a morte de Cristo é de valor ao grau em que ela revela o caráter mau do pecado e com a intenção de que os pecadores possam se voltar do pecado, uma vez que isso está exposto, é perder de vista a verdade essencial novamente; porque se todas as pessoas pudessem ser persuadidas a abandonar as práticas pecaminosas e mesmo fossem capacitadas a não mais pecar, ainda não haveria uma só pessoa salva por essa façanha.

Os esforços para reformar o perdido à parte da regeneração – o verdadeiro objetivo da morte de Cristo – são bem chamados de loucura dos séculos. Supor que Cristo morreu como um mártir, a vítima involuntária da multidão, e que para morrer pelas convicções de uma pessoa deve ser glorioso, é igualmente estar enganado a respeito do significado real de Sua morte. Porque Cristo não era uma vítima involuntária, porque Ele disse de Si mesmo que deu a sua vida para que pudesse reavê-la (Jo 10.17). Em segundo lugar, a morte de um herói, não importa quão gloriosa, não proporciona reconciliação alguma entre Deus e o homem com respeito ao pecado. Há apenas uma resposta à pergunta de por que Cristo morreu.

Esta foi afirmada no Antigo Testamento, assim: “Mas ele foi ferido por causa das nossas transgressões, e esmagado por causa das nossas iniquidades; o castigo que nos traz a paz estava sobre ele, e pelas suas pisaduras fomos sarados. Todos nós andávamos desgarrados como ovelhas, cada um se desviava pelo seu caminho; mas o Senhor fez cair sobre ele a iniquidade de todos nós” (Is 53.5, 6), e no Novo Testamento pelas palavras: “Eis o Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo” (Jo 1.29). Para cada indivíduo a morte de Cristo deveria significar o que significou para o grande apóstolo quando disse: “O Filho de Deus... que me amou, e a si mesmo se entregou por mim” (Gl 2.20).

2. O SOFRIMENTO E O SACRIFÍCIO DO CRENTE. Aqui, todo pensamento de fazer satisfação pelo pecado, como na morte de Cristo, deve ser excluído. É somente como a cruz de Cristo representa Seu sacrifício e sofrimento pessoais, assim, ela se torna o símbolo do sacrifício e sofrimento do crente. A negação do eu de que a vida pode ser vivida para Deus, é que está em vista. Cristo disse: “Se alguém quer vir após mim, negue-se a si mesmo, tome a sua cruz, e siga-me” (Mt 16.24). Uma verdadeira definição do crente que leva a sua cruz foi dada em 2 Coríntios 4.10,11: onde está dito: “Trazendo sempre no corpo o morrer de Jesus, para que também a vida de Jesus se manifeste em nossos corpos; pois nós, que vivemos, estamos sempre entregues à morte por amor de Jesus, para que também a vida de Jesus se manifeste em nossa carne mortal”.

Pelo auto-ajustamento à vontade de Deus, estando prontos mesmo para a morte de um mártir, a atitude do próprio Cristo foi reproduzida no apóstolo que ministrava aos crentes de Corinto (cf. Rm 9.1-3; 12.1, 2; Fp 2.5-8; 3.7-9; Hb 10.4-7).

Culpa

A eliminação divina da culpa prova ser um dos grandes triunfos obtidos pela graça. Porque o pecado, do qual todos os indivíduos são acusados, é a própria rebelião contra Deus e Sua autoridade. Há dois aspectos de culpa: (1) Culpa pessoal, que não é nada além do fato histórico de cometer pecado. Esse será um fato que permanece para sempre, embora a culpa possa ser retirada através do perdão. A culpa pessoal não é transferível. (2) Culpa como uma obrigação à justiça. Na medida em que outro pode pagar a penalidade, este tipo de culpa se torna transferível. Portanto, a substituição da parte de Cristo gera uma obrigação universal de reconhecer e permanecer perante Deus debaixo dessa graciosa provisão. Para qualquer um que assim reconhecer sua obrigação será um ato de fé – “pela graça sois salvos mediante a fé” (Ef 2.8).

Cura

Os crentes espirituais em todas as gerações passadas experimentaram o favor divino, inclusive a cura. As alegações daqueles que se julgam com poder divino de curar, contudo, presumem e implicam que para assegurar tal cura é necessário ir até eles. Ao menos sete erros podem ser encontrados neste ensino, e estes deveriam ser estudados separadamente.

1. Esses “proponentes da cura” somente controlam a cura divina do corpo. Mas qualquer grupo de crentes espirituais, quando solicitados a fazer isso, vai testificar da cura divina muito além das alegações dos proponentes profissionais da cura.

2. A cura foi proporcionada na expiação. Está ensinado que Cristo suportou enfermidades assim como suportou os pecados na cruz e, portanto, a cura pode ser reivindicada absolutamente pela fé e sem a possibilidade de falha. Tal erro desencaminhará uns poucos que são preparados para refutar estas alegações muito estranhas. Tão grande questão deveria ser plenamente apoiada pela Escritura, sem dúvida, mas não o é. Antes, deveria ser reconhecido que o corpo não é ainda redimido. O crente aguarda um corpo redimido. Romanos 8.23 claramente afirma isto: “E não só ela, mas até nós, que temos as primícias do Espírito, também gememos em nós mesmos, aguardando a nossa adoção, a saber, a redenção do nosso corpo”.

O físico humano será redimido no retorno de Cristo, como prediz a Escritura: “Ele enxugará de seus olhos toda lágrima, e não haverá mais morte, nem haverá mais pranto, nem lamento, nem dor; porque já as primeiras coisas são passadas” (Ap 21.4). Os extremistas não se atrevem a reivindicar corpos redimidos para si próprios, quando eles todos envelhecem e têm aumentadas as suas limitações.

Se Cristo levou sobre Si toda doença, a cura em resposta à verdadeira fé na verdade nunca deveria falhar, mas falha. Isaías 53.5 neste contexto diz: “Mas ele foi ferido por causa das nossas transgressões, e esmagado por causa das nossas iniquidades; o castigo que nos traz a paz estava sobre ele, e pelas suas pisaduras fomos sarados”. A referência aqui pode bem ser à cura espiritual. O Antigo Testamento, na verdade, ensina tanto a cura espiritual quanto a cura física (cf. Sl 103.3). Em Mateus 8.16,17, é feita referência a Isaías 53.4, pois Cristo curou, porque Ele carregou todos os aflitos no Seu coração de compaixão.

Os proponentes da cura divina baseiam sua autoridade de curar o doente em Mateus 10.8, que diz: “Curai os enfermos, ressuscitai os mortos, limpai os leprosos, expulsai os demônios; de graça recebestes, de graça dai”, mas aqui a ordem é dada também para ressuscitar mortos, curar leprosos e expulsar demônios. O Evangelho do reino deve ser acompanhado de maravilhas e milagres iguais a este, mas tal ordem para o sobrenatural jamais acompanha o Evangelho da graça.

Resta ser observado que o espinho na carne de Paulo não foi repreendido a despeito de toda sua fé (2 Co 12.1-9), e que ele com tristeza deixou Trófilo doente em Mileto (2 Tm 4.20). Epafródito, contudo, foi curado como uma misericórdia direta de Deus (Fp 2.26-30; cf. Sl 41.3; Gl 4.13).

3. A doença é de Satanás e nunca é parte da vontade de Deus (cf. Dt 32.39; Jó 1-2 ; Os 6.1). Ao tomar esta posição, todo o campo da disciplina divina é rejeitado. Mas um homem era cego de nascença para que a glória de Deus pudesse ser vista nele, e Paulo teve um espinho na carne que foi enviado diretamente de Deus. Não pode ser provado que Satanás é a única causa de doença ou que a incapacidade possa não ser a vontade de Deus em alguns casos.

4. A unção do proponente da cura é tão essencial quanto a fé. Em todas as suas curas, entretanto, Cristo ungiu apenas uma vez conforme o registro de Marcos 6.13, e a unção não é mencionada novamente para propósitos de cura no Novo Testamento, exceto em Tiago 5.14. O rito judaico de impor as mãos parecia ser observado às vezes. Por intermédio da sombra de Pedro alguns foram curados, mas ele nunca entrou no negócio de lançar sombras. Multidões são curadas hoje porque isto está diretamente na vontade de Deus para Seus filhos à parte de unção, imposição de mãos ou a sombra semelhante a de Pedro.

5. Os remédios são contra a vontade de Deus. Esta asseveração deveria mudar todas as missões médicas e a obra de médicos cristãos e de hospitais. Para ser exato, o remédio é usualmente o suprimento de elementos necessários no organismo para a sua recuperação. Conseqüentemente, usar remédios para cura não é diferente, em princípio, de alimentar o corpo com comida ou de vestir para o seu aquecimento.

A cura para o crente está dentro do cuidado do Pai por Seus filhos como também todo suporte financeiro, e, na verdade, todo dom bom e perfeito.

Dois tipos no Antigo Testamento são evidência da cura divina. Cada um deles assegurou cura física e por uma razão: (1) Lepra (Lv 14.1-57) e (2) a mordida da serpente (Nm 21.5-9). A cura em ambos os casos foi absoluta e se torna claramente um tipo de remédio para o pecado, cuja cura está na morte de Cristo e nunca falha na resposta à fé.

6. Cristo deve curar porque Ele é o mesmo ontem, hoje e eternamente. Ele pode ser a mesma pessoa, sem dúvida, mas nem sempre tem o mesmo propósito. O apóstolo, se o seu exemplo significa alguma coisa, prescreveu vinho para Timóteo (1 Tm 5.23).

7. A fé pessoal é exigida. Esta exigência proporciona a saída que o proponente da cura tem na hora difícil quando a cura não acontece. Colocar a falta de fé como a causa da ausência de cura, entretanto, é cruel e sem base escriturística. Muitos que sofrem são tornados mais insanos por esse tipo de tratamento. Na Bíblia a fé é exigida igualmente da parte daquele que cura. Um exemplo é realmente registrado onde a cura não aconteceu por causa da incredulidade daquele que haveria de curar (cf. Mt 17.14-21).

Concluindo, pode ser afirmado que agrada a Deus curar Seus filhos de doenças físicas quando isto está no Seu propósito de Pai no Seu tratamento com eles. Foi dito por Davi: "Clamou este pobre, e o Senhor o ouviu, e o livrou de todas as suas angústias" (Sl 34.6). A morte de Cristo não proporciona a cura absoluta para as doenças físicas, embora Ele assim proveja para as doenças espirituais. Como também alguém poderia reivindicar prosperidade financeira advinda da morte de Cristo conforme 2 Coríntios 8.9, como reivindicam os proponentes da cura física hoje, quando usam as Escrituras, com base na morte de Cristo.

Demonologia

Ao considerar os demônios e o serviço que eles prestam a Satanás, é importante distinguir entre a possessão demoníaca ou controle e influência demoníaca. No caso do corpo ser penetrado e um controle dominante ser obtido, enquanto no outro caso uma batalha de fora é travada somente por sugestão, tentação e influência. A investigação das Escrituras com respeito à possessão demoníaca revela:

Primeiro, que esse exército é composto de espíritos somente. Os seguintes textos verificam tal afirmação: "Ora, havendo o espírito imundo saído do homem, anda por lugares áridos, buscando repouso, e não o encontra. Então diz: Voltarei para minha casa, donde saí. E, chegando, acha-a desocupada, varrida e adornada. Então vai e leva consigo outros sete espíritos piores do que ele e, entrando, habitam ali; e o último estado desse homem vem a ser pior do que o primeiro. Assim há de acontecer também a esta geração perversa" (Mt 12.43-45): "Rogaram-lhe, pois, os demônios, dizendo: Manda-nos para aqueles porcos, para que entremos neles" (Mc 5.12).

Segundo, que eles estão, além disso, não somente à procura de entrar nos corpos dos mortais ou dos animais, pois o poder deles parece ser em alguma medida dependente de tal incorporação, mas eles são constantemente vistos assim incorporados, de acordo com o Novo Testamento. Uma poucas destas passagens são dadas aqui:

"Caída a tarde, trouxeram-lhe muitos endemoninhados; e ele com a sua palavra expulsou os espíritos, e curou todos os enfermos" (Mt 8.16); "Enquanto esses se retiravam, eis que lhe trouxeram um homem mudo e endemoninhado. E, expulso o demônio, falou o mudo e as multidões se admiraram, dizendo: Nunca tal se viu em Israel" (Mt 9.32, 33); "Chegaram então ao outro lado do mar, à terra dos gerasenos. E, logo que Jesus saíra do barco, lhe veio ao encontro, dos sepulcros, um homem com espírito imundo, o qual tinha a sua morada nos sepulcros; e nem ainda com cadeias podia alguém prendê-lo; porque, tendo sido muitas vezes preso com grilhões e cadeias, as cadeias foram por ele feitas em pedaços, e os grilhões em migalhas; e ninguém o podia domar; e sempre, de dia e de

noite, andava pelos sepulcros e pelos montes, gritando, e ferindo-se com pedras. Vendo, pois, de longe a Jesus, correu e adorou-o; e, clamando com grande voz, disse: Que tenho eu contigo, Jesus, Filho do Deus Altíssimo? Conjure-te por Deus que não me atormentes. Pois Jesus lhe dizia: Sai desse homem, espírito imundo. E perguntou-lhe: Qual é o teu nome? Respondeu-lhe ele: Legião é o meu nome, porque somos muitos. E rogava-lhe muito que não os enviasse para fora da região. Ora, andava ali pastando no monte uma grande manada de porcos. Rogaram-lhe, pois, os demônios, dizendo: Manda-nos para aqueles porcos, para que entremos neles. E ele lho permitiu. Saindo, então, os espíritos imundos, entraram nos porcos; e precipitou-se a manada, que era de uns dois mil, pelo despenhadeiro no mar, onde todos se afogaram. Nisso fugiram aqueles que os apascentavam, e o anunciaram na cidade e nos campos; e muitos foram ver o que era aquilo que tinha acontecido. Chegando-se a Jesus, viram o endemoninhado, o que tivera a legião, sentado, vestido, e em perfeito juízo; e temeram” (Mc 5.1-13); “As multidões escutavam, unânimes, as coisas que Filipe dizia, ouvindo-o e vendo os sinais que operava; pois saíam de muitos possessos os espíritos imundos, clamando em alta voz; e muitos paralíticos e coxos foram curados” (At 8.6,7); “Ora, aconteceu que quando íamos ao lugar de oração, saiu-nos ao encontro uma jovem que tinha um espírito adivinhador, e que, adivinhando, dava grande lucro a seus senhores” (At 16.16).

Terceiro, que eles eram ímpios, impuros e malévolos. Muitas passagens poderiam ser citadas em prova desta observação:

“Tendo ele chegado ao outro lado, à terra dos gadarenos, saíram-lhe ao encontro dois endemoninhados, vindos dos sepulcros; tão ferozes eram que ninguém podia passar por aquele caminho” (Mt 8.28); “E, chamando a si os seus doze discípulos, deu-lhes autoridade sobre os espíritos imundos, para os expulsarem, e para curarem toda sorte de doenças e enfermidades” (Mt 10.1); “E, logo que Jesus saíra do barco, lhe veio ao encontro, dos sepulcros, um homem com espírito imundo, o qual tinha a sua morada nos sepulcros; e nem ainda com cadeias podia alguém prendê-lo; porque, tendo sido muitas vezes preso com grilhões e cadeias, as cadeias foram por ele feitas em pedaços, e os grilhões em migalhas; e ninguém o podia domar; e sempre, de dia e de noite, andava pelos sepulcros e pelos montes, gritando, e ferindo-se com pedras” (Mc 5.2-5); “Então lhe trouxeram; e quando ele viu a Jesus, o espírito imediatamente o convulsionou; e o endemoninhado, caindo por terra, revolia-se espumando” (Mc 9.20). Poderia ser acrescentado que parece haver graus de impiedade apresentados por esses espíritos, pois isso está afirmado em Mateus 12.43-45 que o demônio, retornando à sua casa, “toma consigo sete outros espíritos mais ímpios do que ele próprio”.

A questão freqüentemente levantada é se a possessão demoníaca acontece no presente tempo. Embora os registros bíblicos de tal controle sejam quase

totalmente limitados aos três anos do ministério público de Jesus, é incrível que a possessão demoníaca não tenha existido antes desse tempo ou que não tivesse sempre existido. Neste contexto deveria ser lembrado que estes seres não são somente inteligentes, mas são diretamente governados e ordenados por Satanás, cuja sabedoria e astúcia têm sido tão claramente apresentadas na Escritura. É razoável concluir que eles, iguais ao seu monarca, adaptam a maneira da atividade dele à iluminação da era e a localidade atacada. Parece evidente que eles não estão menos inclinados do que antes a entrar e a dominar um corpo.

A possessão demoníaca no presente tempo é provavelmente insuspeita por causa do fato geralmente não-reconhecido de que tais espíritos são capazes de inspirar uma vida moral e exemplar assim como de aparecer como o espírito dominante de um médium espírita ou como o poder por detrás de manifestações grosseiras que são registradas por missionários a respeito das condições que eles observam em terras pagãs. Esses demônios também, igual ao rei deles, podem aparecer como "anjos de luz" ou "leões que rugem" quando pela primeira personificação eles podem mais perfeitamente promover os empreendimentos estupendos de Satanás em sua batalha contra a obra de Deus. A influência demoníaca, igual a atividade de Satanás, é instigada por dois motivos: um é impedir o propósito de Deus para a humanidade e o outro é estender a autoridade do próprio Satanás.

Eles, portanto, ao comando de seu rei, voluntariamente cooperam em todos os empreendimentos que desonram Deus. A influência deles é exercida no confundir os não-salvos como no travar uma batalha incessante contra o crente (Ef 6.12). O motivo deles é sugerido naquilo que foi revelado pelo conhecimento deles da autoridade e da divindade de Cristo, assim como pelo que eles conhecem da eterna condenação deles próprios. As passagens a seguir são importantes neste contexto: "E eis que gritaram dizendo: Que temos nós contigo, Filho de Deus? Vieste aqui atormentar-nos antes do tempo?" (Mt 8.29); "Ora, estava na sinagoga um homem possesso dum espírito imundo, o qual gritou: Que temos nós contigo, Jesus, nazareno? Vieste destruir-nos? Bem sei quem és: o Santo de Deus. Mas Jesus o repreendeu, dizendo: Cala-te, e saí dele" (Mc 1.23-25); "Respondendo, porém, o espírito maligno, disse: A Jesus conheço, e sei quem é Paulo; mas vós, quem sois?" (At 19.15); "Crês tu que Deus é um só? Fazes bem; os demônios também o crêem, e estremecem" (Tg 2.19).

Satanás, embora proponha substituir o Todo-Poderoso, não é onipotente; mas ainda seu poder e o grau de sua atividade são imensuravelmente aumentados pela cooperação de um exército de demônios. Satanás não é onisciente; todavia, o seu conhecimento é amplamente estendido pela sabedoria e observação combinadas de muitos súditos leais. Satanás não é onipresente, mas ele é capaz de manter uma atividade incessante em toda localidade por uma obediência leal do exército satânico.

Depravação

A depravação é uma palavra teológica antes que bíblica, cuja distinção indica que o termo, embora não encontrado no Texto Sagrado, como as palavras *deidade* e *trindade*, apresenta uma verdade que está claramente ensinada nas Escrituras. Esta doutrina, além do mais, é entendida erroneamente e freqüentemente levada a mal por causa do fato de que a Escritura não tem sido tratada com cautela ou porque o termo *depravação* realmente se refere ao que Deus vê quando Ele olha para o homem caído e não para o que o vê quando se olha a si mesmo ou seus semelhantes. Estas duas causas de engano se unem em uma declaração geral quando é afirmado que a depravação é o que Deus declara que Ele vê, e exatamente o que Ele vê, quando Ele olha para os homens caídos.

O estudante, portanto, faria bem em dar uma consideração exaustiva e sem preconceito a tudo o que está registrado na Bíblia sobre este tema. Os teólogos empregam também a frase *depravação total*, que não significa que não haja algo de bom em qualquer pessoa não-regenerada visto por si mesma por outras pessoas; mas significa que não há algo no homem caído que Deus possa encontrar prazer ou que possa aceitar.

A descrição parece muito obscura, e seria muito mais obscura se não fosse pelo remédio divinamente providenciado que anuncia uma salvação plena e livre. Esta descrição da raça humana não permanece isolada. A uma grande porção de anjos que “não guardaram o seu estado original” não foi oferecida qualquer esperança; estão irrevogavelmente condenados ao lago de fogo preparado para eles (Mt 25.41). Igualmente, os gentios que viveram entre Adão e Cristo são descritos em Efésios 2.12 como almas condenadas: “Estáveis naquele tempo sem Cristo, separados da comunidade de Israel, e estranhos aos pactos da promessa, não tendo esperança, e sem Deus no mundo”. O estado do homem após a queda e antes do dilúvio está declarado em Gênesis 6.5: “Viu o Senhor que era grande a maldade do homem na terra, e que toda a imaginação dos pensamentos de seu coração era má continuamente”.

Davi testificou de si mesmo: “Eis que eu nasci na iniquidade, e em pecado me concebeu minha mãe” (Sl 51.5; cf. Jó 14.4; Sl 58.3). Semelhantemente, três passagens importantes podem ser citadas do Novo Testamento que cobrem todos os homens desta e de outras eras, a saber:

“Não há justo, nem sequer um. Não há quem entenda; não há quem busque a Deus. Todos se extraviaram; juntamente se fizeram inúteis. Não há quem faça o bem, não há nem um só. A sua garganta é um sepulcro aberto; com as suas línguas tratam enganosamente; peçonha de áspides está debaixo dos seus lábios; a sua boca está cheia de maldição e amargura. Os seus pés são ligeiros para derramar sangue. Nos seus caminhos há destruição e miséria; e não conheceram o caminho da paz. Não há temor de Deus diante dos seus olhos” (Rm 3.10-18); “Ora, as obras da carne são manifestas, as quais são: a prostituição, a impureza, a lascívia, a idolatria, a feitiçaria, as inimizades, as contendas, os ciúmes,

as iras, as facções, as dissensões, os partidos, as invejas, as bebedices, as orgias, e coisas semelhantes a estas, contra as quais vos previno, como já antes vos preveni, que os que tais coisas praticam não herdarão o reino de Deus" (Gl 5.19-21); "Ele vos vivificou, estando vós mortos nos vossos delitos e pecados, nos quais outrora andastes, segundo o curso deste mundo, segundo o príncipe das potestades do ar, do espírito que agora opera nos filhos da desobediência, entre os quais todos nós também antes andávamos nos desejos da nossa carne, fazendo a vontade da carne e dos pensamentos; e éramos por natureza filhos da ira, como também os demais" (Ef 2.1-3; cf. Jo 3.6; Rm 5.12).

Deveria ser feita distinção entre a depravação como tal, que é universal em toda a história humana desde a queda de Adão, e o estado dos homens hoje "debaixo do pecado", estado esse que é o resultado de um mandato divino declarado, a fim de que a graça de Deus possa ter o seu perfeito exercício e manifestação (Jo 3.18; Rm 3.9; 11.32; Gl 3.22), e é evidentemente uma condição que se alcança somente na presente era da graça quando pode ser dito que não existe diferença alguma entre judeu e gentio.

Deus

Como em qualquer composição usual a personalidade do autor é tomada como certa, assim um conhecimento de Deus é assegurado por indução de todas as sugestões passageiras a respeito do escritor a serem encontradas no Texto Sagrado que Ele escreveu.

Muitos esforços têm sido feitos para definir Deus, mas talvez nenhum mais satisfatório do que o feito pelo *Catecismo Maior de Westminster*, que diz: "Deus é espírito, em si e por si infinito em seu ser, glória, bem-aventurança e perfeição; todo-suficiente, eterno, imutável, insondável, onipresente, infinito em poder, sabedoria, santidade, justiça, misericórdia e clemência, longânimo e cheio de bondade e verdade" (resposta à pergunta 7).

Uma análise deste tema total, tão boa quanto poderia ser em qualquer parte, estaria assegurada se cada um dos termos descritivos na afirmação deste catecismo fosse tratado individualmente.

A doutrina de Deus no Antigo Testamento é apresentada em três nomes principais que Ele tem. Eles são:

1. EL, que significa força e seus dois cognatos; Elah, que significa um Deus que guarda o pacto; e Elohim, um nome plural que é usado constantemente como se fosse uma forma gramatical singular. Parece evidente que a doutrina da Trindade está prefigurada neste nome plural. A única passagem – Deuteronômio 6.4 – é muitíssimo reveladora e poderia ser traduzida assim: "Jeová [uma forma singular] nosso Elohim [forma plural] é o único Jeová". A palavra *único* aqui pode significar uma integração de partes constituintes, por exemplo, quando é

dito: "...e houve tarde e manhã... um dia", "E eles [dois] serão uma só carne" (Gn 1.5; 2.24).

Muitos estudiosos atuais asseveram que a forma plural de Elohim não sugere a Trindade. Oehler, um deles, assevera que ele é um caso do plural *majestático* – alguma espécie de tentativa de multiplicar a força do nome. Contudo, ele não fornece razão suficiente, nem os outros tiveram sucesso em provar que o pensamento trinitário não está presente. Parece, então, ser uma forma de incredulidade. O Antigo Testamento certamente não tem falta de ênfase sobre a majestade de Deus. (O modo triúno de existência já foi tratado anteriormente no Vol. I.)

2. **JEOVA.** O significado deste termo é 'o auto-existente'. Como um título elevado, ele foi tão sagrado para o judeu que o uso dele foi evitado pelas pessoas por muitas gerações. As implicações morais de Deus vistas neste nome são longamente tratadas por T. Rees em seu artigo "Deus", escrito para a *International Standard Bible Encyclopaedia*:

A característica mais distintiva de Jeová, que finalmente O tornou absolutamente singular e também a Sua religião, foi o fator moral. Dizer que Jeová era um Deus moral, era dizer que Ele agia por livre escolha, de conformidade com os fins que Ele estabeleceu para Si mesmo, e que Ele também impôs sobre Seus adoradores como lei de conduta para eles.

A condição mais essencial de uma natureza moral é encontrada em Sua personalidade vívida, que em todo estágio de Sua auto-revelação brilha com uma intensidade que poderia ser chamada agressiva. A personalidade e a espiritualidade divinas nunca são expressamente asseveradas ou definidas no Antigo Testamento; mas em nenhum lugar na história da religião elas são mais claramente afirmadas. Os modos da expressão delas são, contudo, qualificadas como antropomorfismos, por limitações, por zelo moral e físico de Jeová (Êx 20.5; Dt 5.9; 6.15), Sua ira e indignação (Êx 32.10-12; Dt 7.4) e Sua santidade inviolável (Êx 19.21, 22; 1 Sm 6.19; 2 Sm 6.7) parecem algumas vezes ser irracionais e imorais; mas elas são a afirmação de Sua natureza individual, de Sua autoconsciência quando Ele se distingue de tudo mais, na linguagem moral do tempo, e são as condições dEle ter qualquer que seja a natureza moral. Igualmente, Ele habita num lugar e se move dele (Jz 5.5); os homens podem vê-lo em forma visível (Êx 24.10; Nm 12.8); Ele é sempre representado como possuidor de órgãos como os do corpo humano, braços, mãos, pés, boca, olhos e ouvidos. Por meio de tal *linguagem figurativa* e sensória somente foi possível para um Deus pessoal fazer-se conhecido aos homens.³

3. **ADONAI**, que significa "Senhor"; usado a respeito de Deus e de homens.

O Novo Testamento apresenta Deus como Pai de todos os que crêem e como aquele que deve ser conhecido através de Suas inter-relações pessoais. O nome de Deus no Novo Testamento é novamente uma revelação triplíce: Pai, Filho e Espírito Santo. Não apenas um desses três, mas todos são exigidos para apresentar um único Deus.

Embora Deus exista num tríplice modo de existência, Ele é apresentado no Novo Testamento como um Deus, e assim o cristão está debaixo da obrigação de defender a doutrina do único Deus como fazem os unitarianos, os judeus e os maometanos.

Dia do Senhor

O Dia do Senhor não representa meramente uma mudança do sábado, mas um novo dia pertencente a uma nova ordem. Ele celebra a nova criação com o próprio Cristo ressurrecto como seu Cabeça, enquanto que o sábado estava relacionado à velha criação (Êx 20.8-11; 31.12-17; Hb 4.4). O novo dia, para ser exato, foi predito em profecia (cf. Lv 23.11; Sl 118.22-24; Mt 28.1; At 4.11,12). É o primeiro dia ou, como o que segue os sete dias anteriores, o oitavo dia após a semana concluída (cf. Cl 2.12).

O dia começou com uma apreciação normal da ressurreição de Cristo e Sua obra. Ele foi distintivamente abençoado por Deus por toda esta presente era. Verdadeiro ao seu caráter como um dia de descanso, contudo, o sábado veio no final de uma semana de trabalho. Esta foi a ordem no tempo da lei. Debaixo da graça a semana começa com seu dia de privilégio, que é o dia devidamente suficiente para a graça.

O dia do Senhor pertence somente aos cristãos; não é para todos os homens, nem para a criação como um todo. Daí o dia não deve ser legislado sobre um público indisposto; na verdade, não há regras para a sua observância, que se adapta suficientemente à ordem e ao caráter da graça. Os homens não são justificados ao retornar às normas proporcionadas para o Sábado, a fim de assegurar orientações para a observância do dia do Senhor. Quando Cristo saiu da sepultura, Ele disse aos Seus amigos: "Alegrai-vos" (Sl 118.24) e "digam..." (Mt 28.9, 10). Estas palavras podem bem ser tomadas como uma orientação sábia a respeito da observância do dia. O dia do Senhor, além disso, pode ser estendido a todos os dias, ao passo que isso não podia acontecer com o sábado (cf. Rm 14.5,6).

Dias

Um número considerável de dias específicos é mencionado na Bíblia e estes são, na sua maior parte, temas de profecia. Todos eles podem ser considerados separadamente.

1. **CRIAÇÃO.** Gênesis declara claramente que houve seis dias sucessivos em que Deus criou os céus e a terra de hoje. Os melhores dos eruditos têm discordado sobre se esses dias são períodos literais de 24 horas ou vastos períodos de tempo. A partir do ponto de vista da capacidade de Deus, não

há dúvida a ser levantada, visto que Ele deve ser capaz de criar todas as coisas no tempo mais curto. Um período literal de 24 horas parece estar implícito quando cada um deles é medido pelas seguintes palavras: “e tarde e manhã foi o primeiro dia” etc. Por outro lado, está refletido na natureza que muito tempo se passou desde a formação das coisas materiais, e a Bíblia usa a palavra *dia* simbolicamente quando se refere a um período de tempo. O reino vindouro de mil anos é chamado de *o Dia de Jeová*. Qualquer ponto de tempo na presente era é conhecido como *o dia da salvação*.

Pedro declara: “Mas vós, amados, não ignoreis uma coisa: que um dia para o Senhor é como mil anos, e mil anos como um dia” (2 Pe 3.8). Assim, também, Cristo apresentou a presente era como a hora que viria “e agora é” (cf. João 5.25-28).

2. SÁBADO. Aprouve a Deus, após seis dias de criação, e descansar no sétimo, exigir de Israel como uma parte integral da lei deles, que eles cessariam o trabalho e a atividade em cada sétimo dia. Outros sábados extras foram algumas vezes acrescentados e cada sétimo ano para ser um período sabático quando seria requerido que a terra descansasse naquele ano. O sétimo dia, o sábado, por ser um aspecto do sistema mosaico, continuou enquanto estava em vigor a lei de Moisés. De acordo com Oséias 2.11, um tempo eventualmente viria quando a observância do sábado cessaria e quando os juízos de Deus viriam sobre Israel. O mesmo sábado, contudo, será resumido na tribulação e igualmente no reino que irá se seguir. Não é acidental que o sábado tenha sido mencionado em conexão com a tribulação, em Mateus 24.20.

3. O DIA DO SENHOR. “O primeiro dia da semana” (cf. Mt 28.1; Jo 20.1) é chamado nesta era da Igreja de o dia do Senhor, e com base no fato de que neste dia Cristo ressuscitou da tumba e se tornou Cabeça sobre toda a nova criação de Deus. Tal observância do dia da nova criação foi predita no salmo 118.22-24 (cf. At 4.10-11). A Escritura declara que João foi “arrebataado em espírito no dia do Senhor” (Ap 1.10), mas isto não é necessariamente uma referência ao primeiro dia da semana. O texto original diz literalmente, *dia do Senhor*, ou “dia que é caracterizado pelo Senhor”. Pode significar, portanto, dia do Senhor (domingo) ou dia do Senhor (que pertence ao Senhor). Visto que a visão de João apresentada em todo Apocalipse era o de um período extenso designado como o dia do Senhor, parece evidente que este deve ser o dia do qual João fala.

O dia do Senhor é somente designado para a Igreja e assim ele cessa quando esse grupo de pessoas for removido da terra. Com a sua cessação, Israel é restaurado ao seu lugar de favor terrestre e o seu sábado é restabelecido.

4. DIA DO SENHOR. A maior expectativa do Antigo Testamento era a expectativa do Dia do Senhor, que ainda não havia chegado quando o Antigo Testamento já havia sido escrito e não tinha vindo ao tempo presente. Ele é ainda futuro (cf. 1 Ts 5.1-2). Ele está relacionado ao segundo advento de Cristo e não ao primeiro. Este período se estende desde a vinda de Cristo “como o ladrão da noite” (Mt 24.43; Lc 12.39-40; 1 Ts 5.2; 2 Pe 3.10; Ap 16.15) ao passamento dos céus e da terra que agora existem e o derretimento dos elementos pelo calor.

Parece altamente significativo que, no mesmo contexto e sob o mesmo tema em que esses limites mais afastados do Dia do Senhor são dados (2 Pe 3.8-12), seja declarado que um dia para o Senhor é como mil anos e que mil anos sejam como um dia. É essencial que todo estudante faça uma indução completa de todas as coisas na Bíblia que pertencem ao Dia do Senhor e, assim, obtenha um conhecimento de primeira mão de tudo o que foi divinamente determinado para esse extenso período. Então, pode ser visto que este dia inclui os juízos de Deus sobre as nações e sobre Israel, e que esses juízos ocorrem no retorno de Cristo. Ele inclui tanto o retorno de Cristo quanto o reino de mil anos que se segue. Ele se estende, na verdade, até à dissolução final com a qual o reino se finda (2 Pe 3.8-13; Ap 20.1-15).

5. DIA DE CRISTO. Por este termo – na medida em que ele se relaciona à terra – é feita referência a um momento distinto de tempo em que os mortos em Cristo serão ressuscitados e os santos vivos serão transformados, cujo momento é legitimamente estendido em outras cenas onde grandes mudanças serão operadas que são a porção dos santos em glória. O apóstolo João como vidente ou precursor descreve estas glórias para a Igreja no céu como também as agonias sobre a terra que pertencem à tribulação e que ocorrem ao mesmo tempo. O dia de Cristo é o término da jornada peregrina da Igreja sobre a terra (cf. 1 Co 1.8; 5.5; 2 Co 1.14; 5.10; Fp 1.6,10; 2.16), e inclui o evento quando os santos são julgados diante do Tribunal de Cristo (2 Co 5.10) e o casamento do Cordeiro (Ap 19.7,8).

Uma correção notável é exigida na Authorized Version em 2 Tessalonicenses 2.2, onde a expressão *dia de Cristo* ocorre, porque no original aparece a expressão *o dia do Senhor*, de acordo com a crítica textual. Nada é predito como tendo de acontecer antes do dia de Cristo, mas, como no contexto de 2 Tessalonicenses, há eventos estupendos que devem preceder o dia do Senhor.

6. ÚLTIMO DIA. Visto que é o tempo em que Cristo ressuscitará aqueles que são salvos (cf. Jo 6.40, 44, 54), a expressão *o último dia* é evidentemente uma referência ao último dia da Igreja sobre a terra e deve, portanto, ser um aspecto importante do dia de Cristo.

7. ÚLTIMOS DIAS PARA ISRAEL. Uma passagem dentre muitas servirá para declarar o caráter distintivo dos últimos dias de Israel sobre a terra – os dias da glória do seu reino: “Acontecerá nos últimos dias que se firmará o monte da casa do Senhor, será estabelecido como o mais alto dos montes e se elevará por cima dos outeiros; e concorrerão a ele todas as nações. Irão muitos povos, e dirão: Vinde, e subamos ao monte do Senhor, à casa do Deus de Jacó, para que nos ensine os seus caminhos, e andemos nas suas veredas; porque de Sião sairá a lei, e de Jerusalém a palavra do Senhor. E ele julgará entre as nações, e repreenderá a muitos povos; e estes converterão as suas espadas em relhas de arado, e as suas lanças em foices; uma nação não levantará contra outra nação, nem aprenderão mais a guerra. Vinde, ó casa de Jacó, e andemos na luz do Senhor” (Is 2.2-5).

8. ÚLTIMOS DIAS PARA A IGREJA. Uma quantidade muito incomum de textos do Novo Testamento, inclusive todas as segundas epístolas, exceto

2 Coríntios, assim como outras porções do Novo Testamento, trata deste período importante. Em contraste com os últimos dias de Israel, os últimos dias para a Igreja são maus em caráter. Uma passagem, além disso, pode ser citada: “Sabe, porém, isto, que nos últimos dias sobrevirão tempos penosos; pois os homens serão amantes de si mesmos, gananciosos, presunçosos, soberbos, desobedientes a seus pais, ingratos, ímpios, sem afeição natural, implacáveis, caluniadores, incontinentes, cruéis, inimigos do bem, traidores, atrevidos, orgulhosos, mais amigos dos deleites do que amigos de Deus, tendo aparência de piedade, mas negando-lhe o poder. Afasta-te também desses” (2 Tm 3.1-5; cf. 1 Tm 4.1-5; Tg 5.3; 2 Pe 3.3; 1 Jo 4.17).

Um uso excepcional deste termo deve ser encontrado em Hebreus 1.2 onde a era da Igreja é vista como parte dos “últimos dias” no tratamento de Deus com os homens.

9. DIA DO JUÍZO. Pela frase “dia do Juízo” a referência é evidentemente feita à provação final dos ímpios que serão ressuscitados para permanecer perante o grande Trono Branco, que se segue à era do reino e que precede o estado eterno (Ap 20.5,11-15). Textos adicionais a serem considerados são Mateus 10.15; João 12.48; 2 Pedro 2.9; 3.7; Judas 6.

10. DIA DO HOMEM. Este tema, obscurecido às vezes pelos tradutores, é referido apenas uma vez no Novo Testamento, a saber, em 1 Coríntios 4.3, que diz: “Todavia, a mim mui pouco se me dá de ser julgado por vós, ou por qualquer tribunal humano; nem eu tampouco a mim mesmo me julgo”. Nesta passagem a frase *tribunal humano* é realmente uma referência à opinião humana corrente nesta era, que pode propriamente (e literalmente) ser traduzida como *dia do homem*.

11. DIA DA SALVAÇÃO. O apóstolo declara que *agora* é o dia da salvação (2 Co 6.2), e por isso ele se refere a qualquer momento dentro da era da Igreja, quando Cristo pode ser recebido como Salvador. Sua afirmação está baseada em uma profecia do Antigo Testamento.

12. DIA DE DEUS. A única referência ao dia de Deus (2 Pe 3.12) é evidentemente uma identificação da eternidade ainda futura, quando o novo céu e a nova terra terão sido criados.

Discípulos

Nesta doutrina a respeito dos discípulos, como em todos os outros casos, o estudante faria bem em empregar os termos bíblicos de um modo preciso como as Escrituras os empregam. A palavra *discípulo* significa não mais do que um aluno, um aprendiz, ou um seguidor, e não é equivalente ao termo *crente* ou *cristão*. Observe que quando Paulo veio a Éfeso, de acordo com Atos 19.1, encontrou “certos discípulos”, mas estes provaram ser somente discípulos de João Batista e não eram cristãos. Eles não possuíam conhecimento algum do

Espírito Santo (cf. Rm 8.9), e assim, ao conhecerem Cristo, foram batizados pelo apóstolo em nome de Jesus Cristo.

Conquanto esse termo *discípulo* seja usado indistintamente às vezes com o título *apóstolo*, quando se refere aos doze a quem Cristo escolheu para estarem com Ele, os termos não devem ser considerados equivalentes. Um apóstolo é uma testemunha qualificada, selecionada a dedo. Portanto, nenhum deles se tornou um apóstolo que não tivesse sido diretamente escolhido por Deus, e foi exigido para a filiação com os doze que eles tivessem tido associação com Cristo sobre a terra. Uma suposição estranha, sem dúvida derivada de Roma, está em uso da parte daqueles que alegam para si mesmos uma sucessão apostólica ininterrupta desde os primeiros apóstolos. Esta alegação deve repousar sobre alguma coisa estranha à Palavra de Deus, quando nenhuma provisão é feita ali para a continuação do ofício apostólico, nem ali foi sugerida essa continuidade sequer como uma possibilidade.

É pura suposição alegar que alguma ordenação imposta por homens se constitua numa paridade com os apóstolos antigos. Se tal ordem existisse, seria bom para ela depender do sucesso apostólico antes do que de uma suposta sucessão apostólica.

Todos os crentes são discípulos no sentido em que eles são ensinados por Deus através da habitação do Espírito ou qualquer outra instrumentalidade que o Espírito possa empregar. O fato importante é que a verdade da Escritura chega ao entendimento e ao coração do crente como uma revelação de Deus (cf. Jo 16.12-15; 1 Co 2.9-12). O termo *discípulo* sugere não mais de uma relação com Deus do que de aprendiz. Uma revelação pode vir por meio do Espírito mesmo para o não-salvo, e esse caminho de salvação é revelado por meio do Evangelho. Nenhum outro além daqueles chamados de Deus, contudo, recebe o Evangelho.

Dispensações

Duas palavras freqüentemente usadas como sinônimos quando se trata do dispensacionalismo são, não obstante, totalmente diferentes em seu significado específico. Estas deveriam ser consideradas separadamente.

1. ERA (αἰών). Este termo, que é traduzido como *mundo* 31 vezes na Authorized Version do Novo Testamento, significa um bloco ou período de tempo. Dificilmente precisa ser dito que não há relação alguma observável entre o substantivo *mundo* e um período de tempo. Em razão desta confusão nos termos, a revelação total a respeito de eras sucessivas foi logo perdida de vista por causa da tradução. Uma ilustração clara de como os tradutores trabalhavam é apresentada em Hebreus 1.1, 2, que em nossas traduções diz: "Havendo Deus antigamente falado muitas vezes, e de muitas maneiras, aos pais, pelos profetas, nestes últimos dias a nós nos falou pelo Filho, a quem constituiu herdeiro de

todas as coisas, e por quem fez também o mundo". Aqui a tradução *mundo* vem de αἶών e por este termo está aqui declarado que Cristo arranjou ou programou as eras sucessivas de tempo.

A revelação não é a mesma do versículo 10 do mesmo capítulo que afirma que Cristo criou todas as coisas materiais. Nenhuma avaliação jamais poderia ser feita dos enganos que se seguiram a este erro de tradução. O mesmo é verdadeiro dos 31 casos onde a tradução *mundo* é usada em vez de *era*. Uma passagem notável sobre este ponto é Mateus 13.38-40: "O campo é o mundo; a boa semente são os filhos do reino; o joio são os filhos do maligno; o inimigo que o semeou é o Diabo; a ceifa é o fim do mundo; e os ceifeiros são os anjos. Pois assim como o joio é colhido e queimado no fogo, assim será no fim do mundo" (cf. Mt 13.49; 24.3; 28.20; Mc 4.19; 10.30; Rm 12.2; 1 Co 2.6; 2 Co 4.4; Gl 1.4; Ef 2.2; 2 Tm 4.10; Hb 11.3). Aqui, no primeiro caso, o campo é dito ser o *mundo* (cosmos), enquanto que no segundo e terceiro casos a colheita é a consumação da era, e não o fim do mundo material, como a tradução sugere.

Numa outra passagem notável – Mateus 24.3 – não é feita referência à presente era, mas à era judaica que tem ainda sete anos por vir após esta era ter sido completada. Os discípulos sabiam muito pouco desta presente e imprevista era no tempo a que Cristo se referia. O sinal do fim para a era judaica, contudo, está declarado em Mateus 24.15 e em resposta à pergunta a respeito desta era como vista no versículo 3. O mal a que Cristo se refere como o sinal está descrito em 2 Tessalonicenses 2.3-10 e ali é dito que ele não aparecerá até a remoção da Igreja. A era mosaica, que se estendeu desde a doação da lei ao fim da lei na morte de Cristo, foi interrompida pela era intercalada conhecida como "tempo dos gentios", cujo período de intercalação começou com os cativos e termina com o reaparecimento glorioso de Cristo.

Ao representar uma porção desta era gentílica, Deus mediu 490 anos relativos a Israel, cujo tempo com os "tempos dos gentios" não obstante foi fracionado pela presente e imprevista era da Igreja. O período da tribulação final é medido no tempo pelos anos definitivamente preditos para Israel, enquanto que o caráter desse período é delineado pelos pés e artelhos da imagem colossal que registra o fim dos tempos gentílicos.

2. DISPENSAÇÃO. Traduzida da palavra grega οἰκονομία, e significa primariamente *mordomia*, uma dispensação é uma economia divina específica, um comprometimento de Deus com o homem de uma responsabilidade de desincumbir-se daquilo que Deus lhe designou. O apóstolo declara de si mesmo: "Por esta razão eu, Paulo, o prisioneiro de Cristo Jesus por amor de vós gentios... Se é que tendes ouvido a dispensação da graça de Deus, que para convosco me foi dada" (Ef 3.1, 2). Uma mordomia foi entregue ao apóstolo para ele receber, formular e proclamar o segredo sagrado a respeito de um fato e provisões até então não revelados da graça salvadora como eles estão demonstrados na Igreja. Em exemplos incontáveis a teologia do pacto fica perturbada pelo reconhecimento das distinções dispensacionais; mesmo a nova manifestação da graça divina se torna um dos aspectos perturbadores da verdade.

Se há, como afirmam os teólogos do pacto, apenas um pacto da graça e que esse pacto opera uniformemente em toda era, na verdade, ao que o apóstolo se refere quando ele assevera que uma dispensação a respeito de uma economia da graça divina até então não revelada é entregue a ele? Sem levar em conta uma noção não-provada e não-escriturística que pode estar abarcada por um grande número de homens que nada fizeram além de receber sem investigação o que é ensinado nas escolas deles, na presente era Deus faz uma demonstração distinta e peculiar de Sua graça por meio da Igreja, que é o Corpo de Cristo. “A mim, o menor de todos os santos, me foi dada esta graça de anunciar aos gentios as riquezas inescrutáveis de Cristo, e demonstrar a todos qual seja a dispensação do mistério que desde os séculos esteve oculto em Deus, que tudo criou, para que agora a multiforme sabedoria de Deus seja manifestada, por meio da igreja, aos principados e potestades nas regiões celestes” (Ef 3.8-10).

Assim, acontece por meio deste grupo de redimidos de judeus e gentios (Ef 3.6), cujo grupo não existiu como tal em outra era, que o mistério ou segredo sagrado, escondido desde as eras passadas, torna-se conhecido e esta revelação atinge as hostes angelicais. Porque as eras passada, presente e futura (cf. Ef 1.10; 3.1-6) estão tão claramente definidas nas Escrituras, os teólogos do pacto reconhecem diferentes eras ou períodos de tempo; mas então eles os tratam meramente como modos diferentes de administrar um único propósito divino. A despeito de todo aspecto conhecido das eras anteriores, será visto que a Palavra de Deus constrói toda a sua estrutura doutrinária numa era passada, presente e futura. Negar estas várias divisões, contudo, unidas como são a respeito de diferentes propósitos revelados de Deus, é cessar de ser influenciado devidamente pela Escritura exata que Deus falou.

Dispersões de Israel

À luz de seus pactos imutáveis, um dos quais é a posse da Terra Prometida (cf. Dt 30.1-8), é essencial que os despojamentos de Israel da terra sejam reconhecidos. Estes despojamentos, então, envolvem reajuntamentos também. Houve uma predição clara de três dispersões e três reajuntamentos. Três dispersões ocorreram como preditas, e dois reajuntamentos. Israel está agora espalhado em sua terceira e final dispersão, e espera mais ou menos conscientemente o último reajuntamento. Uma das impressões mais comuns a respeito de Israel é que eles sempre têm sido e sempre serão espalhados entre as nações, como são neste tempo. Uma devida atenção à Palavra de Deus corrigirá tal engano. Deveria ser observado que, a menos que Israel permaneça um povo separado sob um propósito específico e um pacto de Deus, de modo algum relacionado com a Igreja ou parte dela, não haverá significado algum para as dispersões ou reajuntamentos de Israel.

As três dispersões e reajuntamentos podem bem ser considerados separadamente. Como uma introdução a esta consideração, pode ser observado que, visto que na Escritura Israel é a chave para todos os prospectos e bênçãos terrestres, nada jamais será normal na terra quando esta nação está fora de sua possessão. Toda paz e tranquilidade para a terra aguardam a colocação final de Israel em sua própria terra prometida.

1. DISPERSÃO PARA O EGITO. A história de Israel na escravidão egípcia, a maneira deles irem para ali e o milagre de sua libertação são todos conhecidos dos leitores da Bíblia, mas não tão geralmente conhecido que a escravidão egípcia foi predita séculos antes. Quando um profundo sono veio sobre Abraão, e Jeová ratificou Seu pacto incondicional com ele a respeito da posse perene da terra, Deus disse-lhe: "Então disse o Senhor a Abrão: Sabe com certeza que a tua descendência será peregrina em terra alheia, e será reduzida à escravidão, e será afligida por quatrocentos anos; sabe também que eu julgarei a nação à qual ela tem de servir; e depois sairá com muitos bens. Tu, porém, irás em paz para teus pais; em boa velhice serás sepultado. Na quarta geração, porém, voltarão para cá; porque a medida da iniquidade dos amorreus não está ainda cheia" (Gn 15.13-16). O retorno da nação à terra sob a liderança de Moisés e Josué marca o fim da primeira dispersão. Ela começou, continuou, e terminou exatamente como Jeová predisse que aconteceria a Abraão.

2. OS CATIVEIROS. Por causa dos pecados dos israelitas, tanto do reino do Norte quanto do reino do Sul, foram designados ir para o cativeiro. O cativeiro terminou setenta anos depois do reino do Sul ter se tornado cativo, mas ainda nem todos que estavam lá retornaram. O fato importante é que uma representação da totalidade da nação foi reunida na terra. Um período de cativeiro para o reino do Sul foi predito por Jeremias. Ele escreveu: "E toda esta terra virá a ser uma desolação e um espanto; e estas nações servirão ao rei de Babilônia setenta anos. Acontecerá, porém, que quando se cumprirem os setenta anos, castigarei o rei de Babilônia, e esta nação, diz o Senhor, castigando a sua iniquidade, e a terra dos caldeus; farei dela uma desolação perpétua. E trarei sobre aquela terra todas as minhas palavras, que tenho proferido contra ela, tudo quanto está escrito neste livro, que profetizou Jeremias contra todas as nações" (Jr 25.11,12).

Daniel aprendeu desta passagem específica sobre quando o tempo da escravidão seria cumprido. Desta experiência Daniel registra: "No primeiro ano de Dario, filho de Assuero, da linhagem dos medos, o qual foi constituído rei sobre o reino dos caldeus, no ano primeiro do seu reinado, eu, Daniel, entendi pelos livros que o número de anos, de que falara o Senhor ao profeta Jeremias, que haviam de durar as desolações de Jerusalém, era de setenta anos" (Dn 9.1, 2).

3. DISPERSÃO PRESENTE. A presente dispersão excede as outras duas na questão da duração e na maneira em que Israel está agora espalhada entre todas as nações da terra. Ao começar com a destruição de Jerusalém no ano 70 d.C., a dispersão final continua até o tempo presente e é um aspecto importante da presente era, cuja característica deve continuar até que a Igreja seja removida

do mundo. É então que Israel imediatamente estará sob as bênçãos renovadas e sob a orientação de Jeová e retornará à sua própria terra. Contudo, o retorno é acompanhado também por outros eventos poderosos, todos dos quais são sem precedentes e direta ou indiretamente relacionados à restauração de Israel. Neste aspecto da verdade profética, muitos textos estão envolvidos.

O retorno final à terra deles é um dos principais temas da profecia do Antigo Testamento a respeito dos judeus. Concernente ao presente cativo Moisés escreveu:

“Assim ficareis poucos em número, depois de haverdes sido em multidão como as estrelas do céu; porquanto não deste ouvidos à voz do Senhor teu Deus. E será que, assim como o Senhor se deleitava em vós, para fazer-vos bem e multiplicar-vos, assim o Senhor se deleitará em destruir-vos e consumir-vos; e sereis desarraigados da terra na qual estais entrando para a possuídes. E o Senhor vos espalhará entre todos os povos, desde uma extremidade da terra até a outra; e ali servireis a outros deuses que não conhecestes, nem vós nem vossos pais, deuses de pau e de pedra. E nem ainda entre estas nações descansarás, nem a planta de teu pé terá repouso; mas o Senhor ali te dará coração tremente, e desfalecimento de olhos, e desmaio de alma. E a tua vida estará como em suspenso diante de ti; e estremecerás de noite e de dia, e não terás segurança da tua própria vida. Pela manhã dirás: Ah! Quem me dera ver a tarde! E à tarde dirás: Ah! Quem me dera ver a manhã! pelo pasmo que terás em teu coração, e pelo que verás com os teus olhos. E o Senhor te fará voltar ao Egito em navios, pelo caminho de que te disse: Nunca mais o verás. Ali vos poreis a venda como escravos e escravas aos vossos inimigos, mas não haverá quem vos compre” (Dt 28.62-68).

Aquilo que era para servir de atenção a esta dispersão está descrito em detalhes: “Lembra-te, pois, da palavra que ordenaste a teu servo Moisés, dizendo: Se vós transgredirdes, eu vos espalharei por entre os povos” (Ne 1.8); “Também os espalharei por entre nações que nem eles nem seus pais conheceram; e mandarei a espada após eles, até que venha a consumi-los” (Jr 9.16); “Contudo, o meu povo se tem esquecido de mim, queimando incenso a deuses falsos; fizeram-se tropeçar nos seus caminhos, e nas veredas antigas, para que andassem por atalhos não aplainados; para fazerem da sua terra objeto de espanto e de perpétuos assobios; todo aquele que passa por ela se espanta, e meneia a cabeça. Com vento oriental os espalharei diante do inimigo; mostrar-lhes-ei as costas e não o rosto, no dia da sua calamidade” (Jr 18.15-17); “E todos os que estiverem ao redor dele para seu socorro, e todas as suas tropas, espalhá-los-ei a todos os ventos: e desembainharei a espada atrás deles. Assim saberão que eu sou o Senhor, quando eu os dispersar entre as nações e os espalhar entre os países” (Ez 12.14,15); “Também levantei a minha mão para eles no deserto, jurando que os espalharia entre as nações, e os dispersaria entre os países” (Ez 20.23); “Espalhar-te-ei entre as nações e dispersar-te-ei pelas terras; e de ti consumirei a tua imundícia” (Ez 22.15).

Tiago deve, portanto, dirigir sua epístola “às doze tribos da dispersão”. Que Israel retornará ainda à sua terra e experimentará grande bênção nacional, é uma das predições mais positivas da Bíblia – uma predição que não se entrega a noções fantasiosas para sua interpretação. Ela deve ser aceita em sua forma literal ou ignorada completamente. Muito freqüentemente esta última é feita. Naturalmente, os homens devem ignorar estes textos que negam qualquer distinção real entre Israel e a Igreja, porque, como foi declarado antes, a dispersão e o reajuntamento é totalmente estranho à Igreja. Mais de cinquenta textos afirmativos declaram que Israel será reunido em sua própria terra desta terceira e final dispersão. Duas dessas passagens podem ser citadas:

“Quando te sobrevierem todas estas coisas, a bênção ou a maldição, que pus diante de ti, e te recordares delas entre todas as nações para onde o Senhor teu Deus te houver lançado, e te converteres ao Senhor teu Deus, e obedeceres à sua voz conforme tudo o que eu te ordeno hoje, tu e teus filhos, de todo o teu coração e de toda a tua alma, o Senhor teu Deus te fará voltar do teu cativeiro, e se compadecerá de ti, e tomará a ajuntar-te dentre todos os povos entre os quais te houver espalhado o Senhor teu Deus” (Dt 30.1-3); “Dize-lhes pois: Assim diz o Senhor Deus: Eis que eu tomarei os filhos de Israel dentre as nações para onde eles foram, e os congregarei de todos os lados, e os introduzirei na sua terra; e deles farei uma nação na terra, nos montes de Israel, e um rei será rei de todos eles; e nunca mais serão duas nações, nem de maneira alguma se dividirão para o futuro em dois reinos; nem se contaminarão mais com os seus ídolos, nem com as suas abominações, nem com qualquer uma das suas transgressões; mas eu os livrarei de todas as suas apostasias com que pecaram, e os purificarei. Assim eles serão o meu povo, e eu serei o seu Deus. Também meu servo Davi reinará sobre eles, e todos eles terão um pastor só; andarão nos meus juízos, e guardarão os meus estatutos, e os observarão. Ainda habitarão na terra que dei a meu servo Jacó, na qual habitaram vossos pais; nela habitarão, ele e seus filhos, e os filhos de seus filhos, para sempre; e Davi, meu servo, será seu príncipe eternamente. Farei com eles um pacto de paz, que será um pacto perpétuo. E os estabelecerei, e os multiplicarei, e porei o meu santuário no meio deles para sempre. Meu tabernáculo permanecerá com eles; e eu serei o seu Deus e eles serão o meu povo. E as nações saberão que eu sou o Senhor que santifico a Israel, quando estiver o meu santuário no meio deles para sempre” (Ez 37.21-28).

Dizimar (veja Mordomia)

Dizimar é o mesmo que dar a Deus a décima parte; é uma prática que antedata a lei, e ainda até esta data é de uso comum.

1. ANTES DE MOISÉS (Gn 14.17-20; cf. Hb 7.1-10).

2. NA LEI. O dízimo se tornou, na sua maior parte, o método de Deus de dar suporte aos levitas e sacerdotes. A tradição acrescentou muito mais à lei de dizimar do que foi exigido originalmente (Mt 23.23; Lc 11.42).

3. EM CONTRASTE COM A GRAÇA. Sob a graça, a benevolência funcionará "não por necessidade" ou por qualquer exigência da lei; antes, o cristão faz a sua contribuição "segundo tiver proposto no seu coração" (2 Co 9.7) e "conforme tiver prosperado" (1 Co 16.2). Nem toda contribuição que evita o mero dízimo, contudo, é um contribuinte segundo a graça.

Eclesiologia

O termo ἐκκλησία, traduzido como *igreja* ou *assembléia*, significa um grupo chamado. Sua contraparte no Antigo Testamento é a congregação; mas a congregação de Israel nunca foi a verdadeira Igreja do Novo Testamento. Não obstante, Israel se constituiu numa assembléia no deserto (At 7.38) como igualmente aconteceu com a multidão de Éfeso no teatro (At 19.32, 41). O uso espiritual mais profundo da palavra *igreja* se refere ao grupo de pessoas salvas que, por sua salvação, são chamados do mundo para uma união viva e orgânica com Cristo para formar o Seu Corpo místico, sobre o qual Ele é o Cabeça. Essa forma exterior da Igreja que é uma mera assembléia de pessoas deve ser restrita àqueles de uma geração, na verdade de uma localidade, e pode incluir os não-salvos assim como os salvos.

Em oposição a isto, a Igreja que é o Corpo e a Noiva de Cristo, é composta de pessoas de todas as gerações desde que a Igreja começou a existir, e não está confinada a uma localidade, e inclui somente aqueles que são realmente salvos. O significado espiritual é assim visto como muito distante do mero reconhecimento de um edifício que pode ser chamado de igreja, uma congregação organizada, ou qualquer forma de clientela sectária.

A doutrina paulina da Igreja espiritual ou verdadeira é acompanhada somente em importância pela doutrina da salvação pela graça. Essa salvação da qual ele escreveu provê e conduz a um material sobrenatural do que a verdadeira Igreja é formada. As duas tomadas juntas constituem o que o apóstolo chamou de "meu evangelho". Ambas as doutrinas que compuseram o seu evangelho foram uma revelação ao apóstolo diretamente de Deus (Gl 1.11,12; Ef 3.1-6). Cada revelação concernente até aqui não anunciada e, até o dia de Pentecostes, constitui concepções não-existentes. Uma exceção a esta afirmação geral pode ser encontrada nos padrões doutrinários apresentados por certos tipos do Antigo Testamento que prefiguram fases da verdade pertencentes à Igreja somente, e também pelos primeiros doze capítulos do Evangelho de João em que Cristo é sustentado como um Salvador dos perdidos, embora esta predição dessa qualificação como Salvador que foi posteriormente ganha através de Sua real morte e ressurreição.

Que a verdadeira Igreja era somente uma antecipação durante o ministério terreno de Cristo pode ser demonstrado de vários modos. O próprio Cristo declarou-o ser ainda futuro (Mt 16.18), um Salvador crucificado e ressuscitado não tinha ainda se tornado o objeto da fé salvadora (Gl 3.23-25), e ninguém poderia crer ou pregar a presente salvação pela graça num tempo quando ele não acreditava que Cristo morreria ou seria ressuscitado dentre os mortos (Lc 18.31-34). Não poderia haver a Igreja até que ela fosse comprada por Seu precioso sangue (Ef 5.25-27), até que Ele ressuscitou para dar a ela a vida da ressurreição (Cl 3.1-3), até que Ele ascendesse para ser o Cabeça sobre todas as coisas dadas à Igreja (Ef 1.20-23), ou até que o Espírito viesse no Pentecostes através de quem a Igreja poderia ser formada em um Corpo e por meio de quem a Igreja pudesse ser co-ordenada por Sua presença habitadora.

Deus tem quatro categorias de criaturas inteligentes em Seu universo – anjos, gentios, judeus e cristãos – e há mais diferença a ser observada entre cristãos e judeus ou gentios do que entre anjos e judeus ou gentios. Esta afirmação pareceria extrema, e deve ser assim porque o verdadeiro e exaltado caráter do cristão não é compreendido. Nenhum anjo é um filho de Deus pelo real nascimento regenerador que vem de cima, nem qualquer anjo permanece perante Deus na πληρώμα – i.e., plenitude – de Cristo (Jo 1.16), plenitude essa que é πληρώμα da divindade que nele habita corporalmente (Cl 2.9,10).

A história humana sobre a terra se estende ao menos a seis mil anos. Este longo tempo pode ser dividido em três períodos de aproximadamente dois mil anos cada: de Adão até Abraão dois mil anos, com apenas duas espécies de pessoas no mundo; de Abraão a Cristo outro período de dois mil anos, com duas espécies de pessoas no mundo – gentios e judeus, e desde o primeiro advento de Cristo ao tempo presente e, na verdade, até o Seu segundo advento, com três espécies de pessoas no mundo – gentios, judeus e cristãos.

Nenhum texto é endereçado aos anjos e muito pouco aos gentios. Cerca de 3/4 da Bíblia dizem respeito a Israel diretamente e cerca de 1/4 delas diz respeito à Igreja. A falha em discernir entre o judaísmo e o cristianismo, como acontece com muitos teólogos, prova o engano e eles são totalmente indesculpáveis. Nenhuma atitude de homens para com a verdade de Deus é mais reveladora a respeito da negligência habitual deles de um estudo pessoal e sem preconceitos da Bíblia do que as implicações e suposições que alguns desenvolvem com respeito ao propósito de Deus no mundo. Que Ele tem feito apenas uma coisa e segue apenas um propósito sobre a terra é um grande erro.

Há abundantes textos para indicar que o presente propósito divino deve ser o chamamento da Igreja tanto de judeus quanto de gentios.

Sete figuras são empregadas no Novo Testamento para apresentar a relação que existe entre Cristo e a Igreja. Todas as sete são necessárias, para que a revelação total a respeito deste relacionamento possa ser desvendada. Em conexão com cada figura e como seu paralelo há uma verdade semelhante a ser observada concernente a Israel.

(1) Cristo é o Pastor e os cristãos são as ovelhas. Israel, também, era o rebanho de Deus e as ovelhas do Seu pastoreio. Esta linguagem apresenta o cuidado pastoral de Cristo e a debilidade de suas ovelhas.

(2) Cristo é a Videira e os crentes de hoje são os ramos. Israel era a vinha de Jeová. Esta comparação fala da força e da vida de Cristo comunicada, sem a qual nada poderia ser feito para realçar Sua glória.

(3) Cristo é a Pedra Principal, de esquina, e os cristãos são a construção. Israel tinha um templo, mas a Igreja é o templo vivo para a habitação de Deus através do Espírito. Aqui a figura comunica o pensamento de interdependência e de habitação.

(4) Cristo é o Sumo Sacerdote e os crentes do Novo Testamento são um reino de sacerdotes. Israel tinha um sacerdócio; a Igreja em sua totalidade é um sacerdócio. Esta linguagem figurativa introduz a verdade a respeito da adoração e do serviço.

(5) Cristo é o Cabeça da Igreja que é o Corpo. Israel era uma comunidade, uma nação organizada; a Igreja é um organismo muito vivo em razão da participação da vida e de estar relacionada à Cabeça viva. Esta comparação fala do relacionamento vital e dos dons para o serviço.

(6) Cristo é o Cabeça de uma nova criação e os cristãos estão com Ele nessa criação como seus membros vitais. Israel era da antiga criação e ligada à terra; a Igreja é da nova criação e ligada ao céu. Esta figura enfatiza as maravilhas da posição e da permanência do crente, visto que ele está em Cristo.

(7) Cristo é o Noivo e a Igreja é a Noiva. Israel era a esposa repudiada de Jeová (mas será ainda restaurada); a Igreja é a noiva virgem esposada a Cristo. Este relacionamento para os cristãos, previsto em vários tipos, é totalmente de outra esfera e é futuro. Ele apresenta a glória de Cristo de que a Igreja como Sua Noiva compartilhará. Que coisas maravilhosas são operadas neste grupo de crentes de forma que eles deveriam estar prontos como uma noiva para a Segunda Pessoa da Trindade e uma noiva que encantarão Seu coração por toda a eternidade!

A Eclesiologia de Paulo está dividida em três divisões principais de doutrina: (1) a Igreja, que é o Corpo de Cristo, Sua noiva, Sua plenitude (Jo 1.16; Cl 2.9,10), e Ele torna-se pleno neles (Ef 1.22,23); (2) a igreja local, que é uma assembléia composta daqueles que em qualquer localidade professam ser seguidores de Cristo; e (3) o alto chamamento para uma vida diária em conformidade com a posição que o crente mantém, por estar em Cristo. Com esta está a doutrina da capacitação do Espírito que neles habita, por quem unicamente este alto chamamento pode ser realizado. Está evidente na Bíblia que Deus tinha uma regra de vida para Israel, que era a lei de Moisés, e que Ele ainda terá uma exigência legal para eles no reino futuro.

É igualmente evidente que Ele indicou uma maneira de vida que pertence ao cristão, e que ela não repousa na base do mérito, mas exige uma vida a ser vivida em padrões elevados do próprio céu. Nenhum estudante deve imaginar que ele progrediu muito na sã doutrina se ele não compreende o ensino consistente do Novo Testamento que declara que o cristão não está debaixo da lei de Moisés ou de qualquer outra forma de obrigação que tem por alvo a segurança do mérito.

Nunca é ensinado nas Escrituras que Israel como uma nação aparecerá no céu, embora este destino esteja aberto no tempo presente aos crentes individualmente dentre os judeus. O destino da nação é terrestre, e estende-se para sempre na nova terra que ainda existirá. O destino da Igreja é celestial. Como Sua Noiva e Corpo, a Igreja estará com o Noivo e Cabeça onde quer que Ele esteja.

Eleição

Por ter reconhecido o direito soberano de Deus sobre a Sua criação e ter assim lhe atribuído um propósito racional em todo o Seu plano, a verdade contida na doutrina da eleição segue em sequência natural como a função necessária daquele que é divino. Quando surgem a incredulidade e a resistência na mente humana contra o princípio da eleição divina, essas coisas são geradas somente porque essa concepção mais ampla da necessidade divina não tem sido considerada. Na verdade, é difícil para os homens que adotaram a idéia de que eles são independentes de Deus e, portanto, de modo algum relacionados a Ele – a visão de todos os que não são salvos – receber qualquer verdade relativa aos direitos soberanos de um Criador sobre Suas criaturas.

O princípio subjacente da eleição divina parece estar evidente em toda a criação de Deus, mas não é ofensivo usualmente quando ele opera fora do campo limitado de um destino para os seres humanos. Um princípio de seleção é visto em toda parte, princípio esse que não pode ser atribuído a um mero acidente, oportunidade ou destino cego. Que qualquer homem é nascido quando ele poderia ter sido não-existente deve ser um ato de seleção por parte da soberania divina. Que um homem é nascido em uma era de privilégios, em vez de nascer em outra menos privilegiada não pode ser um assunto de simples oportunidade. Que um homem tenha nascido de pais piedosos em vez de nascer num lar de trevas pagãs é determinação divina. Que um herde riquezas, cultura ou posição em lugar de limitações dolorosas, que um possua dons mentais e capacidade não deve ser um arranjo humano; todavia, estas reais condições, operadas por Deus, todas participam da natureza da seleção divina.

Os grandes pactos de Deus são promessas divinas de benefícios selecionados para grupos favorecidos de pessoas. Isto novamente é da natureza da eleição divina. É feito um registro dos “anjos eleitos” (1 Tm 5.21). Na verdade, isto seria o direito de Deus de fazer com Suas criaturas o que Ele pode decidir. É tanto verdadeiro quanto razoável que Deus nada tenha causado ou que qualquer ser tenha vindo à existência sem ter um propósito adequado para realizar através dessa criação. Que alguns de Sua criação servem para um propósito e outros para outro propósito é uma questão da escolha divina. O ressentimento humano surge somente quando está indicado que alguns são mais favorecidos do que outros com respeito ao destino. Se Deus fosse tido como um tirano descontrolado, poderia se permitir que Ele pudesse fazer o que lhe agradasse

com os Seus, fosse algo certo ou errado; mas quando está revelado que Ele é infinitamente justo e santo e que Ele é movido pelo amor infinito, a dificuldade surgirá na mente natural sobre como Deus pode ter um povo eleito por quem Ele realiza mais do que Ele o faz por outros ou como alguns podem ser abençoados enquanto que outros não o são.

Sem dúvida, qualquer que possa ser o ensino da Bíblia de que Deus escolheu pessoas; mas a contemplação de tudo o que está envolvido nesta verdade atinge as esferas da existência que podem ser conhecidas somente por Deus, coisas essas que estão muito distantes da esfera do entendimento humano. Por ser assim limitado, não fica bem aos moradores da terra se sentarem no tribunal para julgar Deus a respeito da eleição divina. O caráter essencial de Deus foi revelado e Ele pode ser digno de confiança quando os homens não podem entender. Ele é infinitamente sábio, infinitamente santo e infinitamente justo e bom. Quando exerce o Seu direito soberano na eleição, Ele não transgride o Seu caráter ou nega-se a Si mesmo. Visto que Ele não elege alguns para glórias e destinos especiais e visto que Ele prova ser infinitamente reto em tudo o que faz, segue-se que o Seu propósito eletivo eterno deve ser tão justo quanto Ele é justo.

Há duas principais eleições de Deus:

1. ELEIÇÃO DE ISRAEL. Por todo o discurso do monte das Oliveiras Cristo se refere a Israel como os *eleitos*. O estudo mais casual deste discurso (Mt 24.1–25.46) revelará a verdade de que somente Israel está em vista como o eleito de Deus. Semelhantemente, um texto revelador de Paulo (Rm 9.1–10.4) apresenta a verdade a respeito da eleição de Israel. Muito freqüentemente esta porção da Escritura tem sido aplicada aos crentes hoje que compõem a Igreja. Os fatos salientes no caso que torna isto impossível, contudo, são que na eleição de Israel há um objetivo nacional e que um judeu individual, embora pertencente à nação eleita, não teve qualquer eleição pessoal que lhe foi assegurada. Deus é assim soberano em Seus tratos com Israel. Ele desconsidera a inimizade e o ódio das nações quando elas se ressentem do fato da eleição de Israel.

A eleição torna-se um assunto público, na verdade, porque Jeová seleciona, preserva e defende este único povo dentre todas as nações da terra. Eles são Seu “povo escolhido” acima de todas as nações e especificamente escolhido para Sua glória. Em relação à eleição de Israel, então, Deus age com autoridade soberana. Todas as outras nações devem eventualmente assumir um lugar subordinado. Durante o reino de Israel sobre a terra, de um modo adequado, as nações ou povos que não servirem a Israel perecerão (Is 14.1,2; 60.12). Nenhuma interpretação verdadeira do Antigo Testamento é possível se o fato da eleição nacional, sacra e eterna de Israel for rejeitada.

2. ELEIÇÃO DA IGREJA. Tão certamente quanto a eleição de Israel foi pública e nacional, assim certamente a eleição da Igreja é privada – para eles somente apreciarem – e individual. Assim uma ampla diferença deve haver entre as questões envolvidas numa eleição pública e nacional e uma eleição privada e individual, que pouca coisa de comum existe entre elas. A respeito do caráter privado da eleição do indivíduo, pode ser indicado que não há prática mais perigosa ou danosa na

aplicação da Palavra de Deus do que a de mostrar a verdade da eleição pessoal perante o não-salvo. Ela não pertence a eles nem alude a eles. Sua apresentação a eles pode somente criar ressentimentos, como frequentemente acontece, e cegar as suas mentes a respeito da única verdade que Deus agora lhes dirige, ou seja, a salvação pessoal pela graça somente através de Jesus Cristo.

A mensagem aos não-salvos, indiferentemente das profundas questões teológicas que estão latentes nela, é simplesmente “quem quiser vir”. Quando eles vêm e são salvos, podem então se gloriar na revelação de que suas vidas foram escolhidas em Cristo desde antes da fundação do mundo (Ef 1.4). Todo pregador da Palavra de Deus deveria estar desperto para este perigo imensurável, de introduzir o tema da eleição pessoal e individual perante pessoas não-regeneradas.

Nesta era da graça há uma eleição que inclui todos os que são salvos. Este grupo perfaz a Igreja, o Corpo e a Noiva de Cristo, e com o Cristo ressurrecto constitui a nova criação com todo seu propósito e destino no céu. O Novo Testamento oferece um testemunho abundante a respeito do fato do propósito divino e do caráter deste povo celestial. Ele também revela que todo membro deste grupo seletivo é escolhido pessoal e individualmente por Deus desde antes de todas as eras. No Novo Testamento o mesmo termo, os eleitos, é usado tanto para Israel (Mt 24.22) quanto para a Igreja (Rm 8.33).

Quando se dirigia ao Pai em Sua grande oração sacerdotal (Jo 17) e quando se referia aos crentes desta era da Igreja, Cristo empregou apenas um cognome que Ele usou sete vezes. O título que Cristo usou exclusivamente quando falava ao Pai dos crentes é muito significativo. Ele deve ser o título supremo no vocabulário usado na conversa entre o Pai e o Filho. A designação – “aqueles que me deste” – em si mesma assevera o propósito eletivo mais absoluto da parte do Pai e do Filho. A imaginação humana não teria se perdido se ela imaginasse uma situação na eternidade passada quando o Pai apresentou os crentes individuais separadamente ao Filho, cada um representando uma importância particular e um valor não abordado por outro. Igual a um tesouro de diamantes, coletados um a um e totalmente diversos, estes dons de amor podem ter aparecido diante dos olhos do Filho de Deus. Se um se perdesse, Ele, o Filho, ficaria infelizmente pobre. As riquezas imensuráveis e desconhecidas da graça estão expressas nas maravilhosas palavras: *aqueles que tu me deste*.

Que toda humanidade não foi incluída nesta eleição é muitíssimo certo. Ela inclui somente aqueles específicos dados a Cristo. De acordo com o salmo 2.7-9, o Pai ainda dará ao Filho as nações para os Seus juízos dominadores virem sobre elas, para que possam ser Sua possessão; mas isto não tem relação alguma com a concessão de indivíduos na eternidade passada. Deles é esta verdade para uma sublime exaltação em glória.

Romanos 8.28. Nesta passagem é feita referência aos chamados “segundo o seu propósito”. No contexto em que se segue a mais absoluta doutrina da predestinação, preservação e apresentação destes eleitos, ou chamados, um

povo foi apresentado. Nem toda humanidade é chamada; mas aqueles que foram chamados são justificados e glorificados.

Efésios 1.4. De cada crente é mencionado que ele foi escolhido em Cristo antes da fundação do mundo e para um propósito celestial, a fim de que ele possa estar em glória perante Ele. Assim, novamente, torna-se claro que nem toda a humanidade é escolhida. Cristo declarou: "Ninguém pode vir a mim, se o Pai que me enviou não o trouxer; e eu o ressuscitarei no último dia" (Jo 6.44), a fim de sugerir uma seleção. Não obstante, há também uma chamada ou atração universal (cf. Jo 12.32), mas isto é muito diferente da atração pessoal do eleito a quem o Pai deu ao Filho.

3. SUPOSTA PARCIALIDADE. Argumentar como alguns têm argumentado que Deus, para ser imparcial, deve conceder Suas maiores riquezas de bênçãos sobre todos igualmente. Fazer isso é sentar-se no tribunal e julgar o Criador, julgamento esse que não fica bem para a criatura, é negar o direito soberano de Deus de ordenar Sua criação como Ele quer, e é privar Deus da liberdade de introduzir variedade em Seu universo. Deve cada criatura ser um arcanjo? Não tem Deus tanto o direito de exibir sua variedade imensurável em coisas pertencentes à relação do homem com Ele quanto em coisas conectadas com a relação do homem com seu semelhante sobre a terra? Esta é uma questão totalmente à parte do problema vergonhoso do pecado. Contudo, deve ser reconhecido também que ao pecado foi permitido que entrasse no universo com sua ruína de uma parte dos anjos e com a ruína total da raça humana.

Na verdade, tudo isto está nos conselhos eternos de Deus, porque ele determinou antes da fundação do mundo que Seu Cordeiro eficaz fosse morto (Ap 13.8). Como um ponto de partida, então, para um entendimento correto e uma avaliação dos problemas relativos à eleição divina, é essencial receber o testemunho bíblico de que todos os homens estão arruinados espiritualmente, por terem nascido numa raça caída. A reunião de um grupo eleito, a fim de aparecer no céu aperfeiçoado para sempre envolve não somente redenção, que satisfaz as exigências da santidade de Deus, mas trata da rejeição voluntária de Deus, rejeição essa que é tão universal quanto a queda por causa do fruto dessa queda. Deus somente pode proporcionar tal redenção, e não pode haver essa salvação à parte dessa redenção. É igualmente verdadeiro que Deus somente pode tratar com a vontade humana neste aspecto.

4. VONTADE HUMANA. Primeiramente, é bom observar que Deus não criou a vontade humana como um instrumento para que este possa derrotá-lo; ela foi criada antes como um meio pelo qual Ele pudesse realizar Seus próprios propósitos elevados. Embora como Soberano Ele pudesse fazer assim, Deus não coage a vontade humana; Ele, ao contrário, opera dentro do indivíduo para que este queira e faça segundo a Sua boa vontade (cf. Fp 2.13). Uma vocação eficaz para a salvação, então, é uma chamada que ninguém resiste de um modo final (cf. Rm 8.30). Todo aquele que Deus predestina Ele chama, e aos que chama, Ele justifica e glorifica. Não poderia haver falha num só caso entre milhões que são chamados. A visão que Ele cria no coração e a persuasão ilimitada que Ele

exerce induzem uma reação favorável da parte de todos os que são chamados, reação essa que se torna infinitamente certa.

A verdade importante a ser observada em tudo isto é que, embora a persuasão divina seja ilimitada, ela ainda permanece persuasão, e assim quando uma decisão é assegurada por Cristo no indivíduo, ele exerce sua própria vontade sem qualquer sombra de coação. O convite divino ainda é verdadeiro para quem quiser vir. Contudo, é também verdadeiro que ninguém jamais virá à parte desta chamada divina, e esta é estendida somente aos Seus eleitos. Qual é a relação da justiça de Deus com aqueles a quem Ele não chama é outra doutrina totalmente diferente do ensino sobre a eleição.

5. REALIZAÇÕES PRÁTICAS. Como nos grandes pactos que Deus fez, assim em toda realização de Sua vontade o princípio da seleção divina é mostrado. As seguintes classificações demonstrarão isto:

A. CINCO DECRETOS ELETIVOS. Os teólogos podem ser classificados de acordo com a ordem em que eles colocam os cinco decretos eletivos de Deus. A seguinte tabulação desses decretos está numa ordem que pode ser defendida pelas Escrituras:

- (1) Decreto de criar.
- (2) Decreto de permitir a queda.
- (3) Decreto de eleger alguns para a salvação.
- (4) Decreto de providenciar um Salvador.
- (5) Decreto de salvar os eleitos.

Como uma ilustração da importância desta ordem, pode ser visto que colocar o decreto de eleger alguns para serem salvos antes do decreto de criar colocaria Deus na posição de criar uma porção da humanidade com a visão deles sendo reprovados para sempre. Um estudo completo dos cinco decretos eletivos já foi empreendido no Volume III dedicado à Soteriologia.

B. CINCO PONTOS DO CALVINISMO. Por causa da atitude calvinista em relação à eleição divina, seus cinco pontos geralmente reconhecidos são aqui listados:

- (1) Incapacidade total do homem caído.
- (2) Eleição incondicional.
- (3) Redenção limitada.
- (4) Graça divina eficaz.
- (5) Perseverança dos santos.

C. CINCO PONTOS DO ARMINIANISMO:

(1) Eleição condicional de acordo com a presciência de Deus de suposta dignidade humana.

(2) Uma redenção universal, mas somente aqueles que crêem são salvos.

(3) Salvação pela graça através da fé. (Por causa de uma suposta graça capacitadora divinamente concedida a todos no nascimento, todos podem cooperar em sua salvação se quiserem fazê-lo.)

(4) A graça não é irresistível.

(5) A queda da graça é possível.

D. CINCO PONTOS DO JUDAÍSMO. Como uma realização do propósito eletivo de Deus para Israel, cinco pontos do judaísmo podem ser indicados:

- (1) Uma nação eterna.
- (2) Uma posse eterna da terra.
- (3) Um trono eterno.
- (4) Um Rei eterno.
- (5) Um reino eterno.

Encarnação

Por causa das verdades imensuráveis envolvidas, a encarnação – por meio da qual um membro da Trindade entra permanentemente na família humana e torna-se parte dela – prova ser um dos sete maiores eventos na história do universo, ou seja: (1) criação dos anjos, (2) criação das coisas materiais, inclusive toda a vida sobre a terra, (3) a encarnação, (4) a morte do Encarnado, (5) Sua ressurreição, (6) Sua vinda novamente para reinar sobre a terra e (7) Seu reino sobre a terra eternamente. Naturalmente, duas perguntas vão surgir: Quem é esta Pessoa encarnada? E o que será esse Seu modo de existência?

A. A identificação é completa. Ela deve ser a Segunda Pessoa ou o Filho que se tornou carne, não o Pai ou o Espírito. Permanece verdadeiro que Cristo era e é Deus no mistério da Trindade; mas Ele somente, um dos três, tornou-se carne e tomou sobre Si a forma de homem. Ele, portanto, é singular. Nunca houve e jamais haverá alguém igual a essa Pessoa teantrópica. Nem deveria haver surpresa no fato de Ele ser diferente de todos os outros seres humanos. As Escrituras estão sempre preocupadas em estabelecer em termos conhecíveis o caráter eterno d'Aquele que se tornou carne. No começo do Evangelho de João, está escrito: "No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. Ele estava no princípio com Deus. Todas as coisas foram feitas por intermédio dele, e sem ele nada do que foi feito se fez... E o Verbo se fez carne, e habitou entre nós, cheio de graça e de verdade; e vimos a sua glória, como a glória do unigênito do Pai" (Jo 1.1-3,14).

A tentativa feita por João através do Espírito de Deus nos versículos iniciais de seu Evangelho, é a de declarar o caráter eterno d'Aquele que se tornou carne e habitou entre nós. O termo *logos* (veja LOGOS) se refere ao Cristo pré-encarnado e incorpora uma verdade muito pouco usada pelos teólogos. O "princípio" de João deve remontar antes de toda criação ter vindo à existência e, portanto, antedata em muito o "princípio" de Gênesis 1.1. João fala do passado sem data em que a Pessoa que se tornou carne já *era* existente. Ele, então, já existia tão antigo e tão sábio quanto agora. Ele não começou a existir no tempo; Ele *existia* no princípio. O *Logos* é e sempre foi a expressão de Deus, por ser o manifestador dele. Aqueles que desejam saber como Deus é precisam somente contemplar o Filho de Deus na forma em que a Si mesmo se mostrou ao mundo. Sobre isto o

apóstolo João escreve: “Ninguém jamais viu a Deus. O Deus unigênito, que está no seio do Pai, esse o deu a conhecer” (Jo 1.18).

Embora nenhum homem tenha falado como Ele falou, Ele não veio ao mundo meramente para manifestar a sabedoria de Deus. Embora nenhum homem possa fazer os milagres que Ele operou sem que Deus esteja com ele, Ele não veio para manifestar o poder de Deus. Ele veio, ao contrário, para manifestar o amor de Deus, e não na totalidade de sua vida de compaixão por nós, mas antes num único evento de Sua vida especialmente. Disto está escrito: “Mas Deus dá prova do seu amor para conosco, em que, quando éramos ainda pecadores, Cristo morreu por nós” (Rm 5.8); “Nisto conhecemos o amor: que Cristo deu a sua vida por nós; e nós devemos dar a vida pelos irmãos” (1 Jo 3.16).

B. Cristo entrou na família humana para que Ele pudesse ser um membro da mesma família e assim satisfizesse as exigências estabelecidas para ser um Redentor-parente. De acordo com o tipo visto no Antigo Testamento, especialmente em Rute (cf. Lv 25.49; Is 59.20), ninguém poderia redimir exceto se fosse um parente próximo não envolvido na condição da qual ele desejou resgatar. Ele também deve estar desejoso assim como ser capaz de redimir. Tudo isto Cristo cumpriu perfeitamente quando Ele se tornou um parente por ter nascido na família humana.

Através de sua encarnação Cristo combinou a natureza perfeita e divina de Deus com a natureza humana em uma só pessoa. Ele não era menos do que Deus por causa de Sua humanidade e não mais do que humano com respeito à sua humanidade por causa do ser divino que Ele era.

Se o *Logos* se tornou “carne” e como Emanuel se tornou um membro da família humana, havia apenas um modo disto ser feito. Ele teve de submeter-se a um nascimento humano. Tivesse Ele repentinamente aparecido na terra entre os homens como se fosse um deles ou mesmo havido descido do céu, a identidade de Sua Pessoa – sem um corpo, alma e espírito humano, tudo Seu – jamais poderia ter sido estabelecido tão satisfatoriamente.

É muito freqüentemente suposto que Cristo começou a existir no tempo do seu nascimento da virgem, ao mesmo tempo em que Ele existia desde toda a eternidade. Deste ponto de partida, então, a humanidade foi somente acrescida à divindade.

Era (veja Dispensações)

Escatologia

A doutrina das coisas vindouras é extensa de fato. Pode ser seguro estimar que tem tanta coisa a ser experimentada pela frente quanto já transpirou no passado.

A profecia bíblica é virtualmente a história escrita de antemão. Evidentemente Deus se deleita em revelar aquilo que Ele fará. Fazer isto é uma realização que a humanidade não pode abordar nem entender. Em sua capacidade Deus demonstra a verdade de que Ele é superior a todos os outros. A vantagem dos membros da raça humana em ser informada a respeito do futuro quando a capacidade de discerni-lo por si mesmos lhes tem sido negada, é muitíssimo grande; todavia, para a grande maioria das pessoas, inclusive os cristãos, as revelações de Deus a respeito do futuro são como se elas nunca tivessem sido escritas. Aqueles que habitualmente negligenciam o estudo da profecia devem necessariamente ficar desinformados a respeito do significado do passado, do presente e do futuro.

O que Deus resolve fazer é uma unidade sublime em si mesma. Quando a consumação dessa unidade não é considerada, não pode haver base restante para uma apreciação correta da direção, do valor e do significado do passado ou do presente. Deus não proveu em vão os homens com o material apresentado por Sua predição. Ele espera que o que ele disse seja bem recebido como todas as outras partes da Bíblia são recebidas, e além do mais Ele não deixou os homens em seu desamparo no entendimento de Sua revelação das coisas futuras. Entre as coisas que o Espírito Santo foi designado para realizar àqueles em quem Ele habita é mostrar “as coisas vindouras” (Jo 16.13). À luz desta provisão e sua realização prática somente uma admiração pode ser nutrida a respeito da real relação com o Espírito Santo daqueles que, ao professar ser salvos, não estão interessados na proclamação das “coisas vindouras” de Deus.

Visto que o conhecimento do futuro determina assim o entendimento correto do passado e do presente, nenhum homem que habitualmente ignora esta predição divina está preparado para “pregar a palavra”. A alegação de que as Escrituras proféticas não podem ser entendidas nunca é feita por aqueles que dão a devida atenção a elas. Não tem havido mais dificuldade de interpretação dos textos que tratam de Escatologia do que com os textos que tratam da Soteriologia. O suposto problema a respeito da interpretação da Escatologia se origina no fato de que muitos teólogos têm se dado primeiramente ao estudo da Soteriologia quase que exclusivamente, à completa negligência da Escatologia.

Visto que a Escatologia é muito extensa no texto da Bíblia – 16 livros do Antigo Testamento universalmente classificados como proféticos e 1/4 a 1/5 de todo o Texto Sagrado apareceu como predição quando foi escrito – os expositores da Bíblia que são livres para se movimentar fora dos limites das opiniões teológicas estáticas têm descoberto imensos campos de revelação nas Escrituras proféticas, cuja doutrina necessariamente determina a direção da interpretação bíblica correta. Por causa desta descoberta, há uma escola sempre crescente de interpretação pré-milenista e uma divisão rapidamente maturativa entre homens ortodoxos.

A principal divisão em toda profecia está entre o que está agora cumprido e o que ainda não está cumprido. Esta divisão, obviamente, nunca foi firmada. A palavra indicativa de tempo, *agora*, nunca muda. As coisas que eram futuras ontem podem ser coisas cumpridas no amanhã. Nenhuma Escatologia é completa

quando se preocupa somente com o que é futuro num determinado tempo. Visto que toda predição era futura no tempo em que veio a ser escrita, uma Escatologia completa deveria explicar tudo o que está cumprido e o não-cumprido.

É suficiente dizer que a profecia pode ser dividida novamente entre o que é encontrado no Antigo e no Novo Testamento. A esta altura, contudo, é essencial observar a divisão doutrinária antes que estrutural entre os testamentos. Essa divisão doutrinária ocorre entre os Evangelhos de Lucas e João. Em outras palavras, os evangelhos sinóticos continuam e consomem as porções não-cumpridas do Antigo Testamento. Malaquias havia terminado com a expectativa do Rei de Israel e de Seu reino. Os sinóticos relatam a vinda do Rei e oferecem o Seu reino àquela nação, cujo reino foi, de acordo mesmo com o propósito divino, rejeitado pela nação e sua realização posposta para o segundo advento. Um grande erro dos teólogos geralmente é relacionar o reino prometido – na medida em que eles o apreendem – ao primeiro advento, enquanto que ele está sempre ligado ao segundo advento, exceto quando ele foi oferecido e rejeitado nos dias da primeira vinda. O desenvolvimento de qualquer reino terreno nesta era e em virtude de forças liberadas no primeiro advento é uma ficção teológica.

Torna-se imperativo, se qualquer entendimento correto da Escritura deve ser obtido, traçar a ordem distintiva dos eventos apresentada no judaísmo para a sua conclusão divinamente designada. Isto os evangelhos sinóticos fazem. Ao começar com João e continuar até o fim de Apocalipse, um novo povo composto de judeus e gentios, um novo propósito divino numa era até então não revelada, com novas predições que tratam duma glória celestial, são introduzidos, embora – usualmente via contraste – muita coisa seja acrescentada a respeito do propósito divino para Israel.

Sob a Escatologia em seu estudo mais amplo apresentado no volume IV, os principais temas proféticos do Antigo e do Novo Testamento foram esboçados. Pode ser reafirmado aqui que, em geral, a profecia pode ser classificada como pertencente a Israel, aos gentios e à Igreja. A esta ampla tríplice divisão podem ser acrescentadas predições a respeito de anjos, céu e da nova terra. Israel, desde o seu começo em Abraão, continua como um povo divinamente preservado através desta era da Igreja em direção ao seu reino, e finalmente aparece com a sua glória eterna na nova terra que haverá. Essa nação nunca perde a sua identidade, e no cumprimento dos pactos eternos e predições, é abençoada aqui na terra. Essa nação, como tal, nunca é vista no céu.

Os gentios desde Adão, através da história do Antigo Testamento, “dos tempos dos gentios”, da presente era de privilégio dos gentios no chamamento da Igreja, e mesmo através da era vindoura do reino messiânico como co-participantes nesse reino, são finalmente vistos em relação à nova terra e a cidade que vem de Deus, do céu (cf. Ap 21.24, 26). Porções muito grandes da Escritura têm predições a respeito dos gentios. É feita referência aqui somente aos gentios como um grupo de pessoas que continua totalmente separado daqueles indivíduos dentre os que são salvos na presente era. Os gentios como tal permanecem gentios na eternidade vindoura. Finalmente, a Igreja desde

o seu começo no Pentecostes é vista como um povo peregrino na terra, e, posteriormente, como participante da glória celestial.

Esperança

A esperança é a expectativa direcionada para com aquilo que é bom. Algumas vezes na Escritura a palavra é traduzida como *confiança*. Cristo nunca usou o termo como tal. Havia, naturalmente, certeza em tudo o que Ele disse. Dois aspectos da doutrina podem ser observados:

A. A esperança de Israel (Lc 1.54,67-79; 2.38; At 26.6,7; 28.20; Ef 2.12) é do Messias vindouro deles e de Seu reino sobre a terra.

B. A esperança do cristão é centrada no retorno de Cristo (Tt 2.13-15; 1 Jo 3.2,3).

O bispo H. C. G. Moule menciona sete elementos quando discute a esperança cristã em geral, da seguinte maneira:

A. O retorno de Cristo.

B. A ressurreição do corpo.

C. Apresentação sem mácula perante Cristo.

D. Recompensas.

E. Libertação de Satanás, do pecado e da morte.

F. Comunhão com os santos.

G. Vida interminável com Deus.

A esperança do crente, que opera como uma âncora da alma, é que ele um dia se unirá ao nosso grande Sumo Sacerdote dentro do véu (Hb 6.10-20).

Espírito Santo

O Espírito Santo é uma designação aplicada à terceira Pessoa co-igual na Trindade. Quatro divisões gerais para a doutrina do Espírito variam de acordo com períodos de tempo:

(1) O Antigo Testamento. Caracterizado pela soberania, o primeiro período começa com o início de Gênesis. Uma esfera muito ampla de atividade é indicada por esta caracterização.

(2) Os dias de ministério de Cristo. Caracterizadas como progressivas, as operações do Espírito neste período podem propriamente ser assim descritas porque Ele operava com Cristo e através dele.

(3) A presente era. Agora, Ele habita e ministra à Igreja em vários modos. Ele se tornou residente no mundo no dia de Pentecostes. Ele começou a formar a Igreja no mesmo tempo e encheu subsequentemente todos os que foram preparados para essa bênção climática. Sete diferentes ministérios do Espírito na presente

dispensação devem ser observados: restringência (2 Ts 2.7), convencimento (Jo 16.8), regeneração (Jo 3.5), habitação ou unção (1 Jo 2.27); batismo (1 Co 12.13), selamento (Ef 1.13) e a plenitude (Ef 5.18). Diversos detalhes podem ser lembrados a respeito do enchimento do Espírito ensinado na Pneumatologia:

- A. as sete manifestações que constituem o encher do Espírito;
- B. as três condições sobre as quais cada uma pode ser cheia;
- C. o tipo do Antigo Testamento a ser visto no servo de Abraão (Gn 24.1-67).

(4) A era do reino (At 2.16-21; cf. Jl 2.28-32), onde Seu ministério será caracterizado pelo testemunho difundido.

Espiritualidade

A palavra grega para “aquele que é espiritual” – πνευματικός – é encontrada 25 vezes no Novo Testamento. Quando relacionada ao homem, a espiritualidade representa aquela maneira de vida que é operada *no* (não, *pelo*) crente pelo Espírito Santo, que desimpedidamente habita nele.

Πνευματικός deve ser contrastado com ψυχικός (seis vezes este termo foi usado), que significa o natural, o não-regenerado (i.e., “sensual”, Tg 3.15 ou o homem “não tendo o Espírito” – Jd 19); e com σαρκικός (usado 11 vezes), que significa aquele cuja vida é caracterizada pela ênfase na σάρξ.

Um cristão pode ser σαρκικός ou πνευματικός, mas não mais ψυχικός. Do estado de ψυχικός ele foi salvo por Cristo; do estado de σαρκικός ele pode ser liberto por depender do Espírito e de ter uma relação correta com Ele (cf. 1 Co 2.14, ψυχικός; 2.15-16, πνευματικός; 3.1-4, σαρκικός).

Uma ilustração destas verdades espirituais pode ser encontrada em 1 Coríntios 1.10–15.57; 1.10–11.34 tem a ver com o σαρκικός, enquanto que 12.1–15.57 trata do πνευματικός (cf. 12.1). No capítulo 12, o termo πνευματικός diz respeito a coisas iguais a (1) batismo (vv. 12,13) e (2) a dons comunicados pelo Espírito (v. 4), dons esses que são concedidos em graça soberana, e igualmente honráveis, porque são dados por Deus e energizados por Ele.

Estado Intermediário

A doutrina de um estado intermediário diz respeito ao estado do redimido entre a morte e a ressurreição do corpo. Algum ensino sobre este tema geralmente é incorporado nas obras de Teologia Sistemática como uma fase da Escatologia.

Há pouco ou mesmo nenhum ensino direto sobre esta doutrina no Antigo Testamento; todavia, quando os evangelhos sinóticos são estudados como uma continuação da revelação do Antigo Testamento, como de fato eles devem ser considerados, muita luz é lançada sobre as escrituras hebraicas a respeito do

estado intermediário. Duas passagens importantes podem ser citadas para ilustração: “No Hades, ergueu os olhos, estando em tormentos, e viu ao longe a Abraão, e a Lázaro no seu seio” (Lc 16.23); “Respondeu-lhe Jesus: Em verdade te digo que hoje estarás comigo no paraíso” (Lc 23.43). Estes versículos revelam a respeito do estado dos santos do Antigo Testamento. O próprio Cristo, no primeiro texto, descreve um homem rico que sofre tormento e o mendigo que desfruta o seio de Abraão. Para um judeu, o seio de Abraão é o lugar sublime de descanso e paz; mas naturalmente isto está longe de ser o lugar do crente nesta era, porque o apóstolo Paulo diz que “melhor é partir e estar com Cristo” do que qualquer outra coisa que o mundo possa proporcionar.

O corpo repousa na sepultura, portanto, e deve experimentar a corrupção. Não há um texto que justifique a noção de que a alma e espírito durmam em inconsciência durante o intervalo entre a morte e a ressurreição. O ladrão moribundo, como observado acima, foi assegurado de um lugar no paraíso no dia em que morreu. É provável que o paraíso – agora o lugar de espera para os mortos abençoados antes da ressurreição – foi na ressurreição de Cristo levado para o céu; porque Paulo, provavelmente quando apedrejado até a morte em Listra (2 Co 12.1-10), foi levado a um paraíso localizado no terceiro céu. Deus nada revela adicional ao estado daqueles que estão com Cristo no paraíso.

2 Coríntios 5.1-8 pode prometer um corpo intermediário àqueles crentes que morrem, aos que são encontrados desincorporados. É um corpo “do céu”, não de fato o corpo da ressurreição que vem da sepultura.

Em resposta à pergunta se aqueles agora com Cristo conhecem as condições sobre a terra e se eles se conhecem mutuamente, nenhuma revelação é dada; e aqui, como sempre, o silêncio de Deus deveria ser respeitado.

Eternidade

Sob este tema geral é dada uma consideração devida à eternidade em si, eternidade em relação a Deus, ao tempo e ao “dom de Deus [que] é a vida eterna”.

1. DEFINIÇÃO. Nenhum pensamento confronta tanto a mente finita que é menos inteligível do que o da eternidade, e é provável a idéia de que a eternidade nunca terminará seja mais compreensível do que a idéia de que ela nunca teve um começo. Na verdade, a mente humana não pode assimilar a idéia do que é eterno. Os filósofos e teólogos igualmente têm se deparado com a derrota quando tentam descrever a eternidade. Um ligeiro aumento de apreensão pode ser assegurado quando ela é estudada em sua relação com o Deus eterno.

2. EM RELAÇÃO A DEUS. Pouco se obterá na tentativa de estudar a eternidade como uma mera idéia negativa, isto é, a ausência do tempo. Ela é melhor considerada como o modo de existência do Deus eterno. Um abundante testemunho foi dado nas Escrituras a respeito do caráter eterno de Deus. Ele

nunca é apresentado na Bíblia como circunscrito pelo tempo. Ele pode se conformar ao tempo com seu caráter de sucessões, mas Seu próprio modo de existência é de eternidade a eternidade. Ele é o Arquiteto e o Governador de todas as eras de tempo. Ao referir-se a Cristo como o próprio Deus e Criador de todas as coisas, o escritor aos Hebreus 1.2 declara que Ele também “fez o mundo”. Não há referência alguma aqui a Cristo como Criador das coisas materiais, como no versículo 10, mas, antes, ao fato de que Ele originou e ordenou a progressão de todos os períodos de tempo.

O modo de existência que pertence a Deus é fundamental e básico, comparado ao qual qualquer outra maneira de existência que se relaciona ao tempo pode ser considerada algo incomum e excepcional. Para a criatura finita, contudo, que vive no tempo, não há outro modo de vida além do seu próprio, que lhe é compreensível. Tais limitações naturais não deveriam cegar a mente para a revelação divina ou para aquelas conclusões que podem ser alcançadas no mínimo com a ajuda da razão. Deveria ser reconhecido que há outros modos de existência além daquele que está relacionado ao tempo, ainda que estes não possam ser compreendidos em seus aspectos essenciais. Uma existência eterna pertence ao Criador; conseqüentemente a esse modo de vida somente pertence a ascendência e a supremacia. Assim, a ocorrência de um período de tempo com suas criaturas finitas e suas sucessões deve propriamente ser classificado como excepcional ou inferior.

3. EM RELAÇÃO AO TEMPO. A noção dominante de que o tempo representa uma intercalação que interrompeu o fluxo da eternidade, que é “uma faixa estreita de terra entre os dois mares sem litoral da eternidade”, parece muito errado. Tal concepção envolve o absurdo de que a eternidade também pode ter um fim e um começo. Qualquer que possa ser o tempo e qualquer que seja sua relação com a eternidade deve ser sustentado que nenhuma cessação da eternidade ocorreu ou ocorrerá. O modo de existência de Deus permanece imutável. Pode se pensar no tempo como alguma coisa superposta à eternidade, não fosse o fato de haver base para a questão sobre se a eternidade consiste de uma sucessão de eventos, como é verdade do tempo. A consciência de Deus é melhor concebida como uma compreensão imediata que inclui tudo, e cobre tudo o que aconteceu e o que haverá de acontecer. A tentativa de trazer o tempo com as suas sucessões em um paralelo com a eternidade ou dar ao tempo o caráter de um segmento no curso da eternidade, é ter uma idéia errônea da característica mais essencial das coisas eternas.

4. VIDA ETERNA. Uma distinção muito clara deve ser feita entre a existência humana que por sua natureza continua para sempre e o dom de Deus que é a vida eterna. Na análise final, a humanidade não é totalmente conformada ao tempo. Todo ser humano viverá para sempre, mesmo após a não existência do tempo. Assim, a humanidade se introduz na eternidade e deve, no final, conformar-se ao modo eterno de existência. Todo ser humano tem um começo. Nisto ele é diferente de Deus. Cada ser humano, contudo, não tem fim em sua existência. Nesta questão ele é, em algum grau, semelhante a Deus. Que os seres

humanos não têm fim, é um pensamento solene; mas para aqueles que recebem o dom da vida eterna que vem de Deus, a verdadeira vida de Deus é concedida. Essa vida é uma participação da natureza divina. Ela não é nada menos do que “Cristo em vós, a esperança da glória”.

Assim, pela regeneração, todos os que crêem se tornam possuidores das coisas que em si mesmas são eternas em Deus. Em 1 Coríntios 13.12 está declarado de forma adequada que o crente um dia conhecerá como agora é conhecido de Deus, isto é, a mente finita será substituída pela mente de Deus. Mesmo agora é dito que ele tem a mente de Cristo (1 Co 2.16). Na verdade, pouca coisa pode ser predita a respeito da experiência transcendente e vindoura daqueles que agora possuem a vida eterna, quando eles entrarem plenamente na experiência da vida eterna.

Evangelho

A palavra εὐαγγέλιον significa ‘boas novas’ e foi plenamente apreciada num tempo quando todas as novas do dia tinham de ser levadas pelos mensageiros. Levar boas novas era uma elevada honra. Quatro diferentes mensagens de boas novas foram corretamente identificadas pelo Dr. C. I. Scofield:

(1) O Evangelho do rei. Estas são as boas novas que Deus propõe estabelecer sobre a terra, em cumprimento ao pacto davídico (2 Sm 7.16), um reino político, espiritual, israelita e universal sobre o qual o Filho de Deus, herdeiro de Davi, será Rei, e que será, por mil anos, a manifestação da justiça de Deus nos afazeres humanos...

Duas *pregações* deste Evangelho são mencionadas, uma no passado, que começa com o ministério de João Batista, continua através de nosso Senhor e Seus discípulos e termina com a rejeição do Rei pelos judeus. A outra é ainda futura (Mt 24.14), durante a Grande Tribulação, e imediatamente precede a vinda do Rei em glória.

(2) O Evangelho da graça de Deus. Este é o das boas novas de que Jesus Cristo, o Rei rejeitado, tinha morrido na cruz pelos pecados do mundo, que Ele foi ressuscitado dentre os mortos para a nossa justificação, e que por Ele todos os que crêem são justificados de todas as coisas. Esta forma de Evangelho é descrita de muitos modos. É o Evangelho “de Deus” (Rm 1.1) porque ele se origina em Seu amor; “de Cristo” (2 Co 10.14) porque ele flui de Seu sacrifício, e porque Ele é o único objeto da fé do Evangelho; “da graça de Deus” (At 20.24) porque ele salva todos aqueles a quem a lei amaldiçoa; “da glória” (1 Tm 1.11; 2 Co 4.4) porque diz respeito a Ele que está na glória, e que traz muitos filhos à glória (Hb 2.10); da “nossa salvação” (Ef 1.13), porque ele é o “poder de Deus para a salvação de todo aquele que crê” (Rm 1.16); da “circuncisão” (Gl 2.7) porque ele salva totalmente à parte das formas e ordenanças; “da paz”

(Ef 6.15) porque por intermédio de Cristo ele estabelece a paz entre o pecador e Deus, e comunica paz interior.

(3) O Evangelho eterno (Ap 14.6). Este deve ser pregado aos moradores da terra bem no final da Grande Tribulação e imediatamente antes do julgamento das nações (Mt 25.31). Esse não é o Evangelho do reino, nem o da graça. Embora o seu fardo seja julgamento, não salvação, é boas novas para Israel e para aqueles que, durante a tribulação, foram salvos (Lc 21.28; Ap 7.9-14; Sl 96.11-13; Is 35.4-10).

(4) Aquele que Paulo chama de “meu evangelho” (Rm 2.16). Este é o Evangelho da graça de Deus em seu desenvolvimento mais pleno, mas inclui a revelação do resultado de que é o Evangelho no chamamento da Igreja, seus relacionamentos, posição, privilégios e responsabilidade. É a verdade *distintiva* de Efésios e Colossenses, mas interpenetra todos os escritos de Paulo.

...Há “outro evangelho” (2 Co 11.4; Gl 1.6) “que não é outro” senão uma perversão do Evangelho da graça de Deus, contra o qual somos advertidos. Ele tem tido muitas formas sedutoras, mas o teste é um – ele invariavelmente nega a suficiência da graça somente para salvar, manter e aperfeiçoar, e mistura com a graça alguma coisa de mérito humano. Na Galácia era a lei, em Colossos o fanatismo (Gl 2.18). Em qualquer forma seus mestres repousam sob o terrível anátema de Deus.⁶

Forte objeção é feita pelos teólogos do pacto a uma distinção entre o evangelho do reino pregado por João Batista, Cristo, e os outros discípulos e o Evangelho da graça de Deus. Um deles afirma que fazer tal distinção é “infeliz” e “perigoso”. Ele, com outros, argumenta que o evangelho do reino é idêntico ao Evangelho da graça divina. Não obstante, aqui surgirá um absurdo que não atemoriza este tipo de teólogo, ou seja, que homens podem pregar o Evangelho da graça baseados na morte e ressurreição de Cristo, quando eles não creram que Cristo morreria e seria ressuscitado novamente (cf. Lc 18.31-34).

Evangelização

A evangelização e os evangelistas são peculiares ao Novo Testamento. Eles pertencem ao grande plano de Deus para o chamamento dos eleitos que são o Seu povo celestial. Israel teve os seus profetas que eram patriotas e reformadores, mas nenhum deles empreendeu um ministério comparável ao do evangelista do Novo Testamento. Ao mesmo tempo, não havia mensagem alguma do Evangelho enviada por Deus aos gentios (cf. Ef 2.12).

1. DEFINIÇÃO. A evangelização é o ato de apresentar aos não-salvos o Evangelho ou as boas-novas da graça salvadora de Deus através de Jesus Cristo. Ela pode ser feita com os indivíduos ou com grupos e congregações. De qualquer forma, um ideal único prevalece. Provavelmente o fato mais

impressionante relacionado a este ministério é que ele tem sido entregue a todo indivíduo que pode ser salvo. O apóstolo Paulo escreve que “Deus... nos deu o ministério da reconciliação... e nos encarregou da palavra da reconciliação. De sorte que somos embaixadores por Cristo, como se Deus por nós vos exortasse. Rogamo-vos, pois, por Cristo que vos reconcilieis com Deus” (2 Co 5.18-20). Esta comissão vem igualmente sobre todos os que crêem. De acordo com esta comissão universal está a revelação apresentada por Efésios 4.12. Seguindo a enumeração dos ministérios ou dos dons de liderança – apóstolos, profetas, evangelistas, pastores e mestres – a verdade tem sido afirmada de que a responsabilidade do pastor e mestre é aperfeiçoar os santos em seu próprio trabalho do ministério, com a edificação do Corpo de Cristo.

Assim, está reafirmado o pensamento de que a todo crente foi entregue o ministério da evangelização. Cada crente é, após ser salvo, constituído uma testemunha aos não-salvos; mas todos os crentes estão em necessidade de tal instrução, conselho e orientação que um pastor e mestre designado por Deus e bem treinado deve comunicar. Está pressuposto que o pastor deve ser bem treinado plenamente para este serviço de liderança. Cursos que levam em consideração tal ministério estão ausentes nos seminários teológicos em geral e, portanto, os graduados que assumem os pastorados não promovem a evangelização por meio da agência pretendida por Deus, que é o grupo de todos os crentes.

O ideal da evangelização do Novo Testamento está muito falho. A instrução, não obstante, deveria incluir a disciplina sobre o plano da salvação, os termos do Evangelho, o uso das Escrituras e a maneira e o método da obra eficaz. Aqui, os cristãos podem bem estudar para mostrar-se a si mesmos “aprovados por Deus”, obreiros que “não sejam envergonhados, mas que manejam bem a Palavra da verdade” (2 Tm 2.15). Assim, pode ser demonstrado que a evangelização pessoal da parte de todos os que são salvos é o plano de evangelização do Novo Testamento.

Este propósito do Novo Testamento, em que é levado em conta o fato de todo crente, após devida instrução, tem o alto privilégio de levar almas a Cristo. Isto está intimamente relacionado à vida espiritual do crente; e visto que nenhum serviço efetivo para Deus jamais pode ser prestado à parte de um ajustamento correto da vida à santa vontade de Deus, a instrução oferecida a respeito da vida espiritual deve ser incorporada como uma parte do ensino empreendido no treinamento dos crentes. A obra de ganhar almas, igual a todo serviço cristão, depende do poder comunicado e da direção do Espírito Santo. O próprio desejo de salvação do perdido não é um traço característico do homem, mas a manifestação do amor divino que opera no crente. É o amor de Deus derramado no coração pelo Espírito, a quem o crente recebeu. O crente deve ser guiado a respeito daqueles a quem ele fala e dirigido no modo de sua abordagem ao não-salvo.

Um cuidado especial deve ser exercido pelos pregadores que são chamados para pregar o Evangelho a grupos e congregações. O Evangelho deve ser

apresentado em sua pureza e nenhuma exigência deve ser posta sobre o não-salvo a respeito de obras que eles possam apresentar. Os métodos públicos freqüentemente sugerem que há um valor salvador em alguma coisa que é pedido para o não-salvo fazer. Deus não somente chama o Seu povo eleito através da pregação do Evangelho, mas Ele sempre cuida daqueles a quem salva. Se os métodos de evangelização não contradizem estas grandes verdades, haverá menos resultados infelizes.

Dois programas amplamente diferentes de ganhar almas foram empreendidos no século XIX, a saber, o ajustado às crenças arminianas e aquele de acordo com as idéias calvinistas. As práticas arminianas, agressivas e visíveis, infelizmente podem ser consideradas mais fiéis e zelosas em seu caráter. Deveria ser reconhecido, contudo, que há extremos tanto na direção do zelo quanto na cautela excessiva. A questão considerada aqui diz respeito às práticas seguidas por homens sinceros e honestos que deploram todo método extremo. A teologia arminiana forma a base para um método de evangelização; assim igualmente a teologia calvinista forma a base para outro. Os teólogos arminianos declaram que embora os homens sejam nascidos em depravação, uma capacidade lhes é dada no nascimento pela qual eles podem cooperar em sua salvação, se eles quiserem.

Esta noção, sem o suporte da Escritura, encoraja o evangelista a pressionar as pessoas às decisões e presume que todos os indivíduos possam aceitar Cristo, se eles apenas resolverem fazer isso. Segue-se que, se pressionados com bastante força, qualquer pessoa não-regenerada pode ser salva. Que essa maior parte da evangelização tem se conformado, em algum grau, à teoria arminiana, está evidente. Em oposição a isto, os teólogos calvinistas argumentam com a autoridade das Escrituras que todos os homens são nascidos depravados e que eles permanecem assim, incapazes de aceitar Cristo à parte da iluminação, da atração e da chamada do Espírito Santo. Os seguintes textos, dentre muitos, sustentam essa idéia:

“Ninguém pode vir a mim, se o Pai que me enviou não o trouxer; e eu o ressuscitarei no último dia... E continuou: Por isso vos disse que ninguém pode vir a mim, se pelo Pai lhe não for concedido” (Jo 6.44,65); “Ora, o homem natural não aceita as coisas do Espírito de Deus, porque para ele são loucura; e não pode entendê-las, porque elas se discernem espiritualmente” (1 Co 2.14); “Mas, se ainda o nosso evangelho está encoberto, é naqueles que se perdem que está encoberto, nos quais o deus deste século cegou os entendimentos dos incrédulos, para que não resplandeça a luz do evangelho da glória de Cristo, o qual é a imagem de Deus” (2 Co 4.3, 4); “Porque pela graça sois salvos, por meio da fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus” (Ef 2.8).

A linguagem não pode ser mais explícita; e, na verdade, se não fosse pela obra iluminadora do Espírito pela qual Ele convence do pecado, da justiça e do juízo (Jo 16.7-11), nenhuma pessoa não-regenerada jamais se voltaria para Cristo e sua salvação. O ponto em questão é que, quando o Espírito empreende

Sua obra de trazer homens a Cristo, há pouca necessidade de métodos persuasivos. O Espírito Santo usa a Palavra de Deus nos lábios de um servo de Deus dedicado ou uma página impressa, e os homens, ao ouvirem a verdade e crerem, serão salvos. Daquele tempo em diante todos os que são salvos ocupam a posição de cristão e têm uma responsabilidade definida de testemunhar, não para que sejam salvos, mas porque são salvos.

2. **EVANGELISTAS.** Das três vezes em que a palavra *evangelista* ocorre dentro do Novo Testamento, a posição dela em Efésios 4.11 é a mais significativa. O uso do termo nesta passagem é com referência ao missionário pioneiro que leva a mensagem de salvação a regiões distantes, onde ninguém foi antes. O reavivalista trabalha entre as igrejas e campos evangelizados que estão mais ou menos dormentes espiritualmente, e não possuem reconhecimento algum na Bíblia, embora não haja um texto contra esse tipo de ministério. Uma quimera peculiar deve se vista em qualquer reavivamento espasmódico quando é certo que a igreja assim estimulada, por ausência de uma direção certa e de uma conseqüente disciplina, retornará imediatamente ao seu estado de falta de espiritualidade. A mensagem do evangelista por sua própria natureza deveria ser dirigida aos não-salvos e restrita ao tema da salvação.

Temas relacionados à vida cristã deveriam ser introduzidos, a atenção dos não-salvos é imediatamente removida da única questão que lhes diz respeito para outra proposição totalmente irrelevante, ou seja, se eles vão adotar alguma maneira de vida que eles, em razão de serem não-salvos, estão totalmente desqualificados para considerar. Nenhum ministro precisa mais possuir o pleno conhecimento da verdade de Deus do que o evangelista ou aquele que tenta pregar o Evangelho da graça salvadora.

Evolução

A teoria da evolução é tramada pelos homens sem qualquer base verdadeiramente científica ou evidência sobre a qual pode repousar, mas é crido por todas as faculdades e professores universitários e em geral pela classe intelectual. Nenhuma pessoa ponderada pode evitar o problema da origem de todas as coisas, e a teoria evolucionista é talvez o melhor ensino que os não-regenerados podem conceber. Os não-salvos não podem aceitar Deus e Sua revelação em seus pensamentos. Ele certamente não está em nenhum dos pensamentos deles (Sl 10.4). O semblante divino é tão irreal para eles, o conceito de divindade não providenciou uma base suficientemente razoável para as mentes deles quando é declarado que Deus fez todas as coisas. Portanto, por serem incapazes de crer na narrativa da criação do Gênesis e não possuírem qualquer capacidade de crer que há um Deus que criou todas as coisas, eles inventaram a melhor teoria que eles puderam, mas ainda assim com grande inconsistência.

Como homens declaradamente científicos, eles não devem aceitar qualquer coisa que não seja provada; todavia, nesta teoria da evolução eles aceitam cada palavra de testemunho sem levar em conta a ausência de prova, e naturalmente nenhuma linha efetiva de prova foi construída ou descoberta. De tais homens em suas limitações próprias de não-regenerados deve-se ter compaixão. Nenhuma pessoa ensinada pelo Espírito terá problema com a narrativa da criação em Gênesis. Por não ter algo para colocar no lugar dela, contudo, o evolucionista deve inventar a melhor teoria que pode, com a qual satisfaz a mente sobre o debatido problema das origens. Uma boa discussão deste problema particular pode ser encontrada nos volumes anteriores desta obra, especialmente o volume II.

Expição

Surgem complexidades em algumas mentes a respeito do uso da palavra expiação e isto é devido a determinados fatos.

1. NO ANTIGO TESTAMENTO. No que diz respeito às nossas versões, o uso do termo expiação está restrito ao Antigo Testamento. Embora haja uma tradução de duas palavras hebraicas, apenas uma delas, *kāphar*, está geralmente em vista e ela é usada cerca de setenta vezes. O seu significado é “cobrir”. Este significado distinto e limitado da palavra hebraica não deveria ser investido de idéias do Novo Testamento, que contemplam uma obra concluída. Sob a provisão do Antigo Testamento, aquele que pecava era em si mesmo plenamente perdoado e liberto, mas a base sobre a qual ela poderia ser operada era, em si mesma, somente típica e não real. Deus perdoava e restaurava onde o pecado era somente *coberto* pelos sacrifícios de animais, mas a verdadeira base sobre a qual o perdão podia ser concedido era a intenção da parte de Deus tomar, mais tarde, o pecador que Ele havia perdoado e lidar com ele justa e efetivamente através da morte sacrificial de Seu Filho na cruz.

Essa morte eficaz era tipificada no sacrifício do animal exigido. De acordo com Romanos 3.25 – “ao qual Deus propôs como propiciação, pela fé, no seu sangue, para demonstração da sua justiça por ter ele na sua paciência, deixado de lado os delitos outrora cometidos” – o fato de que Cristo suportou os pecados que foram cometidos antes, pecados esses que já tinham sido perdoados sobre a base típica que os havia coberto, se posiciona como uma das maiores realizações de Sua morte. É como se fossem inumeráveis notas promissórias que haviam sido entregues a Cristo para que Ele as pagasse. Se as notas são pagas como foi prometido, Deus, por meio disso, prova ter sido justo em perdoar o pecado sem que outra exigência fosse feita ao pecador além daquela oferta ser trazida que, independente de quanto ela foi entendida por aquele pecador, era na visão de Deus uma antecipação e um reconhecimento de Sua satisfação final de cada santa exigência contra o pecado pelo sangue eficaz de Cristo.

Em outras palavras, Deus passou por cima dos pecados, nos os julgando de um modo final no tempo em que eles foram perdoados. Tal procedimento, é óbvio, seria um tratamento muito injusto se aqueles pecados não fossem no devido tempo trazidos a juízo. Todos os pecados da era mosaica foram mostrados como “cobertos” mas não “tirados”. Em contraste com este procedimento temporário, todo pecado que Deus perdoa foi e é agora “tirado”. Em duas passagens do Novo Testamento esse contraste vital aparece. Está escrito: “Porque é impossível que o sangue de touros e de bodes tire pecados... Ora, todo sacerdote se apresenta dia após dia, ministrando e oferecendo muitas vezes os mesmos sacrifícios, que nunca podem tirar pecados; mas este, havendo oferecido um único sacrifício pelos pecados, assentou-se para sempre à direita de Deus, daí por diante esperando, até que os seus inimigos sejam postos por escabelo de seus pés. Pois com uma só oferta tem aperfeiçoado para sempre os que estão sendo santificados” (Hb 10.4,11-14).

Acrescentado a isto está a afirmação direta de João 1.29: “Eis o Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo”. Esta grande declaração de João foi uma inovação doutrinária de proporções imensuráveis. O mesmo contraste entre os tratos divinos com o pecado na dispensação passada e na presente dispensação está indicado novamente em Atos 17.30.

2. NO NOVO TESTAMENTO. Embora apareça uma vez por uma tradução infeliz, em algumas versões americanas, no Novo Testamento (cf. Rm 5.11), a palavra *expição* não é realmente encontrada no Novo Testamento. É como se o Espírito Santo enciumado da verdade não desse lugar para tal erro a respeito do plano divino de lidar com o pecado na presente era. O significado de *expição* é trazer duas pessoas antes separadas para um estado de concordância. A palavra do Novo Testamento para esta grande verdade é *reconciliação*. Não haveria erro algum doutrinário cometido se a palavra *expição* fosse substituída por *reconciliação*, mas o estudante atento deve ser muito influenciado pelo fato de que ‘*expição*’ como tal fica confinada à velha ordem e não é usada pelo Espírito a respeito de qualquer aspecto da nova ordem no cristianismo.

3. NA TEOLOGIA. Pelo uso comum e ainda sem muita razão, os teólogos modernos têm se apoderado da palavra *expição* como um termo que representa tudo o que Cristo fez na cruz. Em porções anteriores desta obra (vol. III) são indicadas mais de catorze realizações estupendas por Cristo em Sua morte. Elas abrangem além do tempo presente em direção a outras eras e das situações humanas passadas às esferas angelicais. Não é possível que o alcance ilimitado da morte de Cristo deva ser apresentado em uma simples palavra ou numa dúzia delas; e a partir do fato de que o termo em questão não pertence ao vocabulário do Novo Testamento e do fato de que ele é empregado no Antigo Testamento para representar uma idéia totalmente estranha e substituída no Novo Testamento, nenhuma palavra relacionada à morte de Cristo é mais inapta como uma referência àquilo que ele realmente operou pelos homens da presente era. À medida que o conteúdo da morte de Cristo é entendido, correspondentemente, assim, o uso do termo *expição* cessará.

Esta discussão pode ser sumariada na citação de um extenso artigo sobre o tema que se encontra na *International Standard Bible Encyclopaedia*:

No Novo Testamento em inglês a palavra "expição" é encontrada somente em Romanos 5.11 e a American Revised Version muda isto para "reconciliação". Enquanto na estrita etimologia a necessidade desta palavra significa somente o exercício ativo e consciente da unidade de vida ou harmonia de relações, a idéia causativa provavelmente pertença ao uso original do termo, como ele certamente está presente em todo uso cristão presente do termo. Como empregado na teologia cristã, ambos, em seu uso prático e técnico, o termo aparece com mais ou menos distintividade: (a) o fato da união com Deus, e esta sempre olha em direção de (b) uma união rompida a ser restaurada ou para uma união ideal a se realizada, (c) a causa alcançável da expiação, variadamente definida, (d) o ato crucial onde a união é efetivada, a obra de Deus e a resposta da alma na qual a união se torna real. Porquanto a reconciliação entre o homem e Deus é sempre concebida como efetuada através de Jesus Cristo (2 Co 5.18-21) a expressão "a expiação de Cristo" é uma das mais freqüentes na teologia cristã. Questões e controvérsias têm se tornado a principal causa alcançável da expiação, (e) acima, e a esta altura tem surgido as várias "teorias da expiação".⁷

Fé

De acordo com o conceito mais simples dela, a fé é uma confiança pessoal em Deus. Isto implica que o indivíduo veio a conhecer Deus em algum grau de real experiência. Nem todos os homens possuem fé, pois assim o apóstolo Paulo declara (2 Ts 3.2). Assim, por detrás está este fator determinante: o *conhecimento de Deus*. A respeito do conhecimento pessoal de Deus, Cristo disse: "Todas as coisas me foram entregues por meu Pai; e ninguém conhece plenamente o Filho, senão o Pai; e ninguém conhece plenamente o Pai, senão o Filho, e aquele a quem o Filho o quiser revelar" (Mt 11.27). Esta afirmação é decisiva. Ninguém conhece o Pai senão o Filho e aqueles unicamente a quem o Filho pode revelá-lo. Contudo, com esse conhecimento de Deus divinamente trazido em vista, o convite é imediatamente estendido por este contexto para todos os cansados e oprimidos para virem a Ele e ali, e ali somente, encontrar descanso para a alma.

Visto que Deus não é plenamente discernido pelos sentidos humanos, é fácil para o homem natural num dia da graça tratar a pessoa de Deus e todas as Suas reivindicações como se elas não existissem ou, ao menos, como se fossem uma ficção inocente. Adequadamente a fé é declarada ser, em um aspecto, "o dom de Deus" (Ef 2.8). A ausência total de fé é a condição dos homens não-regenerados (1 Co 2.14) até que Deus lhes seja revelado pelo Filho através do

Espírito. A seguinte citação da *International Standard Bible Encyclopaedia* afirma os simples fatos a respeito da fé que é uma confiança em Deus:

É importante observar que Hebreus 11.1 não é exceção à regra que “fé” normalmente significa “confiança”, “certeza”. Ali “fé é a convicção [ou possivelmente, à luz de recentes pesquisas no tipo de grego usado pelos escritores do Novo Testamento, ‘a garantia’] das coisas que não se vêem”. Isto é algumas vezes interpretado como se a fé, na visão do escritor, fosse, por assim dizer, uma faculdade de segunda visão, uma intuição misteriosa no mundo espiritual. Mas o capítulo mostra amplamente que a fé ilustrada por Abraão, Moisés e Raabe, era simplesmente *confiança* no Deus conhecido como digno de confiança. Tal confiança capacitava o crente a tratar o futuro como presente e o invisível como visto. Em resumo, a frase aqui, “fé é a certeza” etc., é paralela na forma ao nosso dito familiar, “conhecimento é poder”. Umás poucas observações destacadas podem ser acrescentadas: (a) A história do uso da palavra grega *pistis* é instrutiva. Na LXX ela normalmente, quando não sempre, porta o sentido “passivo”, “fidelidade”, “boa fé”, enquanto que no grego clássico não raramente ela porta o sentido ativo, “confiança”. No *koinê*, o tipo de grego universalmente usado na era cristã, parece ter adotado o significado ativo como o princípio dominante *somente a tempo de*, por assim dizer, proporcioná-lo para a declaração dAquele cuja mensagem suprema era “dependência”, e que passou essa mensagem aos Seus apóstolos. Através de seus lábios e pena, a “fé”, nesse sentido, tornou-se a senha suprema do cristianismo... Como conclusão, sem transgredir pela razão outros artigos, chamamos a atenção do leitor para seus estudos escriturísticos, para o *lugar central da fé no cristianismo*, e sua importância. Por ser, em sua verdadeira idéia, uma dependência tão simples quanto possível da palavra, poder, amor, de outro, é exatamente aquilo que, do lado do homem, *o ajusta* à presença viva misericordiosa e à ação de um Deus em que se confia. Em sua natureza, não por qualquer mero arranjo arbitrário, ela é a sua única atitude receptiva possível, em que ele nada traz, de forma que ele pode receber tudo. Assim, “fé” é o nosso lado da união com Cristo. E assim ela é o nosso meio de possuir todos os Seus benefícios, perdão, justificação, purificação, vida, paz e glória.⁸

Em seu uso mais amplo, a palavra *fé* apresenta ao menos quatro idéias variadas:

(1) Como acima, ela pode ser uma confiança pessoal em Deus. Este é o aspecto mais comum de fé que pode ser subdividido em três aspectos: (a) Fé salvadora, que é a confiança entretecida nas promessas e nas provisões de Deus a respeito do Salvador que faz o eleito repousar e confiar no Único que pode salvar. (b) Fé que serve, que contempla como verdadeiro o fato dos dons divinamente concedidos e todos os detalhes a respeito da designação divina para o serviço. Esta fé é sempre uma questão pessoal, e assim um crente não deveria se tornar um padrão para outro. Esta fé com sua característica pessoal

pode ser mantida inviolada, pois o apóstolo Paulo diz: “A fé que tens, guarda-a contigo mesmo diante de Deus” (Rm 14.22). Grande prejuízo pode vir se um cristão imita outro em questões de designação para o serviço. (c) A fé santificante ou mantenedora, que segura o poder de Deus para a vida diária de uma pessoa. É esta vida vivida na dependência de Deus, que opera um novo princípio de vida (Rm 6.4). O justificado, por ter se tornado o que é pela fé, deve continuar no mesmo princípio de total dependência de Deus.

(2) Ela pode também ser um anúncio doutrinário ou um credo que é algumas vezes conhecido como *a fé*. Cristo propôs esta questão: “Contudo, quando vier o Filho do homem, porventura achará fé na terra?” (Lc 18.8; cf. Rm 1.5; 1 Co 16.13; 2 Co 13.5; Cl 1.23; 2.7; Tt 1.13; Jd 3).

(3) Ela pode significar fidelidade, o que implica que o crente é fiel para com Deus. Aqui é uma característica divinamente implantada, porque ela aparece como uma das nove graças que juntamente compõem o fruto do Espírito (Gl 5.22,23).

(4) Ela pode provar um título pertencente a Cristo, como em Gálatas 3.23,25, onde Cristo é visto como o objeto da fé.

Embora a fé, basicamente considerada, deva ser divinamente implantada, ela é sempre crescente como o conhecimento de Deus e a experiência em Sua companhia também crescem. É natural para Deus não se agradar daqueles que não confiam nEle (Hb 11.6). A fé, na verdade, vindica o caráter de Deus e libera o Seu braço para agir a favor daqueles que nele confiam. Assim, por causa das riquezas celestiais que a dependência dele assegura, é chamada por Pedro uma vez de “fé preciosa” (2 Pe 1.1).

Filiação

1. Diversos fatores aparecem quando se considera a doutrina da filiação. A filiação envolve uma real geração da parte dos pais, o que resulta na filiação legítima e na paternidade legítima, se feita legalmente. Observe a amplitude do uso da palavra *filho* no Antigo Testamento.

2. A filiação representa aquilo em que uma pessoa entra quando salva e admitida na família de Deus (Jo 1.12,13; 3.5; Rm 8.16, 17, 29; Gl 3.26; 2 Pe 1.4). Esta é igualmente geração legítima e real.

3. A filiação pode se aplicar às vezes a não mais do que a criação (Êx 4.22; 2 Sm 7.14; Sl 103.13; Mt 2.10; Lc 3.38; At 17.29).

4. Observe, também, as cinco filiações de Cristo. Ele era Filho de Deus desde toda a eternidade, mas Ele se tornou Filho do homem pela encarnação (Jo 20.17).

A. Filho de Deus. Esta filiação declara-o como o unigênito que é o Filho singular de Deus, o primeiro gerado desde toda eternidade (Mt 16.16).

- B. Filho de Adão, o Filho do homem. O aspecto humano da filiação de Cristo é revelado aqui (Mt 8.20).
- C. Filho de Abraão. Esta filiação relaciona-o ao pacto abraâmico (Mt 1.1).
- D. Filho de Davi. Assim é Cristo relacionado ao pacto davídico (Mt 21.9).
- E. Filho de Maria. Este o relaciona à encarnação (Mt 1.25).

Genealogia

A *International Standard Bible Encyclopaedia* apresenta uma lista exaustiva de 41 genealogias e a maioria delas, exceto duas de Cristo, está no Antigo Testamento. Para o historiador assim como para o teólogo estas genealogias contribuem muito, especialmente em pesquisar a linhagem da descendência de Adão a Cristo. Nas palavras dessas genealogias a frase “filho de” deveria ser interpretada de acordo com o costume em vigor no tempo em que a genealogia foi escrita. Os judeus, por exemplo, na análise de uma genealogia contavam os netos e os bisnetos como se fossem *filhos*. Este fato é de real importância quando se estabelece o registro de uma linhagem.

Ao voltarmos para as importantes genealogias de Cristo – uma feita por Mateus (1.1-16) que traça a linhagem da semente messiânica desde Abraão até Cristo, e outra feita por Lucas (3.23-38) que traça a linha da semente de Cristo de volta a Adão – observamos que o ponto importante é que o nascimento virginal com seu caráter divino e o fato da linhagem de Cristo através de Davi são estabelecidos, quaisquer que possam ser as variações ou omissões nesses dois registros.

Na conclusão de um artigo sobre estas genealogias específicas para a *International Standard Bible Encyclopaedia*, o Dr. Louis M. Sweet apresenta o seguinte material, que é pertinente:

Está claro, portanto, da tendência geral assim como das afirmações específicas de ambos os evangelhos, que as genealogias e as narrativas do nascimento não eram tradições variáveis que acidentalmente tocaram e se amalgamaram no meio do rio, mas que elas foram pretendidas para juntar inseparavelmente as duas crenças de que Jesus foi miraculosamente concebido e que Ele era o herdeiro de Davi. Isto poderia ser feito somente com base na genealogia de José, porque qualquer que seja a linha de Maria, José era o cabeça da família, e a conexão davídica de Jesus poderia ser somente estabelecida pelo reconhecimento dEle como filho legal de José. Sobre esta base repousa a crença comum da era apostólica (veja Zahn, *ibid.*, 567, notas de referência), e de acordo com todas as afirmações (tais como as de Paulo, em Rm 1.3 e 2 Tm 2.8) deve ser interpretada.

Deve ser lembrado que, de volta ao problema de reconciliar o nascimento virginal e a origem davídica de Jesus, está um problema mais profundo – harmonizar a encarnação e a origem davídica. Este problema

havia sido apresentado em sobra e em sugestão pelo próprio Jesus na pergunta: “Se Davi o chamou Senhor, como Davi é o seu filho?” Ademais deve ser observado que na anunciação (Lc 1.32) o Prometido é chamado imediatamente de Filho de Deus e Filho de Davi, e que Ele é o Filho de Deus em virtude de Sua concepção pelo Espírito – deixa evidente que Ele é Filho de Davi em virtude de seu nascimento de Maria. Com esta deveria ser comparada a afirmação de Paulo em Romanos 1.3,4: “Aquele que era Filho de Deus foi “nascido da descendência de Davi segundo a carne, e que com poder foi declarado Filho de Deus segundo o espírito de santidade, pela ressurreição dentre os mortos”. Esta é ao menos mais sugestiva..., porque ela indica que como Paulo e Lucas tiveram uma estreita simpatia em relação à pessoa de Nosso Senhor, assim eles estão em igual simpatia com relação ao mistério de Sua origem. A unanimidade de convicção por parte da Igreja primitiva com relação à origem davidica de Jesus é intimamente partilhada por suas convicções igualmente firmes com respeito à Sua derivação sobrenatural. O ponto de encontro destas duas crenças e a resolução do mistério do relacionamento delas está nas genealogias em que duas linhas amplamente divergentes da ascendência humana, que representam o processo total da história, convergem neste ponto para onde a nova criação do céu é apresentada.”⁹

Por causa do duplo fato de que Cristo em Seu lado humano era o Filho de Davi e do lado divino era o Messias, o Jeová encarnado, Emanuel, como o Senhor de Davi, o problema apresentado para as mentes finitas estava além da solução pelos governantes judaicos (Mt 22.41-46). Pode ser digno de nota também que o pronome *da qual* de Mateus 1.16 é feminino em gênero, e relaciona assim a criança como um filho de Maria.

O apóstolo Paulo adverte contra o uso desordenado de tempo com genealogias (1 Tm 1.4; Tt 3.9) como de pouco valor para as pessoas.

Gentios

A Bíblia apresenta a origem, o estado presente, e o destino de quatro classes de seres racionais criados neste universo: os anjos, os gentios, os judeus e os cristãos. Destes, os anjos e os cristãos foram já previamente considerados. Nada é mais apropriado à verdadeira interpretação bíblica do que a observância da verdade de que estas classes específicas continuam a ser o que elas são – exceto que na presente era os judeus individualmente e os gentios podem pela fé em Cristo se tornar cristãos – por toda a história deles, história essa que em cada caso se dirige para a eternidade.

Com relação ao grupo racial, os gentios tiveram a sua origem em Adão e conseqüentemente o seu senhorio natural está nele. Eles participaram da queda; e, embora sejam os objetos de profecia que prediz que alguns deles ainda

vão partilhar, como um povo subordinado, com Israel no seu reino e glória (Is 2.4; 60.3, 5.12; 62.2; At 15.17), eles, com respeito ao seu estado no período de Adão a Cristo, ficaram sob uma quintupla acusação: “sem Cristo, separados da comunidade de Israel, estranhos aos pactos da promessa, não tendo esperança, e sem Deus no mundo” (Ef 2.12). Com a morte, ressurreição e ascensão de Cristo com a descida do Espírito, contudo, a porta do privilégio do Evangelho foi aberta aos gentios (At 10.45; 11.17, 18; 13.47, 48), e do meio deles Deus agora chama um grupo de eleitos (At 15.14).

As novas bênçãos oferecidas para esta dispensação não consistem na permissão de compartilharem dos pactos terrestres com Israel, o que nem mesmo Israel desfruta agora, mas, antes, por meio das riquezas da graça em Cristo Jesus, de serem privilegiados na participação de uma cidadania celestial e de glória. Está revelado também que a grande massa de gentios na presente era não entrará pela fé nessas riquezas celestiais.

Portanto, o povo gentílico, designado como “as nações”, continua até o fim de sua administração como governantes da terra, até o término dos “tempos dos gentios” (Lc 21.24; cf. Dn 2.36-44). Esses de uma geração específica, no final do período da tribulação (cf. Mt 24.8-31 com 25.31-46) serão convocados a comparecer perante o Messias-rei sentado no trono de Sua glória (Mt 25.31, 32) aqui na terra. Naquele tempo, os que estão assentados à esquerda e são designados como “bodes” serão lançados para “o fogo eterno, preparado para o diabo e seus anjos”, mas outros os que estão colocados à Sua direita e são designados “ovelhas” serão introduzidos no “reino” preparado para eles desde a fundação do mundo (Mt 25.31-46). A base de tal julgamento e sua disposição de cada um desses grupos, que juntamente representam a soma total daquela geração dentre as nações gentílicas, perceberão o que é meritório no seu mais alto grau.

Porque as “ovelhas” entram no reino e os “bodes” definitivamente no lago de fogo com base unicamente no tratamento que esses grupos deram a um terceiro grupo a quem Cristo designa como “meus irmãos”. O contexto não permite a interpretação usual de que esta é uma descrição do julgamento final quando todas as pessoas de todas as eras são introduzidas nesse julgamento ou no céu, porque os salvos, cada um, quando partirem deste mundo são trasladados para estarem imediatamente presentes com o Senhor no céu (At 7.55,56; 2 Co 5.8; Fp 1.23); e além do mais, quem, de acordo com tal exegese, corresponderia a esses “meus irmãos”? A cena se passa no final da grande tribulação (Mt 24.21), após a remoção da Igreja da terra, e num tempo quando as nações serão divididas sobre a questão semítica. A questão diz respeito sobre quais nações serão escolhidas para entrar no reino messiânico de Israel, aqui na terra.

O destino dos gentios foi posteriormente revelado quando é declarado a respeito da cidade que, após a criação do novo céu e da nova terra, desce do céu da parte de Deus (Ap 3.12; 21.2,10). “As nações andarão à sua luz; e os reis da terra trarão para ela a sua glória... e a ela trarão a glória e a honra das nações” (Ap 21.24-26). A terminologia *as nações que são salvas*¹⁰ não pode se referir à Igreja quando o destino dela não é terrestre; nem é a Igreja chamada de as

nações, nem ela inclui os reis da terra em seu número. Neste mesmo contexto, a própria cidade é dita ser “a noiva, a esposa do Cordeiro”, o que significa a Igreja (Ap 21.2,9,10).

Assim está revelado como, a despeito do fato que uma dispensação do governo do mundo foi entregue a eles, que na presente era o Evangelho é pregado a eles com a sua oferta de glória celestial, que na era vindoura eles compartilham das bênçãos do reino com Israel, e que aparecem na glória eterna, permanecem gentios em contraste com a única nação Israel que se move para o fim da descrição; e assim não há uma base defensável para desviar ou aplicar erroneamente este grande conjunto de textos que trata dos gentios.

Os gentios em sua relação com Deus nunca são colocados por Ele sob a lei mosaica. Igualmente, a direção para a vida que tem sido endereçada aos cristãos nunca é aplicável aos gentios como tais. Quase nenhum texto é escrito aos gentios, embora muitos textos isoladamente tenham a ver com eles (cf. Sl 2.10-12).

Glória

Visto que a glória é um dos maiores temas relacionados a Deus e ao céu, é importante que o seu alcance seja entendido na medida em que as mentes humanas podem prosseguir para compreender. Seria natural o suficiente conceber da glória como alguma iluminação superna com um apelo ao alcance da visão humana, mas ela antes inclui o estado de êxtase da mente e um prazer físico que pertence às esferas celestiais.

No caso da glória ilimitada de Deus, é dito que ela é tanto essencial ou intrínseca quanto declarativa. Com respeito a essa glória, que é chamada intrínseca ou essencial, pode ser observado que, independentemente de qualquer reconhecimento dela da parte das criaturas, Deus é em Si mesmo um ser glorioso. A glória pertence a Ele como a luz e o calor pertencem ao sol. Portanto, torna-se um engano de proporções infinitas reter de Deus um reconhecimento digno de Sua glória. Uma injustiça é feita a Ele se todo o universo de seres criados não Lhe atribuir a glória essencial. Falhar em fazer isso é “mentir, e não dizer a verdade” (cf. 1 Jo 1.6). A glória declarativa de Deus, por outro lado, é aquela que as criaturas podem atribuir a Ele. Os anjos não-caídos e os redimidos no céu declaram Seus louvores para sempre. Somente os anjos caídos e os membros desta raça caída não atribuem glória a Deus. Por tal indignidade e insulto, a Ele somente serão prestadas contas. É esta rebelião dentro do universo de Deus que o Filho de Deus julgará no tempo vindouro.

Da glória essencial de Deus, além disso, pode ser dito que Sua glória é concentrada em Si próprio. É por causa daquilo que Ele é que a glória Lhe pertence e a Ele somente. A respeito de sua glória declarativa, ademais, pode ser afirmado que toda Sua criação, como todas as Suas obras, declara num certo

grau essa glória – “os céus declaram a glória de Deus” (Sl 19.1). Contudo, o que diz respeito ao filho de Deus mais particularmente é a glória essencial em si, porque ela será aquilo que mais atribui a Cristo como legitimamente Sua, e isto não é difícil de fazer à luz do que ele é e tem revelado ser.

Além de tudo o que a glória de Salomão tipificou, a glória terrestre de Cristo será suprema, quando Ele estabelecer o reino aqui na terra.

Essencialmente, o uso que o Novo Testamento faz da palavra *glória* é de um lugar e não de um estado. Deus, por exemplo, está agora “trazendo muitos filhos à glória” (Hb 2.10). Quando Cristo aparecer em glória, então Sua Noiva aparecerá com Ele toda gloriosa (Cl 3.4). Sem dúvida, a glória está no mesmo local como aquela a que Cristo se referiu quando disse em João 14.1-3: “...vou preparar-vos lugar”.

Governo

A autoridade do governo humano data do Dilúvio, quando Deus expressamente estabeleceu-o sobre a terra. Isto é bem indicado, novamente, pelo Dr. C. I. Scofield:

“A Terceira Dispensação: Governo Humano. Sob a [dispensação da] Consciência, como [da inocência] Inocência, o homem falhou totalmente, e o julgamento do Dilúvio marca o fim da segunda dispensação e o começo da terceira. A declaração do pacto noaico sujeita a humanidade a um novo teste. Seu aspecto distintivo é a instituição, porque da primeira vez, do governo humano – o governo do homem pelo homem. A mais elevada função do governo é a tomada judicial da vida. Todos os outros poderes governamentais são ampliados nesse. Segue-se que a terceira dispensação é distintivamente a do governo humano. O homem é responsabilizado a governar o mundo para Deus. Essa responsabilidade recaiu sobre a raça toda, judeus e gentios, até que a falha de Israel sob o pacto palestínico (Dt 28.1–30.10) trouxe o julgamento dos cativos, quando ‘os tempos dos gentios’ (veja Lc 21.24; Ap 16.14) começou, e o governo do mundo passou exclusivamente para as mãos dos gentios (Dn 2.36-45; Lc 21.24; At 15.14-17). Que ambos, Israel e os gentios, governaram para o eu, não para Deus, é tristemente evidente.”¹¹

O governo de Deus deve ser supremo, visto que Sua autoridade sobre o universo é a de Criador. Seus planos devem ser normalmente realizados por meio da providência. O cristão é convocado, então, para reconhecer o governo humano como de Deus (Rm 13.1-7; 1 Pe 2.13-17; cf. Mt 22.21). Um povo organizado deve ter alguma forma de governo, como aconteceu com Israel no Antigo Testamento e com a igreja local nos tempos do Novo Testamento.

Há três formas de governo na Igreja que correspondem a três formas conhecidas de administração civil: o governo estritamente democrático pela

voz do povo como na forma congregacional de organização eclesiástica; o monárquico, governado por líderes escolhidos como acontece nas igrejas episcopais e metodistas; e o republicano, ou o governo por representação como acontece nas igrejas governadas por intermédio dos presbíteros e diáconos.

Em Lucas 4.5,6 está claramente indicado que os governos do sistema do mundo (cf. Mt 4.8,9) estão debaixo da autoridade de Satanás. Assim também em João 5.27 e em 1 Coríntios 15.27 está revelado que toda autoridade foi entregue a Cristo pelo Pai. Eventualmente, Cristo destruirá toda autoridade e governo finito (1 Co 15.25,28).

Graça

Graça – um aspecto mal-entendido do modo de Deus trabalhar com os perdidos – é em si mesma uma revelação e todos os corações humanos que não possuem esta verdade da Escritura revelada, serão incapazes de compreendê-la ou de se ajustarem às suas provisões.

Graça não é misericórdia ou amor. Em Efésios 2.4,5 estas três palavras doutrinárias aparecem em separado e em sua maneira individual e específica: “Mas Deus, sendo rico em misericórdia, pelo seu muito amor com que nos amou, estando nós ainda mortos em nossos delitos, nos vivificou juntamente com Cristo (pela graça sois salvos)”. Ao falar primeiro da misericórdia, ela é definida como aquela compaixão em Deus que O moveu a proporcionar um Salvador para os perdidos. Se Ele tivesse sido capaz de salvar mesmo uma alma com base em Sua misericórdia soberana somente, poderia ter salvo cada pessoa com essa base e a morte de Cristo teria se tornado desnecessária. Com relação ao amor divino, ele é uma emoção de caráter infinito, o propósito motivador por detrás de tudo o que Deus concede na salvação de uma alma. Mas visto que Deus é santo e justo também e que os pecados do pecador são uma ofensa a Ele, Ele poderia perfeitamente desejar salvar uma alma e ainda ser totalmente fraco para fazer isso à luz das reivindicações que a justiça divina alega contra o pecador.

Até que essas reivindicações sejam satisfeitas o infinito amor de Deus não pode realizar o seu desejo. Portanto, para vir agora à terceira definição, a graça é que Deus pode ser livre para fazer e, na verdade, o que Ele faz adequadamente para os perdidos após Cristo ter morrido em favor deles. “Pela graça sois salvos” (Ef 2.8). Quando assim liberto de Suas santas exigências contra o pecador pela morte sacrificial de Cristo, e quando esse sacrifício é inteligentemente aceito, o amor de Deus nunca se satisfará até que tenha feito tudo que pode fazer para tal pessoa. A maior coisa que Deus pode fazer, reverentemente falando, é fazer alguém semelhante ao Seu Filho. Este, então, será o destino de todo aquele que crê (Rm 8.29; 1 Jo 3.2).

Visto que a graça somente apresenta o que Deus pode fazer e fará por aqueles que confiam no Salvador, ela precisa funcionar à parte de todas as obras ou cooperação humanas. Ela não exige mais do que a confiança no Único que pode salvar.

As Escrituras atribuem à operação da graça a única salvação agora oferecida aos pecadores. A graça de Deus também proporciona segurança para os salvos. Isto é feito pela continuação da obra graciosa de Deus com o indivíduo a despeito de suas imperfeições. A graça também empreende dirigir o salvo do mesmo modo em sua vida diária após ele ter sido salvo. Um novo motivo para isto é estabelecido pelo fato de que o salvo foi aperfeiçoado para sempre à vista de Deus como se estivesse em Cristo; portanto, participasse de Seu mérito e permanecesse para sempre. Nada de mérito precisa ser acrescentado ao que está aperfeiçoado para sempre (cf. Jo 1.16; Rm 5.1; 8.1; Hb 10.14).

Conseqüentemente, a obrigação de ganhar mérito é removida completamente, e o sistema total da lei com seu mérito cessa de ser aplicável aos salvos debaixo da graça. Eles não mais estão debaixo da lei, mas debaixo da graça (Rm 6.14). O novo problema se torna o de como uma pessoa aperfeiçoada deveria andar neste mundo. A graça ensina ao salvo a respeito de seu andar santo na vida diária. O padrão é tão elevado quanto o próprio céu. Deus exige, e com razão, que o salvo, em razão de ser um cidadão do céu, viva de acordo com os padrões do céu (cf. Jo 13.34; Ef 4.1, 30; 1 Ts 5.19).

Hades

Igual a todas as diferentes verdades desconhecidas, a doutrina de um estado futuro depende totalmente do que está declarado no Texto Sagrado. É usualmente asseverado que a palavra *Sheol* do Antigo Testamento tem o seu equivalente em *Hades*, mas o Dr. E. W. Bullinger faz objeção a tal conclusão na seguinte observação: “Esta [Gn 37.35] sendo a primeira ocorrência da palavra *Sheol*, a Revised Version fornece uma nota marginal, ‘Heb. *Sheol*, o nome da morada dos mortos, correspondendo ao grego *Hades*, Atos 2.27’. Esta observação está totalmente errada. (1) Ela é uma *interpretação* e não uma *tradução*. (2) Ela prejudica a palavra desde o princípio, e fixa nela a palavra ‘morada’, que tem um significado técnico aplicável somente aos vivos: assim, para prever a conclusão, que não pode ser atingida até que tenhamos obtido a evidência, e a temos diante de nós. (3) *Sheol* nada tem nela que ‘seja equivalente ao grego *Hadēs*’. *Hadēs* deve ter o mesmo significado de *Sheol*; e deve corresponder a esse. Deve ter o significado que o Espírito Santo coloca nela, e não o significado que o pagão põe nela”.¹² Um estudo destas palavras se exige imediatamente.

1. ENSINO DO ANTIGO TESTAMENTO. Por ter citado o uso de *Sheol* em 66 passagens e assinalado que ela é usualmente traduzida como *sepultura*, algumas vezes *abismo*, e outras vezes *inferno*, o Dr. Bullinger declara:

Num cuidadoso exame da lista acima, uns poucos fatos se sobressaem muito claramente. (i.) Será observado que na maioria dos casos *Sheōl* é traduzido como "sepultura". Para ser exato, 54%; enquanto "inferno" é 41%; e "abismo" 5%. *Sepultura*, portanto, salienta-se na lista acima como a tradução melhor e mais comum. (ii.) Com respeito à palavra "abismo", será observado que em cada um dos três casos onde ela ocorre (Nm 16.30,33; e Jó 17.16), *sepultura* é tão evidentemente o significado pretendido, para que nós possamos imediatamente substituir essa palavra, e banir "abismo" de nossa consideração como uma tradução de *Sheōl*. (iii.) Com relação à tradução "inferno", ela não representa *Sheōl*, porque tanto pela definição do dicionário quanto pelo uso coloquial "inferno" significa o lugar futuro de *punição*. *Sheōl* não possui tal significado, mas denota o *presente estado de morte*. "Sepultura" é, portanto, uma tradução muito mais apropriada, porque ela visivelmente sugere-nos o que é invisível à mente, ou seja, o estado de morte. Necessariamente, deve ser errado para o leitor contemporâneo ver a primeira colocada para representar a última. (iv.) O estudante verificará que "a sepultura", tomada literal assim como figurativamente, satisfará todas as exigências do *Sheōl* hebraico: não que *Sheōl* signifique muito especificamente sepultura, como genericamente significa a sepultura. A Santa Escritura é suficiente totalmente para nos explicar a palavra *Sheōl*. (v.) Se nós indagarmos dela na lista acima sobre as ocorrências da palavra *Sheōl*, ela ensinará (a) que com relação à *direção* ele é para baixo; (b) que com respeito ao *lugar* ele é na terra; (c) que com respeito à *natureza* ele é colocado para o *estado de morte*. Não o *ato* de morrer, por não termos no vernáculo uma palavra adequada, mas o *estado* ou duração da morte. Os alemães são mais felizes, por terem a palavra *sterbend* para o ato de morrer. *Sheōl*, portanto, significa o *estado de morte*; ou o *estado dos mortos*, do qual a *sepultura* é uma evidência tangível. Ele tem a ver somente com os mortos. Ele pode algumas vezes ser personificado e representado como falando, como outras coisas inanimadas são. Ele pode ser representado por uma palavra cunhada que venha indicar o domínio ou o poder da sepultura, [mas não a temos]. (d) Quando diz respeito à *relação* permanece em *contraste* com o estado de vida (veja Deuteronômio 30.15,19 e 1 Samuel 2.6-8). Em nenhuma vez ele é conectado com os vivos senão em contraste. (e) Com relação à *associação*, ele é usado em conexão com o lamento (Gn 37.34,35), tristeza (Gn 42.38; 2 Sm 22.6; Sl 18.5; 116.3), pavor e terror (Nm 16.27,34), pranto (Is 38.3,10,15,20), silêncio (Sl 31.17; 6.5; Ec 9.10), ausência de conhecimento (Ec 9.5,6,10), punição (Nm 16.27,34; 1 Rs 2.6,9; Jó 24.19; Sl 9.17). (f) E, finalmente, com relação à *duração*, o domínio de *Sheōl* ou da sepultura continuará

até a ressurreição e termina somente com ela, que é o único modo de sair dele (veja Os 13.14; e compare Sl 16.10 com At 2.27,31; 13.35).¹³

2. ENSINO DO NOVO TESTAMENTO. Aqui três palavras estão presentes: *Gehenna* usada oito vezes; *Hades* onze vezes; e *Tartaros* uma vez. (a) *Gehenna* é um lugar de punição futura. (b) Citando Bullinger novamente, desta vez sobre Hades:

“Se agora as onze ocorrências de *Hadēs* no Novo Testamento foram examinadas cuidadosamente, as seguintes conclusões podem ser tiradas: (a) *Hadēs* está invariavelmente conectado com *morte*; mas *nunca com a vida*: sempre com pessoas *mortas*; mas nunca com as *vivas*. Todos no Hades ‘NÃO VIVERÃO NOVAMENTE’ até que eles sejam ressuscitados dentre os mortos (Ap 20.5). Se eles não ‘vivem novamente’ até serem ressuscitados, está perfeitamente claro que eles não podem *estar vivos* agora. De outra forma, nós mandamos embora totalmente a doutrina da ressurreição. (b) Que a palavra ‘inferno’ de modo algum representa o grego *Hadēs*; como vimos que isto não dá uma idéia correta de seu equivalente hebraico, *Sheōl*. (c) Que *Hadēs* pode significar só e exatamente o que *Sheōl* significa, por exemplo, o lugar onde a ‘corrupção’ é vista (At 2.31; compare 13.34-37); e disto, a ressurreição é a única saída”.¹⁴

Assim também sobre (c) Tártaros: “*Τάρταρος* não é *Sheōl* nem *Hadēs*..., para onde todos os homens vão na morte. Nem é onde os ímpios estão para serem consumidos e destruídos, que é *Gehenna*... Não é o lugar da habitação de *homens* em condição alguma. Ele é usado somente aqui, e aqui somente a respeito dos ‘anjos que pecaram’ (veja Judas 6). Ele denota os limites ou a divisa deste mundo material. A extremidade deste lugar inferior – do qual Satanás é ‘o príncipe’ (Ef 2.2) e do qual a Escritura fala como possuindo ‘os dominadores deste mundo tenebroso’ e ‘os espíritos ímpios nas regiões celestiais’. *Τάρταρος* não é somente os limites desta criação material, mas é assim chamado por causa de sua frieza”.¹⁵

Herança

Como uma doutrina do Antigo Testamento, o tema da herança começa com a repartição que Jeová fez da Terra Prometida às tribos e famílias (Lv 25.23-28; Nm 26.52-56; 27.8-11). Quando não existia um herdeiro a propriedade passava a pertencer ao parente mais próximo. O modo de Deus preservar essas propriedades de acordo com as suas concessões originais era fazer com que todas as propriedades fossem restauradas no ano do jubileu ou a cada cinquenta anos.

A doutrina do Novo testamento é a consequência que o crente tem como herança de Deus (Rm 8.16,17; Ef 1.14; 1 Pe 1.4) e Deus uma herança no crente (Ef 1.18; cf. Rm 5.8-10).

Homem do Pecado

Dois personagens importantes aparecem nas predições que profetizam a respeito dos lugares malignos para o estudante da Bíblia – o homem do pecado mencionado por Paulo em 2 Tessalonicenses e a primeira besta de Apocalipse 13. O homem do pecado é identificado por toda a Bíblia pela sua presunção blasfema de ser Deus. Ele aparece indistintamente como um governador político que ainda encabeçará as nações. Ele de fato é designado no Antigo Testamento como “o príncipe de Tiro” (Ez 28.1-10), o “pequeno chifre” (Dn 7.8), o desolador (Dn 9.27), o rei obstinado (Dn 11.36), e no Novo Testamento “a abominação da desolação” (Mt 24.15), “o homem do pecado” (2 Ts 2.3-10), o que monta “o cavalo branco” (Ap 6.2), e provavelmente também a chamada primeira besta (Ap 13.1-10). Está indicado também que ele ajuntará os dez reinos divididos do mundo romano e os dominará durante a Grande Tribulação.

Sua vinda e governo serão “segundo a eficácia de Satanás com todo o poder e sinais e prodígios da mentira” (2 Ts 2.9,10). Ele se torna a personificação do poder de Satanás (Lc 4.5,6). Ele é a obra-prima de Satanás e o falsário de Cristo como Rei; na verdade, a imitação da Segunda Pessoa, na tentativa de Satanás de imitar a Trindade. Ele está incluso com o diabo naquelas revelações que remontam a criação de Satanás (Is 14.12-17; Ez 28.1-19). Ele compartilha do lago de fogo com Satanás (Ap 20.10). Seu governo na terra é encerrado na aparição gloriosa de Cristo (2 Ts 2.6-8). Ele deve aparecer, entretanto, antes do dia do Senhor (2 Ts 2.2-4). Esta ordem de eventos é mantida em todo texto importante que trata do tema (cf. Dn 7.8,9; Mt 24.15-31; 2 Ts 2.1-10; Ap 13 e 19). Ele continua por mais “quarenta e dois meses” (Ap 13.5).

Cristo indica que o homem do pecado, quando permanece no santo lugar, é o sinal para os judeus do fim da era deles (Mt 24.14-19). Ele é conhecido especialmente por sua presunção blasfema de ser Deus (Ez 28.1-10; Jo 5.43; 2 Ts 2.4; Ap 13.5,6). Seu caráter é avaliado na Escritura do ponto de vista divino da santidade e do propósito de Deus.

Homem Natural

A palavra grega – ψυχικός – para *homem natural* é usada seis vezes no Novo Testamento. Em 1 Coríntios 15.44,46 é feita referência ao corpo *psuchikos*, um organismo adaptado à alma, em contraste com um corpo *pneumatikos*, um organismo adaptado ao espírito. Em 1 Coríntios 2.14, Tiago 3.15 e Judas 19, o eu total está em vista ou as limitações do homem natural são indicadas por meio desta terminologia. Uma das designações usadas por Paulo para o não-regenerado na verdade deve ser encontrada neste termo (1 Co 2.14). Eles são descritos adequadamente como inalterados de sua queda original e de seu

estado de depravação. Devem ser feitas distinções entre o homem natural e o espiritual assim como entre o natural e o carnal. (veja CARNE).

Humildade

A humildade é uma característica divina a ser encontrada nos corações humanos somente com a operação interior do Espírito Santo. Ela está muito longe de ser uma auto depreciação ou um complexo de inferioridade. Talvez nenhuma palavra melhor tenha sido escrita sobre este assunto do que a que foi dita pelo arcebispo Fênelon (1651-1715), escrita por ele mesmo, um homem muito santo e espiritual:

“Aquele que não procura o seu próprio interesse, mas somente o interesse de Deus no tempo e na eternidade, esse é humilde... Muitos estudam a humildade exterior, mas a humildade que não flui do amor é espúria. Quanto mais este exterior se curva, mais elevado ele se sente interiormente; mas aquele que está consciente de sua elevação não sente realmente a si mesmo como sendo tão pequeno que não possa ir adiante. As pessoas que pensam muito elevadamente de sua humildade são muito orgulhosas.”¹⁶ O arcebispo Fênelon assim declara que a humildade é o efeito da entrega à vontade de Deus.

No Antigo Testamento esta palavra aparece como um substantivo três vezes e em todas as suas formas cerca de 40 vezes. Ela é encontrada no Novo Testamento cerca de 15 vezes. Ela sempre tem o significado de verdadeira piedade (cf. Dt 8.2-3; 1 Rs 21.29; 2 Cr 7.14). Tal virtude foi predita debaixo da lei (Mq 6.8). A humildade como uma virtude ocupa um amplo lugar no reino vindouro (Is 57.15; Mt 5.3; 11.25; 18.4; 23.12; Lc 10.21; 14.11; 18.14). Como um fruto do Espírito, ela é operada no crente hoje (Gl 5.22, 23; cf. 1 Co 13.4; 1 Pe 5.5, 6).

Visto que o homem não tem mérito algum perante Deus, mas recebe tudo o que tem, a humildade é somente a atitude correta e natural. Cristo foi humilde, não porque ele era um pecador ou alguém sem mérito. Tornar-se consciente da humildade é sua ruína total.

Igreja (veja Ecclesiologia)

Imortalidade

Três afirmações importantes servirão para clarear esta doutrina, a da vida futura. (1) A imortalidade não é uma existência infundável ou uma mera

existência após a morte (porque a morte não põe um fim na vida humana). Os não-salvos continuam a viver após a morte como os salvos também. (2) A importante, igualmente, não é a mesma coisa que o dom da vida eterna, que é concedida a todos os que crêem em Cristo. (3) A imortalidade é alguma coisa relacionada à parte material do homem antes do que com a imaterial. A frase comumente usada, *imortalidade da alma*, é sem base escriturística. A alma nunca é considerada mortal pela Escritura.

A imortalidade e incorrupção, contudo, são termos associados. Como há dois modos de se deixar a terra para ir ao céu – pela morte e ressurreição ou pela transformação diretamente do estado de vivos, na vinda de Cristo – muitos deixarão a corrupção e por meio da ressurreição se revestirão da incorrupção, enquanto que outros, porque estarão vivos na vinda de Cristo, se revestirão da imortalidade. No final, ambos os grupos alcançarão o mesmo estado, isto é, o de ter um “corpo semelhante ao corpo da sua glória” (Fp 3.21).

Resta ainda ser declarado que nenhum crente tem ainda um corpo imortal. Somente um corpo se encontra assim e está no céu. Cristo foi aquele que não viu corrupção (Sl 16.10; At 2.31). Ele, portanto, revestiu-se da imortalidade no seu corpo (mortal). Ele é agora o único que tem imortalidade, e mora na luz (cf. 1 Tm 6.16), e “que trouxe a vida e a imortalidade à luz através do evangelho” (2 Tm 1.10).

Imputação

A palavra *imputar* significa colocar na conta de outro, como o apóstolo escreveu a Filemom a respeito de uma possível dívida que Onésimo tinha com seu senhor; por isso, declarou: “E, se te fez algum dano, ou te deve alguma coisa, lança-o na minha conta” (v. 18). Por causa das várias fases envolvidas da doutrina, a imputação se torna imediatamente numa das doutrinas mais fundamentais do cristianismo. Grande cuidado é necessário no estudo dela, para que o estudante possa compreender o ensino perfeitamente. Há três imputações mais importantes apresentadas nas Escrituras, como veremos abaixo:

A imputação pode ser real ou judicial. Uma imputação real exige a consideração para alguém do que é antecedentemente seu, enquanto que uma imputação judicial à consideração para alguém do que não é antecedentemente seu.

1. IMPUTAÇÃO DO PECADO DE ADÃO PARA A RAÇA. A passagem central que trata desta imputação é encontrada em Romanos 5.12-21. No versículo 12 está declarado que a morte, como uma penalidade, veio sobre todos os homens no sentido em que todos pecaram, mas não se refere ao fato de que todos os homens pecaram em sua experiência diária, mas como o verbo *pecaram* está no tempo *aoristo*, ele se refere a uma ação passada completa. Isto significa que todos os homens pecaram quando Adão pecou, e por meio disso trouxe

a penalidade da morte física sobre eles próprios. Que este mal pode não ser considerado como pecado pessoal, o apóstolo assinala como todos morreram no período entre Adão e Moisés, ou antes da lei mosaica ter sido dada (cuja lei transmitiu ao pecado o seu caráter hediondo de transgressão), e igualmente como todas as pessoas que não podem responder por si mesmas, como os infantes e dementes, morreram embora nunca tenham pecado voluntariamente, como no caso da transgressão de Adão.

Visto que Deus conta cada membro da raça como transgressor em Adão, este se torna o único caso de imputação real, isto é, uma atribuição à pessoa daquilo que antecederamente lhe pertence. Uma ilustração de uma ação seminal igual pode ser vista no registro de que Levi, que foi sustentado pelos dizimos, pagou dizimos mesmo ainda nos lombos de seu bisavô Abraão (Hb 7.9,10), a fim de dar a entender o tempo em que Abraão deu dizimos a Melquisedeque.

2. IMPUTAÇÃO DO PECADO DA RAÇA A CRISTO. Neste campo específico da verdade reside a totalidade do Evangelho. Embora a palavra *imputar* não seja usada, são encontrados termos semelhantes, tais como “o fez pecado”, “sobre ele”, “suportou nossos pecados” (Is 53.5, 6, 11; 2 Co 5.21; 1 Pe 2.24). Aqui é uma imputação judicial visto que o pecado nunca pertenceu antecederamente a Cristo, mas quando foi colocado sobre Ele tornou-se Seu num sentido terrível.

3. IMPUTAÇÃO DA JUSTIÇA DE DEUS AO CRENTE. Esta terceira imputação constitui-se na aceitação do cristão e na sua posição perante Deus. Ela é a única justiça que Deus aceita para a salvação e por ela somente alguém pode entrar no céu. O livro todo de Romanos está mais ou menos preocupado com a demonstração dessa doutrina a respeito da justiça imputada de Deus, e como o propósito da epístola aos Romanos revela a verdade a respeito da salvação, segue-se que a justiça de Deus imputada deve ser um fato muito importante nesse ponto. A frase apostólica *a justiça de Deus* (Rm 1.17; 3.22; 10.3), então, significa uma justiça de Deus antes do que o mero fato de que o próprio Deus é justo.

Em Romanos 3.10 está declarado que nenhum dos homens é justo à vista de Deus; portanto, uma justiça imputada é a única esperança para os homens neste mundo. A respeito da esperança da justiça imputada, o apóstolo escreve: “...não tendo como minha justiça a que vem da lei, mas a que vem pela fé em Cristo, a saber, a justiça que vem de Deus pela fé” (Fp 3.9). Ser preparado para a presença de Deus é de importância imensurável (Cl 1.12). Isto exige uma justiça que é transferida para o crente quando Cristo tornou-se pecado por todos os homens (2 Co 5.21). Obviamente, aqui deve ser uma imputação judicial em vista desta justiça não ser antecederamente do crente. Não obstante, quando imputada a ele por Deus, a possuirá para sempre.

Esta imputação que provê para o crente tudo o que ele precisa diante de Deus para sempre é tão importante que sua base está revelada nas Escrituras, e ela é muito essencial para todo crente entender a revelação. Torna-se para ele uma concessão legal através da morte de Cristo e é aplicada pelo Espírito Santo através do batismo do crente em Cristo.

A. Essa imputação é constituída legal perante Deus visto que Cristo ofereceu-se a Si mesmo sem mancha a Deus (Hb 9.14). Isto quer dizer que Cristo não somente tornou-se uma oferta pelo pecado por Sua morte, pela qual a remissão do pecado é legalmente possível com base na verdade de que Ele substituiu aqueles que crêem, mas também Ele apresentou-se a Si mesmo sem mancha como uma oferta agradável a Deus, a fim de proporcionar assim uma liberação de tudo o que Ele é em mérito infinito e tornar-se o Seu mérito disponível para aqueles que não tinham mérito. Como Deus vai para a cruz por uma base legal para remir o pecado, assim ele vai para a mesma cruz por uma base legal para imputar a justiça. Tudo isto está tipicamente apresentado nas cinco ofertas de Levítico, capítulos 1 a 5, onde a morte de Cristo pode ser vista tanto como um suave quanto como um fétido cheiro na avaliação do Pai.

Há alguma coisa em Sua morte que não é um suave cheiro para Deus, como é visto nas palavras de Cristo: "Deus meu, Deus meu, por que me desamparaste?" (Mt 27.46; cf. Sl 22.1). Semelhantemente, como foi citado acima, Hebreus 9.14 sugere uma oferta de suave cheiro a Deus. Ele se ofereceu a Si mesmo sem mancha a Deus não meramente para informar ao Pai sobre Si mesmo, mas em favor de outros. Aqui Ele também serviu como um Substituto. Quando outros não tinham e não podiam assegurar uma posição ou mérito diante de Deus, Ele liberou Seu próprio eu e todas suas perfeições para eles. Nada poderia ser mais necessário da parte daqueles pecadores desprovidos de mérito.

B. A justiça imputada é aplicada diretamente com base no fato essencial de que o crente está em Cristo. Pelo batismo do Espírito, por ser unido a Cristo, uma pessoa está em Cristo como uma nova posição de Cabeça. Como até agora essa pessoa estava no primeiro Adão, caído e arruinado, agora no Cristo ressurrecto, ela participa de tudo o que Cristo representa, mesmo a justiça de Deus que Cristo é. Cristo, assim, torna-se justiça para o crente (1 Co 1.30), e por estar nEle, o crente "torna-se" justiça de Deus (2 Co 5.21). O apóstolo aspirou a esta posição maravilhosa, quando escreveu: "...e seja achado nele, não tendo como minha justiça a que vem da lei, mas a que vem pela fé em Cristo; a saber, a justiça que vem de Deus pela fé" (Fp 3.9).

O grau desta posição em Cristo não pode ser avaliado ou entendido. Em Hebreus 10.14, contudo, está declarado: "Pois com uma só oferta tem aperfeiçoado para sempre os que estão sendo santificados", e em João 1.16 é feita referência ao πλήρωμα ou plenitude de Cristo que o crente recebeu. Essa plenitude está descrita em Colossenses 1.19: "Porque aprouve a Deus que nele habitasse toda a plenitude", e novamente em 2.9: "...porque nele habita corporalmente toda a plenitude da divindade", enquanto que o versículo 10 repete a mensagem de João 1.16, a saber, que o crente é cheio do seu πλήρωμα (ou, está completo nele).

A base legal para a imputação da justiça de Deus ao crente é encontrada, então, nas ofertas de suave cheiro e a aplicação é realizada pela colocação do crente em união com Cristo através da operação do Espírito Santo.

As três imputações mencionadas acima provam ser fundamentais para tudo o que faz parte do cristianismo. Elas são totalmente estranhas ao sistema

mosaico e nunca são mencionadas em quaisquer textos relacionados ao reino vindouro. Este ensino, com outras doutrinas fundamentais, tais como a propiciação, deveria ser adequadamente compreendido por todo estudante a qualquer custo.

Infinidade

A doutrina da infinidade, tal como ela é, estará contida na palavra *infinito*. Ela apresenta somente aquilo que é de Deus, visto que o Seu poder e recursos e modo de ser são infinitos (Sl 147.5). Devido à pobreza da linguagem humana e muitas vezes uma indisposição de falar em superlativos, este termo específico, que em si mesmo é muito restrito, se tornou para muitos uma mera forma de exagero (cf. Jó 22.5; Na 3.9). O termo *infinito* ocorre três vezes na Escritura, como foi indicado.

Inocência

O termo inocência sugere unicamente a ausência do mal (Mt 27.4, 24). Ele é, portanto, no geral um termo negativo. Ele corresponde às palavras *não-culpado* ditas num processo criminal.

Uma criança é um exemplo de inocência (Mt 18.3). Adão quando criado era inocente; mas esse termo não descreve a vida do Último Adão aqui na terra. Ele, ao contrário, era santo e sem mácula, e separado dos pecadores (Hb 7.26). Aqui, então, está outro termo que deveria ser usado com cuidado e discernimento.

Inspiração

Quando aplicado à Escritura, o termo inspiração significa “soprado por Deus” (2 Tm 3.16,17) e mais particularmente que as palavras da Santa Escritura são derivadas de Deus. *Toda* Escritura é dita ser inspirada por Deus, e não como sugere a Revised Version: “Cada escritura [texto] é inspirada por Deus é também útil...”. Com respeito às Escrituras terem uma inspiração plenária e verbal, pode ser dito que nenhuma outra explicação foi a crença da Igreja desde o seu início.

A palavra portuguesa *inspiração* vem da raiz latina *spiro*, que significa “soprar”, que é tradução da palavra grega *θεόπνευστος* (usada apenas uma vez no Novo Testamento em 2 Timóteo 3.16) que significa “soprada por Deus”. A

Escritura não se originou com homens, mas com Deus. Ela é uma das ações mais maravilhosas de Deus. 2 Pedro 1.21 tem a ver com a contraparte desta obra divina a respeito da recepção humana das palavras proferidas por Deus. Os autores da Bíblia foram movidos como um navio é movido pelo vento. Cada palavra da Bíblia é, portanto, num certo grau de autoria dual – o Espírito Santo e seus autores humanos.

Homens de mente séria têm procurado provar o caráter normativo das Escrituras, por declarar que somente algumas partes dela são inspiradas; mas esta abordagem deixa para o homem a responsabilidade de determinar quanto dela é inspirado, e o homem de fato pode também ser o único autor do texto, se ele pode fazer esse julgamento discriminatório.

Nenhum progresso jamais foi feito na formulação da doutrina da Bíblia, quando os homens duvidaram da inspiração das Escrituras em todas as suas partes. Esta obra sobre Teologia Sistemática, então, está baseada na confiança completa a respeito da inspiração plenária e verbal da Bíblia, a própria posição que foi defendida em páginas anteriores.

Intercessão

A intercessão é uma forma de oração suficientemente particular para justificar uma consideração separada além da doutrina geral sobre a oração (veja ORAÇÃO).

A intercessão contempla o ministério daquele que permanece entre Deus e alguma grande necessidade, como no caso de Abraão que intercede pelas cidades da planície do Jordão. Legitimamente é dito em Romanos a respeito de toda oração: "...porque não sabemos o que havemos de pedir como convém", quando tanta coisa está envolvida no propósito e no plano de Deus para cada vida humana. "Seja feita a tua vontade" (Mt 6.10) pode ser a única atitude final de todos os que intercedem. O cristão não conhece de si mesmo o escopo e a força da oração; contudo, neste assunto Deus faz provisão. A passagem central sobre a intercessão, portanto, afirma: "Do mesmo modo também o Espírito nos ajuda na fraqueza; porque não sabemos o que havemos de pedir como convém, mas o Espírito mesmo intercede por nós com gemidos inexprimíveis. E aquele que esquadrinha os corações sabe qual é a intenção do Espírito: que ele, segundo a vontade de Deus, intercede pelo santos" (Rm 8.26, 27).

O Espírito conhece oniscientemente (cf. 1 Co 2.10,11), e Deus que sonda o coração conhece a mente e a linguagem do Espírito. Esta porção de Romanos é uma passagem peculiar no sentido em que ela registra a comunicação entre o Pai e o Espírito. A oração em todas as suas formas tem uma capacitação adequada. Ela deve ser feita ao Pai (Mt 6.9), em nome do Filho (Jo 16.23, 24), e no poder da capacitação do Espírito (cf. Ef 6.18; Jd 20).

Interpretação

A doutrina da interpretação contempla a ciência da descoberta do sentido exato que o autor, o Espírito Santo, dá a determinado texto. Tal ciência pode ser descrita teologicamente como *hermenêutica*. Para sondar esta doutrina é necessário conhecer e seguir as normas reconhecidas da interpretação da Escritura. Em seu livro texto de sala de aula sobre a hermenêutica, o Dr. Rollin T. Chafer desenvolve as seguintes quatro normas importantes, às quais outras menos importantes podem ser acrescentadas:

1. "A primeira norma de interpretação bíblica é: Interpretar gramaticalmente; com a devida consideração ao significado das palavras, a forma de sentenças e às peculiaridades do idioma na linguagem empregada. O sentido do texto deve ser determinado pelas palavras; um verdadeiro conhecimento das palavras é o conhecimento do sentido... As palavras da Escritura devem ser tomadas em seu significado mais comum, a menos que tal significado seja mostrado ser inconsistente com outras palavras na sentença, com o argumento ou contexto, ou com outras partes do Texto... O verdadeiro significado de qualquer passagem da Escritura, então, não é todo sentido que as palavras podem portar, nem é cada sentido que é verdadeiro em si mesmo, mas aquele que é pretendido pelos autores inspirados, ou mesmo pelo Espírito Santo, embora imperfeitamente entendido pelos próprios escritores" (Angus-Green, *Cyclopedic Handbook of the Bible*, 180).

Do grande número de exemplos citados nos vários textos, um de Lockhart sobre Efésios 2.8, pode ser citado. "Pela graça sois salvos mediante a fé, e isto não vem de vós: é dom de Deus." Ele diz: "Podemos perguntar, qual é o dom de Deus? Muitos responderiam: 'graça'; muitos outros: 'fé'; alguns: 'salvação'. Mas o que a gramática exige?" Após eliminar "graça" e "fé" como os antecedentes do "isto", ele continua: "O único outro antecedente possível é a salvação expressa pelo verbo 'salvos'. Alguns têm objetado que o substantivo grego para salvação é feminino; mas devemos observar que a salvação é expressa aqui... pelo verbo, a gramática grega novamente requer que um pronome que se refere à ação de um verbo para seu antecedente deve ser neutro. Isto se adapta exatamente ao caso; e o significado é: sois salvos pela graça através da fé; mas a salvação não é de vós mesmos, ela é dom de Deus. Aqui a interpretação que concorda com a gramática é razoável e satisfatória" (*Principles of Interpretation*, 85, 86). Eu assinalei anteriormente, contudo, que a observância de todas as exigências gramaticais frequentemente deixa uma pessoa carente de significado do conteúdo doutrinário do texto. Cellèrier tem isto em mente quando ele diz: "Suponha que ele [um intérprete] se proponha a explicar as palavras de Jesus ao paralítico: 'Meu filho, teus pecados te são perdoados' (Mc 2.5), a hermenêutica gramatical pode prontamente fazer o seu trabalho, mas ela não penetrará

a profundidade do significado que estas palavras contêm" (*Biblical Hermeneutics*, Elliott e Harsha, tradutores, 53).

2. A segunda norma de interpretação é: "Interpretar de acordo com o contexto". "O significado de uma palavra, além disso, freqüentemente será modificado pela conexão em que ela é usada... Esta norma é freqüentemente de grande importância teológica" (Angus-Green, *op. cit.*, 186, 87). (Exemplos: vários significados de *Fé*, *Carne*, *Salvação*, *Graça* etc.). "O estudo do contexto é o mais legítimo, eficaz, e recurso digno de confiança ao comando do intérprete. Nada pode ser mais conveniente, mais lógico do que explicar um autor por si mesmo, e ter recurso para a sucessão total de pensamento. É muito menos fácil para o sofista abusar deste modo de interpretação do que o de tratar com a etimologia, filologia, e exceções de sintaxe" (Cellèrier, *op. cit.*, 101). Embora estas últimas sejam freqüentemente ajudas valiosas, elas também podem ser conduzidas para efeitos danosos. (Exemplo: O estudo etimológico de algumas palavras indica que o significado delas se apartou totalmente do significado da raiz. Com a base da etimologia, portanto, seria enganoso para um intérprete sustentar o significado da raiz em tais casos.) Um dos resultados mais úteis do estudo contextual é fornecido pelas definições dos termos do próprio autor. (Exemplos: "...para que o homem de Deus seja perfeito, e perfeitamente preparado para toda boa obra" – 2 Tm 3.17. Por *perfeito* aqui se quer dizer: "perfeitamente preparado" para toda boa obra. Há um número de contextos em que a palavra *perfeito* precisa da luz do contexto para o seu significado exato. Em tais passagens o pensamento não é perfeição em seu sentido mais amplo, mas maturidade numa linha específica de experiência ou esforço.)

3. Algumas vezes o contexto não dá toda a luz necessária para determinar o significado de uma palavra ou uma frase. Em tais casos uma terceira norma é necessária, ou seja: "Considera o escopo ou o desígnio do próprio livro, ou de alguma grande seção em que as palavras e expressões ocorrem" (Angus-Green, *op. cit.*, 192). O propósito, ao se escrever um livro, é freqüentemente mencionado de uma maneira clara, especialmente nas epístolas do Novo Testamento. Este propósito admitido freqüentemente lançará luz sobre as passagens que, de outra maneira, são obscuras. Terry fornece o seguinte exemplo: "Não pode haver dúvida, ... que, após sua palavra de saudação inicial e pessoal, o apóstolo [Paulo] anuncia seu grande tema [de Romanos] no versículo 16 do primeiro capítulo. É o *Evangelho considerado como o poder de Deus para a salvação de todo aquele que crê, primeiro do judeu, e também do grego*... Ele manifestamente expressa, num modo pessoal muito feliz, o escopo de toda a epístola". Após uma análise de toda a epístola, ele diz: "Se verificará que uma devida atenção a este plano geral e escopo da epístola ajudará grandemente no entendimento de suas seções menores" (*Biblical Hermeneutics*, 111,12).

4. "A quarta e mais abrangente norma de interpretação bíblica é: Compare passagem com passagem... Uma verdade da passagem é realmente a explicação consistente de tudo o que a Escritura ensina em referência a uma questão examinada; e um dever do texto é a explicação consistente de todos os preceitos da Escritura sobre o dever" (Angus-Green, *op.cit.*, 195). Como já foi observado, este procedimento não foi empregado até a Reforma; e a hermenêutica sadia não foi desenvolvida até este método ter sido adotado. Ele resulta na "analogia da fé que regula a interpretação de cada passagem de conformidade com o teor total da verdade revelada". Sob este tema geral Cellèrier também diz: "Admitir uma revelação positiva e rejeitar coisas positivamente reveladas é uma grande inconsistência" (*Op. cit.*, 19). Esta inconsistência não é incomum. Alguns intérpretes, que alegam aceitar a Bíblia como a Palavra de Deus revelada, rejeitam revelações específicas nela porque estas não se encaixam na estrutura da teologia preconcebida deles.¹⁷

Visto que todo estudante da Escritura, especialmente aquele que tenta expor a Palavra de Deus, é confrontado com o problema de dar ao Texto Sagrado o seu significado exato, a necessidade de seguir estas normas é imperativa.

Israel

Uma nação eleita, sagrada e eterna é o plano ou propósito de Deus para Israel. Este povo veio à existência miraculosamente como a semente de Abraão através de Isaque e Jacó. Eles são o objeto dos pactos e promessas imensuráveis e isto se torna a identificação ou o destino principal deles, porque os pactos são assegurados ou selados pelo ato de Jeová. Israel permanece sozinho, em distinção de todas as outras nações combinadas. Essas muitas nações são conhecidas como gentios, e os israelitas como judeus. Os judeus individualmente são considerados assim por causa do fato de que eles foram nascidos nas relações de pacto com Deus pelo nascimento físico. Aqui repousa um grande contraste, visto que os cristãos são tais porque eles foram nascidos por um nascimento espiritual nas suas relações corretas com Deus. Porque Israel mantém um relacionamento de pacto com Deus, Ele deu-lhes uma norma específica de vida por intermédio de Moisés.

Ao guardar essa norma de vida, contudo, isso não lhes podia nem os tornaria filhos do pacto de Jeová. Eles deveriam observar a norma de vida porque eles já estavam no pacto. O crente tem uma norma de vida assegurada por sua posição sob a graça hoje e, quando assim observa isto ou qualquer norma, não vai torná-lo um filho de Deus, embora, por ser filho do Pai, ele deva andar de acordo com Sua vontade revelada.

O relacionamento de Israel com Jeová permaneceu inalterável até a presente era, tempo em que Deus ordenou que não haveria diferença entre judeu e gentio (Rm 10.12). Todos igualmente estão debaixo do pecado (Rm 3.9; Gl 3.22), e o judeu individualmente é igual ao gentio, e só pode ser salvo somente pela fé em Cristo. De modo semelhante, todos os judeus estão agora sujeitos ao julgamento divino, que é algo eterno se eles continuam como rejeitadores de Cristo. Quando a presente era for concluída, Israel retornará ao propósito supremo de Jeová para ele e entrará, devidamente purificado, no reino de glória desde há muito prometido e predito. Deus deve ainda tratar especificamente com Israel em julgamento (Ez 20.33,34). Assim também todas as nações permanecerão perante o trono da glória de Cristo, para serem julgadas a respeito do tratamento que elas deram a Israel como um povo (cf. Mt 25.31-46).

Em um modo e num grau totalmente impossível de compreensão pela mente finita, Israel é designado para glorificar a Deus. Esta verdade não deve ser desprezada. Deus fala da nação eleita como “Israel minha glória” (Is 46.13), e na verdade Ele escolheu essa nação acima de todas as nações para a Sua glória (Gn 12.1-3). Ele a ama com um amor eterno (Jr 31.3). Quando o cristão ama com uma compaixão divina, ele reconhecerá o que Deus ama. Portanto, ele também deve amar Israel.

Jeová

Como uma introdução ao nome *Jeová* – um dos três nomes principais para Deus no Antigo Testamento – e sua importância, dois parágrafos do artigo escrito pelo Dr. T. Rees sobre “Deus” podem ser citados:

Jeová (Yahweh) – Este é o nome próprio e pessoal *por excelência* do Deus de Israel, assim como Chemosh era o do deus de Moabe, e Dagon o do deus dos filisteus. O significado original e a derivação da palavra são desconhecidos. A variedade das teorias modernas mostra que, etimologicamente, diversas derivações são possíveis, mas que os significados atribuídos a cada uma delas têm de ser introduzidos e impostos sobre a palavra. Nada acrescentam ao nosso conhecimento. Os próprios hebreus conectaram a palavra com *hāyāh*, “ser”. Em Êxodo 3.14, Jeová é explicado como equivalente a *’ehyeh*, que é uma forma abreviada de *’ehyeh ’āsher ’ehyeh*, traduzido na Revised Version como “Eu sou o que sou”. Isto tem sido crido como o significado de “auto-existência”, e para representar Deus como o Absoluto. Tal idéia, contudo, seria uma abstração metafísica, não somente impossível para o tempo em que o nome se originou, mas estranho à mente hebraica em qualquer tempo. E o imperfeito *’ehyeh* é mais exatamente traduzido “Eu serei o que eu serei”, uma expressão semítica que significa: “Eu serei tudo

o que é necessário quando a ocasião surgir”, uma idéia familiar do Antigo Testamento (cf. Is 7.4,9; Sl 23).

Este nome estava em uso a partir dos tempos históricos mais antigos até após o exílio. Ele é encontrado na literatura mais antiga. De acordo com Êxodo 3.13 e seguintes, e especialmente 6.2, 3, ele foi primeiramente introduzido por Moisés, e foi o meio de uma nova revelação do Deus de seus pais aos filhos de Israel. Mas nas partes de Gênesis ele é apresentado como o que está em uso desde os tempos mais antigos. Teorias que o fazem derivar do Egito ou Assíria, ou que o conectaria etimologicamente com Jove ou Zeus, não possuem evidência alguma. Temos de ficar contentes em dizer que Jeová era o Deus tribal de Israel desde tempos imemoriais, ou aceitar uma teoria que é praticamente idêntica com a de Êxodo – que foi adotada através de Moisés, da tribo midianita, em que ele se casou. Os queneus, da tribo dos midianitas relacionados a Moisés, habitavam nas vizinhanças do Sinai, e ligaram-se a Israel (Jz 1.16; 4.11). Umas poucas passagens sugerem que o Sinai foi o lar original de Jeová (Dt 33.2; Jz 5.4,5). Mas não há evidência alguma direta que trate da origem da adoração de Jeová: para nós Ele é conhecido somente como o Deus de Israel.¹⁸

Os vários nomes compostos com *Jeová* usados no Antigo Testamento são:

Jeová-jireh – Jeová vê (Gn 22.13,14).

Jeová-nissi – Jeová é minha bandeira (Êx 17.15).

Jeová-shalom – Jeová é paz (Jz 6.24).

Jeová-shammah – Jeová está aqui (Êz 48.35).

Jeová-tsidkenu – Jeová nossa justiça (Jr 23.6).

Jeová-ra-ah – Jeová meu pastor (Sl 23.1).

Jeová-rapha – Jeová que cura (Êx 15.26).

A luz da forma plural de *Elohim*, Deuteronômio 6.4 é significativo, também o uso coletivo da palavra *único*. O texto diz: “Ouve, ó Israel: o Senhor nosso Deus é o único Senhor”. Uma tradução bem aceitável poderia ser: “Jeová [observe o nome no singular] nosso Elohim [agora é plural] é o único [diversas entidades unidas num único] Jeová”. Portanto, qual deve ser a importância da referência de Cristo a Si mesmo como Jeová ou o “Eu sou” (Jo 8.58)?

Jerusalém

The International Standard Bible Encyclopaedia declara: “A menção mais antiga de Jerusalém está nas cartas do Tell el-Amarna (1450 a.C.), onde aparece na forma de Uru-sa-lim...”. A Jerusalém terrestre, algumas vezes chamada Sião, porque esse era o nome para a antiga fortaleza, que é referida como a cidade de Davi (cf. 2 Sm 5.6-12) e a cidade do grande rei (Mt 5.35). É de fato uma cidade de uma história incomparável e de um destino maravilhoso. Ela será, todavia, a capital de toda a terra. Da lei do Messias e do governo se dirá, porque Isaías 2.1-4

declara: “A visão que teve Isaías, filho de Amoz, a respeito de Judá e de Jerusalém. Acontecerá nos últimos dias que se firmará o monte da casa do Senhor; será estabelecido como o mais alto dos montes e se elevará por cima dos outeiros; e concorrerão a ele todas as nações. Irão muitos povos, e dirão: Vinde, e subamos ao monte do Senhor, à casa do Deus de Jacó, para que nos ensine os seus caminhos, e andemos nas suas veredas; porque de Sião sairá a lei, e de Jerusalém a palavra do Senhor. E ele julgará entre as nações, e repreenderá a muitos povos; e estes converterão as suas espadas em relhas de arado, e as suas lanças em foices; uma nação não levantará espada contra outra nação, nem aprenderão mais a guerra”.

Durante o tempo da ausência do Messias agora, Jerusalém é um sinal; porque enquanto ela estiver debaixo da liderança de poderes estrangeiros, como hoje, os tempos gentílicos não estão cumpridos, embora devam ser cumpridos imediatamente quando a cidade retornar à posse ou à autoridade de Israel: “E cairão ao fio da espada, e para todas as nações serão levados cativos; e Jerusalém será pisada pelos gentios, até que os tempos destes se completem” (Lc 21.24). A cidade do futuro terá um caráter religioso específico: “Assim diz o Senhor dos exércitos: Ainda sucederá que virão povos, e os habitantes de muitas cidades; e os habitantes de uma cidade irão à outra, dizendo: Vamos depressa suplicar o favor do Senhor, e buscar o Senhor dos exércitos; eu também irei. Assim virão muitos povos, e poderosas nações, buscar em Jerusalém o Senhor dos exércitos, e suplicar a bênção do Senhor. Assim diz o Senhor dos exércitos: Naquele dia sucederá que dez homens, de nações de todas as línguas, pegarão na orla das vestes de um judeu, dizendo: Iremos convosco, porque temos ouvido que Deus está convosco” (Zc 8.20-23).

Além disso, Isaías declarou com respeito à imundície da cidade: “E será que aquele que ficar em Sião e permanecer em Jerusalém, será chamado santo, isto é, todo aquele que estiver inscrito entre os vivos em Jerusalém; quando o Senhor tiver lavado a imundície das filhas de Sião, e tiver limpado o sangue de Jerusalém, do meio dela, com o espírito de justiça, e com o espírito de ardor. E criará o Senhor sobre toda a extensão do monte Sião, e sobre as assembléias dela, uma nuvem de dia, e uma fumaça, e um resplendor de fogo flamejante de noite; porque sobre toda a glória se estenderá um dossel. Também haverá de dia um pavilhão para sombra contra o calor, e para refúgio e esconderijo contra a tempestade e a chuva” (Is 4.3-6; cf. Jr 31.6-14; Mq 4.6, 7).

Enquanto o nome *Jerusalém* possa igualmente significar ‘cidade da paz’, ela tem sido em sua história o palco de muitas guerras mais do que qualquer outra localidade no mundo. Isto prova na verdade o símbolo de Israel de habitar na terra, de forma que Israel enquanto Israel vive fora da terra e está espalhado entre as nações não haverá paz no mundo, como não há hoje.

A presente situação, com muitas nações levantadas para agir como acontece nas Nações Unidas, não foi reproduzida antes, visto que Jerusalém foi destruída por Tito em 70 d.C. Deve ser observado, certamente, que providência poderia ser tomada a qualquer hora para restaurar a terra prometida a Israel. Certamente, ela é uma terra da promessa e o pacto de Jeová a respeito dela não pode ser quebrado.

A nova Jerusalém é uma cidade celestial (Ap 21.1, 2). Ela era a esperança dos santos do Antigo Testamento (cf. Hb 11.10). De acordo com o presente plano da cidadania espiritualizada, ela está descrita em Hebreus 12.22-24. Esta descrição se adapta completamente à que é dada em Apocalipse 21.2-22.5. De acordo com Apocalipse 22.5, a cidade celestial permanece para sempre. Esta cidade não é o novo céu, porque ela vem do céu (cf. Ap 21.10). Veja São.

Jesus

Jesus, o nome humano para o Filho de Deus, é realmente a forma grega do nome hebraico *Josué* (cf. At 7.45; Hb 4.8). O Encarnado foi nomeado por Deus, por ser o Seu nome pleno *Senhor Jesus Cristo*. *Senhor* relaciona-o à Sua eterna divindade e *Cristo* ao seu tríplice ofício em relação a Israel: o de profeta, sacerdote e rei, como o Messias.

O nome *Jesus*, concedido de acordo com a ordem divina, significa "Ele salvará o seu povo dos pecados deles" (Mt 1.21), como Josué significava "Jeová é salvação". Esta significação tem dado um significado muito importante e de grande abrangência ao cognome *Jesus*.

Em Apocalipse 19.11-16 é dada a descrição final e última do segundo advento. Nesta passagem Ele aparece sob quatro nomes. Três são revelados e um é retido. Ele é Fiel e Verdadeiro (v. 11), cuja caracterização O relaciona em linguagem escolhida pelo Espírito ao evangelho de Marcos. Ele é a Palavra de Deus (v. 13), que O relaciona ao evangelho de João. Ele é o Rei dos reis e Senhor dos senhores (v. 16) que O relaciona ao evangelho de Mateus. O nome "que ninguém conhece" (v. 12) é igualmente um relacionado ao evangelho de Lucas, quando fala de Sua humanidade. *Jesus* é o nome humano, com certeza, e o que está envolvido, por meio desse nome, ao fato de Seu povo estar apartado de seus muitos pecados, não é conhecido. O tempo, entretanto, virá quando, de acordo com Filipenses 2.9, 10, "ao nome de *Jesus*" todo joelho será forçado a se dobrar.

Judaísmo

Não há revelação alguma de qualquer relacionamento distintivo estabelecido, seja entre Deus e os anjos ou entre Deus e os gentios que compartilhe do caráter de uma verdadeira religião, mas Deus entrou em contacto com o judeu que resultou no judaísmo, ou no que o apóstolo identifica como a religião dos judeus (At 26.5; Gl 1.13; cf. Tg 1.26, 27), e com o cristão o que resultou no cristianismo, ou no que os escritores do Novo Testamento designam como "a fé" (Jd 3) e "o Caminho" (At 9.2; 22.4; cf. 18.26; 2 Pe 2.2). O judaísmo e o cristianismo têm muita coisa em comum; cada um deles é ordenado por Deus para cumprir um

propósito específico. Eles incorporam aspectos semelhantes na esfera da religião – Deus, homem, justiça, pecado, redenção, salvação, responsabilidade humana e destino humano; mas estas semelhanças não estabelecem identidade visto que as diferenças superam em número as semelhanças. Há também pontos notáveis de semelhança entre as leis da Inglaterra e a constituição dos Estados Unidos, mas este fato não constitui as duas nações numa só.

Um sistema religioso completo proporciona ao menos sete aspectos distintivos, todos eles estão adequadamente presentes tanto no judaísmo quanto cristianismo. Estes elementos são: (1) uma posição aceitável da parte do homem perante Deus; (2) um modo de vida consistente com essa posição; (3) um serviço devidamente designado; (4) uma base justa pela qual Deus pode graciosamente perdoar e purificar do erro; (5) uma revelação clara da responsabilidade do lado humano sobre o qual o perdão divino e a purificação podem ser assegurados; (6) uma base efetiva sobre a qual Deus pode ser adorado e buscado em oração; e (7) uma esperança futura.

Deveria tornar-se enfático que observar a distinção entre o judaísmo e o cristianismo é o começo da sabedoria no entendimento da Bíblia. Os teólogos das gerações passadas têm cometido o erro de supor, a despeito de toda evidência em contrário, que o judaísmo e o cristianismo são uma e a mesma coisa, ou como alguns têm dito: “Um é o botão e o outro é a flor”. O judaísmo não se fundiu no cristianismo. Este é um grande erro da teologia do pacto perpetuado no tempo presente. Visto que a Bíblia contém ambos os sistemas e qualquer teologia abrangente que é sistemática distinguirá entre os dois sistemas, e deve ser considerado como incidental que ambos os sistemas sejam encontrados na única revelação divina ou no único volume divino. Não obstante, reconhecidamente, eles têm muita coisa em comum.

Sem dúvida, estes sistemas estabelecem princípios conflitantes ou opostos, mas visto que essas dificuldades aparecem somente quando é feita uma tentativa de amalgamar os sistemas, os elementos, e princípios que Deus separou, os conflitos realmente não existem fora dos esforços unificadores, mas desautorizados dos teólogos; na verdade, eles antes demonstram a *necessidade* de um reconhecimento devido de todas as administrações diferentes e distintas de Deus. A verdadeira unidade das Escrituras não é descoberta quando alguém cegamente procura fundir estes princípios opostos num só sistema, mas antes quando as diferenciações claras de Deus são observadas. O dispensacionista não cria as grandes diferenças, como algumas vezes é acusado de fazê-lo. Os princípios conflitantes, como podem ser encontrados no Texto Sagrado, são observáveis por todos os que penetram fundo o suficiente para reconhecer os aspectos essenciais da administração divina.

Ao invés de criar os problemas, o dispensacionista é realmente aquele que tem uma solução para eles. Se os ideais de um povo terreno de vida longa na terra que Deus lhes deu (Êx 20.12; Sl 37.3, 11, 34; Mt 5.5) não se articulam com os ideais de um povo celestial que, enquanto sobre a terra, é apenas composto de “estrangeiros e peregrinos” que são ordenados a procurar e amar o aparecimento

iminente de Cristo (2 Tm 4.8; Tt 2.13; 1 Pe 2.11), o problema é facilmente resolvido por aquele cujo sistema de interpretação será provado, ao invés de ser afligido por tais distinções. Um plano de interpretação que, na defesa de uma unidade ideal da Bíblia, argumenta por um único propósito divino, ignora as contradições drásticas, e é sustentado somente por similaridades ocasionais e acidentais, deve ser condenado à confusão quando confrontado com os muitos problemas que tal sistema impõe sobre o texto da Escritura, problemas esses que são reconhecidos pelo dispensacionalista somente quando ele os observa em tal sistema que os cria.

Toda Escritura “é útil para o ensino, para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça” (2 Tm 3.16), mas toda Escritura não é de aplicação primária para uma pessoa particular ou uma classe de pessoas que a Bíblia designa como tal. Toda Escritura não diz respeito aos anjos nem a respeito dos gentios. De igual modo, toda Escritura não é dirigida ao judeu nem ao cristão. Estas são verdades óbvias, e o plano de interpretação do dispensacionalista não é outro senão uma tentativa de ser consistente em seguir estas distinções na aplicação primária da Escritura até onde (e não além) a Bíblia as leva. Contudo, toda Escritura é proveitosa exatamente para a mesma aplicação moral, espiritual e secundária.

Para ilustrar: Muita verdade valiosa pode ser obtida do grande conjunto de textos que tratam do sábado judaico; mas se esse conjunto de textos tem uma aplicação primária à Igreja, então a Igreja não tem base bíblica para a observância do primeiro dia da semana (que ela certamente tem) e ela não poderia oferecer uma desculpa para a sua desobediência a respeito do sábado, e seus membros individuais, iguais a todos os violadores do sábado, deveriam ser apedrejados até a morte (Nm 15.32-36). De igual modo, se toda Escritura é de aplicação primária aos crentes desta era, então eles estão em perigo de inferno de fogo (Mt 5.29, 30), de pragas indizíveis e doenças, e em razão destes se tornarem em pequeno número (Dt 28.58-62), e de ter o sangue das almas perdidas requerido de suas mãos (Ez 3.17,18). As lições morais e espirituais devem ser retiradas do tratamento de Deus com os israelitas totalmente à parte da necessidade de serem impostas aos cristãos para se sujeitarem a tudo o que uma aplicação primária das Escrituras, que são especificamente dirigidas a Israel, poderia exigir.

Do crente desta era está dito: “Ele não entrará em juízo” (Jo 5.24); “Portanto, agora nenhuma condenação há” (Rm 8.1). Estas promessas preciosas tornam-se nulas por declarações diametralmente opostas, se toda Escritura for aplicada primariamente ao cristão. O arminianismo é a expressão legítima de toda esta confusão, para ser exato, e o pretenso calvinista que ignora as distinções claras da Bíblia não tem defesa contra as alegações arminianas.

Ambos, o cristianismo e o judaísmo, têm suas histórias separadas e estão em existência no tempo presente. Assim, igualmente, eles têm as suas escatologias separadas, todas que o estudante deveria reconhecer e estudar.

Julgamento

Além disso, muitos teólogos têm errado muito em argumentar que há um julgamento e na procura de amalgamar diversos outros julgamentos neste particular. Por exemplo, eles estão convencidos de que o julgamento das nações (Mt 25.31-46) é o mesmo que o julgamento do grande trono branco (Ap 20.11-15). Um jovem cristão quando perguntado a respeito do julgamento das nações, e sobre quem eram as ovelhas, respondeu: "As pessoas salvas, naturalmente". À pergunta seguinte – "E quem são os bodes?" – ele replicou: "Aqueles pessoas que não são salvas". Quando perguntado sobre quem são os chamados "meus irmãos", ele ficou sem resposta. Este problema levou-o ao estudo da Escritura e o tornou um cristão excepcional e útil. A desatenção para com os detalhes da Escritura é indesculpável à luz da revelação de que há ao menos oito julgamentos bem definidos apresentados na Palavra de Deus. Estes são:

1. JULGAMENTO DA CRUZ. O pecado foi julgado por Cristo como o substituto de todos aqueles em favor de quem Ele morreu. O crente esteve na corte, foi condenado, sentenciado e executado na pessoa do seu substituto (Jo 5.24; Rm 5.9; 8.1; 2 Co 5.21; Gl 3.13; Hb 9.26-28; 10.10, 14-17; 1 Pe 2.24). Neste contexto, pode ser dito que Satanás foi julgado na cruz (Jo 16.11; Gl 2.14,15), julgamento esse que evidentemente consiste em tomar dele muita coisa da autoridade que ele tinha sobre os não-salvos, ao impedi-los de conhecer o Evangelho da graça (cf. Is 14.17 com 61.1). A cruz concluiu este julgamento sobre o pecado quando é dito "Está consumado" (Jo 19.30). Portanto, ele é algo para se crer em prol da salvação.

2. JULGAMENTO DO EU. A advertência de julgar o eu é dirigida diretamente àqueles que são salvos: "Mas, se nós nos julgássemos a nós mesmos, não seríamos julgados; quando, porém, somos julgados pelo Senhor, somos corrigidos, para não sermos condenados com o mundo" (1 Co 11.31, 32). Aqui o castigo do crente é visto como um julgamento de Deus que não acontecerá, se o crente for fiel em julgar-se a si mesmo perante Deus. Conseqüentemente, a promessa de 1 João 1.9 deve ser incluída com o pensamento desta advertência. O perdão e a purificação são assegurados, uma vez que o crente fez a confissão a Deus, visto que isto realmente significa um autojulgamento.

3. JULGAMENTO DOS CRENTES. Como foi afirmado, esta espécie de julgamento é experimentada por crentes e somente quando a confissão ou o autojulgamento está ausente. É a coisa mais real e prática na experiência diária e subjaz a toda espiritualidade cristã. As relações corretas com Deus podem ser mantidas somente quando uma pessoa está atenta e fiel na questão da confissão a Deus, a qual cobre todo pecado conhecido. A forma extrema de castigo é a remoção do crente desta vida pela morte (Jo 15.2; 1 Co 11.30-32; 1 Jo 5.16). A passagem central sobre o castigo é encontrada em Hebreus 12.3-15.

4. JULGAMENTO DAS OBRAS DO CRENTE. De acordo com 2 Coríntios 5.10: "Porque é necessário que todos nós sejamos manifestos diante do tribunal de Cristo,

para que cada um receba o que fez por meio do corpo, segundo o que praticou, o bem ou o mal" – todos os que são salvos devem comparecer perante o βῆμα ou tribunal de Cristo. Esta experiência ocorre a despeito da segurança dada por João 5.24, que diz que o filho de Deus não entra em juízo. Embora os seus pecados tenham sido julgados na cruz e não serão trazidos de volta contra ele novamente, no tribunal de Cristo suas obras ou serviço deverão ser julgados. Esta distinção é tornada clara em 1 Coríntios 3.9-15. "Se a obra de alguém se queimar, sofrerá ele prejuízo; mas o tal será salvo, todavia como que pelo fogo" (v. 15). Veja Romanos 14.10; 1 Coríntios 4.5; Efésios 6.8; 2 Timóteo 4.8; Apocalipse 22.12.

5. JULGAMENTO DE ISRAEL. Que Israel deve entrar em julgamento está muito claramente ensinado, e de fato antes deles entrarem no reino ou mais especificamente no fim da Grande Tribulação. A passagem central é Ezequiel 20.33,34, com uma confirmação acrescida da parábola das dez virgens (veja igualmente tudo de Mateus 24.9-25.30; cf. Joel 3.11-15).

Poderia parecer provável que haverá uma ressurreição de todo Israel da dispensação passada em conexão com este julgamento especial e que a nação se levantará para a sua importância nacional e para a sua grandeza passada, então. Aqueles que viveram com o reino em vista ressurgirão e entrarão na glória terrestre (cf. Ez 37.1-14; Dn 12.1-3).

6. JULGAMENTO DAS NAÇÕES. No final da Grande Tribulação e no tempo quando as nações terão tomado as suas posições (e elas devem fazer isso durante a tribulação) do lado de Israel ou contra ele, a questão semítica será o problema daqueles dias. Todas as nações então vivas e imediatamente envolvidas em sua relação com Israel serão julgadas. Esse julgamento levará em conta cada nação sobre a terra naquele tempo: alguns povos serão lançados no lago de fogo para o qual eles foram destinados por causa de suas ações, enquanto que outros entram no reino com Israel. Estes últimos são as nações-ovelhas e os primeiros – aqueles colocados à esquerda – são as nações-bodes (cf. Mt 25.31-46). A questão é a espécie de tratamento concedido a Israel durante o período da tribulação. A profecia indicou que certas nações gentílicas compartilharão do reino vindouro com Israel (cf. Is 60.3; 61.6; 62.2). Estas nações servirão a Israel (cf. Is 14.1,2; 60.12). As nações gentílicas são declaradas presentes na terra quando a nova cidade descer do céu da parte de Deus (cf. Ap 21.24, 26).

A coisa espantosa é que, quando o Messias diz às nações-ovelhas de sua fidelidade a Ele através do tratamento amável para com Israel (Mt 25.35, 36), eles não reconhecem que fizeram essas coisas (vv. 37-39). Igualmente, quando as nações-bodes são informadas a respeito da sua falha para com Cristo através do tratamento descortês para com Israel (Mt 25.41-43), eles também estarão inconscientes de terem feito qualquer coisa errada e devem, como as nações-ovelhas, perguntar: "Quando foi Senhor...?"

A questão pode, portanto, ser levantada: "Há no mundo uma questão tão grande que determina o destino das nações, todavia as nações não sabem disso?" Sim, há, e esta questão deve ser Israel, o povo eleito, a nação santa. Na verdade, as nações da terra não podem entender como Deus tem um povo

eleito em Israel, uma raça escolhida. Mas a frase “eu vos escolhi dentre todas as nações da terra para minha glória” (cf. Dt 7.6; Is 46.13) não é dita de nenhum outro povo, nem pode ser facilmente entendida pelas nações da terra.

No começo da história deles como um povo, Deus deu a Abraão uma advertência em que Ele disse: “E abençoarei aqueles que te abençoarem, e amaldiçoarei os que te amaldiçoarem” (Gn 12.3). Não é acidental que a palavra “amaldiçoar” apareça em ambas as passagens, de Gênesis e Mateus. No tempo em que Deus prediz o período da vida de Israel entre as nações, Ele disse: “Eu abençoarei os que abençoarem”, enquanto que no final deste período, Ele, na Pessoa de Seu Filho, também disse: “Vinde, benditos de meu Pai”. Igualmente, no princípio: “Eu amaldiçoarei os que te amaldiçoarem”, enquanto que no fim deve ser dito: “Apartai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno, preparado para o diabo e seus anjos”. E todo este julgamento vem por causa dos “irmãos” de Cristo – Israel.

7. JULGAMENTO DOS ANJOS. A passagem central aqui (1 Co 15.24-26) indica que durante o reino de Cristo os poderes angelicais devem ser julgados, e entre eles como o último inimigo, a morte, deveria ser destruída. Há também anjos caídos a serem julgados (cf. 1 Co 6.3; 2 Pe 2.4; Jd 6; Ap 20.10).

8. JULGAMENTO DO GRANDE TRONO BRANCO. A principal passagem para este último julgamento é Apocalipse 20.11-15, que diz: “E vi um grande trono branco e o que estava assentado sobre ele, de cuja presença fugiram a terra e o céu; e não foi achado lugar para eles. E vi os mortos, grandes e pequenos, em pé diante do trono; e abriram-se uns livros; e abriu-se outro livro, que é o da vida; e os mortos foram julgados pelas coisas que estavam escritas nos livros, segundo as suas obras. E a morte e o hades foram lançados no lago de fogo. Esta é a segunda morte, o lago de fogo. E todo aquele que não foi achado inscrito no livro da vida, foi lançado no lago de fogo”. Este é o procedimento final de Deus com todos os ímpios mortos. Que toda a humanidade não-salva deve ser ressuscitada para juízo é ensinado por Cristo em João 5.28,29. Ninguém tem qualquer autoridade de modificar a terrível revelação que Deus fez em conexão com a avaliação final. A Palavra de Deus deve permanecer como ela é. Mas a comparação presente entre os eventos enumerados em relação ao juízo das nações (Mt 25.31-46) quando contrastados com aqueles do grande trono branco (Ap 20.11-15) devem mostrar que eles são totalmente incomparáveis.

Justiça

Justiça refere-se a uma virtude que sem dúvida tem sua única manifestação perfeita em Deus, embora Ele purifique o pecador e o perdoe. O Evangelho da graça de Deus é a solução para o problema de como Deus pode permanecer Justo e ainda perdoa pecadores (Rm 3.25,26). Veja as doutrinas do Evangelho, Governo, Graça, Culpa, Santidade, Julgamento, Punição e Retidão.

Justificação

Aqueles que discernem os fatos importantes e a força da doutrina cristã fazem bem em distinguir entre as coisas que Deus faz pelo cristão e as coisas que o cristão pode fazer por Deus. A ampla diferença nas atividades é óbvia. O que Deus faz é usualmente o que lhe pertence necessariamente, visto que nenhum outro poderia fazer, e o que o cristão pode fazer pode ser supra-humano e, assim, dependente de um poder capacitador do Espírito de Deus que nele habita.

As coisas que são operadas por Deus em favor do cristão em sua salvação devem ser, novamente, agrupadas em duas classes: aquelas que são feitas quando alguém crê e é salvo e aquelas que são feitas quando Cristo vem tomar os Seus para Si mesmo. Tanta coisa é realizada no primeiro empreendimento que ele pode bem dizer nas palavras do apóstolo: "Dando graças ao Pai que vos fez idôneos para participar da herança dos santos na luz" (Cl 1.12). No segundo empreendimento o corpo será mudado (cf. 1 Co 15.51-54; Fp 3.21), e o salvo ultrapassará todas as limitações de conhecimento no imensurável conhecimento de Deus. Isto está indicado em 1 Coríntios 13.12: "Porque agora vemos como por espelho, em enigma, mas então veremos face a face; agora conheço em parte, mas então conhecerei plenamente, como também sou plenamente conhecido".

Manifestamente, ser justificado perante Deus é Seu empreendimento próprio. Ela aparece como o complemento de Deus na obra da salvação – contudo, não cronológica, mas logicamente. Isto é, ela não ocorre depois de alguns outros aspectos de Sua obra salvadora, mas somente por causa desses aspectos. O apóstolo indicou certas realizações de Deus na ordem lógica. Está escrito, então: "Porque os que dantes conheceu, também os predestinou para serem conformes à imagem de seu Filho, a fim de que ele seja o primogênito entre muitos irmãos; e aos que predestinou, a estes também chamou; e aos que chamou, a estes também justificou; e aos que justificou, a estes também glorificou" (Rm 8.29,30). Nesta passagem, a justificação é mencionada como a última e consumadora obra para o crente enquanto ainda está neste mundo. Ao justificar Deus não legaliza uma ficção ou um faz-de-conta.

Ele deve ter uma base justa (e realmente a tem) sobre a qual justifica o ímpio (cf. Rm 4.5). Uma distinção deve ser observada entre homens justos do Antigo Testamento e aqueles justificados de acordo com o Novo Testamento. De acordo com o Antigo Testamento homens foram justificados porque eles eram verdadeiros e fiéis na observância da Lei de Moisés. Miquéias define essa espécie de vida, da seguinte maneira: "Ele te declarou, ó homem, o que é bom; e que é o que o Senhor requer de ti, senão que pratiques a justiça, e ames a benevolência, e andes humildemente com o teu Deus?" (Mq 6.8). Os homens, portanto, eram justos por causa de suas próprias obras para Deus, enquanto que a justificação do Novo Testamento é a obra de Deus pelo homem em resposta à fé (Rm 5.1).

Por todas as gerações passadas os teólogos se empenharam para formular definições de justificação, mas talvez com falhas inacabadas de uma maneira uniforme. O grande e valioso tratado teológico, o *Catecismo Menor de Westminster*, apresenta o seguinte esforço: “A justificação é um ato da livre graça de Deus, pela qual Ele perdoa todos os nossos pecados, e nos aceita como justos à sua vista, somente pela justiça de Cristo, imputada a nós, e recebida pela fé somente” (Pergunta 33). Todavia, não há base bíblica qualquer que seja para este ato uma referência ao perdão divino do pecado em conexão com a justificação, porque a justificação nada tem a ver com o perdão, embora seja verdade que ninguém é perdoado que não seja justificado e ninguém é justificado que não seja perdoado. Perdoar significa subtrair enquanto que justificar significa adicionar. A justificação é uma declaração de Deus a respeito do cristão de que ele foi feito para sempre justo e aceitável a Deus.

Para que algo assim seja declarado deve haver uma realidade inalterável sobre a qual possa repousar. Esta base é a posição à qual o cristão foi trazido pela graça de Deus. Todos a quem Deus predeterminou são chamados, e todos os que são chamados são justificados, e todos os que são justificados o são agora (logicamente falando), e serão (cronologicamente falando), glorificados (Rm 8.29, 30). Deus não pode subsequente condicionar aquele que Ele antes justificou (Rm 8.33). Na verdade, quatro grandes realidades que dão suporte devem ser mencionadas a essa altura. “Quem os condenará? Cristo Jesus é quem morreu, ou antes, quem ressurgiu dentre os mortos, o qual está à direita de Deus, e também intercede por nós” (Rm 8.34). Assim, o estado de justificado deve ser inutável visto que a base sobre a qual ele repousa é assim segura para sempre. Não há justificação proporcionada para o homem que não seja eterna em caráter. Porque a real posição do cristão perante Deus é tão pouco entendida, e a justificação é também entendida erroneamente. Do cristão, contudo, é revelado que:

1. ELE É UMA NOVA CRIAÇÃO. “Pelo que, se alguém está em Cristo, nova criatura é; as coisas velhas já passaram; eis que tudo se fez novo. Mas todas as coisas provêm de Deus, que nos reconciliou consigo mesmo por Cristo, e nos confiou o ministério da reconciliação” (2 Co 5.17,18). As coisas antigas que passaram não são hábitos ou falhas na vida diária, mas posições, posições essas com a quais Deus se preocupou – ao serem reconciliadas por Deus por meio de Jesus Cristo.

2. ELE É TORNADO JUSTIÇA DE DEUS ATRAVÉS DO ESTAR EM CRISTO. “Mas vós sois dele, em Cristo Jesus, o qual para nós foi feito por Deus sabedoria, e justiça, e santificação, e redenção” (1 Co 1.30); “Aquele que não conheceu pecado, Deus o fez pecado por nós; para que nele fôssemos feitos justiça de Deus” (2 Co 5.21). Observe adequadamente a ambição do grande apóstolo no tempo em que ele foi salvo e havia abandonado todas as suas confianças anteriores por amor de Cristo: “Mas o que para mim era lucro passei a considerá-lo como perda por amor de Cristo; sim, na verdade, tenho também como perda todas as coisas pela excelência do conhecimento de Cristo Jesus,

meu Senhor; pelo qual sofri a perda de todas estas coisas, e as considero como refugio, para que possa ganhar a Cristo, e seja achado nele, não tendo como minha justiça a que vem da lei, mas a que vem pela fé em Cristo, a saber, a justiça que vem de Deus pela fé" (Fp 3.7-9).

3. ELE É APERFEIÇOADO PARA SEMPRE. De acordo com Hebreus 10.14, o cristão é aperfeiçoado para sempre na posição embora não ainda na vida diária. Nesta passagem a palavra *santificar* deve ser dado o seu verdadeiro significado, 'separar ou classificar' como todos são agrupados por eles próprios, os que estão em Cristo. Portanto, ela diz respeito a todo cristão. A passagem diz: "Pois com uma só oferta tem aperfeiçoado para sempre os que estão sendo santificados" (Hb 10.14).

4. ELE TEM A PLENITUDE DE CRISTO. Além do mais, estar em Cristo, como todas as pessoas salvas estão pelo batismo do Espírito, significa que a plenitude ou *pleroma* de Cristo se torna a posição inalterável deles. Considere com cuidado especial as espantosas declarações que tratam disto: "Pois todos nós recebemos da sua plenitude, e graça sobre graça" (Jo 1.16); "porque aprovou a Deus que nele habitasse toda a plenitude" (Cl 1.19); "porque nele habita corporalmente toda a plenitude da divindade, e tendes a vossa plenitude nele, que é a cabeça de todo principado e potestade" (Cl 2.9,10). Estar "completo nele" é apenas uma reafirmação de João 1.16. As palavras *tende a vossa plenitude* são traduzidas da mesma raiz da forma πλήρωμα, visto que tudo o que Cristo é – o πλήρωμα da divindade corporalmente – se torna a posse do cristão por causa do fato do cristão viver nEle. Uma pessoa não pode assim estar perfeitamente em Cristo (1 Co 12.13) e não participar de tudo o que Cristo é.

É esta posição completa que pertence a todo cristão, posição essa que Deus reconhece quer alguém a reconheça na terra ou não. É a esse que Deus justifica. Na verdade, Ele defende essa justificação tão fielmente e de um modo tão definitivo quanto uma vez Ele condenou o homem como ímpio.

A conclusão da matéria toda é que Deus empreende por Seu Espírito e através do Seu Filho a tarefa de tornar todos a quem Ele salva participantes da herança dos santos em luz, e por causa da perfeição ou qualidade do mérito imputado do Filho de Deus, Ele os aceita e é livre para justificá-los para sempre. Se Deus pode ser justo, Ele mesmo justifica Seu próprio Filho que é a personificação da justiça divina, e Ele será justo igualmente quando justifica o ímpio que, através de poderosas mudanças realizadas pela salvação, comparece perante Ele no mérito imputado de Seu Filho. Esta não é uma legalização de uma mera ficção nem é qualquer forma de perdão unicamente.

Uma passagem notável deve ser propriamente considerada aqui, a saber: "Isto é, a justiça de Deus pela fé em Jesus Cristo para todos os que crêem; pois não há distinção. Porque todos pecaram e destituídos estão da glória de Deus; sendo justificados gratuitamente pela sua graça, mediante a redenção que há em Cristo Jesus" (Rm 3.22-24). Uma justiça de Deus é dita ser recebida e possuída com base no princípio da fé e em resposta à fé em Cristo Jesus, e ela alcança os que crêem e vem sobre todos eles – que deve significar "sendo

livremente justificados”, mas não esperando ser justificados por causa de uma boa maneira de vida. A palavra traduzida *livremente* apresenta um significado e uma revelação peculiar aqui. Ela não significa sem hesitação da parte de Deus ou de quaisquer despesas da parte daquele que é justificado.

Ela significa aqui *sem uma causa*, nada diferente do que faz a mesma palavra em João 15.25 onde está relatado que Cristo disse: “Eles me odiaram sem causa”. Não havia uma base nEle para o ódio deles. Assim, o pensamento em Romanos é: “Sendo justificados sem uma causa para a justificação naquele que é justificado”. Ninguém poderia encontrar uma causa em Cristo para se ter qualquer ódio contra Ele, assim ninguém poderia encontrar uma causa para a justificação naqueles que estão destituídos da glória de Deus por meio do pecado.

Se for perguntado como Deus pode justificar o ímpio e o pecador, a resposta será encontrada na última parte de Romanos 3.24. Tudo é por Sua graça. Mas como pode Deus exercer tal graça incomparável e realizar tanto pelo ímpio pela graça? O versículo 24 responde esta pergunta assim: “através da redenção que está em Cristo Jesus”. Então o grande versículo de Paulo pode bem ser lido numa ordem reversa: Por causa da redenção que está assegurada em Cristo Jesus, Deus é livre para exercer Sua graça para com o ímpio, pecador, mesmo justificando-o eternamente, embora não encontre uma causa para a justificação no pecador com exceção do fato de que a justiça de Deus foi concedida a todos os que crêem. No versículo 26 está declarado também que Deus é em Si mesmo justo, quando Ele justifica aquele que nada faz além de crer em Jesus. O versículo diz: “para demonstração da sua justiça neste tempo presente, para que ele seja justo e também justificador daquele que tem fé em Jesus”. Portanto, que ninguém acrescente ou tire nada do único fato de que pecadores ímpios são salvos – para a justificação eterna – que unicamente crêem.

A justificação repousa sobre a morte redentora de Cristo e não, como algumas vezes se supõe, na Sua ressurreição. Quando é crido que ela depende da ressurreição, é usualmente por causa de algum entendimento errôneo de Romanos 4.25, que diz: “o qual foi entregue por causa das nossas transgressões, e ressuscitado para a nossa justificação”. Ele ressuscitou, contudo, não com a finalidade de que nossa justificação pudesse ser possível, mas porque a livre doação dela tinha sido assegurada por Sua morte. Quando a coisa que completa a base total da justificação foi realizada, Cristo saiu das esferas da morte. Sua grande obra de redenção foi assim mostrada como algo perfeitamente realizado.

A justificação não torna alguém justo. Ela não é a outorga de tal justiça. Ela antes proclama alguém justo, aquele a quem Deus vê como aperfeiçoado em Seu Filho. Portanto, isto pode ser afirmado como a fórmula correta da justificação: O pecador se torna justo à vista de Deus quando ele está em Cristo; ele é justificado por Deus livremente, ou sem uma causa, porque por meio disso ele é justo à Sua vista.

Justo

O *justo* é uma frase distintiva peculiar ao Antigo Testamento onde os homens são classificados como ímpios ou justos. No Salmo 37.12, por exemplo, está escrito: "O ímpio maquina contra o justo, e contra ele range os dentes". Este termo *justo* é aplicado a homens individuais como Noé (Gn 6.9). A terminologia se refere às qualidades numa pessoa de justiça, moderação e retidão na vida e submissão à lei de Deus. Bildade fez a seguinte pergunta: "Como, pois, pode o homem ser justo diante de Deus?" (Jó 25.4). Miquéias esteve mais próximo do que qualquer outro de responder a esta pergunta conforme o Antigo Testamento, quando disse: "Ele te declarou, ó homem, o que é bom; e que é o que o Senhor requer de ti, senão que pratiques a justiça, e ames a benevolência, e andes humildemente com o teu Deus?" (Mq 6.8).

O estudante deveria distinguir entre o homem justo do Antigo Testamento que manifestamente foi constituído como tal por suas boas obras, de um lado, e o homem justificado do Novo Testamento que é assim constituído pela fé em Cristo (Rm 5.1), de outro lado.

Lei

Lei é um termo usado cerca de 200 vezes na Bíblia, e significa uma norma que regula a conduta humana. Seis subdivisões da doutrina bíblica da lei vêm a seguir.

1. **LEI NATURAL, INERENTE OU INTRÍNSECA.** É a que Deus requer de toda criatura por causa de Seu próprio caráter, como está escrito: "Sede santos, porque eu sou santo" (Lv 11.44; 1 Pe 1.16). Esta lei envolve a todos, desde Adão até Moisés (cf. Gn 26.5; Rm 2.14,15; 5.12-14).

2. **LEI PRESCRITA PELO HOMEM** (Gn 9.6; Mt 20.15; Lc 20.22; At 19.38; 1 Tm 1.8-10; 2 Tm 2.5). É a que o governo humano exige de seus súditos.

3. **LEI DE MOISÉS.** Uma norma dada divinamente por intermédio de Moisés para governar Israel na Terra Prometida. Ela foi ordenada porque ele era o povo do pacto. Assim, ela definia a maneira da vida diária dele. Ela era em si mesma um pacto de obras (Êx 19.5,6). Este pacto eles logo violaram. Ela, todavia, será substituída pelo novo pacto (Jr 31.31-34; Hb 8.8-13). Este acordo incluirá a anterior Lei de Moisés (Dt 30.8).

A Lei de Moisés é registrada em três partes:

A. **MANDAMENTOS.** Abrangem o governo moral de Israel (Êx 20.1-17). Eles estão condensados e sumariados em Mateus 22.36-40; cumpridos pelo amor (Rm 13.10; Gl 5.14; Tg 2.8); provados serem lei em sua natureza (Rm 7.7-14).

B. **JUIZOS.** Abrangem as exigências sociais (Êx 21.1-23.33).

C. **ORDENANÇAS.** Regulam a adoração (Êx 25.1-31.18).

Estas três formas de lei satisfizeram todas as exigências de Israel perante Deus. Mas o sistema total, inclusive os mandamentos como uma norma de

vida, cessou com a morte de Cristo (Jo 1.17; Rm 10.4). A lei de Moisés, para ser exata, foi um tratamento temporário em vigor somente até Cristo vir. Nesse tempo, ela deu ao pecado o caráter de transgressão (Rm 5.13; Gl 3.19). Ela foi precedida pela graça (Êx 19.4) e seguida dela (Jo 1.17).

4. VONTADE REVELADA DE DEUS EM TODA FORMA. É a que foi revelada em adição aos códigos da lei. Observe o artigo definido com *lei* em Romanos 7.15-25 porque assim Paulo pôde se referir a alguma coisa além da lei de Moisés. A lei como a vontade de Deus inclui todas Suas ordens reveladas para qualquer povo em qualquer tempo. A palavra *lei* em Romanos, então, é usada nove vezes sem o artigo e muito mais vezes com o artigo (cf. Rm 8.4), nem sempre se refere a Moisés.

5. LEI MESSIÂNICA DE VIDA PARA O REINO. É a que governa o milênio (Mt 5.1-7.29). A prova de que a norma messiânica é pura lei pode ser obtida nos seguintes testes: (1) qualquer ação é legal quando objetiva assegurar mérito (Mt 6.14,15); (2) qualquer ação é legal quando operada em confiança na carne (Rm 6.14).

6. LEI DE CRISTO. É a que agora governa o cristão (1 Co 9.20, 21; Gl 6.2). Observe a expressão “meus mandamentos” que foi usada por Cristo somente no cenáculo (Jo 14.15). Esta forma diretiva de vida inclui todos os ensinamentos da graça dirigidos ao cristão, que em si mesmo não está debaixo da lei visto que a graça providenciou todo o mérito que poderia ser exigido (Jo 1.16; Rm 5.1; 8.1; Gl 2.10). O salvo está debaixo da lei de Cristo (1 Co 9.20, 21). O crente não está sem lei para governar sua conduta quando debaixo da lei de Cristo.

Línguas

A doutrina das línguas tem diversas divisões, da seguinte maneira:

1. BABEL. A primeira língua universal do homem foi confundida em Babel, da qual as eventuais línguas humanas surgiram (Gn 11.1-9). Como outra demonstração miraculosa de Sua presença e poder bem mais tarde, Deus concedeu o dom de línguas, que apareceu na Igreja Primitiva, registrado no Novo Testamento. O dom de línguas, entretanto, foi predito que cessaria segundo o grande apóstolo (1 Co 13.8; cf. Mc 16.17; At 10.44-46; 11.15; 19.6; 1 Co 12-14).

2. NORMAS PARA A GLOSSOLÁLIA. As orientações divinas dadas para o uso de línguas são sete:

- A. As línguas devem ser dirigidas a Deus (1 Co 14.2, 28).
- B. A elocução deve ser uma oração (1 Co 14.14).
- C. O elemento de ação de graças deve estar presente (1 Co 14.15-17).
- D. As línguas podem ser entendidas somente pela interpretação (1 Co 14.2, 5, 6).
- E. Alguém deve interpretar – um dom complementar – se há qualquer uso do dom de línguas (1 Co 14.28).

F. Somente dois no máximo num culto podem exercer o dom (1 Co 14.27).

G. As mulheres devem se manter caladas na igreja (1 Co 14.34).

Durante a história da Igreja, tem havido irrompimentos esporádicos de um tipo de movimento que se propõe a falar em línguas. Esta forma de fenômeno sobrenatural tem algumas vezes sido empregada, a fim de estabelecer sérios erros ou falsa doutrina. Ela é muito usada por alguns, sem dúvida, no presente tempo.

3. **PENTECOSTES.** No Pentecostes, Deus tinha reunido judeus de todos os países sob o céu, para eles ouvirem o Evangelho em sua própria língua materna. A sugestão é que eles retornassem a seus países, com a mensagem ouvida, e assim evitassem o longo atraso que a experiência de um missionário no aprendizado da língua do povo a quem ele vai, teria causado. Estava no poder de Deus reverter a experiência de Babel, que Ele evidentemente fez por determinado tempo na Jerusalém daqueles dias. O dom de línguas apareceu em conexão com a entrega do Evangelho aos judeus no Pentecostes em Jerusalém (At 2.1-21), mais tarde em Samaria (At 8.14-17), e finalmente na entrega da mensagem aos gentios na casa de Cornélio (At 10.44-48).

4. **DOS ANJOS.** O apóstolo fala das línguas dos anjos, das quais, naturalmente, nada pode ser conhecido (1 Co 13.1).

Logos

Logos é um termo que João, pelo Espírito Santo, aplica a Cristo como um cognome por seis vezes (Jo 1.1, etc.). A mesma palavra foi especialmente empregada por Filo (c. 40 d.C) para significar alguma coisa de Deus correspondente à *razão* no homem, assim como alguma coisa que emana de Deus e corresponde à *linguagem* no homem. Embora usada pelo Espírito Santo para designar Cristo em seu estado pré-encarnado, não há registro algum de que Cristo tenha aplicado a Si mesmo este termo. É provável que o nome deva ter um uso mais geral mesmo dentro dos limites do estado pré-encarnado de Cristo.

Na bendita Trindade de pessoas, Cristo sempre foi o revelador; conseqüentemente, o Anjo de Jeová é Cristo. Ele veio ao mundo, o Encarnado, a fim de revelar Deus tão perfeitamente quanto possível. Isto está declarado em João 1.18, onde está escrito: "Ninguém jamais viu a Deus. O Deus unigênito, que está no seio do Pai, esse o deu a conhecer".

Embora Cristo tenha manifestado tanto a sabedoria quanto o poder de Deus, Ele veio principalmente para revelar o seio do Pai, isto é, Seu amor. Cristo como Logos é para o Pai o que a linguagem é para a razão. Ele declara o amor de Deus. Não foi em toda sua vida nem mesmo em todas as Suas curas, mas particularmente no único evento de Sua primeira vinda foi que ele declarou o amor divino. Está escrito de modo adequado: "Mas Deus dá prova do seu amor para conosco, em que, quando éramos ainda pecadores, Cristo morreu por nós"

(Rm 5.8); “Nisto conhecemos o amor: que Cristo deu a sua vida por nós; e nós devemos dar a vida pelos irmãos” (1 Jo 3.16).

Como a Palavra escrita declara Deus ao homem, assim Cristo, a Palavra viva, declara perfeitamente Deus ao homem. De ambas é dito serem a verdade (Jo 14.6; 17.17), a eternidade (Sl 119.89; Jo 8.58), a doação da vida (Jo 14.6; Tg 1.18), a salvação (At 16.31; 1 Co 15.1,2), a purificação (Tt 2.14; 1 Pe 1.22); a santificação (Jo 17.17; Hb 10.14), a glorificação de Deus (At 13.48; Rm 15.9), o julgamento (Jo 5.27; 12.48) e a vida (Jo 11.25; 1 Pe 1.23).

Louvor

O *louvor* é uma palavra usada no Antigo Testamento cerca de 300 vezes e no Novo Testamento cerca de 34 vezes. Este termo na verdade tem a mesma raiz de preço, e significa o *valor* e a *importância* para o outro. Ela excede em muito a mera gratidão por quaisquer bênçãos recebidas (e.g., Ap 4.11; 5.12).

O louvor é um grande tema do Antigo Testamento, especialmente nos Salmos. A louvação de Deus é encontrada também em passagens do Novo Testamento: João 9.24; 12.43; Efésios 1.6,12,14; Filipenses 1.11; 4.8; Hebreus 2.12 (cf. Sl 22.22); 1 Pedro 4.11; O louvor é algumas vezes aplicado a homens (Mt 6.1-4; Jo 12.43; 1 Co 4.5; Gl 1.10).

A Bíblia é o único livro de louvor inspirado. O louvor adequado é feito nesse sentido como um dever (Sl 50.23).

Há uma ordem progressiva ascendente a partir da (a) ação de graças, (b) a adoração e finalmente ao (c) culto, e este último é expresso não somente de forma verbal como apreciação, mas também corporalmente como dedicação (Rm 12.1).

Mandamentos

O termo *mandamentos* é encontrado na parte integral dos sistemas mosaico e cristão e assim como os representa, mas com importância amplamente diferente. Na verdade, a variação entre os dois sistemas é claramente representada pelos diferentes usos da palavra. Três classificações mais importantes dos mandamentos da humanidade são endereçados nas Escrituras aos judeus e aos cristãos, mas não aos gentios, ou no que diz respeito ao assunto de qualquer pessoa não-salva – seja judeu ou gentio – nesta era, por ser a razão que os mandamentos divinos servem somente para direcionar a vida diária daqueles que estão em relação correta com Deus. Para o judeu na antiga ordem esta associação foi produzida por um nascimento físico que o trouxe à relação de pacto com Deus, e para o cristão isto é realizado por um nascimento espiritual que o traz em relação de filiação com Deus.

Dos gentios, contudo, deve ser dito: "...estáveis naquele tempo sem Cristo, separados da comunidade de Israel, e estranhos aos pactos da promessa, não tendo esperança, e sem Deus no mundo" (Ef 2.12), e com relação ao estado de perdido não há agora "nenhuma diferença" entre judeu e gentio (Rm 3.9; 10.12). Segue-se, então, que nenhum mandamento é agora dirigido ao judeu. Na presente era a primeira questão entre Deus e uma pessoa não-salva – judeu ou gentio – não é sobre correção ou direção da vida diária, mas de salvação pessoal através da fé em Cristo. Portanto, as orientações para a vida diária não são dirigidas aos não-salvos, nesta era.

1. NO ANTIGO TESTAMENTO. Os conselhos divinos para Israel que vieram por Moisés e que permaneceram em vigor até a morte e ressurreição de Cristo podem ser colocados em três divisões importantes, a saber, os mandamentos (Êx 20.1-17) que dirigiam as ações morais de Israel, os juízos (Êx 21.1-24.11) que governavam as atividades sociais de Israel, e os estatutos ou ordenanças (Êx 24.12-31.18) que guiavam as atividades religiosas de Israel. Estas três formas de exigências divinas foram inter-relacionadas e interdependentes; uma não poderia funcionar plenamente à parte das outras duas. A noção moderna de que os mandamentos mosaicos estão ainda em vigor, mas que os juízos e ordenanças foram abolidos, pode ser nutrida somente quando existe desatenção a respeito da forma e da natureza dos mandamentos mosaicos. A grande graça de Deus para os judeus antigos é observável no fato de que à parte de qualquer mérito deles, eles pela soberana escolha – cada um deles – foram nascidos fisicamente numa relação de pacto com Deus.

Semelhantemente, a grande graça veio sobre eles de forma que, quando pecaram, a restauração foi providenciada para terem autênticas comunhões com Deus através do sacrifício de sangue. Tal restauração foi concedida a todo israelita. A nação toda foi restaurada a um relacionamento correto com Deus no dia da Expição. Contudo, sempre havia um remanescente de todos aqueles na nação que manifestaram uma renovação particular ou uma realidade espiritual. Alguns destes são mencionados no capítulo 11 de Hebreus, e muitos mais estão registrados por todo o Antigo Testamento e nas primeiras porções do Novo Testamento.

A partir de um exame (Nm 15.32-36), será descoberto que a penalidade da morte foi divinamente imposta por causa da quebra dos Dez Mandamentos. Concernente a esta severidade na penalidade por infração da lei de Moisés, está escrito: "Havendo alguém rejeitado a lei de Moisés, morre sem misericórdia, pela palavra de duas ou três testemunhas" (Hb 10.28). Que o sistema mosaico não está em vigor agora, está evidente no fato de que nem todas as suas condições são aplicáveis. O sábado ordenado pela lei de Moisés é substituído na presente era pelo dia do Senhor, e a promessa de vida longa na Terra Prometida que Deus tinha concedido não tem relação alguma com a Igreja. Para a Igreja, não havia uma terra dada, porque dela é definitivamente dito ser um povo de "estrangeiros e peregrinos". De igual modo, uma vida longa aqui contradiz a verdade de que o cristão espera pelo retorno de Cristo para recebê-lo em glória (1 Ts 1.9,10).

Os mandamentos de Moisés são declarados diretamente pelas Escrituras como abolidos e nulos na presente era (cf. Jo 1.17; Rm 6.14; 7.1, 3, 4; 2 Co 3.6-11; Gl 3.23-25). 2 Coríntios 3.7 determina o fato de que não só são os Dez Mandamentos anulados, mas também os juízos e as ordenanças. Se se teme que a anulação dos mandamentos de Moisés como tal envolve a perda de seus grandes princípios de justiça, pode ser observado que toda verdade contida no sistema mosaico de moral – exceto o relacionado ao dia de sábado – foi restaurada sob a graça, mas adaptado à graça e não à lei. O primeiro dos Dez Mandamentos aparece cerca de cinquenta vezes nos novos relacionamentos da graça e adaptados a ela. Os mandamentos de Moisés participam da natureza das instruções elementares adaptadas aos menores que estão “sob tutores e governadores”; no entanto, para aqueles que estavam nessa relação com Deus pelo pacto, de modo a estarem de acordo com Sua vontade e propósito para eles.

Este relacionamento que a nação de Israel manteve com Jeová não deveria ser confundido com o elevado e santo relacionamento que os cristãos agora mantêm com Deus, em razão de estarem em Cristo. É por causa do fato que Israel estava em relação de pacto com Deus, que o modo de vida apresentado no sistema mosaico pode ser dirigido a eles. Observar para fazer tudo que Moisés requeria não lhes trazia aos pactos judaicos; eles foram ordenados a guardar a lei porque Deus em graça, à parte de todo mérito deles, os havia colocado em relação de pacto a Si mesmo. Os estudantes que reconhecem e ensinam estes fatos muito fundamentais são algumas vezes acusados pelos teólogos do pacto de sustentar que as pessoas da antiga ordem foram salvas e constituíram o que eles são pela observância da Lei de Moisés, o que é um grande engano.

O judeu piedoso estava sujeito à bênção por sua fidelidade naquilo que Jeová requeria dele. Mas a lei mosaica somente mantém a distinção de ser a regra de vida de Jeová para Seu povo na era que é passada. Estes são os mandamentos que eles “quebraram” (Jr 31.32) e que ainda devem ser incorporados (Dt 30.8) na nova aliança, embora como um pacto a ser substituído por essa aliança que ainda está por vir (Jr 31.31-34; Hb 8.8-13).

2. DE CRISTO. O segundo uso da palavra *mandamentos*, quando é feita referência por ela a um sistema ou a princípios que governam a ação humana, ocorre quando ela expressa os mandamentos de Cristo. Quando apresenta os princípios que são obtidos na era vindoura do reino (Mt 5.1-7.29), Cristo esboça certos contrastes entre o que faz parte do sistema mosaico e o que se obterá no reino (Mt 5.17-48). A fórmula freqüentemente repetida é: “Ouvistes o que foi dito [por Moisés] aos antigos... Eu, porém, vos digo”. Em nenhum desses contrastes, contudo, Cristo usou a expressão *meus mandamentos*. Esta designação não foi usada senão no Cenáculo, na noite anterior à Sua crucificação, ocasião em que Ele introduziu o conjunto de verdades especialmente pertencentes à Igreja na presente era da graça. Nada há accidental aqui. Esta frase nos lábios de Cristo designa, e por ela Ele distingue, o alcance da verdade que pertence à presente era.

Assim, no final do seu ministério sobre a terra, e após os quarenta dias de instrução que se seguiram à sua ressurreição, Ele direcionou Seus discípulos a ensinar todas as coisas que lhes havia ordenado (Mt 28.20), mas não incluiu o sistema mosaico. Deve ser observado que a primeira prescrição era “um novo mandamento” (Jo 13.34), e esse amor é ordenado aqui como a evidência exigida para indicar aquela maravilhosa unidade que todos os crentes formam (cf. Jo 17.21-23) – uma unidade operada pelo Espírito Santo e para ser guardada ou manifestada no amor uns pelos outros. Nenhuma unidade jamais existiu antes. Aquilo que está incluído sob as palavras “meus mandamentos” foi tomado e expandido pelo apóstolo Paulo em suas epístolas. As referências aos mandamentos de Cristo são muitas – João 13.34,35; 14.15,21; 15.10; 1 João 2.3; 3.22-24; 4.21; 5.2,3; 2 João 1.4,5; Cf. Mateus 28.20; Lucas 24.46-48; Atos 1.3; 1 Coríntios 14.37; Gálatas 6.2; 1 Tessalonicenses 4.2.

Mediação

Um aspecto importante da Cristologia, a doutrina da mediação é mencionada somente uma vez no Antigo Testamento (Jó 9.33) e seis vezes no Novo Testamento – Gálatas 3.19,20; 1 Timóteo 2.5; Hebreus 8.6; 9.15 e 12.24. A mediação é a obra daquele que reconcilia pessoas que estão em desacordo entre si. O pecado colocou o homem em desacordo com Deus. Uma expiação baseada na satisfação divina foi, portanto, exigida. Adequadamente, há “um só mediador entre Deus e os homens, Jesus Cristo, homem” (1 Tm 2.5). O fato de Suas duas naturezas é exigido para tal responsabilidade. NEle, ambas, a divindade e a humanidade, se encontram e, naturalmente, nEle a plena representação de cada uma dessas naturezas é assegurada ou aperfeiçoada. Ele deve ser um homem sem pecado contra quem não há acusação alguma, primeiramente.

De outra forma Ele precisa um mediador para si mesmo. Ele deve ser realmente igual a Deus, não um mero agente de representação. O “árbitro” de Jó então é o pensamento exato – aquele que tem o direito de impor Sua mão sobre Deus em favor do homem e impor Sua mão sobre o homem em favor de Deus. Este de fato foi o clamor de apelo de Jó perante Deus, de acordo com Jó 9.33.

A mediação de Cristo deve ser observada em três aspectos. (1) Como um profeta (Hb 1.1 seguintes.). Aqui Ele representa Deus diante do homem. (2) Como um sacerdote. Aqui Ele especialmente representa o homem perante Deus (Hb 9.15). (3) Como um Rei (Sl 2). Neste particular, Ele reina como a escolha de Deus do rei sobre a terra. Seu reino será mediatorial, em cujo tempo todo inimigo deve ser destruído, inclusive a morte. Esse reino dura para sempre (1 Co 15.24-28). Cristo é o Intérprete de Deus para o homem e a Porta de acesso para o homem a Deus (Jo 1.18; 10.7).

Messias

A palavra *Messias* contempla Cristo como o Profeta final ou maior, o Sacerdote final, e o Rei final. No salmo 2.2 na verdade duas Pessoas da Trindade são distinguidas – Jeová e Seu Messias. A tradução da palavra *Messias* no Novo Testamento, usada duas vezes (Jo 1.41; 4.25), não menos do que a sua palavra predecessora no Antigo Testamento significa ‘ungido’. O equivalente grego comum e real do Novo Testamento é o título traduzido *Cristo*. O campo todo da predição relativa à vinda de Jeová a quem Ele enviaria para redimir o homem está envolvido neste tema messiânico. O Messias é a única esperança de Israel. Como o Ungido ou o Enviado, é dito de Cristo que Deus deu sem medida o Espírito a Ele (Jo 3.34). Nele, para ser exato, toda a plenitude da divindade habita corporalmente (Cl 2.9). Os aspectos tanto sacerdotal quanto real do Messias, continuam para sempre, se não o profético.

Milagres

No universo de Deus, Ele é tanto imanente quanto transcendente. Os poderes da natureza são limitados, mas Deus é capaz de introduzir ao infinito nesse sentido qualquer coisa que Ele queira fazer. Suas próprias obras manifestas na criação e na providência dificilmente são classificadas como milagres. Elas são antes as obras normais de Deus em Sua própria esfera particular de ação. O que é natural para Deus pode ser sobrenatural para o homem.

A teologia propriamente distingue os milagres do Antigo Testamento das maravilhas do Novo Testamento. Estas últimas são caracterizadas pelo fato de que elas foram operadas por Cristo pessoalmente ou por outros cujos empreendimentos foram realizados em nome de Cristo.

A evidência que dá suporte aos milagres como uma realidade é a mesma para qualquer aspecto sobrenatural da revelação divina.

Deveria ser dada consideração para o poder sobrenatural de Satanás (Ap 13.13-15; cf. Is 14.12,16,17). Que Satanás tem poder para realizar coisas sobrenaturais, está claramente indicado na Escritura (2 Ts 2.9).

Milênio (veja Reino)

O termo *milênio* é usado para indicar o período do reinado de Cristo na presente terra, que está predito em Apocalipse 20. É muito mais exato e satisfatório falar deste período como o reino, contudo, do que indicar meramente o tempo durante o qual ele continua.

A Igreja Primitiva estava preocupada com a doutrina do *quiliasma* (que é o termo retirado da palavra grega para mil, assim como *millennium* vem do latim). O fato de um milênio na verdade foi sustentado por todos os mestres evangélicos até recentes séculos, quando os ensinamentos do pós-milenismo e do amilenismo vieram a ser recebidos por alguns.

Há agora, como conseqüência, três teorias sobre o milênio, geralmente falando: (1) O pós-milenismo começou a tomar forma teológica com o ensino de Daniel Whitby na Inglaterra, que viveu no século XVII (1638-1726). Embora crescesse com a Igreja Primitiva que o reino viria no segundo advento de Cristo, Whitby veio a afirmar que pelas presentes agências do Evangelho todo mal no mundo seria corrigido até que Cristo tivesse um reino espiritual sobre a terra e continuasse esse reino por mil anos, tempo em que o Seu segundo advento ocorreria e Ele voltaria para estabelecer o juízo e finalizar a presente ordem. Contudo, o suposto progresso da justiça no mundo tem sido impedido tanto que esta teoria tem se mostrado morta por mais de 25 anos. Os homens que sustentaram esta opinião têm basicamente se dirigido para (2) o amilenismo ou não-milenismo, teoria que ensina que não haverá um milênio além daquele que supostamente está em andamento no presente tempo.

Seus defensores crêem que, visto que o período de mil anos é mencionado somente em Apocalipse 20, e este capítulo parece obscuro, e o cumprimento da predição a respeito do período de mil anos encontrado no capítulo pode ser colocado no passado como algo já cumprido, não resta um reino terrestre para Cristo aqui. Tal teoria é nascida da teologia de Roma que ensina que a Igreja é o reino e, portanto, reina ou deveria reinar agora. Os homens que sustentam este ponto de vista são obrigados a argumentar que Satanás está preso no presente, ou ao menos que ele está preso com relação aos crentes se não com respeito aos não-salvos. Esta posição foi esposada por B. B. Warfield de Princeton e é sustentada sem dúvida por muitos mestres de teologia nos seminários, hoje.

3. O pré-milenismo ensina que a presente era cresce com o mal e termina no julgamento, no segundo advento de Cristo, quando Ele estabelecerá o Seu reino e reinará com justiça por mil anos. A duração do reino não é uma coisa importante, mas sim o fato de que a Igreja reinará com Ele como Sua Noiva. Quando é argumentado que há somente uma referência ao reino que dura mil anos, deveria ser lembrado que no contexto do dia do Senhor, que é a terminologia equivalente à era do reino, Pedro disse que um dia para o Senhor é como mil anos e mil anos como um dia (2 Pe 3.8). Esse Dia começa com a vinda de Cristo como um ladrão da noite e termina com o fogo que desce do céu (2 Pe 3.10).

Deveria ser lembrado que o milênio não é o céu. Ao contrário, deve ser caracterizado por uma quantia limitada de mal que Cristo, o Rei, julgará perfeita e imediatamente (Is 11.1-16). Nem é ele a nova terra que ainda Deus vai criar (Is 65.17; 66.22; 2 Pe 3.13; Ap 21.1) porque ali habita justiça, que não é algo verdadeiro do milênio.

Ministério

Nos tempos do Antigo Testamento o ministério espiritual era na sua maior parte limitado aos profetas e sacerdotes, e era basicamente um ritual no templo. O ministério de Cristo é um perfeito exemplo do que essa obra se assemelharia, porque Ele disse: “Eu, porém, estou entre vós como quem serve” (Lc 22.27; cf. Jo 13.15). Os ministérios na Igreja dependem de uma liderança dotada (Ef 4.11) que existe para o serviço e edificação do Corpo de Cristo (Ef 4.12-16). “A obra do ministério”, será visto, está entregue ao grupo todo dos crentes (Ef 4.12). Aqueles que servem com responsabilidade definida na igreja são conhecidos como diáconos e presbíteros. Os diáconos são usualmente responsáveis pelas coisas temporais enquanto que os presbíteros são responsáveis pelas coisas espirituais. As recompensas são prometidas aos ministros que provam ser fiéis no serviço. Isto não acarreta qualquer mérito para a salvação, mas simplesmente o reconhecimento da fidelidade do homem por parte de Deus (veja RECOMPENSA).

Misericórdia

Três palavras precisam especialmente ser distinguidas, ou seja, *amor*, *misericórdia* e *graça* (Ef 2.4 seguintes.). O amor é o que em Deus existiu antes que Ele se preocupasse em exercer misericórdia ou graça. Misericórdia, por outro lado, é o que Deus devidamente providenciou para as necessidades do pecador, enquanto que a graça é o que em Deus age livremente para salvar porque todas as exigências da santidade foram satisfeitas. A salvação é aquilo que se ajusta à justiça (Rm 3.26), então, como o amor (Jo 3.16). Os pecadores não são realmente salvos pela misericórdia, mas pela graça. A misericórdia somente provê um Salvador e atrai o pecador a Ele. A misericórdia de Deus somente vem para toda criatura viva, não, contudo, sua graça ativa.

A *misericórdia* é o equivalente do Antigo Testamento à palavra *graça* do Novo Testamento. Os homens, além do mais, são especialmente ordenados a ser misericordiosos (Dt 25.4; Sl 37.21; 109.16; Pv 12.10; Dn 4.27; Mq 6.8; Mt 5.7; Tg 3.17).

Mistério

O significado antigo da palavra *mistério* é relacionado aos cultos da Babilônia e de Roma, e a comunicação do conhecimento desses segredos como nas lojas maçônicas modernas ou nas ordens fraternas é considerada essencial. O uso popular da palavra se aplica ao que é misterioso ou desconhecido.

O uso que o Novo Testamento faz do termo relaciona-o a alguma obra ou propósito de Deus até então não revelado. Ele pode estar relacionado a algo que precisa ser entendido, mas que deve ter uma chave (Ap 1.20). A palavra é empregada no Novo Testamento 27 vezes, com exceção de 1 Coríntios 2.1. O próprio Paulo a usou 21 vezes. Os "mistérios" abrangem praticamente toda a verdade acrescentada encontrada no Novo Testamento que suplementou a do Antigo Testamento, à parte de sua história (Dt 29.29).

Os mistérios do Novo Testamento não são de fato segredos a serem retidos, mas a serem publicados (1 Co 4.1). "Ai de mim se eu não pregar o evangelho" (1 Co 9.16), disse Paulo, em contraste com o anátema que vem sobre o membro de uma loja maçônica ou um culto que divulga os seus segredos.

Mordomia

A mordomia é uma doutrina do Novo Testamento que governa a benevolência e que permanece em grande contraste com o plano de dizimos do Antigo Testamento, ao passo em que igualmente diferenciava da mera contribuição casual. A doutrina da mordomia dirige um cristão em matéria de receber, ganhar e gastar. É um desenvolvimento essencial dos princípios da graça, em contraste com os da lei. A graça gera um relacionamento de família em que tudo o que é feito por Deus para Seu filho ou pelo filho a Deus será motivado somente pelo amor. Os elementos de barganha e negócio, ganhos e salários, ou supostas obrigações em troca de serviço, são excluídos quando o amor se constitui no único motivo. O assunto pode ser dividido da seguinte maneira:

1. **TRÊS PALAVRAS GREGAS.** Os escravos num lar grego poderiam ser honrados com elevadas responsabilidades, mas eles nunca eram livres da escravidão, nem eles jamais possuíram qualquer coisa que realmente lhes pertencia. As três palavras para a responsabilidade do escravo são:

a. παιδαγωγός (Gl 3.24, 25). Este era um escravo encarregado, não da educação, mas do treino e da disciplina dos filhos do seu senhor.

b. ἐπίτροπος (Mt 20.8; Lc 8.3; Gl 4.2); compare ἐπίσκοπο (At 20.28), um escravo encarregado da supervisão de toda a propriedade de seu senhor.

c. οἰκονομία (Lc 16.2-4; cf. dispensação, em 1 Co 9.17; Ef 1.10; 3.2; Gl 1.25). Compare também οἰκόνομος (Lc 12.42; 16.1, 3, 8; Rm 16.23; 1 Co 4.1,2; Tt 1.7; 1 Pe 4.10), um escravo encarregado das coisas pecuniárias de seu senhor.

Havia mordomos no Antigo Testamento (Gn 15.2), mas estes não representavam o ideal da benevolência do Antigo Testamento (Gn 24.2; 39.4). O que dizimava no Antigo Testamento, por ter pago o seu dizimo, ficava com a plena autoridade sobre os remanescentes nove décimos. O filho de Deus sob a graça é um escravo que administra os bens do Senhor – "Vós não sois de vós mesmos" e "o que tens tu que não tenhas recebido?" (1 Co 4.7; 6.19,20; 1 Pe 1.18).

2. O EXEMPLO DIVINO.

A. O PAI (Jo 3.16; Rm 6.23; 8.32).

B. O FILHO (Jo 6.32, 33; 10.28; 15.13; At 20.35; 2 Co 8.2). Nunca o doar divino é um exemplo de dizimar ou de doação parcial.

3. A CONTRIBUIÇÃO NO NOVO TESTAMENTO. Cristo ofertou generosamente (2 Co 8.9). O crente deveria ser generoso do mesmo modo (2 Co 9.8). Tal contribuição deveria ser operada pelo Espírito, não legalmente ou por causa da necessidade – “porque Deus ama ao que dá com alegria” (v. 7). Isto não é difícil de fazer quando é aceito e percebido que todo dinheiro é dEle e que o mordomo apenas administra as coisas financeiras de seu Mestre. Observe os motivos implícitos em Efésios 4.28 e 1 João 3.17.

4. ASPECTOS PESSOAIS.

A. ADQUIRINDO DINHEIRO. (1) A consideração humana – “o trabalhador é digno do seu salário” (Lc 10.7; 1 Tm 5.18); “não sejas vagarosos no cuidado” (Rm 12.11). (2) A consideração divina – “Portanto, quer comais quer bebaís, ou façais qualquer outra coisa, fazei tudo para a glória de Deus” (1 Co 10.31). Independentemente dos canais ou agências através das quais o dinheiro é recebido, todo benefício vem diretamente dEle (1 Sm 2.7; 1 Rs 3.11-13; Fp 4.13-19; 1 Tm 6.6-8; Hb 13.5).

B. ADMINISTRANDO O DINHEIRO. O Espírito dirige tudo, até o uso do dinheiro para as necessidades pessoais de alguém ou guardando-o para alguma necessidade futura. Sejam, então, conduzidos pelo Espírito. Não mais é uma questão igual a esta: “O que eu posso poupar?” mas: “Qual é a Sua vontade?” O mordomo deve decidir por si mesmo, quando conduzido pelo Espírito, e não pela razão do apelo ou influência externa. Ser um “alegre” contribuinte é, na verdade, totalmente possível (2 Co 9.7).

5. PROBLEMAS NAS FINANÇAS.

A. ASSEGURANDO FUNDOS. Alguns conselhos devem ser dados: (1) O princípio adotado pode ser o de solicitação ou de “fé silenciosa”. (2) Se pessoas que pedem são usadas, tenha a devida consideração pelos direitos que o doador individual tem ou suspenda o donativo quando levado pelo Espírito. (3) No método que decide receber ofertas, o perigo não estará ausente. (4) Como Deus o fez prosperar, ao crente deveria ser dito para repartir (1 Co 16.2).

B. DISPONDO DOS FUNDOS. Uma grande responsabilidade é entregue aos crentes que dispõem de fundos.

6. PERIGO DAS RIQUEZAS. Aqueles que anelam ser ricos, cobiçam posses (Lc 12.16-21; 16.19-31; 18.18-30; 1 Tm 6.6-10; Tg 5.1-6), correm sérios perigos. Compare outros motivos pela busca do dinheiro, tal como providenciar para outros ou prover para si mesmo quando sob pressão de grandes responsabilidades.

7. VERDADEIRAS RIQUEZAS. Observe os seguintes textos sobre este ponto: Lucas 12.21; 2 Coríntios 8.9; Efésios 1.7; 3.16; 1 Timóteo 6.18; Tiago 2.5; Apocalipse 3.18. A passagem central sobre a mordomia do Novo Testamento é 2 Coríntios, capítulos 8 e 9.

Morte

Por ser, como é, uma penalidade pelo pecado, a morte em suas variadas formas é estranha à criação original que veio da mão de Deus. Por ser uma penalidade, tal porção dela em relação a poder ser removida será esquecida para sempre; outras porções dela, por serem eternas, não podem ser removidas. O tema todo pode ser dividido em três aspectos de morte – a física, a espiritual e a “segunda morte”. A morte física é a separação da alma e do espírito do corpo, a morte espiritual é a separação da alma e do espírito de Deus, e a segunda morte é a forma de morte espiritual de modo final e permanente, se o indivíduo não foi salvo dela. Para Adão, Deus havia dito como uma penalidade de ameaça pelo pecado da desobediência: “certamente morrerás” (Gn 2.17). Este julgamento, que mais tarde veio sobre Adão, teria incluído todas as formas de morte, mesmo a segunda morte, se não tivesse sido salvo pela graça divina.

Como Deus tinha advertido, Adão morreu espiritualmente no dia em que partilhou do fruto proibido, e, assim, tornou-se sujeito à segunda morte. Naquele dia, também, ele começou a morrer fisicamente, e, embora muitos séculos possam ter passado, ele finalmente pereceu fisicamente.

Conquanto isto seja verdadeiro de Adão pessoalmente, deve ser observado que a posição de Adão como cabeça natural da raça era tal que a totalidade da raça humana é diretamente afetada por seu pecado, e assim “a morte passou a todos os homens” (Rm 5.12). O ato inicial e único de Adão é a causa, ou a ocasião, para a penalidade da morte em todas as suas formas, que caíram universalmente sobre todos os membros da raça humana. O fato de que a morte em suas variadas formas recai sobre a raça exige um estudo separado da relação que cada morte mantém com a raça, originada do pecado inicial de Adão.

1. MORTE FÍSICA. Este grande aspecto da experiência humana – morte física – está descrito, com relação à sua causa, em Romanos 5.12-14: “Portanto, assim como por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado a morte, assim também a morte passou a todos os homens, porquanto todos pecaram. Porque antes da lei já estava o pecado no mundo, mas onde não há lei o pecado não é levado em conta. No entanto a morte reina desde Adão até Moisés, mesmo sobre aqueles que não pecaram à semelhança da transgressão de Adão, o qual é figura daquele que havia de vir”. Neste texto será visto que o pecado não se originou com Adão no Éden, mas como uma coisa trágica que já havia acontecido na queda de Satanás e de muitos anjos e veio a acontecer no mundo através de um homem, Adão, e de Adão para a raça em seus descendentes.

No caso da morte física todos os homens participaram da penalidade, por causa do fato de que na avaliação divina todos os homens estiveram como participantes no primeiro pecado de Adão por estarem, como estiveram, representados em sua função de cabeça natural. A frase, “porquanto todos pecaram”, frequentemente tem sido crida como uma referência aos pecados pessoais de todos os homens durante o tempo de vida deles. Na passagem citada acima, contudo, pode ser visto que o

apóstolo faz um esforço especial para resistir à idéia de que esta forma de morte é devida a pecados pessoais. A morte física, ele assinala, não é devida à quebra da lei, porque os homens morreram antes da lei ser dada; nem é devida à desobediência voluntária como aconteceu com o pecado de Adão, visto que aqueles – infantes e pessoas incontáveis – morrem e que não pecam voluntariamente como Adão.

Resta somente, portanto, que a morte física seja devida à participação no pecado de Adão. A verdade a respeito do cabeça seminal ser tão pouco entendida, não é facilmente estudada ou aceita por mentes ignorantes. Como uma floresta ilimitada de carvalhos pode estar abrangida numa bolota, assim uma raça estava contida em Adão. O princípio bíblico que procede com base em que as gerações futuras agem em seus pais, ou compartilham na responsabilidade que seus pais tiveram, está declarado em Hebreus 7.9,10. Aqui Levi, que viveu pelos dízimos pagos a ele e que foi o bisneto de Abraão, pagou dízimos, embora estivesse apenas nos lombos de seu bisavô, Abraão. O texto diz: “E, por assim dizer, por meio de Abraão, até Levi, que recebe dízimos, pagou dízimos, porquanto ele estava ainda nos lombos de seu pai quando Melquisedeque saiu ao encontro deste”.

Na medida em que a Escritura revela, pode haver apenas uma causa para a morte física; ela é devida à participação pessoal do indivíduo no único pecado inicial de Adão. A participação foi universal, posto que a penalidade – morte física – é universal. É a morte física que mais tarde será destruída (cf. 1 Co 15.26; Ap 21.4). Este, “o último inimigo”, será anulado por uma reversão dela; a saber, todos os que morreram serão ressuscitados para nunca mais morrer (cf. Jo 5.25-28; 1 Co 15.22). A cura divina para a morte física é a ressurreição.

2. MORTE ESPIRITUAL. Embora a morte espiritual tenha começado com o mesmo pecado inicial de Adão, ela se torna efetiva sobre a humanidade de uma maneira diferente do que acontece com a morte física. O primeiro pecado de Adão causou-lhe a transformação para ele ser uma espécie diferente de ser daquele que ele foi quando Deus o criou. Além do mais, ele pode propagar somente segundo a sua espécie, e assim a raça foi nascida em morte espiritual recebida por hereditariedade do primeiro homem, Adão. Cada pessoa da raça é nascida espiritualmente morta – separada de Deus – e recebe aquela espécie caída de natureza diretamente dos pais. Assim, a morte espiritual vem *mediatamente* através da linhagem de posteridade. Em oposição a isto, a morte física é recebida de Adão *imediatamente*, quando cada pessoa morre no corpo por causa de sua própria participação no primeiro pecado de Adão. A cura para a morte espiritual é a regeneração ou a passagem da morte para a vida.

3. SEGUNDA MORTE. Como não há cessação de consciência na morte física ou espiritual, não pode haver evidentemente cessação alguma de consciência na segunda morte. Ela é antes a eterna perpetuação da morte espiritual – uma separação infundável da alma e do espírito de Deus. O

apóstolo João escreve da segunda morte e assevera que ela é ligada com “o lago de fogo”. O significado parece ser que aqueles que entram na segunda morte também entram no “lago de fogo” (Ap 20.12-15). Um aspecto muito importante desta doutrina deprimente é o ensino de Apocalipse 20.6 que afirma: “Bem-aventurado e santo é aquele que tem parte na primeira ressurreição; sobre estes não tem poder a segunda morte; mas serão sacerdotes de Deus e de Cristo, e reinarão com ele durante os mil anos”.

Sobre o tema geral desta segunda morte, o Dr. C. I. Scofield faz o seguinte comentário: “A ‘segunda morte’ e o ‘lago de fogo’ são termos idênticos (Ap 20.14) e são usados a respeito do estado eterno do ímpio. É ‘segunda’ relativamente à morte física precedente do ímpio em incredulidade e em rejeição de Deus; o estado eterno deles é de ‘morte’ eterna (i.e., separação de Deus) em pecados (Jo 8.21, 24). Que a segunda morte não é uma aniquilação, é mostrado por uma comparação de Apocalipse 19.20 com Apocalipse 20.10. Após mil anos no lago de fogo, o anticristo e o Falso Profeta ainda estão ali, sem serem destruídos. As palavras ‘para sempre e sempre’ são usadas em Hebreus 1.8 porque a duração do trono de Deus é eterna no sentido de ser infundável”.¹⁹

A morte de Cristo se torna uma exceção a todos os aspectos da morte humana. Conquanto Ele tenha morrido fisicamente, ela não foi, como as outras, uma penalidade por um compartilhamento que tinha tido no pecado de Adão; porque com ela, por não haver caído em Sua humanidade, Ele não teve parte alguma. Com respeito à morte espiritual, não há declaração alguma tão clara de quanto Cristo entrou nessa esfera. Ele naturalmente disse: “Deus meu, Deus meu, por que me desamparaste” (Mt 27.46). Onde Deus fica em silêncio, a mente devota deveria hesitar intrometer-se.

Mulher

A origem da mulher é mencionada em Gênesis 1.27 e 2.21, 22, e a razão da criação dela, em Gênesis 2.18.

1. RELAÇÃO COM O HOMEM. A mulher está incluída na doutrina do homem no sentido genérico, e, além do mais, ambos pecaram na queda de Adão. Ela não deve ser considerada como menos importante do que o homem, mas somente como uma forma diferente da criação humana dele.

2. NO ANTIGO TESTAMENTO. As mulheres de Israel eram honradas acima das mulheres de outras nações, como pode ser visto do mandamento: “Honra teu pai e tua mãe”. Uma importância considerável é vista nas personalidades e nomes de mulheres do Antigo Testamento como Sara, Rebeca, Raquel, Miriam, Débora, Ana, Êster, Rute etc.

3. NO NOVO TESTAMENTO. De acordo com o Novo Testamento, o lugar da mulher em relação ao homem exige um ajustamento e um reconhecimento

preciso. A mulher, com sua posição definida pelas Escrituras, está em grande perigo quando sai fora de sua esfera, que nunca é a esfera da liderança. Algumas mulheres notáveis no Novo Testamento são: Isabel, Maria, a mãe de Jesus, as outras Marias, Lúcia, Priscila etc.

Mundo

A palavra portuguesa *mundo* é uma tradução de quatro idéias amplamente diferentes no grego original:

1. Κόσμος, que significa a ordem e a harmonia em contraste ao caos (cf. como a criação era perfeita antes de se tornar caótica, Is 24.1; Jr 4.23). Embora a LXX use κόσμος para cada uma das palavras gerais, nada há estritamente equivalente ao termo grego. Parece ser uma nova concepção para mundo na palavra apostólica, empregada com nova força. Ela é concebida agora como separada de Deus, embora em ordem em vez de arranjo.

A. Uso em Pedro. O apóstolo Pedro refere-se ao mundo no seu passado, presente e futuro, quando usa esta terminologia: (1) “o mundo antigo” (2 Pe 3.5,6) antes do dilúvio; (2) “os céus e a terra que agora existem” (2 Pe 3.7); (3) “novos céus e a nova terra” (2 Pe 3.13; cf. Is 64.22; 65.17; Ap 21.1).

B. Significado Geral. Ao menos três sentidos gerais se ligam a esta expressão. (1) A terra material como uma criação de Deus (At 17.24). (2) Os habitantes do mundo. Estes são os que Deus amou e por quem Cristo morreu (Jo 3.16). (3) As instituições dos homens estabelecidas independentes de Deus e encabeçadas por Satanás, ou seja, o sistema satânico organizado sobre princípios do eu, da avareza, do equipamento bélico e do comercialismo. Este é o mundo que Deus não ama e o crente é advertido para não amar (1 Jo 2.15-17). *Cosmos* é usado 176 vezes.

2. Οἰκουμένη, que significa o mundo habitado, em contraste com aquela parte do globo que é bárbara ou desabitada. Portanto, aqui está o campo do significado profético e da pregação do reino (Mt 24.14). A palavra é usada 15 vezes.

3. Αἰών (Mt 12.32; 13.22, 39, 40, 49; 21.19; 24.3; 28.20), que significa uma era ou período de tempo. Este termo originalmente indicava o espaço de tempo da vida de um homem sobre a terra; mais tarde qualquer período de tempo, e mesmo um tempo ilimitado, seja passado ou futuro. Sua primeira conotação no Novo Testamento é a de um período definido designado, ajustado e executado por Deus, i.e., uma dispensação (Hb 11.3). Deus formou as eras (cf. Hb 1.2). Observe também αἰώνιους usado nas frases “desde os tempos eternos” (Rm 16.25) e “antes dos tempos eternos” (2 Tm 1.9; Tt 1.2). A terceira expressão para *mundo* é usada cerca de 100 vezes.

4. Γῆ, significando terra (Mt 6.10; 9.6; Mc 2.10; Lc 2.14), deveria também ser considerada. Este termo é usado muitas vezes.

Noiva

Ao menos sete figuras com suas contribuições variadas à verdade são necessárias para demonstrar a relação que Cristo mantém com a Igreja – os salvos desta dispensação. Ele é a Videira e eles são os ramos; Ele é o Pastor e eles são as ovelhas; Ele é a Pedra Principal Angular e eles são as pedras do edifício; Ele é o Sumo Sacerdote e eles são um reino de sacerdotes; Ele é o Último Adão, o Cabeça de uma nova ordem de seres, e eles são essa nova criação; Ele é o Cabeça do Corpo e eles são os membros individuais; Ele é o Noivo e eles são a Noiva. No estudo de escatologia (Vol. IV), estas distinções foram desenvolvidas detalhadamente. Latente em todas essas ilustrações será descoberta a sugestão a respeito do campo imensurável total do relacionamento que existe entre Cristo e a Igreja. Das primeiras seis desta série de figuras, pode ser assinalado que elas representam a presente associação entre Cristo e a Igreja, enquanto que a sétima – a do Noivo e da Noiva – apresenta a relação entre Cristo e a Igreja, que é totalmente futura.

O grande grupo de crentes – alguns sobre a terra e uma grande multidão no céu – estão agora desposados com Cristo. Mas eles, como o próprio Senhor, aguardam o dia dessa união. Está revelado que essa união ocorre no céu após Cristo ter vindo novamente para os receber para Si mesmo. Os textos que descrevem o casamento do Cordeiro e da ceia de casamento no céu declaram: “Regozijemo-nos, e exultemos, e demos-lhe glória; porque são chegadas as bodas do Cordeiro, e já a sua noiva se preparou, e foi-lhe permitido vestir-se de linho fino, resplandecente e puro; pois o linho fino são as obras justas dos santos. E disse-me: Escreve: Bem-aventurados aqueles que são chamados à ceia das bodas do Cordeiro. Disse-me ainda: Estas são as verdadeiras palavras de Deus” (Ap 19.7-9). A “ceia” celebrada em conexão com o casamento no céu deveria ser distinguida da “festa” de casamento (cf. Mt 25.10), que é celebrada na terra quando o Rei retornar com a Sua Noiva e começar o Seu reino beneficente.

O tempo e as circunstâncias sob os quais a festa de casamento deve ser realizada estão apresentados em Mateus 25.1-13. Neste contexto as virgens são vistas como as que se encontram com o Noivo e a Noiva (cf. Mt 25.1). O fato de que a Noiva acompanha o Rei em Seu retorno à terra é ensinado em vários textos – notadamente em Apocalipse 19.11-16, cuja porção apresenta não somente a última descrição do retorno de Cristo à terra, mas também a única descrição de Seu advento a acontecer neste livro profético final. A ordem dos eventos neste contexto deve ser observada, por meio da qual a ceia e o casamento no céu imediatamente precedem o retorno de Cristo à terra com Sua Noiva. Lucas 12.35-37 apresenta uma descrição do mesmo apelo e advertência a Israel à luz do retorno do Rei, que é encontrada em Mateus 25.1-13.

O texto de Lucas diz: “Estejam cingidos os vossos lombos e acesas as vossas candeias; e sede semelhantes a homens que esperam o seu senhor, quando houver de voltar das bodas, para que, quando vier e bater, logo possam abrir-lhe. Bem-aventurados aqueles servos, aos quais o senhor, quando vier, achar

vigiando! Em verdade vos digo que se cingirá, e os fará reclinar-se à mesa e, chegando-se, os servirá”.

Esta passagem se dirige a Israel e é a respeito do retorno de seu Messias com poder e grande glória. É este evento pelo qual os judeus serão ensinados a vigiar após a Igreja se removida da terra. O Senhor afirma que quando eles vissem que essas coisas comesçassem a acontecer, eles deveriam saber que Ele estaria próximo, às portas.

A verdade a respeito da Noiva está consumada em algum grau na descrição profética do reino vindouro de Cristo sobre a terra como o que está apresentado no salmo 45.8-15. Nesta descrição o Rei aparece com a rainha a Sua direita adornada com ouro de Ofir. Ela é chamada de *filha do rei*. As virgens que a acompanham não são a rainha, mas são trazidas a ela com alegria e regozijo. Delas é dito que “entrarão no palácio do rei”. Assim, as virgens de Mateus 25.1-13 são identificadas em seu relacionamento com a noiva. Por que não deveria Israel pagar tributo de honra à rainha, a noiva de seu Rei? As virgens são as companheiras da rainha e aquelas dentre elas que estão prontas para entrar com ela nos “palácios de marfim” (v. 8), que é o palácio do Rei (v. 15).

Nenhum pequeno erro tem sido proposto quando é alegado que Israel é a noiva de Cristo. É verdade que Israel é apresentado como a esposa apóstata e repudiada de Jeová ainda a ser restaurada. Isto, contudo, está muito longe da “virgem casta” (cf. 2 Co 11.2) que a Igreja é, não sendo ainda casada com Cristo. É Israel que prevalecerá no reino vindouro. Mas há uma promessa à Noiva de que ela reinará com Cristo. Tal promessa não poderia ser dirigida àqueles sobre quem Cristo reinará. O Dr. C. I. Scofield apresenta a seguinte nota, ao comentar Oséias 2.2: “Que Israel é a esposa de Jeová (veja vv.16- 23), agora repudiada a ser restaurada, é o ensino claro das passagens. Este relacionamento não deve ser confundido com o da Igreja em relação a Cristo (Jo 3.29). No mistério da triunidade divina ambos são verdadeiros.

O Novo Testamento fala da Igreja como uma virgem esposada com um marido (2 Co 11.1, 2); o que nunca poderia ser dito de uma esposa adúltera, restaurada em graça. Então, Israel deverá ser restaurada e perdoada a esposa de Jeová, a Igreja a esposa virgem do Cordeiro (Jo 3.29; Ap 19.6-8); Israel, a esposa terrestre de Jeová (Os 2.23); a Igreja a noiva celestial do Cordeiro (Ap 19.7).²⁰

Os tipos do Antigo Testamento prefiguram muitos aspectos importantes da verdade a respeito da Noiva. Pode ser dito a respeito da verdade de que quando um homem é um tipo de Cristo, sua esposa será um tipo da Igreja, sendo casos notáveis o de Adão e Eva, Isaque e Rebeca, José e Asenate, Moisés e Zípora, Boaz e Rute, Davi e Abigail, Salomão e o seu verdadeiro amor de Cantares.

Nenhuma imaginação humana pode medir a mudança que será operada pelo poder de Deus naqueles que compõem a Noiva do Cordeiro. Ele, o Infinito, será cativo com a amabilidade adorável de Sua Noiva, e assim por toda a eternidade. Àquela altura, ela terá sido aperfeiçoada a este grau imensurável e infinito.

Nome

Os nomes bíblicos geralmente possuem uma importância significativa e frequentemente representam o caráter preciso da pessoa nomeada, como é o caso de Jacó (Gn 27.36).

Os nomes de Deus declaram o Seu caráter: *El* ou *Elohim* significa 'o forte e o que guarda o pacto'; *Jeová*, 'o auto-existente ou o Deus da redenção'; *Adonai*, 'senhor'. Há cerca de quatrocentos nomes ou títulos diferentes da divindade no Antigo Testamento. *Senhor*, quando se refere a Cristo, sugere Sua divindade ou o seu ser eterno. O nome *Jesus* aponta para a Sua humanidade. *Cristo* se refere ao ungido que era esperado por todo o Antigo Testamento. Não são dados nomes para o Espírito Santo. Há, contudo, cerca de 44 títulos descritivos para Ele.

O nome pode mesmo representar a pessoa (Mt 10.22; 19.29; Jo 20.31; At 5.41). Crer no nome de Cristo significa crer nEle e ser salvo através de Seu nome. As obras feitas em Seu nome são feitas por Seu poder imediato (At 16.18; 19.11-17; cf. Lc 24.47). A oração em Seu nome é como se o próprio Cristo a fizesse através do crente (Jo 14.14; 16.23; cf. Rm 10.13).

Números

De todas as indicações, certos números são significativos quando usados ocasionalmente nas Escrituras. O número *um* denota unidade (Ef 4.3-6). O dois denota diversidade ou diferença um do outro – “duas testemunhas”, “língua dobre” (1 Tm 3.8; Ap 11.3), etc. O *três* relaciona-se às coisas sagradas e coisas do céu, por exemplo, três céus e três pessoas na divindade (Mt 28.19; 2 Co 12.2). É um dos números que sugere perfeição. O *quatro* fala da terra e das obras da criação; por exemplo, os quatro pontos da bússola, as quatro fases da lua, as quatro estações e os quatro cantos da terra (Ap 7.1; 20.8). O *cinco* parece ser da graça divina (cinco ofertas de Levítico 1-7). O *seis* é um número humano, como pode ser visto dos dias da criação, da semana de seis dias de trabalho do homem, ou o 666 em Apocalipse 13.18. O *sete* é o segundo número a sugerir plenitude ou totalidade (não perfeição). Veja Apocalipse 1.4.

Seus múltiplos (também suas metades) são 7x2 ou 14, que sugere genealogia (Mt 1.17); 70 (Lc 10.1); 70x7 (Mt 18.22); 77 (Gn 4.24); 7x7 ou 49, que conduz ao ano do jubileu (Lv 25.8 seguintes.), que é também expresso pela fraseologia “um tempo, e tempos, e metade de um tempo” (Ap 11.9; 12.14). O sete aparece em todas as partes da revelação divina – com especial significação em Gênesis 36 vezes, em Êxodo 17 vezes, em Levítico 20 vezes, em Números 23 vezes, em Deuteronômio 14 vezes, em João 7 vezes, em Efésios 9 vezes, e em Apocalipse 29 vezes. O oito pode ser o número da ressurreição, do despojar da carne pela circuncisão (Gn 17.12; Mt 28.1). O *nove* parece ser o número que sugere a finalidade de juízo ou 3x3 (Gn 17.1). O *dez* é o terceiro número

a sugerir totalidade e, na verdade, é o começo de uma nova série de números (Mt 25.1). O *onze* significa desordem, porque ele é equivalente a 12 menos 1 (At 1.26). O *doze* é o quarto e o último número de totalidade.

Ele indica eleição, exemplo, 12 tribos, 12 apóstolos, 12x2 ou 24, que fala do número de anciãos assentados ao redor do trono (Gn 49.28; Mt 10.2; Ap 4.4). O *treze* é talvez o número da calamidade (Gn 14.4). O número 2.520 é o mais notável de todos que estão em consideração. Ele é o produto de quatro números com a idéia de totalidade (3,7,10,12) quando tomados juntos, e o mínimo denominador comum para todos os dez dígitos, que pode ser dividido por todos ou por qualquer um deles. Ele, na verdade, é o número cronológico mais completo, sendo 7x360 (Dn 9.25).

Obediência

A obediência do Antigo Testamento era dirigida, doutrinariamente e em geral, a Deus (cf. Abraão, Gn 22.18; Saul, 1 Sm 15.22; 28.18). Foi uma questão nacional com Israel (Is 1.19; Zc 6.15).

Certas distinções ocorrem na afirmação do Novo Testamento sobre a doutrina. Primeira, há uma obediência pessoal de Cristo ao Pai (Fp 2.8) – um grande tema bíblico – que serviu como um teste de Sua verdadeira humanidade (Hb 5.8). Na realização da salvação, a obediência de Cristo é também proeminente (Rm 5.12-21). “Filhos da obediência” (1 Pe 1.14) são assim porque eles permanecem na obediência do “Último Adão; “filhos da desobediência” (Ef 2.2) são assim porque eles têm a ver com a desobediência do primeiro Adão. É necessário para os não-salvos serem obedientes ao Evangelho (At 5.32; 2 Ts 1.8), se eles vão ser redimidos. Os cristãos devem ser obedientes tanto a Deus quanto ao homem (At 5.29; 1 Pe 1.22). Os filhos devem ser submissos aos pais (Ef 6.1; Cl 3.20). Os servos devem obedecer aos seus senhores (Cl 3.22) e as esposas devem ser submissas a seus maridos (Ef 5.22). Nenhuma palavra é dirigida aos não-regenerados com respeito à obediência a Deus, à parte do Evangelho. A obediência para o cristão é equivalente a permanecer em Cristo (Jo 15.10).

Onipotência

A onipotência é um atributo pertencente a Deus somente. Ela fala de Seu poder ilimitado (Gn 18.14; Sl 115.3; 135.6; Is 43.13; Jr 32.17; Mt 19.26; Mc 10.27; Lc 1.37; 18.27).

O termo grego παντοκράτωρ, usado dez vezes, é traduzido como *onipotente* somente uma vez (Ap 19.6; cf. 2 Co 6.18; Ap 1.8; 4.8; 11.17; 15.3; 16.7,14; 19.15;

21.22, onde a tradução é *Todo-poderoso*). No Antigo Testamento a expressão *El Shaddai* significa “o Deus Todo-Poderoso”, e é usada 47 vezes (Gn 17.1). O poder ilimitado de Deus é exercido sob o controle de Sua santa vontade. Espera-se que Ele faça, e por razões morais fará, somente aquilo que está em harmonia com Seu caráter. Ele nada fará errado nem agirá tolamente (Gn 1.1-3; 17.1; 18.14; Is 44.24; Mt 3.9; 19.26; Rm 4.17; 2 Co 4.6; Ef 1.11,19-21; 3.20; Hb 1.3). Observe todas as passagens onde a palavra *poderoso* aparece, por exemplo: “Deus é poderoso” (2 Co 9.8). Deus pode fazer tudo o que quer fazer, mas Ele pode querer não fazer tudo o que é capaz de fazer.

Onipresença

Embora não seja uma palavra bíblica, *onipresença* sugere muito bem como Deus enche plenamente toda parte, não meramente com Seu poder ou autoridade (1 Rs 8.27; 2 Cr 2.6; Sl 139.12; Is 66.1; At 17.28). Esta doutrina específica indica que a totalidade de Deus está em todo lugar, que não pode ser panteísmo e sua negação da personalidade de Deus. Há também uma concepção da mera localização da divindade – por exemplo “Pai Nosso que estás nos céus”, “e está assentado à destra do trono de Deus”, “uma habitação de Deus no Espírito” (Mt 6.9; Ef 2.22; Cl 3.1; Hb 12.2; cf. Sl 113.5; 123.1; Rm 10.6,7). Deus estava especialmente em Cristo (2 Co 5.19). O Filho habita no crente (Jo 14.20; Cl 1.27); o Espírito habita dentro do crente (1 Co 6.19); o Pai, o Filho, e o Espírito estão todos, num sentido não-diminuído e duma forma não-dividida, no crente (Rm 8.9; Gl 2.20; Ef 4.6).

Onisciência

A *onisciência*, outra vez, não é uma palavra da Bíblia, embora ela costumeiramente se refira ao fato de que Deus conhece num grau infinito e eternamente tudo o que é conhecível, seja real ou possível. O conhecimento real de Deus pode ser especificado nas seguintes passagens da Escritura: Salmo 33.13-15; 139.2; 147.4; Isaías 44.28; 46.9-10; Malaquias 3.16; Mateus 6.8; 10.29,30; Atos 2.23; 15.8; Hebreus 4.3. O conhecimento que Deus tem das coisas idealmente possíveis pode ser visto em Isaías 48.18 e Mateus 11.21. Seu conhecimento é eterno (At 15.18), incompreensível (Sl 139.6), e todo-sábio (Sl 104.24; Ef 3.10).

Há três aspectos do conhecimento divino: (a) autoconhecimento, que inclui todas as coisas, inclusive Ele próprio; (b) onisciência, que inclui todas as coisas na criação, sejam idealmente possíveis ou reais; e (c) presciência, que se relaciona somente às coisas divinamente determinadas ou previstas.

O conhecimento de Deus não está sujeito a aumentar ou a diminuir, nem sujeito à razão; não é afetado pelo sentimento de tristeza, pela memória ou pelo pressentimento. Como um antropomorfismo, Deus é apresentado como o que atinge o conhecimento e como o que se arrepende (Gn 6.6; 11.5).

A onisciência é a cognição ligada à onipresença. O valor prático disso é importante: (a) para aqueles sob teste e provação; (b) para aqueles que são tentados a pecar em secreto, porque tudo é conhecido por Deus; e (c) a partir dos recursos infinitos de Deus, para suprir a ausência de sabedoria no caso do homem (Sl 19.12; 51.6; 139.23-24; Tg 1.5).

Oração

Seis aspectos da oração devem ser considerados aqui:

1. NO ANTIGO TESTAMENTO. A oração no Antigo Testamento estava baseada nos pactos divinos e no caráter de Deus; daí a expressão “de acordo com tua palavra” ou “por causa do teu grande nome” (Gn 18.23-32; Êx 32.11-14; 1 Rs 8.22-53; Ne 9.4-38; Dn 9.4-19). A oração seguia usualmente o sacrifício de sangue (Hb 9.7).

2. PARA O REINO E NO REINO. Este aspecto da oração está baseado no cuidado de Deus o Pai, embora ainda muito basicamente condicionado sobre o mérito humano (Sl 72.15; Mt 6.5-15; 7.7-11).

3. DEBAIXO DA GRAÇA. A base agora é a da posição e do privilégio do crente em Cristo. Ela é feita em nome (i.e., como vitalmente ligado à Pessoa) de Cristo (Jo 14.14; 16.23, 24). A oração sob a graça prova ser um ministério do crente em seu ofício sacerdotal. O crente é visto assim como se estivesse em parceria com Cristo (cf. 1 Co 1.9). As “maiores obras”, João 14.12-14, são realizadas pela nova parceria de Cristo com o crente. Cristo, em cumprimento deste pacto, realiza as “maiores obras”, como o crente no cumprimento de sua responsabilidade realmente ora (Jo 14.14). O objetivo supremo de tal obra e oração é para “que o Pai seja glorificado no Filho” (Jo 14.13). Aqui a única condição para a oração ser respondida é orar em “meu nome”. Esta é a nova base da graça para a oração. Ela significa orar do ponto de vantagem da posição do crente em Cristo. Naturalmente, o crente pode fazer uma oração tola e indigna a partir dessa base, mas ele nunca se aparta dessa base.

As palavras *em meu nome* podem significar que nesta parceria Cristo se identifica com aquele que pede. É como se Ele assinasse a petição com o crente. João 15.7 declara que como a Palavra de Cristo permanece no crente, e como o crente é obediente a essa Palavra, que resolve permanecer em Cristo (Jo 15.10), ele pode “pedir o que quiser” (cf. duas razões para a oração não-respondida dadas em Tiago 4.2, 3). O “tudo quanto pedirdes” (Jo 14.13) deveria ser considerado em sua relação com o nome através do qual a oração é feita, a saber, deve designar que isso possa ser agradável e apropriado a Cristo.

Há uma ordem divina prescrita para a oração debaixo da graça. Isto está demonstrado nas seguintes palavras: “Naquele dia nada me perguntareis. Em verdade, em verdade vos digo que tudo quanto pedirdes ao Pai, ele vo-lo concederá em meu nome” (Jo 16.23). Também observe de outro texto que a oração deve ser feita no Espírito Santo (Jd 20). Pelo uso da frase “naquele dia”, é feita referência então ao tempo imediatamente após a ressurreição de Cristo e do dia de Pentecostes, ou a aurora da nova era da graça. Em outras palavras, este é o arranjo sobre a oração prescrito para o dia em que os cristãos vivem e está distintamente declarado que no tempo presente eles não devem orar diretamente a Cristo, mas ao Pai no nome poderoso de Cristo com a certeza de que o Pai responderá as orações deles. Orar ao Pai em nome do Filho e no poder do Espírito Santo é uma ordem que não tem sido arbitrariamente imposta.

A razão para esta ordem é totalmente óbvia. Orar a Cristo significaria abandonar Sua mediação; seria não orar *através* dEle, mas, antes, *a* Ele, e por meio disso sacrificar o aspecto vital da oração sob a graça – oração *em Seu nome*. É igualmente fora de uso orar ao Espírito Santo, porque se assim fizerem os cristãos sugerem que eles não mais precisam de Sua ajuda; ao invés de caminhar com Sua ajuda, eles ignorariam a necessidade dEle.

Não é difícil ajustar o eu de alguém para estas exigências e ser inteligente na ordem da oração. Que seja reafirmado que a oração na presente dispensação é ao Pai e em nome do Filho e no poder do Espírito Santo.

4. POR CRISTO. Cristo orou, e o fez adequadamente (Hb 5.7), ao Pai sem mediação ou dependência do Espírito Santo, ao menos não há qualquer revelação a respeito.

5. PELO ESPÍRITO. Em Romanos 8.26,27, e a respeito da ajuda do Espírito na intercessão, deve ser observado como quando se ora (mesmo por outros) ninguém pode saber tudo o que está envolvido: “...porque não sabemos o que havemos de pedir como convém; mas o Espírito mesmo intercede por nós com gemidos inexprimíveis”. É provavelmente verdadeiro que Ele “faz intercessão” não somente diretamente ao Pai, mas também por meio do crente por inspirá-lo e iluminá-lo a respeito daquilo pelo que ele ora.

6. POR MOISÉS E PAULO. As orações de Moisés por Israel e de Paulo (exemplo, Ef 3.14-21) pelos santos desta era deveriam ser estudadas cuidadosamente.

Ordenança

‘Ordenança’ é a tradução de cinco palavras do grego do Novo Testamento:

διαταγή – *uma disposição em ordem* (Rm 13.2; cf. At 7.53).

δικαίωμα – *estatutos legais* (Lc 1.6; Hb 9.1; cf. Rm 1.32; 2.26; 5.16-18; 8.4; Hb 9.10; Ap 15.4; 19.8).

δόγμα – *uma opinião* (Ef 2.15; Cl 2.14; cf. Lc 2.1; At 16.4; 17.7).

κτίσις – *um fundador* (1 Pe 2.13; cf. Mc 10.6). Dezesseis vezes é usada para significar criatura ou criação, inclusive Hebreus 9.11.

παράδοσις – *entrega, instrução* (1 Co 11.2; cf. Mt 15.2). A palavra é traduzida treze vezes como *tradição*.

Há certas ações ordenadas e mandadas por Deus, assim como há tradições de homens que foram impostas como obrigação. O termo *ordenança*, ou *ordenanças*, contudo, é limitado pelo uso eclesiástico a casamento, batismo e à Ceia do Senhor (veja cada uma dessas doutrinas no lugar próprio).

Ordenar

‘Ordenar’ é a tradução portuguesa de dez palavras gregas: διατάσσω (1 Co 7.17), *arranjar, por plenamente em ordem*; καθίστημι (Tt 1.5; Hb 5.1; 8.3), *estabelecer, constituir*; κατασκευάζω (Hb 9.6), *preparar plenamente*; κρίνω (At 16.4), *separar, chegar a uma decisão*; ὀρίζω (At 10.42; 17.31), *determinar*; ποιέω (Mc 3.14), *fazer*; προορίζω (1 Co 2.7), *predeterminar, marcar de antemão*; τάσσω (At 13.48; Rm 13.1), *apontar*; τίθημι (Jo 15.16; 1 Tm 2.7), *constituir, colocar*; χειροτονέω (At 14.23), *segurar a mão quando em votação*.

No uso eclesiástico se refere a separar homens para um serviço particular (Mc 3.14; Jo 15.16; At 6.1-6; 13.2, 4; Gl 1.1; 1 Tm 4.14; Tt 1.5).

A Bíblia não ensina que a ordenação por homens seja uma provisão indispensável para se obter a graça divina. A autoridade de ordenar homens parece conferida ao grupo que está encarregado do ministério (At 1.15-26; 6.1-6). Há sempre o grande perigo de os homens assumirem mais nesse ponto do que a Escritura permite. Essas ordenanças estão aos cuidados dos ordenados e é uma tentativa de salvaguardar essas ordenanças, naturalmente, mas não há uma autoridade para isso no Novo Testamento (1 Co 14.26).

Pactos

Desde os dias de Johannes Cocceius (1603-1669) que, mais do que qualquer outro, introduziu a idéia de um pacto da graça, muitos teólogos têm promovido a noção de que Deus empreende apenas um objetivo em toda a história humana. A Escritura deve ser ignorada ou mal-interpretada para que tal idealismo possa ser desenvolvido. A idéia de um só pacto não poderia evitar de ser um meio de fechar as Escrituras para o entendimento humano. Não se segue necessariamente – como alguns argumentam – que porque há apenas uma base justa sobre a qual Deus pode tratar graciosamente com os pecadores, a saber, pelo sangue de Cristo derramado por eles, que deve haver apenas um relacionamento de pacto entre Deus

e o homem. Que Deus tem propósitos terrestres, assim como celestiais e, além disso, bênçãos transformadoras adaptadas a cada grupo e esfera a que eles pertençam será visto por qualquer estudante do Texto Sagrado livre de preconceito.

Em relação ao Seu povo terrestre, Israel, e suas bênçãos, Deus fez vários pactos. Alguns desses são condicionais e outros incondicionais, termos que sugerem que em alguns pactos Deus fez depender da fidelidade deles, enquanto que em outros Ele meramente declara o que Ele fará totalmente à parte da questão da dignidade ou da fidelidade humana.

Sem muitos textos sobre os quais baseá-la, os teólogos do pacto têm suposto a existência de um pacto entre as Pessoas da Trindade em relação a parte que cada uma delas assume no programa divino total das eras, especialmente na redenção. O máximo que pode ser dito desta argumentação é que ela é razoável; todavia, ainda assim, dificuldades são geradas. Pois se assume que houve um começo no plano e no propósito de Deus e que as Pessoas isoladas da Trindade mantinham interesses individuais.

Não obstante, Deus entrou em nove pactos com o homem na terra. A Escritura está relacionada com estes nove acordos. Portanto, é muito essencial que se dê atenção as provisões feitas para eles. É verdade que os relacionamentos anteriores entre Deus e o homem, incluídos aqui, não são chamados pactos, mas ainda eles partilham da natureza dos pactos.

Os primeiros três pactos – edênico, adâmico e noaico – definiram a vida humana bem no seu início. O pacto edênico governou a vida do homem não-caído no Éden e possui sete partes. O pacto adâmico governou o homem caído em seu estado ausente do Éden e divide-se em sete partes. O pacto noaico proveu para o homem após o Dilúvio e está dividido, igualmente, em sete partes. Estes, com todos os pacto restantes, tiveram um tratamento mais completo anteriormente, no estudo de Bibliologia (Vol. I).

O quarto pacto na ordem é o abraâmico, que também tem sete divisões – (1) “Farei de ti uma grande nação”; (2) “Eu te abençoarei”; (3) “E farei grande o teu nome”; (4) “E tu serás uma bênção”; (5) “E abençoarei os que te abençoarem”; (6) “E amaldiçoarei os que te amaldiçoarem”; (7) “Em ti serão benditas todas as famílias da terra” (Gn 12.1-3).

O quinto pacto, que tem sido chamado de mosaico (Êx 19.5), é um pacto feito com Israel como uma nação somente e duma maneira condicional. Um pacto incondicional não pode ser quebrado pelo homem visto que nada depende dele. Um pacto condicional pode ser rompido, e o pacto mosaico na verdade, que é mais familiarmente conhecido como lei, foi quebrado. Deus declara isto em Jeremias 31.32 (cf. Hb 8.9). Este pacto tinha governado a conduta de Israel como um povo redimido. Ele foi dado para eles, contudo, não como um meio de redenção ou de obtenção de uma relação de pacto com Deus, mas porque eles estavam numa relação correta com Deus como uma nação redimida sob o pacto de Deus com esse povo que descendia de Abraão. Não deveria exigir esforço algum para

reconhecer que o pacto mosaico nunca foi dirigido aos cristãos; todavia, certos círculos da Igreja professante têm falhado em ver por que os santos de Deus da presente era não podem estar debaixo da lei (Jo 1.17; Rm 6.14; 7.4, 6; 2 Co 3.6-13; Gl 3.23-25).

O sexto pacto, que é o palestínico (cf. Dt 30.1-10), apresenta as condições sobre as quais Israel entrou na Terra Prometida, a Palestina. Ele também é expresso em sete partes, que estão claramente apresentadas na única passagem que trata dele. A terra será para eles uma posse eterna e para ela eles vão retornar, porque os pactos de Jeová com Israel não podem ser violados.

O sétimo pacto é o davídico, que foi feito com Davi (cf. 2 Sm 7.14,15) e se divide em cinco partes. A posteridade de Davi não falha; seu trono é estabelecido para sempre; um reino ou esfera de governo continua para sempre; e Jeová reservou a si o direito de castigar os filhos de Davi, mas o pacto não pode ser violado. Ele é incondicional (cf. 2 Sm 7.12-16; Sl 89.1-37). A Davi, entretanto, nunca faltará um filho para assentar-se no seu trono (Jr 33.17); e como o Filho eterno de Deus, que em Sua humanidade é um filho de Davi, sentará sobre esse trono para sempre (Lc 1.31-33), nunca faltou em todas as gerações antes de Cristo ser nascido da linhagem de Davi, desde então, para assentar-se no trono (cf. Sl 2.6-9; Mt 25.31).

O oitavo pacto é com Israel e condiciona a vida deles no reino (cf. Jr 31.31-34). Ele substitui e, além disso, inclui os mandamentos mosaicos (cf. Dt 30.8), embora de uma forma mais elevada. Ele também é um pacto incondicional e se divide em quatro partes.

Resta ainda ser reconhecido um pacto celestial para o povo celestial, que é também chamado como o precedente para Israel, um “novo pacto”. É feito no sangue de Cristo (cf. Mc 14.24) e continua em vigor por toda esta era, enquanto que o novo pacto feito com Israel é futuro em sua aplicação. Supor que esses dois pactos – um para Israel e um para a Igreja – são o mesmo, é supor que há uma amplitude de interesse comum entre o propósito de Deus para Israel e Seu propósito para a Igreja. O pacto de Israel, entretanto, é novo somente porque ele substitui o de Moisés, mas o pacto da Igreja é novo, porque ele introduz aquilo que é o mistério de Deus e é algo sem nenhuma relação com o passado. O novo pacto de Israel repousa especificamente nos soberanos “Eu farei” de Jeová, enquanto que o novo pacto para a Igreja é feito no sangue de Cristo. Todavia, tudo o que Israel terá, para prover outro contraste, é a presente posse da Igreja – e infinitamente mais.

Pão

Como o sustento da vida, o mais universal e o mais completo artigo da comida humana, o pão imediatamente se torna o símbolo do suprimento divino para as necessidades humanas. Assim, e por essa linha de raciocínio, o

pão tem sido considerado um elemento sagrado, e é especialmente considerado pelos egípcios. Na economia judaica, o pão mantinha uma significação típica enquanto que para o cristão ele é simbólico. Estas divisões gerais do assunto devem ser observadas mais especificamente.

1. O SUSTENTO DA VIDA. Pão é o termo usado pela Bíblia para indicar a nutrição física em geral. Bem cedo na história humana, em Gênesis 3.19, está registrado que Deus disse a Adão: “Do suor do teu rosto comerás o teu pão”. A palavra *pão* ocorre 24 vezes em Gênesis e mais de cem vezes no Pentateuco. O maná foi chamado pão – aquilo que Deus fez cair do céu para Israel (Êx 16.4). Na maior parte, parece que o pão era, nos tempos mais antigos, freqüentemente o único item de comida. Por causa destes fatos, nada poderia ser melhor do que o pão como um símbolo do cuidado de Deus.

2. A IMPORTÂNCIA TÍPICA. Neste aspecto da doutrina, o mais importante é o mover dos pães, que durante a festa de Pentecostes eram apresentados perante Jeová (cf. Lv 23.17-20). O antítipo é a Igreja vista por Deus desde que ela começou a existir no dia de Pentecostes. A festa que imediatamente precedia o Pentecostes no calendário de Israel era a das Primícias, que antecipava Cristo na ressurreição. Ele se tornou na verdade as Primícias daqueles que dormem (1 Co 15.20). É profundamente impressionante e sugestivo que a perfeita ordem de Deus para a festa de Pentecostes acontece exatamente cinquenta dias após a festa das Primícias. Esta medida cuidadosa está indicada pelas palavras de Atos 2.1: “Ao cumprir-se o dia de Pentecostes, estavam todos reunidos no mesmo lugar”.

Nesta sucessão de festas e do significado dos pães movidos, o Dr. C. I. Scofield escreve em suas notas sobre Levítico 23.16,17: “A festa de Pentecostes, versículos 15-22. O antítipo é a descida do Espírito Santo para formar a Igreja. Por esta razão o fermento está presente, porque há mal na Igreja (Mt 13.33; At 5.1,10; 15.1). Observe, agora são *pães*; não um feixe de pequenos ramos separados e soltamente ajuntados, mas uma real união de partículas que formam um *corpo* homogêneo. A descida do Espírito Santo no Pentecostes uniu os discípulos separados em um só organismo (1 Co 10.16,17; 12.12, 13, 20). Os pães movidos eram oferecidos cinquenta dias após os feixes apresentados. Este é precisamente o período entre a ressurreição de Cristo e a formação da Igreja no Pentecostes pelo batismo do Espírito Santo (At 2.1-4; 1 Co 12.12,13)... Com o feixe movido nenhum fermento era oferecido, porque não havia mal algum em Cristo; mas os pães movidos, tipificando a igreja, são ‘assados com fermento’, porque na Igreja ainda está o mal”.²¹

3. O SIGNIFICADO SIMBÓLICO. Por ter declarado ser o Pão que desceu do céu (cf. Jo 6.41), e asseverado que Sua carne deve ser comida e Seu sangue bebido, e que a comida e a bebida são necessários para se receber vida eterna (Jo 6.48-58), Cristo assinala: “as palavras que eu vos tenho dito são espírito e são vida” (Jo 6.63). À parte da explicação de Cristo de que Ele se refere às realidades espirituais antes que físicas, resta pouco para fazer além de se juntar a muitos que, então, disseram: “Duro é este discurso; quem o pode ouvir?” (Jo 6.60).

Contudo, no contexto, Cristo declarou de modo definitivo que este mesmo dom da vida eterna está condicionado à sua recepção pela fé nele (Jo 6.47), e, ainda: “A obra de Deus é esta: que creiais naquele que ele enviou” (Jo 6.29). Igualmente, “e o que vem a mim de maneira nenhuma o lançarei fora” (Jo 6.37). Portanto, segue-se que a exigência de Sua carne ser comida e de Seu sangue ser bebido é uma figura intensificada e realista que aponta para uma recepção mais real de Cristo como Salvador.

Esta figura de linguagem ou de intensificação da verdade se torna imediatamente numa correção do erro tão dominante, ou seja, que crer em Cristo significa não mais do que um reconhecimento do fato histórico de Cristo, inclusive um propósito digno de sua vida e morte. Que tal fé é insuficiente, deve ser sempre advertido. É somente quando há uma visão e o entendimento operados pelo Espírito e quando o indivíduo se torna comprometido com Ele como um Salvador vivo, que a fé salvadora pode ser exercida. Então se segue um repouso na fé salvadora; pois esta é a única coisa a ser crida, que Cristo representa tudo o que Ele alega ser, mas uma coisa totalmente diferente é depender dele completamente para se ter uma salvação pessoal. Uma pessoa assim comprometida com Cristo pode dizer como Pedro: “Senhor, para quem iremos nós? Tu tens as palavras de vida eterna” (Jo 6.68). Tal testemunho se torna uma evidência clara da espécie de confiança que repousa em Cristo somente. Como a comida e a bebida são tomadas e assimiladas, de igual modo, Cristo deve ser recebido e assimilado.

Não se deve estranhar, portanto, quando Cristo escolhe o pão como símbolo de Sua carne como se alguma coisa tivesse de ser comida e o vinho – “o sangue de uvas” – como símbolo de Seu sangue. Está na profecia de Jacó a respeito de Judá e seu futuro com sua prefiguração de Cristo que esta notável passagem a respeito do “sangue de uvas” ocorre. A passagem diz: “Atando ele o seu jumentinho à vide, e o filho da sua jumenta à videira seleta, lava as suas roupas em vinho e a sua vestidura em sangue de uvas” (Gn 49.11). Igualmente significativo é o incidente que ocorreu quando Melquisedeque encontrou-se com Abraão e “trouxo pão e vinho” (Gn 14.18) – certamente símbolos de uma redenção completa. O que isto significava para Abraão não está totalmente revelado; contudo de Abraão, Jesus Cristo disse: “Abraão, vosso pai, exultou por ver o meu dia; viu-o, e alegrou-se” (Jo 8.56).

O quanto e especificamente o que Cristo incluiu nas palavras “meu dia” permanece desconhecido. É provável, contudo, em vista do fato de Abraão ser o único exemplo da operação da graça como foi demonstrado no Novo Testamento, esse Abraão, como o único “nascido fora do tempo devido”, viu a obra completa de Cristo e foi salvo na mesma medida em que são salvos os que agora entram no valor de Sua obra redentora. A recepção dos elementos, pão e vinho, não somente fala da redenção, mas também de uma apropriação constante de Cristo como o ramo se apropria da videira. O partir do pão, além do mais, é um testemunho diretamente para Cristo a respeito desta dependência vital dEle.

Paracleto

Paracleto é uma palavra grega não-traduzida que no Novo Testamento é peculiar a João. Ela se refere à obra do Espírito (Jo 14.16,26; 15.26; 16.7), quando se traduz *Consolador*, e assim à obra pessoal de Cristo no céu (veja 1 Jo 2.1, onde é traduzida como *Advogado*). O sentido literal da raiz é “chamar alguém de lado”. Uma vez é usada na Septuaginta, quando Jó fala de “confortadores miseráveis” (Jó 16.2).

Há três significados importantes na palavra: (1) advogado legal; (2) intercessor; e (3) ajudador em geral. A primeira e a segunda são encontradas na obra de Cristo, o Advogado, enquanto que a última é discernível na obra do Espírito Santo. (veja AVOGADO).

Paraíso

No grego o significado do termo *paraíso* é ‘jardim’ ou ‘parque’, e assim pode ser usado a respeito do Éden na LXX (cf. Gn 13.10; Is 51.3; Ez 28.13; 31.8, 9). A palavra é encontrada três vezes no Novo Testamento (Lc 23.43; 2 Co 12.4; Ap 2.7).

O ensino judaico tornou o paraíso uma parte do *Hades* que estava reservada para os benditos. Uma ilustração desta crença é dada por Cristo na narrativa do rico e de Lázaro (Lc 16.19-31).

O paraíso é agora, desde a ressurreição de Cristo (Ef 4.8-10), removido do *hades* e localizado onde Cristo se encontra entronizado (2 Co 12.4), o terceiro céu. Apocalipse 2.7 promete, em oposição à teoria que nega plena consciência no presente aos que já partiram: “Ao que vencer, dar-lhe-ei a comer da árvore da vida, que está no paraíso de Deus”. A deturpação da Escritura feita pelos advogados do sono da alma é bem ilustrada no tratamento que eles dão à doutrina do paraíso (e.g., um versículo como Lucas 23.43).

Para a presente habitação dos espíritos dos crentes que se foram, veja 2 Coríntios 5.8 e Filipenses 1.23. Para a presente habitação dos corpos dos crentes que se foram, veja Romanos 8.23; 1 Coríntios 15.35-57; Filipenses 3.20,21. O *sheol* declarado na linguagem do Antigo Testamento e *Hades* na do Novo Testamento representam a habitação dos espíritos da raça não-regenerada.

Quando apedrejado à morte em Listra, embora o elemento tempo não possa ser finalmente estabelecido, Paulo foi levado ao paraíso – o terceiro céu, mas subseqüentemente não lhe foi permitido contar o que havia visto e ouvido. Não obstante, ele escreveu acerca da matéria: “Partir e estar com Cristo... é muito melhor” (Fp 1.23).

Parousia

Parousia é uma palavra grega para ‘vinda’ de alguma coisa ou ‘estar presente em razão da vinda’ (cf. 2 Co 7.6,7; Fp 2.12). Não é restrita à forma do aparecimento de Cristo, mas é usada tanto de Seu retorno para os seus santos e com os seus santos (cf. Mt 24.3 com 1 Co 15.23). Ela é usada 24 vezes no Novo Testamento. Outros termos a serem distintos dela são: *apokalupsis* – ‘manifestação’ ou ‘revelação’ (usada oito vezes no Novo Testamento, onde cinco se referem ao retorno de Cristo, e.g., 1 Co 1.7; 2 Ts 1.7; 1 Pe 1.7); *epiphania* – ‘aparição’ (usada seis vezes e sempre da primeira ou da segunda vinda de Cristo – 2 Ts 2.8; 1 Tm 6.14; 2 Tm 1.10; 4.1, 8; Tt 2.13); *Dia do Senhor* – que significa o tempo dos Seus julgamentos na segunda vinda (2 Ts 2.2).

Paternidade de Deus

Enquanto não é permitido à mente finita compreender plenamente o Deus infinito, pode ser observado que algum conhecimento dEle está disponível e penetrar nele se torna um privilégio e um dever. Ele é revelado por meio da natureza como seu Projetista e Criador. Deus é revelado também nas Escrituras, que diretamente testificam dEle, e através da Pessoa do Senhor Jesus Cristo, que veio para revelá-lo (Jo 1.18) e para trazê-lo aos homens (Mt 11.27). Deus deve ser reconhecido de ambas as formas, como Criador e Pai. A mente humana parece compreender Deus como Criador mais prontamente do que o faz como Pai. É mais comum as investigações das atividades criadoras de Deus, portanto, do que considerá-lo em Sua paternidade. A despeito desta tendência, há um extenso conjunto de verdades que tratam da paternidade de Deus. Ele tem sido apresentado pelo Texto Sagrado como Pai em quatro aspectos:

1. **PAI DO SENHOR JESUS CRISTO.** A esta altura a frase: “o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo”, usada três vezes (cf. Jo 20.17; 2 Co 11.31; Ef 1.3; 1 Pe 1.3), deveria ser considerada. Ela é totalmente diferente da frase mais comum com a qual o apóstolo Paulo inicia quase todas as suas cartas, ou seja: “Bendito seja o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo” (2 Co 1.3). Na última passagem, somente a paternidade com respeito a Cristo é asseverada, enquanto que na declaração anterior há a sustentação de um duplo relacionamento, que é primeiro com Deus e em segundo com o Pai. Estes relacionamentos distintos não são a mesma coisa. Do lado de sua humanidade, a Primeira Pessoa é dita ser o Seu Deus. Do lado de Sua divindade, a Primeira Pessoa é apresentada como Seu Pai. A conexão em que a Primeira Pessoa é apresentada como Seu Deus começou com a encarnação, e continua por causa de Sua humanidade.

A conexão em que a Primeira Pessoa é mencionada como Seu Pai existe desde toda a eternidade e sempre permanecerá como tem sido. A Primeira Pessoa nunca é Deus da Segunda Pessoa, mas Seu Pai num sentido peculiar que pertence mais a outras esferas de existência do que com esta esfera terrena. O pensamento de inferioridade ou sucessão não deve ser incluído no relacionamento divino do Pai com o Filho. Isto está mais próximo do pensamento de manifestação. Parece haver na associação singular e eterna entre a Primeira e a Segunda Pessoas da divindade algo que pode ser melhor comunicado à mente humana pelo padrão dos títulos usados por um pai terreno e seu filho. Onde quer que Cristo tenha se dirigido à Primeira Pessoa como *Deus*, está claramente indicado que Ele falava do ponto de vista de Sua própria humanidade (cf. Mt 27.46; Hb 10.7).

O ariano desonra Cristo, ao levantar a argumentação de que Cristo, embora singular, era inferior ao Pai. Esta concepção errônea é agora perpetuada pela teologia dos unitarianos e, sem dúvida, é a convicção dos chamados teólogos modernistas, hoje. A rejeição deve ser também acordada com as quatro crenças: (a) a de que Cristo se tornou um Filho por Sua encarnação (Lc 1.35); (b) a de que Ele se tornou Filho pela ressurreição (Rm 1.4); (c) a de que Ele é o único em virtude do Seu ofício; e (d) a de que Ele é o único por título. Ao contrário, foi um Filho a quem Deus enviou ao mundo, foi Aquele que Ele “deu” (cf. Is 9.6; Jo 3.16). A Segunda Pessoa realmente se tornou um filho humano, por assumir a forma humana e Ele foi gerado em Sua humanidade pelo Espírito Santo, mas isto está muito distante do fato de que Ele foi desde sempre o Filho do Pai. Ele era o Filho eterno antes que Ele viesse ao mundo. Outros títulos – *Unigênito* e *Primogênito* – falam de Sua divindade e são também eternos em sua referência. Cristo, por ser Deus, é enviado como Filho que era e é, não, contudo, a fim de ser tornar um Filho.

2. PAI DE TODOS OS QUE CRÊEM. Um fato infinitamente verdadeiro, todavia difícil de se crer, é que todos os que recebem Cristo (cf. Jo 6.53), ou crêem no Seu nome (cf. Jo 1.12,13), tornam-se descendência legítima de Deus; eles se tornam conformados eventualmente à imagem do Filho de Deus – Cristo, cuja verdade exige que eles tenham se tornado reais filhos de Deus; do contrário, Cristo não seria capaz de chamá-los de *irmãos* (cf. Rm 8.29), nem poderiam eles ser herdeiros de Deus e co-herdeiros com Cristo, a menos que sejam tornados *reais* filhos de Deus (Rm 8.17). Para um filho assim recriado, o valor imensurável de seu estado não aparece no presente mundo. Esse valor será a mais importante distinção que haverá de ser característico por toda a eternidade de todos os que são filhos de Deus. Como Seu propósito supremo no presente, Deus está agora “trazendo muitos filhos à glória” (Hb 2.10).

3. PAI DE ISRAEL. Diversas vezes Deus se dirige à nação de Israel como seu pai (cf. Êx 4.22; Dt 32.6; Is 63.16; 64.8). Esta última designação, quando aplicada a Israel, não sugere que os israelitas individualmente tenham sido filhos regenerados de Deus. O termo parece conotar uma solicitude ou paternidade nacional em razão do cuidado paternal por todos, assim como Jeová declarou-se a Si mesmo ser um marido para Israel (cf. Jr 31.32).

4. PAI DE TODOS OS HOMENS. Ao observar a genealogia de Cristo até Adão, Lucas explica a existência do primeiro homem e declara-o ser um filho ou criação de Deus (Lc 3.38). De um modo muito evidente, esta é uma filiação por direito de criação – a única concepção da paternidade divina que uma pessoa não-regenerada pode cogitar. O apóstolo semelhantemente cita o poeta pagão como o que assevera que todos os homens são, assim, geração de Deus (cf. At 17.28). Todos os homens podem, na verdade, ser considerados filhos de Deus, visto que eles devem sua existência a Ele. Esta idéia restrita tem sido tomada por alguns homens modernos, contudo, como base para uma suposta filiação universal e uma paternidade universal de Deus em termos íntimos. Deveria ser lembrado, contrário a tal suposição, que Cristo disse às próprias autoridades da nação judaica que eles eram filhos do maligno (cf. Jo 8.44). Conseqüentemente, a filiação, que está baseada na mera existência, mas que liga o homem a Deus como Criador, deve estar muito distante da idéia de uma filiação que é o estado de todo crente – regenerado, nascido de Deus e membro da família de Deus como cada um deles é.

Paz

A paz é o oposto da ansiedade no coração ou da discórdia ou inimizade entre indivíduos e nações. Quatro aspectos da paz deveriam ser considerados:

1. COM DEUS (Rm 5.1). Isto significa que o crente está agora e para sempre em sua relação com Deus, porque ele foi justificado. Este aspecto da paz nunca é uma experiência. É totalmente posicional.

2. DE DEUS (Fp 4.7; Cl 3.15; cf. Hb 13.20). Esta se refere não à posição, mas a uma experiência. Sobre ela Cristo disse: “A minha paz vos dou” (Jo 14.27). Aqui é paz interiorizada, parte do fruto do Espírito (Gl 5.22).

3. NO REINO VINDOURO (Is 9.6,7). As duas grandes palavras do reino para Israel são *justiça e paz*. Observe a prova desta afirmação na totalidade do Sermão do Monte (Mt 5.1–7.27).

4. EM UM SÓ CORPO. A antiga inimizade entre judeus e gentios é assemelhada a um muro de separação é derrubada quando judeus e gentios são unidos agora um ao outro, num só Corpo, a Igreja (Ef 2.14-18; Cl 1.20).

5. EM GERAL. Observe os seguintes pontos: (a) Não pode haver paz neste mundo que rejeita Cristo (Is 57.20,21). (b) 1 Tessalonicenses 5.3 indica que as nações atingirão um tempo de paz temporária antes da volta de Cristo. (c) Nenhuma luta deve caracterizar o reinado do Príncipe da Paz, porque a tranqüilidade cobrirá a terra como as águas cobrem o mar (Is 11.9). Àquela altura uma bênção deve ser pronunciada sobre todos os que são pacificadores (Mt 5.9).

Pecado

1. **DEFINIÇÃO.** O pecado é aquilo que prova dessemelhança do caráter de Deus. Três teorias deveriam ser observadas como inadequadas porque elas definem o mal como não mais do que: (a) uma violação da lei divina; (b) finitude ou (c) egoísmo.

2. **ORIGEM.** Por ser o oposto da virtude, a impiedade sempre foi idealmente existente onde quer que a virtude possa ser encontrada. Naturalmente, ela não podia ter expressão até que seres capazes de pecar fossem criados; daí, o devido curso do pecado dos anjos e, posteriormente, dos homens.

3. **PERMISSÃO DIVINA.** As seguintes afirmações deveriam ser consideradas primeiro quando se pondera a questão sobre por que Deus permitiu o pecado ser expresso:

A. Não há uma revelação em resposta à pergunta no que diz respeito aos anjos.

B. Há, na verdade, apenas pouca coisa revelada sobre o assunto relativo aos homens. As várias sugestões mencionadas abaixo, contudo, podem ser estudadas:

(1) O pecado foi permitido entrar para assegurar uma raça possuída daquela virtude que é devida à decisão do livre-arbítrio para o bem, antes que para o mal. Deus conhece perfeitamente todas as coisas, mas o homem deve aprender por meio da experiência ou revelação (Gn 3.22). Portanto, é dito de Cristo, do lado humano, que Ele aprendeu pela experiência (Hb 2.10; 5.8). Como, então, pode o homem vir à posse do conhecimento que vê uma diferença entre o bem e o mal? Ele evidentemente deve aprender o que Deus conhece, a fim de apreender. Como pode conhecer o que Deus reconhece a respeito do pecado e seu caráter sem o aparecimento do pecado? Não é esta manifestação do mal uma necessidade, se o ideal divino que o homem representa deve ser realizado? A que ponto do pecado e de suas conseqüências deve a humanidade ir, contudo, para que este fim seja realizado? Deve o mal ainda ser condenado por Deus e julgado? Deveria ele ser desculpado com base no fato de Deus permitir sua existência para um propósito Seu? Por isso, ele não mais demonstra o caráter infinito de mal? Conseqüentemente, a plena expressão do pecado é exigida e a sua punição eterna também.

(2) Os santos anjos podem beneficiar-se da tragédia do pecado observada na terra (Ef 3.10,11; Hb 12.1; 1 Pe 1.12).

(3) As alegações dos princípios do mal exigem um teste experimental antes do que a mera denúncia de Deus, a fim de que toda boca se cale (cf. Rm 3.19).

(4) O ódio divino ao pecado deve ser revelado (Rm 9.22).

(5) Para mostrar as riquezas da graça divina em todas as eras vindouras (Ef 2.7,8; cf. Lc 7.47 como uma ilustração), o pecado teve de ter a sua manifestação.

c. Qual, então, é a relação moral que Deus manteve com a permissão do pecado? Evidentemente, Ele deve permitir o pecado ser expresso para que o homem, Sua criação singular, possa se tornar o que Deus pretendeu que ele fosse.

d. Qual, conseqüentemente, é a relação moral do homem ao mal que Deus permitiu? Deve ser para ele tão ímpio quanto a revelação e a experiência o revelam ser.

4. FATOS IMPORTANTES.

A. O próprio caráter de Deus é santo e cada um dos Seus caminhos é perfeito (1 Jo 1.5).

B. O pecado é muitíssimo pecaminoso. Ele prova ser infinito em seu caráter mal, visto que ele é cometido contra o Deus infinito. Observe aqui como prova: (1) O primeiro pecado de Satanás e seus efeitos; (2) o primeiro pecado de Adão e seus efeitos; e (3) o sacrifício infinito de Cristo como exigência para curar o pecado.

C. O propósito de Deus não é evitar o pecado, mas assegurar pecadores purificados pelo sangue em glória.

5. O JULGAMENTO DIVINO. A condenação de Deus do mal cobre quatro aspectos universais:

A. O pecado imputado com sua penalidade de morte, que vem diretamente a todo indivíduo que procede da parte de Deus por causa da participação no pecado de Adão (Rm 5.12-21). Este tipo de pecado vem imediatamente a todo indivíduo e é a única causa da universalidade da morte física.

B. A natureza pecaminosa. O pecado transmitido e seus efeitos manifestos na natureza caída, na morte espiritual, na depravação, são recebidos mediamente desde Adão através da geração física.

C. O estado sob o pecado. Aqui Deus, com propósito de pura graça, recusa-se a receber qualquer mérito do homem como uma contribuição para sua salvação (Rm 3.9; 11.32; Gl 3.22). Este aspecto do pecado é limitado somente à presente era.

D. O pecado pessoal. Esta espécie de mal é curada pelo sacrifício de sangue unicamente. Três divisões gerais do tema podem ser observadas: (1) Pecados cometidos *anteriormente* ou antes da cruz e *neste tempo* (Rm 3.25, 26); (2) pecados dos não-salvos e dos salvos; (3) a morte de Cristo *pelos* pecados e Sua morte *para* o pecado (Rm 6.10; 1 Pe 3.18).

Sete modos de Deus tratar com a culpa do pecado pessoal devem ser observados: (1) ele é removido do condenado quanto o oriente está distante do ocidente (Sl 103.12); (2) lançado para trás de Suas costas (Is 38.17); (3) procurado e não encontrado (Jr 50.20); (4) lançado nas profundezas do mar (Mq 7.19); (5) perdoado, incluído toda conduta passada, presente e futura (Cl 2.13); (6) não mais lembrado no céu (Hb 10.17); (7) removido pela purificação (1 Jo 1.7).

Pedra

A pedra é um símbolo usado a respeito de Cristo. Este símbolo pode ser aplicado a Ele de três modos:

1. Relacionado aos gentios no julgamento final (Dn 2.34).

2. Relacionado à Igreja em razão de ser (a) o Fundamento dela (1 Co 3.11) e (b) a Pedra Angular (Ef 2.20-22; 1 Pe 2.4, 5).

3. Relacionado a Israel (Is 8.14,15; Mt 21.44; Rm 9.32, 33; 1 Co 1.23; 1 Pe 2.8). Observe, então, em geral: Visto que Cristo não veio primeiramente com aparência externa de um rei terreno, Ele se tornou uma pedra de tropeço para Israel; a Igreja está edificada sobre Cristo, o fundamento e a pedra principal dela; os gentios serão derrotados por Cristo no julgamento. Os aspectos passados, presentes e futuros do simbolismo se tornaram evidentes aqui.

Perdão

O entendimento correto do ensino da Escritura sobre o perdão vai longe no sentido de clarear outras doutrinas da Bíblia. Por causa do fato deste tema ser muito constantemente mal-entendido, deve ser dada uma atenção especial a ele. O perdão da parte de uma pessoa para com outra é o mais simples de todos os deveres, enquanto que o perdão da parte de Deus para com os homens prova ser um dos empreendimentos mais complicados e custosos. Como visto na Bíblia, há uma analogia entre o perdão e o débito e, no caso do perdão que Deus exercita, o débito deve ser pago – embora seja pago por Ele mesmo – antes que o perdão possa ser estendido. Assim, aprende-se que enquanto o perdão humano somente cancela uma penalidade ou a acusação, o perdão divino primeiramente deve exigir uma satisfação completa por causa das exigências da santidade ultrajada de Deus. Esta doutrina pode ser dividida em sete características importantes.

1. NO ANTIGO TESTAMENTO. Este aspecto do perdão divino, embora rico em significação típica, não obstante é um perdão completo em si mesmo. O aspecto importante que faz parte de toda remissão divina, ou seja, o pagamento de toda obrigação à santidade ofendida como preliminar ao perdão, está incluído na oferta de sacrifícios de animais. Primeiro, o sacrifício em si era considerado por aquele que o oferecia como um substituto no sentido de que vinha sobre ele a justa penalidade da morte. Era somente quando um sacrifício tinha sido apresentado que o ofensor podia ser perdoado. Adequadamente, está declarado em Levítico 4.20, como sempre no Antigo Testamento: “o sacerdote fará expiação por eles, e eles serão perdoados”. Mas, visto que o sacrifício servia somente como um tipo e como uma cobertura pelo pecado até o tempo designado, quando Deus deveria tratar final e justamente com o pecado na morte de Cristo, a transação estava incompleta do lado divino, e o pecado necessariamente era preterido.

Contudo, o perdão divino como tal era estendido perfeitamente para o ofensor. Duas passagens do Novo Testamento lançam luz sobre a natureza e o fato desse tratamento temporário de Deus com o pecado. Em Romanos 3.25, é feita referência à palavra *πάρεσις*, para a preterição ou ao passar por alto os

pecados cometidos anteriormente, isto é, antes da cruz; igualmente, em Atos 17.30, pela palavra *ὑπερείδων* – traduzida como “não levar em conta” (“fechar os olhos a”) – é feita referência ao fato de que nos tempos passados Deus não fez um julgamento pleno do pecado. Deveria ser lembrado, contudo, que o grande número de promessas divinas para um tratamento pleno e perfeito de todo pecado foi passado por cima, mas posteriormente Cristo prestou contas dele na cruz.

2. PARA OS NÃO-SALVOS. Neste aspecto da doutrina geral do perdão há necessidade de se enfatizar a verdade de que o perdão do pecado é estendido para os não-salvos somente como uma parte integral do empreendimento divino total chamado salvação. Das muitas transformações operadas por Deus em resposta à simples fé em Cristo, a remissão do pecado é apenas uma delas. Conseqüentemente, deveria ser observado que o perdão do pecado nunca pode ser reivindicado por si mesmo por parte daqueles que não são regenerados. O perdão é proporcionado para eles numa perfeição infinita, mas pode ser assegurado somente como uma fase da obra total de Deus na salvação. Embora muito freqüentemente seja acreditado como verdade, a remissão do pecado para o não-salvo não é equivalente à salvação. O perdão conota subtração, na verdade, enquanto que tudo mais na salvação é uma adição gloriosa. Portanto, está escrito que “Eu lhes dou vida eterna” (Jo 10.28), e em Romanos 5.17 é feita referência, por exemplo, ao “dom da justiça”.

3. PARA OS CRISTÃOS QUE PECAM. A verdade fundamental a respeito do crente em relação aos seus pecados é o fato de que quando ele foi salvo de todas as suas transgressões (passadas, presentes e futuras) – no que diz respeito à condenação – foram perdoadas. Este deve ser o significado da palavra do apóstolo Paulo em Colossenses 2.13: “...tendo perdoado todas as transgressões”. É tão completo este tratamento divino com todo pecado que dele pode ser dito: “Portanto, agora nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus” (Rm 8.1). O crente não é condenado (Jo 3.18), e, portanto, não entrará em juízo (“condenação”, Jo 5.24). Precisa somente ser lembrado que, visto que Cristo suportou todo pecado e visto que a permanência do crente é completa no Cristo ressuscitado, ele é aperfeiçoado para sempre em razão de estar em Cristo. Como um membro da família de Deus, o cristão – no caso dele pecar – naturalmente é, como qualquer filho, sujeito ao castigo do Pai, mas nunca será condenado com o mundo (1 Co 11.31, 32).

A cura para o efeito de seu pecado sobre si mesmo é a confissão dele a Deus. Por ela, ele retorna à harmonia com Deus a respeito do caráter mau de todo pecado. Está escrito: “Se confessarmos os nossos pecados, ele é fiel e justo para nos perdoar os pecados e nos purificar de toda injustiça” (1 Jo 1.9). O simples ato da confissão penitente resulta com absoluta certeza no perdão e na purificação do pecado. O crente assim acostumado a respeito da conduta má não deveria esperar até que alguma mudança de sentimento a respeito do pecado seja experimentada; é seu privilégio aceitar pela fé essa restauração que Deus certamente promete como algo que vem imediatamente. Pode ser acrescentado aqui que, embora a confissão seja sempre dirigida a Deus (cf. Sl 51.4; Lc 15.18, 19), há vezes e

situações em que tal admissão deveria ser estendida às pessoas também. Isto será especialmente verdadeiro quando aqueles que erraram estão cónscios do mal. Contudo, deve ser enfatizado que a confissão é primariamente feita a Deus e, na grande maioria das experiências, não passa disso.

Com relação ao efeito do pecado do crente sobre Deus, pode ser observado, não fosse pelo que Cristo operou e pelo que Ele empreende quando o cristão peca, o menor pecado teria o poder de lançar aquele que peca para longe da presença de Deus e para a ruína eterna. Em 1 João 2.1 está asseverado que Cristo advoga perante Deus pelo crente sem demora, no tempo exato do pecado cometido. Está revelado que Ele apela perante Deus, o Pai, na corte do céu, a fim de dizer que Ele suportou o próprio pecado em Seu corpo na cruz. Esta é uma resposta tão completa à exigência divina que, de outra forma, deve cair sobre o crente, e por tal trabalho advocatício Ele ganha o elevado título: "Jesus Cristo, o Justo". Houve um procedimento específico e separado feito por Cristo na cruz para com aqueles pecados que o crente cometeria.

Está escrito, conseqüentemente, que "Ele é a propiciação pelos nossos pecados" (1 Jo 2.2). É verdade, também, que Cristo se tornou propiciação "pelos pecados do mundo inteiro". Contudo, em qualquer entendimento correto da doutrina do perdão divino, uma ampla diferença será observada entre a propiciação que Cristo se tornou pelos cristãos e aquilo que Ele se tornou para o mundo dos não-salvos.

4. NO REINO VINDOURO. Por ser ele mesmo o manifesto do Rei a respeito dos termos de admissão no reino messiânico, assim como das condições que devem ser obtidas nesse reino, o Sermão do Monte (M 5.1-7.27) proporciona uma indicação específica dos termos sobre os quais o perdão divino pode ser assegurado durante o período estendido. Esta indicação é encontrada na oração (Mt 6.9-13) que Cristo ensinou aos Seus discípulos a fazer durante o período de pregação de Seu reino a Israel – um tempo quando o Seu ministério estava totalmente confinado à proclamação desse reino. Portanto, é imperativo, se qualquer semelhança de uma interpretação correta deva ser preservada, que esta oração, inclusive a revelação a respeito do perdão, seja confinada em sua doutrina e aplicação à era a qual ela pertence. Nessa era muita coisa é feita a respeito do relacionamento do homem com seu semelhante.

É então que o sermão se torna conhecido como a Regra Dourada (Mt 7.12) que tem o seu lugar devido. A frase específica na oração que revela os termos do perdão divino, diz: "Perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós perdoamos aos nossos devedores". Nenhuma interpretação errônea deveria ser permitida aqui independentemente do sentimento ou costume pertencente a esta oração modelo. A passagem condiciona o perdão divino à boa vontade humana de perdoar. Isto não pode se aplicar a quem, como o crente, foi já perdoado em todas as suas transgressões – passadas, presentes e futuras; nem poderia se aplicar ao cristão que pecou e que está sujeito conseqüentemente ao castigo, visto que dele está escrito que se ele apenas confessar seu pecado, será perdoado

e purificado. Os atos de confissão e de perdoar outros não têm relação um com o outro, de forma alguma.

Esta é uma petição na oração que Cristo fez subsequente a um comentário especial e uma interpretação. É como se ele predissesse o uso desautorizado da oração nesta era e procurasse tornar o seu caráter ainda mais claro. O comentário de Cristo foi: "Porque se perdoardes aos homens as vossas ofensas, também vosso Pai celestial vos perdoará a vós; se, porém, não perdoardes aos homens, tampouco vosso Pai perdoará vossas ofensas" (Mt 6.14,15). Nenhum estudo sem preconceito desta petição ou da interpretação que Cristo fez desta, de estar em completa discordância do fato do perdão divino na era da graça. Está escrito, por exemplo, em Efésios 4.32: "Antes sede bondosos uns para com os outros, compassivos, perdoados-vos uns aos outros, como também Deus vos perdoou em Cristo".

Aqui está estabelecido novamente um contraste entre a lei e a graça. Perdoar por que alguém já foi perdoado por Deus em Cristo é muitíssimo diferente da condição onde alguém será perdoado somente na medida em que ele próprio perdoa. Este último caso pertence ao sistema de mérito como o que se obterá no reino; o primeiro caso está em harmonia com as presentes riquezas da graça divina.

5. A OBRIGAÇÃO ENTRE OS HOMENS. Como foi afirmado, embora os termos sobre os quais o perdão divino pode ser assegurado no reino estão relacionados ao ter perdoado outros, o motivo para perdoar outros no reino prova ser semelhante ao daquele que está debaixo da graça, a saber, o fato de ter sido perdoado. Este princípio de ação relacionado às exigências do reino está declarado por Cristo em Mateus 18.21-35. Certo rei perdoou um débito de dez mil talentos – uma enorme soma em dinheiro, a respeito da qual alguém perdoado se recusou a cancelar o débito de uma quantia desprezível de cem denários. Este incidente não poderia acontecer na vida de todos os que são aperfeiçoados em Cristo e, portanto, e de modo seguro para sempre aprendemos destes versículos finais destes trecho, o seguinte: "E, indignado, o seu senhor o entregou aos verdugos, ate que pagasse tudo o que lhe devia. Assim vos fará meu Pai celestial, se de coração não perdoardes, cada um a seu irmão" (Mt 18.34,35). O crente que pertence a esta era é ordenado a ser amável para outros crentes, terno e perdoar um ao outro do mesmo modo como Deus "em Cristo vos perdoou".

6. O PECADO IMPERDOÁVEL. Quando Cristo estava na terra e ministrava no poder do Espírito Santo, um pecado peculiar era possível e poderia ser cometido, ou seja, atribuir a Satanás o poder do Espírito assim manifestado. Para este pecado não poderia haver perdão nesta presente era nem na era imediatamente seguinte (Mt 12.22-32). É evidente que tal situação não existe no mundo agora. É totalmente sem qualquer autorização supor que qualquer atitude humana para com o Espírito Santo é uma multiplicação deste mal e, daí ele ser tão imperdoável quanto o pecado contra o qual Cristo advertiu. Um pecado imperdoável e um evangelho que convida a todos os que querem vir não

podem coexistir. Se houvesse a possibilidade de um pecado imperdoável hoje, todo convite do Evangelho no Novo Testamento teria de excluir especificamente aqueles que cometeram esse pecado.

7. UM PECADO PARA A MORTE. O apóstolo João escreve a respeito de um pecado que resulta na morte física que os crentes podem cometer. A passagem diz: “Se alguém vir seu irmão cometer um pecado que não é para morte, pedirá, e Deus lhe dará a vida para aqueles que não pecam para morte. Há pecado para morte, e por esse não digo que ore” (1 Jo 5.16). Será lembrado que, de acordo com João 15.2 e 1 Coríntios 11.30, Deus reserva-se ao direito de tirar um crente desta vida que cessou de ser uma testemunha digna no mundo. Tal remoção não sugere que essa pessoa removida esteja perdida; somente significa uma forma drástica de castigo e para que ela não seja condenada com o mundo (1 Co 11.31, 32).

Perfeição

Este assunto deveria ser considerado sob sete aspectos.

1. NO ANTIGO TESTAMENTO (Gn 6.9; Jó 1.1, 8). De Israel como uma nação poderia ser requerida a perfeição (Dt 18.13). Igualmente aos homens foi ordenado serem relativamente perfeitos (Sl 37.37). (Veja as doutrinas do JUSTO e JUSTIFICAÇÃO.) Os santos do Antigo Testamento são vistos no céu como “espíritos dos justos aperfeiçoados” (Hb 12.22-24). Paulo era irrepreensível perante a lei (Fp 3.6).

2. PROGRESSIVA. Os santos do Novo Testamento podem progredir em relação à maturidade espiritual, que se refere ao ser mais ou menos crescido e não à perfeição sem pecado (1 Co 2.6; cf. 13.11; 14.20; Fp 3.15; 2 Tm 3.17).

3. É A CARNE. “Sois vós insensatos? Tendo começado pelo Espírito, é pela carne que agora acabareis?” (Gl 3.3).

4. EM ALGUM PARTICULAR. (a) na obediência a Deus (Cl 4.12). (b) Na imitação de Deus (Mt 5.48). (c) No serviço (Hb 13.21). (d) Na paciência (Tg 1.4).

5. POSICIONAL. A perfeição posicional é devida à permanência do crente em Cristo (Hb 10.14). Neste aspecto o crente é visto ser absoluta e infinitamente perfeito, na verdade tão perfeito quanto o próprio Cristo, mas é totalmente devido ao fato de que ele está em Cristo e de participar do que Cristo é, não a qualquer perfeição de si próprio.

6. DEFINITIVA (INDIVIDUAL). A Escritura diz que em algum tempo no futuro o crente será conformado à imagem de Cristo (Cl 1.28; cf. v. 22; Fp 3.12; 1 Ts 3.13; 1 Pe 5.10).

7. DEFINITIVA (CORPORATIVA). A totalidade do conjunto dos crentes será aperfeiçoada como tal (Jo 17.23; Ef 4.12, 13; 5.27; Jd 24; Ap 14.5).

A Escritura não fornece base alguma para as doutrinas extremas da santidade pessoal ou da perfeição sem pecado defendida por alguns cristãos.

Permanência

A palavra grega μένω, que é traduzida como permanecer, é usada cerca de 120 vezes no Novo Testamento. Outros termos em nossa língua usados para traduzir esta palavra são igualmente significativos – “restar, ficar, continuar, tardar, durar (Mt 10.11; Lc 19.5; At 9.43; 27.31; 1 Co 13.13; 2 Tm 2.13). O apóstolo João emprega este verbo 64 vezes e em seus escritos os tradutores da Authorized Version o têm traduzido como *permanecer* 21 vezes. O significado desse termo grego é assim, e claramente indica aquilo que permanece, fica, continua, tarda ou dura; é o que permanece na posição em que é colocado. Em referência à realidade espiritual, a palavra *permanecer* indica uma constância em relação a Cristo. É também verdadeiro que Cristo se referiu à Sua própria permanência no crente (cf. Jo 15.5), relacionamento esse que nunca pode falhar, visto que ele depende somente de Sua fidelidade. Há pouca base, conseqüentemente, para o sentimento expresso em certos hinos onde se pede que Cristo permaneça com o crente.

O significado geral da palavra *permanecer* conduz a pelo menos duas idéias – uma que sugere uma continuação em união com Cristo e outra que sugere continuação em comunhão com Cristo. A passagem mais reveladora é João 15.1-17, onde o crente é ordenado a permanecer em Cristo como o ramo permanece na videira. Esta passagem não dará apoio para a noção de que permanecer em Cristo significa permanecer em *união* com Ele; quando esta tradução superficial é aceita, somente resulta numa falsa doutrina. Por outro lado, está claro que a palavra de exortação leva o crente a permanecer em *comunhão* com Cristo como Ele permanece em comunhão com Seu Pai. Como a seiva flui da videira para o ramo que permanece em contato com ela, assim a vitalidade espiritual flui de Cristo para o crente que permanece nele.

A comunhão depende do acordo e o acordo exige uma sujeição completa de alguém ao seu superior: assim é imperativo que os mandamentos de um sejam observados pelo outro. Cristo disse que por observar os mandamentos do Seu Pai Ele permanecia no Seu amor. Não houve, naturalmente, uma tentativa da parte de Cristo de preservar uma união com Seu Pai. Essa havia sido inquebrantável e sem possibilidade de rompimento desde toda a eternidade; mas, do lado humano, Ele manteve comunhão ao fazer a vontade do Pai.

Três versículos neste contexto (Jo 15.1-17) estabelecem a importância doutrinária de permanecer em Cristo, ou seja,

João 15.2: “Toda vara em mim que não dá fruto, ele a corta; e toda vara que dá fruto, ele a limpa, para que dê mais fruto”.

Por ter asseverado que Ele é a Videira Verdadeira e Seu Pai é o Agricultor e, mais tarde, que os salvos são os ramos, Cristo declara que um *ramo nele* – terminologia que conota a união mais vital e imutável que jamais poderia existir – pode falhar em produzir fruto. É neste ponto que o significado da palavra *permanecer*, usada neste contexto, é determinado. O ramo não está em Cristo porque ele produz fruto, mas por estar em Cristo, o ramo pode ou não produzir fruto. Assim, fica demonstrado que permanecer em Cristo não é uma questão

de manter união com Cristo, mas de manter comunhão com Ele. Quando a comunhão com Cristo é preservada da parte de alguém em Cristo, a seiva da vitalidade espiritual é comunicada, o que resulta em mais fruto produzido. Este versículo declara claramente que há aqueles em Cristo, portanto salvos e seguros para sempre, que num determinado tempo não produzem frutos. A respeito deles, Deus se reserva o direito de removê-los de seu lugar neste mundo (cf. 1 Co 11.30; 1 Jo 5.16), diretamente para a glória celestial.

Ninguém deveria supor que qualquer pessoa vai para o céu porque ela é frutífera, porque ela observa os mandamentos de Cristo, ou porque ela permanece em Cristo. A entrada no céu depende somente da união com Cristo. Um ramo que está nEle irá para o céu sem ser frutífero, embora pela infrutuosidade o crente deva ser responsabilizado e isto acontece na perda das recompensas antes do tribunal de Cristo no céu. Dos ramos em Cristo que são frutíferos não é dito que são salvos ou mantidos salvos por isso, mas são “purificados” ou inclinados para que eles produzam mais fruto.

João 15.6: “Quem não permanece em mim é lançado fora, como a vara, e seca; tais varas são recolhidas, lançadas no fogo e queimadas”.

Deste versículo dependem aqueles que argumentam que a salvação do crente não é segura. Este versículo deve ser abordado, como todo este tema da permanência requer, com base na realização do poder divino naquele que é salvo. Aqueles crentes que não permanecem em comunhão com Cristo, embora salvos, são sem poder com respeito ao testemunho e a todo serviço. Por estar com a comunhão rompida, eles se enfraquecem no poder espiritual. O julgamento que vem imediatamente sobre eles não é de Deus, entretanto, mas dos homens (cf. 2 Sm 12.14). É o que Tiago se refere quando ele afirma que a justificação é pelas obras (Tg 2.14-26). A justificação deve ser na base de obras na esfera da relação do crente com os homens; porque eles julgam somente pelo que eles observam. Diante de Deus a justificação é pela fé, mas o mundo nada conhece sobre tal fé. Na verdade, é mais exigente requerer que aquele que professar ser um filho de Deus deva adornar a doutrina que ele segue.

O cristão é admoestado, não obstante, a andar circunspectamente perante os que são de fora. Por uma manifestação razoável da vida divina no crente, o mundo pode vir a “conhecer” e “crer” com relação a Cristo (cf. Jo 13.34,35; 17.21-23). Aos filhos do reino, Cristo disse que o mundo, ao contemplar as boas obras deles, glorificaria o Pai do céu por essa razão (Mt 5.16). Como foi usada nesta passagem, a figura que se assemelha aos julgamentos que os homens impõem ao “ajuntar” e “queimar” os ramos secos, é muitíssimo forte e deve ser interpretada à luz de fatos existentes. Os homens não juntam em queimam seus companheiros num sentido literal; mas eles impõem um julgamento muito drástico sobre aquele que professa ser salvo e, todavia, não manifesta os ideais que pertencem a essa vida. Esta advertência aos crentes feita por Cristo a respeito da atitude sem misericórdia do mundo é oportuna e importante.

É provavelmente o único caso em que Cristo introduz este tema quando contempla o cristão em sua relação com o mundo. A atitude impiedosa do mundo

para com o crente está indicada pelas palavras de Cristo, nos versículos 1-17 – “Se o mundo vos odeia, sabeí que, primeiro do que a vós, me odiou a mim. Se fôsseis do mundo, o mundo amaria o que era seu; mas, porque não sois do mundo, antes eu vos escolhi do mundo, por isso é que o mundo vos odeia” (Jo 15.18,19).

João 15.10: “Se guardardes os meus mandamentos, permanecereis no meu amor; do mesmo modo que eu tenho guardado os mandamentos de meu Pai, e permaneço no seu amor”.

Este versículo específico, determina o que é realmente exigido do crente com o fim dele poder permanecer em comunhão com Cristo. A questão é afirmada de um modo simples: “Se guardardes os meus mandamentos”. A guarda dos mandamentos de Cristo é facilmente reconhecida como a base da comunhão com Cristo que produz frutos; em nenhum sentido é a base da união com Cristo, que é obtida pela fé somente. Por guardar Sua perfeita vontade, a comunhão é mantida, comunhão essa que abre o caminho para o influxo do poder vital pelo qual o fruto será gerado. Nenhuma referência é feita por Cristo neste contexto aos mandamentos de Moisés. A frase *meus mandamentos* não é empregada por Cristo até Ele chegar ao Cenáculo e é uma antecipação do presente relacionamento celestial com Cristo que é verdadeiro de todos os que crêem.

Cristo menciona sua própria relação com o Pai como uma ilustração – “como tenho guardado os mandamentos do meu Pai, e permaneço no seu amor”. Ele guardou os mandamentos do Seu Pai, não para criar ou preservar a união com o Pai, mas para preservar a comunhão com Ele.

Os resultados de permanecer são ambos, negativo e positivo. Do lado negativo, Cristo disse: “Sem mim [à parte de mim, ou separado da comunhão que dá vida] nada podeis fazer” (Jo 15.5). Do lado positivo, quatro efeitos são mencionados que fluem da vida permanente: a purificação que está pela poda (v. 2), oração eficaz (v. 7), alegria celestial (v. 11) e fruto que é perpétuo (v. 16).

Em conclusão, pode ser reafirmado que o contexto é dirigido àqueles que são salvos e não se preocupa com a salvação deles nem sua durabilidade; mas ele se preocupa com o contato vital ou comunhão com Cristo – uma permanência em Seu amor que resulta no influxo do fruto para a glória de Deus, a experiência da alegria celestial, e a eficácia imensurável na oração

Poder

As divisões naturais deste assunto são:

1. DE DEUS. (a) Sobre todos os seres espirituais e esferas como Criador, Preservador e Consumador. (b) Sobre as esferas físicas igualmente com respeito à criação, coesão e consumação (Cl 1.16, 17). O nome *El Shaddai* do Antigo Testamento que revela Deus como o “Poderoso” se torna o Doador da Força e o que Satisfaz o Seu povo (Gn 17.1); por este meio Ele incitaria a confiança do homem sobre Si próprio.

2. DAS HOSTES ANGELICAIS. Os seres angelicais são mencionados na Escritura como principados e potestades. Ilustrações do poder de Satanás (que é superado somente pelo poder de Deus) podem ser observadas em Jó, capítulos 1 e 2, e em Isaías 14.12-17.

3. DA NATUREZA. O poder da natureza deve ser visto no vento, na maré, no sol, nos animais e na capacidade de todas as formas inferiores de vida crescerem para formar a vida ou reproduzi-la (Gn 1.22).

Duas palavras importantes no grego para *poder* são encontradas nas Escrituras. A primeira, δύναμις, é usada 130 vezes pelo Novo Testamento, e dela várias palavras em nossa língua se derivam: dinâmica, dinastia, dina, dinamômetro, dinamite, dínamo etc. Ela conota todo poder em operação (Ap 5.12). A segunda palavra, ἐξουσία, empregada 104 vezes pelos escritores apostólicos, tem referência ao poder de escolha ou liberdade de fazer de como alguém se agrada, seja no poder físico ou mental, a capacidade ou força com que alguém é revestido ou exerce, o poder de autoridade e direito, poder de governar (e.g., Mt 28.18).

4. DO HOMEM. A execução de poder para um crente pode ser observada em cinco aspectos diferentes, pertencentes à (1) vitória sobre o pecado inerente (Gl 5.16); (2) manifestação das virtudes de Cristo (Gl 5.22, 23); (3) ao serviço (Fp 2.13); (4) a Deus (Gn 32.28); e (5) às pessoas para a glória de Deus (Êx 3.10). Cf. 2 Coríntios 11.13-15; 2 Tessalonicenses 2.8-10.

Posição da Cabeça

Como a cabeça humana governa o corpo a que ela pertence, assim o mandatário é revestido da autoridade de cabeça onde quer que ela exista.

1. Cristo mantém ao menos cinco relacionamentos, a saber: (a) Pedra (cabeça) de esquina (At 4.11; 1 Pe 2.7). Veja Efésios 2.19-22, onde o grupo total de crentes é visto como um edifício de Deus, e Cristo é a pedra angular de esquina. (b) Cabeça de todo homem (1 Co 11.3; cf. Ef 5.23). Seja organizado ou admitido por homens, Cristo reina sobre todos eles. Para Cristo, eles devem prestar contas. (c) Cabeça sobre o corpo místico, a Igreja (Ef 4.15; Cl 1.18; 2.19). (d) Cabeça sobre a Noiva (Ef 5.23-33). Aqui novamente a Igreja está em vista com um relacionamento singular a ser realizado plenamente após o casamento do Cordeiro. (e) Cabeça de principados e potestades (Ef 1.21; Cl 2.10). Cristo tem autoridade universal sobre todas as hostes angelicais.

2. O Cabeça de Cristo é Deus (1 Co 11.3). A autoridade que Cristo exerce lhe foi dada pelo Pai (Jo 5.27; At 17.31; 1 Co 15.25-28).

3. Adão é o cabeça natural da raça, que caiu com ele (Rm 5.12).

4. Cristo posiciona-se como Cabeça sobre a nova criação, que está nele e participa de Sua vida ressurrecta (Ef 1.19-23).

5. O homem é a cabeça da mulher (1 Co 11.3; Ef 5.23). Exceções devidas à personalidades e situações incomuns tornam difícil esta parte da doutrina da posição de cabeça. Não obstante, por providência divina, o homem é colocado

sobre a mulher em autoridade e condições onde ambos não serão felizes quando essa ordem divina é ignorada. A mulher não é formada com a capacidade de exercer autoridade e freqüentemente se torna excêntrica ou com ausência de equilíbrio [quando tenta exercer a função de autoridade].

Posição e Estado

As duas doutrinas da posição cristã e da vida diária ou estado se misturam numa importante verdade, e daí poderem ser tratadas juntas aqui.

A *posição*, distinta do estado ou do contato diário com Cristo, é uma referência à relação do cristão à obra perfeita e imutável de Deus pelo crente, enquanto que o *estado* se refere à condição mutável e à condição imperfeita de sua alma de momento para momento. A fé assegura a posição, mas a aderência a todas as leis que governam a vida espiritual deve assegurar os benefícios diários para a alma.

Os textos relacionados à posição do crente são: João 1.12; Romanos 5.1,2; 8.17; 1 Coríntios 6.19; 12.13; Efésios 1.3, 6.11, 13; 2.4-6; 5.30; Colossenses 2.10; Hebreus 10.19; 1 Pedro 1.4, 5; 2.9; 1 João 3.2; 5.1, 13; Apocalipse 1.5, 6. Compare 1 Coríntios 1.2-9 como uma referência à posição com 1.11; 3.1-4; 4.18; e 5.2, onde o estado é revelado; 1 Coríntios 6.11 com 6.7; 1 Coríntios 6.15a com 6.15b; 1 Coríntios 16.23 com 16.17; Colossenses 1.12,13 com 3.8,9a.

Tudo o que faz parte da experiência do crente após ele ser salvo – o treinamento e o desenvolvimento divino – é com a finalidade de que ele possa ser mais conformado em seu estado ao que ele possui na posição, desde o momento em que ele é salvo.

Predestinação

Em sua importância doutrinária, a predestinação é quase idêntica à preordenação (vê-la no seu próprio lugar). A predestinação, portanto, fala do propósito divino relacionado aos homens e anjos. Os decretos de Deus, contudo, se relacionam a todas as coisas, materiais e imateriais. O pecado, então, é decretado, o destino do salvo é predestinado. A palavra *predestinar* significa “marcar”, mas a doutrina se relaciona somente a certas funções do propósito divino. A salvação está de acordo com a eleição. Certas coisas que pertencem aos que possam ser salvos são predestinadas (Rm 8.29,30; Ef 1.4, 5, 9; 3.11; cf. At 4.28). Observe a ausência de todos os aspectos condicionais aqui. A predestinação é mais de pessoas do que de suas ações, e não meramente de pessoas como tal, mas o destino delas.

A predestinação testemunha da certeza divina, mas não da compulsão. Há, obviamente, diferentes modos de tornar essas coisas certas. Elas podem ser

feitas por influência moral ou pelo controle da vontade humana. Deus resolve realizar o Seu propósito por guiar e inclinar a vontade dos homens. Esta verdade deveria evitar as apresentações errôneas da predestinação. Duas palavras gregas são traduzidas como *predestinar*: *προορίζω* (cf. o derivativo *horizonte* – ‘que está além ou diante’, também a palavra *providenciar*; veja At 4.28; Rm 8.29,30; 1 Co 2.7; Ef 1.5,11) e *προγίνωσκω*, ‘conhecer de antemão’ (At 2.23; 26.5; Rm 8.29; 11.2; 1 Pe 1.2, 20; 2 Pe 3.17).

A predestinação está em harmonia com toda a Escritura, decretos, eleição, pactos e experiência humana. Ela é mais do que onipotência ou vontade divina irresistível. Deus pesa todo aspecto moral de cada problema. A predestinação como consequência é sempre concorde com a santa natureza de Deus.

Visto que a predestinação nunca é contra o destino do não-salvo, qualquer sugestão que suas provisões são para os não-salvos deve ser resistida.

Pregação

A pregação é referida cerca de 20 vezes no Antigo Testamento e 250 vezes no Novo Testamento. Ela pode ser definida como aquele serviço pelo qual um homem é incumbido da proclamação da mensagem de Deus aos homens. É o método do tempo presente, com suas ramificações, da conclusão daquilo que Jesus começou a fazer e a ensinar (At 1.1).

Efésios 4.11 contempla diversas formas distintas de pregação nesta era: *apóstolo* (ἀπόστολος, usado 80 vezes), *profeta* (προφήτης, usado 160 vezes), *evangelistas* (εὐαγγελιστής, usado 3 vezes), *pastor* (ποιμήν, usado 17 vezes), e *mestre* (διδάσκαλος, usado 60 vezes). *Pastor e mestre*, contudo, parecem designar o mesmo ministério.

Há vários evangelhos ou mensagens na Escritura, naturalmente: (1) o do reino (Mt 4.22 seguintes); (2) o de Deus (Rm 1.1,15); (3) o de Cristo (Rm 1.16; 15.19ss); (4) o da paz (Rm 10.15); (5) o da graça (At 20.24); (6) o da salvação (Ef 1.13); e (7) um chamado evangelho “eterno” (Ap 14.6).

Há seis palavras no Novo Testamento que significam falar, pregar ou proclamar: (1) *διαγγέλλω* (Lc 9.60); (2) *διαλέγομαι* (At 17.2); (3) *εὐαγγελίζω* (At 8.40); (4) *καταγγέλλω* (At 15.36); (5) *κηρύσσω* (Rm 10.8); (6) *λαλέω* (Mt 10.19; em todos, usados 210 vezes); são as mais usadas *λαλέω*, ‘falar’; *κηρύσσω*, ‘anunciar’; e *εὐαγγελίζω*, ‘evangelizar’. Em contraste, de acordo com suas naturezas distintivas, o Evangelho do reino é anunciado (*κηρύσσω*); as boas novas da salvação pregadas (*εὐαγγελίζω*).

De acordo com Efésios 4.12, todos os crentes são chamados para “pregar” ou entregar de alguma forma as boas novas. É o “serviço do ministério”, para ser exato, para o qual o pastor e o mesmo são destinados a equipá-los (Jo 17.18; 2 Co 5.18-20).

Preordenação

O campo total dos propósitos revelados de Deus será visto somente quando todas as várias abordagens ao Seu decreto tiverem sido observadas. Este tema inclui a doutrina dos decretos, da eleição, da predestinação, da preordenação ou escolha divina, da presciência, da vocação eficaz e do livre-arbítrio do homem. Em sua forma mais simples, a preordenação significa atribuir a Deus a capacidade e a inteligência perspicaz, para proporcionar com precisão infinita as coisas que formam o desenvolvimento do universo que Ele criou. É prontamente admitido que o tema se estende às esferas de outros mundos e que contempla em Deus as coisas que Suas criaturas podem não entender agora. Há provavelmente pouca dificuldade na mente de qualquer pessoa séria que tem Deus em alta conta a respeito dessa questão de Seu direito e da necessidade conseqüente de planejar o curso de Seu universo antes dEle trazer todas as coisas à existência.

Pode surgir dificuldade com respeito ao mal que está presente agora e sobre o que um Deus santo designou, criou e executa. As almas piedosas, contudo, não permitirão que o mal seja gerado por Deus, e uma pessoa razoável não alegará que o mal está presente, porque Deus não pode evitá-lo, nem homens ponderados e observadores concluem que o universo é um gigantesco acidente que se move desgovernado para a sua própria destruição. Deve ser reconhecido que de algum modo totalmente além da compreensão humana que a permissão e a presença do mal no universo de Deus sejam consistentes com o Seu santo caráter e não podem estar ligados a Ele e de forma alguma é responsável por ele. Este princípio deve ser visto na operação de outra forma mais atraente quando é observado que, embora todo serviço frutuoso seja operado pelo poder capacitador do Espírito Santo, Deus não retém ou reivindica para Si próprio qualquer recompensa por esse serviço, quando o crente permanece perante o tribunal de Cristo. O cristão é, então, recompensado como se ele tivesse por si mesmo realizado tudo que podia ter sido feito pelo poder vencedor do Espírito.

A doutrina da preordenação, então, é quase idêntica à da predestinação. O primeiro termo sem dúvida tem uma significação mais ampla no sentido em que ele pode incluir todas as coisas dentro do escopo do propósito de Deus, enquanto que o outro termo é usualmente empregado somente a respeito de pessoas e restrito ao destino predeterminado daqueles que são salvos, com exceção de Atos 4.27,28 que é uma referência ao que estava determinado a respeito dos sofrimentos de Cristo (cf. Rm 8.29, 30; 1 Co 2.7; Ef 1.5, 11).

Presbíteros

Visto que os presbíteros (ou bispos) são os governantes divinamente ordenados na Igreja visível e local, a doutrina geral da igreja local no que diz

respeito ao seu governo pode legitimamente ser introduzida sob este título. O termo *presbítero* é comum a ambos os testamentos e em geral contempla aqueles de maturidade e de autoridade. Nenhum principiante na fé deveria se tornar um presbítero (cf. 1 Tm 3.6). A primeira referência a presbíteros no Antigo Testamento parece ter levado em conta a idade avançada deles. Os velhos em razão de sua experiência são naturalmente valiosos para o conselho (cf. 1 Rs 12.8; Ez 7.26). Mais tarde, na história bíblica, a designação *presbítero* adquiriu a idéia acrescentada de autoridade.

A palavra *presbítero* tem três significados no Novo Testamento. (1) Uma referência à idade ou maturidade (cf. Lc 15.25; 1 Tm 5.2). (2) Uma continuação do ofício presbiteral do Antigo Testamento sobre Israel (cf. Mt 16.21; 26.47, 57; At 4.5,23). (3) Um nome para um oficial da igreja local a quem é designado autoridade especialmente na direção de assuntos espirituais pertencentes à igreja que ele serve. É agora geralmente reconhecido que o título *presbítero* (πρεσβύτερος) diz respeito à mesma pessoa do bispo (ἐπίσκοπος). Parece provável que a palavra *presbítero* seja o reconhecimento da pessoa escolhida para portar o nome, enquanto que a palavra *bispo* seja descritiva do ofício ou posição que essa pessoa ocupa. O termo *presbítero* contempla o que o homem é em si mesmo, enquanto que o termo *bispo* contempla o que ele é designado para fazer.

Entre as igrejas modernas há três formas gerais de governo. (1) Há aquelas que empregam a palavra *episcopal* por sua maneira de governo, que indica a liderança mais ou menos absoluta nas mãos de homens conhecidos como bispos. (2) Há uma forma congregacional de organização que teoricamente traz todos os assuntos a toda filiação para decisão. (3) Entre esses dois extremos, repousa a forma representativa de governo em que a filiação ou congregação por seu voto entrega a responsabilidade de governo a homens escolhidos – presbíteros e diáconos. Ao presbítero é dado em geral o cuidado das coisas espirituais e ao diácono o cuidado das coisas temporais. Esta forma de governo de Igreja, que serviu de padrão para o governo dos Estados Unidos com seu Senado e Câmara de Deputados, permanece fundamentalmente um governo congregacional, visto que esses oficiais servem no mandato de uma igreja local.

Os presbíteros ou diáconos não devem ser os governantes que impõem a vontade deles sobre a congregação, como freqüentemente acontece. Eles são eleitos pela congregação antes que como uma comissão, e sobre eles são impostas as responsabilidades que são atribuídas a homens que governam. As igrejas que foram organizadas sob esta forma representativa de governo não deveriam jamais perder de vista o fato de que elas são, do princípio ao fim, congregacionais em seu tipo de governo. Esta verdade não é diminuída por causa do compromisso de responsabilidade dado aos presbíteros representantes e diáconos. Tais homens deveriam se desincumbir de tudo isso, mas não mais do que lhes é atribuído. Estes oficiais escolhidos deveriam procurar conhecer qual é o desejo de toda filiação e desempenhar isso somente. Nunca deveriam impor quaisquer convicções pessoais sobre a congregação contrárias à mente da filiação.

Por mera conveniência alguns presbíteros são classificados como *presbíteros docentes*, que são os pastores ordenados, e outros como *presbíteros regentes*, que são os oficiais da igreja. Aqui a terminologia *presbítero regente* nada sugere além de governar como representante da filiação. Os presbíteros podem ser eleitos para governar pela vida toda ou por um período restrito. Este último tem mais a seu favor.

Presciência

A presciência que Deus possui deve ser distinta da mera presciência ou conhecimento dos eventos futuros. A presciência pode depender da vontade das criaturas para a sua execução imediata ou a espera dela, mas a presciência de Deus é aquilo que Ele próprio propõe acontecer. Deste modo, então a ordem total dos eventos desde os mínimos detalhes até os maiores é operada sob o decreto determinante de Deus de forma que acontecem de acordo com o Seu propósito soberano. A presciência divina está muitíssimo relacionada à preordenação. Igualmente, a presciência de Deus deveria ser distinta da onisciência em que esta última é estendida suficientemente para abranger todas as coisas passadas, presentes e futuras, enquanto que a presciência prediz somente os eventos futuros. Além disso, o conhecimento de antemão de Deus deveria ser distinto do Seu conhecimento dos eventos que são meramente possíveis.

Este último está na esfera do entendimento divino de prever o que aconteceria sob certas circunstâncias, mas que em Sua providência nunca ocorre. Ao manifestar esta chamada presciência hipotética, Cristo declarou: “Ai de ti, Corazim! Ai de ti, Betsaida! Porque, se em Tiro e em Sidom se tivessem operado os milagres que em vós se operaram, há muito elas se teriam arrependido em cilício e em cinza” (Mt 11.21).

A doutrina da presciência divina, com respeito à evidência sobre a qual ela repousa, está confinada ao Texto Sagrado. Nesse texto será visto que Deus opera de acordo com o Seu eterno propósito, e que este propósito inclui tudo o que vem a acontecer; portanto, a presciência de Deus apresentada nas Escrituras deve ser estudada, não como uma mera previsão de eventos que o destino cego poderia gerar ou que supostamente vão surgir na vontade dos homens e dos anjos, mas como um programa incorporado no decreto de Deus a respeito de todas as coisas. Teorias e noções que apresentam questões hipotéticas estranhas a este conceito bíblico devem ser tratadas como sem relação com o escopo da doutrina. Esse lado deste tema está bem afirmado pelo Dr. Caspar Wistar Hodge na *International Standard Bible Encyclopaedia*:

Ora, conquanto os escritores do Antigo e do Novo Testamento não escrevam de uma maneira abstrata ou filosófica, nem entrem em explicações metafísicas da relação entre a presciência e a preordenação de Deus, é perfeitamente evidente que eles tinham um conceito claro

sobre este assunto. Conquanto sejam usados antropomorfismos com respeito à maneira em que Deus conhece, Ele nunca é concebido como se Ele obtivesse o Seu conhecimento do futuro como um mero espectador que observa o curso dos eventos no tempo. A idéia de que o Criador onipotente e Governador soberano do universo deveria governar o mundo e formar Seu plano como contingente e dependente da uma mera previsão dos eventos fora de Seu propósito e controle não é somente contrária a toda idéia escriturística da soberania e da onipotência de Deus, mas é também contrária à idéia escriturística da presciência de Deus que é sempre concebida como dependente de Seu propósito soberano. De acordo com a concepção da Escritura, Deus conhece de antemão porque Ele preordenou todas as coisas, e porque em Sua providência Ele certamente fará com que aconteçam. Sua presciência não é dependente a ponto de aguardar os eventos, mas é simplesmente o conhecimento que Deus tem de Seu próprio eterno propósito. Dillmann chamou isto de “uma presciência produtiva” (*Handbuch d. alttest. Theol.*, 251). Isto não está exatamente correto. O Antigo Testamento não concebe a presciência de Deus como “produzindo” ou causando os eventos. Mas quando Dillmann diz que no Antigo Testamento não há sugestão alguma de uma “presciência inativa” da parte de Deus, ele dá expressão à verdade de que no Antigo Testamento a presciência de Deus está baseada na Sua preordenação e controle providencial de todas as coisas. A presciência divina, portanto, depende do propósito divino que determinou o plano do mundo (Am 3.7), e todos os seus detalhes (Jó 28.26,27). Antes de o homem nascer, Deus o conhece e o escolhe para sua obra (Jr 1.5; Jó 23.13,14), e através do conhecimento que Deus tem do homem no Salmo 139, descansa sobre o fato de que Deus determinou de antemão o destino do homem (Sl 139.14-16).

A mesma coisa é verdadeira no ensino do Novo Testamento sobre este assunto. A presciência divina é simplesmente o conhecimento que Deus tem de seu próprio propósito eterno. Isto está especialmente claro naqueles casos onde o eterno propósito da redenção de Deus através de Cristo é apresentado como um mistério que é conhecido por Deus e que pode ser conhecido pelo homem somente quando agrada a Deus revelá-lo (Ef 1.9; 3.4-9).²²

Referindo-se à passagem sobre o conhecimento de antemão (Rm 8.28-29), o Dr. Hodge continua:

Em Romanos 8.29,30 a palavra “conhecer de antemão” ocorre em conexão imediata com a predestinação de Deus dos objetos da salvação. Aqueles a quem Deus conheceu de antemão, Ele também os predestinou para serem conformados à imagem de Seu Filho. Ora, a presciência neste caso não pode significar uma mera previsão da fé (como Meyer, Godet) ou amor (Weiss) nos objetos da salvação, cuja fé ou amor é suposta determinar a predestinação divina. Isto não somente contradiria a visão

de Paulo da soberania absoluta e do caráter gracioso da eleição, mas está também diametralmente oposto ao contexto desta passagem. Estes versículos formam uma parte do encorajamento que Paulo oferece aos seus leitores para os problemas deles, inclusive a sua própria fraqueza interior. O apóstolo lhes diz que podem estar certos de que todas as coisas cooperam juntamente para o bem daqueles que amam a Deus; e estes são definidos como aqueles que Deus chamou segundo o seu propósito. O amor deles para com Deus é evidentemente o seu amor como cristãos, e é o resultado de um chamamento que em si mesmo resulta de um propósito eterno, de modo que o amor cristão deles é simplesmente o meio pelo qual podem saber que foram objetos desse chamamento. Eles não estavam dentro da esfera do amor de Deus pela sua própria escolha, mas foram “chamados” a este relacionamento pelo próprio Deus, e isto de acordo com um propósito eterno da parte de Deus.

O que se segue, portanto, deve ter como seu motivo simplesmente descobrir e basear essa segurança da salvação por remontar tudo à “presciência” de Deus. Considerar essa presciência como contingente de qualquer coisa no homem seria estar em flagrante contradição com todo o contexto desta passagem assim como com seu motivo. A palavra “presciência” aqui evidentemente tem o sentido de amor como nós o encontramos em Pedro. Consequentemente, aqueles a quem Deus predestina, Ele chama, justifica e glorifica, são exatamente aqueles a quem Ele contemplou com Seu amor soberano. Atribuir qualquer outro significado à “presciência” aqui seria estar em desacordo com o uso do termo em outra parte do Novo Testamento, onde ele é colocado em conexão com predestinação, e contradiria o propósito para o qual Paulo apresenta esta passagem, ou seja, assegurar a seus leitores de que a salvação definitiva deles depende, não da fraqueza deles, mas do amor soberano e de sua graça e poder.²³

Qualquer compreensão correta da presciência divina, então, deve vê-la como o reconhecimento bíblico e da razão da parte de Deus a respeito daquilo que Ele tornou certo pelo Seu decreto abrangente. No Antigo Testamento, essa presciência é indicada em Jó 23.13,14; Salmo 139.1-24; Jeremias 1.5; e no Novo Testamento, em Atos 2.23; 15.18; Romanos 8.28, 29; 11.2; 1 Pedro 1.2, textos todos a que devemos tratar com muito carinho.

Primícias

Uma das festividades de Israel designadas por Jeová, era a festa das primícias. A festa centrava-se no mover do feixe das primícias que era apresentado perante Jeová no tempo da colheita. Era um feixe representativo e contemplava todos os feixes da colheita total, visto que a Jeová deveriam ser dadas ações de graças pelo crescimento

que a sementeira e a colheita asseguravam. O termo *primícias* é usado de várias formas na Bíblia e cada uma das diversas aplicações deveria ser considerada.

1. **CRISTO.** Duas vezes é dito que Cristo é as *primícias* e isto em sua ressurreição (1 Co 15.20, 23). Com o Seu corpo humano glorificado Cristo apareceu no céu imediatamente após a ressurreição. Seu aparecimento na esfera acima tornou-se uma representação da grande colheita daqueles que vão segui-lo com seus corpos glorificados igual ao Seu corpo glorioso da ressurreição (Fp 3.20, 21). Nenhum dos de Seu povo que morreu está em posse de seu corpo ressurrecto. A aquisição desse corpo aguarda a vinda de Cristo. Assim, é verdade que Ele “somente possui imortalidade, que habita em luz inacessível...” (1 Tm 6.16). Ele morreu e foi sepultado, e, por causa desta experiência, seria natural dizer que Ele se revestiu da incorruptibilidade como acontecerá com todos os ressuscitados (1 Co 15.51,52); mas Cristo não conheceu a corrupção (cf. Sl 16.10; At 2.25-28). Portanto, como ninguém, Ele se revestiu da imortalidade em Sua ressurreição. Cristo como glorificado em Seu corpo humano da ressurreição, é o antítipo do feixe movido no Antigo Testamento.

2. **OS PRIMEIROS CRISTÃOS.** Cristo somente é as *primícias* no céu. Tiago, contudo, declarou: “Segundo a sua própria vontade, ele nos gerou pela palavra da verdade, para que fôssemos como que *primícias* das suas criaturas” (Tg 1.18). Esta declaração reconhece tanto a eleição soberana de Deus – porque é por Sua própria vontade que Ele foi dirigido – quanto o fato do poder regenerador do Espírito Santo. Esta última declaração é realizada pela agência da palavra da verdade. Aqueles que são gerados tornam-se *primícias* e não podem ser pressionados além do que foram primeiro dentre os muitos dos remidos pertencentes à Igreja que nenhum homem pode contar. Aqueles que foram “como que *primícias*” evidentemente reconhecem a verdade de que Cristo somente é as *primícias*, estritamente falando.

3. **BÊNÇÃOS.** Como um penhor, um antegozo daquilo que aguarda o filho de Deus em glória, as bênçãos que agora são percebidas pelo crente por causa da presença do Espírito em seu coração constituem o que é chamado de *primícias*. O apóstolo disse: “E não só ela, mas até nós, que temos as *primícias* do Espírito, também gememos em nós mesmos, aguardando a nossa adoção, a saber, a redenção do nosso corpo” (Rm 8.23). Assim, um cômputo pode ser feito em algum grau da experiência em glória para todos que agora estão entre os salvos, se o Santo Espírito é as *primícias*.

4. **PRIMEIROS CRENTES NUMA LOCALIDADE.** Totalmente similar à classificação precedente está outra pela qual quando o Evangelho é primeiramente pregado numa localidade há aqueles que crêem e se tornam as *primícias* daquela localidade. Duas vezes o apóstolo se refere às *primícias* espirituais da Acaia em Romanos 16.5 e 1 Coríntios 16.15.

5. **ISRAEL.** Jeremias afirmou: “Então Israel era santo para o Senhor, *primícias* da sua novidade; todos os que o devoravam eram tidos por culpados; o mal vinha sobre eles, diz o Senhor” (Jr 2.3). Como Israel é o primeiro na ordem da revelação do propósito divino para este mundo, esse povo se tornou as *primícias*

de uma escala extensa da totalidade do programa divino. Será observado como a advertência é dada aqui para todos os povos a respeito da dura punição que vem sobre aqueles que perseguem Israel.

6. APOCALIPSE 7 E 14. Duas vezes a referência é feita em Apocalipse a um grupo de 144.000. No primeiro caso (Ap 7.1-8), eles são identificados como pertencentes às tribos de Israel – cuja identificação deveria dirigir todas as tentativas de interpretação. Estes indivíduos são selados com o selo protetor e seletivo de Deus. Em Apocalipse 14.1-5 este mesmo grupo – por ser selado, seu número não pode ser aumentado ou diminuído – é visto como as primícias da era do reino vindouro onde o Rei reinará de Sião.

Profecia

A profecia é um aspecto distinto e singular da revelação totalmente estranha à capacidade humana. Ela atinge a história pré-escrita; portanto, deve provar ser um grande fenômeno. Seu cumprimento no passado é inquestionável, e permanece como uma evidência indiscutível para a inspiração.

1. COMO PREDIÇÃO. A profecia preditiva deve ser distinta da pregação ou da proclamação; em si mesma é uma espécie de ministério profético.

2. SEU CONTEÚDO. A profecia preditiva ocupa quase um quarto do texto da Escritura. Ela atinge na verdade praticamente todos os aspectos da vida e da história humana. As principais classificações são: (a) a que é cumprida e não-cumprida; (b) a que é do Antigo e do Novo Testamento; (c) a que é concernente a Israel, gentios e Igreja; (d) a que concerne a Cristo e Seus primeiro e segundo adventos (a última se estende cerca de oito vezes mais textos do que a primeira); (e) a que é antes, durante, e após o exílio judaico; (f) mensagens para os reinos do Norte e do Sul.

3. NO MINISTÉRIO DE CRISTO. O ministério profético singular de Cristo é a consumação de toda profecia, porque Ele veio como o maior Profeta, Sacerdote e Rei. Ele finalmente cumpriu Deuteronômio 18.15 (o estudante é instado a comparar todas as referências do Novo Testamento a esta passagem).

4. O ESTUDO DELA. O estudo da profecia é especialmente predito nesta era; contudo, ela será entendida somente pelo poder capacitador do Espírito Santo (Jo 16.13).

Propiciação

As palavras gregas empregadas na doutrina da propiciação são: ἱλασμός, que significa o que Cristo se tornou pelo pecado (1 Jo 2.2; 4.10), ἱλαστήριον, o lugar da propiciação (Rm 3.25; Hb 9.5), ἵλεω (Mt 16.22; Hb 8.12) e ἱλάσκομαι (Lc 18.13; Hb 2.17).

Ἰλάσκομαι indica que Deus se tornou *gracioso, reconciliado*. No grego profano, a palavra significa “se tornar propício pela oração e sacrifício”. Mas do ponto de vista bíblico, Deus de Si mesmo não é alienado do homem. Portanto, Seu sentimento não precisa ser mudado. Ainda, a fim de que Ele não possa em nome da justiça ser necessário comportar-se de modo diferente, uma expiação infinita é necessária que, para ser exato, Ele próprio em Seu amor institui e faz. O homem, todo exposto à ira, não poderia nem arriscar-se nem fazer expiação. Mas então Deus se antecipa e satisfaz as exigências de Sua própria justiça. Nada acontece para mudar Deus, como na visão pagã. Entretanto, em nenhum lugar é lido que Deus deve ser reconciliado. Antes, alguma coisa acontece no homem, que agora escapa da ira vindoura. Uma exigência de mera misericórdia requeria o uso do clamor Ἐλέησον. Quando a culpa e sua punição precisam ser reconhecidas, contudo, a palavra ἰλάσκομαι é usada (Lc 18.13; Hb 2.17).

Cristo se tornou o Propiciador e, assim, o Pai é propiciado. A terminologia em Hebreus 9.5 para *propiciatório* corresponde à tradução da palavra na LXX, ou seja, ἱλαστήριον.

1. NO ANTIGO TESTAMENTO. O propiciatório é um trono de graça porque ali há propiciação. O sangue sacrificial espargido sobre a tampa da arca, onde a presença de Jeová devia ser encontrada, mudou o que diferentemente seria uma cena de terrível juízo para um ato de misericórdia, tornando-o em parte propiciatório. Contudo, o sangue animal era eficaz somente ao grau em que ele proporcionou uma base justa sobre o que Deus perdoou, até que Cristo viesse e derramasse o Seu próprio sangue por eles. Deus foi propiciado antigamente meramente ao grau de julgamento procrastinado. Por esta medida de graça, não obstante, era razoável orar (cf. Lc 18.13).

2. NO NOVO TESTAMENTO. Cristo por ter o Seu próprio sangue aspergido, como aconteceu, sobre Seu corpo no Gólgota, se torna na realidade o Propiciatório. Ele é o propiciador e fez propiciação por satisfazer as justas exigências da santidade de Deus contra o pecado. Este fato da propiciação deve ser crido. Certamente o ajustamento não deve ser pedido, se ele já foi cumprido. As portas da misericórdia divina estão abertas, e o fluxo vem somente através desse canal que Cristo é como Propiciador.

A propiciação da obra de Cristo na cruz é para Deus. A morte de Cristo pelo pecado do mundo mudou a posição total da raça em sua relação com Deus, porque Ele reconhece o que Cristo fez em favor do mundo, se um homem entra nela ou não. Nunca é dito de Deus ter se reconciliado, mas Sua atitude para com o mundo é alterada quando a relação do mundo com Ele se torna radicalmente mudada através da morte de Cristo.

Deus é propício para com os não-salvos e para com os santos que pecam: “E ele é a propiciação pelos nossos pecados, e não somente pelos nossos, mas também pelos de todo o mundo” (1 Jo 2.2). Deveria ser dada atenção ao fato de que Deus salva um pecador ou restaura um santo sem dar um golpe ou mesmo emitir uma palavra de crítica. É muito freqüentemente suposto que o arrependimento humano e a tristeza humana amaciam o coração de Deus e

o tornam propício. Isto não pode ser verdadeiro. É o fato legal de que Cristo suportou todo pecado que torna Deus propício.

A verdade mais determinante à qual toda pregação do Evangelho deveria ser harmonizada, é a de que Cristo é propício; assim todo fardo humano é tirado do pecador ou do cristão, somente fazendo-o crer que pelo fato de Cristo ter suportado o pecado, Deus é propício.

O publicano foi ao templo para orar após ter apresentado o seu sacrifício, que era o costume (Lc 18.13). O texto relata que ele disse: “Sê propício a mim pecador”. O que realmente ele pedia era: “Deus, seja tu propiciado para mim, pecador”. Ele não pedia misericórdia como se ele devesse persuadir Deus a ser propício, mas em plena harmonia com o relacionamento existente entre o povo do pacto do Antigo Testamento e Deus, e com base na sua oferta ou sacrifício, ele pediu a Deus para ser propício naquela base especial. Tal oração desde que Cristo morreu é totalmente errada. No presente tempo da era da graça ninguém precisa pedir a Deus meramente para ser misericordioso para com o pecado, porque Ele não pode ser, e, além do mais, visto que a morte de Cristo tornou Deus propício, não mais há ocasião nem sequer para pedir que Deus seja propiciado.

Na verdade, fazer isso se torna extrema incredulidade e a incredulidade não pode salvar alguém. O propiciatório no Antigo Testamento poderia ter se tornado um ἱλαστήριον pelo sacrifício (Hb 9.5), mas o sangue espargido do corpo de Cristo na cruz muito tempo atrás se tornou o propiciatório para o pecador de uma vez por todas. É ali que adequadamente Deus em justiça pode salvar o pecador e restaurar o santo à comunhão. O propiciatório se torna o trono perpétuo da graça. O que diferentemente seria um trono de julgamento terrível é mudado para um lugar de misericórdia infinita.

Propiciatório

A doutrina do propiciatório é dividida em duas partes: a que está relacionada ao Antigo Testamento e a que está relacionada ao Novo. No Antigo Testamento, a tampa da arca que se encontrava no lugar santíssimo que cobria a Lei [que havia sido violada] e que era protegida pelos querubins – protetores da santidade de Deus – era o propiciatório (Êx 25.17-22). Ela se tornava o propiciatório quando aspergida com o sangue típico. O sangue do animal era eficaz quando era olhado tipicamente como apontando para a morte de Cristo. O sumo sacerdote – um homem pecador que precisava oferecer sacrifício por si mesmo assim como pelos outros – entrava perante o propiciatório uma vez ao ano (Lv 16.2-15) em favor das pessoas e ali encontrava misericórdia de Deus para elas.

No Novo Testamento (Rm 3.25; Hb 9.5), o propiciatório é identificado com seu antítipo, o corpo de Cristo que foi pendurado na cruz, e foi aspergido com o Seu próprio sangue. Por meio disso ele se torna o lugar onde Deus pode se encontrar

com o pecador em favor salvador. A graça justificante de Deus é somente possível através da redenção que está em Cristo (Rm 3.24). A importância deste tema não é vista no tipo da arca do Antigo Testamento e sua cobertura, mas, antes, no antítipo ou na doutrina da propiciação do Novo Testamento.

Providência

A palavra grega para providência é *πρόνοια*, traduzida assim mais de uma vez na Escritura (At 24.2) e proferida por um rei gentílico. O termo teológico sugere (cf. providenciar) o cuidado diretivo que Deus tem pelas coisas animadas e inanimadas – e abrange as coisas boas ou más – especialmente aquelas que são entregues à Sua vontade.

A providência é a concretização divina de todos os decretos, e é o objeto da manifestação final da glória de Deus. Ele dirige todas as coisas perfeitamente, sem dúvida; todavia, sem compelir a vontade humana. Ele opera no homem o desejo de fazer Sua vontade (Fp 2.13). A doutrina, portanto, é cheia de conforto. A providência deveria ser distinta, obviamente, da mera preservação.

Punição

1. FUTURA. A punição futura e eterna, portanto, deve ter uma causa adequada ou uma razão. A Bíblia é a única autoridade sobre este tema determinante. Ela declara que o pecado é infinito, porque é contra Deus. Seu caráter é ultrajado pelo pecado e Sua autoridade é resistida.

A doutrina da punição, então, argumenta que os homens existem para sempre e, por causa do julgamento divino inevitável contra eles pelo pecado (em todas suas formas), deve ser separado para sempre de Deus num estado que é de tormento consciente. Alguns têm especulado sobre que tipo de tormento vem sobre os homens. Tem sido afirmado que ele é (a) um remorso devido à falha em assegurar as bênçãos do céu quando lhes foram oferecidas; (b) sofrimento da alma que pode melhor ser descrito para a mente humana pelas figuras empregadas nas Escrituras – um lago de fogo, um abismo profundo, ou um verme que não morre; (c) um fogo literal, inferno, verme imortal.

A doutrina é mais enfatizada por Cristo do que por qualquer outra pessoa na Bíblia. Ele ensinou que, à parte de Seu próprio poder salvador, os homens morrem em seus pecados (Jo 8.24) e são ressuscitados novamente para o juízo (Jo 5.28, 29; cf. Mt 5.22, 29, 30; 10.28; 18.9; 23.15, 33; 25.41, 46; Lc 12.5).

No Antigo Testamento a palavra hebraica *sheol* (algumas vezes traduzida como “sepultura”, “abismo” e “inferno”), igual à palavra grega *Hades* (traduzida

como “inferno” e “sepultura”), refere-se ao lugar dos espíritos que se foram, e três significados são dados a ela: (1) a sepultura onde a atividade cessa (Sl 88.3); (2) o fim da vida até onde o conhecimento humano pode ir (Ec 9.5,10); (3) um lugar de tristeza consciente (2 Sm 22.6; Sl 9.17; 18.5; 116.3).

No Novo Testamento, as palavras gregas γέννα, ἄιδης e τάρταρος (este termo em forma verbal) são traduzidos por “inferno”. Γέννα é um nome que fala do sacrifício e do sofrimento humano (Mt 5.29); ἄιδης indica o lugar dos espíritos que partiram (Lc 16.23), enquanto τάρταρὸς se refere aos abismos mais profundos, e para ali os espíritos dos ímpios são enviados (2 Pe 2.4).

Algumas palavras adicionais em nossa língua dizem respeito a este tema e são encontradas no Novo Testamento. Elas são: (1) “perdição”, que significa perda e ruína total (1 Tm 6.9); (2) “reprovação”, que é freqüentemente mais exatamente traduzida como *juízo* ou *condenação* (Mt 23.14); (3) “tormento”, que fala da dor física (Lc 16.28); “segunda morte”, que é sinônimo de “lago de fogo” (Ap 20.14); “fogo eterno” (Mt 18.8) e “punição eterna” (Mt 25.46). A palavra grega para “eterna” é αἰώνιος; embora ela possa ser usada para indicar meras eras de tempo, a fim de sugerir um fim ou término, esta palavra é quase universalmente encontrada no Novo Testamento para expressar aquilo que é eterno. A nova vida que o crente recebeu é mencionada 40 vezes como “eterna”. A menção é igualmente feita a respeito do “Espírito eterno”, “Deus eterno”, “salvação eterna”, “redenção eterna”, “eterna glória”, “reino eterno” e “evangelho eterno”. Sete vezes esta palavra é usada em conexão com o destino dos ímpios (Mt 18.8; 25.41,46; Mc 3.29; 2 Ts 1.9; Hb 6.2; Jd 7).

Alguns asseveram que αἰώνιος seja limitado em duração quando se refere ao sofrimento dos perdidos; mas, se isto fosse verdadeiro, toda promessa para o crente e a própria existência de Deus, sem dúvida, teriam de ser limitadas também. Veja HADES.

2. PRESENTE. (a) Deus pune nações (observe e.g., Egito, Êx 7-12) e (b) Ele pune indivíduos quando julga necessário (At 12.23). Os santos, por exemplo, são tanto castigados quanto açoitados (Hb 12.6).

Purificação

A possibilidade da purificação do crente da poluição espiritual e de uma maneira totalmente satisfatória a Deus, é confortadora e tranquilizadora, além da medida. Visto que o pecado é a experiência de todos neste mundo, uma provisão pela qual a poluição pode ser purificada é de importância insuperável para todos.

A doutrina da purificação divina da corrupção humana está sujeita a uma tríplice divisão, a saber:

1. **NO ANTIGO TESTAMENTO.** Várias purificações foram prescritas e providenciadas na ordem do Antigo Testamento, mas nenhuma delas era em si mesma eficaz. Estas foram aceitas por Deus pelo que elas tipificavam e, por conseguinte, no que diz respeito à realização divina na purificação, tudo estava completo; mas ainda a base sobre a qual a purificação tinha sido operada era uma antecipação do que Cristo faria com respeito à impureza quando Ele fosse à cruz. A base da purificação poderia somente ser contada como perfeita naquela morte predita de Cristo se fosse tão certa na avaliação de Deus como é neste tempo, visto que a morte já foi realizada historicamente. A água era usualmente o agente típico de purificação, aplicado por aspersão ou banho, e no caso da solução formada por cinzas do novilho vermelho tinha de ser misturada com o símbolo do sacrifício. Embora a purificação típica tenha sido extensiva no Antigo Testamento, não era mais imperativa, portanto, não mais vitalmente imperativa do que a purificação que o Novo Testamento provê.

2. **DO NÃO-SALVO.** A purificação feita de uma vez por todas é uma parte da graça salvadora de Deus para os perdidos quando eles crêem para a salvação. A eficácia do sacrifício de Cristo provê uma lavagem no sangue do Cordeiro (Ap 7.14) quando divinamente aplicado na estima de Deus. Que isto não indica uma lavagem física e literal, está óbvio; não obstante, os resultados com todos os seus valores supremos, são os mesmos.

3. **DO CRENTE.** O pecado é sempre pecado e a corrupção sempre corrupção, sejam eles relacionados ao salvo ou ao não-salvo, e como tal podem ser purificados somente pelo sangue de Cristo. Para o filho de Deus, tal purificação é apresentada em 1 João 1.7,9, e esse texto declara: "Mas, se andarmos na luz, como ele na luz está, temos comunhão uns com os outros, e o sangue de Jesus seu Filho nos purifica de todo pecado... Se confessarmos os nossos pecados, ele é fiel e justo para nos perdoar os pecados e nos purificar de toda injustiça". No versículo 7, a segurança é dada na medida em que o crente anda na luz, que significa um ajustamento constante e pleno a toda vontade revelada de Deus para ele, o sangue de Cristo o limpa de todo pecado. A mesma condição, afirmada em outras palavras, está presente no versículo 9, onde é dito que "se nós [os cristãos somente] confessarmos os nossos pecados" – isto é, se fizermos os ajustes necessários – Deus é tanto fiel quanto justo (fiel à Sua promessa e propósito, e justo naquilo que Ele faz pelo crente em vista do fato de que Cristo suportou o pecado) em perdoar e em purificar de toda injustiça.

Nada poderia ser mais eficaz ou vantajoso para o crente do que ele manter uma comunhão inquebrantável com o Pai e com o Filho (1 Jo 1.3, 7). A união com Cristo é estabelecida para sempre pelo exercício da fé, mas a comunhão com o Pai e com o Filho pode ser, e freqüentemente é, quebrada. Isto, contudo, pode ser restaurado pela confissão quando o pecado é perdoado e sua mancha lavada. Tal purificação foi tipificada pela aspersão com água na qual foi misturada a cinza do novilho vermelho (Nm 19.2-9).

Queda

Um lapsariano é aquele que crê que o homem caiu de seu primeiro estado de inocência pelo pecado. Esta posição é fiel ao registro que a Bíblia apresenta. Se os homens não recebem esse registro é porque eles não temem rejeitar o testemunho de Deus. Quando o homem natural, que não tem confiança alguma na Palavra de Deus, tenta explicar a origem das coisas no universo, se sua razão o impele a fazê-lo, ele se volta para a melhor solução do problema que a sua imaginação pode inventar, ou seja, a teoria evolucionista. Ele deveria saber bem que não há base sustentável para o fato sobre o qual esta teoria repousa. Ele rejeita a narrativa do Gênesis da qual toda Escritura subsequente vai depender porque somente um homem não-regenerado que não pode conhecer Deus e sua mente não pode reconhecer que Deus tenha sido capaz de fazer alguma coisa. Não somente deveria a teoria evolucionista ser questionada por causa da total falta de fundamento sobre o qual ela repousa, mas a condição em que a humanidade é encontrada no mundo demonstra que o registro divino é verdadeiro. Ao escrever sobre o tema da queda do homem, Herman Bavinck afirma:

Indiretamente, contudo, uma testemunha muito poderosa para a queda do homem é fornecida pela condição empírica total do mundo e da humanidade. Porque o mundo, tal como o conhecemos, cheio de injustiça e tristeza, não pode ser explicado sem a aceitação de tal fato. Aquele que se apegava ao testemunho da Escritura e da consciência sobre o pecado como pecado (como *ávoμία*, *anomia*) não pode deduzi-lo da criação, mas deve aceitar a conclusão de que ele começou com uma transgressão do mandamento de Deus e, assim, com um ato da vontade. Pitágoras, Platão, Kant, Schelling, Baader, todos entenderam e reconheceram isto com mais ou menos clareza. Aquele que nega a queda deve explicar o pecado como uma necessidade que tem sua origem na criação, na natureza das coisas, e, portanto, no próprio Deus; ele justifica o homem, mas acusa Deus, falseia o caráter do pecado e o torna eterno e irrevogável. Porque, se não houve uma queda em pecado, não há redenção alguma do pecado possível; o pecado, então, perde sua importância meramente ética, torna-se um traço da natureza do homem, e não é exterminável... Do ponto de vista da evolução, não há razão para se sustentar um "único sangue" (At 17.26), mas nunca houve um primeiro homem; a transição do animal para o homem foi tão lenta e sucessiva, que a distinção essencial não pode ser vista. E com o ocultamento dessa linha divisória, a unidade do ideal moral, da religião, das leis do pensamento e da verdade, também falha; a teoria da evolução expõe o absoluto em toda parte e conduz necessariamente ao psicologismo, relativismo, pragmatismo e mesmo ao pluralismo, que é literalmente politeísta num sentido religioso. A unidade da raça humana, por outro lado, como é ensinada na Santa Escritura, não é uma

questão física indiferente, mas uma questão intelectual, moral e religiosa; ela é um “postulado” de toda a história da civilização, e é expressa ou silentemente aceita por quase todos os historiadores. E a consciência dá testemunho dela, na medida em que todos os homens mostram a obra da lei moral escrita nos corações deles, e os seus pensamentos mutuamente se acusam ou desculpam (Rm 2.15); isso nos leva de volta à *queda* como um “*Urthatsache der Geschichte*” (“Fato Original da História”).²⁴

A mensagem da Bíblia é a de redenção daquele estado de pecado que, de acordo com o Texto Sagrado, deve ser devido à queda. Assim, a totalidade da revelação bíblica vem a ser sem razão quando a queda do homem é negada. O registro da queda que as Escrituras apresentam é de grande simplicidade. Um homem e uma mulher são trazidos à existência como inocentes e como retos, como a criação que um Deus santo poderia fazer. Eles conheciam a mente de Deus, visto que comungavam com Ele. Uma ordem arbitrária é dada para que eles se abstenham de comer do fruto de determinada árvore. Desobedecer a Deus é repudiá-lo e adotar um curso independente de ação que deve ser totalmente estranho à devida relação que deveria existir entre a criatura e o Criador. A advertência tinha sido devidamente dada de forma que, como um resultado da desobediência ou da ação de independência, “certamente morreriam”.

A referência é à morte, tanto física quanto espiritual, com sua consumação na segunda morte. Pela experiência imediata da morte espiritual, os primeiros pais foram transformados e tornados uma espécie de seres totalmente diferentes daqueles que haviam sido criados. Como acontece em toda a natureza, eles só poderiam se propagar segundo a sua espécie. A descendência não recebeu a natureza inocente com a qual seus pais haviam sido criados; eles receberam a natureza caída que seus pais haviam adquirido. Prova disto é encontrada no registro de que o primogênito dos primeiros pais foi um assassino, e com a sugestão de que Abel reconheceu o seu próprio pecado, quando apresentou um cordeiro morto como oferta a Jeová. Dessa queda dos primeiros pais todo membro da raça humana é arruinado e ele, e cada um por si mesmo, deve aceitar a graça redentora de Deus ou caminhar para a consumação da ruína espiritual, consumação essa que é conhecida como a segunda morte (cf. Ap 2.11; 20.14; 21.8).

Assim, o efeito da queda é universal. Os homens não têm necessidade da graça salvadora de Deus meramente por causa dos pecados que eles próprios cometeram como fruto da natureza caída; eles têm necessidade de uma regeneração completa e de uma eventual libertação de todo efeito da queda. Tal bênção, com muitas outras mais, é a porção de todos que são divinamente salvos.

Recompensa

Deus oferece recompensa ao crente como um reconhecimento de qualquer fidelidade que possa ter sido mostrada a Ele em serviço. Este é

o contraste de toda a doutrina da graça. Por ter salvo uma alma com base na graça de forma que não há a obrigação de pagamentos posteriores ou de construir mérito, Deus reconhece um compromisso de Sua parte de recompensar os crentes pelo serviço deles a Si. Seria muito fácil para o homem dizer: "Ele fez muito por mim; por mais que eu faça algo em retorno seria muito pouco", mas o que Ele realizou sob a graça não cria a exigência ou obrigação de qualquer que seja o reembolso, o que não seria graça. O que o crente tem realizado por Deus, Ele reconhece em fidelidade com recompensa no tribunal de Cristo (Mt 16.27; Lc 14.14; Rm 14.10; 1 Co 4.5; 2 Co 5.10; Ef 6.8; 2 Tm 4.8; Ap 22.12).

Toda condenação em matéria de culpa é passada para sempre para o cristão. Ele não entrará em juízo com respeito ao seu pecado (Jo 3.18; 5.24; 6.37; Rm 5.1; 8.1; 1 Co 11.32); portanto, o tribunal de Cristo trata totalmente da matéria do serviço e não com a questão do pecado.

A seguinte nota do Dr. C. I. Scofield está claramente afirmada: "Deus, nas Escrituras do Novo Testamento, oferece ao *perdido* a salvação, e para o fiel serviço dos *salvos*, a recompensa. As passagens são facilmente distinguidas por lembrar que da salvação é dito ser um livre dom (e.g., Jo 4.10; Rm 6.23; Ef 2.8, 9); enquanto que da recompensa é dito ser ganha por obras (Mt 10.42; Lc 19.17; 1 Co 9.24, 25; 2 Tm 4.7,8; Ap 2.10; 22.12). Uma discussão adicional é que a salvação é uma posse presente (Lc 7.50; Jo 3.36; 5.24; 6.47), enquanto que as recompensas são uma obtenção futura, para ser dada na vinda do Senhor (Mt 16.27; 2 Tm 4.8; Ap 22.12)".²⁵

As duas passagens longas da Escritura que tratam da doutrina das recompensas são 1 Coríntios 3.9-15 e 9.16-27 (cf. as passagens sobre as várias coroas: 1 Co 9.25; Fp 4.1; 1 Ts 2.19; 2 Tm 4.8; Tg 1.12; 1 Pe 5.4; Ap 2.10; 3.11).

Reconciliação

As principais palavras gregas a respeito da reconciliação são: καταλλαγή (Rm 5.11; 11.15; 2 Co 5.18,19); καταλλάσσω (Rm 5.10; 1 Co 7.11; 2 Co 5.18-20); e ἱλάσκομαι (Hb 2.17). Reconciliação significa que alguém ou alguma coisa está totalmente mudada e ajustada a algo que é um padrão, como um relógio pode ser ajustado a um cronômetro. A doutrina pode ser considerada em três aspectos:

1. **USO DO ANTIGO TESTAMENTO.** No Antigo Testamento, a reconciliação fala de expiação ou do cobrir do pecado (Lv 8.15).

2. **DO MUNDO TODO COM DEUS** (2 Co 5.19). A necessidade desse ajustamento está expressa em Romanos 5.6-11, onde a doutrina aparece com seu escopo universal. Observe quatro expressões em uso aqui: *ímpios, fracos, pecadores e inimigos*.

Pela morte de Cristo em favor de si, o mundo todo está totalmente mudado em sua relação com Deus. Mas de Deus nunca é dito estar reconciliado com o homem. O mundo é tão alterado em sua posição a respeito dos santos juízos de Deus, através da cruz de Cristo, que Deus não imputa agora o pecado deles a eles próprios. O mundo assim torna-se passível de ser salvo.

3. DE CADA INDIVÍDUO (2 Co 5.20). Distinga três mudanças conectadas com a reconciliação em 2 Coríntios 5.17-20: (a) a que é posicional ou estrutural, pela qual uma alma é vista como estando em Cristo (v. 17); (b) a de um relacionamento geral, ou a base sobre a qual a salvação pode ser oferecida a toda espécie (v. 19); e (c) a que é uma atitude mental ou a confiança do coração do indivíduo quando ele vê e aceita o valor na morte de Cristo por ele (v. 20). Considere igualmente as passagens: Mateus 5.24; 1 Coríntios 7.11; Efésios 2.16; Colossenses 1.21.

Visto que a posição do mundo perante Deus é completamente mudada por meio da morte de Cristo, a própria atitude de Deus para com o homem não pode mais ser a mesma. Ele está preparado para tratar com as almas agora à luz do que Cristo realizou. Isto parece ser uma mudança em Deus, obviamente, mas não é uma reconciliação. Deus, ao contrário, crê completamente naquilo que Cristo fez e o aceita, como continuar justo, embora capaz, por isso, de justificar qualquer pecador que aceita o Salvador como sua reconciliação.

Redenção

A doutrina da redenção é apresentada pelo significado exato das palavras originais: (1) *λυτρόω*, *λύτρον* e *λύτρωσις*. Esta raiz em todas as suas três formas é usada oito vezes e somente a respeito daquele que recebeu redenção (cf. Lc 1.68 – “e remiu seu povo”). (2) *ἀγοράζω*, usado 31 vezes, que significa estar no ‘agorá’ [praça pública nos tempos gregos], o lugar da assembléia e mercado; daí a idéia de comprar de alguém por um preço bem pago (cf. Ap 5.9 – “com o teu sangue compraste para Deus homens de toda tribo, e língua, e povo e nação”). (3) *ἐξαγοράζω*, usado quatro vezes, que significa uma compra do mercado que não tinha retorno (cf. Gl 3.13 – “redimiu-nos da maldição da lei”). (4) *ἀπολύτρωσις*, usado oito vezes, que significa uma libertação *πλενα* da alma do pecado e do corpo da sepultura (Rm 3.24; 8.23; 1 Co 1.30; Ef 1.7, 14; 4.30; Cl 1.14).

1. NO ANTIGO TESTAMENTO: (a) Israel é redimido do Egito como uma nação (Êx 6.6; cf. Is 63.4). (b) Um animal deveria ser redimido por outro (Êx 13.13). (c) Um terreno perdido poderia ser redimido por um parente (Lv 25.25). Esta prática se torna um tipo da redenção de Cristo. Havia quatro exigências no tipo como igualmente quatro com o antítipo: (1) Um redentor devia ser um parente próximo. Para cumprir isto Cristo tomou sobre si a

forma humana, e entrou na raça. (2) Ele deve ser capaz de redimir. O preço da redenção precisa ser pago, cujo antítipo foi o sangue do Filho de Deus (At 20.28; 1 Pe 1.18,19). (3) Ele deve querer redimir (cf. Hb 10.4-10). (4) Ele deve ser livre da calamidade que ocasionou a necessidade da redenção, ou seja, Ele não poderia redimir-se a si mesmo. Isto foi verdadeiro de Cristo, porque Ele não precisava de redenção alguma. De acordo com o tipo do sumo sacerdote no dia da Expição, então, Cristo ofereceu sacrifício, mas não por Si mesmo (Lc 1.35; Hb 4.15).

Do que foi dito acima, (1) e (2) estão relacionados mais especialmente à humanidade de Cristo e (3) e (4) à sua divindade.

2. NO NOVO TESTAMENTO:

A. A NECESSIDADE DE REDENÇÃO. Todos são escravos porque estão vendidos ao pecado (Rm 7.14; 1 Co 12.2; Ef 2.2) e, sem auxílio, condenados a morrer (Ez 18.4; Jo 3.18; Rm 3.19; Gl 3.10).

B. O MESMO PREÇO POR TODOS. Para redimir do pecado se exige a morte com derramamento de sangue. Um substituto, contudo, pode tomar o lugar do pecado (Hb 9.27,28).

C. SEM RETORNO. Conquanto espiritualmente redimido, revelado por ἔξαγοράζω, o emancipado nunca retorna como tal à sua anterior escravidão. O redentor não venderá um só escravo que ele comprou (Jo 10.28).

D. EMANCIPAÇÃO. Assim, também, os redimidos são libertos da escravidão – nem mesmo são ligados como escravos ao redentor. Eles se tornam livres. O redentor não possuirá um só escravo que não seja pela escolha (Jo 8.36; Rm 8.19-21; Gl 4.31; 5.13). O escravo pode se tornar um servo voluntário (Êx 21.5,6; Sl 40.6-8; 1 Co 9.18,19; 2 Co 5.14,15).

E. O APELO DO EVANGELHO. (1) Deus ocupou-se das necessidades dos perdidos. (2) Cristo tornou-se o redentor parente. (3) O estado de perdição do homem acaba numa aflição eterna ou segunda morte. (4) Cristo, contudo, pagou agora todas as demandas contra o pecado. (5) Ἀγοράζω – ‘comprar no mercado’ – pode se tornar algo experimental através de ἔξαγοράζω e ἀπολύτρωσις. Observe que alguém pode perceber o que é expresso por ἔξαγοράζω somente através da aplicação imediata da redenção, que se segue à fé pessoal visto que ela é *alguma coisa para se crer*.

Regeneração

A palavra grega para regeneração é παλιγγενεσία (πάλιν, ‘novamente, uma vez mais’, e γένεσις, ‘nascimento, criação’).

O uso geral da palavra (i.e., do substantivo como tal) é encontrado a respeito do reino somente em Mateus 19.28 e a respeito daqueles que são regenerados pelo Espírito somente em Tito 3.5 (cf. Ez 37.1-10; Mt 17.11; Jo 1.13; 3.6, 7; At 3.21; Rm 8.21; 1 Co 15.27; 1 Pe 1.3, 23; 1 Jo 2.29; 3.9; 4.7; 5.1, 4, 18; Ap 21.1).

A doutrina da regeneração individual é obscura no Antigo, mas no Novo Testamento ela se torna definida (Jo 3.1-6). A regeneração mostra-se ser a comunicação da natureza divina (cf. Tt 3.5; 1 Pe 1.23; 2.2). Todos os crentes, então, têm a filiação divina (Gl 3.26).

Cinco fatos concernentes à natureza da regeneração precisam ser vistos: (1) uma nova vida foi gerada, por meio disso, e é eterna; (2) essa vida é a natureza divina; (3) o crente é gerado pelo Espírito; (4) Deus, o Pai, se torna o seu Pai legítimo; (5) portanto, todos os crentes são herdeiros de Deus e co-herdeiros com Cristo. Do lado humano, a regeneração está condicionada simplesmente à fé (Jo 1.12,13; Gl 3.26).

Rei

O termo *rei* é usado a respeito daquele que governa sobre o povo e está de posse de um domínio. Ele primeiramente é um conceito aplicado a Deus (1 Sm 8.7), porque Ele é soberano sobre tudo. Em segundo lugar, o termo é aplicado a Cristo. Toda profecia do Antigo Testamento a respeito do reino prediz o Seu ofício real: (a) Cristo ainda se assentará no trono de Davi como herdeiro de Davi (2 Sm 7.16; Sl 89.20-37; Is 11.1-16; Jr 33.19-21). (b) Ele veio como um Rei (Lc 1.32,33). (c) Ele foi rejeitado como um Rei (Mc 15.12,13; Lc 19.14; cf. Gn 37.8; Êx 2.14). (d) Ele morreu como um Rei (Mt 27.37). (e) Quando Ele voltar novamente, será como um Rei (Ap 19.16; cf. Lc 1.32,33).

Uma introdução completa deveria ser feita aqui de todos os textos que tratam do trono de Davi e do Filho de Davi. Cristo combinou os ofícios de Rei e Sacerdote (este último ofício é encontrado em conexão com a Igreja assim como com Israel; cf. Hebreus 7 onde Cristo é um sacerdote segundo a ordem de Melquisedeque.). Seu reinado é mediatorial no sentido em que Deus reinará através de Cristo. O aspecto mediatorial que contempla a vitória sobre todos os inimigos, anjos e homens, cessará eventualmente (1 Co 15.25-28). Contudo, o Seu reinado é eterno (2 Sm 7.16; Sl 89.36,37; Is 9.6,7; Lc 1.33), porque Ele continua a reinar com a mesma autoridade do Pai (cf. 1 Co 15.28).

Reino

Duas esferas específicas estão em vista quando se estuda a doutrina do reino:

1. O REINO DE DEUS, que inclui todas as inteligências no céu ou sobre a terra que são voluntariamente sujeitas a Deus.

2. O REINO DO CÉU, que abrange qualquer espécie de império que Deus pode ter na terra num determinado tempo. O reino do céu aparece, então, em vários aspectos através dos séculos, como:

A. TEOCRÁTICO. Primeiramente o governo foi exercido por líderes divinamente designados, pelos juízes e patriarcas.

B. PACTUADO. Ele assim se tornou a esperança nacional de Israel (2 Sm 7).

C. PREDITO. Muitas profecias antecipam um reino glorioso para Israel sobre a terra.

D. ANUNCIADO. O ministério de João Batista, de Cristo e dos apóstolos foi o de anunciar o reino para a nação como algo próximo. Essa oferta, contudo, foi rejeitada.

E. POSPOSTO ATÉ O RETORNO DE CRISTO. Um dos maiores erros dos teólogos é uma tentativa, como ensaiada agora, de construir um reino no primeiro advento de Cristo como sua base, enquanto que, de acordo com as Escrituras, ele será realizado somente em conexão com o segundo advento. Todos os textos se conformam com este arranjo, não importa quão estranho ele possa parecer.

F. MISTÉRIO. De acordo com Mateus 13.11, as presentes condições na cristandade são uma forma de mistério do reino. Visto que o reino do céu não é outro além do governo de Deus sobre a terra, Ele deve agora governar até a importância da plena realização daquelas coisas que são chamadas de “os mistérios” no Novo Testamento e que realmente constituem a nova mensagem do Novo Testamento.

G. REALIZADO. Esse reino só terá a sua realização plena no estabelecimento do milênio.

Deve ser feita uma distinção entre o reino de Deus e o reino do céu. Deve ser observado que Mateus emprega a terminologia *reino do céu* e que Marcos e Lucas, quando apresentam o mesmo ensino, usam a fraseologia *reino de Deus*. Alguns têm suposto com esta base que os dois reinos são um e o mesmo. Contudo, as diferenças são mais importantes do que as similaridades. A entrada no reino de Deus é pelo nascimento do alto (Jo 3.3), por exemplo, enquanto que para o judeu, no dia de Cristo e na predição de Seu reino terrestre, a entrada no reino está baseada na justiça. Mateus 5.20 declara isto: “Pois eu vos digo que, se a vossa justiça não exceder a dos escribas e fariseus, de modo nenhum entrareis no reino dos céus”.

Em relação a outra diferença impressionante, Mateus 8.12; 24.50, 51; 25.28-30 declaram que “os filhos do reino” podem ser lançados fora. Esta retribuição não pode ser aplicada ao reino de Deus e seus membros (Jo 3.18). As parábolas do trigo e do joio (Mt 13.24-30, 36-43) e a dos peixes bons e maus (Mt 13.47-50), de modo suficientemente significativo, são mencionadas unicamente a respeito do reino do céu. Contudo, a parábola do fermento (Mt 13.33; Lc 13.21) é atribuída a ambos os reinos. O fermento representa a má doutrina antes do que pessoas más, e a má doutrina pode corromper e realmente corrompe ambos os reinos.

Ressurreição

A palavra grega para ressurreição é ἀνάστασις, usada 43 vezes; observe também: ἐξανάστασις de Filipenses 3.11, que significa uma ressurreição dentre os mortos, ἐξεγείρω (1 Co 6.14) e ἐγερσις (Mt 27.53.).

A doutrina é dupla, e pertence à (1) ressurreição de Cristo e (2) à da humanidade, inclusive os salvos e os não-salvos.

1. DE CRISTO.

A. A DOUTRINA NO ANTIGO TESTAMENTO. (1) Ela pode ser encontrada na profecia (Sl 16.9,10; 22.22-31; 118.22-24; o conceito de Davi pode ser visto em Atos 2.25-31). (2) Pode ser também observada no tipo (os dois pássaros de Levítico 14.4-7; as "primícias" de Levítico 23.10,11). (3) A ressurreição de Cristo não está diretamente relacionada ao programa de Israel ou à terra, porque ela pertence somente à nova criação, doutrinariamente (Cl 2.9-15).

B. A DOUTRINA DO NOVO TESTAMENTO. (1) A ressurreição de Jesus foi predita por Ele próprio (Mt 16.21; 17.23; 20.19; Lc 18.33; 24.7). (2) Ela foi sujeita a uma prova absoluta (1 Co 15.4-8). (3) Ela foi uma ressurreição real e, portanto, não pode ser ilustrada por ovos, bulbos, crisálidas etc. (Lc 24.39). (4) Ela resultou em uma nova ordem de existência quase incomparável (1 Tm 6.16; 2 Tm 1.10), não numa mera reversão da morte. (5) Há sete razões dadas para a ressurreição de Cristo. Ele ressurgiu (a) por causa do que ou de quem Ele é (At 2.24); (b) para cumprir a profecia (At 2.25-31; Rm 1.4; cf. Jr 33.20, 21; Lc 1.31-33): Está morto o Filho de Davi? (c) para tornar-se o Doador da vida (Rm 7.4; 1 Co 15.45; cf. Jo 20.22); (d) para comunicar poder (Ef 1.19,20; cf. Mt 28.18-20; Rm 6.4); (e) para ser o Cabeça sobre todas as coisas, a Igreja (Ef 1.22, 23); (f) por causa de uma base de justificação realizada por sua morte (Rm 4.25); (g) para ser as primícias (Fp 3.21; cf. 1 Co 15.22-23). (6) A ressurreição de Cristo é o padrão do poder divino nesta era (Ef 1.19,20; cf. a libertação de Israel do Egito na era passada e da presente dispersão para o reino, Jr 23.7, 8). (7) O dia do Senhor é a comemoração da ressurreição de Cristo; assim é observado 52 vezes por ano no começo de cada semana.

2. DA HUMANIDADE.

A. A DOUTRINA DO ANTIGO TESTAMENTO. Os santos do Antigo Testamento predisseram uma ressurreição dos seus corpos (Jó 19.26; Jo 11.24; Hb 6.2).

B. A DOUTRINA DO NOVO TESTAMENTO EM GERAL. (1) Três ressurreições devem ocorrer sucessivamente na seguinte ordem (1 Co 15.20-24): a de Cristo (a Sua já foi cumprida), a dos santos e a ressurreição "final". Observe os relacionamentos de tempo aqui indicados. (2) Cristo ensinou a universalidade da ressurreição (Jo 5.25-29; cf. Dn 12.2; Mt 11.22, 24; 12.41, 42; Lc 10.14; 11.32; At 24.15; 1 Co 15.22). (3) Não se deve pensar na ressurreição como se fosse a mesma coisa que restauração; cf. todas as chamadas ressurreições que foram registradas nas Escrituras (2 Rs 4.32-35; 13.21; Mt 9.25; Lc 7.12-15; Jo 11.44;

At 9.36-41; 14.19, 20). (4) O corpo do crente é como uma semente que é semeada (1 Co 15.35-44). (5) Há uma grande exceção à universalidade da morte e ressurreição (1 Co 15.51, 52).

C. A PRESENTE PARTICIPAÇÃO. O crente já ressuscitou com respeito ao seu espírito (Cl 2.12; 3.1).

D. A PREGAÇÃO DE PAULO. A ressurreição de Cristo e a dos crentes formam uma parte do evangelho de Paulo (1 Co 15.1-4).

Retidão

A palavra grega para retidão é *δικαιοσύνη*. Ela se torna um termo absoluto quando aplicado a Deus. Quatro aspectos gerais de retidão devem ser observados:

1. **RETIDÃO DE DEUS.** Com respeito ao caráter, Deus é translucidamente santo e reto em todos os Seus atos. Quando combinada com amor, Sua retidão resulta em graça. A retidão de Deus é sempre absoluta e perfeita ao grau infinito: “Não há nele treva alguma”. A retidão de Deus é vista de dois modos: (a) Ele é uma pessoa reta (Tg 1.17; 1 Jo 1.5) e (b) Ele é reto em todos os seus caminhos (Rm 3.25, 26).

2. **RETIDÃO DO HOMEM.** Esta espécie de retidão é reconhecida somente para mostrar sua insuficiência e para o fato dele estar pronto para a condenação (Is 64.6; Rm 3.10; 10.3; 2 Co 10.12).

3. **RETIDÃO IMPUTADA.** O tipo de retidão imputada não é atributo de Deus como se fosse concedido ao homem, nem bondade humana de qualquer forma. Ela é aquilo que o crente se torna em virtude dele estar em Cristo. Jesus Cristo representa a retidão de Deus, e o crente se torna o que Cristo é no momento em que ele crê (2 Co 5.21). A retidão foi imputada igualmente aos santos do Antigo Testamento (cf. Abraão, Gn 15.6; Rm 4.3; Gl 3.6; Tg 2.23).

4. **RETIDÃO COMUNICADA.** Romanos 8.4 apresenta uma conduta reta possível da parte de todo crente que não é o resultado de seu próprio esforço, mas, ao contrário, ela vem do Espírito. Esta retidão é produzida não pelo crente, mas “no” crente.

Revelação

A palavra grega para *revelação* é *ἀποκάλυψις* (cf. o verbo cognato, *ἀποκαλύπτω*, *revelar*). As palavras *revelação* e *revelar* implicam num desvendamento ou manifestação de coisas desconhecidas – elas são trazidas

à mostra. É razoável supor que Deus falasse às Suas criaturas a quem Ele tornou capazes de tal comunhão. Ele falou de vários modos:

1. **PELA CRIAÇÃO.** Isto está declarado no Salmo 19.1-6 e em Romanos 1.19,20.

2. **PELA PALAVRA ESCRITA.** A Bíblia reivindica ser (2 Tm 3.16), e é, a Palavra escrita de Deus. Em cada particular ela tem provado ser Sua mensagem ao homem. Ela trata fiel e fidedignamente de coisas, sejam do céu ou da terra. Na verdade, ela revela coisas que de outra forma seriam desconhecidas.

3. **PELA PALAVRA VIVA.** Enquanto a Palavra escrita revela muitas coisas, a mensagem que vem proeminentemente é a do Filho (Hb 1.1,2) que vem revelar o pai. João 1.18 afirma que nenhuma revelação plena dEle havia sido dada até Cristo ter vindo (veja LOGOS). Cristo revelou a sabedoria de Deus (Jo 7.46; 1 Co 1.24) e o poder de Deus (Jo 3.2), mas a mensagem primordial revelada é o amor de Deus, e isso foi revelado não tanto em Sua vida e obra, quanto o foi na Sua morte (Rm 5.8; 1 Jo 3.16). Este é o significado essencial de Hebreus 1.1,2 (cf. Jo 3.16).

4. **PELO LIVRO DE APOCALIPSE.** O Apocalipse é assim chamado porque ele é a revelação do Senhor Jesus Cristo, uma revelação que o Pai deu ao Seu Filho (não primeiramente a João) para mostrar aos Seus servos (Ap 1.1).

Sábado

1. **SIGNIFICADO.** A palavra *sabbath* significa cessação ou descanso completo, sem qualquer sugestão relativa à adoração ou atividade espiritual. *Sabbath* é uma transliteração da palavra hebraica para 'repouso'.

2. FATOS GERAIS.

A. O sábado originou-se com o término da obra da criação (Gn 2.2, 3).

B. Não há a menção de uma semana de sete dias entre Gênesis 2 e a promulgação da Lei em Êxodo 20. Então, ele foi parte de um sistema de lei com sábados extras, um ano sabático e um ano de jubileu (Gn 7.4,10; 8.10-12; 29.27, 28, 30; Êx 16.1-30; Ne 9.13,14).

C. Os profetas deram à observância do sábado o primeiro lugar nos deveres de Israel (Is 58.13,14). Eles eram julgados pela falha em observar o sábado – até mesmo com a pena de morte (Nm 15.32-36). Como uma nação, Israel assim falhou em observar o Sábado, a ponto de serem tirados da terra para que ela pudesse ter o seu sábado de descanso (Lv 26.32-35; Ez 20.10-24).

D. O período intertestamentário desenvolveu a sinagoga cujo costume de se encontrarem juntos introduziu uma forma de adoração sabática sem qualquer autoridade do Antigo Testamento. As tradições, além disso, haviam sido multiplicadas livremente no tempo do primeiro advento, mas estas Cristo

desconsiderava quando uma necessidade surgia (Mt 12.1-14; Mc 2.23-3.6; Lc 6.1-11; 13.1-17; 14.1-6; Jo 5.1-18).

E. Não há a observância registrada pelos cristãos de um sábado como tal após a ressurreição de Cristo e, além disso, ninguém é chamado de violador do sábado; antes, a observância do sábado foi condenada (Gl 4.5,10,11; Cl 2.16).

F. A profecia prediz o término da observância do sábado por um pouco de tempo (Os 2.11; 3.4, 5).

G. Paulo reconhecia as reuniões dos cristãos no primeiro dia da semana (At 20.7; cf. Rm 14.5, 6).

H. O sábado deverá ser restaurado na tribulação (Mt 24.20) e plenamente estabelecido no reino (Dt 30.8; Is 66.23; Ez 46.1).

I. O sábado, afinal de contas, era o pacto perpétuo de Jeová com Israel, exceto quando está sob o juízo divino (Êx 31.16).

J. Ele nunca foi dado aos gentios (Ef 2.12; cf. 6.2, 3).

Sacerdócio

O sacerdote é o representante do homem perante Deus como o profeta é representante de Deus enviado ao homem.

1. NO ANTIGO TESTAMENTO. (a) O patriarca era sacerdote sobre sua família (Gn 8.20; 14.17-20; Jó 1.15). (b) Melquisedeque como um sacerdote tornou-se o tipo do sacerdócio de Cristo tanto na pessoa quanto na ordem (Gn 14.17-20; Sl 110.1-4; Hb 6.20-7.28). De modo algum Israel estava preparado para reconhecer o sacerdócio de um gentio como Melquisedeque. (c) Arão e seus filhos ofereceram tanto sacrifícios expiatórios quanto a intercessão. Arão é um tipo de Cristo e Seu sacerdócio no culto, como Deus ofereceu-se a Si mesmo a Deus (cf. Hb 8.3), e levou o Seu sangue para o santuário celestial nas alturas. Este é um ponto importante na mensagem da carta aos Hebreus.

2. DE CRISTO. Este aspecto da doutrina deve contemplar do serviço de Cristo aqui na terra tanto no oferecer sacrifício quanto no fazer intercessão e também o seu presente sacerdócio no céu. No batismo, Ele foi evidentemente separado por João sob uma provisão especial e divinamente proporcionada (Hb 5.1-2; 7.23-25; 9.24). Hebreus 5.1,2 declara as qualificações plenas de um sumo sacerdote. Observe como e em que aspectos Cristo os cumpriu. Nenhum sacerdote de Israel jamais viria da tribo de Judá e nenhum sumo sacerdote teria consagrado um sacerdote que não fosse da tribo de Levi. João Batista, naturalmente, era um sacerdote em seu próprio direito e foi divinamente designado para consagrar Cristo, embora Ele procedesse da tribo de Judá.

3. NO NOVO TESTAMENTO (1 Pe 2.5, 9; Ap 1.6). Como no Antigo Testamento o sumo sacerdote é um tipo de Cristo, assim o sacerdote do

Antigo Testamento é um tipo do crente. O sacerdote de ambos os testamentos é (1) nascido para o seu ofício, (2) devidamente introduzido no serviço por um banho pleno, (3) e serve sob uma designação divina. Israel tinha um sacerdócio em uma família somente; toda a Igreja é um sacerdócio.

O sacerdote do Novo Testamento não oferece sacrifício eficaz, mas é incessantemente responsável dos assuntos de adoração, sacrifício e intercessão (Rm 12.1,2). Uma distinção deve ser observada entre o ofício sacerdotal do crente de que todos igualmente partilham, de um lado, e de outro lado os dons para o serviço que diferem entre os cristãos embora a cada crente algum dom seja dado (1 Co 12.4).

Sacrifício

No Antigo Testamento os sacrifícios eram uma execução da sentença da lei divina sobre o substituto. O sacrifício antigo, então, é de origem divina. A fim de torná-lo eficaz foi necessário que o sangue fosse derramado (cf. Hb 9.22).

1. **ESCOPO.** Havia sacrifícios para a nação ou congregação judaica, para a família e o indivíduo (Lv 16).

2. **ANTES DE MOISÉS.** Os sacrifícios foram oferecidos antes do tempo de Moisés por Abel, Noé, Abraão, Isaque, Jacó e Jó (Gn 4.4; 8.20; 12.7; 26.25; 33.20; Êx 12.3-11; Jó 1.5; 42.7-9).

3. **NO SISTEMA MOSAICO.** (Êxodo a Deuteronômio). Os sacrifícios dos judeus foram sempre típicos de Cristo. Observe, por exemplo, as cinco oferendas de Levítico 1.1-7.38.

4. **DE CRISTO.** O corpo de Cristo foi oferecido de uma vez por todas (Hb 10.1-12). O Pai fez o sacrifício (Jo 3.16; Rm 8.32). Cristo sofreu por ὑπέρ – (Rm 5.8), que significa 'em benefício de' – homens; também *no lugar de* – ἀντί (cf. ἀντίλυτρον, 1 Tm 2.6) homens. O sacrifício de Cristo é descrito como: a. Penal (2 Co 5.21; Gl 3.13). b. Substitutivo (Lv 1.4; Is 53.5, 6; 2 Co 5.21; 1 Pe 2.24). c. Voluntário (Gn 22.9; em tipo; Jo 10.18). d. Redentor (1 Co 6.20; Gl 3.13; Ef 1.7). e. Propiciatório (Rm 3.25; 1 Jo 2.2). f. Reconciliador (Rm 5.10; 2 Co 5.18, 19; Cl 1.21,22). g. Eficaz (Jo 12.32,33). h. Revelador (Jo 3.16; 1 Jo 4.9,10).

5. **DOS CRENTES.** O sacrifício do cristão é apenas uma das três funções do sacerdote (veja SACERDÓCIO). a. Dedicção do eu como um sacrifício racional (Rm 12.1,2). Como Cristo foi ambos, o Sacrifício e o Sacrificador, assim o crente-sacerdote pode livremente oferecer-se a si mesmo a Deus. b. O sacrifícios dos lábios. Isto significa a voz de louvor que deve ser oferecida continuamente (Ef 5.20; Hb 13.15). c. O sacrifício de substância (Fp 4.18). Os cristãos certamente darão mais do que o dízimo judaico.

6. **NO REINO.** A antecipação dos sacrifícios de animais no reino (Ez 43.19-27) é naturalmente perplexa, ainda evidentemente um memorial que olha para

trás, para a cruz (como a Ceia do Senhor o faz agora) e sem dúvida uma prática suficientemente adaptada ao povo da terra. Nenhum sacrifício animal jamais tem poder para tirar pecados (Hb 10.4).

Salvação

A palavra grega para salvação, σωτηρία, é usada cerca de 50 vezes no Novo Testamento. Ela se refere ao estado de alguém que se tornou completo.

1. **ESCOPO.** A doutrina geral da salvação inclui os seguintes dogmas menores: substituição, redenção, reconciliação, propiciação, convicção, eleição, chamamento, predestinação, soberania, livre-arbítrio, graça, arrependimento, fé, regeneração, perdão, justificação, santificação, preservação e glorificação.

2. **A OBRA DE DEUS.** Duas passagens do Antigo Testamento indicam que “a salvação pertence ao Senhor” (Sl 3.8), que “a salvação é do Senhor” (Jn 2.9). Qualquer sistema que tende a combinar a responsabilidade humana com este empreendimento divino está errado. Efésios 2.8-10 relaciona as obras à salvação operada pela graça como um efeito dela, e não uma causa.

3. **TRÊS TEMPOS.** A salvação tem referência ao passado, presente e futuro do crente. (a) O tempo passado, que liberta da culpa e da penalidade do pecado, é totalmente realizado para todos os que aceitam no tempo em que crêem (Lc 7.50; 1 Co 1.18; 2 Co 2.15; 2 Tm 1.9). (b) O tempo presente, que liberta do poder do pecado, cumpre-se agora naqueles que exercem a fé (Jo 17.17; Rm 6.14; 8.2; Gl 5.16; Fp 2.12,13). (c) O tempo futuro liberta da presença do pecado (Rm 13.11; Ef 5.25-27; Fp 1.6; 1 Pe 1.3-5; 1 Jo 3.1, 2).

4. **UMA CONDIÇÃO.** Cerca de 115 passagens condicionam a salvação ao crer somente, e cerca de 35 simplesmente à fé. Há certas coisas, contudo, freqüentemente acrescentadas pelo homem à esta única condição, como se segue: crer e se arrepender; crer e ser batizado, crer e confessar pecado, crer e confessar Cristo publicamente, crer e prometer uma melhor maneira de vida, crer e orar por salvação.

5. **ASPECTOS DISPENSACIONAIS.** Um estudo desta divisão da matéria é melhor abordado por se considerar os propósitos revelados de Deus em cada uma das várias dispensações. O presente propósito da era manifestado no povo celestial, por exemplo, exige um empreendimento exaltado e divino não visto antes sobre a terra (Ef 3.1-6).

6. **RELACIONAMENTOS, FATORES E FORÇAS.** Observe em particular: (a) a obra do Pai na salvação; (b) a obra do Filho na salvação; (c) a obra do Espírito na salvação; (d) a salvação em sua relação com o pecado; (e) a oposição de Satanás à salvação; (f) a salvação ou a libertação do mundo; (g) a salvação da carne; e (h) a salvação em relação ao céu. Todas estas coisas são tratadas plenamente em Soteriologia (Vol. III).

7. **DURAÇÃO.** Não há uma salvação oferecida sob a graça que deixe de ser eterna em seu caráter. Isto é devido ao fato dela ser totalmente uma obra de Deus, e Seu propósito e poder nunca falham (Fp 1.6).

Salvação Infantil

Muitos e variados problemas são descobertos no estudo da doutrina da salvação das crianças. Iguais a todas as questões de salvação, as doutrinas aqui envolvidas devem sempre ser corretamente afirmadas e harmonizadas – eleição, antropologia, a queda da raça e Soteriologia, com a redenção. O campo todo da graça soberana para com o mundo perdido está em vista. Nenhuma teologia é estabelecida ou completa que não explique a salvação daqueles que morrem na infância. Este grupo é grande numericamente, e sem ele alguma representação de toda tribo e nação poderia não estar incluída entre os remidos. Por serem incapazes de responder à graça oferecida em Cristo, a criança, se for salva, deve ser salva nos mesmos termos impostos à porção dos adultos. A liberdade da graça de Deus em salvar os perdidos em justiça está evidentemente em jogo.

Será reconhecido que quando uma ênfase desproporcional sobre o estado de perdição dos homens está presente, poderá haver uma tendência de pensar a respeito de todas as crianças como se elas nascessem reprovadas. Que elas não estão regeneradas no nascimento, é certo; todavia, Deus igualmente tem em grande misericórdia providenciado alguma coisa para os não-salvos a quem Ele propôs salvar. Em tempos anteriores, os calvinistas extremados asseveraram que o inferno é um lugar cheio de crianças ainda muito pequeninas; por causa desta espécie de ensino e como uma herança de Roma deu-se a crença na regeneração batismal. Para esse tipo de ensino, naturalmente, a Palavra de Deus não fornece a sanção seja direta ou indiretamente.

No periódico *The Sunday School Times*²⁶ foi publicado um simpósio por mestres e teólogos bem conhecidos sobre o assunto da salvação infantil; e foi expressa a opinião de todos que escreveram artigos, a fim de dizer que os infantes são salvos na morte e através da morte de Cristo por eles, e que o sacrifício de Cristo proporcionou a justa liberdade da parte de Deus para Ele salvar a todos por quem Cristo morreu e que, visto que Ele morreu por toda a raça, Deus é livre para salvar a quem Ele quer e nos termos que pode resolver impor. Como os infantes não podem responder aos termos da fé imposta sobre a porção adulta da raça, Deus pode agir e age diretamente em favor daqueles que morrem na infância. Nenhuma injustiça pode ser encontrada nesta realização do propósito e da vontade soberanos de Deus.

O assunto todo das crianças sendo salvas, embora introduza muitos e variados problemas teológicos, é, antes de tudo, algo estabelecido pelo fato de que na Escritura os pequeninos são vistos no céu e são reconhecidos como estando ali (cf. 2Sm 12.23; Mt 18.3-5, 10; 19.14).

Em um artigo para a *Bibliotheca Sacra*, além do mais, no começo da discussão sobre a doutrina, o Dr. Alan H. Hamilton afirma:

Num artigo para a *Bibliotheca Sacra*, além disso, no começo de sua discussão sobre a doutrina, o Dr. Alan H. Hamilton afirma:

O programa total da educação religiosa cristã será construído sobre a resposta do educador a estas três perguntas: (1) Qual é o estado espiritual da criança quando ela vem ao mundo? A esta pergunta, duas respostas contrastantes têm sido dadas: uma é a que ela é nascida com uma vida espiritual que deve ser cuidadosamente cultivada e dirigida; a outra é que ela herda a maldição de uma raça caída e é nascida esvaziada do contato espiritual com Deus ou da capacidade dentro de si mesma de fazer esse contato. (2) Quais são as necessidades espirituais da criança? A escola de pensamento que segue o primeiro conceito dado acima responderá com um treino designado para melhorar e trazer à realização a essência da vida espiritual que a criança possui. Aqueles que estão convencidos do segundo conceito colocarão uma ênfase muito grande sobre a criança trazida, tão cedo quanto possível, a um relacionamento salvador com Deus por meio de Cristo. Como veremos, as denominações eclesiásticas diferem quanto à maneira em que este relacionamento deve ser efetuado; mas a concordância geral, entretanto, é que de algum modo uma vida espiritual deve ser comunicada. Isto vai lançar o fundamento sobre o qual o caráter cristão pode ser construído e do qual a virtude cristã fluirá. (3) Quais são as possibilidades espirituais de uma criança? Para o primeiro grupo, a criança, já de posse da vida espiritual, pode ser tão iluminada e guardada que ela pode reter a sua vida espiritual original e desenvolver desde o nascimento até a maturidade sem interrupção. Se ela se voltar para o pecado atual, naturalmente, que a vida está perdida e uma experiência subsequente de conversão é necessária. Para o segundo grupo, não é considerado possível que a apreciação e a apropriação das coisas espirituais possa ser realizada antes do tempo da regeneração. Nenhuma ausência de ênfase sobre o treinamento moral deve ser observada neste grupo, nem há geralmente uma falha às presentes verdades da Escritura; mas tudo isto é feito com a percepção de que não há uma vida espiritual a ser desenvolvida até a ocorrência de um novo nascimento espiritual. Contudo, já que esta escola de pensamento crê na regeneração como um ato soberano de Deus, ela é capaz de esperar (onde este pensamento é consistente) que a salvação possa ocorrer bem cedo na vida de uma criança e não leva muito tempo para que um período de compreensão intelectual maior seja alcançado.

Ambas as escolas de pensamento têm se desenvolvido dentro do cristianismo evangélico. A primeira, como será prontamente reconhecido, tem crescido num racionalismo que tem tendido para o universalismo. Ela começou a ganhar proeminência na última metade do século 19 com os escritos de Horace Bushnell (*Christian Nurture*, 1847),

F. G. Hibbard (*The Religion of Childhood*, 1864), R. J. Cooke (*Christianity and Childhood*, 1891), e C. W. Rishell (*The Child as God's Child*, 1904). O título de um panfleto escrito por J. T. McFarland desse período indica a tendência deste pensamento. Ele é chamado *Preservation versus the Rescue of the Child* (veja na *Encyclopaedia of Religion and Ethics*, editada por Hastings, no verbete "Childhood").

A segunda escola tem seguido mais de perto o sobrenaturalismo apresentado pelas Escrituras. Ela representa a opinião incorporada neste estudo, em que a autoridade da Bíblia é assumida e que, espera-se, mostra ser o único sistema de pensamento que pode passar pelos testes das Escrituras, de consistência, e pela aprovação da consciência cristã.

É de interesse observar que os achados do movimento do estudo da criança, que não seguem os ensinamentos da Escritura, mas, ao contrário, os princípios da psicologia, têm dado suporte à opinião tomada aqui por asseverar que a religião é alguma coisa externa à criança. Ela é usualmente considerada como comunicada a ela pelo seu ambiente.

Tem havido, também, durante os últimos vinte anos especialmente, uma crescente convicção nos corações do público cristão de que a criança pequenina é um objeto próprio para o simples ensino do Evangelho. Este movimento encontra suas raízes na opinião apresentada aqui: a depravação completa de todo membro da raça humana, e a absoluta possibilidade da regeneração, mesmo para as crianças bem novinhas, por causa da operação sobrenatural de Deus em graça salvadora.

Com estes três valores em vista, portanto, o estudo da doutrina da salvação infantil é empreendido: (1) Seu valor prático em trazer uma resposta certa e escriturística aos questionamentos daqueles cujas vidas são tocadas pela morte de um infante; (2) o valor teológico em prover um teste de sistemas teológicos em voga; e (3) a contribuição que ele pode fazer, de um modo fundamental, para a construção de um programa devido de evangelização e educação para a criança.²⁷

O Dr. Hamilton continua a citar os Pais da Igreja e a demonstrar que esta doutrina não teve teologicamente, então, um lugar de importância que tem agora. Sua presente importância foi bem declarada pelo Dr. B. B. Warfield, quando ele disse: "Nenhum sistema de pensamento teológico pode sobreviver no qual ela [a doutrina da salvação infantil] não pode encontrar um lugar natural e lógico".²⁸

Certos problemas exigem consideração:

A. Os infantes são salvos em razão de serem inocentes. Esta é uma crença universal, especialmente nutrida pelos pais de uma criança morta; mas a inocência não pode salvar alguém quando todos são nascidos depravados (veja DEPRAVAÇÃO).

B. O batismo devido salvará todos os que forem apresentados. Mas se o batismo pode salvar alguém, então a morte de Cristo é vã. Por que teve Ele de morrer?

c. Que na medida em que Cristo morreu por todos, todos então são salvos. Este é o ponto de vista que Richard Watson declara sobre a suposta autoridade de Romanos 5.17,18²⁹, onde o dom da justiça se estende àqueles que “recebem a abundância da graça”. Mas aqui Deus fala a pessoas adultas que raciocinam; ainda, Ele é, não obstante, livre para salvar como quer.

d. Os infantes pertencem à eleição. Estão os infantes que morrem na infância necessariamente entre os eleitos? Está evidente que sim, se são salvos. Então, uma criança que morre na infância é felizada, porque está mais certa do céu do que se continuasse a viver e talvez ficasse não apta para ser salva mesmo nos anos posteriores? Disto ninguém pode falar. Deus orienta e opera o Seu próprio plano em cada vida que é vivida na terra. É provável que o grupo dos eleitos, a fim de ser de toda tribo, e povo, será formado em parte daqueles que morrem na infância.

Pode ser asseverado de forma definitiva, em conclusão, que os infantes que morrem na infância antes que a idade da razão comece, são salvos pela redenção que há em Cristo Jesus.

Sangue

A despeito do fato de que a circulação do sangue como a corrente através da qual toda vitalidade se movimenta e o resíduo eliminado, não ter sido estabelecido pela ciência até 1615 d.C., o sangue do corpo tem sido reconhecido em toda história humana, embora envolvido em mistério, como aquilo que contém a vida e é o símbolo dos relacionamentos. O derramamento de sangue sempre foi acompanhado de algum grau de temor. O derramamento de sangue significa a retirada da vida. Nenhuma pessoa que considera as Escrituras pode duvidar da verdade de que Deus relaciona o sangue à vida. No começo de Gênesis (9.4-6) Ele declarou: “A carne, porém, com sua vida, isto é, com seu sangue, não comereis. Certamente requererei o vosso sangue, o sangue das vossas vidas; de todo animal o requererei; como também do homem, sim, da mão do irmão de cada um requererei a vida do homem. Quem derramar sangue de homem, pelo homem terá o seu sangue derramado; porque Deus fez o homem à sua imagem”.

O sangue tinha de ser eliminado da comida judaica; nem podia ele ser misturado com o sacrifício, além do seu derramamento. A afirmação direta de Levítico 17.11 dá uma declaração clara e final de Deus: “...porque a vida da carne está no sangue; pelo que vo-lo tenho dado sobre o altar, para fazer expiação pelas vossas almas; porquanto é o sangue que faz expiação, em virtude da vida”. A doutrina bíblica adequadamente está sujeita a uma tríplice divisão – (1) sangue sacrificial, (2) sangue purificador e (3) sangue como o selo de um pacto.

1. **SANGUE SACRIFICIAL.** A declaração abrangente sobre este ponto que sumariza a ordem do Antigo e do Novo Testamento afirma que “sem derramamento de sangue não há remissão” (Hb 9.22). É o sangue *derramado* que foi sempre exigido para libertação, e assim foi no tipo e no antítipo, Cristo, em Sua crucificação. O mistério de tudo que faz parte do sacrifício de sangue exigido pelo pecado não pode ser investigado até o seu final. Ele percorre mais as esferas desconhecidas do que o faz nesta esfera. A verdade da exigência de Deus de um sacrifício de sangue como a base justa para a remissão de pecado foi estabelecida nos tempos do Antigo Testamento, e isto está além de qualquer questão. Embora as muitas oferendas não mantivessem eficácia alguma em si mesmas para tirar o pecado, elas falaram realmente da necessidade imutável de um resgate ou redenção pelo sangue como uma cura pelo pecado.

Desafiar este fato não é somente negligenciar o ensino apresentado nos tipos e na explicação direta do Novo Testamento sobre a morte de Cristo, mas é presumir que a avaliação humana do pecado pode ser equivalente à avaliação divina. Que autoridade, na verdade, tem um mortal – uma mera criatura – de *arrogar para si mesmo o direito de sentar-se no tribunal sobre Deus e declarar desnecessário o princípio que Deus estabeleceu e ao qual Ele, a um custo infinito para Si mesmo, ajustou para todas as eras?* A mensagem gloriosa é, na verdade, que o sangue eficaz foi derramado e que homens são convidados a receber o valor dele, que o sangue de Cristo foi derramado como um sacrifício que o próprio Deus providenciou para satisfazer Suas exigências contra o pecado, e que este modo de tratar com o pecado, desde o cordeiro de Abel até o dia da morte de Cristo, é a única interpretação que plena e legitimamente constrói tudo que a Bíblia apresenta sobre seu tema central de salvação.

2. **SANGUE DE PURIFICAÇÃO.** Ao menos dois principais textos do Novo Testamento proclamam o poder purificador do sangue de Cristo, e estes relacionam Sua obra de purificação aos tipos do Antigo Testamento, de forma que servem a ambos, como uma revelação a respeito da presente eficácia do sangue de Cristo, e como interpretações claras dos tipos, com respeito ao significado e ao valor deles. Estes textos são:

Hebreus 9.13, 14: “Porque, se a aspersão do sangue de bodes e de touros, e das cinzas duma novilha santifica os contaminados, quanto à purificação da carne, quanto mais o sangue de Cristo, que pelo Espírito eterno se ofereceu a si mesmo imaculado a Deus, purificará das obras mortas a vossa consciência, para servirdes ao Deus vivo?” Como a significação típica serviu para uma base sobre a qual o imundo podia ser purificado, assim, e “muito mais”, o sangue de Cristo purifica a consciência (ao remover o senso de culpa pelo testemunho divino no coração de que um perdão perfeito foi realizado).

Hebreus 9.22, 23: “E quase todas as coisas, segundo a lei, se purificam com sangue; e sem derramamento de sangue não há remissão. Era necessário, portanto, que as figuras das coisas que estão no céu fossem purificadas com tais sacrifícios, mas as próprias coisas celestiais com sacrifícios melhores do que estes”. Neste caso, a purificação é de coisas

que eram cerimoniais, ou que estavam de conformidade com a lei, por serem purificadas pelo sangue sacrificial dos animais. Assim, o sangue de Cristo como um sacrifício muito melhor serve para purificar coisas celestiais. O que tal purificação envolve e o que ela realiza está novamente dentro da esfera mais elevada da realidade onde o conhecimento humano está ausente e onde a conjectura é inútil. "Não é possível", afirma o mesmo escritor, "que o sangue de touros e bodes tire pecados" (Hb 10.4); não obstante, o sacrifício que Cristo aperfeiçoa para sempre aqueles que em sua salvação são separados para Deus (Hb 10.14).

Igualmente dois textos dentre os muitos no Novo Testamento podem ser citados e que apresentam a doutrina da purificação através do sangue de Cristo.

Apocalipse 7.14: "Disse-me ele: Estes são os que vêm da grande tribulação, e lavaram as suas vestes e as branquearam no sangue do Cordeiro". Conquanto a referência seja à tribulação dos santos, como declara a passagem, a verdade – igualmente aplicável a todos os que são salvos nesta era – é a mesma em qualquer caso; os crentes são purificados perfeitamente pelo sangue purificador do Cordeiro.

1 João 1.7: "...o sangue de Jesus Cristo seu Filho nos purifica de todo pecado". Neste texto a purificação constante do crente está em – essa limpeza que está condicionada ao andar "na luz, como ele está na luz", andar esse que significa sempre uma confissão imediata de todo pecado conhecido. Em Números 19.1-22, esta purificação perpétua, como o antítipo, encontra seu tipo.

3. SANGUE DO SELO DO PACTO. Um volume interessante e iluminador foi escrito pelo Dr. Henry Clay Trumbull sobre *The Blood Covenant* em que ele traça a história dos pactos de sangue entre os vários povos da terra, mas de valor muito maior é a declaração de que está em vigor agora um pacto feito no sangue de Cristo (Mt 26.26-29; Mc 14.24; Lc 22.20; 1 Co 11.25). Os propósitos de Deus e Suas provisões são estabelecidos certamente em justiça, na redenção consumada pelo derramamento do sangue de Cristo.

SANGUE E ÁGUA. H. L. E. Luering, ao escrever no *International Standard Bible Encyclopaedia*, apresenta o seguinte texto, que tem ligação com o significado de João 19.34:

O aspecto fisiológico deste incidente da crucificação foi o primeiro discutido por Gruner (*Commentatio de morte Jesus Christi Vera*, Halle, 1805), que mostrou que o sangue vertido pelo golpe da lança do soldado deve ter sido extravasado antes da abertura do lado acontecer, porque somente assim poderia ter sido derramado da maneira descrita. Enquanto um número de estudiosos tenha se oposto a esta idéia como uma explicação fantasiosa, e tem preferido dar a afirmação do evangelista um significado simbólico no sentido das doutrinas do batismo e eucaristia (assim fez Baur, Strauss, Reuss e outros), alguns fisiologistas modernos estão convencidos de que nesta passagem um fenômeno maravilhoso

nos é relatado, que, inexplicável para o historiador sagrado, contém para nós uma chave quase certa da real causa da morte do Salvador. O Dr. Stroud (*On the Physiological Cause of the Death of Christ*, London, 1847) baseando suas observações em muitas autópsias, pronunciou a opinião de que nós tínhamos uma prova da morte de Cristo como devida não aos efeitos da crucificação, mas à “laceração ou ruptura do coração” como uma consequência da suprema agonia mental e da tristeza. É bem atestado que usualmente o sofrimento sobre a cruz era muito prolongado. Ele freqüentemente durava dois ou três dias, quando então a morte sobrevinha da exaustão. Não há razões físicas pelas quais Cristo não teria vivido mais sobre a cruz do que viveu. Por outro lado, a morte causada pela laceração do coração em consequência do grande sofrimento mental seria quase instantânea. Em tal caso a frase “de coração partido”, se torna literalmente verdadeira. O sangue da vida fluindo pelos orifícios ou laceração até o pericárdio ou membrana do coração, extravasado, coagulado, entre a cor vermelha (sangue) e o límpido líquido (água). Este acúmulo na cavidade do coração foi liberado pelo golpe da lança do soldado (que aqui providencialmente toma o lugar de uma autópsia sem o que teria sido impossível determinar a real causa da morte), e da ferida aberta houve o fluir das duas partes componentes do sangue distintamente visíveis”.³⁰

Santidade

Encontradas no hebraico do Antigo ou no grego do Novo Testamento, três palavras surgem da mesma raiz, a saber, santo, sagrado e santificar (veja SANTIFICAÇÃO). Nenhuma introdução sobre a verdade da santidade será completa, portanto, que não inclua todas as passagens onde estas três palavras apareçam.

Uma coisa pode ser santa por causa de sua relação com Deus – por exemplo, o santo lugar, o santo dos santos. Uma coisa pode ser santa por causa de sua efetiva associação com Deus ou com o propósito divino – por exemplo, uma nação santa, irmãos santos.

Aqueles que vão viver para Deus e em comunhão com Ele são ordenados a ser santos na vida. Visto que o Criador é Santo em Si mesmo, totalmente separado do mal (Sl 22.3; 1 Jo 1.6; Tg 1.17), a obrigação de ser santo – simplesmente em razão dEle ser santo – repousa igualmente sobre toda criação de Cristo. Para sumariar tudo:

- A. Deus é santo (Sl 99.1-9; Is 6.2, 3; Hc 1.13; 1 Jo 1.5).
- B. Sendo separados ou santificados, alguns homens são santos (Hb 3.1).
- C. Os anjos fiéis são santos, por serem separados do mal (Mt 25.31).

Um texto incomum aparece nas palavras: “Sede santos, porque eu sou santo” (Lv 11.44; cf. 1 Pe 1.16). Da criatura humana é claramente requerido que ela seja igual ao seu Criador. Esta obrigação é incomum e se constitui numa lei inerente e intrínseca, que envolve todos os seres criados. Após ser salva e trazida em união vital com Cristo, uma nova responsabilidade é gerada para que uma pessoa ande de modo digno da salvação, e isto significa ser como Ele era neste mundo.

A santidade do homem é sujeita a uma triplíce consideração:

A. O que é conhecido como posicional (Lc 1.70; At 20.32; 1 Co 1.2; 6.11; Ef 4.24; Hb 3.1; 10.10, 14).

B. Experimental (Rm 6.1-23).

C. Supremo (Rm 8.29; Ef 5.27; 1 Jo 3.1-3).

Santificação

É especialmente verdadeiro que a doutrina bíblica não é devidamente afirmada nem devidamente compreendida nos fatos revelados a respeito da santificação. Visto que um aspecto desta doutrina trata da vida e da experiência do cristão, quanto mais ela é facilmente pervertida mais imperativa se torna a sua afirmação exata.

1. AS COISAS ESSENCIAIS PARA UM ENTENDIMENTO CORRETO. Três condições gerais governam um conceito correto deste assunto.

A. **DEVE SER CORRETAMENTE RELACIONADA A OUTRAS DOUTRINAS BÍBLICAS.** Uma ênfase desproporcional sobre qualquer doutrina, ou o hábito de ver toda verdade revelada à luz de uma linha de ensino bíblico, conduz a um erro sério. Nenhuma pessoa realmente entende uma doutrina ou está preparada para ensinar uma verdade da Bíblia até que ela seja capaz de ver essa verdade em sua posição e proporção corretas, e a sua relação com qualquer outra doutrina da Palavra. A santificação, igual a outras grandes doutrinas das Escrituras, apresenta e define um campo exato dentro do propósito de Deus. Visto que ela almeja fins definidos, ela pode passar por uma exposição exagerada ou por uma exposição incompleta. Esta doutrina deve ser considerada, então, em sua relação exata com todos os outros aspectos da verdade.

B. **NÃO PODE SER INTERPRETADA PELA EXPERIÊNCIA.** Algumas pessoas concluem que entendem a doutrina da santificação porque é através dela que eles próprios são santificados. Um único dos três aspectos da santificação, contudo, trata da complexidade da experiência humana na vida diária. Portanto, uma análise de alguma experiência pessoal não deve substituir todo o ensino da Palavra de Deus. Mesmo se a santificação fosse limitada ao campo da experiência humana, nunca haveria uma experiência que pudesse ser provada como o seu exemplo perfeito, nem qualquer afirmação humana dessa experiência exatamente descreveria a medida plena da realidade divina. É a função da Bíblia interpretar

a experiência, ao invés da experiência funcionar como intérprete da Escritura. Toda experiência que é operada por Deus será vista como de conformidade com as Escrituras. Se não, deveria ser julgada como um instrumento de Satanás. Para algumas pessoas uma experiência incerta tem se tornado mais convincente do que os ensinamentos claros das Escrituras.

C. UM ENTENDIMENTO CORRETO DEPENDE DA CONSIDERAÇÃO DA TOTALIDADE DAS ESCRITURAS. O conjunto de textos que apresentam esta doutrina é muito mais extensivo do que parece para aquele que lê somente o texto em português, porque as mesmas palavras originais (hebraico e grego), que traduzem a palavra "santificar", com suas diversas formas, também traduzem a outra palavra em nossa língua, "santo", com todas as suas diversas formas. Portanto, para descobrir o escopo total desta doutrina das Escrituras, uma pessoa deve ir além das passagens em que a palavra "santificar" é usada e inclui, também, as porções onde o termo "santo" é empregado. Assim, muita coisa é acrescentada ao campo da investigação.

A observância destas três condições gerais mencionadas praticamente evitará todo erro conectado com a doutrina da santificação.

2. O SIGNIFICADO DAS PALAVRAS ENVOLVIDAS.

A. "SANTIFICAR", COM SUAS VÁRIAS FORMAS. Esta palavra, que é usada 106 vezes no Antigo e 31 vezes no Novo Testamento, significa "colocar à parte", e então, é o estado de ser separado. Ela indica a classificação em assunto de posição e relacionamento. A base da classificação é usualmente a de que a pessoa (ou coisa) santificada foi colocada à parte, ou separada, de outras em sua posição e relacionamento perante Deus, isto é, separada daquilo que não é santo. Este é o significado geral da palavra.

É também importante considerar que há três coisas que a palavra *santificação*, em seu uso geral, não sugere:

(1) O uso bíblico da palavra não sugere melhora acontecida em termos de santidade, porque de Deus é dito ser santificado, e Ele não experimentou alguma melhora em santidade.

(2) O uso bíblico da palavra não sugere necessariamente um estado de vida sem pecado. No Antigo Testamento, está afirmado que o povo lavava suas roupas e as separava de alguma impureza e, assim, eram santificadas perante Deus. Isto está longe de ser uma idéia delas estarem sem pecado. Mesmo dos cristãos de Corinto, que "estavam totalmente em falta", é dito terem sido santificados. Muitas coisas inanimadas eram santificadas, e estas não poderiam nem mesmo ser relacionadas à questão do pecado.

(3) O uso bíblico da palavra não sugere necessariamente finalidade. Por serem santificados uma vez, não livrou os israelitas de precisarem ser santificados novamente. Eles foram por determinado tempo separados para Deus. Daí três aspectos desta verdade, os quais serão vistos, que não implicam finalidade.

B. "SANTO", COM SUAS VÁRIAS FORMAS. Esta palavra, que é usada cerca de 400 vezes no Antigo Testamento e 12 vezes a respeito dos crentes no Novo

Testamento, se refere ao estado de ser separado, ou de ser colocado à parte, daquilo que não é santo. Cristo era “santo, inculpável, imaculado, separado dos pecadores”. Assim, Ele era santificado. Semelhantemente, também, há certas coisas que a palavra *santo* em seu uso bíblico não sugere: (1) Nenhuma melhora passada necessariamente está implícita, porque o próprio Deus é santo. Em si é o estado que é indicado por esta palavra, e não o processo pelo qual ele foi alcançado.

(2) A perfeição sem pecado não está necessariamente implícita, porque pode ser dito algo da “nação santa”, sacerdotes santos, “santos profetas”, “santos apóstolos”, “homens santos”, “santas mulheres”, “santos irmãos”, “santo monte” e “santo templo”. Nenhuma destas coisas era sem pecado perante Deus. Elas eram santas, contudo, de acordo com algum padrão específico ou questão que se constituiu na base da separação deles de outras coisas não santas.

(3) A palavra não implica necessariamente finalidade. Todas essas pessoas mencionadas foram repetidamente chamadas a um alto grau de santidade. Elas foram separadas para algum propósito santo; assim, elas foram santificadas. Levítico 21.8 ilustra a similaridade de significado entre as palavras “santificar” e “santo” usadas na Bíblia. Ao falar do sacerdote, Deus disse: “Portanto o santificarás; porquanto oferece o pão do teu Deus, santo te será; pois eu, o Senhor, que vos santifico, sou santo”. Aqui a palavra original, empregada quatro vezes, é traduzida duas vezes como “santificar” e duas vezes como “santo”.

C. “SANTO.” O substantivo adjetivado “santo”, usado a respeito de Israel cerca de 50 vezes e dos crentes 62 vezes, é aplicado somente a pessoas vivas e se relaciona somente à posição deles na avaliação de Deus. Ele nunca está associado com a qualidade da vida diária deles. Eles são santos em razão de serem particularmente classificados e separados no plano e propósito de Deus. Por serem santificados assim, eles são santos. Em três epístolas, os crentes são mencionados como aqueles que são “chamados para serem santos” (1 Co 1.2). Tal tradução é muito confusa. As palavras “para serem” deveriam ser omitidas; na verdade, no texto em grego de 1 Coríntios 1.2 não aparece a expressão “para serem”, que foi acrescida pelos tradutores. Os cristãos *são* santos pelo presente chamamento de Deus. Os textos, então, não prevêem um tempo quando eles haverão de ser santos.

Eles são santificados, separados, classificados como “santos irmãos” que, portanto, podem ser “chamados santos” (como está no texto original). A santidade não está sujeita à progressão. Toda pessoa nascida de novo é tão santa no momento em que ela foi salva quanto será no tempo ou na eternidade. A totalidade da Igreja, que é o corpo de Cristo, mostra ser um povo chamado, separado. Eles são os santos desta dispensação. De acordo com certos usos dessas palavras, eles todos são santificados. Eles são todos santos.

O Espírito resolveu dar aos crentes o título de “santos” mais do que qualquer outra designação, exceto uma. Eles são chamados “irmãos”, 184 vezes; “santos”, 62 vezes; e “cristãos”, 3 vezes. Não seria impróprio tentar resgatar esse título

divinamente enfatizado (mas tão mal-entendido) de seu presente estado de desuso e ruína. Muitos cristãos não crêem que eles sejam santos porque não conhecem a sua posição em Cristo.

O entendimento correto da doutrina bíblica da santificação deve depender, então, da consideração de todas as passagens onde as palavras “santificar” e “santo” aparecem. É impossível uma referência a todas as passagens, obviamente, neste estudo limitado.

3. OS MEIOS.

A. DEUS É ETERNAMENTE SANTIFICADO. Por causa da santidade infinita, o próprio Deus – Pai, Filho e Espírito Santo – é eternamente santificado. Ele é classificado como distinto, separado, colocado à parte do pecado. Ele é totalmente santo. Ele é santificado em Si mesmo (Lv 21.8; Jo 17.19).

B. DEUS SANTIFICA PESSOAS. De Deus – Pai, Filho e Espírito Santo – é dito que Ele santifica pessoas.

(1) *O Pai santifica.* “E o Deus da paz vos santifique em tudo” (1 Ts 5.23).

(2) *O Filho santifica.* “...a fim de a santificar, tendo-a purificado com a lavagem da água, pela palavra” (Ef 5.26; cf. Hb 2.11; 9.13,14; 13.12).

(3) *O Espírito santifica.* “Sendo santificados pelo Espírito Santo” (Rm 15.16; cf. 2 Ts 2.13).

(4) *O Pai santifica o Filho.* “Àquele a quem o Pai santificou, e enviou ao mundo” (Jo 10.36).

(5) *Deus santificou Israel.* Deus santificou os sacerdotes e o povo de Israel (Êx 29.44; 31.13).

(6) *A santificação é a vontade de Deus.* “Porque esta é a vontade de Deus, a vossa santificação” (1 Ts 4.3).

(7) A santificação do crente vem de Deus. (a) *pela união com Cristo:* “Aos que são santificados em Cristo Jesus” (1 Co 1.2); Cristo tem sido para os crentes a santificação deles (1 Co 1.30). (b) *“Santifica-os na verdade: a tua palavra é a verdade”* (Jo 17.17; cf. 1 Tm 4.5). (c) *pelo sangue de Cristo:* “Por isso também Jesus, para santificar o povo pelo seu próprio sangue, sofreu fora da porta” (Hb 13.12; cf. 9.13,14); “... e o sangue de Jesus, seu Filho, nos purifica de todo pecado” (1 Jo 1.7). (d) *pelo corpo de Cristo:* “É nessa vontade dele que temos sido santificados pela oferta do corpo de Jesus Cristo, feita uma vez para sempre” (Hb 10.10). A cruz separou os crentes do mundo: “Mas longe esteja de mim gloriar-me a não ser na cruz de nosso Senhor Jesus Cristo, pela qual o mundo está crucificado para mim e eu para o mundo” (Gl 6.14). (e) *pelo Espírito Santo:* “Deus vos escolheu desde o princípio para a salvação, mediante a santificação do Espírito e fé na verdade” (2 Ts 2.13; cf. 1 Pe 1.2). (f) *pela escolha:* “Segui a paz com todos os homens, e a santidade, sem a qual ninguém verá o Senhor” (Hb 12.14; cf. 2 Tm 2.21, 22). (g) *pela fé:* “Aqueles que são santificados pela fé em mim” (At 26.18).

C. DEUS SANTIFICOU DIAS, LUGARES E COISAS (Gn 2.3; Êx 29.43).

D. O HOMEM PODE SANTIFICAR DEUS. Isto ele pode fazer por colocar Deus numa posição separada em seu próprio pensamento como santo: “Santificado seja o teu nome”. “Mas santificai a Deus em vossos corações” (1 Pe 3.15).

E. O HOMEM PODE SANTIFICAR-SE A SI MESMO. Muitas vezes Deus chama Israel para santificar-se. Ele igualmente diz aos crentes desta era: "Sede santos, porque eu sou santo". Também: "Se, pois, alguém se purificar destas coisas, será vaso para honra, santificado e útil ao Senhor, preparado para toda boa obra" (2 Tm 2.21). A auto-santificação, contudo, só pode ser realizada por meios divinamente providenciados. Os cristãos são chamados a apresentar os seus corpos como um sacrifício vivo, santo e agradável a Deus (Rm 12.1). Eles são ordenados da seguinte forma: "...saí do meio deles e separai-vos, diz o Senhor; e não toqueis coisa imunda, e eu vos receberei" (2 Co 6.17). Por ter as promessas dos cristãos, eles devem se purificar a si mesmos "de toda imundícia da carne e do espírito, aperfeiçoando a santidade [i.e., SANTIFICAÇÃO] no temor de Deus" (2 Co 7.1). "Digo, porém: Andai pelo Espírito, e não haveis de cumprir a cobiça da carne" (Gl 5.16).

F. O HOMEM PODE SANTIFICAR PESSOAS E COISAS: "Porque o marido incrédulo é santificado pela mulher, e a mulher incrédula é santificada pelo marido crente; de outro modo, os vossos filhos seriam imundos; mas agora são santos" (1 Co 7.14); "E Moisés santificou o povo"; "Assim eles santificaram a casa do Senhor".

G. UMA COISA PODE SANTIFICAR OUTRA: "Insensatos e cegos! Pois qual é maior: o ouro, ou o santuário que santifica o ouro?... Cegos! Pois qual é maior: a oferta, ou o altar que santifica a oferta?" (Mt 23.17,19).

A partir de um estudo muito limitado das Escrituras sobre o assunto da santificação e santidade, é evidente que o significado fundamental da palavra é colocar, separar para um propósito santo. Algumas vezes a pessoa separada é limpa e outras vezes não. Algumas vezes esta pode partilhar do caráter da santidade e outras vezes, como no caso de uma coisa inanimada, não pode. Todavia, uma coisa que de si mesma pode não ser santa nem impura é santificada quando separada para Deus como a pessoa cujo caráter moral é sujeito à transformação. Deve também ficar evidente que onde estas qualidades morais existem, a limpeza e a purificação são algumas vezes exigidas na santificação, mas nem sempre.

4. TRÊS ASPECTOS. Embora o significado exato das palavras "santificar" e "santo" seja inalterável, há uma realidade muito mais profunda indicada pelo seu uso no Novo Testamento do que está indicado pelo emprego delas no Antigo Testamento. Afinal de contas, o Antigo Testamento é apenas "uma sombra de boas coisas vindouras". A revelação do Novo Testamento, então, pode ser considerada em três divisões.

A. POSICIONAL. Esta é uma santificação e uma santidade que vêm ao crente pela operação de Deus através da oferta do corpo e do sangue derramado do Senhor Jesus Cristo. Aqueles que foram redimidos e purificados em Seu precioso sangue, foram perdoados de todas as transgressões, tornados justos pelo novo senhorio nEle, justificados e purificados. Eles agora são filhos de Deus. Tudo isto indica uma classificação e uma separação distintas, profundas e eternas, realizadas pela graça salvadora de Cristo. Isto está baseado em fatos de posição que são verdadeiros a respeito de todo cristão. Conseqüentemente,

de todo cristão é agora dito que eles são santificados posicionalmente, santos diante de Deus. Esta posição não tem a ver com algum relacionamento com a experiência diária do crente, mais do que deveria inspirá-lo a uma vida santa. Sua posição em Cristo, para ser exato, está de acordo com as Escrituras, o maior incentivo possível à santidade de vida.

As grandes epístolas doutrinárias observam esta ordem no ensino da verdade. Elas primeiro afirmam as maravilhas da graça salvadora e, então, concluem com um apelo para uma vida correspondente à posição divinamente operada (cf. Rm 12.1; Ef 4.1; Cl 3.1). Os cristãos não são agora aceitos em si mesmos; eles são aceitos no Amado. Eles não são agora justos em si mesmos; Ele foi feito justiça para eles. Eles não são redimidos em si mesmo; Ele se tornou para eles redenção. Eles não estão agora santificados posicionalmente pelo andar diário deles; Ele foi feito para eles uma santificação dessa natureza. A santificação posicional é tão perfeita quanto Ele é perfeito. Tanto quanto Ele é separado, visto que os crentes estão nEle, os salvos são separados. A santificação posicional é tão completa para o santo mais fraco quanto ela o é para o crente mais forte. Isto depende somente da união de uma pessoa com Cristo e de sua posição nEle. Todos os crentes são classificados como "os santos". Assim, também, eles são classificados como "santificados" (cf. At 20.32; 1 Co 1.2; 6.11; Hb 10.10,14; Jd 1). A prova de que os crentes imperfeitos são, não obstante, posicionalmente santificados e, portanto, santos, é vista em 1 Coríntios. Os crentes de Corinto eram impuros na vida (e.g., 1 Co 5.1,2; 6.1-8), mas duas vezes é dito que eles haviam sido santificados (1 Co 1.2; 6.11).

Pela posição deles, então, os cristãos são corretamente chamados de "santos irmãos" e "santos". Eles foram "santificados pela oferta do corpo de Jesus Cristo, feita uma vez para sempre" (Hb 10.10), e agora são homens novos em razão de agora serem "criados em justiça e verdadeira santidade" (Ef 4.24). A santificação posicional e a santidade posicional são "verdadeiras" santificação e santidade. Em sua posição em Cristo o cristão permanece justo e aceito perante Deus para sempre. Comparado a este, nenhum outro aspecto da presente verdade pode merecer um reconhecimento igual. Que nenhuma pessoa conclua disto que ela é santa, ou santificada, na vida porque dos cristãos é agora dito que eles são santos ou santificados posicionalmente.

B. EXPERIMENTAL. Conquanto seja dito de todos os crentes que são santificados posicionalmente, nunca há uma referência em qualquer dos textos da Escritura a respeito da vida diária deles. Tal aspecto da santificação e da santidade é encontrado num outro conjunto de verdades totalmente diferente que pode ser chamado de *santificação experimental*. Como a santificação posicional é absolutamente dissociada da vida diária, assim a santificação experimental absolutamente não tem uma relação com a posição em Cristo. A santificação experimental, ao contrário, pode depender (1) em algum grau da entrega a Deus; (2) e em algum grau da separação do pecado; ou (3) em algum grau do crescimento cristão ao qual o crente já alcançou.

(1). *Resultado da entrega a Deus.* A total auto-entrega a Deus é o serviço racional de uma pessoa: "Que apresenteis os vossos corpos como um sacrifício vivo, santo e agradável a Deus, que é o vosso culto racional" (Rm 12.1). Ao agir assim, o cristão é considerado e é separado para Deus através de sua própria escolha. Há um elemento de finalidade e plenitude possível nisto. Dentro da esfera de seu próprio conhecimento de si mesmo, o crente pode definitivamente escolher a mente e a vontade de Deus como a norma para a sua vida. Esta entrega à vontade de Deus pode ser, portanto, completa e final. Aqui está a autodeterminada separação para Deus, um importante aspecto da santificação experimental: "Mas agora, libertos do pecado, e feitos servos de Deus, tendo o vosso fruto para santificação, e por fim a vida eterna" (Rm 6.22).

A santificação não pode ser experimentada como uma questão de sentimento ou emoção mais do que podem a justificação ou a regeneração. Uma pessoa, não obstante, pode estar em paz e alegria porque ela *crê* que estas coisas são verdadeiras em sua vida. Assim, também, pela entrega a Deus um novo enchimento do Espírito pode ser possível, o que resultará em alguma bênção até aqui desconhecida. Esta felicidade poderia mesmo vir repentina ou gradualmente. De qualquer modo não é a santificação em si mesma que é experimentada: é antes a bênção do Espírito tornada possível por meio da santificação ou de uma vida mais profunda de separação para Deus. A santificação experimental opera de tal modo, que tem os seus efeitos sobre a vida diária, e age em contraste com as posições que não estão de modo algum relacionadas à vida diária.

(2) *Resultado da libertação do pecado.* A Bíblia leva em consideração os muitos pecados dos cristãos. Ela não ensina que somente pessoas sem pecado são salvas ou mantidas salvas; ao contrário, há uma consideração fiel dos pecados dos santos e da provisão feita para eles. Estas provisões são ambas, preventivas e curativas. A questão do pecado no crente é tratada exaustivamente em 1 João. Uma passagem (2.1, 2) pode se tornar como chave para a epístola. Ela diz: "Meus filhinhos, estas coisas vos escrevo, para que não pequeis". Isto diz respeito à prevenção do pecado no cristão. Mas o texto continua: "...mas, se alguém pecar, temos um Advogado para com o Pai, Jesus Cristo, o justo. E ele é a propiciação pelos nossos pecados". Isto se refere à cura do pecado nos cristãos. Muita coisa na Escritura, na verdade, está escrita "para que não pequeis", mas, além disso, aos crentes é dito que se eles caírem em pecado, têm uma provisão abundante de Deus para a sua cura. As coisas que estão escritas não o estão para encorajar algum crente a pecar; contudo, elas estão escritas "para que não pequeis" mais. "Continuaremos a pecar para que a graça possa ser abundante? De modo nenhum!". Ele somente pode proibir, e se requisitado Ele proibirá – tão grandes são as maravilhosas provisões em graça para a manutenção eterna do filho de Deus.

Pode ser concluído deste e de muitos outros textos que um filho de Deus não precisa pecar. Para esse fim foi que o Salvador morreu (Rm 6.1-14). Para esse fim que os cristãos têm uma mensagem que lhes foi escrita (1 Jo 2.1, 2). Para

esse fim é que eles são habitados pelo Espírito Santo (Gl 5.16). É propósito do Pai que Seus filhos sejam livres do pecado a fim de que Ele possa ter comunhão com eles, porque “verdadeiramente a nossa comunhão é com o Pai e com seu Filho Jesus Cristo”. A base sobre a qual os cristãos podem ter comunhão com o Pai e Seu Filho está especificada: Eles devem andar na luz como Deus está na luz (1 Jo 1.7), o que significa viver pelo poder do Espírito e instantaneamente confessar todo pecado conhecido. Por causa da defesa que o Advogado faz dele, e por causa da confissão que o crente faz do pecado, Deus é livre para perdoar e purificar de toda injustiça. Os cristãos, então, não devem dizer que eles não têm natureza pecaminosa (1.8). Isto seria enganar a eles próprios. Eles não podem nem mesmo dizer que não têm pecado (1.10). Isto seria tornar Deus e o Seu testemunho mentirosos. Isto não faz o cristão se gloriar em si mesmo, mas, ao contrário, toda verdadeira vitória deverá ser reconhecida para a glória do Senhor Jesus Cristo.

Qualquer filho de Deus já alcançou uma libertação completa do pecado? Esta pergunta nunca deveria ser confundida com os fatos a respeito da santificação posicional, nem com as verdades conectadas com a santificação através da entrega a Deus. A resposta a esta pergunta pode ser afirmada da seguinte maneira: Conquanto o crente esteja definitivamente confiando na suficiência do Espírito e no cumprimento de cada condição para capacitação, ele será divinamente guardado de pecar (Rm 6.14; 8.2; Gl 5.16). Esta afirmação não está baseada em qualquer experiência pessoal; ela repousa na Palavra de Deus. O cristão nunca alcança uma posição em que não peque. Por outro lado, as Escrituras ensinam claramente que, a despeito da natureza caída, há libertação para o crente da escravidão ao pecado através da união com Cristo em Sua morte e ressurreição (Rm 6.1-10) e através do poder do Espírito de capacitar (Rm 8.2; Gl 5.16). Esta vitória será conquistada exatamente quando ela é reivindicada pela fé. Este é o preventivo divinamente providenciado, para que não se peque.

A velha natureza, com sua disposição incurável para o pecado, permanece em cada crente enquanto ele está neste presente corpo. Ele está, portanto, disposto a pecar. Da natureza pecaminosa é dito que ela morreu. Ela foi crucificada, colocada à morte, e sepultada com Cristo, mas visto que esta morte foi realizada dois mil anos atrás, a referência deve ser a um julgamento divino contra a natureza que foi ganho por Cristo quando Ele “morreu para o pecado”. Não há um ensino bíblico no sentido de que alguns cristãos morreram para o pecado e outros não. As passagens envolvidas devem incluir *todas* as pessoas salvas (Gl 5.24; Cl 3.3). Todos os crentes morreram para o pecado no sacrifício de Cristo, mas nem todos reivindicaram as riquezas que foram proporcionadas para eles por essa morte. Às pessoas salvas não é pedido que elas morram experimentalmente ou que tornem a pôr em vigor Sua morte; elas são instadas somente a “considerarem-se” a si mesmas como mortas para o pecado. Esta é a responsabilidade humana (Rm 6.1-14).

Se por meio da fraqueza, da disposição ou da ignorância, o cristão peca, há uma cura providenciada. Do lado humano deve haver uma confissão genuína e um arrependimento do coração (2 Co 7.8-11; 1 Jo 1.9). Do lado divino, há “um Advogado junto ao Pai”, e o Pai “é fiel e justo para nos perdoar os pecados, e nos purificar de toda a injustiça”. As experiências de fracasso e derrota deveriam crescer menos à medida que o crente descobre as maravilhas do poder e da graça de Deus e a total desesperança de sua própria força. Toda restauração, perdão e purificação são uma renovação da santificação experimental.

(3) *Resultado do crescimento cristão.* Os cristãos são imaturos em sabedoria, em conhecimento, em experiência e em graça. Em tais esferas eles são designados para crescer, e o crescimento deles deveria ser manifesto. Eles devem “crescer na graça e no conhecimento de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo”. Contemplando a glória do Senhor como num espelho, eles são “transformados na mesma imagem de glória em glória, como pelo Senhor, o Espírito”. Esta transformação terá o efeito de estabelecê-los mais e mais separados para Deus. *Eles, nesse ponto, serão mais santificados.*

Um cristão pode ser “inculpável”, embora não possa ser dito verdadeiramente dele que ele não tem pecado. Uma criança laborando para escrever as suas primeiras letras pode bem ser inculpável na obra que faz, mas o seu trabalho certamente não é sem erro. Um crente pode andar na medida plena do seu entendimento hoje; todavia, ele deve saber que não vive agora na luz aumentada e na experiência em que ele estará amanhã através do crescimento. Há uma perfeição relativa, então, dentro dessa imperfeição. Os cristãos que estão relativamente incompletos, imaturos, que relativamente se dão ao pecado podem, entretanto, “permanecer” na Videira. Eles podem ter comunhão com o Pai e com Seu Filho. Há também imperfeição dentro da perfeição. Os salvos que realmente são incompletos, imaturos e dados ao pecado, estão mesmo posicionalmente agora santificados e completos “nEle” – o Senhor Jesus Cristo.

O crescimento do cristão e a santificação experimental não são a mesma coisa, pois um é a causa e o outro é o efeito. O cristão estará mais e mais separado à medida que ele cresce à imagem de Cristo pelo Espírito. Afirmar que ele será mais experimentalmente santificado enquanto cresce na graça e no conhecimento do Senhor e Salvador Jesus Cristo, não necessariamente questiona sua presente pureza ou vitória na vida diária; é somente declarar que ele será mais separado à medida que ele se desenvolve na semelhança de seu Senhor. Isto é considerar a santificação experimental no seu significado mais amplo e geral da palavra.

c. DEFINITIVO. O aspecto definitivo da santificação, que está relacionado à perfeição final do salvo, será seu na glória. Por Sua graça e poder transformador Deus terá mudado todo filho Seu – em espírito, alma e corpo – para que cada um deles seja “igual a ele” e “conformado à imagem do Seu Filho”. Ele, então, o apresentará “sem mancha” perante a presença de Sua glória. A Noiva de seu

Filho será livre de toda “mancha ou ruga”. Portanto, todos os cristãos devem se abster do mal. “E o próprio Deus da paz vos santifique completamente: e o vosso espírito, e alma e corpo sejam plenamente conservados irrepreensíveis para a vinda de nosso Senhor Jesus Cristo” (1 Ts 5.23).

5. **TRÊS AGENTES.** Três agentes de santificação são enfatizados nas Escrituras: (a) o Espírito Santo (1 Co 6.11; 2 Ts 2.13; 1 Pe 1.2). (b) o Filho (Hb 10.10), e (c) a Verdade de Deus (Jo 17.17; Ef 5.26).

Santo

Santo é uma palavra que vem da mesma raiz no original que *santificar*, e refere-se ao que o crente é em virtude de sua posição em Cristo. A palavra *santo* é usada 50 vezes no Antigo Testamento, para denotar Israel, e 62 vezes no Novo Testamento, para designar o crente.

Os filhos de Deus são chamados crentes cerca de 50 vezes e irmãos cerca de 180 vezes, enquanto que o nome mais comum de hoje, cristão, é usado apenas três vezes nos escritos apostólicos.

O termo nunca indica caráter ou dignidade pessoal. Por já serem separados para Deus em Cristo, todos os cristãos são agora santos desde o momento em que são salvos. O fato de eles serem santos, então, não é um aspecto futuro. Todos os crentes são *santos*, quando posicionalmente considerados (1 Co 1.2 etc.).

Satanás

1. **SUA PERSONALIDADE.** Como no caso de Cristo, o conhecimento de Satanás depende totalmente do que as Escrituras declaram. Nenhuma evidência maior, ou melhor, pode existir para a crença na personalidade de um do que de outro.

2. **SEU PODER.** (a) Como um ser criado, o seu poder vem após somente o poder de Deus (Ez 28.11-16). (b) Após sua queda moral (cf. Jó 2.7; Is 14.12-17; Lc 4.6; 22.31; 1 Co 5.5; Hb 2.14) e mesmo após seu julgamento na cruz (Jo 16.11; Cl 2.15) ele continua a reinar como um usurpador (2 Co 4.4). Considere aqui todas as passagens através de todas as Escrituras sobre as tentações e induções de Satanás para o mal.

3. **SUA OBRA.** (a) Em relação a Deus, suas obras más são ainda permitidas. (b) Em relação aos demônios, eles devem fazer sua vontade. (c) Em relação aos não-salvos, ele tem autoridade sobre eles (Is 14.17; 2 Co 4.3,4; Ef 2.2; Cl 1.13; 1 Jo 5.19). (d) Em relação aos salvos, ele vive em conflito com eles (Ef 6.11-18). (e) Em relação à verdade, ele é um mentiroso (Jo 8.44) e pai “da mentira”.

4. SUA CARREIRA.

(A) *Passada*. (1) Satanás experimentou uma queda moral (Is 14.12-17; Ez 28.15; 1 Tm 3.6; Ap 2.13). (2) O julgamento de Satanás foi predito no Éden (Gn 3.15). (3) Seu julgamento foi realizado na cruz (Jo 12.31-33).

(B) *Presente*. (1) Ele reina como um usurpador hoje (2 Co 4.4; Ef 2.2; Ap 2.13). (2) Ele recebe o nome de *acusador dos irmãos* pelo que faz agora (Ap 12.10). (3) Ele é o pai num sentido espiritual de todos os que aceitam sua filosofia de independência de Deus (Jo 8.44; Ef 2.2).

(C) *Futura*. (1) Ele um dia deve ser expulso do céu (Ap 12.7-12; cf Is 14.12; Lc 10.18). (2) Ele deve ser confinado ao abismo por mil anos (Ap 20.1-3,7). (3) Quando for solto do abismo, ele liderará exércitos contra Deus (Ap 20.8, 9). (4) Sua condenação final é o lago de fogo (Ap 20.10).

Segurança

Na importância geral da doutrina, a segurança é uma confiança de que as relações corretas existem entre Deus e o *eu* de uma pessoa. Neste sentido ela não deve ser confundida com a doutrina da segurança eterna. O último é um fato devido à fidelidade de Deus seja realizada pelo crente ou não, enquanto que o primeiro é aquilo que alguém *crê* ser verdadeiro a respeito de si mesmo num determinado tempo. A segurança pode repousar sobre a justiça pessoal, que no passado era um reconhecimento do caráter justo próprio de alguém; mas na presente era é um reconhecimento daquela justiça de Deus que é imputado a todos os que crêem. Isaías declara que “a obra de justiça será paz; e o efeito da justiça será sossego e segurança para sempre” (Is 32.17). Assim, também, o apóstolo escreve sobre a confiança que é gerada pelo entendimento (Cl 2.2), e aqueles que entendem as provisões de Deus e que entraram inteligentemente neles têm justamente isso.

Igualmente em Hebreus 6.11 há referência à “plena certeza da esperança”, e em 10.22 à “plena certeza de fé”. Embora possa ser concluído que a segurança é totalmente experimental, e repousa na verdadeira fé, numa verdadeira esperança, num verdadeiro entendimento, e numa justiça imputada, tal sentimento pode conduzir alguém a dizer sem qualquer presunção: “Eu sei que sou salvo”, ou, como o apóstolo testificou de si mesmo: “Porque eu sei em quem tenho crido, e estou certo de que ele é poderoso para guardar o meu depósito até aquele dia” (2 Tm 1.12). Na medida em que diz respeito ao texto citado acima, a segurança repousa não somente na Palavra de Deus, mas também na experiência cristã. Estas duas bases de confiança – a da experiência e a da Palavra da Verdade – deveriam ser consideradas especificamente.

1. CONFIANÇA BASEADA NA EXPERIÊNCIA CRISTÃ. O testemunho interno do Espírito Santo é uma experiência cristã definida. O apóstolo Paulo afirma: “O próprio Espírito testifica com o nosso espírito que somos filhos de Deus”

(Rm 8.16), e o apóstolo João declara: “Se recebemos o testemunho dos homens, o testemunho de Deus é maior; porque o testemunho de Deus é este, que de seu Filho testificou – Quem crê no Filho de Deus, em si mesmo tem o testemunho. Aquele que não crê no Filho de Deus o faz mentiroso; porquanto não creu no testemunho que Deus de seu Filho deu” (1 Jo 5.9,10). Em Hebreus 10.2 está afirmado que aqueles “uma vez purificados” não mais deveriam ter tido consciência de pecado. Isto quer dizer que a remoção de toda condenação (cf. Rm 8.1) deveria criar uma experiência correspondente. Em 1 João 3.10, uma distinção experimental e real entre os “filhos de Deus” e os “filhos do diabo” é manifesta.

A diferença é mostrada na questão do pecado contra a lei. O contexto, que começa com o versículo 4, tem a ver totalmente com o pecado contra a lei, a saber, o pecado sem consciência alguma de sua seriedade. O cristão vive com o Espírito Santo entristecido ou não, e ele não pode pecar sem uma angústia interior (cf. Sl 32.3-5). 1 João 3.9,10 – “Aquele que é nascido de Deus não peca habitualmente; porque a semente de Deus permanece nele, e não pode continuar no pecado, porque é nascido de Deus. Nisto são manifestos os filhos de Deus, e os filhos do Diabo: quem não pratica a justiça não é de Deus, nem o que não ama a seu irmão” – não ensina que os cristãos não pecam (cf. 1 Jo 1.8, 10); antes, ensina que o crente, por ser habitado pelo Espírito de Deus, não pode pecar contra a lei. Deve também ser observado que a presença deste Cristo vivo no coração através do advento do Espírito deveria causar uma experiência apropriada, se as relações do crente com Deus são espirituais, antes que carnisais.

Além disso, o apóstolo escreve a respeito da habitação de Cristo: “Examinai-vos a vós mesmos se permaneceis na fé; provai-vos a vós mesmos. Ou não sabeis quanto a vós mesmos, que Jesus Cristo está em vós? Se não é que já estais reprovados” (2 Co 13.5). É inconcebível que Cristo deva morar no coração sem alguma experiência correspondente. Portanto, o apóstolo orienta para que esse auto-exame seja empreendido sobre a questão da habitação de Cristo. Certos resultados dessa habitação são normais.

A. A PATERNIDADE DE DEUS COMO UMA REALIDADE. É uma coisa conhecer a respeito do Deus triúno e outra coisa totalmente diferente é *conhecer* Deus. O conhecimento de Deus como Pai é adquirido pelo coração humano pela obra do Filho, Cristo Jesus. Ele disse: “Todas as coisas me foram entregues por meu Pai; e ninguém conhece plenamente o Filho, senão o Pai; e ninguém conhece plenamente o Pai, senão o Filho, e aquele a quem o Filho o quiser revelar. Vinde a mim, todos os que estais cansados e oprimidos, e eu vos aliviarei” (Mt 11.27, 28). O alívio que é prometido para a alma é aquele que resulta do fato de Deus ser conhecido como Pai. Este conhecimento é assegurado a todos que crêem em Cristo como Salvador.

B. UMA REALIDADE NA ORAÇÃO. Sem dúvida, pessoas não-salvas tentam orar, embora sem a base de acesso a Deus que é Cristo; mas o indivíduo que vem realmente ao conhecimento de Deus encontra uma nova experiência na oração. É incrível que Aquele que viveu pela oração quando esteve aqui neste mundo não deveria impelir aquele em quem Ele vive ao exercício das potencialidades da oração.

C. A PALAVRA DE DEUS DESEJADA. Semelhantemente, se Cristo habita, deve haver um novo interesse criado no coração pela Palavra de Deus da parte daquele que está salvo. A nova vida espiritual que vem pelo segundo nascimento, igual ao nascimento físico, deve ser alimentada e, assim, para uns a Palavra de Deus se torna o “leite” e o “alimento sólido” para outros; assim todos os que são salvos têm um desejo normal pela verdade de Deus. Se não há apetite por comida espiritual, há alguma razão séria.

D. UMA NOVA PAIXÃO PELA SALVAÇÃO DE HOMENS. Se Cristo que morreu para que homens perdidos fossem salvos tem de viver num coração humano, deve haver necessária e normalmente uma nova paixão pelas almas perdidas, criada nesse coração. O amor divino, deve ser lembrado, é a primeira seção mencionada do fruto múltiplo do Espírito.

E. UM NOVO SENSO DE RELAÇÃO FAMILIAR. E, finalmente, ser nascido de Deus é entrar na família de Deus. É por causa da verdade que os salvos são realmente filhos de Deus, que Cristo agradeceu-se em chamá-los *irmãos* (Rm 8.29). Este relacionamento é tão genuíno que deve haver necessariamente um senso correspondente de parentesco que surge no coração. O apóstolo João, portanto, apresenta este teste de busca da realidade: “Sabemos que já passamos da morte para a vida, porque amamos os irmãos. Quem não ama permanece na morte” (1 Jo 3.14).

Em todas as linhas de evidência relativa à salvação pessoal a ser baseada na experiência cristã, deve ser considerado um aspecto qualificador, a saber, que é possível ser salvo e, ao mesmo tempo, viver uma vida carnal, e quando no estado de carnal nenhuma experiência do crente pode ser normal. A evidência citada, então, visto que é retirada da experiência cristã, se aplica somente àqueles que estão ajustados à mente e vontade de Deus. A conclusão a ser alcançada neste aspecto do presente tema não é que os crentes carnis não sejam salvos, mas, antes, que a experiência cristã, dependendo do que ela faz com o que é operado no coração pelo Espírito Santo, não será normal quando a obra do Espírito no coração é impedida pela carnalidade. Assim, para uma proporção muito grande de crentes a evidência da certeza baseada na experiência cristã é sem validade por causa da carnalidade.

2. BASEADA NA PALAVRA DE DEUS. Visto que os pactos e as promessas de Deus não podem falhar, a evidência a respeito da salvação de uma pessoa baseada na Palavra de Deus é prova absoluta. Em 1 João 5.13 está escrito: “Estas coisas vos escrevo, a vós que credes no nome do Filho de Deus, para que saibais que tendes a vida eterna”. Assim Deus revelou seu propósito divino de que todo o que crê para a salvação de sua alma pode *saber* que é salvo, não neste caso pela experiência cristã incerta, mas com base naquilo que está registrado na Escritura. Embora a verdade afirmada na passagem citada sem dúvida se aplica a todas as promessas de Deus para aqueles que são salvos, o apóstolo evidentemente se refere àquilo que ele acabou de afirmar (v. 12), a saber, “quem tem o Filho tem a vida”. Então, torna-se uma questão de autoconhecimento se alguém teve uma transação reconhecida com o Filho de Deus a respeito da sua salvação.

Quando tal fato ocorreu pode não ser conhecido, mas o salvo deve reconhecer que ele depende somente de Cristo como seu Salvador. Ele pode dizer com o apóstolo (2 Tm 1.12): “Eu sei em quem tenho crido”. O Senhor disse: “...o que vem a mim de maneira nenhuma o lançarei fora” (Jo 6.37). Para aqueles que assim vieram a Cristo para Sua salvação não pode haver outra conclusão, se a palavra de Cristo deve ser honrada, além de que eles foram recebidos e salvos. A Palavra de Deus assim se torna a garantia para a vida eterna, e deveria ser tratada como um artigo de segurança, porque Deus não pode falhar em qualquer palavra que Ele falou.

A. DUVIDANDO DO PRÓPRIO COMPROMETIMENTO DE UMA PESSOA. Multidões de modo algum estão certas de que elas tiveram uma experiência pessoal com Cristo a respeito de sua própria salvação. Obviamente, a cura para qualquer incerteza a respeito da aceitação que alguém faz de Cristo é receber Cristo *agora*, considerando que nenhum automérito ou obras religiosas são de valor, exceto que Cristo somente pode salvar.

B. DUVIDANDO DA FIDELIDADE DE DEUS. Outros que têm carência de segurança de sua própria salvação são assim porque eles, embora tendo vindo a Cristo em fé, não estão certos de que Ele manteve Sua palavra e os recebeu. Este estado de mente é usualmente causado pela ânsia de uma mudança nos sentimentos de alguém antes que olhar somente para a fidelidade de Cristo. Sentimentos e experiências têm o seu lugar, mas, como foi afirmado antes, a evidência coroadora da salvação pessoal – que é inalterada por estas – é a veracidade de Deus. O que Ele disse fará, e não é pio ou recomendável desconfiar da salvação pessoal após ter definitivamente lançado o *eu* de alguém sobre Cristo.

Segurança Eterna

A segurança eterna como uma doutrina abrange somente a continuação da salvação para aqueles que são salvos. Ela deveria ser distinta adequadamente da doutrina da certeza. Também, ela não tem relação alguma com a pessoa não-regenerada ou com o mero professante da fé.

Enquanto os arminianos falam muito da experiência cristã como a prova da insegurança, eles usam poucos textos em adição a ela. Eles estão sujeitos à seguinte classificação: a. Textos dispensacionais aplicados erroneamente: Ezequiel 33.7, 8; Mateus 18.23-35; 24.13; b. Textos relacionados aos falsos mestres dos últimos dias da Igreja: 1 Timóteo 4.1-3; 2 Pedro 2.1-22; Judas 1.17-19; c. Textos relacionados a não mais do que uma reforma moral: Lucas 11.24-26, por exemplo; d. Textos relacionados à profissão que é provada ser assim pelos seus frutos: João 8.31; 15.6; 1 Coríntios 15.1,2; Hebreus 3.6,14; Tiago 2.14-26; 2 Pedro 1.10; 1 João 3.10; e. Textos que contêm admoestação de várias espécies: Mateus 25.1-13; Hebreus 6.4-9; 10.26-31; f. Textos relacionados à perda de recompensas, de andar nas trevas e castigo: João 15.2; 1 Coríntios 3.15; 9.27;

11.27-32; Colossenses 1.21-23; 1 João 1.5-9; 5.16; g. Textos relacionados à queda da graça: Gálatas 5.4, por exemplo.

A doutrina positiva da segurança eterna está baseada nos doze empreendimentos de Deus por Seu povo, quatro dos quais estão relacionados ao Pai, quatro ao Filho, e quatro ao Espírito.

1. EMPREENDIMENTOS RELACIONADOS AO PAI: (a) o propósito soberano ou pacto de Deus, que é incondicional (cf. Jo 3.16; 5.24; 6.37); (b) o poder infinito de Deus ser livre para salvar e guardar (cf. Jo 10.29; Rm 4.21; 8.31,38,39; 14.4; Ef 1.19-21; 3.20; Fp 3.21; 2 Tm 1.12; Hb 7.25; Jd 1.24); (c) o infinito amor de Deus (cf. Rm 5.7-10; Ef 1.4); (d) a influência da oração do Filho de Deus sobre o Pai (cf. João 17.9-12,15, 20).

2. EMPREENDIMENTOS RELACIONADOS AO FILHO: (a) Sua morte substitutiva (cf. Rm 8.1; 1 Jo 2.2); (b) Sua ressurreição, a fim de assegurar aos crentes a ressurreição para a vida (Jo 3.16; 10.28; Ef 2.6); (c) Sua advocacia no céu (cf. Rm 8.34; Hb 9.24; 1 Jo 2.1,2); (d) Seu pastoreio e intercessão (cf. Jo 17.1-26; Rm 8.34; Hb 7.23-25).

3. EMPREENDIMENTOS RELACIONADOS AO ESPÍRITO: (a) regeneração (a participação na natureza divina é a entrada naquilo que não pode ser retirado; cf. Jo 1.13; 3.3-6; Tt 3.4-6; 1 Pe 1.23; 2 Pe 1.4; 1 Jo 3.9); (b) habitação (Ele é dado habitar para sempre e certamente por Sua presença o crente será preservado; cf. Jo 7.37-39; Rm 5.5; 8.9; 1 Co 2.12; 6.19; 1 Jo 2.27); (c) batismo (pelo qual o crente é unido a Cristo de modo a compartilhar eternamente na glória e na bênção da nova criação; cf. 1 Co 6.17; 12.13; Gl 3.27); (d) selo (Ef 1.13,14; 4.30).

Qualquer um dos doze empreendimentos é suficiente para garantir a segurança eterna do crente. Não há uma real distinção entre a salvação e a segurança, porque Deus não oferece a salvação no tempo presente que não seja eterna. Quando corretamente entendido, o efeito desta doutrina da segurança eterna será tal que promoverá uma vida santa (cf. 1 Jo 2.1).

Separação

A separação como uma doutrina, apresenta o lado humano da santificação. Compare o significado dos termos relacionados: *consagração* e *dedicação*. A separação é *de* alguma coisa *para* alguma coisa; conseqüentemente, na doutrina, ela significa sair do mal para Cristo (não, meramente, para uma conduta correta).

1. ENSINO DO ANTIGO TESTAMENTO. Dois exemplos vêm à mente aqui. Israel como uma nação foi separada do Egito pelo êxodo. Abraão como um indivíduo foi separado da sua terra natal.

2. ENSINO DO NOVO TESTAMENTO. O estudo desta doutrina no Novo Testamento pode ser dividido da seguinte maneira:

A. POSICIONAL (Jo 17.14, 16, 21-23; Rm 6.1-11; Gl 6.14, 15). O crente foi separado posicionalmente em virtude de estar em Cristo.

B. EXPERIMENTAL. (1) Do mal. (a) as coisas más (2 Co 6.14-18) devem ser abandonadas pelos cristãos. Eles não serão tirados das condições do *cosmos*, mas guardados seguros nele (Jo 17.15). (b) Igualmente o crente deve evitar parcerias impuras (2 Tm 2.20, 21; 2 Jo 1.9-11). Deus não pode abençoar ambas as partes numa parceria desigual. (2) Para Deus. Este passo deve ser tomado por todos os crentes por meio da autodedicação.

3. O LADO DIVINO. Do Seu lado, Deus encoraja a separação, ao prometer felicidade especial para o fiel (Sl 50.7-15; 2 Co 6.17,18; Hb 12.14-17).

Sepultado

Uma importância especial é legitimamente ligada ao fato de que, por três vezes, quando relacionado os eventos salvadores pelos quais Cristo passou, as Escrituras incluem o Seu sepultamento. Está escrito: "Porque primeiramente vos entreguei o que também recebi: que Cristo morreu por nossos pecados, segundo as Escrituras; que foi sepultado; que foi ressuscitado ao terceiro dia, segundo as Escrituras" (1 Co 15.3, 4); "Nós, que já morremos para o pecado, como viveremos ainda nele? Ou, porventura, ignorais que todos quantos fomos batizados em Cristo Jesus fomos batizados na sua morte? Fomos, pois, sepultados com ele pelo batismo na morte, para que, como Cristo foi ressuscitado dentre os mortos pela glória do Pai, assim andemos nós também em novidade de vida" (Rm 6.2-4); "No qual também fostes circuncidados com a circuncisão não feita por mãos no despojar do corpo da carne, a saber, a circuncisão de Cristo; tendo sido sepultados com ele no batismo, no qual também fostes ressuscitados pela fé no poder de Deus, que o ressuscitou dentre os mortos" (Cl 2.11,12).

Ao falar destas três passagens, pode ser indicado que a primeira se refere à morte, sepultamento e ressurreição de Cristo como uma base para a salvação dos perdidos. Este texto é a declaração reconhecida daquilo que faz parte do Evangelho da graça salvadora de Deus. As duas passagens restantes se referem à morte de Cristo como o julgamento da natureza pecaminosa daqueles que são salvos – aquele aspecto de Sua morte que proporciona liberdade ao Espírito Santo, para controlar a natureza pecaminosa, que é aquela pela qual Cristo pagou a penalidade. Ele é a base da santificação experimental do crente, o aspecto da santificação que é tornado possível e que é totalmente dependente do que Cristo realizou. A morte de Cristo está referida em Colossenses 2.11,12 como Sua circuncisão que foi uma substituição de outros, enquanto que a outra passagem – acrescenta a crucificação ao que Cristo operou como substituto de outros. Assim, os julgamentos da natureza pecaminosa do crente que exigiu crucificação, morte, e sepultamento com Cristo, com o fim de que ele pudesse compartilhar de Sua vida de ressurreição, vieram sobre Cristo como substituto. Cristo experimentou esses juízos em favor de outros.

A verdade agora sob estudo é a de que o sepultamento foi mencionado como um fator importante em cada uma destas três passagens citadas acima, e como possuidor de significado doutrinário. Independentemente da revelação, muito pouca ênfase tem sido dada a este assunto pelos teólogos. No assunto de Cristo levar os pecados dos não-salvos, o sepultamento de Cristo está prefigurado no “bode expiatório”. Este tipo é pleno e claro. Dois bodes eram requeridos no dia da Expição para representar tipicamente aquilo que Cristo fez. Um bode era morto e o seu sangue era aspergido como uma purificação e limpeza. Ao segundo bode eram transmitidos os pecados do povo e esse bode era levado para o deserto para não mais ser visto. Em Sua morte pelos não-salvos, adequadamente Cristo providenciou Seu sangue que é eficaz para a purificação e o julgamento do pecado, mas também Ele *tirou o pecado* (cf. Jo 1.29; Hb 9.26; 10.4,9,11).

Essa disposição final de pecado é realizada em seu sepultamento. Ele foi para a tumba como uma oferta pelo pecado, sacrificada até a morte. Ele saiu completamente sem relação com o fardo do pecado. Esta é a importância doutrinária das palavras: “e foi sepultado”. Não pode haver resquício algum de disposição de pecado concluído na tumba como nunca mais houvesse vestígio algum de vida posterior e existência do bode expiatório após ser solto no deserto. No sepultamento que era um aspecto do empreendimento de Cristo em favor da natureza pecaminosa do crente, também, há evidentemente uma disposição daqueles julgamentos que devidamente vieram sobre Ele. Nisto, novamente, ninguém pode penetrar com um entendimento claro. Sua realidade imensurável é conhecida somente por Deus.

Deveria ser observado que o apóstolo emprega às vezes uma palavra técnica, ao invés do termo mais comum, *sepultar*. Ele declara que o corpo do crente é *semeado* quando colocado na sepultura (cf. 1 Co 15.42-44). Uma coisa pode ser sepultada para ser descartada ou com o fim de que ela possa ser esquecida, mas aquilo que é semeado é feito com a esperança de que algo venha a nascer da semente que ali foi colocada. O corpo do crente deve ser ressuscitado com Cristo, e finalmente será ressuscitado da morte na vinda de Cristo (cf. 1 Ts 4.13-18).

Sião

Sião era a antiga cidadela dos jebuseus em Jerusalém (veja JERUSALÉM). Ela tem uma tríplice importância na Bíblia, inclusive a importância original.

1. **CIDADE DE DAVI.** No Antigo Testamento, o uso do termo tem referência a Israel e Jerusalém, a cidade de Davi (1 Cr 11.5; Sl 2.6; Is 2.3).

2. **CIDADE CELESTIAL.** O uso que o Novo Testamento faz tem referência não somente a Israel (Rm 11.26,27), mas também à nova Jerusalém (Hb 12.22-24). Nesta última a Igreja será recebida.

3. **CIDADE MILENIAL.** A palavra usada nos textos a seguir tem referência à capital do reino da era futura: Isaías 1.27; 2.3; 4.1-6; Joel 3.16; Zacarias 1.16,17; 8.3-8; Romanos 11.26.

Sofrimento

A doutrina do sofrimento divide-se naturalmente em duas partes, uma para cada testamento. Na divisão do Antigo Testamento, aparecem dois pontos principais: os sofrimentos de Cristo vistos no tipo e na profecia, e os sofrimentos de homens piedosos vistos preeminentemente no livro de Jó.

O Livro de Jó, talvez o mais antigo de todos os livros da Bíblia a ser escrito, é dedicado ao problema complicado do sofrimento. Qualquer criança bem pequena, que tenha tido a vantagem da disciplina, pode dizer por que as pessoas más sofrem, mas dizer por que uma pessoa boa sofre é uma coisa muito diferente. Jó não sofreu porque era um pecador. Esta argumentação foi a interpretação errônea dada aos seus sofrimentos pelos seus três amigos, Elifaz, Bildade e Zofar, a afirmação de que ele era afligido como uma punição por sua má conduta. Quando os sofrimentos de Jó estavam completos, Jeová se recusou a ter qualquer coisa a ver com os três amigos, até que o patriarca amorosamente ofereceu sacrifício por eles. A declaração de Jeová deixou claro que eles não haviam dito a coisa correta (Jó 42.7). À luz do fato óbvio de que muita coisa da interpretação da aflição de Jó feita por comentadores tem sido apresentá-lo como uma pessoa má que precisava ser punida, uma pessoa se espanta sobre quem oferecerá sacrifício pelos comentadores.

Não deveria ser esquecido que, ao menos três vezes, Jeová testemunhou da maturidade espiritual ou da perfeição de Seu servo (1.1, 8; 2.3). A ele, portanto, foi dado o alto privilégio de defender a dignidade de Deus, à parte de todos os benefícios, contra as presunçosas alegações de Satanás serem contrárias. Ao começar com o capítulo 32, além disso, no desenvolvimento de toda discussão apresentada, um jovem chamado Eliú interrompe, para apresentar a sua teoria de que o sofrimento é educativo ou que é uma disciplina; por ela, um bom homem, disse ele, pode se tornar um homem melhor. Evidentemente, isto foi exatamente tudo que Jó sempre reconheceu no valor do seu sofrimento (Jó 42.56). Para ser exato, o patriarca chega bem perto das abordagens da doutrina do sofrimento do Novo Testamento, que pode ser dividida da seguinte maneira:

1. **OS SOFRIMENTOS DE CRISTO FORAM INFINITOS.** Eles vieram de duas fontes. a. O que Cristo sofreu do Pai, coisa que nenhum outro pode partilhar (2 Co 5.21). b. O que Cristo sofreu da parte dos homens, coisa que outros podem partilhar (Jo 15.18-20).

2. **O CRENTE PODE SOFRER COM CRISTO** (Mt 10.25; Jo 15.18,19; At 9.15,16; Rm 8.16-18; 9.1-3; Fp 2.5-11; Cl 1.24; 2 Tm 2.11,12; 1 Pe 4.12-16). Em Romanos 9.1-3, o sofrimento com Cristo é visto como o partilhar de Seu fardo por

homens perdidos. O sofrimento com Ele prova ser uma fase natural da vida e da experiência de um cristão, porque ele viaja numa terra inimiga, e é chamado para ser uma testemunha contra o pecado dela, e é convocado a trabalhar para que almas possam ser salvas de seu mal e de sua escuridão. “Se o mundo vos odeia, sabeí que, primeiro do que a vós, me odiou a mim. Se fôsseis do mundo, o mundo amaria o que era seu; mas, porque não sois do mundo, antes eu vos escolhi do mundo, por isso é que o mundo vos odeia” (Jo 15.18,19).

Para aqueles que não creram nEle, por outro lado, foi dito: “O mundo não vos pode odiar; mas ele me odeia a mim, porquanto dele testifico que as suas obras são más” (Jo 7.7). “Basta ao discípulo ser como seu mestre, e ao servo como seu senhor. Se chamaram Belzebu ao dono da casa, quanto mais aos seus domésticos?” (Mt 10.25). “Assim como tu me enviaste ao mundo, também eu os enviei ao mundo” (Jo 17.18). “Amados, não estranheis a ardente provação que vem sobre vós para vos experimentar, como se coisa estranha vos acontecesse; mas regozijai-vos por serdes participantes das aflições de Cristo; para que também na revelação da sua glória vos regozijeis e exulteis” (1 Pe 4.12,13).

Assim, também, pode ser aprendido destes textos que o sofrimento com Cristo aqui é o único caminho possível com a recompensa de ser glorificado com Ele lá. Isto não significa trabalhar para ganhar a salvação, porque a salvação não pode ser ganha em qualquer grau pelo sofrimento humano. É, antes, um esforço pelo qual a gloriosa coroa e recompensa serão dadas ao fiel por causa de sua co-parceria com Cristo. Tal verdade é mostrada pelo seguinte texto: “Tende em vós aquele sentimento que houve também em Cristo Jesus, o qual, subsistindo em forma de Deus, não considerou o ser igual a Deus coisa a que se devia aferrar, mas esvaziou-se a si mesmo, tomando a forma de servo, tornando-se semelhante aos homens; e, achado na forma de homem, humilhou-se a si mesmo, tornando-se obediente até a morte, e morte de cruz. Pelo que também Deus o exaltou soberanamente, e lhe deu o nome que é sobre todo nome; para que ao nome de Jesus se dobre todo joelho dos que estão nos céus, e na terra, e debaixo da terra, e toda língua confesse que Jesus Cristo é Senhor, para glória de Deus Pai” (Fp 2.5-11).

Aqui está implícito, conforme a continuação do pensamento do apóstolo, que o crente deveria permitir que a mente de Cristo seja reproduzida nele pelo poder de Deus (Fp 2.13), porque os sete passos sucessivos no caminho de Cristo desde o seu lugar nativo em glória até a morte de criminoso sobre a cruz, foram sem dúvida revistos por Paulo, a fim de que tais passos possam ser admitidos na vida do cristão, como ele deve ser “como seu Senhor” até mesmo neste mundo. Está também implícito, simplesmente por causa da íntima relação a Jesus em sofrimento, que haverá uma identidade com Ele em toda Sua glória. “O Espírito mesmo testifica com o nosso espírito que somos filhos de Deus; e, se filhos, também herdeiros, herdeiros de Deus e co-herdeiros de Cristo; se é certo que com ele padecemos, para que também com ele sejamos glorificados” (Rm 8.16-18). “Fiel é esta palavra: Se, pois, já morremos com ele, também com ele viveremos; se perseveramos, com ele também reinaremos; se o negarmos, também ele nos negará” (2 Tm 2.11,12).

Sofrer foi o ministério ao qual Paulo foi designado pelo Senhor através do discípulo Ananias, quando o Senhor ordenou que ele visitasse Paulo: “Vai, porque este é para mim um vaso escolhido, para levar o meu nome perante os gentios, e os reis, e os filhos de Israel; pois eu lhe mostrarei quanto lhe cumpre padecer pelo meu nome” (At 9.15,16).

Daí, pode ser concluído que, conquanto todo mistério do sofrimento não é explicado e provavelmente não possa ser, ele é uma parte essencial da vida do crente e a união com Cristo neste mundo e igualmente de identificação com Ele na glória.

3. O CRENTE PODE SOFRER POR CAUSA DO CASTIGO PROCEDENTE DO PAI. Este sofrimento pode ser algo:

A. PREVENTIVO (2 Co 12.1-10; cf. Rm 8.34).

B. CORRETIVO (Hb 12.3-15), pois tem como resultados possíveis tanto a santidade quanto o fruto pacífico da justiça (cf. também Jo 15.2; 1 Co 11.29-32; 1 Jo 5.16).

C. EDUCATIVO. Os cristãos podem ser ampliados em sua vida espiritual pelo sofrimento (Jo 15.2). Ainda que Filho, Cristo aprendeu a obediência pelas coisas que Ele sofreu (Hb 5.8).

Substituição

A substituição não é um termo bíblico (cf. TRINDADE, ENCARNAÇÃO etc.), mas, não obstante, uma doutrina bíblica.

1. O TIPO NO ANTIGO TESTAMENTO.

A. Em geral, todo sacrifício animal oferecido durante os tempos do Antigo Testamento tinha a idéia de ser o substituto do ofensor. Tudo isto, portanto, era um tipo de Cristo que morreu no lugar do pecador.

B. As ofertas de suave cheiro e as que não possuíam suave cheiro mencionadas em Levítico, capítulos 1-5, indicam que duas realizações deveriam ser observadas na substituição de Cristo:

(1) As oblações que não possuíam suave cheiro eram, primeiramente, a oferta de pecado e, em segundo lugar, uma oferta pelas transgressões. Nestas, tinha de se insistir sobre a perfeição da oferta em si mesma, visto que Cristo, o antítipo, seria perfeito em Si mesmo, mas, naturalmente, ao mesmo tempo, a oferta é investida do pecado do ofertante. Elas são chamadas de ofertas sem suave cheiro visto que Deus não podia olhar para o pecado com indulgência. No cumprimento deste tipo de sacrifício, Cristo gritou: “Deus meu, Deus meu, por que me desamparaste?” (Mt 27.46).

(2) As ofertas de suave cheiro eram três em número: primeira, a oferta queimada; segunda, a oferta de comida; e terceira, a oferta pacífica. Nestas foi descrito um aspecto da morte de Cristo que era um deleite para o Seu Pai, como foi sugerido em Hebreus 9.14: Ele “se ofereceu a si mesmo imaculado a Deus”.

Aqui é substituição no sentido em que Deus requer do crente, não meramente que *ele não tenha um pecado* (tipificado pelas ofertas sem suave cheiro), mas que ele, de fato, faça todas as coisas boas. Estas três oferendas, conseqüentemente, sugerem como a perfeição de Cristo pode ser aceita por Deus em favor do cristão. Elas são de suave cheiro a Deus, visto que somente as perfeições de Cristo estão em vista, e manifestamente elas poderiam se aplicar ao eleito somente.

2. A DOUTRINA NO NOVO TESTAMENTO. Novamente a mesma dupla concepção se obtém. As Escrituras afirmam a doutrina plenamente.

A. Oferta de suave cheiro (Fp 2.8; Hb 9.11-14; 10.5-7).

B. Oferta de não suave cheiro (Rm 3.23-26; 2 Co 5.21; 1 Pe 2.24; 3.18; cf. Sl 22.1; Mt 27.46).

3. PREPOSIÇÕES DETERMINANTES.

A. A preposição grega ὑπέρ freqüentemente tem um significado restrito, ou seja, *em favor de outro, para o benefício de outro* (cf. Lc 22.19, 20; Jo 10.15; Rm 5.8; Gl 3.13; 1 Tm 2.6; Tt 2.14; Hb 2.9; 1 Pe 2.21; 3.18; 4.1). A real substituição não está incluída na própria palavra, mas o seu uso veio a dar essa conotação pretendida de qualquer forma.

B. A preposição ἀντί. Aqui o pensamento da substituição é claro (Mt 20.28; Rm 12.17; 1 Ts 5.15; 1 Tm 6.2; Hb 12.2, 16; 1 Pe 3.9).

Tabernáculo e Templo

1. TABERNÁCULO. O tabernáculo de Moisés apresenta o item mais exaustivo da tipologia do Antigo Testamento. Portanto, ele se salienta basicamente na interpretação do Novo Testamento (cf. Hb 9-10) com especial referência a Cristo e cada aspecto importante dele. Na verdade, ele apresenta material inexaurível para estudo como um tipo.

2. TEMPLO.

A. Nenhuma tipologia do templo é exposta no Novo Testamento além das seguintes sugestões ou usos:

(1) *Templo*, ou como alguns o traduzem – *santuário*, é usado a respeito do templo de Jerusalém (Mt 23.16).

(2) *Templo* é também uma expressão usada para o corpo do crente (1 Co 3.16,17; 6.19).

(3) A igreja local igualmente é construída como um templo de Deus (2 Co 6.16).

(4) A verdadeira Igreja também é assim avaliada (Ef 2.21).

B. *Hieron* é distinto de *naos* como uma palavra para “templo”, como os alicerces são distintos da casa construída sobre eles (Jo 2.14,15; cf. vv.19-21).

C. Os seguintes dados devem também ser observados:

(1) O tabernáculo mosaico (traduzido como *templo*, 1 Sm 1.9; 3.3) durou cerca de 500 anos, exatamente o tempo do primeiro templo judaico que é substituído.

(2) O templo de Salomão (1 Rs 6.1-38) durou aproximadamente 400 anos e foi destruído finalmente por Nabucodonosor.

(3) O templo de Zorobabel (Ed 6.15-18) durou cerca de 500 anos e então foi destruído por Antíoco Epifânio.

(4) O templo de Herodes (Jo 2.19) levou 46 anos para ser construído e durou 85 anos. Foi destruído por Tito, de Roma.

(5) O templo de Deus (2 Ts 2.4) deve ser construído pelos judeus no fim dos tempos e será ocupado pelo 'homem do pecado'.

(6) O templo do milênio (Ez 40-44) deve ser estabelecido no tempo do retorno do Messias.

(7) O templo celestial (Ap 21.3,22) não é nada além da presença de Deus na nova Jerusalém.

(8) O corpo humano (Jo 2.19-21; 1 Co 3.16,17; 6.19) é contado como um templo verdadeiro.

(9) As pedras vivas (Ef 2.19-22) compostas dos crentes verdadeiros que formam um templo.

Tempos Gentílicos

Uma predição a Israel do longo período em que a posse de Jerusalém seria liberada aos gentios e esta cidade estaria nas mãos deles, como está agora, é a medida daquele período conhecido como os tempos dos gentios. Cristo chamou esta era de "os tempos dos gentios". O que Ele disse está registrado em Lucas 21.24: "E cairão ao fio da espada, e para todas as nações serão levados cativos; e Jerusalém será pisada pelos gentios, até que os tempos destes se completem". Assim, um dos períodos de tempo mais importantes da história humana é introduzido. Em oposição ao tempo dos gentios está a frase – os tempos e as estações – que se refere ao procedimento de Deus com Israel (cf. At 1.7; 1 Ts 5.1). Sob o que é contemplado por estas duas indicações proféticas, "os tempos dos gentios" e "os tempos e as estações", o prospecto profético total do Antigo assim como do Novo Testamento é basicamente explicado.

Os tempos dos gentios, que medem o domínio estrangeiro sobre Jerusalém, evidentemente começaram com o cativo da Babilônia, e continuam até o tempo presente, e será assim até que Israel retorne à posse total de sua terra. Contudo, outro período imprevisto na predição do Antigo Testamento se interpõe, enquanto isso, deixando "os tempos e as estações" de Israel e os tempos dos gentios também ainda a serem consumados.

Segue-se, então, que as medidas foram divinamente indicadas tanto para a duração dos tempos judaicos quanto dos tempos gentílicos. Não há chance alguma para mal-entendidos a respeito desses períodos. Para Daniel foi revelado que 490 anos, que é o assunto dos 70 setes, se estenderiam antes que o reino de Israel pudesse ser estabelecido em "justiça eterna": "Setenta semanas estão decretadas

sobre o teu povo, e sobre a tua santa cidade, para fazer cessar a transgressão, para dar fim aos pecados, e para expiar a iniquidade, e trazer a justiça eterna, e selar a visão e a profecia, e para ungir o santíssimo” (Dn 9.24). Até a morte do Messias seriam 483 anos, ou a soma total de 69 semanas. Somente uma semana de anos resta para ser cumprida, mas entre as 69 semanas e septuagésima há muita coisa a ser cumprida. O período intercalado é deixado indefinido em extensão, não obstante a septuagésima semana de anos estar ainda por ser realizada.

Daniel declara: “E depois de sessenta e duas semanas será cortado o ungido, e nada lhe subsistirá; e o povo do príncipe que há de vir destruirá a cidade e o santuário; e até o fim haverá guerra; estão determinadas assolações” (Dn 9.26). Assim, está sugerido a respeito dos tempos e as estações dos judeus que um período indefinido deve ser previsto para ocorrer entre a morte do Messias e a consumação do período dos 490 anos. Uma intercalação gentilica foi inserida no calendário judaico e neste tempo nenhum propósito ou predição judaica está sendo cumprido; ainda assim, um período de sete anos ainda resta se cumprir. De igual modo, os tempos gentílicos que começaram com o cativeiro da Babilônia cerca de 600 anos a.C. pode ser medido por dois períodos. Um destes é um tempo de setenta anos durante os quais Jerusalém permaneceu em desolação completa.

Sobre este período, Jeremias havia predito: “E toda esta terra virá a ser uma desolação e um espanto; e estas nações servirão ao rei de Babilônia setenta anos. Acontecerá, porém, que quando se cumprirem os setenta anos, castigarei o rei de Babilônia, e esta nação, diz o Senhor, castigando a sua iniquidade, e a terra dos caldeus; farei dela uma desolação perpétua” (Jr 25.11,12). Deste tempo de ruína Daniel descobriu estar próximo o seu término, quando ele orava. Ele registra esta experiência: “No ano primeiro do seu [de Dario] reinado, eu, Daniel, entendi pelos livros que o número de anos, de que falara o Senhor ao profeta Jeremias, que haviam de durar as desolações de Jerusalém, era de setenta anos” (Dn 9.2).

A segunda subdivisão do período está indicada não por uma medida exata de anos, como com os dois tempos judaicos, mas pela sucessão de impérios mundiais. Estes impérios são indicados por uma imagem colossal – feita de ouro, prata, bronze e ferro – de Daniel 2. A história revelou o ouro como representante do império babilônico; a prata, o império medo-persa; o bronze, o império grego; e o ferro, o império romano. Os mesmos quatro impérios são preditos em Daniel 7, sob a forma de animais indefiníveis. Visto que o de Roma era o quarto, o período coberto por esse império é o de seu fim predito. A imagem metálica tinha pés de ferro e barro e estes aparentemente foram removidos das pernas de ferro, de forma que em Roma entre as pernas de ferro e os pés há novamente um período indefinido que apontava para a frente; mas o tempo dos pés e artelhos deve ainda acontecer para completar os tempos dos gentios. Essa hora evidentemente corresponde à septuagésima semana nos tempos judaicos. Ambos os tempos, os tempos judaicos e os tempos dos gentios preanunciam a era conhecida como a Grande Tribulação.

Os tempos dos gentios, portanto, iniciam-se cerca de 600 anos antes de Cristo, e terminarão quando esta era da graça for concluída. A presente era, no que concerne aos judeus e gentios na terra, não faz progredir os tempos dos judeus nem os tempos dos gentios. Ela não tem relação a nenhum outro tempo.

Tentação

A palavra grega πειράζω significa testar ou fazer prova, e é usada cerca de 50 vezes no Novo Testamento. Ela pode significar provar para se certificar do caráter e da virtude (Mt 6.13; Lc 4.2; Jo 6.6; 2 Co 13.5) ou para revelar a fraqueza e o mal (Gl 6.1). Deus não pode ser tentado no caminho do mal (note o composto negativo *apeirastos*, de Tiago 1.13). As classificações gerais de teste na Bíblia são:

1. TESTE DE HOMENS.

A. As tentações podem provar uma solicitação para o mal (1 Co 7.5; 10.13; Gl 6.1; 1 Ts 3.5; 1 Tm 6.9; Tg 1.14).

B. O teste também pode vir na direção da própria virtude (Gn 22.1; Mt 6.13; 26.41; Gl 4.14; Hb 11.37; Tg 1.2,12; 1 Pe 1.6; 2 Pe 2.9; Ap 3.10).

2. TESTE DE DEUS. A Escritura declarou 27 vezes que Deus foi colocado sob teste. Deus não é tentado para o mal (Tg 1.13), mas Ele pode ser provado como aconteceu em Atos 15.10 e como Cristo foi provado (que será mostrado que não se encontrou nenhum mal nEle, mas foi testado para provar Sua virtude).

A. Deus, o Pai (Mt 4.7; At 15.10).

B. Deus, o Filho (Lc 4.1-13; Hb 2.18; 4.15; cf. Jo 14.30).

C. Deus, o Espírito Santo (At 5.9).

3. TESTE DE CRISTO.

A. Aqui é necessário distinguir entre “podia não pecar” de “não podia pecar”. A impecabilidade está contida na última. Cristo somente entre os homens foi capaz de não pecar.

B. Cristo era teantrópico, possuidor tanto da natureza divina quanto da humana. A natureza divina, para ser exato, não é pecável nem tentável (Tg 1.13). Portanto, alguns ensinam que a impecabilidade era devida à Sua onipotência e onisciência, ou por ter poder infinito e sabedoria infinita para manter a santidade. Em outras palavras, Ele não era passível de pecar por causa da sua natureza divina.

C. Sua outra natureza, em razão de ser humano, era tanto pecável quanto tentável, mesmo à parte da influência de uma natureza pecaminosa caída que Ele necessariamente não compartilhou com a raça (Hb 4.15); mas naturalmente o que Sua natureza humana poderia ter produzido teria sido unicamente sem o suporte da natureza divina. Isto é somente uma conjectura. O elemento humano em Cristo certamente nunca foi separado do divino; ainda, o divino provou sempre ser o fator dominante em Seu ser teantrópico. Ele não era um homem,

então, a quem a natureza divina havia sido acrescentada. Ele, antes, era Deus, que tomou sobre Si, pela encarnação, a forma de um homem. Ele se tornou daí por diante uma Pessoa indivisível. Qualquer coisa que uma das naturezas fazia, o Seu ser total realizava. Nenhuma outra pessoa assim já existiu nem existirá.

Por causa da presença de Sua natureza divina com a humanidade, então, Ele é incomparável. Ele não poderia ser considerado pecável pela presença de Sua natureza humana: ao invés disso, Ele foi uma Pessoa teantrópica impecável. Tivesse a sua humanidade cometido pecado, Deus teria pecado. Um arame pode ser dobrado, mas não quando soldado numa barra de aço indobrável. Sua humanidade não poderia contraditar ou desonrar a Sua divindade.

D. Se Ele, não obstante em virtude de ser divino e humano, era ao mesmo tempo onipotente e fraco, onisciente e ignorante, infinito e finito, ilimitado e limitado, não poderia ser verdadeiramente dito que Ele era tanto impecável quanto pecável? Como humano, pode ser respondido, Ele poderia ser fraco, ignorante, finito e limitado, sem comprometer a sua divindade na questão do pecado; mas Ele dificilmente poderia ser pecável sem fazer isso. E realmente Ele tinha fraqueza, dor, fome, sede, angústia e mesmo morte, mas sem comprometer a divindade em pecado.

E. Uma pessoa impecável pode ser tentada no mesmo sentido em que uma cidade inconquistável pode ser atacada. Cristo foi tentado, mas por meio disso somente ficou provada a todos a Sua impecabilidade. Por ser Deus, afinal de contas, Ele *não poderia pecar* (cf. Jo 14.30).

F. Se fosse pecável sobre a terra, Ele seria pecável também no céu (Hb 13.8). Quão bem estabelecidas, então, seriam a posição e a segurança do cristão?

Teologia Paulina

A teologia paulina é uma classificação moderna no estudo teológico, usualmente feita em contraste com a de Cristo, João ou Pedro.

Paulo foi o agente divinamente escolhido para desenvolver um sistema cristão para os leitores do Novo Testamento, visto que ele previamente havia aparecido somente em parte com os ensinamentos de Cristo. Ao apóstolo foram dadas duas revelações distintas: (1) a do caminho da salvação e da vida debaixo da graça³¹ (cf. Gl 1.11,12) e (2) o da doutrina da Igreja, que é o Corpo de Cristo (Ef 3.1-6). Estes dois conjuntos de verdade incluem a grande mensagem do Novo Testamento que é o cristianismo, algo que Paulo chamou de “meu evangelho” (Rm 2.16). Por um tempo ele permaneceu só na defesa do novo sistema de cristianismo (Gl 2.11-14).

Tipos

A palavra *tipo* pode ser definida como “uma ilustração proposital de alguma verdade”;³² portanto, um ato profético, uma instituição, pessoa, coisa ou cerimonial. As palavras para *tipo* são:

1. Τύπος, que significa “um golpe ou a impressão feita que pode servir como um padrão”. Observe as várias traduções desta palavra original:

A. *Amostra* (1 Co 10.11; Fp 3.17; 1 Ts 1.7; 2 Ts 3.9; 1 Pe 5.3 – obs.: em nossa versão portuguesa também aparece a palavra *exemplo*).

B. *Exemplo* (1 Co 10.6; 1 Tm 4.12; Hb 8.5).

C. *Figura* (At 7.43; Rm 5.14).

D. *Padrão* (Tt 2.7).

E. *Marca* (dos pregos, Jo 20.25).

2. ὑπόδειγμα. Esta palavra tem o mesmo significado resultante em geral como τύπος (Jo 13.15; Hb 4.11; 8.5; 9.23; Tg 5.10; 2 Pe 2.6).

3. **IMPORTÂNCIA DOUTRINÁRIA.** (a) O grande campo da verdade envolvida nos tipos é cheio de instrução. (b) Contudo, deve haver um reconhecimento cuidadoso do que torna alguma coisa um verdadeiro tipo. Somente aquilo tratado dessa forma na Bíblia pode ser recebido como típico, sem dúvida. Algumas coisas somente ilustram a verdade, mas não prefiguram ou servem como um tipo. Compare tudo que é mera coerência, analogia ou um paralelo de verdade.

4. **VARIAS CLASSIFICAÇÕES.** Um tipo pode ser:

A. Uma pessoa (Rm 5.14), como Adão, Melquisedeque, Abraão, Sara, Ismael, Isaque, Moisés, Josué, Davi, Salomão etc.

B. Um evento (1 Co 10.11), como a preservação de Noé e seus filhos, a redenção do Egito, o memorial da Páscoa, o êxodo, a passagem através do mar Vermelho, o achado do maná, a água retirada da rocha, a elevação da serpente de bronze e todos os sacrifícios benditos de Deus.

C. Uma coisa de alguma espécie (Hb 10.20, 21), como o tabernáculo, a pia, o cordeiro do sacrifício, o Jordão, uma cidade como Babilônia ou uma nação como o Egito.

D. Uma instituição (Hb 9.11); como o sábado, o sacrifício animal, o sacerdócio de Melquisedeque, o reino de Davi etc.

E. Um cerimonial (1 Co 5.7), como as designações do Antigo Testamento para o serviço de Deus.

5. **DISTINÇÕES IMPORTANTES.** Distinções cuidadosas devem ser feitas para evitar meras fantasias.

A. Tipos são encontrados no Antigo Testamento, e principalmente no Pentateuco; eles cobrem a grande esfera da verdade e assuntos mencionados acima.

B. Estritamente falando, um tipo é aquilo que tem sido tão indicado na Bíblia. 1 Coríntios 10.11, contudo, é de grande importância neste contexto.

C. Os tipos são um dos três fatores que ligam os dois testamentos: (1) Tipos, (2) profecias e (3) continuidade da verdade.

D. Os tipos são predições porque eles prefiguram o que era futuro no tempo do Antigo Testamento.

E. Os tipos são tão inspirados quanto qualquer texto das Escrituras e são pretendidos por Deus, seja para admoestação ou instrução.

F. Cristo é o antítipo notável em toda tipologia.

Transfiguração

A palavra *transfigurar* – μεταμορφόομαι – é empregada para Cristo e os cristãos.

1. **DE CRISTO.** A transfiguração de Cristo está registrada em cada evangelho sinótico (Mt 17.1-13; Mc 9.2-13; Lc 9.28-36). Relacionada ao ofício profético de Cristo como está, cada relato dessa transfiguração registra a ordem do céu: “a Ele ouvi”.

2. **SEU SIGNIFICADO.** O registro da transfiguração de Cristo é precedido cada vez pelas palavras: “Em verdade vos digo, alguns dos que aqui estão de modo nenhum provarão a morte até que vejam vir o Filho do homem no seu reino” (Mt 16.28). Observe quão apropriada é a palavra de interpretação que Pedro dá do significado do episódio da transfiguração (2 Pe 1.16-18). Os elementos do reino messiânico estavam certamente presentes na transfiguração: (a) um Cristo glorificado; (b) santos glorificados como Moisés e Elias – um tendo deixado a terra pela morte e outro pelo processo de trasladação; (c) Os judeus ainda sobre a terra, mas desfrutando toda luz da glória – vista pelos três discípulos.

3. **SEU PROPÓSITO.** Como a pregação do reino viria para o seu final por causa da rejeição e da iminente morte do Rei, tornou-se necessário encorajar os discípulos na expectativa de que o reino messiânico ainda seria estabelecido de acordo com a promessa do pacto, mais tarde, quando não imediatamente. A transfiguração portava esta certeza.

4. **DOS SANTOS.** A palavra *transfigurar* é usada duas vezes como um apelo aos crentes (Rm 12.2; 2 Co 3.18). Como deve ser distinta da palavra “transformar”? Uma coisa pode ser transformada por uma luz que brilha sobre ela de fora, naturalmente, mas uma transfiguração é o brilho da luz procedente de dentro. O primeiro apelo aos crentes, então, é para que eles deixem a luz da natureza divina brilhar desimpedidamente (veja CRISTOLOGIA) procedente de dentro, agora que eles se tornaram participantes dela. Na passagem de 2 Coríntios está revelada a natureza da mudança divinamente operada sendo ordenada.

Trevas

O fato de que as trevas significam uma ausência de luz é usado pelas Escrituras para ilustrar a verdade em cinco aspectos diferentes. Nenhuma realidade física é mais impressionante – a menos que ela seja a vida e a morte

– do que o fenômeno das trevas e luz. Os vários usos do termo *trevas* na Bíblia estão conectados com:

1. **OPOSIÇÃO AO CARÁTER DE DEUS.** Ao escrever sobre a santidade de Deus, o apóstolo João disse: “...e nele não há trevas nenhuma” (1 Jo 1.5). Semelhantemente, Tiago disse: “...em quem não há sombra ou variação de mudança” (Tg 1.17). A luz se torna assim uma ilustração vívida da pureza *translúcida* de Deus. Sua glória é radiante como a luz do *Shekinah*. Alguma coisa da glória intrínseca de Cristo foi manifesta em Sua transfiguração. A perfeita santidade pode ser indicada somente pela luz celestial.

2. **O ESTADO MORAL DO MUNDO NÃO-SALVO.** Quando Cristo veio ao mundo, foi dito dele que Ele apareceu como luz que brilha nas trevas, e que as trevas não prevaleceram contra ela (Jo 1.5). A Luz perfeita que Deus é não pode ser compreendida pelas traves deste mundo. As trevas primeiro vieram a este mundo quando o pecado entrou nele. Sua realidade é fielmente descrita por Deus em sua Palavra, mas os homens não deram atenção a ela, ou não entenderam o seu testemunho divino. Eles “amaram mais as trevas do que a luz” (Jo 3.19). No começo havia luz suficiente, mas os homens se voltaram da luz. O apóstolo afirma: “Porquanto, tendo o conhecimento de Deus, contudo não o glorificaram como Deus, nem lhe deram graças, antes nas suas especulações se desvaneceram, e o seu coração insensato se obscureceu” (Rm 1.21).

A experiência do homem cego é simbólica: “Eu era cego, e agora vejo” (Jo 9.25). Para o mundo perdido ao redor de Si Cristo declarou: “Esta é a hora e o poder das trevas” (Lc 22.53). Quando alguém é salvo, ele é transportado do poder das trevas para o reino do Filho do Seu amor (Cl 1.13). A verdade é em si mesma como a luz e a ausência dela são as trevas. *Do crente é registrado que ele é chamado “das trevas para a sua maravilhosa luz” (1 Pe 2.5).*

3. **O CRISTÃO CARNAL.** Por ter declarado que “Deus é luz”, o apóstolo João assevera posteriormente: “Se dissermos que temos comunhão com ele, e andarmos nas trevas, mentimos, e não praticamos a verdade” (1 Jo 1.6). A comunhão depende de acordo, e onde o pecado é praticado e defendido por um crente, não pode haver comunhão perfeita com Deus. Andar na luz é estar sujeito à luz, e isto quer dizer que quando Deus revela a alguém qualquer coisa que na vida anda contrário à luz que Deus é, deverá haver ajustamentos a essa nova revelação. Andar na luz não é viver perfeitamente, sem pecado; é ser ajustado a tudo que Deus revela para o coração a respeito de Sua vontade para a vida individual de uma pessoa. Para alguém dizer como uma pretensão ou suposição que anda na luz e ainda tolera o mal, é asseverar o que não é nem pode ser verdadeiro.

Se, contudo, o crente anda na luz de Deus por estar ajustado à Sua vontade, a comunhão com Deus é mantida sem esforço e a mancha de todo pecado é removida pelo sangue de Cristo, porque esta bendita provisão prossegue limpando (1 Jo 1.5-7). As trevas em que o crente pode andar devem ser

distinguidas das trevas do estado de perdição; suas trevas são devidas à carnalidade, e suas limitações são vistas no fato de que o seu pecado não perturbou a união pessoal com Deus, mas somente sua comunhão com Ele. Há vários custos drásticos que o crente paga quando ele anda em trevas; a perda da comunhão com Deus é uma delas.

4. A TRIBULAÇÃO. Está especificamente revelado que quando Cristo retornar à terra, Ele virá a uma condição universal de “trevas crassas” que cobrirão os povos (Is 60.2). O período da tribulação que terminará com o advento de Cristo, vindo em poder e grande glória, será um tempo de “nuvens e negrume” (Jl 2.2). De acordo com todas as principais referências a respeito dela, a tribulação é a hora das trevas e da angústia extrema sobre todo o mundo.

5. ESTADO FINAL DO PERDIDO. Há um lugar chamado “trevas exteriores” (Mt 25.30) que se torna a última e infundável habitação daqueles que vão para ali. Que tal lugar existe desde o tempo da queda dos anjos, é evidente, visto que alguns dos anjos estão em “cadeias de trevas” por causa do abandono deles de Deus, na espera do dia do juízo (2 Pe 2.4). Eles não estão meramente em trevas físicas, mas num lugar e condição totalmente esvaziado da luz que Deus é.

Tribulação

A palavra grega para *tribulação* – θλίψις – é usada 42 vezes no Novo Testamento. Ela tem sido traduzida pelas palavras *tribulação* (21 vezes), *aflição* (17 vezes), *angústia* (uma vez), *fardo* (uma vez) e *sofrimento* (três vezes). Há dois significados comuns para o termo: (1) provação de qualquer espécie e (2) a [grande] tribulação. A tribulação, na verdade, é um dos maiores caminhos da profecia, que pode ser traçado por toda a Escritura, da seguinte maneira: Deuteronômio 4.29, 30; Jeremias 30.4-7; Daniel 12.1; Mateus 24.9-26; 2 Tessalonicenses 2.1-12; Apocalipse 3.10; 6.1-19.6. Veja também Salmo 2.5; Isaías 2.10-22; 13.9-16; 24.21-23; 26.20, 21; 34.1-17; 43.1-6; 49.15-24; Jeremias 25.29-38; Ezequiel 30.3; Amós 5.18-20; Obadias 1.15-21; Sofonias 1.7-18; Zacarias 12.1-14; 14.1-4; Malaquias 4.1-4.

A Grande Tribulação é o período conhecido como a septuagésima semana de Daniel (Dn 9.24-27), onde a ordem dos eventos é a mesma em Daniel como em Mateus 24 e 2 Tessalonicenses 2. A semana final tem sete anos de duração, que é provada pelo fato de que houve exatamente 69 x 7 anos entre a ordem para reconstruir Jerusalém e a morte do Messias. Esta semana de anos restante pertence à era de Israel e será caracterizada pelas mesmas condições gerais obtidas na era judaica passada. O tempo deve ser encurtado um pouco (Mt 24.22). Ele é conhecido como “o tempo das angústias de Jacó” (Jr 30.4-7), do qual Israel será salvo.

A Grande Tribulação é o tempo dos julgamentos inevitáveis sobre o mundo que rejeita Cristo (Sl 2.5). Ele é caracterizado por:

1. A remoção do Espírito Santo com a Igreja da terra (2 Ts 2.7).
2. Satanás é lançado à terra e restrito a ela (Ap 12.9-12).
3. O desenvolvimento do pecado que foi até então restrito (2 Ts 2.11).
4. O governo do homem do pecado (Jo 5.43).
5. O término de tudo pela segunda vinda de Cristo, a batalha do Armagedom e a pedra que esmiúça, de Daniel 2.

Trindade

A palavra *Trindade* não é um termo bíblico, embora inquestionavelmente uma verdade da Bíblia. Como uma doutrina, ela se divide assim:

1. **NO ANTIGO TESTAMENTO.** A ênfase do Antigo Testamento está sobre a unidade divina. Mas mesmo ali pode ser vista uma pluralidade divina no significado de *Elohim* (cf. Dt 6.4), uma pluralidade de pessoas e unidade de essência.

2. **NO NOVO TESTAMENTO.** O Novo Testamento põe sua ênfase nas pessoas individuais da Trindade e as suas responsabilidades separadas para os propósitos de redenção. Todavia, aqui também há referências ocasionais à divina unidade de essência (cf. Mt 28.19).

Trono

A palavra trono vem de *θρόνος* (usada 50 vezes) e de *βῆμα* (aparece uma vez – At 12.21). Para outras passagens com *βῆμα*, ver Mateus 27.19; João 19.13; Atos 18.12,16,17; 15.6,10,17; Romanos 14.10; 2 Coríntios 5.10, todas as vezes traduzida como “tribunal”. Compare *κρίτηριον* em Tiago 2.6 – “tribunal de julgamento”.

Os vários tronos da Escritura a serem distintos são os seguintes:

1. **TRONO DE DEUS** (Mt 5.34; At 7.49; Ap 4.2). Seu governo é igualmente a uma eminente montanha (Is 2.2). Ali, Cristo está sentado no presente momento (Hb 8.1; Ap 3.21).

2. **TRONO DE DAVI** (2 Sm 7.16; Sl 89.36; Lc 1.32). Este é o trono terrestre ao qual Cristo se tornou herdeiro e sobre o qual Ele ainda se assentará (Sl 2.6). Observe o seu caráter literal, terrestre e eterno na Escritura. Um trono de glória está reservado para Ele (Mt 19.28; 25.31). A Igreja estará sentada com Cristo sobre Seu trono (Ap 3.21).

3. **TRONO DA AVALIAÇÃO CRISTÃ.** Este tribunal de Cristo (Rm 14.10; 1 Co 3.9-15; 2 Co 5.10) é necessário para avaliar o serviço que os crentes têm feito.

4. **TRONO DO JULGAMENTO FINAL** (Ap 20.11-15).

5. **TRONO DE SATANÁS.** (Ap 2.13 – a palavra “assento” traduzida do grego que significa trono; cf. Mt 12.26; Cl 1.16. Observe que Satanás tem um trono terreno.

6. TRONO DOS DOZE APÓSTOLOS (Lc 22.30).
7. TRONO DAS NAÇÕES (Lc 1.52)
8. TRONO DA GRAÇA (Hb 4.16).
9. TRONO DA IGREJA (Ap 4.4).

Unigênito

O termo grego para unigênito, μονογενής, é usado nove vezes ao todo no Novo Testamento (Lc 7.12; 8.42; 9.38), em cinco delas a respeito de Cristo (Jo 1.14,18; 3.16,18; 1 Jo 4.9) e uma a respeito de Isaque (Hb 11.17).

Quando usado a respeito de Cristo, duas idéias estão inerentes: (a) que Ele é o Filho do Pai e (b) que Ele tem uma posição singular como tal. Ele é o Filho de Deus como ninguém poderia ser porque o único gerado foi Ele, e já existia no estado perfeito que Ele desfruta eternamente. Os cristãos não são gerados no mesmo sentido (Hb 1.6). É singular no sentido em que Ele somente pode ser o pleno revelador do Pai aos homens (Jo 1.14-18) e o Mediador entre Deus e os homens (Jo 3.16,18; 1 Jo 4.9).

O unigênito Filho é essa associação na divindade que pode melhor ser ilustrada para o homem pelo relacionamento de pai com filho. Certas teorias devem ser rejeitadas, ou seja, que Cristo é um Filho gerado por causa da encarnação, que Cristo se tornou um Filho primogênito pela ressurreição, que Cristo é um Filho primogênito somente por título, ou que Ele pode ser o Filho primogênito pela posição oficial. Ele é o primeiro dos primogênitos criados por Deus e, portanto, preeminente ou que precede todos os outros que virão a ser primogênitos.

Vida

A vida apresenta alguma coisa misteriosa e indefinida; porém, mais especialmente o que é consciência, energia e existência. Ninguém sequer compreende o que vitaliza o menor inseto. Um homem poderia ser pesado uns poucos momentos antes dele morrer e o mesmo corpo também ser pesado imediatamente após a morte. O peso seria o mesmo, todavia, alguma coisa muito essencial – embora pouco entendida – evidentemente partiu. A vida é a que dá a sensação à totalidade do corpo pela qual todas funções do corpo

continuam em sua orquestração. Com a morte, contudo, toda função do corpo natural cessa.

Do ponto de vista bíblico, a vida pode significar: (1) o que é natural e animal ou (2) o que é divino e eterno.

1. NATURAL. Esta forma de vida está sujeita à morte e é derivada da geração humana. Ela é, não obstante, infundável em todo ser humano, ou seja, uma continuação para sempre no futuro de cada coisa nascida neste mundo. A vida natural tem um começo, mas não um fim.

2. ETERNA. Este tesouro inestimável, que é o dom de Deus, não deveria ser confundido com a mera existência infundável que todos possuem. É uma vida acrescentada àquela que foi experimentada antes por si mesma. Cristo disse: "Eu vim para que tenham vida, e a tenham em abundância" (Jo 10.10). Esta vida nada é menos do que "Cristo em vós, a esperança da glória" (Cl 1.27). Ela vem livre porque é um dom de Seu amor. Ela imediatamente relaciona uma pessoa que a tem recebido a Deus e às coisas eternas. Cristo assemelhou-a ao nascimento do alto (Jo 3.3) "os quais não nasceram do sangue... mas de Deus" (Jo 1.13).

Assim, tudo depende de receber Cristo e ser salvo através dEle. João disse isso novamente: "Quem tem o Filho tem a vida; e quem não tem o Filho de Deus não tem a vida" (1 Jo 5.12).

Vontade

A vontade é aquela faculdade num ser racional e consciente pela qual ele tem o poder de escolher um curso de ação e continuar nele. Deveria ser dada consideração a duas divisões gerais da doutrina bíblica.

1. DE DEUS. A vontade de Deus é a que pode ser chamada de diretiva e permissiva.

A. Diretiva. Esta forma da vontade divina inclui dentro de seu escopo as doutrinas do decreto, eleição, predestinação e preordenação.

B. Permissiva. Na vontade permissiva de Deus, Ele é visto permitindo que os homens façam sua própria escolha daquilo que poderia ser uma coisa meramente boa ou mesmo dos caminhos maus. -

A vontade de Deus é o padrão com que medimos tudo o que é avaliado corretamente em seus motivos, propósito e execução. O fim mais elevado do homem é realizado quando ele se conforma à vontade de Deus. Mesmo Cristo veio não para fazer Sua própria vontade, mas somente a vontade do Pai. Nada há mais elevado para o homem do que encontrar a vontade de Deus e realizá-la. O céu sempre tem um propósito específico em trazer cada pessoa ao mundo, e esse propósito abrange cada momento da vida.

2. DO HOMEM. A mais importante distinção entre os sistemas calvinista e arminiano de teologia aparece no entendimento diverso que eles têm da vontade do homem.

A. A vontade do homem é apenas um instrumento criado por Deus e designado por Ele para a execução de Seus próprios fins. A vontade humana, portanto, serve o propósito divino ao invés de impedi-lo.

B. A vontade, às vezes, é vista do lado humano, como soberana e totalmente responsável (Jo 7.17; cf. 6.44). Para o exercício da vontade humana em assuntos de salvação, observe Apocalipse 22.11; e para o uso da vontade na dedicação, observe Romanos 6.13. A vontade, então, está sujeita a várias influências.

C. Do lado divino, o poder de vontade do homem é visto como estando sob controle superior, com o salvo sob o controle soberano de Deus (Fp 2.13) e o não-salvo sob igual controle de Satanás (Ef 2.2).

3. FATOS GERAIS. Três fatos de uma natureza geral devem ser observados.

A. Há pouca referência à vontade dos anjos além da de Satanás (cf. Jd 6,9).

B. O pecado inicial de Satanás está bem sumariado sob cinco promessas dele (Is 14.13,14).

C. Há sete promessas de Jeová no pacto abraâmico (Gn 17.1-8), como em outros lugares nos compromissos feitos por Deus.

TEOLOGIA SISTEMÁTICA

Lewis Sperry Chafer

Volume 8

Lewis Sperry Chafer
D.D., Litt.D., Th.D.

Ex-presidente e professor de Teologia Sistemática no
Seminário Teológico em Dallas.

Agradecimentos

Nossos agradecimentos se estendem pela autorização para usar citações dos livros cujos direitos pertencem às editoras e autores abaixo mencionados:

D. Appleton-Century Company, Inc. – *The New Century Dictionary*.

John W. Bradbury Pela contribuição ao escrever especialmente para este trabalho.

Encyclopaedia Britannica, Inc. – *Encyclopaedia Britannica*.

Dr. E. Schuyler English – *Studies in the Gospel according to Matthew*.

Wm. B. Eerdmans Publishing Co. – *International Standard Bible Encyclopaedia*.

Funk & Wagnalls Co. – *New Standard Dictionary*.

Dr. Norman B. Harrison, The Harrison Service – *His Love*.

Loizeaux Brothers, Inc. – *Notes on Genesis*, by C. H. Mackintosh; *Notes on Exodus*, by C. H. Mackintosh; *Notes on Leviticus*, by C. H. Mackintosh; *Synopsis of the Books of the Bible*, by J. N. Darby; *Lectures on Daniel*, By H. A. Ironside; *Notes on Proverbs*, by H. A. Ironside; *Notes of the Minor Prophets*, by H. A. Ironside.

Moody Press – *Isaac and Rebekah*, by George E. Guille; *Scofield* Curso por correspondência.

Dr. William R. Newell – *Romans Verse by Verse*.

Erling C. Olsen – *Meditations in the Psalms*, *Walks with Our Lord through John's Gospel*.

Our Hope – *Angels of God*, by A. C. Gaebelein; *Studies in Zechariah*, by A. C. Gaebelein; *Satan, His Person, His Work and His Destiny*, by F. C. Jennings; *Imperialism and Christ*, by Ford C. Ottman; *Unfolding the Ages*, by Ford C. Ottman.

Oxford University Press – *Biblical Doctrines*, by B. B. Warfield; *Christology and Criticism*, by B. B. Warfield; *Studies in Theology*, by B. B. Warfield.

Fleming H. Revell Co. – *Christian Worker's Commentary*, by James M. Gray.

Charles Scribner's Sons – *The Sermon on the Mount*, by Martin Dibelius.

The Sunday School Times Co. – *The Sunday School Times*.

Dr. Jonh F. Walvoord – *Outline of Christology*; *The Doctrine of the Holy Spirit*.

Zondervan Publishing House – *The Critical and Explanatory Comentary*, by Jamieson, Fausset & Brown.

ÍNDICE GERAL DA OBRA

ÍNDICE**VOLUME 1**

PROLEGÔMENOS	47
CAPÍTULO I - PROLEGÔMENOS	47
I. A Palavra Teologia	47
II. Usos Gerais da Palavra	48
III. Várias Definições	49
IV. Estudantes de Teologia	50
V. Exigências Essenciais	50
VI. Atitudes Existentes para com as Escrituras	55
VII. Principais Divisões da Teologia Sistemática	58
Conclusão	58
 BIBLIOLOGIA	 63
CAPÍTULO II - INTRODUÇÃO A BIBLIOLOGIA	63
I. A Origem Sobrenatural da Bíblia	64
II. Divisões Gerais da Bíblia	77
CAPÍTULO III - REVELAÇÃO	87
I. Três Doutrinas Distintas Importantes	87
II. Natureza da Revelação	90
CAPÍTULO IV - INSPIRAÇÃO	99
I. O Fato e a Importância da Inspiração	101
II. Teorias da Inspiração	105
III. Autoria Dual	109
IV. A Palavra de Deus a Respeito da Palavra de Deus	113
V. Objeções Gerais à Inspiração Verbal e Plenária	120
Conclusão	122
CAPÍTULO V - CANONICIDADE E AUTORIDADE	124
I. As Escrituras São Autoritativas, Porque São Inspiradas por Deus	128
II. As Escrituras São Autoritativas, Escritas por Homens Escolhidos por Deus, "Guiados" pelo Espírito Santo	129
III. As Escrituras São Autoritativas, Reconhecidas por Aqueles Que as Receberam Primeiro	129
IV. As Escrituras São Autoritativas, Atestadas pelo Senhor Jesus Cristo, a Segunda Pessoa da Trindade	130

ÍNDICE

V.	As Escrituras São Autoritativas, Recebidas, Entregues e Atestadas pelos Profetas	131
VI.	As Escrituras São Autoritativas, Porque São a Palavra Empregada pelo Espírito Santo	134
VII.	A Autoridade da Bíblia É Vista no Fato de Que sem o Menor Desvio, Ela Vindica e Satisfaz cada Alegação Sua	135
	Conclusão	136
	CAPÍTULO VI - ILUMINAÇÃO	138
I.	Formas Específicas de Trevas Espirituais	138
II.	A Obra Iluminadora do Espírito	141
	CAPÍTULO VII - INTERPRETAÇÃO	146
I.	O Propósito da Bíblia como um Todo	147
II.	O Caráter Distintivo e a Mensagem de Cada Livro da Bíblia	147
III.	A Quem Determinada Passagem Foi Dirigida?	148
IV.	Consideração do Contexto	149
V.	Consideração de Toda Escritura Sobre um Tema Específico	149
VI.	Descoberta do Sentido Exato de Determinadas Palavras da Escritura	150
VII.	Necessidade de se Evitar Preconceitos Pessoais	150
	CAPÍTULO VIII - VIVIFICAÇÃO	152
I.	O Poder da Palavra de Deus Sobre os Não-Salvos	153
II.	O Poder da Palavra de Deus Sobre os Salvos	154
	CAPÍTULO IX - PRESERVAÇÃO	155
	TEONTOLOGIA	159
	CAPÍTULO X - INTRODUÇÃO A TEONTOLOGIA	159
I.	Intuição	160
II.	Tradição	162
III.	Razão	163
IV.	Revelação	165
	TEÍSMO	166
	CAPÍTULO XI - ARGUMENTOS TEÍSTAS NATURALISTAS	166
I.	Argumento Cosmológico	171
II.	Argumento Teleológico	177
III.	Argumento Antropológico	183
IV.	Argumento Ontológico	186
	Conclusão	188

ÍNDICE

CAPÍTULO XII - TEORIAS ANTITEÍSTAS	190
I. Ateísmo	191
II. Agnosticismo	193
III. Evolucionismo	194
IV. Materialismo	198
V. Politeísmo	199
VI. Idealismo e Realismo	200
VII. Panteísmo	201
VIII. Deísmo	203
IX. Positivismo	204
X. Monismo	204
XI. Dualismo	204
XII. Pluralismo	205
Conclusão	205
CAPÍTULO XIII - A PERSONALIDADE DE DEUS	206
I. A Personalidade de Deus	207
CAPÍTULO XIV - OS ATRIBUTOS DE DEUS	213
I. Personalidade	217
II. Atributos Constitucionais	236
Conclusão	246
CAPÍTULO XV - OS DECRETOS DIVINOS	248
O Decreto de Deus	250
Conclusão	277
CAPÍTULO XVI - OS NOMES DA DIVINDADE	280
I. Os Nomes Principais da Divindade no Antigo Testamento	282
II. Compostos	288
III. Epítetos do Antigo Testamento	289
IV. Nomes da Divindade no Novo Testamento	289
Conclusão	289
TRINITARIANISMO	291
CAPÍTULO XVII - INTRODUÇÃO AO TRINITARIANISMO	291
I. Considerações Preliminares	294
II. Três Desonras	296
III. Definição Geral	301
IV. As Ênfases Verdadeiras	305
CAPÍTULO XVIII - PROVA DA DOUTRINA TRINITÁRIA	307
I. Razão	307
II. Revelação	314

CAPÍTULO XIX - DEUS O PAI	326
I. Paternidade Sobre a Criação	327
II. Paternidade por Relacionamento Íntimo	328
III. O Pai de Nosso Senhor Jesus Cristo	328
IV. Paternidade Sobre Todos os Que Crêem	331
CAPÍTULO XX - DEUS O FILHO: SUA PREEEXISTÊNCIA	333
I. Principais Passagens Sobre a Preeexistência	336
II. O Anjo de Jeová	342
CAPÍTULO XXI - DEUS O FILHO: SEUS NOMES	346
I. Jeová, Senhor	346
II. Elohim, Deus	348
III. Filho de Deus, Filho do Homem	349
IV. Senhor Jesus Cristo	351
CAPÍTULO XXII - DEUS O FILHO: SUA DIVINDADE	352
I. Atributos Divinos Que Pertencem a Cristo	353
II. Prerrogativas da Divindade Que São Atribuídas a Cristo	355
Objecções	358
CAPÍTULO XXIII - DEUS O FILHO: SUA ENCARNAÇÃO	360
I. Quem se Encarnou?	361
II. Como o Filho se Encarnou?	365
III. Com Que Propósito Ele se Encarnou?	366
Conclusão	373
CAPÍTULO XXIV - DEUS O FILHO: SUA HUMANIDADE	374
I. A Humanidade de Cristo Prevista Antes da Fundação do Mundo	376
II. A Expectativa do Antigo Testamento Era a de um Messias Humano	376
III. Uma Profecia Específica do Novo Testamento	377
IV. A Vida de Cristo na Terra	377
V. A Morte e a Ressurreição de Cristo	379
VI. A Humanidade de Cristo é Vista em sua Ascensão e Majestade	379
VII. A Humanidade de Cristo Está Evidente no seu Segundo Advento e Reino	379
Conclusão	379
CAPÍTULO XXV - DEUS O FILHO: A KENOSIS	382
I. "A Forma de Deus"	384
II. A Condescendência	386
III. "A Forma de um Servo... à Semelhança de Homem"	386
Conclusão	389

ÍNDICE

CAPÍTULO XXVI - DEUS O FILHO: A UNIÃO HIPOSTÁTICA	390
I. A Estrutura da Doutrina	391
II. Os Relacionamentos	397
Conclusão	402
CAPÍTULO XXVII - DEUS O ESPÍRITO SANTO	404
I. A Personalidade do Espírito Santo	404
II. A Divindade do Espírito Santo	406
III. O Testemunho do Antigo Testamento	409
IV. O Testemunho do Novo Testamento	416
V. Seus Titulos	417
VI. Seus Relacionamentos	417
VII. Seu Caráter Adorável	419
Conclusão	419

VOLUME 2

ANGELOLOGIA	425
CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO À ANGELOLOGIA	425
CAPÍTULO II - FATOS GERAIS A RESPEITO DOS ANJOS	428
I. Esferas Angelicais	428
II. A Realidade dos Anjos	430
III. A Relativa Importância de Anjos e Homens	431
IV. A Personalidade dos Anjos	432
V. A Criação e o Modo de Existência dos Anjos	432
VI. A Morada dos Anjos	435
VII. O Número dos Anjos	436
VIII. O Poder dos Anjos	437
IX. A Classificação dos Anjos	438
X. O Ministério dos Anjos	442
XI. A Disciplina Progressiva dos Anjos	446
XII. Os Anjos Como Espectadores	447
Conclusão	448
CAPÍTULO III - PARTICIPAÇÃO ANGELICAL NO PROBLEMA MORAL	449
CAPÍTULO IV - SATANOLOGIA: INTRODUÇÃO	454
CAPÍTULO V - SATANOLOGIA: A CARREIRA DE SATANÁS	459
I. A Criação, o Estado Original e a Queda de Satanás	459
II. O Pecado de Satanás	464
III. Satanás Conforme o Antigo Testamento	468
IV. Satanás Conforme o Novo Testamento	469

ÍNDICE

V.	Satanás Julgado na Cruz	471
VI.	A Execução dos Juízos de Satanás	475
CAPÍTULO VI - SATANOLOGIA: O CARÁTER MALIGNO DE SATANÁS		479
I.	Impiedade Dupla	480
II.	A Pecaminosidade de Satanás	488
CAPÍTULO VII - SATANOLOGIA: O COSMOS SATÂNICO		492
I.	A Autoridade de Satanás Sobre o Cosmos	495
II.	O Cosmos é Totalmente Mau	499
III.	Os Empreendimentos de Satanás no Cosmos	501
IV.	As Coisas do Cosmos	501
V.	Embora Vivendo Aqui, os Cristãos não São Deste Mundo	502
VI.	A Impotência do Cosmos	503
VII.	O Fim do Cosmos	503
CAPÍTULO VIII - SATANOLOGIA: O MOTIVO DE SATANÁS		505
CAPÍTULO IX - SATANOLOGIA: O MÉTODO DE SATANÁS		512
Conclusão		523
CAPÍTULO X - DEMONOLOGIA		524
 ANTROPOLOGIA		535
CAPÍTULO XI - INTRODUÇÃO A ANTROPOLOGIA		535
CAPÍTULO XII - A ORIGEM DO HOMEM		540
I.	A Teoria Evolucionista	540
II.	A Revelação	545
III.	O Tempo da Origem do Homem	548
CAPÍTULO XIII - A PARTE MATERIAL DO HOMEM NA CRIAÇÃO		553
I.	O Caráter Estrutural do Corpo Humano	554
II.	O Futuro do Corpo Humano	558
III.	Vários Usos da Palavra Corpo	565
IV.	O Corpo de Cristo	566
Conclusão		566
CAPÍTULO XIV - A PARTE IMATERIAL DO HOMEM NA CRIAÇÃO		567
I.	A Origem da Parte Imaterial do Primeiro Homem	567
II.	A Imagem de Deus	568
III.	A Derivação e a Perpetuação da Parte Imaterial do Homem	580
IV.	Elementos Que Compreendem a Parte Imaterial do Homem	587
V.	As Capacidades e Faculdades da Parte Imaterial do Homem	599
CAPÍTULO XV - O ESTADO DE INOCÊNCIA		606
I.	O Ambiente do Primeiro Homem	606
II.	A Responsabilidade do Primeiro Homem	607

ÍNDICE

III.	As Qualidades Morais do Primeiro Homem	608
IV.	O Tentador do Primeiro Homem	609
V.	A Tentação do Primeiro Homem	615
CAPÍTULO XVI - A QUEDA		620
I.	Morte Espiritual e Depravação	622
II.	Morte Física	627
	Conclusão	627
CAPÍTULO XVII - INTRODUÇÃO A HAMARTIOLOGIA		628
I.	A Natureza Essencial do Pecado	631
II.	A Derivação do Pecado	632
III.	A Permissão Divina do Pecado	633
	Observações Preliminares	636
CAPÍTULO XVIII - O PECADO PESSOAL		638
I.	A Origem do Pecado	638
II.	A Natureza Pecaminosa do Pecado	653
III.	Três Provas Principais da Grande Malignidade do Pecado Pessoal	654
IV.	Definições Gerais	656
V.	Termos e Classificações Gerais	668
VI.	O Remédio Divino para o Pecado Pessoal	670
VII.	O Pecado Original	678
VIII.	A Culpa do Pecado	678
IX.	A Universalidade do Pecado	680
CAPÍTULO XIX - A NATUREZA PECAMINOSA TRANSMITIDA		682
I.	O Fato da Natureza Pecaminosa	684
II.	O Remédio para a Natureza Pecaminosa	691
CAPÍTULO XX - A IMPUTAÇÃO DO PECADO		694
I.	O Escopo da Doutrina da Imputação	695
II.	As Teorias da Imputação	707
III.	O Remédio Divino para a Imputação do Pecado	710
	Conclusão	712
CAPÍTULO XXI - O ESTADO DO HOMEM "DEBAIXO DO PECADO"		714
E A SUA RELAÇÃO COM SATANÁS		714
I.	O Fato	714
II.	O Remédio	717
III.	A Relação dos Não-salvos com Satanás	720
CAPÍTULO XXII - O PECADO DO CRISTÃO E O SEU REMÉDIO		722
I.	O Mundo	726
II.	A Carne	727
III.	O Diabo	728
IV.	Uma Provisão Triplice	729

ÍNDICE

V.	O Efeito Duplo do Pecado do Cristão	730
VI.	A Natureza Pecaminosa do Cristão	740
VII.	A Relação do Cristão com a Imputação do Pecado	752
VIII.	A Relação do Cristão com o Estado do Homem Debaixo do Pecado	753
CAPÍTULO XXIII - PUNIÇÃO		754
I.	Castigo	754
II.	Açoite	755
III.	Retribuição	755
CAPÍTULO XXIV - O TRIUNFO FINAL SOBRE TODO PECADO		760
NOTAS		768

ÍNDICE**VOLUME 3**

SOTERIOLOGIA	19
CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO À SOTERIOLOGIA	19
O SALVADOR	26
CAPÍTULO II - A PESSOA DO SALVADOR	26
I. Sete Posições de Cristo	27
II. Os Ofícios de Cristo	32
III. A Filiação de Cristo	43
IV. A União Hipostática	45
Conclusão	46
CAPÍTULO III - INTRODUÇÃO AO SOFRIMENTO DE CRISTO	47
I. Sofrimento nesta Vida	48
II. Sofrimento na Morte	54
CAPÍTULO IV - COISAS REALIZADAS POR CRISTO	
EM SEU SOFRIMENTO E MORTE	65
I. A Substituição dos Pecadores	66
II. Cristo, o Fim do Princípio da Lei	
em Favor Daqueles Que São Salvos	85
III. A Redenção em Relação ao Pecado	93
IV. A Reconciliação em Relação ao Homem	96
V. A Propiciação em Relação a Deus	99
VI. O Julgamento da Natureza Pecaminosa	102
VII. A Base do Perdão e da Purificação dos Crentes	106
VIII. A Base da Procrastinação dos Justos Juízos Divinos	107
IX. A Retirada dos Pecados antes da Cruz	
Que Haviām Sido Cobertos pelo Sacrifício	107
X. A Salvação Nacional de Israel	109
XI. As Bênçãos Milenares e Eternas Sobre os Gentios	111
XII. O Despojamento dos Principados e Potestades	112
XIII. A Base da Paz	114
XIV. A Purificação das Coisas no Céu	116
CAPÍTULO V - O SOFRIMENTO E A MORTE DE CRISTO NOS TIPOS	118
I. Os Sacrifícios Gerais no Antigo Testamento	120
II. Os Sacrifícios Prescritos no Antigo Testamento	122
III. Vários Tipos da Morte de Cristo	125
IV. A Morte de Cristo de Acordo com	
Vários Textos das Escrituras	127
CAPÍTULO VI - A TERMINOLOGIA BÍBLICA RELACIONADA	
AO SOFRIMENTO E MORTE DE CRISTO	128
I. Expição	128
II. Perdão e Remissão	128

ÍNDICE

III.	Culpa	129
IV.	Justiça	129
V.	Justificação	129
VI.	Penalidade	129
VII.	Propiciação	130
VIII.	Reconciliação	130
IX.	Redenção e Resgate	130
X.	Sacrifício	130
XI.	Satisfação	131
XII.	Vicário e Substitutivo	131
CAPÍTULO VII - TEORIAS FALSAS E VERDADEIRAS DO VALOR DA MORTE DE CRISTO		132
I.	Considerações Preliminares	132
II.	Registro Histórico	136
III.	Teorias em Geral	140
	Conclusão	156
ELEIÇÃO DIVINA		166
CAPÍTULO VIII - O FATO DA ELEIÇÃO DIVINA		166
I.	Os Termos Usados	168
II.	Revelação Clara	169
III.	Verdades Essenciais Abraçadas	172
IV.	Objecções à Doutrina da Eleição	175
CAPÍTULO IX - A ORDEM DOS DECRETOS ELETIVOS		177
I.	A Ordem Apresentada pelos Supralapsarianos	178
II.	A Ordem Apresentada pelos Infralapsarianos	179
III.	A Ordem Apresentada pelos Sublapsarianos	180
IV.	A Ordem Apresentada pelos Arminianos	181
	Conclusão	181
CAPÍTULO X - POR QUEM CRISTO MORREU?		182
I.	Classificação das Opiniões	183
II.	Pontos de Concordância e Discordância	
	Entre as Duas Escolas do Calvinismo Moderado	184
III.	Aspectos Dispensacionalistas do Problema	187
IV.	Três Palavras Doutrinárias	189
V.	A Cruz Não É o Único Instrumento de Salvação	191
VI.	A Pregação Universal do Evangelho	192
VII.	Será Deus Derrotado, se os Homens	
	por quem Cristo Morreu Forem Condenados?	193
VIII.	A Natureza da Substituição	196
IX.	O Testemunho das Escrituras	198
	Conclusão	201
A OBRA SALVADORA DO DEUS TRIÚNO		203
CAPÍTULO XI - A OBRA CONSUMADA DE CRISTO		203

ÍNDICE

CAPÍTULO XII - A OBRA CONVENCEDORA DO ESPÍRITO SANTO	207
I. A Necessidade da Obra do Espírito Santo	208
II. O Fato da Obra do Espírito Santo	213
III. Os Resultados da Obra do Espírito Santo	218
CAPÍTULO XIII	221
As Riquezas da Graça Divina	221
I. O Estado dos Perdidos	225
II. O Caráter Essencial dos Empreendimentos Divinos	227
III. As Riquezas da Graça Divina	229
Conclusão	255
A SEGURANÇA ETERNA DO CRENTE	256
CAPÍTULO XIV - INTRODUÇÃO À DOCTRINA DA SEGURANÇA	256
CAPÍTULO XV - A IDÉIA ARMINIANA DA SEGURANÇA	262
I. A Idéia Arminiana das Principais Doutrinas Soteriológicas	264
II. Ênfase Arminiana na Experiência e na Razão Humanas	273
III. Apelo Arminiano às Escrituras	278
Conclusão	297
CAPÍTULO XVI - A DOCTRINA CALVINISTA DA SEGURANÇA	298
I. As Razões Que Dependem de Deus, o Pai	301
II. As Razões Que Dependem de Deus, O Filho	308
III. Responsabilidades Pertencentes a Deus, o Espírito Santo	316
CAPÍTULO XVII - A ESCRITURA CONSUMADORA	321
I. Liberta da Lei	323
II. O Fato da Presença da Natureza Divina	325
III. O Cristão, um Filho e Herdeiro de Deus	326
IV. O Propósito Divino	327
V. A Execução do Propósito Divino	329
VI. A Própria Realização de Cristo	330
VII. A Incapacidade das Coisas Celestiais e Mundanas	331
Conclusão	333
CAPÍTULO XVIII - LIBERTAÇÃO DO PODER REINANTE DO PECADO E AS LIMITAÇÕES HUMANAS	334
I. Libertação do Poder do Pecado	334
Conclusão	338
II. Libertação das Limitações Humanas	339
Conclusão	341
CAPÍTULO XIX - O CRENTE APRESENTADO SEM PECADO	342
I. Cidadania Celestial	343
II. Uma Nova Fraternidade	343
III. Uma Posição Aperfeiçoada para Sempre	343
IV. Um Corpo Renovado	344
V. Libertação da Natureza Pecaminosa	344
VI. Ser Igual a Cristo	345
VII. Compartilhar da Glória de Cristo	345
Conclusão	346

ÍNDICE

OS TERMOS DA SALVAÇÃO	349
CAPÍTULO XX - OS TERMOS DA SALVAÇÃO	349
I. Arrependimento e Fé	350
Conclusão	355
II. Crer e Confessar Cristo	356
Conclusão	357
III. Crer e Ser Batizado	358
Conclusão	361
IV. Crer e Render-se a Deus	361
Conclusão	364
V. Crer e Confessar o Pecado ou Fazer Restituição	364
VI. Crer e Implorar a Deus por Salvação	365
Epílogo	368
 ECLESIOLOGIA	375
CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO A ECLESIOLOGIA	375
I. As Criaturas de Deus Vistas Dispensacionalmente	376
II. A Doutrina da Escritura Vista Dispensacionalmente	384
III. A Igreja Especificamente Considerada	396
 A IGREJA COMO UM ORGANISMO	403
CAPÍTULO II - ASPECTOS GERAIS DA DOCTRINA	
A RESPEITO DA IGREJA	403
I. O Significado da Palavra <i>Igreja</i>	405
II. O Fato de um Novo Empreendimento Divino	406
III. Vários Termos Empregados	408
IV. O Primeiro Uso da Palavra <i>Igreja</i>	409
V. O Presente Propósito Divino da Igreja	410
VI. Quatro Razões por que a Igreja Começou no Pentecostes	411
VII. A Igreja nos Tipos e nas Profecias	412
 CAPÍTULO III - CONTRASTES ENTRE ISRAEL E A IGREJA	413
I. A Extensão da Revelação Bíblica	413
II. O Propósito Divino	413
III. A Semente de Abraão	414
IV. O Nascimento	414
V. Jesus Como Cabeça	414
VI. Os Pactos	415
VII. A Nacionalidade	415
VIII. O Trato de Deus	415
IX. As Dispensações	415
X. O Ministério	416
XI. A Morte de Cristo	416
XII. O Pai	416
XIII. Cristo	416
XIV. O Espírito Santo	417
XV. O Princípio Governante	417
XVI. A Capacitação Divina	417

ÍNDICE

XVII.	Os Discursos de Despedida	417
XVIII.	A Promessa do Retorno de Cristo	418
XIX.	A Posição	418
XX.	O Reino Terreno de Cristo	418
XXI.	O Sacerdócio	418
XXII.	O Casamento	418
XXIII.	Os Juízos	419
XXIV.	A Posição na Eternidade	419
	Conclusão	419
CAPÍTULO IV - SETE FIGURAS USADAS SOBRE A IGREJA		
EM SUA RELAÇÃO COM CRISTO		420
I.	O Pastor e as Ovelhas	422
II.	A Videira e os Ramos	425
III.	A Pedra Angular e as Pedras do Edifício	427
IV.	O Sumo Sacerdote e o Reino de Sacerdotes	429
V.	O Cabeça e o Corpo com seus Muitos Membros	432
CAPÍTULO V - SETE FIGURAS USADAS SOBRE A IGREJA EM SUA		
RELAÇÃO COM CRISTO: O ÚLTIMO ADÃO E A NOVA CRIAÇÃO		442
I.	O Cristo Ressurrecto	442
II.	A Posição do Crente em Cristo	454
III.	Duas Criações Exigem Dois Dias de Comemoração	461
IV.	A Transformação Final	479
	Conclusão	483
CAPÍTULO VI - SETE FIGURAS USADAS SOBRE A IGREJA EM SUA		
RELAÇÃO COM CRISTO: O NOIVO E A NOIVA		484
I.	Contrastada com Israel	484
II.	A Delineação do Conhecimento Insuperável e do Amor de Cristo	489
III.	Uma Segurança da Autoridade do Consorte	490
IV.	Uma Revelação da Posição da Noiva Acima de Todos os Seres Criados	491
V.	A Segurança da Glória Infinita	491
VI.	Os Tipos da Noiva	492
VII.	O Significado Desta Figura	497
	Conclusão	497
A IGREJA ORGANIZADA		499
CAPÍTULO VII - A IGREJA ORGANIZADA		499
I.	A Igreja, uma Assembléia Local	501
II.	Um Grupo de Igrejas Locais	507
III.	A Igreja Visível sem Referência à Localidade	507
A REGRA DE VIDA DO CRENTE		508
CAPÍTULO VIII - REGRAS DE VIDA NO PERÍODO		
DO ANTIGO TESTAMENTO		508
I.	A Economia Pré-mosaica	510
II.	A Economia Mosaica	512

ÍNDICE

CAPÍTULO IX - A ECONOMIA DO REINO FUTURO	519
CAPÍTULO X - A ECONOMIA DA PRESENTE GRAÇA	530
I. Três Aspectos Específicos	535
II. Os Relacionamento da Graça	542
CAPÍTULO XI - CONTRASTES ENTRE A LEI E A GRAÇA	549
I. Sistemas Independentes, Suficientes e Completos da Regra Divina na Terra	550
II. A Sequência da Bênção Divina e a Obrigação Humana	567
III. Diferentes Graus de Dificuldade e Graus Diferentes de Capacitação Divina	574
CAPÍTULO XII - OS SISTEMAS DA LEI E O JUDAÍSMO ABOLIDO	575
I. As Reais Instruções Escritas de Ambos os Ensinos da Lei de Moisés e do Reino São Abolidas	575
II. A Lei do Pacto de Obras é Abolida	585
III. O Princípio da Lei e Dependência da Energia da Carne é Abolido	586
IV. O Judaísmo é Abolido	586
Conclusão	588
ESCATOLOGIA	593
CAPÍTULO XIII - INTRODUÇÃO A ESCATOLOGIA	593
ASPECTOS GERAIS DA ESCATOLOGIA	601
CAPÍTULO XIV - UM BREVE PANORAMA DA HISTÓRIA DO MILÊNISMO	601
I. O Período Representado pelo Antigo Testamento	602
II. O Reino Messianico Oferecido a Israel no Primeiro Advento	602
III. O Reino Rejeitado e Posposto	603
IV. As Crenças Milenistas Sustentadas pela Igreja Primitiva	604
V. A Expectativa Milenista Continuada até a Apostasia da Igreja de Roma	606
VI. O Milenismo Começou a Ser Restaurado na Reforma	615
VII. O Milenismo desde a Reforma	616
CAPÍTULO XV - O CONCEITO BÍBLICO DE PROFECIA	621
I. O Profeta	621
II. A Mensagem do Profeta	622
III. O Poder dos Profetas	623
IV. A Escolha dos Profetas	623
V. O Cumprimento da Profecia	624
VI. A História da Profecia	624
OS PRINCIPAIS CAMINHOS DA PROFECIA	631
CAPÍTULO XVI - PROFECIAS A RESPEITO DO SENHOR JESUS CRISTO	631
I. Profeta	633
II. Sacerdote	634
III. Rei	635

ÍNDICE

IV.	Semente	636
V.	Os Dois Adventos	637
CAPÍTULO XVII - PROFECIAS A RESPEITO DOS PACTOS COM ISRAEL		644
I.	Os Quatro Principais Pactos	647
II.	Sete Aspectos	648
CAPÍTULO XVIII - PROFECIAS A RESPEITO DOS GENTIOS		660
CAPÍTULO XIX - PROFECIAS A RESPEITO DE SATANÁS, DO MAL E DO HOMEM DO PECADO		673
I.	Satanás	673
II.	O Mal	674
III.	O Homem do Pecado	674
CAPÍTULO XX - PROFECIAS A RESPEITO DO CURSO E DO FIM DA CRISTANDADE APÓSTATA		680
CAPÍTULO XXI - PROFECIAS A RESPEITO DA GRANDE TRIBULAÇÃO		688
I.	A Doutrina em Geral	688
II.	A Igreja e a Tribulação	691
CAPÍTULO XXII - PROFECIAS A RESPEITO DA IGREJA		700
I.	Os Últimos Dias para a Igreja	700
II.	A Ressurreição dos Corpos dos Santos	701
III.	A Transformação dos Santos Vivos	702
IV.	O Tribunal de Cristo	702
V.	O Casamento do Cordeiro	703
VI.	O Retorno da Igreja com Cristo	703
VII.	O Reinado da Igreja com Cristo	703
	Conclusão	704
CAPÍTULO XXIII - TEMAS PRINCIPAIS DAS PROFECIAS DO ANTIGO TESTAMENTO		705
I.	Profecias a Respeito dos Gentios	705
II.	Profecias a Respeito da História Primitiva de Israel	707
III.	Profecias a Respeito da Nação de Israel	707
IV.	Profecias a Respeito das Dispersões e dos Reajuntamentos de Israel	707
V.	Profecias a Respeito do Advento do Messias	708
VI.	Profecias a Respeito da Grande Tribulação	708
VII.	Profecias a Respeito do Dia de Jeová do Reino Messianico	709
	Conclusão	709
CAPÍTULO XXIV - TEMAS PRINCIPAIS DA PROFECIA DO NOVO TESTAMENTO		710
I.	A Nova Dispensação	710
II.	O Novo Propósito Divino	711
III.	A Nação de Israel	712
IV.	Os Gentios	712
V.	A Grande Tribulação	713
VI.	Satanás e as Forças do Mal	713
VII.	A Segunda Vinda de Cristo	713

ÍNDICE

VIII.	O Reino Messiânico	714
IX.	O Estado Eterno	714
	Conclusão	714
CAPÍTULO XXV - EVENTOS PREDITOS EM SUA ORDEM		715
I.	A Predição de Noé a Respeito de seus Filhos	715
II.	A Escravidão de Israel no Egito	715
III.	O Futuro dos Filhos de Jacó	715
IV.	Israel na Terra	716
V.	Os Cativos de Israel	716
VI.	Os Julgamentos Sobre as Nações Vizinhas	716
VII.	Uma Restauração Parcial	716
VIII.	A Vinda e o Ministério de João Batista	717
IX.	O Nascimento de Cristo	717
X.	Os Ofícios de Cristo	717
XI.	Os Ministérios de Cristo	718
XII.	A Morte de Cristo	718
XIII.	O Sepultamento de Cristo	718
XIV.	A Ressurreição de Cristo	718
XV.	A Ascensão de Cristo	718
XVI.	A Presente Dispensação	719
XVII.	O Dia de Pentecostes	719
XVIII.	A Igreja	719
XIX.	A Destruição de Jerusalém	719
XX.	Os Últimos Dias para a Igreja	720
XXI.	A Primeira Ressurreição	720
XXII.	O Arrebatamento dos Santos Vivos	720
XXIII.	A Igreja no Céu	720
XXIV.	As Recompensas dos Crentes	721
XXV.	O Casamento do Cordeiro	721
XXVI.	A Grande Tribulação	722
XXVII.	O Aparecimento do Homem do Pecado	722
XXVIII.	Os Sofrimentos Finais de Israel	722
XXIX.	A Destruição da Babilônia Eclesiástica	723
XXX.	A Batalha do Armagedom	723
XXXI.	A Destruição da Babilônia Política e Comercial	723
XXXII.	O Dia do Senhor	723
XXXIII.	A Segunda Vinda de Cristo	724
XXXIV.	Satanás Preso e Confinado	724
XXXV.	O Reajuntamento e o Julgamento do Israel Afligido	724
XXXVI.	O Julgamento das Nações	725
XXXVII.	A Vida Humana no Reino Terrestre	725
XXXVIII.	A Soltura de Satanás e a Última Revolta	725
XXXIX.	A Condenação de Satanás	726
XL.	O Término do Presente Céu e da Presente Terra	726
XLI.	O Julgamento do Grande Trono Branco	726
XLII.	O Destino dos Ímpios	726
XLIII.	A Criação do Novo Céu e da Nova Terra	727

ÍNDICE

XLIV.	O Destino dos Salvos	727
XLV.	O Dia de Deus	727
	Conclusão	727
CAPÍTULO XXVI - OS JULGAMENTOS		728
I.	Os Julgamentos Divinos Através da Cruz	728
II.	O Autojulgamento do Crente e os Castigos de Deus	729
III.	O Julgamento das Obras do Crente	730
IV.	O Julgamento de Israel	732
V.	O Julgamento das Nações	734
VI.	O Julgamento dos Anjos	735
VII.	O Julgamento do Grande Trono Branco	736
	Conclusão	736
CAPÍTULO XXVII - O ESTADO ETERNO		737
I.	O Estado Intermediário	737
II.	As Criaturas de Deus Que Entram no Estado Eterno	739
III.	Várias Esferas de Existência	742
IV.	Teorias Relativas a um Estado Futuro	743
V.	A Nova Terra	750
VI.	A Doutrina do Inferno	750
VII.	A Doutrina do Céu	756
	Conclusão	760
NOTAS		762

ÍNDICE**VOLUME 5**

CRISTOLOGIA	13
CAPÍTULO I - O VERBO¹ PRÉ-ENCARNADO - O FILHO DE DEUS	13
Introdução	13
I. A Divindade de Cristo	16
II. Cristo e a Criação	31
III. O Pacto Eterno	34
IV. O Messias no Antigo Testamento	35
V. O Anjo de Jeová	38
VI. Implicações Bíblicas Indiretas	40
VII. Afirmações Bíblicas Diretas	40
Conclusão	45
CAPÍTULO II - INTRODUÇÃO A DOUTRINA DO VERBO ENCARNADO	46
I. A Doutrina Como um Todo	46
II. As Predições do Antigo Testamento	50
CAPÍTULO III - O NASCIMENTO E A INFÂNCIA DO VERBO ENCARNADO	54
I. O Nascimento	54
II. A Infância	59
CAPÍTULO IV - O BATISMO DO VERBO ENCARNADO	62
I. O Batizador	62
II. A Necessidade	65
III. O Modo	68
IV. O Batismo de Cristo e o Batismo Cristão	74
V. Outros Batismos	75
CAPÍTULO V - A TENTACÃO DO VERBO ENCARNADO	78
I. Três Fatores Fundamentais	78
II. A Relação de Cristo com o Espírito Santo	83
III. O Teste de Cristo Feito por Satanás	84
CAPÍTULO VI - A TRANSFIGURAÇÃO DO VERBO ENCARNADO	88
I. A Importância	89
II. A Razão	90
III. A Realidade	93
IV. Uma Apresentação do Reino	93
V. A Aprovação Divina	96
CAPÍTULO VII - OS ENSINOS DO VERBO ENCARNADO	97
I. Os Principais Discursos	98
Conclusão	158
II. Parábolas	158
III. Ensinos Especiais	160
IV. Conversas	161

ÍNDICE

CAPÍTULO VIII - OS MILAGRES DO VERBO ENCARNADO	162
Conclusão	168
CAPÍTULO IX - OS SOFRIMENTOS E MORTE DO VERBO ENCARNADO	169
I. Nos Tipos	169
II. Na Profecia	173
III. Nos Sinóticos	179
IV. Nos Escritos de João	180
V. Nos Escritos de Paulo	191
VI. Nos Escritos de Pedro	212
VII. Na Carta aos Hebreus	213
CAPÍTULO X - A RESSURREIÇÃO DO VERBO ENCARNADO	218
I. A Doutrina no Antigo Testamento	221
II. A Doutrina no Novo Testamento	225
Conclusão	243
CAPÍTULO XI - ASCENSÃO E INTERCESSÃO DO VERBO ENCARNADO	244
I. A Ascensão	245
II. A Intercessão	256
CAPÍTULO XII - O SEGUNDO ADVENTO DO VERBO ENCARNADO	261
CAPÍTULO XIII - O REINO MESSIÂNICO DO VERBO ENCARNADO	293
I. Assegurado pelos Pactos de Jeová	295
II. Suas Várias Formas	309
CAPÍTULO XIV - O REINO ETERNO DO VERBO ENCARNADO	331
I. A Soltura de Satanás	332
II. A Revolta Sobre a Terra	332
III. O Passamento do Céu e da Terra	333
IV. O Julgamento do Grande Trono Branco	334
V. A Criação do Novo Céu e da Nova Terra	336
VI. A Descida da Cidade-Noiva	337
VII. A Renúncia do Aspecto Mediatorial	339

VOLUME 6

PNEUMATOLOGIA	351
Prefácio(que todo estudante deveria ler)	351
CAPÍTULO I - O NOME DO ESPÍRITO SANTO	354
I. O Tríplice Nome da Divindade	355
II. Títulos Descritivos	366
CAPÍTULO II - A DIVINDADE DO ESPÍRITO SANTO	370
I. Atributos Divinos	371
II. Obras Divinas	373
Conclusão	392
CAPÍTULO III - TIPOS E SÍMBOLOS DO ESPÍRITO SANTO	393
I. Óleo	393
II. Água	396

ÍNDICE

III.	Fogo	397
IV.	Vento	398
V.	Pomba	399
VI.	Penhor	400
VII.	Selo	400
VIII.	Servo de Abraão	401
	Conclusão	401
CAPÍTULO IV - O ESPÍRITO SANTO E A PROFECIA		402
I.	O Autor da Profecia	402
II.	O Sujeito da Predição	405
	Conclusão	411
CAPÍTULO V - O ESPÍRITO SANTO NO ANTIGO TESTAMENTO		412
I.	De Adão a Abraão	412
II.	De Abraão a Cristo	416
CAPÍTULO VI - O CARÁTER DISTINTIVO DA PRESENTE ERA		426
I.	Uma Intercalação	427
II.	Um Novo Propósito Divino	427
III.	Uma Era de Testemunho	428
IV.	Israel Dormente	428
V.	O Caráter Especial do Mal	429
VI.	Uma Era de Privilégio Gentílico	429
VII.	A Obra do Espírito Santo no Mundo	430
CAPÍTULO VII - A OBRA DO ESPÍRITO SANTO NO MUNDO		431
I.	O Restringidor do Cosmos	431
II.	O Que Convence os Não-salvos	434
	Conclusão	442
O ESPÍRITO SANTO EM RELAÇÃO AO CRISTÃO		444
CAPÍTULO VIII - INTRODUÇÃO À OBRA DO ESPÍRITO SANTO NO CRENTE		444
CAPÍTULO IX - A REGENERAÇÃO E O ESPÍRITO SANTO		448
I.	A Necessidade	448
II.	A Comunicação da Vida	450
III.	Aquisição da Natureza de Deus	452
IV.	Introdução na Família de Deus	453
V.	Herança da Porção de um Filho	454
VI.	O Propósito de Deus para a sua Eterna Glória	454
VII.	A Base da Fé	456
	Conclusão	465
CAPÍTULO X - HABITAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO		466
I.	De Acordo com a Revelação	468
II.	Em Relação à Unção	475
III.	De Acordo com a Razão	476
IV.	Em Relação ao Selo	478
CAPÍTULO XI - O BATISMO NO ESPÍRITO SANTO		480
I.	A Palavra BAPTIZO	480

ÍNDICE

II.	Os Textos Determinantes	482
III.	A Coisa Realizada	492
IV.	A Clareza	497
	Conclusão	499
A RESPONSABILIDADE DO CRENTE		501
CAPÍTULO XII - INTRODUÇÃO A RESPONSABILIDADE DO CRENTE		501
I.	Motivos Inteligentes	501
II.	Obrigações Prescritas	503
III.	Dependência do Espírito	505
IV.	Palavra de Deus	506
V.	Uma Transformação Espiritual	510
VI.	A Terminologia Usada	511
CAPÍTULO XIII - O PODER PARA VENCER O MAL		514
I.	O Mundo	516
II.	A Carne	519
III.	O Diabo	529
	Conclusão	530
CAPÍTULO XIV - O PODER PARA FAZER O BEM		532
I.	O Fruto do Espírito	533
II.	Os Dons do Espírito Santo	547
III.	A Oferta de Louvor e Ação de Graças	552
IV.	O Ensino do Espírito	553
V.	A Direção do Espírito	556
VI.	A Vida de Fé	559
VII.	A Intercessão do Espírito	560
	Conclusão	561
CAPÍTULO XV - CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA A PLENITUDE		562
I.	"Não Enrriqueçais o Espírito de Deus"	563
II.	"Não Extingais o Espírito"	577
III.	"Andai no Espírito"	587
CAPÍTULO XVI - DOCTRINAS RELACIONADAS		593
I.	A Participação do Crenate na Morte de Cristo	598
II.	A Perfeição	605
III.	A Santificação	606
IV.	O Ensino Sobre a Erradicação	607
	Conclusão	610
CAPÍTULO XVII - UMA ANALOGIA		611
I.	O Estado de Perdição	611
II.	O Objetivo e o Ideal Divinos	612
III.	O Dom de Deus	612
IV.	A Obra da Cruz	613
V.	O Lugar da Fé	614
	Conclusão	615
NOTAS		619

ÍNDICE

ÍNDICE

CAPÍTULO 7

SUMÁRIO DOUTRINÁRIO	15
Adão	15
Adoção	17
Advogado	19
Alma e Espírito	20
Amor	21
Anjos	23
Anticristo	25
Antropologia	26
Apostasia	27
Arrependimento	29
Ascensão	30
Autoridade	31
Babilônia	32
Batismo Real	35
Batismo Ritual	36
Bibliologia	44
Blasfêmia	47
Carnalidade	49
Carne	51
Casamento	53
Castigo	54
Cegueira	56
Ceia do Senhor	59
Céu	59
Chamamento	61
Chifre	63
Confissão	64
Consciência	66
Conversão	67
Convicção	68
Coração	71
Corpo	71
Credos	73
Criação(veja Evolução)	74
Cristão	76
Cristianismo	78
Cristologia	80
Crítica	85

ÍNDICE

Cruz	86
Culpa	88
Cura	89
Demonologia	91
Depravação	94
Deus	95
Dia do Senhor	97
Dias	97
Discípulos	100
Dispensações	101
Dispersões de Israel	103
Dizimar(veja Mordomia)	106
Eclesiologia	107
Eleição	110
Encarnação	115
Era(veja Dispensações)	116
Escatologia	116
Esperança	119
Espírito Santo	119
Espiritualidade	120
Estado Intermediário	120
Eternidade	121
Evangelho	123
Evangelização	124
Evolução	127
Expição	128
Fé	130
Filiação	132
Genealogia	133
Gentios	134
Glória	136
Governo	137
Graça	138
Hades	139
Herança	141
Homem do Pecado	142
Homem Natural	142
Humildade	143
Igreja(veja Eclesiologia)	143
Imortalidade	143
Imputação	144
Infinidade	147
Inocência	147
Inspiração	147

ÍNDICE

Intercessão	148
Interpretação	149
Israel	151
Jeová	152
Jerusalém	153
Jesus	155
Judaísmo	155
Julgamento	158
Justiça	160
Justificação	161
Justo	165
Lei	165
Línguas	166
Logos	167
Louvor	168
Mandamentos	168
Mediação	171
Messias	172
Milagres	172
Milénio(veja Reino)	172
Ministério	174
Misericórdia	174
Mistério	174
Mordomia	175
Morte	177
Mulher	179
Mundo	180
Noiva	181
Nome	183
Números	183
Obediência	184
Onipotência	184
Onipresença	185
Onisciência	185
Oração	186
Ordenança	187
Ordenar	188
Pactos	188
Pão	190
Paracleto	193
Paraíso	193
Parousia	194
Paternidade de Deus	194
Paz	196

ÍNDICE

Pecado	197
Pedra	198
Perdão	199
Perfeição	203
Permanência	204
Poder	206
Posição da Cabeça	207
Posição e Estado	208
Predestinação	208
Pregação	209
Preordenação	210
Presbíteros	210
Presciência	212
Primícias	214
Profecia	216
Propiciação	216
Propiciatório	218
Providência	219
Punição	219
Purificação	220
Queda	222
Recompensa	223
Reconciliação	224
Redenção	225
Regeneração	226
Rei	227
Reino	227
Ressurreição	229
Retidão	230
Revelação	230
Sábado	231
Sacerdócio	232
Sacrifício	233
Salvação	234
Salvação Infantil	235
Sangue	238
Santidade	241
Santificação	242
Santo	251
Satanás	251
Segurança	252
Segurança Eterna	255
Separação	256
Sepultado	257

ÍNDICE

Sião	258
Sofrimento	259
Substituição	261
Tabernáculo e Templo	262
Tempos Gentílicos	263
Tentação	265
Teologia Paulina	266
Tipos	267
Transfiguração	268
Trevas	268
Tribulação	270
Trindade	271
Trono	271
Unigênito	272
Vida	272
Vontade	273

CHAPEL 8

AGRADECIMENTOS	277
ÍNDICE GERAL DA OBRA	281
ÍNDICE DE AUTORES	309
CATECISMOS, CREDOS, DICIONÁRIOS E ENCICLOPÉDIAS	319
ÍNDICE REMISSIVO	323
NOTAS	373

ÍNDICE DE AUTORES

ÍNDICE DE AUTORES

A

- ABBOTT, E. A. III e IV, 697.
AGOSTINHO, I & II, 50, 251, 301, 302, 451, 452, 617; III & IV 69
ALEXANDER, A. B. D., III & IV, 27; V & VI, 19.
ALEXANDER, W. LINDSAY, I & II, 49, 281, 287, 291, 304, 620, 626; III & IV 28, 77, 209.
ALFORD, DEAN, I & II, 11, 12, 425, 439, 497; III & IV, 117, 240, 247, 309.
ANDERSON, SIR ROBERT, III & IV, 485, 487, 625.
ANGUS-GREEN, VII & VIII, 151.
ANSELMO, III & IV, 136, 138, 157.
ARISTÓTELES, I & II, 171, 309, 626.
AUBERLEN, C. A. I & II, 592; III & IV, 615.

B

- BARCLAY, ROBERT, Apology I & II, 56.
BARDESANES, III & IV, 478.
BARNABÉ, III & V, 137, 479, 604, 612, 757.
BARNES, ALBERT, III & IV, 599; V & VI, 344.
BAUR, III & IV, 145.
BAVINCK, HERMAN, VII & VIII, 222.
BAXTER, RICHARD, I & II, 307.
BEECHER, HENRY WARD, V & VI, 307.
BENGEL, III & IV, 615, 620.
BINNEY, THOMAS, III & IV, 343.
BOETTNER, LORAINÉ, V & VI, 403.
BOWNE, I & II, 227.
BRADBURY, JOHN W. V & VI, 488.
BREWSTER, D. I & II, 307.
BRIGGS, C. A. III & IV, 619.
BROOKES, JAMES H. III & IV, 290, 615.
BROWN, JAMIESON & FAUSSET, I & II, 277, 699, 705; V & VI, 413.
BRUCH, J. F. I & II, 238.
BULL, I & II, 449, 577.
BULLINGER, E. W., VII & VIII, 139.

BUSHNELL, HORACE, I & II, 324; VII & VIII, 237.
 BUTLER, I & II, 113, 188, 612.
 BUTTMANN-THAYER, III & IV, 697.
 BUXTORF, I & II, 285, 287.

C

CALVINO, JOÃO, I & II, 161, 303, 682, 699; III & IV, 77, 78, 263, 270, 615; V & VI, 378, 389, 390, 458.
 CARLYLE, THOMAS I & II, 2047, 679.
 CARSON, ALEXANDER I & II, 118.
 CASTENOVE, I & II, 73.
 CHALMERS, THOMAS, I & II, 209.
 CHANNING, WILLIAM ELLERY I & II, 293; III & IV, 72, 762.
 CHARLES, III & IV, 690, 766.
 CHARNOCK, I & II, 218.
 CÍCERO, I & II, 182, 310.
 CIPRIANO, BISPO DE CARTAGO, III & IV, 478, 610, 612.
 CLARKE, ADAM, I & II, 220.
 CLARKE, SAMUEL, I & II, 164, 244, 744.
 CLARKE, WILLIAM NEWTON, V & VI, 220.
 CLEMENTE DE ALEXANDRIA, III & IV, 478, 609, 610, 611.
 COCCEIUS, JOHANNES, V & VI, 267.
 COOK, JOSEPH, I & II, 302.
 COOKE, R. J, VII & VIII, 309.
 COOKE, WILLIAM, I & II, 166, 182, 203, 222, 426, 434, 490, 510, 772, 777, 778; V & VI, 23, 28, 359, 373, 620, 622.
 COQUEREL, M. I & II, 292.
 COWPER, WILLIAM, V & VI, 469.
 CRAWFORD, T. J., III & IV, 73.
 CREMER, A H., I & II, 115. 589.
 CRISÓSTOMO, I & II, 434, 486, 487; III & IV, 309.
 CRISP, III & IV, 79, 80.
 CUDWORTH, I & II, 173.
 CUMMING, J. ELDER, V & VI, 366, 367, 406 e 622.
 CUNNINGHAM, WILLIAM, I & II, 395, 776, 778; III & IV, 257, 259, 265, 272, 620, 764.

D

DABNEY, R. L. III & V, 594.
 DALE, JAMES W., III & IV, 52, 358, 762, 764; V & VI, 481, 623.
 DALE, R. W., III & IV, 55, 133, 153, 763.
 DARBY, J. N., III & IV, 124, 404, 620, 763.

- DAVIDSON, A. B., I & II, 280, 412, 774; V & VI, 52, 620.
 DAWSON, I & II, 778.
 DELITZSCH, FRANZ, I & II, 285, 546, 590, 592, 778; III & IV, 117, 620.
 DENNEY, JAMES I & II, 409, 687, 688; III & IV, 54; V & VI, 229, 621.
 DE WETTE, III & IV, 309.
 DIBELIUS, MARTIN, V & VI, 112, 620.
 DICK, JOHN, I & II, 58, 188, 263, 302, 380, 768, 772, 774.
 DIETRICH, I & II, 285.
 DILLMANN, VII & VIII, 213.
 DODS, MARCUS, III & IV, 160.
 DOEDERLEIN, JOHN C, I & II, 306.
 DORNER, I. A., I & II, 385, 431.
 DRUMMOND, HENRY, VII & VIII, 121.
 DUNELM, HANDLEY, ver H. C. G. Moule.
 DWIGHT, TIMOTHY, I & II, 626, 692, 772, 779 e 780.

E

- EDWARDS, JONATHAN, I & II, 221, 571.
 ENGLISH, E. SCHUYLER, V & VI, 106.
 EUSÉBIO, II & IV, 478, 608 e 612.
 EVERETT, I & II, 161.

F

- FAIRBAIRN, A. M., I & II, 668 e 779.
 FAIRBAIRN, PATRICK, I & II, 26; III & IV, 118.
 FAIRCHILD, EDMUND B, V & VI, 623.
 FAUSSET, JAMIESON & BROWN, I & II, 699, 705 e 780; V & VI, 413.
 FEINBERG, CHARLES LEE, I & II, 387, 401, 403, 776.
 FELTHAM, OWEN, I & II, 308.
 FICHTE, I. H, I & II, 166, 629, 772.
 FISHER, GEORGE PARK, I & II, 193, 773.
 FLAMMARION, CAMILLE, I & II, 428.
 FOSTER, III & IV, 763.
 FOSTER, JOHN, I & II, 191.
 FOSTER, R. S, I & II, 186.
 FREMANTLE, III & IV, 162.

G

- GAEBELEIN, ARNO C., I & II, 429, 435, 440, 777; III & IV, 423, 765; V & VI, 177, 621.
 GAUSSEN, S. R. L., V & VI, 377, 622.
 GERHART, E. V. I & II, 431, 446, 452, 455, 523, 777, 778.
 GIESELER, I & II, 301.
 GODET, I & II, 229, 388; III & IV, 160, 451, 765; VII & VIII, 213.
 GOFF, JOHN, V & VI, 69, 620.
 GOOD, MASON, I & II, 201.
 GORDON, A. J., III & VI, 357, 622.
 GORE, CHARLES, I & II, 361.
 GOVETT, R., V & VI, 19, 42, 186, 620, 621.
 GRANT, F. W., I & II, 704, 737, 780; III & IV, 184, 258, 276, 424; V & VI, 247, 249, 251, 291, 520, 621.
 GRAVES, RICHARD, I & II, 298.
 GRAY, JAMES M., V & VI, 413, 622.
 GREGÓRIO DE NAZIANZO, III & IV, 137.
 GREEN, W. H., I & II, 357, 551, 778.
 GREENE, SAMUEL, I & II, 357.
 GUILLE, GEORGE E., V & VI, 401.

H

- HAGENBACH, III & IV, 609, 610, 765.
 HAHN, G. L., I & II, 627, 779.
 HALDEMAN, I. M., III & IV, 612, 766.
 HALL, ROBERT, I & II, 209, 282, 773.
 HAMILTON, I, 167, 193.
 HAMILTON, ALAN HERBERT, VII & VIII, 236, 237.
 HAMPDEN, I & II, 64, 679.
 HARNACK, ADOLF, V & VI, 162, 614.
 HARRIS, SAMUEL, I & II, 162, 163, 187, 240, 301, 385, 771, 772, 773, 774, 775, 776.
 HARRISON, EVERETT F., V & VI, 226, 227, 621.
 HARRISON, NORMAN B., V & VI, 537, 623.
 HAWES, E. E., V & VI, 623.
 HAWTHORNE, R. R., V & VI, 415.
 HEARD, J. B., I & II, 556, 778.
 HENRY, MATTHEW, I & II, 672, 769, 779, 780; V & VI, 268, 375, 414, 621, 622.
 HESÍODO, I & II, 427.
 HIBBARD, F. G., VII & VIII, 237.
 HODGE, A. A., I & II, 184, 192, 199, 237, 275, 586, 700, 706, 773, 776; III & IV, 177, 180, 208, 593.
 HODGE, CHARLES, I & II, 49, 104, 171, 188, 302, 582, 699, 768, 769, 772, 775, 778, 780; III & IV, 179, 312, 763, 764, 765; V & VI, 88, 206, 458, 620, 621.
 HODGE, CASPAR WISTAR, VII & VIII, 212.

- HOGG, C. F., e W. E. VINE, V & VI, 201, 621.
 HOOKER, RICHARD, I & II, 429, 450, 451; III & IV, 597.
 HORSLEY, SAMUEL, I & II, 610.
 HORT, AND WESTCOTT, I & II, 122.
 HOWE, JOHN, I & II, 174, 175, 233, 258, 569, 774.
 HUXLEY, JULIAN S., I & II, 193, 197, 542, 547.

I

- INÁCIO, BISPO DE ANTIOQUIA, III & IV, 478, 608, 612.
 IRINEU, BISPO DE LEÃO, III & IV, 478, 597, 608, 609, 612, 614, 617.
 IRONSIDE, H. A., III & IV, 421, 422, 665, 676, 764, 766; V & VI, 178, 252, 274, 621.

J

- JAMIESON, FAUSSET & BROWN, I & II, 699, 705, 780.
 JANET, PAUL, I & II, 180, 185, 772..
 JENNINGS, F. C., I & II, 463, 473, 511, 777, 778.
 JUSTINO, MARTIR, III & IV, 478, 606, 607, 608, 609, 612, 614, 617.

K

- KANT, IMMANUEL, I & II, 214, 599, 626, 627, 657, 693, 779; VII & VIII, 222.
 KELLY, WILLIAM, V & VI, 385, 408, 622.
 KENNETT, III & IV, 445, 446.
 KEYSER, LEANDER, I, 194, 773.
 KING, WILLIAM, I & II, 207, 614.
 KNOX, JOHN, III & IV, 615.
 KUYPER, A, V & VI, 406, 415, 622.

L

- LAIDLAW, R. A., I & II, 547, 563, 576, 577, 592, 598, 778, 779.
 LANGE, I & II, 774.
 LARKIN, CLARENCE, I & II, 525, 526, 528, 778.
 LATIMER, III & IV, 616.
 LAWSON, I & II, 771.
 LELAND, I & II, 171, 772.
 LEPSIUS, I & II, 402.
 LEWIS, CHARLES LEE, I & II, 537, 778.

- LIGHTFOOT, J. B., V & VI, 19, 45, 385, 620.
 LINDSAY, JAMES, I & II, 49, 281, 287, 291, 626, 774, 779.
 LOCKE, I & II, 174, 602.
 LOCKHART, CLINTON, VII & VIII, 149.
 LUCANO, I & II, 201.
 LUERING, H. L. E., VII & VIII, 240, 373.
 LUTHER, MARTIN, III & IV, 766; V & VI, 621.

M

- MABIE, HENRY C., I & II, 672, 781; III & IV, 55, 56, 69, 762.
 MACDONALD, I & II, 546, 778.
 MACKINTOSH, C. H., III & IV, 51, 121, 122, 762, 763; V & VI, 250, 394, 399, 413, 621, 622.
 MACLAREN, ALEXANDER, III & IV, 357.
 MANLY, BASIL, I & II, 112, 769.
 MARAIS, J. L., I & II, 536, 589, 779.
 MARSH, F. E., V & VI, 397, 622; VII & VIII, 373.
 MARTENSEN, H. L., I & II, 431, 432, 777; V & VI, 80, 81, 620.
 MATHER, COTTON, III & IV, 616, 617.
 MATHESON, GEORGE, I & II, 682.
 MAURO, PHILIP, V & VI, 523.
 MAURY, MATTHEW FONTAINE, I & II, 537.
 MCCONNELL, FRANCIS J., I & II, 645, 779.
 MCFARLAND, J. T., VII & VIII, 237.
 MCTAGGART, J. M. E., I & II, 506.
 MEDLEY, SAMUEL, V & VI, 13.
 MEYER, H. A. W., I & II, 454, 742; VII & VIII, 213.
 MIDDLETON, III & IV, 359.
 MILEY, JOHN, I & II, 180, 198, 212, 242, 331, 395, 548, 549, 772, 773, 774, 778; III & IV, 146, 153, 154, 159, 763.
 MILLER, HUGH, I & II, 225.
 MILTON, JOHN, I & II, 48, 167, 188, 193, 430, 772.
 MIVART, GEORGE, I & II, 556.
 MOFFAT, III & IV, 690, 696, 766.
 MOOREHEAD, III & IV, 697.
 MORGAN, G. CAMPBELL, V & VI, 491, 623.
 MOULE, H. C. G., I & II, 674, 702, 741, 742, 780; III & IV, 450, 456, 765; V & VI, 615; VII & VIII, 119.
 MOULTON AND POPE, I & II, 498.
 MÜLLER, JULIUS, I & II, 645, 689; III & IV, 743, 767.
 MÜLLER, MAX, III & IV, 743, 766.

N

- NARES, EDWARD, I & II, 337
 NEANDER, I & II, 305; V & VI, 88, 344, 620.
 NEWELL, W. R., III & VI, 390, 622.
 NEWTON, ISAAC, I & II, 210, 388, 771.

O

- OEHLER, GUSTAV FRIEDRICH, I & II, 283, 285, 411, 574, 576, 590, 591, 774, 777, 778, 779.
 OLSEN, ERLING C., V & VI, 182, 223, 252, 621.
 OLSHAUSEN, I & II, 108, 769.
 ORR, JAMES, I & II, 305, 775; VII & VIII, 85, 373.
 OTTMAN, FORD C., III & IV, 682, 699, 766, 767; V & VI, 287, 304, 305, 621.
 OVIDIO, I & II, 600.
 OWEN, JOHN, III & IV, 78, 79, 80, 195, 196, 763.

P

- PALEY, WILLIAM, I & II, 174, 181.
 PARKER, THEODORE, I & II, 76.
 PEARSON, JOHN, I & II, 406, 407.
 PEDRO, BISPO DE ALEXANDRIA, III & IV, 478.
 PETERS, GEORGE N. H., III & IV, 596, 597, 599, 606, 607, 620, 655, 765, 766; V & VI, 93, 262, 327, 344, 620, 621.
 PIERSON, ARTHUR, T, III & IV, 356.
 PLATÃO, I & II, 88, 171, 178, 182, 183, 188, 190, 191, 427, 593, 600, 708.
 PLUMMER, III & IV, 697, 767.
 PLUTARCO, I & II, 457, 510, 626, 779.
 POPE, E MOULTON, I & II, 498.
 PRIESTLEY, JOSEPH, I & II, 296, 297, 296, 297, 335, 775.
 PRINCELL, J. G., V & VI, 160.
 PITÁGORAS, I & II, 178, 600.

R

- RANDLES, MARSHALL, III & IV, 197.
 REES, T., VII & VIII, 373.
 RICE, W. A., I & II, 306, 775.
 RIDDLE, M. B., I & II, 306, 775.
 RISHELL, C. W., VII & VIII, 237.

ROACH, MORRIS H., I & II, 246.
 ROBERTSON, A. T, VII & VIII, 39, 318.
 ROBINSON, I & II, 115.
 ROGERS, HENRY, I & II, 769; III & IV, 75
 ROSSETTI, I & II, 426.
 ROTHE, RICHARD, III & IV, 596.
 ROW, C. A, I & II, 537.

S

SANGER, JAMES MORTIMER, III & IV, 188.
 SCHAFF, PHILIP, I & II, 112, 122, 498, 699, 707, 769, 776, 780.
 SCHLEIERMACHER, I & II, 107, 657.
 SCHMIEDEL, I & II, 358.
 SCOFIELD, C. I., I & II, 288, 302, 439, 440, 564, 774, 775, 778; III & IV, 242, 288, 376, 404, 426, 487, 504, 505, 622, 628, 645, 649, 685, 686, 702, 723, 737, 762, 763.
 SENECA, I & II, 201, 222.
 SHEDD, W. G. T., I & II, 50, 186, 401, 581, 582, 585, 617, 624, 684, 685, 686, 768, 774, 779, 780; III & IV, 178, 181, 200, 610, 762, 763, 764; V & VI, 405, 458, 462.
 SHERLOCK, WILLIAM, I & II, 299.
 SIMPSON, CARNEGIE, I & II, 672.
 SMEATON, GEORGE, III & IV, 52, 762.
 SMITH, J. DENHAM, III & IV, 494.
 SMITH, J. PYE, I & II, 316, 439.
 SÓCRATES, I & II, 88, 183, 191, 192, 427, 578.
 SOUTH, ROBERT, I & II, 306, 775.
 STEARNS, I & II, 33, 695, 780.
 STOCK, JOHN, III & IV, 762.
 STORR, V & VI, 345, 346.
 STRONG, I & II, 49, 185, 302, 389, 426, 439, 602, 660, 661, 771, 772, 773, 773, 774, 775, 776, 777, 779; III & IV, 76, 175, 763.
 STUART, I & II, 769.
 SUNDAY SCHOOL TIMES (THE), VII & VIII, 235.
 SWEET, LOUIS MATTHEWS, VII & VIII, 133.

T

TAYLOR, FREDERICK, G., III & IV, 641, 766.
 TENNANT, FRANK ROBERT, I & II, 657.
 TERRY, M. S, VII & VIII, 150.
 TERTULIANO, I & II, 56, 301, 434, 486.
 THAUMATURGUS, GREGORY, V & VI, 64, 619.

- THAYER, J. H., V & VI, 369, 457, 621.
 TEODORO DE MOPSUÉSTIA, I & II, 209.
 THOMAS, W. H. GRIFFITH, I & II, 318, 657, 687, 697, 703, 751, 773, 779, 780; III & IV, 343, 445, 613, 765.
 TREGELLES, III & IV, 676, 677.
 TRENCH, R. C., V & VI, 159, 165, 620.
 TURRETIN, FRANCIS, III & IV, 55, 139.
 TWESTEN, AUGUSTUS D, I & II, 780.
 TYNDALE, I & II, 115.

U

- UNGER, MERRILL F., V & VI, 410, 488, 499, 623.

V

- VALENTINE, MILTON, I & II, 188, 772; V & VI, 405, 458.
 VAN VALKENBURG, V & VI, 346, 406.
 VENEMA, HERMANNUS, I & II, 277, 295, 308, 317, 775.
 VERNE, JULES, V & VI, 267.
 VINCENT, MARVIN R., 12, 229, 274, 774.
 VOLTAIRE, I & II, 74, 210.
 VONDEL, J, 606, 779.
 VON GERLACH, OTTO, I & II, 446.

W

- WALLER, C. H., *The Authoritative Inspiration of Holy Scripture* (Londres: Blackie & Son, 1887), I & II, 770.
 WALVOORD, JOHN F., V & VI, 366, 395, 402, 405, 420, 456, 457, 458, 460.
 WARDLAW, RALPH, I & II, 328, 330, 775, 776.
 WARFIELD, BENJAMIN B., I & II, 339, 340, 358, 393, 405, 409, 415, 769.
 WATERLAND, I & II, 297.
 WATSON, RICHARD, I & II, 188, 209, 220, 233, 285, 287, 298, 299, 316, 344, 359, 363, 374, 406, 569, 571, 611, 613, 680, 772, 775, 776, 778, 779, 780; III & IV, 181; V & VI, 405.
 WATTS, ISAAC, III & IV, 570, 580.
 WEISS, VII & VIII, 210, 321.
 WERNER, H, V & VI, 213.
 WESTCOTT, AND HORT, I & II, 122, 339; III & IV, 697, 767.
 WHITAKER, JOHN, I & II, 337.

- WHITEBY, DANIEL, III & IV, 603, 610, 611, 615; V & VI, 263, 267, 268, 269, 294, 309; VII & VIII, 171, 317, 321, 364.
- WILLIAMS, DANIEL, III & IV, 79.
- WILSON, R, V & VI, 73.
- WITSIUS, I & II, 763.
- WOLLASTON, I & II, 174.

Catecismos, Cremos, Dicionários e Enciclopédias

- Catecismo Maior de Westminster*, I & II, 301, 631, 664; VII, 95.
- Catecismo Menor de Westminster*, I & II, 250, 675; VII & VIII, 162.
- Confissão de Augsburgo*, III & IV, 616.
- Confissão de Fé de Westminster*, I & II, 214, 248, 269, 394; III e IV, 190, 265; V & VI, 17, 357.
- Credo da Igreja da Inglaterra*, I & II, 363, 407.
- Credo de Atanásio*, I & II, 239, 301, 304, 363, 406.
- Credo Niceno*, I & II, 303, 330, 406; V & VI, 357.
- Corão*, I & II, 305.
- Didaquê dos Apóstolos*, III & IV, 479.
- Encyclopaedia Britannica*, 14a. edição, New York, I & II, 187, 199, 580, 600, 602; III & IV, 601, 765.
- Epístola de Barnabé*, III & IV, 136.
- Epístola de Diogneto*, III & IV, 136.
- Evangelium Infantiae*, V & VI, 165.
- Formula Consensus Helvetica*, III & IV, 763.
- International Standard Bible Encyclopaedia* (Chicago: Howard-Severance Co., 1915) – agora publicada por Wm B. Eerdmans Publishing Co., Grand Rapids, Michigan, V & VI, 52, 396; VII & VIII, xxx (para citações de artigos assinados, ver nome do autor do artigo).
- JACKSON, J. B., *Dictionary of Scripture Proper Names* (New York: Loizeaux Bros., 1909), I & II, 284.
- New Century Dictionary* (New York: D. Appleton-Century Co., 1936), I & II, 196.
- New Standard Dictionary* (New York: Funk & Wagnalls, 1913), I & II, 200, 241, 390, 536, 678, 772, 773, 774; III & IV, 128.
- Smith's Comprehensive Dictionary of the Bible* (New York: D. Appleton & Co., 1901), I & II, 439.
- Trinta e Nove Artigos*, V & VI, 357.

ÍNDICE REMISSIVO

ÍNDICE REMISSIVO

A

- ABRAÃO: IV, 414, 624-626.
 - PACTO, IV, 647; VII, 188-190.
 - PROFETA, IV, 624-626.
 - SEMENTE ESPIRITUAL NO FIEL, IV, 414.
 - SEMENTE FÍSICA EM ISRAEL, IV, 414.
 - SENHORIO, IV, 414.
- ADÃO, VII, 15-17.
 - AMBIENTE, II, 606.
 - APOSTASIA, VII, 27-29.
 - DOCTRINA DO AT, VII, 15.
 - DOCTRINA DO NT, VII, 15-17.
 - RELAÇÃO TÍPICA A CRISTO, VII, 15-17.
 - RESPONSABILIDADE, II, 607.
 - TENTAÇÃO, HISTORICIDADE, NATUREZA, II, 608-615.
- ADOÇÃO, III, 236; VII, 17-19.
 - ESPIRITUAL, VII, 18-19.
 - HUMANA, VII, 17.
- ADVERTÊNCIAS GERAIS DO NT, III, 291.
- ADVOGADO, VII, 19-20.
- AGNOSTICISMO, I, 160.
 - DEFINIÇÃO, I, 193.
- ALMA E ESPÍRITO, VII, 20-21.
- AMILENISMO, IV, 618-619.
- AMOR, VII, 21-23.
 - DIVINO, CARÁTER, ETERNO, VI, 537.
 - CARÁTER. SACRIFICIAL, VI, 537-538.
 - NÃO RETRIBUÍDO E PURO, VI, 538.
 - SUPRA-HUMANO, VI, 536.
 - OBJETOS. IGREJA, VI, 537.
 - ISRAEL, VI, 537.
 - MUNDO DOS HOMENS, VI, 536.
- ANDAR. RELAÇÃO COM A VIDA ESPIRITUAL, I, 18-23.
- ANGELOLOGIA, I, 23-25; II, 425-448; VII, 23-25.
 - CRENÇAS PAGÃS, II, 425.
 - HISTÓRIA, IDADE MÉDIA, II, 425-426.

- INTRODUÇÃO, II, 425.
- RELAÇÃO À RAZÃO, II, 425.
- SATANALOGIA E DEMONOLOGIA, I, 19-23.
- ANJO. DEFINIÇÃO, II, 425.
- ANJO DE JEOVÁ, I, 342-343; II, 442; V, 38-39; VII, 24.
- DEIDADE, I, 342-343.
- UM DA TRINDADE, I, 343-345.
- ANJOS, IV, 377; VII, 23-25.
- APOSTASIA DOS, VII, 28.
- AUTO-DETERMINATIVOS, II, 450-451.
- AUTORIDADES, II, 438-439.
- DOMÍNIOS, II, 438-439.
- PODERES, II, 438-439.
- PRINCIPADOS, II, 438-439.
- TRONOS, II, 438-439.
- CLASSIFICAÇÃO, II, 428; VII, 23-25.
- ANJOS ELEITOS, II, 439.
- AUTORIDADES, II, 438.
- QUERUBIM, SERAFIM, SERES VIVENTES, II, 439.
- CRIAÇÃO DOS, II, 432.
- DESIGNADOS PARA O MINISTÉRIO, II, 442-443.
- ESCOPO DO PECADO, II, 492.
- ESPECTADORES DAS CENAS TERRENAS, II, 447.
- EVIDÊNCIA BÍBLICA, I, 23-24; II, 425.
- EXISTÊNCIA. INCORPÓREA, II, 432-434.
- PROPOSITO, II, 432-433.
- FATOS GERAIS, II, 428.
- GABRIEL, II, 442.
- HABITAÇÃO DOS, II, 435.
- INFLUÊNCIA PARA A SANTIDADE, II, 449-450.
- LÚCIFER, ESTRELA DA MANHÃ, II, 441.
- MIGUEL, II, 441.
- MINISTÉRIO DOS, II, 442.
- A CRISTO, II, 444-445.
- A DEUS, II, 443.
- AOS HOMENS, II, 443-445.
- NÚMERO DOS, II, 428-430.
- PERSONALIDADE DOS, II, 432.
- PODER DOS, II, 437.
- PROGRESSO EM CONHECIMENTO DOS, II, 446.
- REALIDADE DOS, II, 430.
- RELAÇÃO AO PROBLEMA MORAL, II, 449.
- RELAÇÃO AOS HOMENS, II, 425-427.
- RELAÇÃO COM A REDENÇÃO, II, 445.

- QUEDA DOS, II, 449-453.
 QUERUBINS. PROTETORES DA SANTIDADE DE DEUS, II, 439.
 SERAFINS. PURIFICADORES E ADORADORES, II, 439-441.
 SERES VIVENTES. IDÊNTICOS COM QUERUBIM, SERAFIM, II, 440.
- ANIMAÇÃO, I, 152-154.
 CARACTERÍSTICAS, I, 152-153.
 PODER, I, 153-154.
 VITALIDADE, I, 154.
 DEFINIÇÃO, I, 152.
 RELAÇÃO AOS CRENTES, I, 154.
 RELAÇÃO AOS INCRÉDULOS, I, 153.
- ANIQUILACIONISMO, IV, 743-745.
- ANTICRISTO, VII, 25-26.
- ANTROPOLOGIA, II, 535-599; VII, 26-27.
 BÍBLICA, CONTRASTE COM A SECULAR, II, 535.
 DEFINIÇÃO, II, 536.
 INTRODUÇÃO A, II, 535-539.
 SECULAR, II, 535.; VII, 26.
- APOSTASIA, III, 280; VII, 27-29.
 DEFINIÇÃO, VII, 27.
- ARMAGEDOM, IV, 723.
- ARMINIANISMO, III, 182; VII, 114.
- ARQUEOLOGIA, I, 103-104.
- ARREPENDIMENTO, VII, 29-30.
 ISRAEL, IV, 650.
 RELAÇÃO AO CRER, III, 351-352.
 SIGNIFICADO, III, 350.
- ASCENSÃO, VII, 30-31.
- ASTRONOMIA, II, 428.
 RELAÇÃO COM A RAZÃO, I, 163-165.
- ATEÍSMO, I, 190.
 DEFINIÇÃO, I, 190-191.
- AUTORIDADE, VII, 31-32.
 CIVIL, VII, 32.

B

- BABILÔNIA, VII, 32-34.
 COMERCIAL E POLÍTICA, VII, 32-34.
 ECLESIAÍSTICA, VII, 32-34.
- BATISMO, VII, 32-44.
 ANTIGO TESTAMENTO, V, 70; VII, 43.
 CRISTÃO. RELAÇÃO AO BATISMO DE CRISTO, V, 74.
 ESPÍRITO, III, 82-73, 104-105, 358-361.
 SIGNIFICADO, II, 329-330.

- ESPIRITUAL, VI, 480-500; VII, 35-36, 38.
 ATRIBUÍDO A CRISTO, VI, 483-484.
 ATRIBUÍDO AO ESPÍRITO SANTO, VI, 484-492.
 RESULTADO. NOVA CRIAÇÃO, VI, 492-497.
 RELAÇÃO A FÉ, III, 358-361.
 RITUAL, VII, 36-44.
 EFUSÃO, VII, 38-39.
 IMERSÃO, VII, 39.
 IMERSÃO TRINA, VII, 39.
 MODOS DE, VII, 37.
 PREPOSIÇÕES USADAS, VII, 41-42.
 SIGNIFICADO DA PALAVRA, VI, 480-482.
 SIGNIFICADOS DAS PALAVRAS GREGAS USADAS, VII, 35-36.
 TEXTOS ENVOLVIDOS, VII, 40-41.
 USO DA PALAVRA, VII, 40.
- BATISMO DE CRIANÇAS**, VII, 43-44.
- BATISMO DE JOÃO**.
 ARREPENDIMENTO, V, 68.
- BATISTA, JOÃO**.
 O BATISTA, VII, 42.
- BEM-AVENTURANÇAS**, IV, 560-561; V, 103-104.
- BENÇÃOS**, I, 324.
- BÍBLIA**
 ATITUDES, I, 55-58.
 AUTORIA DUAL, I, 109-112.
 AUTORIDADE DA, I, 7, 64-65, 118-119, 124-137.
 ESPÍRITO SANTO, I, 129-135.
 FONTES, I, 134-137.
 CRISTO, I, 128-129.
 PODER, I, 134-137.
 PROFETAS, I, 131-132.
 RECONHECIMENTO PÚBLICO, I, 129.
 SOPRADA POR DEUS, I, 128-129.
 AUTORIDADE DO AT. CONGREGAÇÃO, I, 131-132.
 REI, I, 132.
 LEVITAS, I, 133.
 OFICIAIS, I, 133-134.
 CANON. FORMAÇÃO, I, 124-127.
 CANON DO AT. FECHAMENTO, I, 126-128.
 FORMAÇÃO, I, 125-126.
 CANON DO NT. FECHAMENTO, I, 127-128.
 FORMAÇÃO, I, 25-126.
 CANONICIDADE, I, 124-137.
 CARÁTER LITERÁRIO, I, 72-75.

- CARÁTER SOBRENATURAL, VI, 377-379.
- CIÊNCIA E A BÍBLIA, I, 75.
- CONHECIMENTO DO CONTEÚDO. CARÁTER ESSENCIAL, I, 6, 146.
- ESTUDO A VIDA TODA, I, 6.
- CRÍTICA TEXTUAL, I, 121-123.
- DIFICULDADES, I, 103-104.
- DIVISÕES, I, 77-86.
- ÉTICA, I, 68-69, 75-76.
- EVIDÊNCIAS. AUTORIDADE, VII, 32, 46-47.
- CONTINUIDADE, I, 69, 70.
- HERMENÊUTICA, VII, 46, 149-151.
- INSPIRAÇÃO, VI, 35-39; VII, 46, 147-148.
- TEXTOS PRINCÍPIAS, VII, 147-148.
- JUIZES DO AT, V, 309.
- ORIGEM SOBRENATURAL, I, 64-70.
- PACTOS, I, 81-86.
- ABRAÂMICO, I, 82.
- ADÂMICO, I, 82.
- DAVÍDICO, I, 83.
- EDÊNICO, I, 82.
- MOSAICO, I, 82-83.
- NOVO PACTO (IGREJA), I, 83.
- NOVO PACTO (ISRAEL), I, 83.
- NOAICO, I, 82.
- PALESTÍNICO, I, 83.
- PERÍODOS DE TEMPO, I, 80-86.
- IGREJA, I, 85-86.
- GÊNTIOS, I, 85.
- HUMANIDADE, I, 80.
- REINO DO CÉU, I, 84-85.
- PROFÉTICO, I, 83-84.
- PROFETAS DO AT, III, 32-33.
- PROFETAS DO NT, III, 34-35.
- RELAÇÃO AO CONHECIMENTO SECULAR, II, 536-539.
- REVELAÇÃO. CRIAÇÃO, I, 67.
- DEUS, I, 65.
- MONOTEÍSMO, I, 66.
- PECADO, I, 68.
- PROFECIA, I, 72.
- REDEENÇÃO, I, 67-68.
- TRINDADE, I, 66-67.
- O ESPÍRITO SANTO, I, 67.
- O FILHO, I, 67.
- O PAI, I, 67.

- TIPOLOGIA, I, 72.
- REVELAÇÃO DO NT. PRINCÍPIOS DE INTERPRETAÇÃO, IV, 631-633.
- USO E VALOR, II, 729-730.
- VIVIFICAÇÃO, VII, 46.
- BIBLIOLOGIA**, I, 63-156; VII, 44-47.
 - INTRODUÇÃO, I, 63-86.
- BLASFÊMIA**, VII, 47-49.
 - DOUTRINA DO AT, VII, 47.
 - DOUTRINA DO NT, VII, 47-49.
- BONDADE. BENEVOLÊNCIA**, I, 230.
 - COMPLACÊNCIA, I, 230.
 - GRAÇA, I, 230-231, 277.
 - MISERICÓRDIA, I, 230-231.
- BULLINGERISMO. ERRO DA ISRAEL-NOIVA**, IV, 420-421, 423-424.

C

- CABEÇA, POSIÇÃO DA**, VII, 207-208.
- CALVINISMO**, III, 183-184, 256; VII, 114.
- CARNALIDADE**, VII, 49-51.
 - CARÁTER, VII, 49-50.
 - RELAÇÃO À VIDA ESPÍRITUAL, VII, 49-51.
- CARNE**, VII, 51-53.
 - MAU CARÁTER, VII, 52.
 - RELAÇÃO AO CRISTÃO, VII, 51-53.
 - USOS DA PALAVRA NO NT, VI, 519, 593.
 - SEGredo DA VITÓRIA, VI, 523, 528.
- CASAMENTO**, IV, 486, 546; VII, 53-54.
- CASTIGO**, VII, 54-51.
 - DIVISÕES, VII, 55.
 - CORRETIVO, VII, 55.
 - PREVENTIVO, VII, 55.
 - VINDICATIVO, VII, 56.
- CAUSA. PRIMEIRA**, I, 174-175.
- CAUSAÇÃO**, I, 171-172.
- CEGUEIRA**, VII, 56-59.
 - ESPÍRITUAL, VII, 58-59.
 - CRENTES CARNAIS, VII, 59.
 - INCRÉDULOS, VII, 58-59.
 - FÍSICA, VII, 56-57.
 - JUDICIAL, VII, 57-58.
- CEIA DO SENHOR**, VII, 59.
- CÉU**, IV, 742-743; VII, 59-61.
 - HABITAÇÃO DE DEUS, VII, 60.
 - DIVISÕES, VII, 59-60.

- PURIFICAÇÃO, III, 116-117.
- CHAMADA [VOCAÇÃO], III, 168, 192, 207-208, 231, 329; VI, 578; VII, 61-63.
- EFICAZ. VISÃO ARMINIANA, III, 273.
- CHIFRE, VII, 63.
- COMUNHÃO COM DEUS, VI, 502-503.
- CONDUTA DE VIDA.
- LEI INERENTE, I, 18.
- SISTEMAS, I, 19-20.
- CONDUTA HUMANA. SISTEMAS DE, V, 100-101.
- CONFISSÃO, VII, 64-66.
- CONFISSÃO DE PECADO.
- NOVO TESTAMENTO, VII, 65-66.
- ANTIGO TESTAMENTO, VII, 65.
- CONHECIMENTO DAS ESCRITURAS, I, 5-7.
- CONSAGRAÇÃO, RELAÇÃO COM A FÉ, III, 358.
- CONSCIÊNCIA, VII, 66-67.
- CONVERSÃO, VII, 67-68.
- DISTINTA DA SALVAÇÃO, VII, 68.
- ISRAEL, IV, 652.
- CONVICÇÃO, VII, 68-70.
- CORAÇÃO, VII, 71.
- CORPO, VII, 71-73.
- HUMANO, VII, 71-72.
- COSMOLÓGICO, ARGUMENTO.
- VISÃO ATEÍSTA, I, 172-173.
- COSMOS, II, 492-503.
- CARATER SATÂNICO, II, 492-493.
- CONTROLE SATÂNICO, II, 493, 494, 495-499, 506.
- DESENVOLVIMENTO SATÂNICO, II, 501-502.
- DESTRUIÇÃO, II, 503-504.
- IMPOTÊNCIA, II, 503.
- RELAÇÃO COM O CRISTÃO, II, 494-495, 501-502.
- CREDOS, VII, 73-74.
- ECUMÊNICOS, VII, 73-74.
- PÓS-REFORMA, VII, 74.
- CRENTES, I, 78-80, 323.
- CRIAÇÃO, I, 67, 253 320-321; V, 28-29, 31; VII, 74-76.
- NOVOS CÉUS E NOVA TERRA, V, 336-337.
- ORIGEM EM DEUS, I, 171-172.
- CRIAÇÕES. DOIS. COMEMORAÇÃO, IV, 100-125.
- CRISTA, VIDA, III, 240-241, 334-341; IV, 396, 455-457, 535-537.
- CAPACITAÇÃO DIVINA, IV, 187-191.
- CARÁTER IGUAL A CRISTO, IV, 191.

- CARATER SUPRA-HUMANO, IV, 185-187.
 Oponentes, II, 725-728; III, 336-338.
 CARNE, II, 727.
 DIABO, II, 728.
 MUNDO, II, 726.
 PECADO, II, 722.
 EFEITOS, II, 730.
 PROVISÕES, II, 729.
 CRISTÃO, VII, 76-78.
 AUTO-JULGAMENTO, IV, 729.
 CLASSIFICAÇÃO, VI, 507-509.
 DEDICAÇÃO DA VIDA, VI, 581-582.
 DUAS NATUREZAS, VI, 521-522.
 ESCRavidÃO, VI, 586-587.
 NATUREZA PECAMINOSA, II, 722-752.
 JULGAMENTO, IV, 728.
 NOVO RELACIONAMENTO COM DEUS, V, 138.
 OUTROS NOMES PARA, VII, 76-78.
 PERMANECENDO EM CRISTO PARA PRODUIR FRUTOS, V, 143.
 PURIFICAÇÃO PARA COMUNHÃO INTERMINÁVEL, V, 141.
 POSIÇÃO EM CRISTO, IV, 454-455; V, 139-140; VI, 492-493.
 POSIÇÃO. FILHOS DE DEUS, VI, 450-451, 453-454.
 RELAÇÃO AO ESTADO DO HOMEM SOB O PECADO, II, 752.
 RELAÇÃO AO GOVERNO HUMANO, IV, 544-545.
 RELAÇÃO AO IRMÃO FRACO, IV, 548.
 RELAÇÃO AO IRMÃO QUE ERRA, IV, 547.
 RELAÇÃO AO PECADO IMPUTADO, II, 752-753.
 RELAÇÃO AO SISTEMA DO COSMOS, IV, 543.
 RELAÇÃO AO "VELHO HOMEM", II, 742-743.
 RELAÇÃO A OUTROS CRENTES, IV, 545.
 RELAÇÃO A SATANÁS, IV, 543.
 RELAÇÃO AS PESSOAS DA DIVINDADE, IV, 543.
 RELAÇÃO AOS INDIVÍDUOS NÃO-SALVOS, IV, 544.
 RELAÇÃO AOS LÍDERES DA IGREJA, IV, 544.
 RESPONSABILIDADE NA VIDA ESPRITUAL, VI, 501-615.
 INTRODUÇÃO, VI, 501-511.
 CRISTÃOS, IV, 382-384.
 CRISTIANISMO, VII, 78-80.
 CRISTO
 AMOR PELOS CRENTES, IV, 491-492.
 ASCENSÃO, I, 379; III, 31; IV, 475-476; V, 236, 245-256; VII, 30-31, 83-84.
 ENTRADA NO SANTUÁRIO CELESTE, V, 246-249.
 NUENS DO CÉU, V, 261; VII, 30.
 PRIMÍCIAS, V, 250.

- PROFECIA, V, 252-253.
- RESSURREIÇÃO, LAMENTO, V, 245-251; VII, 30-31.
- AUTORIDADE, VII, 31-32.
- BATISMO, V, 62-75
- BATIZADOR, V, 62.
- ESPÍRITO SANTO, V, 75.
- MODO, V, 68.
- EVIDÊNCIA EXEGETICA, V, 71.
- EVIDÊNCIA FILOLÓGICA, V, 69.
- PROPÓSITO, CONSAGRAÇÃO SACERDOTAL, V, 67-68.
- RELAÇÃO AO BATISMO CRISTÃO, V, 74.
- SIGNIFICADO, III, 39.
- TAÇA, V, 76.
- TEORIAS, V, 64-65.
- BATISMO DE JOÃO PARA ARREPENDIMENTO, V, 66-67.
- IDENTIFICAÇÃO COM O REMANESCENTE PIEDOSO, V, 67.
- SEPARAÇÃO COMO MESSIAS, V, 67.
- CABEÇA DA IGREJA, IV, 413, 432-441.
- CABEÇA, POSIÇÃO DA, I, 32, 368-369; VII, 207-208.
- CONFISSÃO DE, VII, 64.
- CRIADOR, I, 355.
- CORPO, II, 566.
- DEIDADE, I, 333-335; V, 16; VII, 80.
- ATRIBUTOS, I, 361-363; V, 26-27.
- ETERNIDADE, I, 353; V, 26.
- IMUTABILIDADE, I, 354; V, 27.
- ONIPOTÊNCIA, I, 354; V, 27.
- ONIPRESENÇA, I, 354; V, 27.
- ONISCÊNCIA, I, 354; V, 27.
- PERDOA PECADO, I, 356.
- CENTRALIDADE, V, 17-18.
- CONSCIÊNCIA, I, 399.
- NEGAÇÃO, I, 296; V, 17-18.
- OBRAS DE DEUS, V, 27-31.
- CRIAÇÃO, V, 27-29.
- JULGAMENTO, V, 30-31.
- PERDÃO DE PECADOS, V, 29.
- PRESERVAÇÃO, V, 29.
- RESSURREIÇÃO DOS MORTOS, V, 29.
- OBJEÇÕES, I, 358.
- PRERROGATIVAS, I, 355.
- RELAÇÃO AO AMOR DE DEUS, I, 297.
- RELAÇÃO À REDENÇÃO, I, 296-297.
- RELAÇÃO À VIDA CRISTÃ, I, 298.

- RELACIONAMENTO TRIUNFO, V, 30-31.
- DIVINDADE, FILIAÇÃO, III, 43.
- ENCARNAÇÃO, VII, 115-116.
- ENSINO, I, 14-15.
- CONVERSAS, V, 161.
- DISCURSOS PRINCIPAIS, III, 98; V, 158.
- PARÁBOLAS, V, 158.
- EXALTAÇÃO, IV, 490-492; V, 136-243.
- FILIAÇÃO, I, 66, 328; VII, 132-133.
- TEORIAS, VII, 194-196.
- GENEALOGIA, V, 55-59; VII, 133-134.
- HUMANIDADE, I, 374-381, 391; II, 566; V, 24; VII, 72.
- ESSENCIAIS DA NATUREZA HUMANA, I, 376-379.
- HERESIAS PRIMITIVAS, I, 285-286.
- LIBERDADE DA NATUREZA PEGAMINOSA, V, 56.
- LIMITAÇÕES, I, 378.
- NECESSIDADE, V, 56.
- PROFECIA, I, 376.
- ANTIGO TESTAMENTO, I, 368.
- NOVO TESTAMENTO, I, 367.
- TIPOS, I, 376.
- IMPECABILIDADE, I, 400-402; V, 56-57.
- INFÂNCIA, V, 59-61; VII, 81.
- SUJEITO A LEI, V, 59-60.
- INTERCESSÃO, I, 347.
- JUIZ, I, 356.
- KENOSIS, I, 382; VI, 582-583.
- "A FORMA DE DEUS", I, 384.
- CONDESCENDÊNCIA, I, 386.
- CONTROVÉRSIA, I, 382.
- HUMILHAÇÃO, I, 379, 383-384.
- INTERPRETAÇÕES, I, 387-389.
- MANDAMENTOS DE, VII, 166, 205-206.
- MESSIANIDADE, III, 51-54; IV, 634-635; V, 90-91, 293-309.
- REINO DO MILÊNIO, I, 369-373.
- MINISTÉRIO PROFÉTICO, V, 95-161.
- MORTE, I, 15-17; III, 50-53; IV, 400-401, 416, 718.
- ATITUDES, III, 57-58.
- CRUCIFICAÇÃO. CRIME, III, 56-58.
- PROFECIA, V, 173.
- CRUZ. UMA PEDRA DE TROPEÇO, III, 54.
- LOUCURA, III, 54.
- NÃO É O ÚNICO INSTRUMENTO DE SALVAÇÃO, III, 191-192.
- IMPORTÂNCIA, III, 54-55.

- JULGAMENTO, III, 216-218.
- PARTICIPAÇÃO DA TRINDADE, III, 63-64.
- POR QUEM ELE MORREU? III, 182.
- RESPONSABILIDADE, III, 60-62.
- AÇÃO UNIFICADA DAS TRÊS PESSOAS, III, 63.
- PARTE DO ESPÍRITO SANTO, III, 61.
- PARTE DO PAI, III, 61-62.
- SUA PRÓPRIA PARTE, III, 60-61.
- RESULTADOS, III, 65.
- BÊNÇÃOS AOS GENTIOS, III, 111.
- DESAPEGO DE PRINCÍPIOS E PODERES, III, 111-113.
- FIM DA LEI, III, 66; IV, 517-518.
- JUSTOS JULGAMENTOS, III, 107.
- PAZ, III, 114.
- PECADOS ANTES DA CRUZ TIRADOS, III, 107.
- PERDÃO E PURIFICAÇÃO DO CRENTE, III, 106.
- PREGAÇÃO UNIVERSAL DO EVANGELHO, III, 192.
- PURIFICAÇÃO DAS COISAS CELESTES, III, 116.
- SALVAÇÃO NACIONAL DE ISRAEL, III, 109.
- SUBSTITUIÇÃO, III, 65-84.
- SIGNIFICADO DAS PALAVRAS GREGAS, III, 66.
- TESTEMUNHO DA ESCRITURA, III, 198.
- TIPOS, III, 118-127.
- DE ACORDO COM AS ESCRITURAS, III, 127.
- SACRIFÍCIOS GERAIS DO AT, III, 120.
- SACRIFÍCIOS PRESCRITOS NO AT, III, 122.
- SINGULAR, III, 134.
- VALOR PARA DEUS, III, 61.
- VALOR. TEORIAS, III, 132-156.
- VARIADOS, III, 125.
- NASCIMENTO, V, 54-59.
- NASCIMENTO VIRGINAL, I, 365-366.
- NOMES, I, 346-351; V, 18-25.
- ANJO DE JEOVÁ, V, 38.
- DESIGNAÇÕES DO RELACIONAMENTO ETERNO, V, 18-20.
- EXPRESSÃO EXATA, V, 20.
- IMAGEM, V, 20-22.
- LOGOS, V, 19.
- PRIMEIRO GERADO OU PRIMOGÊNITO, V, 20-21.
- UNIGÊNITO, V, 19-20.
- DESIGNAÇÕES PRINCIPAIS DA DEIDADE, V, 21-26.
- DEUS, I, 348; V, 21-22.
- JEOVÁ, I, 346; V, 22-25.
- FILHO DE ABRAÃO, III, 45.

- FILHO DE DAVI, III, 45.
 FILHO DE DEUS, I, 349; III, 43.
 FILHO DO HOMEM, I, 349; III, 43.
 MESSIAS, V, 35-37; VII, 172.
 PALAVRA, III, 27-30, 35; VII, 167-168.
 SENHOR JESUS CRISTO, I, 351.
 UNIGÊNITO, VII, 272.
 ORAÇÕES, V, 153-154.
 PESSOA, I, 361; III, 26-45.
 SETE POSIÇÕES, III, 27.
 UNIÃO HIPOSTÁTICA, III, 45.
 PRÉ-EXISTÊNCIA, I, 333; III, 26-29; V, 13-45; VII, 80.
 AFIRMAÇÕES BÍBLICAS, V, 45.
 ANJO DE JEová, I, 38.
 IMPLICAÇÕES BÍBLICAS, V, 45.
 PRINCIPAIS PASSAGENS, I, 336.
 PRESERVADOR, I, 353-355.
 PROFETA, III, 32-34; V, 96.
 RECEBE ADORAÇÃO, I, 356.
 RECOMPENSADOR, I, 356.
 REDENTOR-PARENTE, V, 86, 171-172.
 REI, III, 31, 42-43, 45; V, 295-309; VII, 227.
 RELAÇÃO À IGREJA, IV, 411-412.
 CABEÇA E CORPO, IV, 432-441; V, 206-207, 236-237; VII, 36, 72-73, 107, 207-208.
 NOIVO E NOIVA, IV, 442-483, 703; VII, 107, 181-182, 207-208.
 PASTOR E OVELHAS, IV, 442.
 PEDRA ANGULAR E PEDRAS DO EDIFÍCIO, IV, 427.
 SETE FIGURAS, VII, 108-109, 181-182.
 SUMO SACERDOTE E REINO DE SACERDOTES, IV, 429.
 ÚLTIMO ADÃO E NOVA CRIAÇÃO, IV, 442-483; V, 138-139.
 VIDEIRA E RAMOS, IV, 425; V, 143-144; VII, 204-205.
 RELAÇÃO A ISRAEL, IV, 416.
 RELAÇÃO TÍPICA COM ADÃO, VII, 15-17.
 RESSURREIÇÃO, I, 16-17, 323, 370; III, 31, 310-311; IV, 399-400, 420-480, 481-483; VII, 229-230.
 COMEMORADA NO DIA DO SENHOR, V, 237.
 DOCTRINA DO NT, V, 225.
 IMPORTÂNCIA, IV, 443.
 IMPORTÂNCIA DISPENSACIONAL, V, 218.
 NECESSÁRIA, IV, 446.
 NEGLIGENCIADA, IV, 442-443.
 NEGLIGENCIADA PELA TEOLOGIA DO PACTO, V, 218-219, 237-238.
 IMPLICAÇÕES DO AT, V, 221.
 PRESENTE PADRÃO DE PODER, V, 234-237.
 PRIMÍCIAS, VII, 214-216.

- PRODUZIU NOVA ORDEM DE SER, V, 230.
 PROFECIA DO, IV, 447-448.
 PROFECIA, AT, IV, 447-448
 PROFECIA, NT, IV, 448.
 PROFECIAS DE CRISTO, V, 225-227.
 PROFECIAS DO AT, V, 222-223.
 PROPÓSITO, IV, 455.
 PROVAS, IV, 444-446; V, 226-228.
 AFIRMAÇÃO BÍBLICA, IV, 450.
 EXPERIÊNCIA DOS DISCÍPULOS, IV, 448-449.
 IGREJA PRIMITIVA, IV, 444-445.
 PROGRAMA DE DEUS, IV, 446.
 SUA VERACIDADE, IV, 444.
 TESTEMUNHAS OCULARES, IV, 444-446.
 TUMBA VAZIA, IV, 444.
 RAZÕES, IV, 448; V, 230-232.
 CAPACITA, IV, 450.
 CONCEDE VIDA, IV, 449-450.
 CUMPRIMENTO DA PROFECIA, IV, 449.
 CUMPRIMENTO DO PACTO DAVIDICO, V, 231.
 FONTE DE PODER DA RESSURREIÇÃO, V, 232.
 RESULTADO DA JUSTIFICAÇÃO, V, 233.
 SUA PESSOA, IV, 448-449; V, 230.
 TORNOU-SE AS PRIMÍCIAS, IV, 451; V, 234.
 TORNOU-SE CABEÇA DO CORPO, IV, 450.
 TORNOU-SE CABEÇA DA IGREJA, V, 233.
 REALIDADE, IV, 452-453; V, 229-230.
 RELAÇÃO COM A JUSTIFICAÇÃO, IV, 450-451.
 RELAÇÃO COM A MORTE, V, 218.
 TIPOLOGIA, V, 221-222.
 RESSUSCITA MORTOS, I, 356.
 RETORNO PARA A IGREJA, V, 156.
 SACERDÓCIO, I, 31-33, 367-369; IV, 429-431; V, 85-87; VII, 30. 232-233.
 ADVOGADO, I, 32.
 DONS ESPIRITUAIS, I, 31-32.
 ENTROU NO SANTUÁRIO CELESTIAL, V, 246-247.
 INTERCESSOR, I, 32.
 ORAÇÃO, VI, 492-494.
 RELATIVO À SESSÃO, V, 256-260.
 TIPOLOGIA, V, 169-170, 247.
 SACERDOTE, III, 39-40.
 SEGUNDO ADVENTO, I, 379.
 DESTRUIR O HOMEM DO PECADO, II, 487-488.
 SESSÃO, III, 39, 310-320.

- SESSÃO PRESENTE NO CEU, I, 30-32, 142-143; V, 156-157; VII, 84.252-255.
- ADVOCACIA, V, 188; VII, 19-20, 193. 200-201.
- CONCESSIONÁRIO DE DONS, V, 258.
- EDIFICANDO, V, 260.
- ESPERANDO, V, 260.
- INTERCEDENDO, VI, 565.
- SEPULTAMENTO, IV, 718; VII, 257-258.
- SOFRIMENTOS E MORTE, III, 47-54; V, 169-213; VII, 82-83. 86-88, 233. 238-241, 259.
- APOCALIPSE, V, 189
- COMPARTILHAMENTO DO CRISTÃO, VI, 611-612.
- CONTRASTE ENTRE CRUCIFICAÇÃO E CRUZ, III, 55.
- DEMONSTRAR SABEDORIA, PODER E SACRIFÍCIO DE DEUS, III, 62.
- EPISTOLA AOS GALATAS, V, 200.
- EPISTOLA AOS HEBREUS, V, 214-215.
- EPISTOLAS AOS CORÍNTIOS, V, 197-198.
- EPISTOLAS AOS TESSALONICENSES, V, 211.
- EPISTOLAS DA PRISÃO, V, 203.
- EPISTOLAS DE PAULO, V, 191.
- EPISTOLAS DE PEDRO, V, 212.
- EPISTOLAS PASTORAIS, V, 211.
- EVANGELHO DE JOÃO, V, 180.
- HISTÓRIA DOS SINÓTICOS, V, 179.
- JOÃO BATISTA, V, 180.
- PRIMEIRA JOÃO, V, 188.
- PROFECIA DE CRISTO, V, 178.
- PROFECIAS DOS HOMENS, III, 61-62.
- PROFECIAS DO AT, V, 173-174.
- DOCTRINARIAS, V, 176.
- HISTÓRICAS, V, 173-176.
- RELAÇÃO COM ISRAEL, V, 184.
- RELAÇÃO COM O MUNDO, V, 180-183.
- ROMANOS, V, 191.
- SOFRIMENTO VICÁRIO EM GERAL, III, 68-70.
- TERMINOLOGIA, III, 128-131.
- TEORIAS DE VALOR, VII, 86-88.
- TIPOLOGIA, V, 169-213.
- MÓVEIS DO TABERNÁCULO, V, 170-172.
- OPERENDAS LEVÍTICAS, V, 170-173.
- VALOR, VI, 613-615.
- VALOR PARA O PAI, III, 61-62.
- TEANTRÓPICA, PESSOA, V, 58-61; VII, 115-116.
- TENTAÇÃO, II, 469-471, 506-507; V, 118-127; VII, 265-266.
- ESFERA DA HUMANIDADE SOMENTE, V, 79-80.
- PASSAGENS DO NT, V, 82-83.

- RELAÇÃO AO CRISTÃO, V, 84-87.
- RELAÇÃO AO ESPÍRITO SANTO, V, 82-83.
- RELAÇÃO AO PROPÓSITO DE DEUS, V, 81-82.
- RELAÇÃO A SATANÁS, V, 88-89.
- TRANSFIGURAÇÃO, V, 92-96; VII, 268.
 - ATESTAÇÃO DIVINA, V, 99.
 - IMPORTÂNCIA, V, 93-94.
 - PROPOSITO, V, 93-95.
 - REALIDADE, V, 95-96.
 - RELAÇÃO COM O PRE-MILENISMO, V, 92.
 - RELAÇÃO COM O REINO MESSIÂNICO, V, 92-93, 95-96.
 - RELAÇÃO COM O SEGUNDO ADVENTO, V, 93-94.
 - RELAÇÃO COM A TEOLOGIA DO PACTO, V, 92.
- ÚLTIMO ADÃO, V, 56-58.
 - RELAÇÃO AO PRIMEIRO ADÃO, V, 56-58, 81-82.
- UNIÃO HIPOSTÁTICA, I, 105-108, 352-353, 374, 390-402; V, 55-57.
 - DEFINIÇÃO, I, 390.
 - DIVINDADE, I, 391.
 - DIVINDADE E HUMANIDADE PRESERVADAS, SEM CONFUSÃO OU ALTERAÇÃO, I, 392-396.
 - ESTRUTURA DA DOCTRINA, I, 391.
 - HUMANIDADE, I, 391-392.
 - RELACIONAMENTOS, I, 397-402.
 - COM A HUMANIDADE, I, 400.
 - COM A NATUREZA DO PECADO, I, 400.
 - COM O ESPÍRITO SANTO, I, 398.
 - COM O PAI, I, 397.
 - COM O PECADO, I, 400.
 - COM OS ANJOS, I, 399.
 - COM OS ANJOS CAÍDOS, I, 399.
 - COM OS CRENTES, I, 402.
 - CONSIGO MESMO, I, 398.
- VIDA, I, 377-379.
 - ACUSAÇÕES DE BLASPÊMIA, VII, 48.
 - ASCENDÊNCIA HUMANA, I, 377-378.
 - BLASPÊMADO PELOS JUDEUS, VII, 47.
 - INFÂNCIA, I, 398-399.
 - LAVAGEM DOS PÉS DOS DISCÍPULOS, V, 141-143.
 - MINISTÉRIO, I, 322.
 - MINISTÉRIO POS-RESSURREIÇÃO, I, 141.
 - NOMES, I, 377.
 - OEDIÊNCIA, III, 53-54.
 - RELAÇÃO AO ESPÍRITO SANTO, V, 83.
 - SOFRIMENTOS, III, 48-54.
 - COMPAIXÃO DIVINA, III, 50.

- PREDIÇÃO DA MORTE, III, 51-54.
- SANTIDADE ULTRAJADA, III, 49-50.
- CRISTO COMO ADVOGADO, III, 311-314.
- CRISTO COMO INTERCESSOR, III, 314-316; IV, 432; V, 258
- CRISTO COMO MEDIADOR, III, 71; VII, 171.
- RENDIÇÃO, V, 339.
- CRISTO COMO MESTRE, V, 97-161.
- CRISTO COMO PROFETA, IV, 399, 417, 625, 633-634.
- CRISTOLOGIA, V, 13-339; VII, 80-85.
- INTRODUÇÃO, IV, 375-379.
- CRITICISMO. BÍBLICO, VII, 85-86.
- BÍBLICO. TIPOS, VII, 85-86.
- CRUZ, VII, 86-88.
- CRISTÃO, VII, 88.
- JULGAMENTO, IV, 728-729; VII, 87.
- CULPA, II, 678-679; III, 129; VII, 88.
- CURA, VII, 89-91.
- ERRO DOS QUE PRATICAM SOBRE A CURA DIVINA, VII, 89-91.
- RELAÇÃO COM A MORTE DE CRISTO, VII, 89-91.

D

- DANIEL, PROFETA, IV, 625.
- DECRETOS DE DEUS, I, 248.
- DEFINIÇÃO, I, 248-255.
- DESIGNAÇÃO DIVINA, I, 254.
- ETERNIDADE, I, 251-252.
- FINAL, I, 259.
- IMUTÁVEL, I, 266.
- INCONDICIONAL, I, 251-252.
- LIVRE, I, 251.
- MANIFESTAÇÕES, I, 273-279.
- MANIFESTADO EM GRAÇA, I, 276.
- MANIFESTADO NA CRIAÇÃO, I, 273.
- MANIFESTADO NA ORAÇÃO, I, 256.
- MANIFESTADO NA PRESERVAÇÃO, I, 275.
- MANIFESTADO NA PROVIDÊNCIA, I, 275-276.
- MANIFESTADO NO PROGRAMA DAS ERAS, I, 273-275.
- MANIFESTADO NOS MILAGRES, I, 276.
- OBJEÇÕES: I, 259, 269-272.
- OBJEÇÃO DA JUSTIÇA DE DEUS, I, 269.
- OBJEÇÃO DE QUE A PREGAÇÃO SE TORNA INÚTIL, I, 271-272.
- OBJEÇÃO DE QUE O PECADO É COMPULSÓRIO, I, 269-270.
- OBJEÇÃO DO AMOR DE DEUS, I, 270.
- OBJEÇÃO DO FATALISMO, I, 271.

- OBJEÇÃO DO INCENTIVO RESTRITO, I, 270-271.
- OBJEÇÃO DO SOFRIMENTO HUMANO, I, 271-272.
- ORDEM: III, 177-181.
 - ARMINIANA, III, 181.
 - INFRALAPSARIANA, III, 179.
 - SUBLAPSARIANA, I, 267; III, 180.
 - SUPRALAPSARIANA, I, 266; III, 178.
- PERFEIÇÃO, I, 248-250.
- PERMISSÃO DIVINA, I, 259.
- PRIMEIRA CAUSA, I, 250-251.
- PROBLEMA DA VONTADE, I, 259.
- RELAÇÃO À ELEIÇÃO, I, 254.
- RELAÇÃO À PREDESTINAÇÃO, I, 254.
- RELAÇÃO À RETRIBUIÇÃO, I, 254.
- RELAÇÃO À SOBERANIA, I, ...
- RELAÇÃO AO PECADO, I, 249-251, 254-259.
- RELAÇÃO AOS AGENTES MORAIS, I, 252-253.
- SABIO, I, 251.
- DECRETOS ELETIVOS, VII, 114.
- DEÍSMO, I, 203.
 - DEFINIÇÃO, I, 203.
- DEMONIACA, POSSESSÃO, II, 529-532; VII, 91-93.
 - RELAÇÃO À INFLUÊNCIA DO DEMÔNIO, II, 529-532.
- DEMÔNIOS, ATIVIDADES DOS, II, 528.
 - CARÁTER, II, 529-531; VII, 91-93.
 - ESPÍRITOS SEM CORPO, II, 529; VII, 91-92.
 - ÍMPIOS, VII, 92.
 - MAUS, II, 530-531.
 - PROCURAM UM CORPO, II, 529-531; VII, 92.
 - CLASSES, II, 525.
 - IDENTIDADE, II, 524-525.
 - PECADO COM AS FILHAS DOS HOMENS, II, 525-528.
 - RELAÇÃO AO ESPIRITISMO, II, 528-529.
 - RELAÇÃO COM CRISTO, II, 531.
 - RELAÇÃO COM SATANÁS, II, 524-525.
- DEMONOLOGIA, II, 524-532; VII, 91-93.
 - CRENÇAS PAGãs, II, 457-458.
- DEPRAVAÇÃO, II, 714.; III, 167-168, 208-213, 225-227, 337-338, 344; VI, 611; VII, 52, 94-95, 142-143, 269.
 - CEGUEIRA ESPIRITUAL, I, 139-140, 159, 190.
 - RELAÇÃO AO CRISTÃO, II, 752.
 - REMÉDIO, II, 717.
- DESTRUIÇÃO DE JERUSALÉM, V, 116-117.
- DEUS, VII, 95-97.

- ANTROPOMORFISMOS, I, 207-208.
 AUTORIDADE POR CRIAÇÃO, VII, 31.
 BLASFÊMIA CONTRA, VII, 48.
 CARÁTER ABSOLUTO DE, I, 166-167.
 CONHECIMENTO DE, I, 168-205.
 CRIADOR, I, 174-175.
 DEFINIÇÃO, I, 213; VII, 95-97.
 DOCTRINA BÍBLICA, I, 65-66.
 ESPÍRITO, I, 208-209.
 NOMES E TÍTULOS, I, 208-289; VII, 95-97.
 ADONAI, I, 281-282, 287-288; VII, 96.
 ADONAI JEOVA, I, 281-288.
 A PRIMEIRA PESSOA, I, 282.
 A SEGUNDA PESSOA, I, 282.
 A TERCEIRA PESSOA, I, 282.
 O ESPÍRITO DE CRISTO, I, 289.
 O ESPÍRITO DE DEUS, I, 289.
 COMPOSTOS COM EL, I, 281; VII, 95-96.
 COMPOSTOS COM JEOVA, I, 281.
 DEUS DOS EXÉRCITOS, I, 281.
 ELOHIM, I, 281-282, 284-287.
 EL ELYON, I, 282-288.
 EL OLAM, I, 282-288.
 EL SHADDAI, I, 94, 281-288.
 EPÍTETOS DO AT, I, 288.
 JEOVA, I, 281-284; VII, 96.
 JEOVA ELOHIM, I, 281-288.
 JEOVA-JIREH, I, 288.
 JEOVA-NISSI, I, 288.
 JEOVA-RAAH, I, 288.
 JEOVA-RAPHA, I, 288.
 JEOVA SABAOTH, I, 281-288.
 JEOVA-SHALOM, I, 288.
 JEOVA-SHAMMAH, I, 288.
 JEOVA-TSIDKENU, I, 288.
 SEGUNDA PESSOA: O SENHOR JESUS CRISTO, I, 281-282.
 TÍTULOS PLENOS DO NT: PAI, FILHO E ESPÍRITO SANTO, I, 281-289.
 TODO-PODEROSO, I, 281.
 OBRA SALVADORA, III, 203-255.
 PATERNIDADE, I, 66-314; IV, 416; VII, 194-196.
 CRENTES, I, 331; VII, 195, 253.
 CRIAÇÃO, I, 327; VII, 196.
 JUDEUS, I, 328.
 RELACIONAMENTO ÍNTIMO, VII, 195.

SENHOR JESUS CRISTO, I, 328-327; VII, 194-195.

PESSOA, I, 206.

PLURALIDADE. TRINITÁRIA, I, 312.

SER E ATRIBUTOS, I, 174-177, 184, 186, 213-246.

AGENTE E OBJETO EXIGIDO, I, 308-311.

AMOR, I, 229-230; VII, 21-23.

ATIVIDADE ETERNA, I, 308.

AUTO-SUFICIÊNCIA, I, 310.

BONDADE, I, 230-231.

CONSTITUCIONAIS, I, 236.

ETERNIDADE, I, 239-241; VII, 121-123.

GLÓRIA, VII, 136-137.

GRAÇA, VII, 138-139.

IMUTABILIDADE, I, 241.

INCRIADO, I, 174.

INFINIDADE, I, 239; VI, 142.

JUSTIÇA, I, 227; VII, 160.

LIBERDADE, I, 239.

MISERICÓRDIA, VII, 174.

ONIPOTÊNCIA, I, 233; VII, 184.

ONIPRESENÇA, I, 243; VII, 185.

ONSCIÊNCIA, I, 217; VII, 185-186.

VISÃO ARMINIANA, III, 268-269.

PERSONALIDADE, I, 217.

RETIDÃO, VII, 230.

SANTIDADE, I, 226; VII, 241-242, 269.

SENSIBILIDADE, I, 225.

SIMPLICIDADE, I, 237.

SOBERANIA, I, 245.

VISÃO ARMINIANA, III, 270-273.

UNIDADE, I, 238-239.

VERDADE, I, 231.

VONTADE, I, 232; VII, 273-274.

DEZ MANDAMENTOS, IV, 553-556.

DIA DA EXPIAÇÃO, III, 123-124; VII, 257-258.

DIA DE CRISTO, I, 15; IV, 400; VII, 99.

DIA DE JEOVA, IV, 382, 400, 709, 780.

DIA DO SENHOR, I, 15; IV, 271-279; V, 241; VII, ...

ABENÇOADO POR DEUS, V, 242-243.

DESIGNADO SOB A GRAÇA, IV, 473-474.

DIA DA GRAÇA, V, 242.

DISTINTO DO DIA DO SENHOR, IV, 474.

INDICADO POR EVENTOS, IV, 474-476.

INDIVIDUALMENTE COMPROMETIDOS, V, 242.

- PROFECIA DO, IV, 473-474; V, 241.
- TESTEMUNHO DA HISTÓRIA DA IGREJA, IV, 479.
- TESTEMUNHO DOS PAIS DA IGREJA, IV, 477-479.
- DIAS**, VII, 97-100.
- DISCÍPULOS**, VII, 100-101.
- RELAÇÃO COM OS APÓSTOLOS, VII, 101.
- RELAÇÃO COM OS CRENTES, VII, 100.
- DISCURSO DO CENÁCULO**, I, 142-144; III, 38; V, 136-158.
- DISCURSO DO MONTE DAS OLIVEIRAS**, III, 38; V, 113-136.
- RELAÇÃO AO ESCOPO PROFÉTICO, V, 115-116.
- DISPENSACÕES DIVINAS**, IV, 386-390, 415-416, 452, 461-462, 508-510, 550-553; V, 100-101, 238-239; VI, 444-445; VII, 101-103.
- CONSCIÊNCIA, I, 80.
- DEFINIÇÃO, I, 80.
- ESPÍRITO SANTO, VI, 467.
- GOVERNO HUMANO, I, 80-81; VII, 137-138.
- GRAÇA, I, 81.
- IGREJA, IV, 388-389, 471-479, 530-548, 551-552, 695-696, 710-712, 719; V, 182; VI, 426-430.
- CARÁTER DE INTERCALAÇÃO, VI, 427.
- NOVO PROPÓSITO DIVINO, VI, 427-428.
- PRIVILÉGIO GENTÍLICO, VI, 429.
- RELAÇÃO COM ISRAEL, VI, 429.
- RELAÇÃO COM O MAL, VI, 429.
- TESTEMUNHO, VI, 428.
- INOCÊNCIA, I, 80.
- LEI OU MOSAICO, I, 81; IV, 388, 462-471, 471-473, 512-518, 550-551; V, 238-239.
- PRÉ-MOSAICO, IV, 510-512, 519-529; V, 238.
- PROMESSA, I, 81.
- REINO, I, 81; IV, 389, 552-553; V, 240.
- TERMOS USADOS, VII, 101-103.
- DIZIMAR**, VII, 106-107.
- DONS ESPIRITUAIS**, IV, 432-435; V, 258; VI, 547.
- DEFINIÇÃO, VI, 547-548.
- EVANGELIZAÇÃO, VII, 124-125.
- PROPÓSITO, VI, 584-550.
- DUALISMO**, I, 204-205.
- ÉTICO, I, 204-205.
- FILOSÓFICO, I, 204-205.
- PSICOLÓGICO, I, 204-205.
- TEOLÓGICO, I, 204-205.

E

- ECLESIOLOGIA**, IV, 375-589; VII, 107-110.
- DIVISÕES, I, 12; IV, 396, 398.

- A IGREJA ORGANICAMENTE, IV, 396-397, 403-498.
- A IGREJA ORGANIZACIONALMENTE, IV, 396, 421-422, 499-507, 680-687.
- VIDA CRISTÃ, IV, 397-398.
- INTRODUÇÃO, IV, 375-402.
- EDUCAÇÃO TEOLÓGICA. CURRÍCULOS, I, 8.
 - EXEGESE, I, 7.
 - PROPÓSITO, I, 7.
 - TAREFA, I, 8-9.
- ELEIÇÃO, I, 254, 265-267; III, 166-203, 257-258, 327-328; VI, 436-438; VII, 110-115.
 - ABRAÃO, III, 169-171.
 - CARÁTER ETERNO, III, 172-173, 229-231.
 - CIRO, III, 171.
 - DOCTRINA GERAL, VII, 110-115.
 - IDÉIAS, III, 183-184.
 - IDÉIAS DE DUAS ESCOLAS CALVINISTAS, III, 184-187.
 - IGREJA, VII, 111-112.
 - IMUTÁVEL, III, 174-175.
 - ISRAEL, VII, 111.
 - OBJEÇÕES, III, 176-177; VII, 113.
 - PARCIALIDADE, VII, 113.
 - VONTADE HUMANA, VII, 113-114.
 - RELAÇÃO COM A MEDIAÇÃO, III, 175-176.
 - RELAÇÃO COM A MORTE DE CRISTO, III, 174-175.
 - RELAÇÃO COM A PRESCIÊNCIA, III, 173-174.
 - RELAÇÃO COM A REDENÇÃO, III, 185-187.
 - RELAÇÃO COM A RETRIBUIÇÃO, I, 267-269.
 - REVELADA, III, 169-172.
 - TERMOS USADOS, III, 168-169.
 - UNIVERSALIDADE, III, 166-167.
 - VERDADES ESSENCIAIS, III, 172-175.
- ENCARNAÇÃO, I, 322-323, 360-373; III, 30; IV, 398-399, 717-718; V, 46-168; VII, 72, 80-82, 115-116.
 - ESCOPO, V, 46
 - IMPORTÂNCIA DA, V, 49-50.
 - INTRODUÇÃO, V, 46-53.
 - MÉTODO, I, 365-367.
 - PREDIÇÃO DO AT, V, 46-53, 60-61.
 - IMPLICAÇÕES, V, 46-53.
 - PROFECIAS, V, 51-53.
 - TIPOS, V, 50-51.
 - PROFETIZADA, IV, 638-639, 708-709.
 - PROPÓSITO MESSIÂNICO, IV, 398-399.
 - PROPÓSITO REDENTOR, IV, 398-399.
 - PROPÓSITOS, I, 14, 366-373; VII, 115-116.

- CABEÇA DA NOVA CRIAÇÃO, I, 369-370.
 DESTRUIR AS OBRAS DE SATANÁS, I, 369.
 FIEL SUMO SACERDOTE, I, 368-369.
 REDENTOR-PARENTE, I, 371-373.
 REVELAR DEUS, I, 366-368.
 REVELAR O HOMEM, I, 368.
 SENTAR-SE NO TRONO DE DAVI, I, 370-371.
 RELAÇÃO COM A REVELAÇÃO, I, 366-368.
 SEMENTE, IV, 636.
 ENTENDIMENTO. HUMANO. LIMITAÇÕES, I, 99-100.
 ERAS. PROGRAMA DIVINO, I, 10-11, 273-275.
 PROGRAMA DIVINO. EVIDÊNCIA BÍBLICA, I, 10-11.
 RELAÇÃO À TEOLOGIA SISTEMÁTICA, I, 10-11.
 ERRADICACIONISMO, VI, 608-610.
 ESCATOLOGIA, IV, 392-395, 593-761; VII, 98-99, 116-118.
 INTRODUÇÃO, IV, 593-600.
 ESCRITURAS. INTERPRETAÇÃO ARMINIANA, III, 278-296.
 ATITUDES, I, 55.
 ESPERANÇA, VII, 118.
 ESPÍRITO SANTO, I, 67, 404-419; VII, 119-120.
 APAGADO PELA RESISTÊNCIA, VI, 565-566.
 ATIVIDADE NO MILÊNIO, VI, 405-407.
 ATRIBUTOS DE DEUS, VI, 371-373.
 AMOR, VI, 372.
 ETERNIDADE, VI, 371.
 FIDELIDADE, VI, 372-373.
 ONIPOTÊNCIA, VI, 371-372.
 ONIPRESENÇA, VI, 372.
 ONISCÊNCIA, VI, 372.
 SANTIDADE, VI, 372-373.
 VERACIDADE, VI, 373.
 BLASFÊMIA CONTRA O, I, 408-409; VII, 48-49.
 CARÁTER, I, 419.
 DEIDADE, I, 404-409; VI, 351-352, 354, 370-392.
 ASSOCIADO COM DEUS, I, 406-408.
 ATRIBUTOS DE DEUS, I, 407-408.
 CHAMADO DEUS, I, 406.
 NEGADO, I, 297-298.
 RELAÇÃO COM A VIDA CRISTA, I, 297-298.
 DONS, VI, 548-553.
 DOCTRINA DO AT, VI, 402-411.
 ENTRISTECIDO PELO PECADO, VI, 564-566.
 EVIDÊNCIA DO AT, I, 409-416.
 EVIDÊNCIA DO NT, I, 416.

- FRUTO DO, III, 339-340; VI, 534-548.
- ALEGRIA, VI, 540-541.
- AMOR, VI, 536-540; VII, 21-23.
- BENIGNIDADE, VI, 543-544.
- BONDADE, VI, 544-545.
- DOMÍNIO PRÓPRIO, VI, 546-548.
- FIDELIDADE, VI, 544.
- HUMILDADE, VII, 143.
- MANSIDÃO, VI, 545-546.
- LONGANIMIDADE, VI, 542-543.
- PAZ, VI, 541-542.
- NEGLIGENCIADO, VI, 352-353.
- NOME, V, 16-30.
- NO AT. ABRAÃO A CRISTO, VI, 416-425.
- NO AT. ADÃO A ABRAÃO, VI, 412-416.
- OBRA DE ADVOGADO, VII, 19-20.
- BATIZANDO CRISTO, V, 75-76.
- BATIZAR, III, 81-83, 318-319; V, 139; VI, 387-388, 397, 419, 480-501, 602-604; VII, 35-36.
- CAPACITAÇÃO, III, 339-340.
- CARATER MUNDIAL, VI, 430.
- CONVENCER, III, 207-220; V, 146-148; VI, 379-381, 434-443; VII, 68-70, 124-127.
- CRIAR, VI, 374-376, 412-414.
- DERRAMAMENTO NO MILÊNIO, VI, 408-411.
- DOTAÇÃO SOBERANA NO AT, VI, 416-419, 473-474.
- EMPENHO, VI, 376, 414-415.
- ENCHIMENTO, VI, 388-389, 419-420, 468, 498-499, 512-514.
- ENSINO, I, 143-145; V, 148-150; VI, 554-557.
- GERAR CRISTO, V, 55-56; VI, 380.
- HABITAÇÃO OU UNÇÃO, I, 141-145; II, 729-730; III, 253-254, 318, 325-326; IV, 537-542, 586; V, 143-146; VI, 387, 396-397, 429, 466-479, 498, 565; VII, 256.
- ILUMINAÇÃO, I, 141-145; III, 209, 211, 213-218; V, 148-150; VI, 383-385, 554-557; VII, 46.
- INSPIRAÇÃO DAS ESCRITURAS, VI, 376-380, 419-425.
- INTERCESSÃO, V, 154-155; VI, 388-391, 561-562; VII, 148.
- LOUVOR E AÇÃO DE GRAÇAS, VI, 553-554.
- ORIENTAÇÃO, VI, 557-560, 586-587.
- PARACLETO, V, 145-146; VI, 384-386; VII, 193.
- PENHOR, VI, 392-400.
- PODER PARA A VIDA ESPIRITUAL, VI, 531-532.
- PRODUZIR FRUTOS, V, 143-145.
- REGENERAÇÃO, III, 235; V, 139; VI, 382-383, 448-465, 498.
- RESTRINGIR O MAL, I, 418; II, 487; IV, 698-699; VI, 381-382, 431-434.
- REVELAR A VERDADE, VI, 415-416.
- REVELAR O FUTURO, VII, 116-118.

- SANTIFICAR, VI, 391-392.
 SEGURANÇA, VII, 252-255.
 SELAR, III, 319-320; VI, 388, 400-401, 419-420, 478-479.
 TESTEMUNHO, VI, 386-387.
 UNGIR OU HABITAR, VI, 387, 396-397, 419, 466-479, 498-499, 565-566.
 OBRA DE CONVENCER, I, 140-141, 418.
 OBRA GOVERNAMENTAL, I, 411-413.
 OBRAS DE DEUS, VI, 373-392.
 PERSONALIDADE, I, 404-406; VI, 354, 356, 370.
 PROCESSÃO DO, VI, 357, 359.
 PROFECIAS DO, VI, 405-411.
 RELAÇÃO COM A CARNE, I, 418.
 RELAÇÃO COM A CRIAÇÃO, I, 410-411.
 RELAÇÃO COM A IGREJA, IV, 411-412, 417, 537, 698-699.
 RELAÇÃO COM A PROFECIA, VI, 402-411.
 AUTOR, VI, 402-405.
 RELAÇÃO COM ISRAEL, IV, 416-417.
 RELAÇÃO COM O CRISTÃO, I, 418; VI, 444-501.
 INTRODUÇÃO, VI, 444-447.
 RELAÇÃO COM O DIABO, I, 418.
 RELAÇÃO COM O FILHO, I, 417.
 RELAÇÃO COM O MUNDO, I, 418.
 RELAÇÃO COM O PAI, I, 417.
 RELAÇÃO COM O SISTEMA DO MUNDO, VI, 431-447.
 RELAÇÃO DO AT COM INDIVÍDUOS, I, 413-416.
 RELACIONAMENTOS, I, 417-418.
 RESISTÊNCIA AO, VI, 581.
 TIPOS E SÍMBOLOS, VI, 393-401.
 ÁGUA, VI, 396-397.
 FOGO, VI, 397-398.
 ÓLEO, VI, 393-396.
 POMBA, VI, 399-400.
 SERVO DE ABRAÃO, VI, 401.
 VENTO, VI, 398-399.
 TÍTULOS, I, 417.
 TÍTULOS DESCRITIVOS, VI, 366-369.
 ESPIRITUALIDADE, VII, 119.
 ESTADO ETERNO, IV, 714, 725-726, 737-761.
 CLASSES DE PESSOAS, IV, 739-742.
 ESPERAS DE EXISTÊNCIA, IV, 742-743.
 TEORIAS, IV, 743-750.
 ESTADO FUTURO DOS ÍMPIOS, VII, 177-179, 270.
 ESTADO INTERMEDIÁRIO, II, 564; IV, 392, 737-739; VII, 71-73; 120-121.
 CORPO DO, IV, 738-739.

- DISTINTO DO SONO DA ALMA, IV, 738.
- LOCALIDADE, IV, 737-738.
- ETERNIDADE, VII, 121-123.
 - DEFINIÇÃO, VII, 121.
 - RELAÇÃO AO TEMPO, VII, 122.
- EVANGELHO, VII, 123-124.
 - TIPOS, VII, 123-124.
 - ETERNO, VII, 124.
 - GRAÇA DE DEUS, VII, 123.
 - REINO, VII, 123.
- EVANGELISTA DO NT, USO DA PALAVRA, VII, 127.
- EVANGELIZAÇÃO, VII, 124-127:
 - DEFINIÇÃO, VII, 125.
 - MÉTODO DO NT, I, 8-9.
 - PROPÓSITO DO NT, VII, 125-126.
- EVOLUÇÃO, I, 194-198; II, 540-545; VII, 127-128.
 - ATEÍSTA, I, 194-195, 197.
 - DEFINIÇÃO, I, 194.
 - HOMEM, I, 185.
 - NATURALISTA, II, 541.
 - TEÍSTA, I, 194; II, 541.
 - TEORIA, I, 196.
- EXPIAÇÃO, III, 128, 136-165; VII, 128-130.
 - DOCTRINA DO AT, VII, 128-129.
 - DOCTRINA DO NT, VII, 129.
- TEORIAS. COMERCIAL, III, 40, 136-139.
 - GOVERNAMENTAL, III, 139, 142-155.
 - IDENTIFICAÇÃO, III, 142.
 - INFLUÊNCIA MORAL, III, 142.
 - MARTURIAL, III, 141-142.
 - PAGAMENTO A SATANÁS, III, 137-138.
 - SATISFAÇÃO, III, 155-156.
 - UNIVERSALISMO, III, 140-141.
- USO TEOLÓGICO, VII, 129-130.

F

- FE, I, 53-54; VII, 130-132.
 - CARÁTER ESSENCIAL, VI, 615.
 - DOM DE DEUS, VII, 130-132.
 - RELAÇÃO A APELOS ESPECIAIS, III, 365-368.
 - RELAÇÃO AO ARREPENDIMENTO, III, 350-355.
 - RELAÇÃO AO BATISMO, III, 358-361.
 - RELAÇÃO AO CONFESSAR CRISTO, III, 356-357.
 - RELAÇÃO AO CONHECIMENTO, VII, 130-132.

RELAÇÃO À RENDIÇÃO, III, 361-363.
 RELAÇÃO À RESTITUIÇÃO, III, 364-365.
 RELAÇÃO ÀS OBRAS, III, 283-288
 SIGNIFICADOS DA PALAVRA, VII, 132.

FILHO DO HOMEM, III, 43-44.

FILHOS. GOVERNO DA CASA, IV, 546-564.

FILHOS DE DEUS, III, 235-236.

FILIAÇÃO, VII, 132-133.

FILOSOFIA E CRISTIANISMO, I, 190-191.

G

GENEALOGIA, VII, 133-134.

CRISTO, VII, 133-134.

GENTIOS, I, 78-79; IV, 377-378, 436-437, 660-672, 705-706, 712, 739-740; VI, 429-430; VII, 134-136.

ADVERTÊNCIAS DO NT, III, 292.

JULGAMENTO NACIONAL, IV, 377-378, 670-672, 705-706.

ORIGEM, VII, 134.

TEMPOS DOS, IV, 660-672, 705-706; VII, 263-265.

GLÓRIA, VII, 136-137.

GLORIFICAÇÃO, III, 342; IV, 479-482; VI, 605-606.

GOVERNO, VII, 137-138.

HUMANO, VII, 138.

GRACA, III, 221-255; VII, 138-139.

BASE. MORTE DE CRISTO, III, 221-224.

CAPACITAÇÃO DIVINA PARA CUMPRIR OS PADRÕES, IV, 537-542.

CARÁTER EM DEUS, III, 69-70.

COMUM, VI, 433-434.

DEFINIÇÃO, III, 60-61.

DISTINTA DA LEI, IV, 530-531.

DISTINTA DA MISERICÓRDIA, VII, 138.

DISTINTA DO AMOR, VII, 138.

DISTINTA DOS ENSINOS DO REINO, IV, 558-567.

ENSINOS DA, IV, 533, 534-535, 535-542.

ERA DA, IV, 530-548.

MANIFESTAÇÃO UNIVERSAL DA, IV, 532-533.

PADRÕES SUPRA-HUMANOS DE CONDUTA, IV, 535-537.

PRECEITOS DA, IV, 533-535.

RELAÇÃO COM OS CRISTÃOS, IV, 386.

RELAÇÃO COM ISRAEL, IV, 585-586.

RELACIONAMENTOS, IV, 542-548.

RIQUEZAS DA, V, 181-182.

CARÁTER, III, 227-229.

CIDADANIA CELESTIAL, III, 243-244, 343.

CONTEUDO, III, 229-255.
 FILHOS DE DEUS, III, 244-245.
 HERANÇA, III, 251.
 LIBERTAÇÃO DO PODER DAS TREVAS, III, 240.
 SEGUNDA OBRA DA, VI, 466.
 VISÃO ARMINIANA, III, 270-273.

H

HADES, VII, 139-141.
 DOCTRINA DO AT, VII, 139-140.
 DOCTRINA DO NT, VII, 141.
HERANÇA, VII, 140.
HERESIA, VII, 27.
HERMENÊUTICA, I, 50-51, 106, 146-151.
 DEFINIÇÃO, I, 147.
 PRINCÍPIOS, I, 147-151.
 CONTEXTO, I, 149.
 EXEGESE COMPLETA, I, 150-151.
 INDUÇÃO TOTAL, I, 149-150.
 OBJETIVIDADE, I, 151.
 PROPÓSITO DA BÍBLIA, I, 147-148.
 PROPÓSITO DE CADA LIVRO, I, 147-148.
 RECIPIENTES DA MENSAGEM, I, 148-149.
HOMEM, I, 184-185.
 CONSTITUIÇÃO, II, 553-554.
 CRIAÇÃO, I, 47-50.
 À IMAGEM DE DEUS, I, 207-211; II, 568; VII, 26.
 ENSINADO POR DEUS, I, 87.
 HABITADO POR DEUS, I, 323.
 LIMITAÇÕES, I, 159.
 NÃO-SALVO. RELAÇÃO A SATANÁS, II, 481-482, 510-511, 512-514, 720-721.
 NATUREZA IMATERIAL, I, 184-185; II, 188-224; VII, 26.
 CARÁTER, II, 188-200.
 CARÁTER MORAL, II, 191-195, 226-227.
 CONSCIÊNCIA, II, 222-223, 281-282.
 CONSTITUIÇÃO, II, 207-218.
 ALMA, II, 208-210.
 CARNE, II, 214-215.
 CORAÇÃO, II, 213-214.
 DICOTOMIA OU TRICOTOMIA? II, 207-218.
 ESPÍRITO, II, 210-213.
 MENTE, II, 216-217.
 CRIACIONISMO, II, 201-204.
 INOCÊNCIA ORIGINAL, II, 190-191, 224-238.

- INTELECTO, II, 191, 218-219.
 ORIGEM, II, 187-189.
 PRE-EXISTÊNCIA, II, 201-202.
 SENSIBILIDADE, II, 219.
 TRADUCIANISMO, II, 204-206.
 VONTADE, II, 219-221.
 NATUREZA MATERIAL, I, 184; VII, 26.
 EFEITOS DA QUEDA, II, 176-177.
 ESCATOLOGIA, II, 176-184.
 ESTRUTURA, II, 173-177.
 NA CRIAÇÃO, II, 172-184.
 RELAÇÃO AO PECADO, II, 182-183.
 SIGNIFICADO DA PALAVRA CORPO, II, 182-183.
 ORIGEM, II, 160-171.
 CRIAÇÃO, II, 165-167.
 REVELAÇÃO, II, 165-167.
 TEMPO, II, 167-171.
 TEORIA EVOLUCIONISTA, II, 160-165.
 POSIÇÃO DA CABEÇA, VII, 207-208.
 RESSURREIÇÃO, I, 323.
 HOMEM DO PECADO, II, 460, 486-487, 508-510; IV, 25-26; V, 120, 276-277; VI, 431-432; VII, 142.
 HOMEM NATURAL, VII, 142-143.
 HUMANIDADE. DIVISÕES DE ACORDO COM PAULO, VI, 504-506.
 HUMILDADE, VII, 143.

I

- IDEALISMO, I, 200.
 DEFINIÇÃO, I, 200.
 ÍDOLOS. BLASFÊMIA CONTRA, VII, 47.
 IGREJA:
 APOSTASIA, VII, 27-29.
 AUTORIDADE COMO ESPOSA DE CRISTO, IV, 491.
 CARÁTER. UM EDIFÍCIO, IV, 409-410, 427-429.
 INTERCALAÇÃO, IV, 406-408, 710-711.
 ORGANISMO, IV, 403-498.
 UMA NOVA CRIAÇÃO, IV, 454-461.
 COMEÇO NO PENTECOSTES, IV, 411-412, 719-720.
 CORPO DE CRISTO, I, 12-17.
 DISTINTA DE ISRAEL, I, 13-17.
 DISTINTA DE ISRAEL, IV, 397-402, 413-419.
 EXALTAÇÃO, IV, 491, 702-703, 720-721.
 GLORIFICAÇÃO, IV, 491-492, 702, 720-721.
 NATUREZA, IV, 692-693.
 NOIVAS COMO TIPOS, VII, 181-182.

- NOMES E TÍTULOS, IV, 408-409.
- ORGANISMO. HISTÓRIA DA DOCTRINA, IV, 403-404.
- PROFECIA DE CRISTO, IV, 409-410.
- RELAÇÃO COM A GRANDE TRIBULAÇÃO, IV, 691-699.
- RELAÇÃO COM CRISTO, IV, 420-498.
- CABEÇA E CORPO, IV, 432-441; VI, 426-428; VII, 35-36.
- NOIVO E NOIVA, IV, 484-498, 702-703, 722-723; VI, 426-428; VII, 107-110, 181-182, 207-208.
- PASTOR E OVELHAS, IV, 422-425.
- PEDRA ANGULAR E PEDRAS DO EDIFÍCIO, IV, 427-429.
- SETE FIGURAS, VII, 108, 179-180.
- SUMO SACERDOTE E REINO DE SACERDOTES, IV, 429-432.
- ÚLTIMO ADÃO E NOVA CRIAÇÃO, IV, 442-483; VI, 492-497.
- VIDEIRA E RAMOS, IV, 425-427, 460-461; VI, 504; VII, 204.
- SECTARISMO DO TEMPO PRESENTE, IV, 420, 502-503.
- ÚLTIMOS DIAS, IV, 700-701, 718-719.
- UNIDADE DOS CRENTES, V, 151-156.
- USO DA PALAVRA NO NT, IV, 404-406.
- IGREJA, FORMAS DE GOVERNO, VII, 137-138, 211-212.
- IGREJA CATÓLICA, I, 57.
- IGREJA ORGANIZADA, IV, 499-507.
- ASSEMBLÉIA LOCAL, IV, 501-506.
- CONCEITO DE ROMA, IV, 499.
- CULTO, IV, 503-504.
- ENSINO DO NT, IV, 500.
- FORMAS DE, IV, 504-505.
- GOVERNO, IV, 504-505.
- GRUPO DE ASSEMBLÉIAS LOCAIS, IV, 506-507.
- IMPORTÂNCIA, IV, 499.
- ORDEM, IV, 505-506.
- ORDENANÇAS, IV, 505.
- PÓS-MILENISMO, IV, 499.
- SEM REFERÊNCIA À LOCALIDADE, IV, 507.
- ILUMINAÇÃO, I, 6, 52-53, 138-145.
- ESPÍRITO SANTO, I, 141-145.
- RELAÇÃO COM A INSPIRAÇÃO, I, 89-90.
- RELAÇÃO COM A REVELAÇÃO, I, 89-90.
- IMORTALIDADE, II, 561-562; VII, 143-144.
- DEFINIÇÃO, VII, 143-144.
- IMPUTAÇÃO, II, 694-713; VII, 144-147.
- DA JUSTIÇA DE CRISTO AOS CRENTES, III, 81, 83, 215-216, 237-238; V, 138-139, 191-193; VI, 441-442, 494-496; VII, 78, 145-147, 158, 230.
- DO PECADO DE ADÃO À RAÇA HUMANA, VII, 15-17, 26-27, 144-145, 177-179.
- DO PECADO DO HOMEM A CRISTO, III, 76-81; VII, 230.

- TEORIAS, II, 707-710.
- INCAPACIDADE, III, 208-213, 362-363; VI, 434-436, 448-450, 612-613; VII, 46, 56-59, 74-76, 123-126.
- INCRÉDULOS, FILHOS DA DESOBEDIÊNCIA, II, 481-482.
- INFERNO, IV, 750-756.
- INFINIDADE, VII, 147.
- INOCÊNCIA, VII, 147.
- INSPIRAÇÃO, I, 50, 64, 99-123, 323.
- ALEGAÇÕES BÍBLICAS, I, 100-101.
- AUTORIA DUAL, I, 109-112.
- CARATER, I, 99-101.
- DEFINIÇÃO, I, 100.
- DOCTRINA OPOSTA, I, 99-100, 102-105.
- IMPORTÂNCIA, I, 101-120.
- OBJEÇÕES, I, 102-104.
- PASSAGENS-CHAVES, I, 113-120.
- RELAÇÃO COM A ILUMINAÇÃO, I, 88-90.
- RELAÇÃO COM A REVELAÇÃO, I, 88-89.
- TEORIAS, I, 105-108.
- CONCEITO, I, 106.
- DITADO, I, 105.
- GRAUS, I, 106.
- MÍSTICA, I, 107-108.
- NATURAL, I, 107.
- PARCIAL, I, 106.
- VERBAL E PLENÁRIA, I, 108.
- VERBAL, PLENÁRIA, OBJEÇÕES, I, 120-122.
- INTERCESSÃO, VII, 148.
- INTERPRETAÇÃO, I, 146-151; VII, 44-47, 149-151.
- REGRAS DE, VII, 149-151.
- INTUIÇÃO, I, 160-161.
- CARATER, I, 161.
- DEFINIÇÃO, I, 160.
- RELAÇÃO COM A TEOLOGIA, I, 160.
- RELAÇÃO COM A TRADIÇÃO, I, 162-163.
- ISRAEL, IV, 645-647, 707-708, 712-715, 716, 722-723, 724-725; VI, 428-429; VII, 151-152.
- APOSTASIA, VII, 27-29.
- ARREPENDIMENTO, IV, 650.
- BÊNÇÃOS, IV, 648-659.
- NAÇÃO ETERNA, IV, 648-650.
- REI ETERNO, IV, 654.
- REINO ETERNO, IV, 655-656.
- TERRA ETERNA, IV, 650-654.
- TRONO ETERNO, IV, 654-655.

- CONVERSÃO NACIONAL, III, 109-111; IV, 652-654.
 DISPERSÕES, VII, 103-106.
 ASSÍRIA E BABILÔNIA, VII, 104-105.
 EGITO, VII, 104.
 MUNDIAL, VII, 103-106.
 DISTINTO DA IGREJA, IV, 399-402, 484-489.
 ELEIÇÃO, IV, 644, 649-650.
 JULGAMENTO DE, IV, 487-489, 650-651.
 PACTOS, IV, 647-659.
 ABRAAMICO, IV, 647-648.
 DAVIDICO, IV, 648.
 MOAICO, IV, 648.
 NOVO, IV, 648-649, 656.
 PALESTÍNICO, IV, 649-654.
 RELAÇÃO COM JEová. ESPOSA APÓSTATA, IV, 485-486.
 SERVOS, IV, 418.
 RESTAURAÇÃO, III, 19-21; IV, 651-652; V, 270-271; VII, 103-106.
 VOAÇÃO (CHAMAMENTO), VII, 61-63.
- J**
- JERUSALÉM, VII, 153-155.
 DESTINO, VII, 154.
 NOVA CIDADE DE DEUS, V, 270-271.
- JESUS, VII, 155.
- JOÃO BATISTA, V, 62-65.
 MINISTÉRIO DE, III, 40.
 NASCIMENTO SOBRENATURAL, V, 63.
 NAZIREU, V, 63.
 PRECURSOR DO MESSIAS, V, 63-65.
 PROPETA, IV, 626-629, 716-717; V, 63-65.
 PROFETIZADO, V, 63.
 SACERDOTE, V, 65.
- JUDAÍSMO, IV, 406-407, 510-518, 575-589, 605-606; VII, 78-79, 111, 155-157.
 ANULADO, IV, 588-589.
 DISPOSIÇÃO DIVINA DE, IV, 605-606.
 DISTINTO DO CRISTIANISMO, I, 69-71; VII, 155-157.
- JUDEUS, I, 78-79; IV, 378-382, 740-742.
 ADVERTÊNCIAS DO NT, III, 288-291.
 CEGUEIRA ESPIRITUAL, I, 138-140.
 HISTÓRIA, I, 85-86.
 PACTOS, IV, 379.
 RESTAURAÇÃO, I, 139; V, 115-117; 132-136; VII, 57-58.
- JULGAMENTO, IV, 728-737; V, 29-30, 110-111; VI, 441-442; VII, 158-160.
 ANJOS, IV, 735-736; VII, 160.

CRISTÃOS, IV, 702-703, 729-732; VI, 570-573.

AUTO-JULGAMENTO, VII, 55, 158.

CASTIGO, VII, 54-56, 158-160.

OBRAS, VII, 158-160.

CRUZ, IV, 728-729.

GENTIOS, V, 130-136; VI, 430; VII, 134-136, 158-160.

GRANDE TRONO BRANCO, IV, 728-729, 736; V, 334-336; VII, 159-160.

ISRAEL, IV, 487-489, 724-725, 725-726, 732-734; V, 110-111, 125-130; VI, 428-429; VII, 158-160.

CEGUEIRA, VII, 56-59.

NATUREZA PECAMINOSA, III, 102-105; VI, 524-527; VII, 36-37, 51-53, 156-157, 195-196, 256.

OPRESSORES DE ISRAEL, IV, 654-655, 716, 724-726, 734-736.

SATANÁS, VII, 251.

JULGAMENTO, DIA DO, VII, 97-100.

JUSTIÇA, VII, 160.

JUSTIFICAÇÃO, III, 129-130, 238-239, 308-309; V, 138; VII, 161-164.

DEFINIÇÃO, VII, 159-163.

DOCTRINA BÍBLICA, II, 673-678.

OBRA DE DEUS, VII, 161-163.

RELAÇÃO À JUSTIÇA IMPUTADA, II, 674-678.

RELAÇÃO À RESSURREIÇÃO, IV, 450-451.

RELAÇÃO AO PERDÃO, II, 675-678.

REPOUSA NA MORTE DE CRISTO, VII, 162-163.

JUSTO, VII, 165.

L

LEI, VII, 165-166.

INERENTE, III, 87.

LIBERTAÇÃO, III, 323-324.

LIBERDADE DA VONTADE, I, 259-265; VII, 273-274.

LÍNGUAS, VII, 166-167.

LIVRE-ARBITRÍO NOS SISTEMAS DE TEOLOGIA, I, 253.

LOGOS, I, 96-97, 109-110; V, 18-20; VII, 167-168.

LOUVOR, VII, 168.

M

MAL. CARÁTER NA ERA DA IGREJA, VI, 428-429.

PROBLEMA DA ORIGEM DO MAL, II, 69, 72-73.

MANDAMENTOS, VII, 168-171.

DE CRISTO, VII, 170-171.

DE MOISÉS, VII, 169-170.

MATERIALISMO, I, 172-173, 198-199.

DEFINIÇÃO, I, 198.

MEDIAÇÃO, VII, 171.

MESSIAS, V, 35-37; VII, 172.

- MILAGRES, I, 94, 276-277; V, 162-168; VII, 172.
 ANTIGO TESTAMENTO, V, 163.
 NOVO TESTAMENTO, V, 163-164.
- MILAGRES DE CRISTO, V, 162-168.
 PROPÓSITO, V, 164-165.
 TERMOS USADOS, V, 165-168.
- MILENIO, I, 15.
 PARTICIPAÇÃO GENTÍLICA, III, 111-112.
- MILENIO E MILENARISMO, VII, 172-173.
 AMILENISMO, VII, 172-173.
 ANTIMILENISMO, IV, 618-619.
 CONSIDERAÇÃO PÓS-REFORMA, IV, 616-619.
 ENSINO DO NT, IV, 595, 604-606.
 HISTÓRIA, IV, 601-619.
 PAIS DA IGREJA, IV, 606-614.
 PÓS-MILENISMO, VII, 172-173.
 PRÉ-MILENISMO, IV, 619-620; VII, 172-173.
 REFORMA. RESTAURAÇÃO PARCIAL, IV, 615-616.
 SIGNIFICADO ORIGINAL, IV, 601-602.
 TEORIA DE WHITEY, IV, 617.
- MINISTÉRIO, VII, 174.
 TREINO, I, 8-9.
- MINISTRO, AUTORIDADE, I, 323.
- MISERICÓRDIA, VII, 174.
 PROPICIATÓRIO, VII, 174.
- MISSÕES. ENSINO BÍBLICO, IV, 416.
- MISTÉRIO, VII, 174-175.
- MISTÉRIOS DA BÍBLIA, IV, 439-440, 589, 710-711.
- MISTICISMO, I, 55-57.
 BÍBLICO, I, 57.
 CRISTÃO, I, 56-57.
- MOISÉS, PROFETA, IV, 625.
- MONISMO, I, 204.
- MONOTEÍSMO, I, 67.
- MORDOMIA, VII, 175-176.
- MORTE, VII, 177-179.
 CARÁTER E JUÍZO, II, 561-563.
 ESPIRITUAL, VII, 178.
 FÍSICA, VII, 177.
 JULGAMENTO DO PEGADO, VII, 177-179.
 SEGUNDA, VII, 178-179.
- MOZAICA, LEI, III, 85-86; IV, 417, 512-518, 575-589; VII, 165-166, 170.
 ANULADA, IV, 575-583.
 APLICAÇÃO A ISRAEL, IV, 517-518, 577.

- COMEÇO NO SINAI, IV, 515-517.
- CONTRASTE COM OS ENSINOS DO REINO, IV, 557-558.
- INTERPRETAÇÃO DE CRISTO, V, 105-108.
- PROPÓSITO, IV, 513, 514-515, 579-582; VI, 149-150, 597-598.
- RECEBIDA POR ESCOLHA, IV, 515-517.
- RELAÇÃO COM O TEMPO DO REINO, IV, 514-518.
- SIMILARIDADE COM OS ENSINOS DO REINO, IV, 556-558.
- TERMINOU COM A MORTE DE CRISTO, IV, 517-518, 577.

MOSAICAS, INSTITUIÇÕES. OFERENDAS, III, 123-124.

MULHER, VII, 179-180.

MUNDO, III, 336-337; VII, 180.

- CONTROLADO POR SATANÁS, VI, 517-518.

- SEGREDO DA VITÓRIA, VI, 518.

- USOS DA PALAVRA NO NT, VI, 519-520.

N

NASCIMENTO VIRGINAL, V, 54-59.

NATUREZA ADÂMICA, VI, 520, 594-599.

- RELAÇÃO À MORTE DE CRISTO, VI, 600-602.

NATUREZA DIVINA. PRESENÇA, III, 325-326.

NIRVANA, IV, 749-750.

NOIVA, VII, 181-182.

NOME, VII, 183.

NÚMEROS, VII, 183-184.

O

OBEDIÊNCIA, VII, 184.

ONIPOTÊNCIA, VII, 184-185.

ONIPRESENÇA, VII, 185.

ONISCIÊNCIA, I, 217-225; VII, 185-186.

- ARQUÉTIPA, I, 218-219.

- CONTEÚDO, I, 217-218.

- DEFINIÇÃO, I, 217-220.

- EFEITO PRÁTICO, I, 222-223.

- RELAÇÃO COM A LIBERDADE DE DEUS, I, 222.

- RELAÇÃO COM A PRESCIÊNCIA, I, 217.

- RELAÇÃO COM A SABEDORIA, I, 223-224.

- RELAÇÃO COM O PECADO, I, 222.

- RELAÇÃO COM OS AGENTES MORAIS, I, 218-219; 220.

- VISÃO DE CLARKE, I, 220.

ONTOLOGIA. DEFINIÇÃO, I, 186-187.

ORAÇÃO, I, 276; III, 248; VI, 450-452; VII, 186-187, 252-253.

- BASE DA, IV, 391-392.

- INTERCESSÓRIA, IV, 432; VII, 148.

- ORAÇÃO DO REINO, V, 108-109.
- ORAÇÃO SACERDOTAL DE CRISTO, VI, 493-495.
- NOVA BASE EM CRISTO, V, 153-154.
- RELAÇÃO AO ENCHIMENTO DO ESPÍRITO, VI, 563-564.
- ORAÇÕES DE CRISTO, V, 153-154.
- ORDEM, VII, 188.
- ORDENANÇAS, IV, 504-505; VII, 187-188.
- BATISMO, VII, 35-36.

P

- PACTO DA REDENÇÃO, V, 34-35.
- PACTOS, I, 82; V, 34-35.
 - ABRAAMICO, IV, 647-648; V, 295-298; VII, 189.
 - PROVISÕES ETERNAS, V, 296-298.
 - NAÇÃO, V, 296-298.
 - POSSE DA TERRA, V, 297-298.
- BÍBLICO, VII, 188-190.
- DAVIDICO, IV, 648; V, 298-309; VII, 190.
- PROFECIAS DO AT, V, 302-309.
- PROFECIAS DO NT, V, 298-302.
- RELAÇÃO COM A RESSURREIÇÃO DE CRISTO, V, 231-232.
- COM ISRAEL, IV, 647-649.
 - GRAÇA, I, 82; IV, 510, 570-571.
- MOAICO, IV, 647-648; VII, 189.
- NOVO, VII, 190.
- NOVO COM ISRAEL, IV, 647-648, 656-657.
 - OBRAS, I, 82; IV, 556, 569-570, 571-573, 585-586.
 - ANULADO, IV, 585-586.
- PALESTINICO, IV, 650-655; VII, 1190.
 - REDENÇÃO, I, 82.
 - REINO MESSIÂNICO ASSEGURADO, V, 295-309.
- PANTEÍSMO, I, 201-203, 244-245.
 - BUDISMO, I, 201-202.
 - DEFINIÇÃO, I, 201.
- PÃO, VII, 190-192.
 - SIGNIFICADO GERAL DA COMIDA, VII, 190-192.
 - SIGNIFICADO SIMBÓLICO, VII, 190-192.
 - SIGNIFICADO TÍPICO, VII, 190-192.
- PARÁBOLAS DE CRISTO, V, 158-161, 324-327.
 - PARÁBOLAS DO REINO, IV, 410-411.
- PROPÓSITO, V, 158-160.
- TIPOS, GERAL, V, 160-161.
 - MESSIÂNICAS, V, 160.

- PARACLETO, VII, 193.
 PARAÍSO, VII, 193.
 PARCERIA COM CRISTO, III, 246-248.
 PAROUSIA, VII, 194.
 PÁSCOA, III, 122-123.
 PAULINA, TEOLOGIA, VII, 266.
 REVELAÇÃO, IV, 375-376.
 DOUTRINA DA IGREJA, IV, 376.
 SALVAÇÃO PELA GRAÇA, IV, 375-376.
 PAZ, III, 114-116; VII, 196.
 PECADO, I, 26-27, 255-260; III, 214-215; IV, 674, 728-729; VI, 440-441, 521-522; VII, 195-197.
 CONFISSÃO DO, VII, 64-66.
 DEMONSTRAÇÕES IMPORTANTES, II, 631-632.
 DISPOSIÇÃO, II, 760-767.
 DO CRISTÃO, I, 21-22, 33.
 EFEITO SOBRE DEUS, II, 738-740.
 EFEITO SOBRE SI, II, 730-738.
 PREVENÇÃO, II, 729-730; VI, 565-567.
 BÍBLIA, VI, 566.
 HABITAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO, VI, 566.
 INTERCESSÃO DE CRISTO, VI, 566-567.
 DOUTRINA BÍBLICA, II, 628-673.
 ERRADICAÇÃO, VI, 608-611.
 IMPERDOÁVEL, VII, 47-49, 202-203.
 IMPUTADO, II, 694-710.
 RELAÇÃO COM O CRISTÃO, II, 710-713.
 REMÉDIO DIVINO, II, 670-671.
 TEORIAS DA IMPUTAÇÃO, II, 707-709.
 NATUREZA, II, 482-484, 628-631, 649-651, 652-656.
 DEFINIÇÕES, II, 656-657.
 NÃO-CRIADO, I, 256.
 OFENSA À PESSOA DE DEUS, II, 657-662.
 OFENSA ÀS LEIS DE DEUS, II, 662-667.
 SEMPRE MALIGNO, II, 723.
 NATUREZA ESSENCIAL, I, 256-257.
 ORIGEM. PREVISÃO NA PRESCIÊNCIA DE DEUS, II, 636-646.
 CÉU, II, 646-647.
 HUMANA, II, 651-653.
 ORIGINAL, II, 678, 682-684.
 RELAÇÃO COM A DEPRAVAÇÃO, II, 684-691.
 RELAÇÃO COM O CRISTÃO, II, 740-752.
 REMÉDIO DIVINO, II, 691-693.
 TRANSMITIDO, II, 690-691.
 VISÃO ARMINIANA, III, 268-269.

- PERDÃO DO PECADO PARA O NÃO-REGENERADO, II, 724-727.
 PERMISSÃO DE DEUS, I, 258-260; II, 505-507, 633-636; III, 48.
 RAZÕES, II, 634-635.
 PESSOAL, II, 638-681.
 CULPA, II, 679-680.
 DEFINIÇÃO, II, 656-667.
 ORIGEM, II, 638-653.
 PERDÃO, II, 670-673.
 PESSOA QUE PECOU PRIMEIRO, II, 647-649.
 RELAÇÃO COM A JUSTIFICAÇÃO, II, 673-678.
 TERMOS. CLASSIFICAÇÃO, II, 668-670.
 PREVENÇÃO DE DEUS, I, 256.
 REDENÇÃO DO, III, 93-96.
 RELAÇÃO COM A LIVRE ESCOLHA, II, 634.
 RELAÇÃO COM A RETRIBUIÇÃO, II, 755-759.
 RELAÇÃO COM A VIDA SANTA, II, 725-726.
 RELAÇÃO COM O MAL, II, 632-633, 646.
 RELAÇÃO COM O "VELHO HOMEM", II, 743-744.
 REMÉDIO, II, 722-754; VI, 566-578.
 AUTO-JULGAMENTO, VI, 570-571.
 CASTIGO, II, 754-755; VI, 571-573.
 CONFISSÃO E ARREPENDIMENTO, VI, 573-578.
 PURIFICAÇÃO, VI, 565-570.
 REMÉDIO DIVINO, II, 691-693.
 RESPONSABILIDADE, I, 259.
 SIGNIFICADO DA PALAVRA, VI, 596-598.
 TERMOS BÍBLICOS, II, 668-670.
 TRIUNFO FINAL SOBRE TODO PECADO, II, 760-767.
 UNIVERSALIDADE, II, 680-681.
 PECADO PARA A MORTE, VII, 203.
 PECADOS DOS SALVOS E NÃO-SALVOS CONTRASTADOS, II, 723.
 PEDRA, VII, 198-199.
 PENTECOSTES, IV, 411-412, 719.
 PERDA DA COMUNHÃO COM DEUS, III, 294-295.
 PERDÃO. OBRIGAÇÃO HUMANA DO, VII, 199-203.
 PERDÃO DE PECADO, II, 671-673; III, 72-81, 128, 232-233, 311-314; IV, 390-391; V, 32; VI, 396-397; VII, 64-66, 77, 199-203.
 ANTIGO TESTAMENTO, II, 672-673.
 BASE, II, 672; IV, 76-77.
 CRISTÃO, III, 106-107, 232-233, 311-314; V, 141-143, 188-189; VI, 396-397, 566-578; VII, 200-201, 221.
 DOUTRINA DO AT, VII, 199-200.
 EXIGÊNCIA HUMANA, IV, 390-391.
 NÃO-SALVO, VII, 201-202, 219-220.

- NOVO TESTAMENTO, II, 673.
- REINO MESSIÂNICO, VII, 162.
- PERDIDO, ESTADO DE, III, 225-227.
- PERFEIÇÃO, VI, 606-607; VII, 203.
- DEFINITIVA, VI, 606-607.
- POSICIONAL, VI, 606.
- USO BÍBLICO DA PALAVRA, VI, 606.
- PERMANECER: VII 204-206.
- PERSEGUIÇÃO, VII, 25-26.
- PLURALISMO, I, 205.
- PNEUMATOLOGIA, VI, 351-619.
- ESCOPO, VI, 351.
- PODER, VII, 206-207.
- POLIGENISMO, II, 551-552.
- POLITEÍSMO, I, 199-200.
- DEFINIÇÃO, I, 199.
- POSIÇÃO E ESTADO, VII, 208.
- POSITIVISMO, I, 204.
- PÓS-MILENISMO, IV, 217.
- POVO DO PACTO, RELAÇÃO AO ARREPENDIMENTO, III, 353-354.
- PRÉ-ADAMITISMO, II, 171.
- PREDESTINAÇÃO, I, 254, 265-268; III, 169, 230-231, 327-331; VII, 208-209.
- RELAÇÃO COM A ELEIÇÃO, I, 254, 265-266.
- RELAÇÃO COM A RETRIBUIÇÃO, I, 254, 265.
- PREGAÇÃO, VII, 209.
- PRÉ-MILENISMO, IV, 619-620.
- PREORDENAÇÃO, VII, 40.
- RELAÇÃO COM A PREDESTINAÇÃO, VII, 210.
- PRESBÍTEROS, VII, 210-212.
- USO DA PALAVRA NO NT, VII, 211.
- TIPOS, VII, 211-212.
- PRESCIÊNCIA, I, 253; VII, 212-214.
- RELAÇÃO AO DECRETO, VII, 212-214.
- RELAÇÃO À ONISCIÊNCIA, VII, 212-214.
- RELAÇÃO À PREORDENAÇÃO, VII, 212-214.
- PRESERVAÇÃO, I, 93-94, 155-156, 275.
- PRIMÍCIAS: VII, 214-216.
- CRISTÃOS PRIMITIVOS, VII, 215.
- CRISTO, VII, 215.
- ESPÍRITO SANTO, VII, 215.
- ISRAEL, VII, 215-216.
- PRIMEIROS CRENTES NA LOCALIDADE, VII, 215.
- REINO DOS CRENTES, VII, 215.

PROFECIA, I, 28-30, 71-72; V, 52; VII, 116-119, 216.

CAMINHOS PRINCIPAIS, IV, 631-704.

CRISTANDADE APOSTATA, IV, 680-687.

CRISTO, IV, 631-643.

GENTIOS, IV, 660-672.

GRANDE TRIBULAÇÃO, IV, 688-699.

IGREJA, IV, 700-704.

PACTOS DE ISRAEL, IV, 644-659.

SATANÁS, MAL, HOMEM DO PECADO, IV, 673-679.

CARÁTER. PROCLAMAÇÃO, IV, 621-622.

PREDITIVA, IV, 621-622.

CLASSIFICAÇÃO, IV, 629-630.

CONCEITO BÍBLICO, IV, 621-630.

CONTEÚDO, IV, 594.

CUMPRIDA, I, 29-30.

DISCURSO DO MONTE DAS OLIVEIRAS, V, 115.

ÊNFASE PRIMÁRIA, IV, 595.

EVENTOS EM ORDEM, IV, 621-630.

HISTÓRIA, IV, 624-630.

MESSIÂNICO, IV, 378, 380, 631-643.

DOIS ADVENTOS, IV, 636-643, 708-709.

NEGLIGENCIADA PELOS TEÓLOGOS, IV, 593-594.

NÃO-CUMPRIDA, I, 29-30.

RELAÇÃO COM A ESCATOLOGIA, I, 29-30.

RELAÇÃO COM A HERMENÊUTICA, IV, 596-597.

RELAÇÃO COM A VIDA CRISTÃ, IV, 598-599.

RELAÇÃO COM O DECRETO DE DEUS, IV, 599-600.

RELAÇÃO COM O ESPÍRITO SANTO, VI, 402-411.

RELAÇÃO COM OS PACTOS, IV, 624.

TEMAS DO AT, IV, 705-709.

TEMAS DO NT, IV, 710-714.

TESTADA PELO CUMPRIMENTO, IV, 623-624.

PROFETA, IV, 621-622.

ANTIGO TESTAMENTO, IV, 622.

ESCOLHA, IV, 623.

MENSAGEM, IV, 622-623.

NOVO TESTAMENTO, IV, 622.

PODER, IV, 623.

PROFETAS, I, 133-134.

ABRAÃO, IV, 624-625.

DANIEL, IV, 625.

FALSOS, IV, 629.

JOÃO BATISTA, IV, 626-629.

MOISÉS, IV, 625.

- PROFISSÃO DE FÉ, III, 282-284.
- PROLEGÔMENOS, I, 47-59.
- PROPICIACÃO, III, 99-101, 189-191, 232-233, 365-370; V, 187-188; VII, 216-218.
- DOCTRINA DO AT, VII, 217.
- DOCTRINA DO NT, VII, 217-218.
- PROPÓSITO DIVINO. EXECUÇÃO, III, 327-331.
- PROPÓSITOS DIVINOS, IV, 413, 437-438.
- PROTESTANTISMO, I, 57-58.
- PROVIDÊNCIA, I, 92-93, 275-276, 324.
- DEFINIÇÃO, I, 92.
- DETERMINATIVA, I, 275-276.
- DIRETIVA, I, 275.
- PERMISSIVA, I, 275.
- PREVENTIVA, I, 275.
- PROVIDÊNCIA E GOVERNO DE DEUS, III, 328-330; VII, 137-138, 219.
- PUNIÇÃO, II, 754-759; VII, 219-220.
- RELAÇÃO COM O CRISTÃO, II, 754-755.
- AÇOITE, II, 755.
- CASTIGO, II, 754-755.
- RETRIBUIÇÃO, II, 755-759.
- PUNIÇÃO FUTURA, IV, 750-756; VII, 219-220.
- PURGATÓRIO, IV, 749.
- PURIFICAÇÃO, VII, 220-2221.
- DO CRISTÃO, VII, 221.
- DO NÃO-SALVO, VII, 221.
- DOCTRINA DO AT, VII, 221.
- PURIFICAÇÃO, CÉU, III, 116-117.

Q

- QUEDA DA GRAÇA, III, 295-296.
- QUEDA DO HOMEM, I, 138; II, 620-627; VII, 26-27, 27-29, 222-223.
- RESULTADOS: II, 620-621; VII, 26-27, 222-223.
- DEPRAVAÇÃO, II, 623-624.
- MORTE ESPIRITUAL, II, 622-623.
- MORTE FÍSICA, II, 627.
- SUJEIÇÃO A SATANÁS, II, 622.
- VISÃO ARMINIANA, III, 267-269.
- QUIETISMO, I, 56-57.

R

- RACIONALISMO, III, 257.
- ÊNFASE ARMINIANA, III, 273-277.
- RAZÃO, I, 163-164.
- REALIZAÇÕES, I, 164.

- VALOR, I, 163-164.
- REALISMO, I, 200.
- DEFINIÇÃO, I, 200.
- RECOMPENSA, PERDA DA, III, 292-294.
- RECOMPENSAS, VII, 223-224.
- CRISTÃO, IV, 721-722, 731.
- RECONCILIAÇÃO, III, 102-104, 130-131, 189-191, 231-232; V, 197-199, 209-211; VII, 128-130, 224-225.
- REDENÇÃO, I, 68-69, 371-373; V, 200-203; VII, 225-226.
- CONTEUDO, III, 75-76, 93-96, 130, 189-191, 231-232.
- ARMINIANO, III, 184.
- ASPECTOS DISPENSACIONAIS, III, 186-188.
- EXTREMO LIMITADO, III, 183.
- F.W. GRANT, III, 184.
- MODERADO ILIMITADO, III, 183-184.
- MODERADO LIMITADO, III, 183.
- DOCTRINA DO AT, VII, 225-226.
- DOCTRINA DO NT, VII, 226.
- ENSINO BÍBLICO, III, 75-76, 93-96, 130, 189-191, 231.
- REDENÇÃO DO CORPO, VII, 71-73.
- REGENERAÇÃO, III, 81, 82, 235-236; VII 77-78, 226-227.
- AQUISIÇÃO DA NATUREZA DE DEUS, VI, 452-453.
- BASEADA NA FÉ, VI, 456-465.
- COMUNICAÇÃO DA VIDA, VI, 450-452.
- NECESSIDADE DA, VI, 448-450.
- PROPÓSITO DE DEUS, VI, 454-456.
- RESULTADOS. COMPAIXÃO DIVINA PELO MUNDO PERDIDO, VI, 452.
- CONHECIMENTO DE DEUS, VI, 451.
- NOVA REALIDADE NA LEITURA DA BÍBLIA, VI, 451.
- NOVA REALIDADE NA ORAÇÃO, VI, 451.
- RECONHECIMENTO DA FAMÍLIA DE DEUS, VI, 451-452.
- REI, VII, 227.
- REINO, VII, 227-228.
- DE CRISTO, IV, 395-396, 400-401, 703-704; V, 331-346; VII, 84-85.
- DE DEUS, IV, 395-396, 648-650; V, 293-295; VII, 227-228.
- DO CÉU, I, 84-85; V, 293-295; VII, 59-60, 228.
- FORMAS. CONSUMAÇÃO, V, 327-330.
- JUIZES, V, 309.
- MISTÉRIO, V, 322-327.
- REINO DAVIDICO, V, 309.
- FORMAS DO, V, 309-330.
- OPERECIDO, V, 315-320.
- REINO MESSIÂNICO, IV, 519-530, 552-553, 601-620, 625-629, 655-656, 703-704, 708-709, 713-714, 725-726; V, 293-309; VII, 80-85, 97-99, 172, 181-182.

- ANUNCIADO, IV, 626-629.
- ASSEGURADO PELOS PACTOS, V, 295-309.
- CARÁTER PROFETIZADO. CENTRADO EM JERUSALEM, V, 311-312.
- CELESTIAL, V, 311.
- ESPIRITUAL, V, 314-315.
- ESTABELECIDO NO RETORNO DO REI, V, 314.
- MUNDIAL, V, 313-314.
- RELATIVO A ISRAEL, V, 312-313.
- TEOCRÁTICO, V, 310-311.
- TERRESTRE, V, 313-314.
- ENSINO DE CRISTO, IV, 526-529, 558-566.
- EXIGÊNCIAS DE ENTRADA NO, V, 132-136.
- HABITANTES DO, IV, 418, 557; V, 132-136, 312-315.
- OFERECIDO, IV, 602-603; V, 315-320.
- ORAÇÃO, IV, 564-565.
- POSPOSTO, IV, 380-382, 525-527, 603-604; V, 91-92, 93-95, 320-322.
- ILUSTRADO, IV, 380-382.
- PROFECIA, IV, 519-530, 602-603.
- ANTIGO TESTAMENTO, IV, 519-524, 602.
- NOVO TESTAMENTO, IV, 524-526, 527-529.
- PROFECIA DO, V, 309-315.
- REALIZADO, V, 327-330.
- REJEITADO, IV, 603-603; V, 320-322.
- RELIGIÃO. CONTEÚDO, IV, 384-385.
- RESSURREIÇÃO, IV, 392-393, 481-483; V, 29-30; VII, 15-17, 229-230.
- CRISTÀ, IV, 481-483, 701-702, 719-721.
- DOCTRINA BÍBLICA, II, 558-564.
- RESTITUCIONISMO, IV, 746-749.
- RETIDÃO, VII, 230.
- RETRIBUIÇÃO, I, 254, 265, 267-269.
- REVELAÇÃO, I, 87-98; VII, 45-46, 74-76, 230-231.
- CARÁTER, I, 90-91, 98.
- CARÁTER PROGRESSIVO, IV, 549-550.
- COMUNICAÇÃO DIRETA, I, 94-95.
- CONTEÚDO, IV, 413.
- DEFINIÇÃO, I, 87.
- MODOS, I, 91-98.
- RELAÇÃO COM A ILUMINAÇÃO, I, 89-90.
- RELAÇÃO COM A INSPIRAÇÃO, I, 88-89.
- RELAÇÃO COM A RAZÃO, I, 87-88.
- RELAÇÃO COM A TEOLOGIA, I, 165.
- REVELAÇÃO E NATUREZA, I, 91-92.
- ROMANISMO, I, 57-58.
- ERRO A RESPEITO DA CRUZ, III, 49.

S

SÁBADO, IV, 462-471; V, 238-241; VII, 97-100, 231-232.

ANULADO NA ERA DA IGREJA, V, 239-240.

CARÁTER JUDAICO, IV, 465-466.

DESCONHECIDO ANTES DE MOISÉS, IV, 463-464.

ENSINO DE CRISTO, IV, 466-467.

ENSINO EM ATOS, IV, 467-468.

ENSINO NAS EPISTOLAS, IV, 467-470.

PROFECIA DO, IV, 470-471.

SINAL DA ERA MOSAICA, IV, 464-467.

criação, IV, 462-463.

DESCANSO CRIATIVO DE DEUS, V, 238.

INSTITUIÇÃO COMO LEI, V, 238-239.

REINSTITUÍDO NO REINO, V, 240.

SABELIANISMO, VI, 362-364.

SACERDÓCIO, VII, 232-233.

ANTIGO TESTAMENTO, IV, 430-432.

DOCTRINA DO NT, VII, 233.

SISTEMA DO AT, VII, 232.

SACERDÓCIO DOS CRENTES, III, 243; IV, 429-432.

SACRIFÍCIO NO AT, III, 108-109, 130-131; VII, 233-234.

SALVAÇÃO, VII, 234-235.

ANTIGO TESTAMENTO, III, 19-21, 109-111.

DOCTRINA, VI, 418-420.

BASE, III, 22-23, 64, 205-206, 349-368.

DOM DE DEUS, VI, 613-614.

ESCOPO, III, 20-22.

FONTE, III, 20-22, 203-204.

IMPORTÂNCIA, III, 25-26.

MEIOS, III, 64.

MOTIVO DE DEUS, III, 23-25.

PARTICIPAÇÃO TRINITÁRIA, III, 203-255.

RESULTADOS. LIBERTAÇÃO DO PECADO E LIMITAÇÕES HUMANAS, III 334-341.

APRESENTADO SEM FALTA, III, 342-348.

SIGNIFICADO, III, 20-22.

TERMOS, III, 349-368.

CRER E ARREPENDER-SE, III, 350-356.

CRER E CONFESSAR CRISTO, III, 356-357.

CRER E CONFESSAR O PECADO, III, 364.

CRER E ORAR, III, 365-368.

CRER E RENDER-SE A DEUS, III, 361-364.

CRER E SER BATIZADO, III, 358-361.

TRINTA E TRÊS MILAGRES, III, 229-255.

- SALVAÇÃO INFANTIL, VII, 235-238.
 RELAÇÃO À ELEIÇÃO, VII, 238.
- SANGUE, VII, 238-241.
 PURIFICAÇÃO, VII, 239-240.
 SACRIFICIAL, VII, 238-239.
- SANGUE DO PACTO, VII, 240-241.
- SANTIDADE, VII, 241-242.
- SANTIFICAÇÃO, I, 324, 391-392, 607-608; VII, 242-251.
 DEFINITIVA, IV, 479-480; VI, 607-608.
 EXPERIMENTAL E PROGRESSIVA, VI, 607-608.
 POSICIONAL, III, 246-247; VI, 607.
 USO BÍBLICO DA PALAVRA, VI, 607.
- SANTO, VII, 251.
- SATANÁS, VII, 91-93, 251-252.
 ANTIGO TESTAMENTO, II, 468-469.
 AUTORIDADE SOBRE O COSMOS, II, 495-499.
 CARÁTER, II, 497-491.
 ANTIDEUS, II, 479.
 ANTIVERDADE, II, 479.
 ASSASSINO, II, 482-483.
 INVERDADE, II, 481-488.
 ORGULHO AMBICIOSO, II, 480-481.
 PAI DA MENTIRA, II, 484-485.
 PECAMINOSO, II, 488-491.
- CARREIRA, II, 459-478.
- CONTROLE DOS HOMENS, I, 139-141.
- CRIAÇÃO, II, 461-462.
- ESTADO ORIGINAL, II, 460-462.
- EVIDÊNCIA BÍBLICA, II, 468-470.
- IMPORTÂNCIA, II, 454-455.
- JULGAMENTO, III, 113-114, 337-338; IV, 673-674, 712-714, 724-725, 726, 729-730.
 NA CRUZ, II, 471-475.
 FINAL, II, 462-463, 475-475, 612-613.
 EXPULSO DO CÉU, II, 475-477.
 LANÇADO NO LAGO DE FOGO, II, 478.
 LIGADO AO SEGUNDO ADVENTO, II, 477-478.
- LIBERTAÇÃO NO FIM DO MILÊNIO, V, 332.
- MILAGRES, V, 162-163.
- NOMES E TÍTULOS, II, 454.
- NOVO TESTAMENTO, II, 469-471.
- OPOSIÇÃO AO CRISTÃO, III, 337-338.
- QUEDA, II, 456-457, 461-463.
- REVOLTA FINAL, V, 332-333.
- SEU PECADO, I, 260.

- SUA DOUTRINA, II, 518-523.
 PECADO ORIGINAL, II, 464-468.
 CARÁTER, II, 451-453, 462-463, 465-468, 507-508, 647-649.
 MOTIVO, II, 508-510.
 PERSONALIDADE, II, 455-456.
 PRESENTE HABITAÇÃO, II, 464-466.
 REBELIAO, VI, 582-583.
 RELAÇÃO COM ADÃO, II, 607-608.
 RELAÇÃO COM O CRENTE, II, 457-458, 514-516, 727-728; IV, 542-543; VI, 530-532, 592-593.
 RELAÇÃO COM OS CULTOS RELIGIOSOS, II, 522-523.
 RELAÇÃO COM OS NÃO-SALVOS, II, 720-721; VI, 435-436.
 TENTAÇÃO DE CRISTO, V, 83-85.
 SATANOLOGIA, II, 454-523.
 COSMOS SATÂNICO, II, 492.
 INTRODUÇÃO, II, 454-458.
 MÉTODO SATÂNICO, II, 510-523.
 MOTIVO SATÂNICO, II, 505-511.
 OBJEÇÕES, II, 457-458.
 SEGUNDO ADVENTO, I, 379; III, 31-32; IV, 639-643, 650-652, 681-682, 703-704, 713-714, 723-725; V, 122-136, 261-292; VII, 84, 194.
 CERTEZA DE CUMPRIMENTO, V, 123-125.
 DISTINÇÃO DAS VINDAS, V, 268-292, 328.
 EVENTOS ENVOLVIDOS, IV, 640-641.
 INCERTEZA DO TEMPO, V, 125-129.
 JULGAMENTOS, V, 130-136, 270-292.
 MANEIRA, V, 125-126.
 PREVISÃO. TRANSFIGURAÇÃO, V, 89-90, 93-95, 282-284.
 PROFECIAS DO AT, V, 269-292.
 PROFECIAS DO NT, V, 269-292.
 RETORNO PARA A IGREJA, IV, 694-695, 701-703; V, 156-157, 268-269.
 TEORIAS FALSAS, V, 263-267.
 SEGURANÇA, VII, 252-255.
 SEGURANÇA ETERNA, III, 256-348; VII, 255-256.
 BASE, III, 301-320.
 ADVOCACIA DE CRISTO, III, 311-314.
 AMOR DE DEUS, III, 305-307.
 BATISMO DO ESPÍRITO, III, 318-319.
 HABITAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO, III, 318.
 INTERCESSÃO DE CRISTO, III, 314-316.
 MORTE DE CRISTO, III, 309-310.
 ONIPOTÊNCIA DE DEUS, III, 304-305.
 PROPÓSITO SOBERANO DE DEUS, III, 301-304.
 REGENERAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO, III, 316-317.
 SELO DO ESPÍRITO SANTO, III, 319-320.

- RESPOSTA DE DEUS À ORAÇÃO DE CRISTO, III, 307-308.
 RESSURREIÇÃO DE CRISTO, III, 310-311.
 BASE NA EXPERIÊNCIA CRISTÃ, VII, 255-256.
 BASE NA PALAVRA DE DEUS, VII, 255-256.
 VISÃO ARMINIANA, III, 259.
 APELO ÀS ESCRITURAS, III, 278-297.
 ÊNFASE NA EXPERIÊNCIA E RAZÃO HUMANA, III, 273-277.
 PRINCIPAIS DOUTRINAS SOTERIOLÓGICAS, III, 264-273.
 VISÃO CALVINISTA, III, 298-320.
 VISÃO DE AGOSTINHO, III, 259.
 VISÃO DE ARMINIO, III, 259-260.
 VISÃO LUTERANA, III, 260-261.
 SENSIBILIDADE, I, 225-232.
 AMOR, I, 225-226.
 BONDADE, I, 225-226.
 DEFINIÇÃO, I, 225.
 DEMONSTRADA NA NATUREZA, I, 226.
 JUSTIÇA, I, 227-229.
 MODOS, I, 226-227.
 SANTIDADE, I, 226-227.
 VERDADE, I, 231-232.
 SEPARAÇÃO, VII, 256-257.
 SEPULTADOS, VII, 257-258.
 SERMÃO DO MONTE, IV, 560-566; V, 97-113.
 AMBIENTE, V, 100-103.
 APLICAÇÃO PRIMÁRIA NO REINO, V, 100-101.
 BEM-AVENTURANÇAS, V, 103-106.
 CARATER DISTINTIVO, V, 103-113.
 CRÍTICA, V, 103.
 POSPOSIÇÃO DA APLICAÇÃO, V, 113-114.
 SERVO DE JEOVA, V, 175-176.
 SIÃO, VII, 258-259.
 SIMBOLISMO. BÍBLICO. CEGUEIRA, VII, 56-59.
 BÍBLICO. PAO, VII, 191-192.
 SOCIEDADE DE AMIGOS, I, 56.
 SOCINIANISMO, III, 262, 267-268.
 SOFRIMENTO, VII, 259-261.
 SOTERIOLOGIA, III, 19-374.
 INTRODUÇÃO, III, 19-25.
 SUBLAPSARIANISMO, I, ...
 SUBSTITUIÇÃO, VII, 260-261.
 SUPRALAPSARIANISMO, I, 266-267.

T

TABERNÁCULO E TEMPLO, VII, 262-263.

TEÍSMO, I, 166-167.

DEFINIÇÃO, I, 165-166.

DIVISÕES, I, 168.

BÍBLICO, I, 168-169, 206-290.

NATURALISTA, I, 168-170.

RELAÇÃO COM A TEONTOLOGIA, I, 166.

TELEOLOGIA, ETIMOLOGIA, I, 48-49.

TEMPOS DOS GENTIOS. LIMITES, VII, 263-265.

TENTAÇÃO, VII, 265-266.

DEUS, V, 79-80.

FONTES DA, III, 336-339.

A CARNE, III, 337.

O DIABO, III, 338.

O MUNDO, III, 336.

SIGNIFICADO, V, 78-79.

SOLICITAÇÃO PARA O MAL, V, 78-79.

TESTAR PARA PROVAR VIRTUDE, V, 78-79.

TEOFANIAS, V, 38-40.

TEOLOGIA. CLASSIFICAÇÕES, I, 48-49.

CIÊNCIA DA. EXIGÊNCIAS ESSENCIAIS, I, 50-54.

ETIMOLOGIA, I, 47.

SISTEMÁTICA, I, 9-11.

DECLÍNIO MODERNO, I, 5.

DEFINIÇÕES, I, 9, 49-50.

DIVISÕES, I, 58.

INTEGRAL, I, 54-55.

RELAÇÃO COM A BÍBLIA, I, 8.

RELAÇÃO COM MISSÕES, I, 9-10.

USOS DA PALAVRA, I, 47-50.

TEOLOGIA DO PACTO, IV, 509-510, 645; VII, 100-102, 123-124, 188-190.

VISÃO DA RESSURREIÇÃO DE CRISTO, V, 218-221.

TEOLOGIA NATURAL, I, 166-189.

ARGUMENTO ANTROPOLÓGICO, I, 183-186.

ARGUMENTO COSMOLÓGICO, I, 171-177.

ARGUMENTO ONTOLÓGICO, I, 186-188.

ARGUMENTO TELEOLÓGICO, I, 177-183.

ARGUMENTUM A POSTERIORI, I, 170-186, 189.

ARGUMENTUM A PRIORI, I, 170, 186-189.

TEÓLOGOS, I, 50, 51, 52, 63.

TEONTOLOGIA, I, 159-419.

DEFINIÇÃO, I, 159.

INTRODUÇÃO, I, 159-165.

- TEORIAS ANTI-TEÍSTAS, I, 190-205.
- TESTEMUNHAR, IV, 434-435; VI, 428.
- TIPOLOGIA, I, 26-28, 72; III, 118-127; IV, 412, 429-430, 476-477, 491-496; V, 50-51, 80-83; VI, 393-401; VII, 15-17, 30-31, 143-145, 181-182, 190-192, 220-221, 238-241, 260-261, 238-241, 261-262, 262-263, 267-268.
- CRISTO, I, 26-27.
- REDENTOR-PARENTE, I, 371-373.
- DEFINIÇÃO, I, 26-27.
- ESCOPO, III, 119.
- IGREJA. EVA, IV, 492-495.
- REBECA, IV, 495.
- MORTE DE CRISTO, V, 80-83.
- PRINCÍPIOS, I, 26-27.
- SACRIFÍCIOS DO AT, III, 120-124.
- SIGNIFICADO, III, 118-120.
- TRADIÇÃO, I, 57-58, 162-163.
- RELAÇÃO À INSTITUIÇÃO, I, 162-163.
- TIPOS, I, 162-163.
- PRESENTE, I, 162.
- REMOTO, I, 162.
- TRANSFIGURAÇÃO, VII, 268.
- USO DO NT, V, 78-79.
- TRANSMIGRAÇÃO E REENCARNAÇÃO, IV, 743.
- TREVAS, VII, 268-270.
- TREVAS ESPIRITUAIS. FORMAS, I, 138-139.
- TRIBULAÇÃO, VII, 270-271.
- TRIBULAÇÃO, GRANDE, IV, 374-380, 688-699, 708, 713, 722-724; V, 113-115, 118-123; VII, 267-269.
- NATUREZA, IV, 691-692.
- RELAÇÃO COM A IGREJA, IV, 691-699.
- TRINDADE, I, 66-68, 199-200, 291; V, 30-31; VI, 355; VII, 271.
- ANALOGIAS, I, 293-294.
- ASSUMIDA PELAS ESCRITURAS, I, 314-315.
- DEFINIÇÃO GERAL, I, 301-304.
- DOCTRINA DO NT, VI, 365-366.
- ELEMENTOS ESSENCIAIS, I, 301-302.
- EVIDÊNCIA DO AT. DIVINDADE ATRIBUÍDA EM GERAL, I, 316-317.
- ELOHIM, I, 315-316.
- EVIDÊNCIA DO NT, ATRIBUTOS DE DEUS, I, 320-322.
- ADORAÇÃO DE DEUS, I, 324-325.
- NOMES DE DEUS, I, 320.
- OBRAS DE DEUS, I, 322-324.
- IGUALDADE NOS MEMBROS, VI, 359.
- IMPLICAÇÕES DO AT, VI, 364-366.

MISTÉRIO, I, 293-294, 306, 308.

OBJETADA COMO IRRACIONAL, I, 293-419.

TRINITARIANISMO, I, 291.

DEFINIÇÃO, I, 166, 301.

ERRO DO SABELIANISMO, I, 294-295.

ERRO DO TRITEÍSMO, I, 294.

INTRODUÇÃO, I, 291-306.

NEGAÇÃO DA DIVINDADE DE CRISTO, I, 295-298.

O TERMO PESSOA, I, 295-296.

PROVAS, I, 307-325.

RAZÃO, I, 307-314.

REVELAÇÃO, I, 314-325.

ANTIGO TESTAMENTO, I, 315-319.

NOVO TESTAMENTO, I, 319-325.

RELAÇÃO COM AS ESCRITURAS, I, 300.

RELAÇÃO COM CRISTO, I, 296-297.

RELAÇÃO COM O ESPÍRITO SANTO, I, 299.

RELAÇÃO COM O JUDAÍSMO, I, 305-306.

RELAÇÃO COM O MAOMETANISMO, I, 305-306.

RELAÇÃO COM OS UNITARIANOS, I, 305-306.

VERDADEIRA ÊNFASE, I, 305-306.

TRITEÍSMO, VI, 364.

TRONO, VII, 271-272.

U

UNIÃO COM CRISTO, III, 81-85, 224-225, 233-234, 237-239; VI, 492-493, 496-497, 503-504, 602-604; VII, 35-36, 204-206.

UNIGÊNITO, VII, 271.

UNITARIANISMO, VI, 361.

UNIVERSALISMO, IV, 745-746.

UNIVERSO. DESTRUIÇÃO DO, V, 333-334.

PRESERVAÇÃO DO, V, 29, 33.

TEORIAS DE SUA CAUSA, I, 138.

V

“VELHO HOMEM” NO CRISTÃO, II, 743.

VIDA, VII, 272-273.

VIDA ESPIRITUAL, V, 142-145; VI, 388-389, 467, 497, 502-619; VII, 272-273.

BASE, NATUREZA PECAMINOSA JULGADA, III, 102-106.

CARNALIDADE, I, 140-141.

COMUNHÃO, IV, 70-71.

CONDIÇÕES. NEGATIVAS, VI, 564-588.

ANDAR NO ESPÍRITO, VI, 588-593.

ENTREGA, VI, 581-583.

- NÃO APAGAR O ESPÍRITO, VI, 578-588.
 NÃO ENTRISTECER O ESPÍRITO DE DEUS, VI, 564-578.
 CONDIÇÕES PARA O ENCHIMENTO DO ESPÍRITO, VI, 563-593.
 CONFLITO INCESSANTE, VI, 516-517.
 DEPENDÊNCIA DO ESPÍRITO SANTO, VI, 506-507, 588-593.
 DOUTRINAS RELACIONADAS, VI, 594-611.
 EXEMPLO DE CRISTO, VI, 583-586.
 ÍNDICE. ATITUDE COM RELAÇÃO À BÍBLIA, VI, 507-510.
 MÉTODOS, I, 20-21.
 MOTIVO, I, 21.
 NECESSIDADE, I, 144-145.
 OPOSTOS, VI, 516-532, 591-593.
 CARNE, VI, 520-529, 591-592; VII, 51-53.
 MUNDO, VI, 517-520, 591.
 SATANÁS, VI, 530-531, 592-593.
 PADRÕES, I, 20.
 REALIZADA PELO ESPÍRITO SANTO, VI, 515-516.
 RELAÇÃO À ENTREGA, VI, 511.
 RELAÇÃO À LEI DE MOISÉS, VI, 505-506.
 RESULTADOS. PODER PARA FAZER O BEM, VI, 533-562.
 PODER PARA VENCER O MAL, VI, 515-532.
 TERMOS DESCRITIVOS, VI, 512-514.
 VIDA DE FÉ, VI, 560-561.
 VIDA ETERNA, IV, 393-395; VII, 272-273.
 CRISTÃ. POSSESSÃO, IV, 394-395.
 MOSAICA. HERANÇA, IV, 393-394.
 VIDA FUTURA. TEORIAS CONCERNENTES À, IV, 743-750.
 VONTADE, I, 232-236; VII, 273-274.
 CARACTERÍSTICAS, I, 233-236.
 CONSCIÊNCIA QUE O HOMEM TEM DELA, I, 262-265.
 DEFINIÇÃO, I, 232.
 LIVRE, I, 233.
 ONIPOTÊNCIA, I, 233-236.'

NOTAS

Volume 7

SUMÁRIO DOUTRINÁRIO

- ¹ *Scofield Reference Bible*, 1250.
- ² *Standard Dictionary*, edição de 1913.
- ³ *Scofield Reference Bible*, 724-25.
- ⁴ James Orr, *International Standard Bible Encyclopaedia*, II, 749.
- ⁵ *International Standard Bible Encyclopaedia*, II, 1256.
- ⁶ *Scofield Reference Bible*, 1343.
- ⁷ *International Standard Bible Encyclopaedia*, I, 321, edição de 1915.
- ⁸ *International Standard Bible Encyclopaedia*, verbete "Faith", II, 1088.
- ⁹ Louis M. Sweet, *International Standard Bible Encyclopaedia*, II, 1198-99.
- ¹⁰ NOTA DO TRADUTOR: Em nossa versão portuguesa usada (e mesmo no grego) a expressão "nações que são salvas" não aparece. Por isso a argumentação do autor perde a força.
- ¹¹ *Scofield Reference Bible*, 16.
- ¹² E. W. Bullinger, *A Critical Lexicon and Concordance to the English and Greek New Testament*, 6a. edição, revisada, 368.
- ¹³ Bullinger, *Ibid.*, 368-69.
- ¹⁴ *Ibid.*, 369.
- ¹⁵ *Ibid.*, 370.
- ¹⁶ Citado por f. E. Marsh, *Emblems of the Holy Spirit*, 173.
- ¹⁷ Rollin T. Chafer, *The Science of Biblical Hermeneutics*, 75-78.
- ¹⁸ T. Rees, *International Standard Bible Encyclopaedia*, 1254-5.
- ¹⁹ *Scofield Reference Bible*, 1351-52.
- ²⁰ *Scofield Reference Bible*, 922.
- ²¹ *Scofield Reference Bible*, 156-57.
- ²² C. W. Hodge, na *International Standard Bible Encyclopaedia*, II, 1129-30.
- ²³ *Ibid.*, 1130.
- ²⁴ Herman Bavinck na *International Standard Bible Encyclopaedia*, II, 1093.
- ²⁵ *Scofield Reference Bible*, 1214.
- ²⁶ Publicação em 10 de Novembro de 1928.
- ²⁷ Alan H. Hamilton, num artigo para *Bibliotheca Sacra*, 343-45 (não consta o número nem a data da publicação).
- ²⁸ B. B. Warfield, *Two Studies in the History of Doctrine*, 239 (citado por Hamilton, *Ibid.*, 343).
- ²⁹ Ver Richard Watson, *Theology*, II, 57 e sgts.
- ³⁰ H. L. E. Luering, *International Standard Bible Encyclopaedia*, I, 489, edição 1915.
- ³¹ *International Standard Bible Encyclopaedia*, 2291.
- ³² *Scofield Reference Bible*, 4.